

# **Criminologias Feministas**

**Editor**

João Luiz da Silva Almeida

**Conselho Editorial**

Abel Fernandes Gomes	Gina Vidal Marcilio Pompeu	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Adriano Pilatti	Gisele Cittadino	Manoel Messias Peixinho
Alexandre Bernardino Costa	Gustavo Noronha de Ávila	Marcelo Pinto Chaves
Ana Alice De Carli	Gustavo Sénéchal de Goffredo	Marcelo Ribeiro Uchôa
Anderson Soares Madeira	Jean Carlos Dias	Márcio Ricardo Staffen
André Abreu Costa	Jean Carlos Fernandes	Marco Aurélio Bezerra de Melo
Beatriz Souza Costa	Jeferson Antônio Fernandes Bacelar	Marcus Mauricius Holanda
Bleine Queiroz Caúla	Jerson Carneiro Gonçalves Junior	Maria Celeste Simões Marques
Bruno Soeiro Vieira	João Marcelo de Lima Assafim	Murilo Siqueira Comério
Daniela Copetti Cravo	João Theotônio Mendes de Almeida Jr.	Océlio de Jesus Carneiro de Moraes
Daniele Maghelly Menezes Moreira	José Emílio Medauar	Ricardo Lodi Ribeiro
Diego Araujo Campos	José Ricardo Ferreira Cunha	Roberto C. Vale Ferreira
Enzo Bello	José Rubens Morato Leite	Salah Hassan Khaled Jr.
Firly Nascimento Filho	Josiane Rose Petry Veronese	Sérgio André Rocha
Flávio Ahmed	Leonardo El-Amme Souza e Silva da Cunha	Simone Alvarez Lima
Frederico Antonio Lima de Oliveira	Lúcio Antônio Chamon Junior	Valter Moura do Carmos
Frederico Price Grechi	Luigi Bonizzato	Vicente Paulo Barreto
Geraldo L. M. Prado	Luis Carlos Alcoforado	Vinícius Borges Fortes

**Conselheiros beneméritos**

Denis Borges Barbosa (*in memoriam*)  
Marcos Juruena Villela Souto (*in memoriam*)

**Filiais**

Sede: Rio de Janeiro  
Rua Octávio de Faria, nº 81 – Sala 301  
CEP: 22795-415 – Recreio dos Bandeirantes  
Rio de Janeiro – RJ  
Tel. (21) 3933-4004 / (21) 3249-2898

Minas Gerais (Divulgação)  
Sergio Ricardo de Souza  
sergio@lumenjuris.com.br  
Belo Horizonte – MG  
Tel. (31) 9-9296-1764

São Paulo (Distribuidor)  
Rua Sousa Lima, 75  
CEP: 01153-020  
Barra Funda – São Paulo – SP  
Telefax (11) 5908-0240

Santa Catarina (Divulgação)  
Cristiano Alfama Mabilia  
cristiano@lumenjuris.com.br  
Florianópolis – SC  
Tel. (48) 9-9981-9353

Carmen Hein de Campos

Patsilí Toledo

(Organizadoras)

# **Criminologias Feministas**

Perspectivas Latino-americanas

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Carmen Hein de Campos  
Patsilí Toledo

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini  
Tradução e Revisão Técnica: Adriana Dornelles Farias

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

C929c

Criminologias feministas : perspectivas latino-americanas / Car-  
men Hein de Campos, Patsilí Toledo (organizadoras). – Rio de Janeiro :  
Lumen Juris, 2020.  
484 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5510-303-8

1.Direito penal. 2. Criminologia. 3. Feminismo. I. Campos, Carmen  
Hein de. II. Toledo, Patsilí. III. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

## Parte I – Textos em Português

Introdução - Criminologias Feministas Latino-Americanas: Alcances e Desafios.....	3
<i>Carmen Hein de Campos</i>	
<i>Patsilí Toledo</i>	
A Criminalidade Feminina no Positivismo Criminológico Rio-platense (Buenos Aires, Fins do Século XIX e Início do Século XX).....	17
<i>Julieta Di Corleto</i>	
As Margens da Criminologia: Desafios a partir da Epistemologia Feminista .....	33
<i>Camila Cardoso de Mello Prando</i>	
Femicídio no Brasil: Palavra e Crime que não se Quer Reconhecer .....	51
<i>Ela Wiecko V. de Castilho</i>	
Política de Drogas e Encarceramento de Mulheres na América Latina.....	77
<i>Corina Giacomello</i>	
Reincidir ou Resistir? Mulheres em Conflito com a Lei na América Latina .....	105
<i>Olga Espinoza M.</i>	
<i>Catalina Droppelmann</i>	
<i>Paloma del Villar</i>	
Crimes de Adolescentes do Sexo Feminino no México.....	141
<i>Elena Azaola</i>	

Lei de Responsabilidade Penal Adolescente no Chile e as Adolescentes Infratoras: Análise em uma Perspectiva Feminista.....	167
<i>Marcela Aedo Rivera</i>	
Tecnologias de Gênero e Sistemas Penais Juvenis: Contribuições para Reflexão em um Contexto de Medidas não Privativas de Liberdade .....	195
<i>Laura López-Gallego</i>	
<i>Cecilia Montes-Maldonado</i>	
Prevenção da Violência Sexual em Conflitos Armados: Da Mudança Estrutural à Mitigação de Danos .....	219
<i>Isabel C. Jaramillo-Sierra</i>	
Sobre as Autoras .....	235

## **Parte II – Textos en Español**

Introducción – Criminologías Feministas Latinoamericanas: Alcances y Desafíos .....	241
<i>Carmen Hein de Campos</i>	
<i>Patsilí Toledo</i>	
La Criminalidad Femenina en el Positivismo Criminológico Rioplatense (Buenos Aires, Fines del Siglo XIX y Principios del Siglo XX).....	255
<i>Julieta Di Corleto</i>	
Las Márgenes de la Criminología: Desafíos desde una Epistemología Feminista .....	271
<i>Camila Cardoso de Mello Prando</i>	
Feminicidio en Brasil: Palabra y Crimen que no se Quiere Reconocer.....	289
<i>Ela Wiecko V. de Castilho</i>	

Políticas de Drogas y Encarcelamiento de Mujeres en América Latina .....	315
<i>Corina Giacomello</i>	
¿Reincidir o Resistir? Mujeres en Conflicto con la Ley en América Latina...	343
<i>Olga Espinoza M.</i>	
<i>Catalina Droppelmann</i>	
<i>Paloma del Villar</i>	
Crímenes de Jóvenes Adolescentes Femeninas en México.....	379
<i>Elena Azaola</i>	
La Ley de Responsabilidad Penal Adolescente en Chile y las Adolescentes Infractoras: Un Análisis en Clave Feminista.....	405
<i>Marcela Aedo Rivera</i>	
Tecnologías de Género y Sistemas Penales Juveniles: Aportes a la Reflexión en un Contexto de Medidas no Privativas de Libertad.....	433
<i>Laura López-Gallego</i>	
<i>Cecilia Montes-Maldonado</i>	
La Prevención de la Violencia Sexual en el Conflicto Armado: Del Cambio Estructural a la Mitigación de Daños .....	457
<i>Isabel C. Jaramillo-Sierra</i>	
Sobre las Autoras.....	473





# **Parte I – Textos em Português**



# Introdução - Criminologias Feministas Latino-Americanas: Alcances e Desafios

Carmen Hein de Campos

Patsilí Toledo

Esta coletânea bilíngue, escrita em português e espanhol, surgiu da necessidade de visibilizar a Criminologia Feminista produzida na América Latina para melhor compreender o trabalho, as investigações e estudos de criminólogas feministas na região e ampliar nossas possibilidades de troca. Criminólogas feministas latino-americanas vêm produzindo desde a década de 1980. No entanto, ainda que a internet facilite o acesso a esses estudos, as barreiras de linguagem fazem com que a rica produção teórica feminista no âmbito da criminologia no continente, tanto em português quanto em espanhol, seja insuficientemente conhecida. Além disso, é importante frisar que as traduções de livros de criminólogas feministas de fala espanhola no Brasil são praticamente inexistentes. Mesmo o clássico livro de Rosa del Olmo *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina* (1998), ainda não tem tradução em português. Somente o livro *A América Latina e sua criminologia* (1981) foi traduzido e publicado pelo Instituto Carioca de Criminologia, em 2004. Ao que tudo indica, não interessa ao *malestream* criminológico conhecer as publicações da criminologia feminista.

A inserção do pensamento feminista na criminologia está vinculada, por um lado, à crítica feminista às ciências no início dos anos 70, coincidindo com o desenvolvimento da “teoria feminista”, consequência do mais amplo acesso de mulheres às universidades e à produção acadêmica. Por outro lado, o nascimento da criminologia feminista na região está fortemente associado à recepção da criminologia crítica nos anos 70 e 80. Por certo, os países da região receberam a criminologia positivista no século XIX que influenciou a visão sobre as mulheres que cometiam delito, como demonstra o primeiro artigo desta coletânea *La criminalidad femenina en el positivismo criminológico rioplatense*, de Julieta Di Corleto, sobre o desenvolvimento dos estudos da criminologia no final do século XIX e início do século XX, na cidade de

Buenos Aires. A autora precisamente sublinha a exclusão das mulheres nas perspectivas criminológicas positivistas de base lombrosiana.

No final dos anos 50, Cuba fez uma revolução socialista cujo impacto sobre a região foi inquestionável e, como consequência do “medo” que o comunismo se espalhasse pela região, muitos de nossos países viram suas democracias interrompidas por golpes militares nos anos 70 e 80, a exemplo da Argentina, Brasil, Chile e Paraguai. Durante este período, a América Latina experimentou uma onda de “libertação” da dependência internacional aliada à visão da “teologia da libertação”. Movimentos revolucionários que propunham enfrentar as ditaduras militares espalharam-se por diversos países. A criminologia crítica de conteúdo marxista dava seus primeiros passos. Será então, em um contexto, por um lado, de movimentos revolucionários e, por outro, de repressão política e de terrorismo de estado, que a criminologia crítica é forjada na América Latina. Ou seja, o desenvolvimento de um pensamento criminológico crítico na região nasce de maneira muito distinta da Europa e dos Estados Unidos. Nossa criminologia já nasce situada.

E será com essa criminologia fortemente crítica, de perspectiva latino-americana, que o pensamento feminista irá dialogar a partir dos anos 80. Dentre as criminólogas críticas pioneiras na elaboração de uma criminologia com perspectiva latino-americana e que escreveram sobre a relação das mulheres com o sistema penal, especialmente, sobre o cárcere, destacamos as venezuelanas Rosa del Olmo (1935-2000) e Lola Aniyar de Castro (1937-2015). Essas precursoras contribuíram para o olhar feminista sobre a relação do controle social e punitivo sobre as mulheres, em uma região marcada por profundas desigualdades sociais e econômicas e por um sistema penal repressivo e violento.

A criminologia feminista, ao recepcionar a criminologia crítica de conteúdo marxista, amplia seu olhar e coloca em discussão a relação do sistema jurídico e punitivo sobre as mulheres. Desse modo, as feministas discutem tanto o discurso jurídico sobre as mulheres quanto o impacto do sistema punitivo sobre aquelas que violam a lei. Como consequência da vasta e profunda investigação feminista, vários artigos feministas foram publicados em revistas contendo estudos de temas variados, muitos deles centrados no debate sobre a prisão. Na Introdução desta coletânea analisamos, especificamente, livros publicados a partir da perspectiva da criminologia feminista. Ou seja, nossa

atenção voltou-se para livros e não para artigos<sup>1</sup>, embora saibamos de sua importância. Certamente, muitas publicações feministas não foram aqui mencionadas por falta de acesso a elas. Dentre as publicações feministas que conseguimos acessar, mencionamos os seguintes livros: *Adultério* (1983), de Ester Kosovski; *La delincuencia femenina en Venezuela: Ideología de la diversidad y marginalidad* (1986) de Lola Aniyar de Castro; *Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas* (1990), de Marcela Lagarde; a coletânea *Vigiladas y Castigadas* (1993), organizada pelo Cladem; os livros *Las líneas torcidas del derecho* (1996), de Yadira Calvo; *El delito de ser mujer* (1996), de Elena Azaola; *Las mujeres olvidadas: un estudio sobre la situación actual de las cárceles de mujeres en la República mexicana* (1996), de Elena Azaola e Cristina José Yacamán; *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina* (1998), organizado por Rosa del Olmo; *Género e Derecho* (1999), de Alda Facio e Lorena Fries; e *Criminología e Feminismo* (1999), organizado por Carmen Hein de Campos. Entretanto, a partir dos anos 2000, a produção feminista aumenta consideravelmente na região. Apenas para exemplificar, citamos os livros *La ley hace el delito* (2000), de Lorena Fries e Verónica Matus; *Las trampas del poder punitivo: el Género del Derecho Penal* (2000), organizado por Haydée Birgin; *Voces de mujeres encarceladas* (2000), organizado por Marcela Nari e Andrea Fabre; *Las mujeres confinadas: estudio criminológico sobre el rol genérico en la ejecución de la pena en América Latina y en Chile* (2001) e *Estudios sobre la violencia de género* (2005), de Carmen Antony; *A mulher encarcerada em face do poder punitivo* (2004), de Olga Espinoza; e *Voces del encierro: mujeres y jóvenes encarcelados en Argentina. Una investigación socio-jurídica* (2006), de Alcira Daroqui e outras.

Na última década, entretanto, os exemplos incluem trabalhos como *Femicidio/Feminicidio* (2014), de Patsilí Toledo; *SitiadAs: La criminalización de las pobres en Ecuador durante el neoliberalismo* (2015), de Lisset Coba; *Hacia una criminología feminista: violencia, androcentrismo, justicia y derechos humanos* (2017), de Carmen Antony; *Criminología feminista: teoría feminista e crítica às criminologias* (2017), de Carmen Hein de Campos; e *Criminología feminista: novos paradigmas* (2017), de Soraia da Rosa Mendes.

---

1 Elisabet Samaranch e Dino Di Nella (2017) fizeram uma investigação recente sobre o tema.

Como se nota, a partir do início do século XXI novos temas foram incorporados juntamente com a discussão sobre o sistema punitivo, mas o debate sobre gênero e suas implicações na teoria feminista não perde espaço. E mais recentemente tem-se desenvolvido uma discussão em torno das epistemologias feministas e sobre as possibilidades de uma criminologia feminista.

No entanto, tudo indica que esta é a primeira publicação brasileira que reúne, em português e espanhol, artigos de criminólogas feministas de países da região, tais como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai. Por isso a relevância dessa coletânea no atual cenário político da América Latina e, particularmente, do Brasil.

No atual contexto latino-americano, caracterizado por uma forte expansão penal, frequentemente, como a principal resposta estatal aos conflitos sociais, é essencial considerar as reflexões das criminólogas feministas que analisam a complexa relação entre o sistema penal e as mulheres em nosso continente.

A seguir, apresentamos os nove artigos que compõem esta coletânea e que retratam as investigações teóricas e empíricas das autoras, representativas da contribuição latino-americana à criminologia feminista.

Ao mencionarmos as diversas contribuições, pretendemos demonstrar que a produção feminista impactou fortemente as criminologias tradicionais e as criminologias contemporâneas. Nesta coletânea, a realidade histórica explicada por Di Corleto, em *A Criminalidade Feminina no Positivismo Criminológico Rio-platense (Buenos Aires, Fins do Século XIX e Início do Século XX)*, permite compreender como a crítica do feminismo radical ajudou as investigações feministas a revelar a ausência das mulheres nas pesquisas criminológicas e a representação misógina das mulheres delinquentes.

As perspectivas feministas latino-americanas em criminologia, em diálogo permanente com a criminologia crítica, em sentido amplo, e com as perspectivas feministas regionais e internacionais enfatizaram aspectos, tendências e problemáticas específicas da região. Neste sentido, o artigo *As margens da Criminologia: Desafios da Epistemologia Feminista*, de Camila Cardoso de Mello Prado, parte do debate contemporâneo da criminologia que incorporou a perspectiva de gênero e racial e, a partir dos debates da epistemologia feminista, sustenta que uma Criminologia a partir da margem e em diálogo com Zaffaroni tem como desafios posicionar-se quanto ao impacto epistêmico produzido pelo lugar situado de seus pesquisadores, e superar a dicotomia corpo e mente re-

presentada nas análises do processo de criminalização. Assim, a autora propõe aproximar o campo criminológico crítico dos estudos e pesquisas feministas e étnico-raciais, atualizando a criminologia a partir da margem ou periferia.

As reflexões contemporâneas das criminólogas feministas na América Latina examinam o impacto dos marcos normativos e as práticas das instituições do sistema de justiça penal sobre as mulheres, tanto enquanto ofensoras como vítimas, considerando as múltiplas e inter-relacionadas formas de discriminação que as afetam em nosso continente.

Nas últimas décadas, a política criminal de um grande número de países tem dado particular atenção aos delitos que constituem formas de violência contra as mulheres por razões de gênero, e o exemplo paradigmático tem sido a criminalização do femicídio ou feminicídio em grande parte da região. Esta tendência é consequência de diversos fatores. O mais evidente, é a existência de maiores mobilizações feministas de denúncia destas formas de violência e das inadequadas ou insuficientes respostas do sistema de justiça penal. Mas a resposta estatal ao grave problema social, por meio do direito penal, à violência contra as mulheres também é consequência da implementação de políticas neoliberais na região que reduzem o papel do Estado na esfera social e reforçam a intervenção penal como resposta aos problemas sociais (TOLEDO, 2018). Mesmo quando essas leis são aprovadas, encontram-se dificuldades para sua aplicação, como assinala Ela Wiecko V. de Castilho, em seu artigo *Feminicídio no Brasil: Palavra e Crime que não se Quer Reconhecer*. Devido às controvérsias jurídicas que têm surgido e, principalmente, aos obstáculos culturais, essas novas figuras encontram dificuldades de aplicação judicial tanto em relação à legislação sobre violência contra as mulheres quanto ao tipo penal.

Menos visível a nível público e midiático, ao contrário, é o impacto das políticas criminais sobre as mulheres enquanto ofensoras. O incremento de mulheres em contato com o sistema de justiça penal e, em particular, com o sistema penitenciário, é um problema que afeta a região e que está estritamente ligado à ênfase punitiva da atual política global de drogas (CIM/OEA *et al.*, 2016). Neste sentido, o artigo *Políticas de Drogas e Encarceramento de Mulheres na América Latina*, de autoria de Corina Giacomello, discute as políticas de drogas e as relações de gênero na conformação do sujeito “mulheres em situação de prisão por delitos de drogas” na América Latina. A investigação, a partir de uma perspectiva quantitativa e qualitativa, aborda o impacto da privação da liberdade para as mulheres.

Se a situação das mulheres privadas de liberdade tende a ser invisível, a situação das que deixam a prisão é também uma grande desconhecida nas políticas públicas de reintegração social. O artigo intitulado *Reincidir o Resistir? Mulheres em Conflito com a Lei na América Latina*, de Olga Espinoza, Catalina Droppelmann e Paloma del Villar, reflete sobre trajetórias criminosas das mulheres na América Latina, com ênfase especial aos processos de reintegração e desistência, assim que a liberdade tenha sido obtida. As autoras analisam diversas teorias feministas sobre a vitimização feminina, especialmente na América Latina, onde a marginalização econômica, a ausência de capital social e cultural, e a baixa escolaridade são fundamentais para compreender como as mulheres ingressam em carreiras criminosas, em especial, o tráfico de drogas. Investigam o encarceramento feminino na região, as condições de cumprimento da pena, o impacto do retorno à vida em sociedade e os desafios que enfrentam com respeito à maternidade, ao trabalho, à saúde física e mental, e à necessidade de políticas públicas com enfoque de gênero para enfrentar a situação das mulheres egressas. Além disto, esta coletânea possui três artigos dedicados, especificamente, a explorar uma das intersecções que maior impacto têm no sistema de justiça penal, relacionada com a discriminação por razões de gênero e idade: a situação das adolescentes em conflito com a lei penal. Como se sabe, na América Latina, em que pese os países terem firmado a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU, 1989) e existirem legislações nacionais que respeitam formalmente esses direitos, os/ as adolescentes em conflito com a lei penal são, de fato, tratados pela mesma lógica punitivista do sistema penal adulto.

No artigo *Crimes de Adolescentes do Sexo Feminino no México*, Elena Azola examina o problema que enfrentam e as circunstâncias que antecedem o cometimento de delitos violentos por parte de jovens adolescentes privadas de sua liberdade no México, destacando as características que diferenciam os delitos e as circunstâncias, as quais participam as mulheres em comparação com os homens adolescentes. A autora analisa situações de vulnerabilidade que afetam as adolescentes, tanto em seu entorno de origem quanto as que ocorrem quando entram em contato com instituições de segurança e justiça, devido às dificuldades que esses sistemas apresentam para garantir seus direitos humanos.

O artigo de Marcela Aedo Rivera, *A lei de Responsabilidade Penal Adolescente no Chile e as Adolescentes Infratoras: Análise em uma Perspectiva Fe-*



*ministra*, estuda o atual marco normativo chileno sobre responsabilidade penal adolescente, e mostra como essas diferenças, reconhecidas também no artigo de Azaola, são invisibilizadas por modelos normativos que assumem uma perspectiva que a autora denomina de “uma falsa neutralidade de gênero”. O modelo de justiça juvenil estabelecido, baseado em uma normativa internacional supostamente “neutra”, assume que as meninas e os meninos têm necessidades idênticas e, indiretamente, continua colocando os homens como a norma (paradigma), tornando invisíveis os problemas específicos das adolescentes, o que implica no risco de aumentar a desigualdade de gênero que sofrem as menores de idade.

A seguir, Laura López-Gallego e Cecilia Montes-Maldonado, no artigo *Tecnologias de Gênero e Sistemas Penais Juvenis: Contribuições para Reflexão em um Contexto de Medidas não Privativas de Liberdade*, analisam a implementação de medidas judiciais não privativas de liberdade por parte do sistema penal juvenil uruguaio, a partir de uma perspectiva baseada na análise teórica e acompanhamento etnográfico. As autoras mostram como os contextos de intervenção dos sistemas penais juvenis, seus objetivos e as relações que produzem funcionam como tecnologias de gênero com impactos singulares para as mulheres adolescentes, ao combinar-se paradigmas de sexo-gênero e a história tutelar, cujas formas de avaliar as necessidades das adolescentes e as propostas que se lhes oferecem, as mantêm em determinados círculos de precariedade e dependência institucional.

Finalmente, em *A Prevenção da Violência Sexual no Conflito Armado: Da Mudança Estrutural à Mitigação de Danos*, Isabel C. Jaramillo-Sierra analisa as respostas feministas à violência sexual, tendo como pano de fundo o conflito armado na Colômbia. A autora identifica, por um lado, os esforços feministas para incorporar na definição da violência sexual as experiências vividas pelas mulheres e, por outro, as tentativas de melhorar os argumentos e estratégias para aumentar a punição. Segundo a autora, ambas as abordagens relegaram a prevenção ou entenderam a prevenção como mudanças culturais de longo prazo, ou como prisão. Analisando estratégias em outros países, como a modernização da polícia militar, a autodefesa para proteger meninas e adolescentes, e o julgamento por autoridades próprias (nativas), a autora ensaia a necessidade de repensar as abordagens feministas da violência sexual em conflito armado.

Nesse ponto, é imperioso notar que a produção feminista em criminologia está intimamente ligada ao contexto político da região, que, embora democrático, tem experimentado novas modalidades de subversão democrática. Nesse sentido, a destituição do Presidente Fernando Lugo no Paraguai, em 2012, e o golpe contra a Presidenta brasileira Dilma Rousseff, em 2016, que abriu caminho para a eleição de Jair Bolsonaro, político da extrema direita, em 2018, são exemplos da instabilidade política da região. A atual crise política peruana, a situação política da Venezuela e os fortes protestos no Equador evidenciam a fragilidade e os riscos para as democracias latino-americanas.

Especificamente, no contexto brasileiro, a eleição de Jair Bolsonaro coloca em risco a frágil democracia brasileira. Seu discurso populista e demagógico foi sustentado em estratégias fascistas (STANLEY, 2018) de divisão política nacional (“nós” e “eles”), de defesa da família patriarcal, de negação do gênero e do feminismo, de desrespeito aos direitos humanos, de negação da ditadura militar e de alinhamento aos interesses das grandes corporações e do agronegócio. Essas táticas foram amplamente utilizadas na última eleição presidencial no Brasil e, aliadas à disseminação de notícias falsas, levaram à eleição de um político de extrema-direita, até então, sem relevância política. Esse amplo aspecto discursivo foi utilizado com sucesso por políticos em várias partes do mundo. Embora a política fascista não conduza, necessariamente, a um estado fascista, é igualmente perigosa (STANLEY, 2018) e, podemos afirmar, está em curso no Brasil.

Destacamos a agenda política-criminal do governo brasileiro: o pacote anticrime -Projeto de Lei enviado pelo então Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, ao Congresso Nacional- contendo medidas preocupantes no que se refere às garantias penais e processuais penais constitucionais, com impacto direto sobre as mulheres. Sem ter sido discutido com a sociedade e especialistas, o Projeto de Lei esteve alicerçado na ilusão punitivista do aumento de penas, no endurecimento dos regimes de cumprimento de pena, na execução antecipada da pena, na criação de novas excludentes da ilicitude para policiais, dentre outras medidas que, ilusoriamente, pretendem resolver o “problema da criminalidade” no Brasil. O pacote foi objeto de inúmeras críticas e diante da repercussão negativa, o governo lançou uma campanha publicitária<sup>2</sup> para “vender” o pacote anticrime à sociedade.

---

2 Com o slogan “Pacote Anticrime. A lei tem que estar acima da impunidade” (BRASIL, 2019a), as peças podiam ser vistas em rádio, televisão, internet, cinema e mobiliários urbanos.

O pacote anticrime previa mudança na punibilidade do excesso de legítima defesa, com a possibilidade de redução de pena ou mesmo de absolvição de agente, no caso de incorrer em “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Além disso, incluía a “legítima defesa de policiais<sup>3</sup> que, nada mais era, que uma licença para matar para a polícia que mais mata no mundo e também uma das que mais morre<sup>4</sup>. A “licença para matar” certamente aumentaria a morte de jovens negros que vivem nas periferias das cidades brasileiras, o sofrimento de mães, esposas e companheiras que também vivem nas favelas, e a impunidade policial. Ou seja, um Projeto de Lei que pretendia legitimar a violação dos direitos humanos. No entanto, o Congresso Nacional reformulou o projeto<sup>5</sup>.

Os cenários latino-americanos são preocupantes e, por isso, a defesa da democracia torna-se central. O discurso criminológico feminista é visto com receio porque revela o quanto os discursos demagógicos e populistas levam a um aumento da criminalização e da criação de um “inimigo interno”. No Brasil, as feministas e o gênero se tornaram os principais alvos do governo Bolsonaro. Por isso, é imprescindível reafirmar o compromisso da criminologia feminista latino-americana com a democracia e com um estado democrático de direito que privilegie a vida, especialmente, daquelas e daqueles mais vulneráveis. Este livro é uma pequena contribuição.

Por fim, agradecemos a todas as autoras por sua generosidade, paciência e desinteressado compromisso com esta publicação, com a qual acreditamos

---

3 Conforme o art. 25, do Código Penal Brasileiro, “Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”. O pacote anticrime previa a inclusão dos incisos I e II, nos seguintes termos:

Parágrafo único. Observados os requisitos do caput, considera-se em legítima defesa:

I - o agente policial ou de segurança pública que, em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, previne injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem; e

II - o agente policial ou de segurança pública que previne agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes. Entretanto, o inciso I foi retirado do texto e mantido o texto do artigo II como “Parágrafo único”.

4 A polícia do estado do Rio de Janeiro é a que mais mata no Brasil, segundo relatório da Anistia Internacional (2015). Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2018, a polícia brasileira matou 6.220 pessoas, sendo que as vítimas eram 99,3% homens, 77,9 % tinha entre 15 e 29 anos e 75,4% eram negros. Houve um crescimento de 19,6% em relação a 2017. Em 2018, 343 policiais Civis e Militares foram assassinados e 104 cometeram suicídio (FBSP, 2019).

5 O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional com alterações e foi sancionado pelo Presidente da República com vetos, sendo transformado na Lei n. 13.964/2019 (BRASIL, 2019b).

suprir uma pequena lacuna no campo criminológico crítico, em um momento político particularmente preocupante na região. Agradecemos ainda a Red Alas pela contribuição financeira, sem a qual esta publicação não teria sido possível.

## **Referências**

ANIYAR DE CASTRO, Lola. La delincuencia femenina en Venezuela: Ideología de la diversidad y marginalidade. En: ANIYAR DE CASTRO, Lola: La realidad contra los mitos: Reflexiones críticas en Criminología. Publicaciones de la Universidad del Zulia, 1986.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Relatório Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR1920682015BRAZILIAN%20PORTUGUESE.PDF>. Acesso em: 05 out. 2019.

ANTONY, Carmen. *Estudios sobre la violencia de género: Mujeres trasgresoras*. Panamá: Instituto de la Mujer de la Universidad de Panamá, 2005. 180 p.

ANTONY, Carmen. *Hacia una criminología feminista: violencia, androcentrismo, justicia y derechos humanos*. Coleção Criminología Crítica - Raúl Zaffaroni. Punto de Encuentro: Buenos Aires, 2017.

ANTONY, Carmen. *Las mujeres confinadas: estudio criminológico sobre el rol genérico en la ejecución de la pena en América Latina y en Chile*. Santiago de Chile: Editorial Jurídica de Chile, 2001. 191 p.

AZAOLA, Elena. *El delito de ser mujer*. Madrid: Plaza y Valdez Editores, 1995. 188 p.

AZAOLA, Elena; YACAMÁN, Cristina José. *Las mujeres olvidadas: Un estudio sobre la situación actual de las cárceles de mujeres en la República Mexicana*. Mexico: El Colegio de Mexico, 1996. 426 p.

BIRGIN, Haydée (Org.). *Las trampas del poder punitivo: El Género Del Derecho Penal*. Buenos Aires: Biblos, 2000. 320 p.

BRASIL. *Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019*. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. (2019b). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm). Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Governo Federal lança campanha publicitária do Pacote Anticrime*. Notícia veiculada em 3 de outubro de 2019. (2019a). Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1570111509.73>. Acesso em: 05 out. 2019.

CALVO, Yadira. *Las líneas torcidas del derecho*. 2. ed. São José da Costa Rica: ILANUD, 1996. 147 p.

CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Criminologia feminista: teoria feminista e crítica às criminologias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

COBA, Lisset. *SitiadAs: La criminalización de las pobres en Ecuador durante el neoliberalismo*. Quito: FLACSO, 2015. 198 p.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES (CIM/OEA) *et al. Mujeres, Políticas de Drogas y Encarcelamiento: Una guía para la reforma de políticas en América Latina*, 2016. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cim/docs/WomenDrugsIncarceration-ES.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

COMITÊ DA AMÉRICA LATINA E CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES (CLADEM). *Vigiladas y Castigadas: Seminário Regional “Normatividad Penal y Mujer en América Latina y el Caribe”*. Lima: CLADEM, 1993. 328 p.

DAROQUI, Alcira *et al.* *Voces del encierro: mujeres y jóvenes encarcelados en Argentina. Una investigación socio-jurídica.* Buenos Aires: Omar Favale Ediciones Jurídicas, 2006.

DEL OLMO, Rosa. *A América Latina e sua criminologia.* Rio de Janeiro: Revan & Instituto Carioca de Criminologia, 2004. 161 p.

DEL OLMO, Rosa. *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina.* Caracas: Nueva Sociedad, 1998. 234 p.

ESPINOZA, Olga. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo.* São Paulo: IBCCRIM, 2004. 183 p.

FACIO, Alda; FRIES, Lorena. *Género e Derecho.* Colección Contraseña. Estudios de Género. Serie Cassandra. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 1999. 780 p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário de Segurança Pública* (2019). Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Infografico\\_Anu%C3%A1rio\\_13\\_2019.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Infografico_Anu%C3%A1rio_13_2019.pdf). Acesso em: 05 out. 2019.

FRIES, Lorena; MATUS, Verónica. *La ley hace el delito.* Colección Contraseña. Estudios de Género. Serie Cassandra. Santiago de Chile: LOM, 2000. 128 p.

KOSOVSKI, Ester. *Adultério.* Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas.* Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, 1990.

MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas.* Série IDP. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 246 p.

NARI, Marcela; FABRE, Andrea. *Voces de mujeres encarceladas.* Buenos Aires: Catalogos, 2000. 189 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convención sobre los Derechos del Niño*. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. Disponível em: <https://www.un.org/es/events/childrenday/pdf/derechos.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

SAMARANCH, Elisabet Almeda; DI NELLA, Dino. Mujeres y cárceles en América Latina. Perspectivas críticas y feministas. *Papers Revista de Sociologia*, v. 102, n. 2, 2017. Disponível em: <https://papers.uab.cat/article/view/v102-n2-almeda-di-nella>. Acesso em: 10 out. 2019.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: LP&M, 2018. 208 p.

TOLEDO, Patsilí. Criminalising Femicide in Latin American Countries: Legal Power Working For Women? *In: HOWE, Adrian and ALAATTINOGLU, Daniela (Eds.). Contesting Femicide: Feminism and the Power of Law Revisited*. London: Routledge, UK. 2018. 164 p.

TOLEDO, Patsilí. *Femicidio/feminicidio*. Buenos Aires: Didot, 2014. 315 p.





# **A Criminalidade Feminina no Positivismo Criminológico Rio-platense (Buenos Aires, Fins do Século XIX e Início do Século XX)**

**Julieta Di Corleto**

## **Introdução**

Entre o final do século XIX e início do século XX, Buenos Aires era uma cidade passando por grandes mudanças. A onda imigratória, a expansão econômica e o desenvolvimento urbano, como fenômenos característicos da época, anunciavam um futuro promissor. No entanto, este crescimento exponencial da cidade também continha as sementes da desintegração, na medida em que a criminalidade se alastrava.

De fato, o aumento da criminalidade urbana monopolizou grande parte do debate político e intelectual da época. Sobre este tema, novos especialistas, sob a bandeira da criminologia, passaram a estudar como controlar o crescimento desproporcional da criminalidade e, como parte desse programa, a coleta de dados estatísticos que colocava os homens no centro da discussão, uma vez que se destacavam em todos os crimes, com exceção do aborto e do infanticídio (DI CORLETO, 2017).

Numerosos estudos tratavam das particularidades da criminologia regional dedicada ao controle da criminalidade masculina. A incorporação desse conhecimento não era uma simples incorporação de ideias estrangeiras, mas dependia, em grande medida, da aplicabilidade destas teorias à realidade local. Localizado em uma área de fronteira, entre o direito e a medicina, esta nova ciência foi estabelecida como um conhecimento que, além de incorporar produções europeias, buscava soluções originárias para os novos fenômenos sociais (DEL OLMO, 1989 [1981]; CAIMARI, 2004, 2009; ANITUA, 2005; SOZZO, 2006; CREAZZO, 2007; GARCÍA-PABLOS, 2009).

Neste contexto, a criminalidade feminina não proporcionava a mesma oportunidade de desenvolver grandes teorias, pois seu número nas estatís-

ticas policiais e prisionais era escasso. Não obstante, nem todas as mulheres ficaram à margem das preocupações sociais, porque, apesar de suas supostas qualidades morais, algumas impulsionaram outras inquietações e, como consequência, o desenvolvimento de certas teorias em torno do seu envolvimento no mundo do crime. As particularidades que a criminologia rio-platense adquiriu em torno da criminalidade feminina é o tema deste artigo.

## **1. Criminalidade feminina para o positivismo italiano**

O positivismo italiano estudou a delinquência feminina com uma matriz de análise muito semelhante à aplicada aos homens. Em 1893, em um tom desapassionado e clínico sobre a “mulher delinquente, a prostituta e a mulher normal”, Cesare Lombroso retomou, junto com Guglielmo Ferrero, sua teoria sobre a criminalidade masculina para confirmá-la com o estudo da criminalidade feminina. De qualquer forma, a comparação deveria confrontar-se com uma divergência inegável: a menor tendência criminosa das mulheres (DI CORLETO, 2017). Para a referência do positivismo, este resultado tinha duas razões possíveis:

A primeira, era que a menor criminalidade feminina era uma demonstração de sua menor capacidade física e intelectual. Como com seus pares masculinos, as mulheres criminosas eram comparadas às raças selvagens, cujas qualidades somadas à inferioridade derivavam da sua diferença sexual. Porém, não sem contradições, também explicava que os crimes de mulheres eram menos fáceis de serem descobertos, tais como: aborto, furtos domésticos e envenenamentos, de modo que, quando surgia um “crime complicado com detalhes desnecessários”, tinha-se que buscar uma mulher responsável (LOMBROSO; FERRERO, 2004, p. 185).

A segunda explicação, era que essa diferença era compensada pelo seu maior envolvimento na prostituição, atividade que equilibrava a criminalidade entre os sexos. Era uma alternativa que, com menos risco do que o crime, permitia maiores lucros. Sendo um fenômeno hereditário, Lombroso tratava a prostituição como uma forma natural de regressão. Por isso, ele encontrou na prostituta uma série de deformações e aspectos atávicos mórbidos. Apesar desta avaliação negativa, Lombroso entendia que “a prostituição era menos

prejudicial do que o crime em si, era uma saída útil, embora também vergonhosa para vícios masculinos” (RODRÍGUEZ, 2003, p. 270).

Em termos gerais, é possível destacar que a criminologia italiana explicou a criminalidade feminina, referindo-se, por um lado, a fatores individuais e predisposição biológica e, por outro, à incidência de componentes sociais. Quanto aos fatores individuais, a delinquência fazia parte da natureza das pessoas com deformidades físicas que pertenciam a um estágio primitivo da humanidade. Dando crédito à antropometria como uma ciência específica para a investigação do crime, o estudo da capacidade craniana era um dos argumentos que explicavam o crime. Além disso, relacionada com a prostituição, pela presença de comportamento sexual precoce, a demência moral correspondia a uma sexualidade exagerada com a ausência de instintos maternos ou, em outras palavras, com a predominância de qualidades masculinas. Tratava-se de fatores comuns, porque a sexualidade desenfreada influenciava a “desmaternidade”, impedindo o desenvolvimento das qualidades essenciais das mães: paciência e abnegação (LOMBROSO; FERRERO, 2004, p. 185).

Quanto aos fatores sociais, os sociólogos Alfredo Nicéforo e Guglielmo Ferrero, de mãos dadas com o positivismo estrangeiro, também promoveram a ideia de que as ações humanas poderiam depender do ambiente físico e social no qual o indivíduo vivia. “Clima, temperatura, densidade populacional, a opinião pública, a moralidade, a religião, a família ou a educação determinavam a maior ou menor propensão criminoso” (GARCÍA-PABLOS, 2009, p. 482). Neste sentido, seguindo as diretrizes de Ferrero, Alfredo Nicéforo observou que a criminalidade não cessava, mas se transformava de ambiente em ambiente, de civilização em civilização. Neste contexto, impulsionadas pelas necessidades da civilização moderna, as mulheres se afastavam de suas casas e se aproximavam do mundo do crime.

A sociedade moderna não só transforma o crime, mas também o agressor, substituindo o adulto pelo jovem, o homem pela mulher. A sociedade moderna tende, portanto, a aumentar a criminalidade de jovens e mulheres [...]. Libertas da escravidão familiar (mulheres), assemelham-se às borboletas que saem das sombras onde vivem para percorrer uma grande lâmpada cuja luz deixa muitas delas abrasadas (NICÉFORO, 1902).

Por trás desta ideia, subjacente estava a afirmação de que a maior amplitude em suas oportunidades de vida também aumentava o perigo das mulheres caírem no crime. Lidas no seu contexto social, estas declarações expressavam os valores da classe que representavam e pareciam ser direcionadas para limitar as ações das mulheres<sup>6</sup>.

Em suma, muitas foram as razões descritas pelo positivismo estrangeiro para explicar a criminalidade feminina. Com um forte componente moral, a identificação da mulher criminosa recorria a traços físicos, prostituição e loucura como matrizes conceituais que permitiam definir os limites da normalidade, mas, também, aos fatores sociais que abrigavam comportamentos desviantes. Nestas fontes doutrinárias, especialistas argentinos beberam para encontrar respostas a perguntas comuns sobre a criminalidade feminina, embora, como se verá na próxima seção, não se limitassem às diretrizes sugeridas pela criminologia estrangeira.

## **2. Adaptações rio-platenses do positivismo italiano**

Coincidindo com o lugar que ocupavam nos registros policiais, judiciais e prisionais na cidade de Buenos Aires, os crimes de mulheres situavam-se em um lugar periférico em publicações dedicadas a difundir conhecimentos sobre a criminologia (DI CORLETO, 2017).

Com efeito, revistas especializadas como *Criminología Moderna*, dirigida por Pietro Gori; *Archivos de Psiquiatria, Criminología y Ciencias Afines*, de José Ingenieros; sua sucessora, a *Revista de Criminología, Psiquiatria y Medicina Legal*, dirigida por Helvio Fernández; bem como a *Revista Argentina de Ciencias Políticas*, de Rodolfo Rivarola; desempenharam um papel importante no fortalecimento da criminologia, embora tenham se dedicado, especialmente, à criminologia masculina (CREAZZO, 2007). Nesse sentido, “notas que abordavam

---

6 Essas ideias, no entanto, tinham certas nuances dentro do positivismo. Na verdade, com alguma distância das ideias de Nicéforo, no prefácio de “La donna delinquente”, Lombroso alertou que nenhuma de suas declarações deviam ser usadas para justificar a tirania que manteve as mulheres fora dos campos educacionais ou profissionais. Provavelmente, determinado pela relação com as filhas Gina e Paola, o pai da escola positivista parecia reconhecer que, em algum momento, era necessário para as mulheres sair da penumbra intelectual (RAFFER; GIBSON, 2004). De qualquer forma, essa ideia insular houve impacto sobre o resto do seu trabalho, em que a inferioridade feminina era um ponto focal de seu argumento.

o desvio feminino eram isoladas, se comparadas com o fluxo de informações contidas nos delitos masculinos” (CESANO; DOVIO, 2009, p. 37).

A mesma escassez sobre o tema foi observada na tese para obtenção do título de doutor em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, cujos registros incluem apenas cinco publicações dedicadas a crimes femininos, três delas escritas sob a supervisão de Norberto Piñero<sup>7</sup>.

A limitada fama do tema também poderia ser inferida por conta da pouca influência dos que se dedicavam a esta questão, uma vez que havia poucos estudos sobre a etiologia dos crimes masculinos. No entanto, entre as exceções, poderia destacar os nomes de Eusebio Gómez, professor de direito, juiz e diretor da Penitenciária Nacional; e Ricardo del Campo, editor-chefe da *Criminología Moderna*; que, ao referirem-se um, à prostituição, e o outro, ao infanticídio, vincularam a criminalidade feminina com a delinquência congênita. Por fim, criminologistas como Pedro Gori e Francisco de Veyga deram suas contribuições a partir de casos em que tiveram que intervir, como advogado e perito, respectivamente. “Anedotas profissionais e observações clínicas específicas permitiam extrair conclusões gerais com aspirações para nutrir um campo teórico rudimentar” (GORI, 1899, p. 136).

Enquanto se apelava para a inferioridade orgânica das agressoras femininas -comprovada pela criminologia lombrosiana por meio de deformações cranianas, anormalidades faciais ou dentaduras defeituosas-, entre os especialistas não era uma teoria amplamente generalizada ou aceita. De fato, os autores que referiram os estigmas degenerativos como causa do crime, também reconheciam que esses fatores deviam ser analisados juntamente com outros elementos (CASTELLANOS, 1902; DONCELLO, 1902).

Este tipo de leitura coincidia com as limitações apontadas por José Ingenieros frente à produção do maior expoente da criminologia italiana. De acordo com a referência local, dentro da teoria lombrosiana, o peso específico do fator orgânico tinha sido exagerado (RODRIGUEZ, 2006), e o mesmo se

---

<sup>7</sup> Entre 1893 e 1930, foram publicadas as seguintes teses: José M. Thomas, *La mujer ante la Derecho Penal*, Tese da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (1903); Juan A. Rodríguez, *La mujer delincuente*, Tese de Direito da Universidade de Buenos Aires (1903); Juvenal Machado Doncel, *Delincuencia femenina: su represión*, Tese da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (1915); Santos Saccone, *Delincuencia femenina*, Tese de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (1915); Rafael Inchausti, *Delincuencia femenina: su represión*, Tese da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (1915).

aplicava ao estudo da criminologia feminina, cujas deformações eram ornamentos na identificação das variantes mais importantes de sua criminalidade.

Além deste olhar sobre a biologia feminina nas revistas vernáculas, a vulnerabilidade psíquica poderia explicar, genericamente, seu envolvimento em atividades criminosas. Períodos menstruais, pós-partos e menopausas poderiam ser indicadores especiais da capacidade criminosa feminina. O funcionamento do ovário influía no sistema nervoso e determinava a realização de atos de cleptomania, piromania ou envenenamentos. A menstruação, pensava-se, era o maior mal que vinculava a mulher à sua condição feminina, já que, da puberdade à menopausa, recebe descargas emocionais que a afetariam por toda a vida. Aqui, a correlação entre a loucura e o trato genital era evidente, pois considerava-se que a menstruação tinha um impacto direto sobre as depressões, alucinações e a outros estados anímicos que poderiam levar a uma queda para o crime (ORO, 1906; OBIGLIO, 1935).

De qualquer forma, a menor produção de informações sobre crimes de mulheres também poderia estar relacionada ao fato de que, ao contrário do que acontecia nos crimes masculinos, os especialistas não intervinham nem questionavam sobre o funcionamento das agências que detinham as mulheres infratoras. O trabalho realizado pela Ordem do Bom Pastor em prisões femininas, não só não fazia parte da política criminal do Estado, como sequer ocupava um lugar nas considerações de especialistas (DI CORLETO, 2016, 2017). Assim, “no caso das infratoras, não havia nenhuma ligação formal em si entre a criminologia e o tratamento penitenciário dos homens” (CAIMARI, 2004, p. 101).

Em suma, a criminologia nativa reconhecia a influência do positivismo italiano na construção do estereótipo da mulher delinquente. Tal como o seu homólogo europeu, não estabeleceu uma teoria unificada da criminalidade feminina, mas estudou seus crimes na forma inorgânica, recorrendo a considerações físicas, mentais e morais, e considerações maleáveis e intercambiáveis. A instabilidade e a fragilidade dessas formulações não param de insinuar lacunas e inconsistências que só podem ser explicadas com a apresentação do contexto econômico, político e social em que foram geradas.

### **3. Mulheres que matam, as que trabalham e as que votam**

No período analisado, as tensões entre o trabalho, por um lado, e a maternidade, por outro, são fundamentais para interpretar a conceituação da criminalidade feminina. Concebidos como destinos contrapostos, os padrões sociais e culturais, as ciências médicas e as jurídicas, bem como as regras do mercado de trabalho foram fundamentais na construção do protótipo da mulher criminosa.

De acordo com a legislação civil, até 1926 as mulheres estavam, de certa forma, sob proteção legal tanto pela exclusão da vida cívica plena quanto pelas fortes limitações ao exercício de seus direitos civis. Não só eram proibidas de votar como, em virtude da legislação civil sancionada em 1869, se encontravam em uma evidente situação de incapacidade legal. A instituição do casamento era um objetivo desejável, mas a lei estabelecia que, uma vez casadas, as mulheres perdiam a capacidade de administrar bens e escolher seus trabalhos ou profissões, o que demonstra, inequivocamente, sua dependência econômica. Além disso, a proibição de processar ou testemunhar em processos civis sem a permissão do marido, ou o impedimento de ocupar cargos públicos são outros indicadores a serem explorados sobre o significado da menor responsabilidade cívica atribuída às mulheres (LAVRIN, 1995; BARRANCOS, 2000).

No entanto, no contexto do crescimento da economia urbana e do processo de modernização, a dicotomia entre as esferas públicas e privadas, imposta pela legislação civil, foi desafiada pela crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. A partir do surgimento do modelo de exportação, e com o surgimento de uma série de grandes fábricas dedicadas à produção de bens de consumo, o mercado de trabalho possibilitou novos empregos que foram aproveitados pelas mulheres (ROCHI, 2010). Assim, os estabelecimentos dedicados à produção têxtil ou alimentícia, seja de médio ou grande porte, juntaram em suas fileiras as mulheres que já haviam começado a realizar, dentro do espaço doméstico, outras atividades com alguma rentabilidade econômica (LAVRIN, 1995; QUEIROLO, 2004; LOBATO, 2007).

Sem o grau de diversificação que contava o mercado de trabalho masculino, cozinheiras, babás ou empregadas domésticas formavam um importante grupo de mulheres que acessaram uma certa autonomia econômica por meio de atividades inscritas em uma incipiente economia urbana. À essas mulheres, somavam-se as trabalhadoras das fábricas cuja incorporação ao mercado

de trabalho não era, necessariamente, uma experiência libertadora, mas uma exposição a inúmeros riscos (FEIJOO, 1990; NARI, 2000a; LOBATO, 2007). Por um lado, condições de trabalho insalubres poderiam afetar sua saúde, principalmente, sua função reprodutiva, de modo que o trabalho industrial feminino era concebido como particularmente problemático. Por outro lado, a atividade da mulher trabalhadora colocava em risco sua honra e virtude, porque ficava exposta ao abuso sexual de empregadores e ao prejuízo de sua reputação.

A partir dessa perspectiva, o acesso ao trabalho fora de casa representava a passagem para a degradação moral, a gravidez fora do casamento ou prostituição e, a longo prazo, implicava na redução de nascimentos, abandono de crianças ou aumento do infanticídio e aborto (ARMUS, 2000; NARI 2000b; LOBATO, 2007).

O olhar condenável sobre esse tipo de trabalho feminino englobava todo o espectro ideológico. “Católicos, liberais, socialistas, industriais e trabalhadores assumiram que o trabalho assalariado era perigoso e contrário à natureza feminina”. A reivindicação pela proibição do trabalho feminino em fábricas e oficinas consideradas insalubres aparece, inclusive, como uma forte preocupação legislativa na qual foi difícil diferenciar a desaprovação do trabalho em si, das condições em que era realizado (AGUILAR, 2014, p. 41). De qualquer forma, enquanto fosse um local de passagem para atender às necessidades impostergáveis, esta atividade acabava aceita como um mal necessário, preferível à prostituição (QUEIROLO, 2004; LOBATO, 2007).

Além do medo de mulheres que buscavam um sustento econômico autônomo ou dos esforços para controlar àquelas que buscavam o desenvolvimento fora da estrutura familiar (GUY, 1994), essas reivindicações conviviam com outras mais flexíveis em relação ao lugar atribuído às mulheres na sociedade. Independentemente do discurso científico que endossava a natureza das diferenças sexuais e a conseqüente divisão entre o espaço público e privado, vários intelectuais da época eram a favor do reconhecimento dos direitos das mulheres, especialmente, aqueles associados à educação. Assim, por exemplo, Víctor Mercante, renomado pedagogo da Universidade de La Plata, escrevia em revistas de criminologia sobre a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho. A mulher moderna, título de uma de suas obras, não poderia ser condenada à “monarquia masculina” que a escravizava em casa (MERCANTE, 1908, p. 377).



Era evidente que tinha diferentes capacidades e, portanto, não podia realizar as mesmas tarefas que o homem. No entanto, poderia ocupar novos espaços, como trabalhadora, vendedora, empregada administrativa, telefonista, enfermeira ou professora. Numa destas publicações de grande divulgação na área criminal, Victor Mercante (1908, pp. 381-382) esclareceu: “As mulheres não são nem inventoras nem criminosas como o homem” e “não foram feitas (...) para os crimes com penas elevadas”.

Em tempos de grandes mudanças nos valores sociais, suas palavras reafirmavam as limitações intelectuais femininas, mas também negavam o prognóstico do colapso social. Sua aprovação da liberdade econômica feminina destinava-se a aliviar as ansiedades em torno da emancipação do “sexo frágil”, destacando as ambiguidades existentes sobre esta questão.

De qualquer forma, o contraponto desta perspectiva consolidou o ideário da domesticidade, pelo qual a mulher teria um papel fundamental na formação da família: a manutenção do lar. Como explicou Paula Aguilar (2014, p. 23), esta última palavra reuniu “toda a semântica da domesticidade” e se ergueu como uma aspiração moral para autoridades e experts que pretendiam construir regras para o controle da família trabalhadora. Não se tratava somente de uma contraposição expressada em termos espaciais, mas também, manifestada como práticas e ideais específicos.

Nesse contexto, de mãos dadas com a questão da mulher trabalhadora, os estudos criminológicos se mesclaram com crenças amplamente aceitas sobre o papel das mulheres na sociedade. Um traço dessa associação pôde ser encontrado nos livros dedicados à disseminação do conhecimento criminológico, que faziam alguma referência à criminalidade feminina, ainda que marginalmente. Antonio Dellepiane (1892), referência vernacular em criminologia, assinalava que, por suas condições de vida, as mulheres eram menos propensas a cometer crimes: a educação recebida e sua permanência no espaço doméstico as afastavam do mundo do crime. Contrariamente, quanto mais tempo passassem fora de suas casas, maior contato com o sistema de justiça criminal. Por outro lado, a ausência de uma mulher em sua casa deixaria seus filhos sem limites e cuidados, arriscando que as novas gerações caíssem no crime. Além disso, as estatísticas criminais o autorizavam a concluir que as mulheres casadas tinham envolvimento criminal menor porque o casamento desenvolvia instinto e respectivas obrigações maternas. No mesmo sentido, o ministro do Supremo Tribunal Fe-

deral, Cornelio Moyano Gacitúa (2012), sustentava que a criminalidade feminina aumentava na medida em que as mulheres eram incorporadas ao mercado de trabalho, especialmente, nas fábricas ou nas ruas.

Em 1880, Osvaldo Piñero, influente professor da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, apelou para “Mulheres Que Matam e Aquelas que Votam”, de Alejandro Dumas, para equiparar a periculosidade das criminosas àquelas que reivindicavam um lugar na vida pública:

A mulher é toda maternidade, sua organização fisiológica, suas tendências psicológicas, o papel que devem desempenhar na conservação da espécie, tudo a obriga a colocar essa consideração ante as demais [...]. Dar à mulher uma condição civil e política completamente igual à do homem não é apenas imprudente, mas pueril no estado atual de sociabilidade [...]. A superioridade do marido deve, portanto, subsistir (PIÑERO, 1888).

Assim, um dos argumentos contra a participação política das mulheres sugeria que os deveres de mães eram incompatíveis com os dos cidadãos, e a entrada das mulheres na vida pública as levariam a abandonar suas crianças, suas famílias e o trabalho no lar. Essa situação levaria ao enfraquecimento da família e ao declínio social, ao rompimento do poder conjugal e, com ele, dos interesses públicos. As tímidas correntes que favoreciam os direitos das mulheres não se impuseram à ideia paradoxal de que o “sexo frágil” cuja permanência nas estatísticas criminais era escassa, era uma “espécie perigosa” no espaço público (ITURBE, 1895).

De fato, na discussão sobre a reforma eleitoral que levaria à sanção da Lei *Sáenz Peña*, coexistiam, com peso específico diferente, a posição daqueles que vedavam o acesso das mulheres aos direitos políticos, e a posição daqueles que reivindicavam sua organização política. Desde o último assento, o papel das mulheres no trabalho foi elogiado, a proteção de seu papel materno foi exigida e a participação ativa na vida cidadã foi necessária para dar materialidade ao princípio da igualdade proclamado como universal (PALERMO, 2007).

A façanha de Julieta Lanteri que, em 1911, conseguiu ser incorporada às listas de eleitores e emitiu o primeiro voto feminino na Capital Federal, foi o ponto de virada neste debate do início do século. No entanto, as mudanças levariam tempo para chegar, pois o argumento reafirmando a exclusão feminina e a necessária divisão das tarefas dentro de casa teria vida longa no discurso dos conservadores (PALERMO, 2007).

Em resumo, em uma época em que as hierarquias de gênero, antes imutáveis, eram frágeis e mutáveis, as premissas sobre a natureza feminina, em especial, sua inferioridade intelectual e sua superioridade moral reafirmavam seu papel dentro do espaço doméstico. De diferentes perspectivas, os discursos contra mulheres que escaparam desse destino as equiparavam àqueles que haviam escolhido o caminho do crime. Não sem tensões no âmbito da criminologia, a figura da mulher criminosa foi construída como a antítese da mulher-esposa-mãe dedicada ao cuidado do lar.

## **Conclusões**

Entre o final do século XIX e início do século XX, a criminologia foi construída como um conhecimento especializado, destinado a fornecer soluções para grandes problemas, particularmente, aqueles associados ao aumento da criminalidade. Embora as estatísticas policiais e prisionais indicassem que a situação não era preocupante para as mulheres, elas não ficaram de fora das preocupações sociais.

Neste contexto, aproveitando-se de um extenso processo de importação de ideias estrangeiras, especialmente, do positivismo italiano, alguns especialistas de vasta experiência e outros profissionais com interesse incipiente no assunto procuraram explicar esse estranho fenômeno em que as mulheres estavam envolvidas, de baixo índice delitivo. O resultado foi um conjunto de argumentos desagregados e, às vezes, contraditórios, que, paradoxalmente, coincidiram na construção de um ideal de domesticidade.

O gradual e crescente abandono de mulheres de suas casas transpassava os limites da esfera pública e privada, descritos como dicotômicos, em virtude das particularidades e espaços atribuídos a ambos os sexos. Se as mulheres estavam destinadas a manter e fazer perdurar a família, seu ingresso no mundo do trabalho teve importantes implicações para a sociedade, a ponto de coincidir com as ansiedades que geravam a criminalidade urbana.

Embora pouco representadas em registros oficiais, as mulheres delinquentes, como as trabalhadoras, desestabilizaram os padrões culturais sobre a natureza das mulheres e seu papel na sociedade. No entanto, o estudo sobre a criminalidade feminina foi secundário ao sobrepor-se com outras preocu-

pações, o tema encontrou terreno propício à expansão de uma ideia comum: longe de suas casas, as mulheres eram mais propensas a cair na criminalidade.

## Referências

AGUILAR, Paula Lucía. *El hogar como problema y como solución: Una mirada genealógica de la domesticidad a través de las políticas sociales*. Argentina, 1890-1940. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación. Floreal Gorini, 2014. 312 p.

ANITUA, Gabriel Ignacio. *Historia de los pensamientos criminológicos*. Buenos Aires: Ed. Del Puerto, 2005. 590 p.

ARMUS, Diego. El viaje al centro: Tísicas, costureritas y milonguitas en Buenos Aires, 1910-1940. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*. Tercera Serie, n. 22 (2º semestre), 2000.

BARRANCOS, Dora. Inferioridad jurídica y encierro doméstico. En: LOZANO, Fernanda Gil; PITA, Valeria, INI, María Gabriela (Dir.). *Historia de las Mujeres en la Argentina*. Tomo I (Colonia y Siglo XIX). Tomo II (Siglo XX). Buenos Aires: Taurus, 2000. p. 111-127.

CAIMARI, Lila Maria. *Apenas un delincuente: Crimen, castigo y cultura en la Argentina, 1880-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004. 312 p.

CAIMARI, Lila Maria. La antropología criminal y la recepción de Lombroso en América Latina. En: MALDONADO, Silvio; TAPEERO, Paolo; BENEDUCES, Roberto (Eds). *Cesare Lombroso cento anni dopo*. Turim: UTET Librería, 2009. p. 233-271.

CASTELLANOS, Israel. Estudio antropológico dos reclusos em Aldecoa escola Reformatória. *Revista de Criminología, Psiquiatria y Medicina Legal*, ano 2, 1902.

CESANO, José Daniel; DOVIO, Mariana Ángela. *La criminalidad femenina en el discurso del positivismo criminológico argentino*. Córdoba: Editorial Brujas, 2009. 117 p.

CREAZZO, Giuditta. *El positivismo criminológico italiano en la Argentina*. Buenos Aires: Ediar, 2007. 259 p.

DEL OLMO, Rosa. *América Latina y su Criminología*. México: Siglo XXI, 1989 [1981].

DELLEPIANE, Antonio. *Las Causas del Delito*. Santiago de Chile: Imprenta de Pablo Coni é Hijo, 1892. 318 p.

DI CORLETO, Julieta. *Malas madres: Aborto e infanticidio en la Ciudad de Buenos Aires (fines del s. XIX y principios del s. XX)*. Tesis (Doctorado en Historia) - Facultad de Historia, Universidad de San Andrés, 2017.

DONCEL, Juvenal Machado. *Delincuencia femenina: su represión*. Tesis (Doctorado en Derecho) - Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, 1915.

DONCELLO, Luis Jurado. Curandera histórica: Ação Terapêutica Menstrual Blood. En: *Archivos de Psiquiatría, Criminología y Ciencias Afines*, ano 1, 1902.

FEIJOO, María del Carmen. Las trabajadoras porteñas a comienzos del siglo. En: ARMUS, Diego (Comp). *Mundo urbano y cultura popular: Estudios de Historia Social Argentina*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1990. p. 281- 312. 361 p.

GARCÍA-PABLOS de Molina, Antonio. *Tratado de criminología*. Tomo 1. Buenos Aires: Rubinzal Culzoni Editores, 2009.

GACITÚA, Cornelio Moyano. *La delincuencia argentina ante algunas cifras y teorías*. Córdoba: Buena Vista, 2012 (1905). 380 p.

GORI, Pietro. Crimes de honra. *Criminología Moderna*, ano 2, n. 5, 1899.

GUY, Donna J. *El sexo peligroso: la prostitución legal en Buenos Aires, 1895-1955*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1994. 264 p.

INCHAUSTI, Rafael. *La delincuencia femenina: su represión*. Tesis (Doctorado en Derecho) - Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, 1915.

ITURBE, Octavio. *El sufragio de la mujer*. Tesis (Doctorado en Derecho) - Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, 1895.

LAVRIN, Asuncion. *Women, feminism, and social change in Argentina, Chile and Uruguay, 1890-1940*. University of Nebraska Press, 1995. 480 p.

LOBATO, Mirta Zaida. *Historia de las trabajadoras en la Argentina, 1869-1960*. Buenos Aires: Edhasa, 2007. 349 p.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. *Criminal Woman, the Prostitute, and the Normal Woman*. Durham and London: Duke University Press, 2004 (1893). 320 p.

MERCANTE, Víctor. La Mujer Moderna. *Archivos de Pedagogía y Ciencias Afines*, v. 4, n. 12. Buenos Aires, 1908. p. 374-385.

NARI, Marcela María Alejandra. El feminismo frente a la cuestión de la mujer en las primeras décadas del siglo XX. En: SURIANO, Juan (Comp). *La cuestión social en Argentina, 1870-1943*. Buenos Aires: La Colmena, 2000b. p. 277-299.

NARI, Marcela María Alejandra. Maternidad, política y feminismo. En: LOZANO, Fernanda GIL; PITA, Valeira; INI, María Gabirela (Dir). *Historia de las mujeres en la Argentina: Siglo XX*. Tomo II. Buenos Aires: Editorial Taurus, 2000a. p. 179-221.

NICÉFORO, Alfredo. *La transformación del delito en la sociedad moderna*. Madrid: Suarez, 1902.

OBIGLIO, Julio R. Distúrbios de origem menstrual e responsabilidade. *Archivos de Medicina Forense*, ano 5, n. 3, 1935. p. 278-88.

ORO, Ari Pedro. *Considerações de psicose puerperal*. Ano 5, 1906, p. 582-605.

PALERMO, Silvana. *Quiera el hombre votar, quiera la mujer votar: Género y ciudadanía política en Argentina, 1912-1947*. Ponencia presentada en El sufragio femenino en América Latina: Jornadas en conmemoración de los sesenta años de la ley 13.010. Universidad de Tres de Febrero, 29, 30 y 31 de agosto de 2007.

QUEIROLO, Graciela. El trabajo femenino en la ciudad de Buenos Aires, 1890-1940: Una revisión historiográfica. *Temas de Mujeres*, v. 1, n. 1, 2004. Disponible em: [http://filo.unt.edu.ar/wp-content/uploads/2015/11/t1\\_queiroo\\_el\\_trabajo\\_femenino.pdf](http://filo.unt.edu.ar/wp-content/uploads/2015/11/t1_queiroo_el_trabajo_femenino.pdf).

RAFTER, Nicole Hahn; GIBSON, Mary. *Editor's introduction of Criminal woman, the prostitute, and the normal woman, by Cesare Lombroso and Guglielmo Ferrero*. Durham & London: Duke University Press, 2004.

ROCCHI, Fernando. El péndulo de la riqueza: La economía argentina en el período 1880-1916. En: LOBATO, Mirta Zaisa (Dir.). *Nueva Historia Argentina: El progreso, la modernización y sus límites*, Tomo 5, Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2010.

RODRIGUEZ, Julia. *Civilizing Argentina: Science, medicine, and the modern state*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 2006. 320 p.

RODRÍGUEZ, José A. *La mujer delincuente*. Tesis (Doctorado en Derecho) - Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, 1903.

RODRÍGUEZ, Manzanera L. *Criminología*. 18. ed. México: Porrúa, 2003.

SACCONI, Santos. *Delincuencia femenina*. Tesis (Doctorado en Derecho) - Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, 1915.

SOZZO, Máximo. 'Traduttore Traditore': Traducción, importación cultural e historia del presente de la criminología en América Latina. En: SOZZO, Máximo (Coord.). *Reconstruyendo las criminologías críticas* (número especial): Cuadernos de Doctrina y Jurisprudencia Penal 13, 2006. p. 353-431.

THOMAS, José M. *La mujer ante el Derecho Penal*. Tesis (Doctorado en Derecho) - Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, 1903.



# As Margens da Criminologia: Desafios a partir da Epistemologia Feminista<sup>8</sup>

Camila Cardoso de Mello Prando

## Introdução

Neste ensaio divido a produção criminológica no Brasil em três ondas que influenciaram a área: a primeira onda (1970-1980), de perspectiva teórica marxista europeia e com baixos investimentos de pesquisa empírica; a segunda onda (1980-2000), de maior intercâmbio com autores da América Latina e de perspectiva teórica colonial e marxista voltada para um pensamento latino-americano; a terceira onda (2000-atual), de inclusão de debates sobre gênero e relações raciais no campo de investigação criminológica.

A partir dos debates da terceira onda, proponho uma intersecção entre a epistemologia feminista do pensamento situado e a produção da crítica criminológica.

Revisito, para tanto, a tese da Criminologia a partir de uma margem, de Eugenio Raúl Zaffaroni. A partir dos debates da epistemologia feminista, sustento que a Criminologia a partir de uma margem, tem como desafios: a) posicionar-se quanto ao impacto epistêmico produzido pelo lugar situado de seus pesquisadores; e b) superar a dicotomia corpo e mente representada nas suas análises sobre o processo de criminalização.

## 1. As ondas da criminologia crítica no Brasil

A Criminologia Crítica brasileira é um campo de produção teórica especialmente organizado por juristas e tem como objeto a análise crítica do controle penal. Academia e militância se cruzam em vários momentos e determinam, de ambos os lados, tendências de atuação e diretrizes de pesqui-

---

<sup>8</sup> Este texto é resultado de um processo de produção escrita a partir de apresentação oral em palestra proferida em outubro de 2015. Uma versão deste texto foi publicada em *International Journal for Crime Justice and Social Democracy*, v. 8, n. 1, p. 35-45, 2019.

sa. Desde a década de 1970, o campo da Criminologia no Brasil tem atraído juristas comprometidos, no mínimo, com a manutenção de padrões básicos de democracia e igualdade, e, no limite, com a perspectiva crítica às ações reformistas do Estado (ANDRADE, 2012; BATISTA, 2013; MARTINS, 2015).

Na primeira onda da Criminologia Crítica no Brasil, a leitura marxista europeia realizada por meio da categoria classe social foi predominante nas escolhas teóricas e metodológicas de análise de controle a partir das teorias críticas centrais (MARTINS, 2015).

Neste marco teórico, o Brasil era compreendido como um país periférico no processo capitalista de acumulação e reprodução do capital, mas as ferramentas teóricas marxistas supervalorizavam as próprias categorias e dialogavam insuficientemente com os contextos locais de poder e violência, assim como com as categorias teóricas do colonialismo. Em decorrência desse cenário e também neste período, exceto alguns estudos, havia um déficit de pesquisas empíricas sobre o exercício do controle punitivo (SANTOS, 1979; THOMPSON, 1979; MARTINS, 2015).

Nas décadas de 1980 e 1990, o campo se aproximou dos debates latino-americanos da Criminologia, incorporando a discussão sobre periferia geopolítica e colonialismo, e organizando-se em torno de pesquisas de, e para a América Latina. O foco do debate naquele período seguiu tendo como predominância as políticas de redistribuição e de transformação em nível macropolítico, e o processo de seleção criminalizadora na sociedade capitalista com a questão, já incorporada, da localização geopolítica colonial de forte influência dos autores latino-americanos (DEL OLMO, 1981; ANIYAR DE CASTRO, 1987; ZAFFARONI, 1988, 1989, 1991). No último período da década de 1990 e início de 2000, especialmente, por meio das pesquisas de Vera Andrade (1996, 1997a, 1997b, 1998, 2003, 2004), o debate de gênero passou também a ganhar espaço na agenda do campo (ZAFFARONI, 1992, 2000; CAMPOS, 1998, 1999; BARATTA, 1999).

Mas foi a partir dos anos 2000, que questões sobre gênero e raça se tornaram mais presentes nas publicações do campo. A vertente marxista permaneceu como organizadora dessas questões, embora tenha sido alvo de críticas por parte de autoras e autores que entendem que as interpretações centradas no marxismo clássico subdimensionam as ordens de gênero e étnico-raciais que produzem o processo de criminalização. O aumento do número de mu-

lheres pesquisadoras brancas, ainda que participantes em números inferiores aos homens, em periódicos de alta circulação e instituições de pesquisa criminológicas (PERRONE; MENEGUETI, 2014) e, em menor número, negros e negras (SILVA; BACKES, 2015) produziu uma presença mais sólida nos temas da agenda e confrontou as políticas de pesquisa e representação do campo, bem como os métodos e resultados das investigações.

Apesar desse debate da terceira onda, o campo criminológico segue, muitas vezes, promovendo representações acadêmicas que falam de furto a partir dos casos de empregadas domésticas, ou que descrevem a população negra a partir de seus reles corpos, sem voz, destituídos de potência. O campo segue seus passos resistindo às interpelações políticas e epistemológicas dos grupos marginalizados. Isso revela um hiato entre os fins políticos que impulsionam a produção do saber criminológico e suas práticas de produção de conhecimento.

Faz parte do *habitus* acadêmico, do ainda “confinamento racial acadêmico” (CARVALHO, 2006), um fechamento às formas de vida e de saber que elas produzem por, e para fora dos muros, o que pode explicar uma problematização ainda bastante limitada sobre questões raciais e de gênero no campo. Isso explica, em parte, o *déficit* de compreensão da crítica criminológica à complexa relação entre os movimentos feministas e o controle penal, bem como o limitado desenvolvimento sobre a questão racial como um elemento estruturante do controle punitivo (FLAUZINA, 2008).

Neste contexto, pretendo investigar as possíveis repercussões políticas e epistemológicas advindas da teoria feminista do pensamento situado para uma Criminologia a partir de uma margem, ou uma Criminologia da Periferia, reatualizando aqui o conceito proposto por Zaffaroni (1988, 2001).

## **2. Epistemologia feminista: desafios às críticas criminológicas a partir da margem**

As epistemologias feministas têm servido para problematizar o campo da Criminologia Crítica. O enfoque tem sido o questionamento sobre a ausência da categoria gênero e das teorias feministas, em geral, nas análises criminológicas sobre o sistema penal e sobre a criminalidade cometida contra, e por mulheres (COMACK, 1999; CAMPOS, 2003; BALFOUR, 2006; ALIME-

NA, 2010; MENDES, 2012). Outra agenda que avança neste debate é a abertura da criminologia feminista aos novos sujeitos do feminismo nas análises sobre violência e controle criminal (CAMPOS, 2013).

Diversamente, neste ensaio, pretendo utilizar as críticas epistemológicas do feminismo à ciência moderna para problematizar certas narrativas recorrentes do pensamento crítico criminológico no Brasil. Não pretendo abordar a ausência da categoria gênero na produção das ciências criminais, nem fazer uso apenas político das críticas feministas por meio das quais se aponta o lugar de discriminação das mulheres na produção das ciências. Meu objetivo é avançar no debate epistemológico dos pressupostos da produção científica moderna (HARDING, 1993a) aplicados ao campo da Criminologia Crítica.

Algumas pesquisas caminham nesse sentido, explorando os impactos das epistemologias feministas para além das questões que relacionam o sistema de justiça criminal às mulheres ou aos sujeitos do feminismo. Chesney-Lind e Morash (2013) indagam sobre os efeitos que a epistemologia feminista pode ter no campo criminológico, desde a avaliação dos privilégios patriarcais nas práticas do sistema de justiça, até o controle de vieses que advêm da masculinidade do campo. Flavin (2001), para enfrentar o que entende como uma espécie de feminismo sobre as mulheres, explora perspectivas feministas de áreas epistemológicas, teóricas, metodológicas e políticas que ampliam o debate para o impacto variado na produção criminológica. Henne e Troshincky (2013) indagam sobre os usos que o campo criminológico hegemônico tem feito sobre o tema da interseccionalidade, utilizando-o para naturalizar as categorias como classe, raça e gênero. Para as autoras, as teorias feministas pós-coloniais podem oferecer caminhos para enfrentar esses usos hegemônicos do campo.

Na mesma direção, neste ensaio, indago sobre os impactos das epistemologias feministas no campo criminológico, sem restringi-lo às questões respectivas ao gênero, mas sobre possíveis questionamentos à própria ciência criminológica.

Para tanto, aproprio-me das epistemologias feministas de posicionamento, em contraste com as epistemologias feministas empíricas e relativistas (MAY, 2004). Aquelas têm como fundamento a compreensão do conhecimento socialmente situado e seus desdobramentos na produção do conhecimento sem, no entanto, recair em um relativismo absoluto em uma essencialização de experiências e posições.

O reconhecimento do lugar situado na produção de conhecimento implica, ao menos, dois enfrentamentos do pensamento ocidental moderno: a cisão entre emoção e razão, e entre corpo e mente.

Emoção e razão, corpo e mente são alguns dos binômios que estruturam o conhecimento e o poder colonial ocidental, e que se incorporam ao processo de produção da ciência moderna. Esse pensamento dicotômico não é neutro, mas hierarquizante, definindo um dos conceitos a partir da negação do outro. O corpo e a emoção devem ser excluídos da operação da produção de conhecimento. Eles são definidos a partir do que falta (GROSZ, 2000). Cada uma dessas qualidades do binômio negativo/positivo está associada a grupos humanos específicos: a razão e a mente são relacionadas ao grupo de homens brancos heteronormativos, enquanto a emoção e o corpo são as referências dadas aos variados grupos de mulheres, homens negros, não heteronormativos, indígenas e de classe baixa.

A partir dessa dicotomia ou de sua subversão, questiono a produção criminológica e seus lugares situados de produção de saber, para que a distância entre as propostas engajadas da Criminologia Crítica e as práticas de produção de conhecimento possam ser confrontadas. Hooks (2015), por exemplo, nos provoca a pesquisar, com rigor, os lugares situados da branquitude para compreender por que, às vezes, os mesmos grupos que se declaram engajados em uma política antirracista reproduzem e reinscrevem a dominação racial em seus discursos e em suas práticas. Passo para essa provocação para pensar sobre as distâncias entre os discursos e o compromisso da Criminologia Crítica com o fim da violência do controle punitivo.

## **2.1 Contribuições da teoria do conhecimento socialmente situado**

Algumas epistemologias feministas, sob diferentes perspectivas, problematizam e resituam o lugar da emoção, das trajetórias e das experiências, ao reconhecer que elas influenciam, continuamente, a produção do conhecimento científico (JAGGAR, 1997). Assim, apostam que a relação entre conhecimento e emoção não seja mais um binômio em oposição nos debates epistemológicos, mas objeto de compreensão sobre as formas com que interagem e se constituem mutuamente (HARDING, 1993a).

A epistemologia positivista não destitui totalmente o lugar das emoções, reconhecendo sua presença na lógica da descoberta na qual se produzem as hipóteses. No entanto, no momento posterior, na lógica da justificação, normas e métodos são definidos para eliminar o que é tido como emocional ou o que componha o repertório de valores e preconceitos dos pesquisadores. Com isso, a produção científica pretende alcançar uma objetividade, afastando de seus resultados o que é parte do terreno da subjetividade (JAGGAR, 1997).

Essa perspectiva é capaz de obter algum sucesso, ao afastar e evitar que certas idiossincrasias e valores individuais dos pesquisadores definam o resultado de suas pesquisas. Mas os métodos e normas científicas desenvolvidos a partir desse modelo de ciência não são suficientes para identificar e eliminar valores, agendas e interesses amplamente partilhados em uma comunidade científica. Tampouco, a comunidade científica, homogeneamente constituída, incentiva que se busquem outros observadores cujas “crenças sociais variam com a finalidade de aumentar a efetividade do método científico” (HARDING, 1993b, p. 57).

A proposta desenvolvida por uma das epistemologias feministas conhecida como *standpoint theory*, ou teoria do conhecimento socialmente situado, enfrenta o limite da pesquisa fundada na epistemologia positivista com vistas a potencializar a objetividade na produção de conhecimento, aplicando-a como “um recurso científico de avaliação sistemática” (HARDING, 1993b, 2015).

A pluralidade dos observadores e a inclusão de outras perspectivas são recursos importantes para assegurar e respaldar um método científico. Nem todos os observadores estão no mesmo lugar. Algumas posições sociais, em especial, provenientes de grupos marginalizados, são mais privilegiadas para determinar pontos de partida para a pesquisa e para alcançar a maximização da objetividade dos resultados de pesquisa. Embora esses locais não sejam suficientes para a produção de resultados válidos, eles são necessários para que sejam alcançados.

Harding (1993b) sustenta que há uma dificuldade dos grupos hegemônicos da academia posicionarem-se em relação a seus privilégios e aos impactos deles decorrentes em seu campo de pesquisa, o que, do ponto de vista metodológico, torna esses grupos mais debilitados para a produção de um conhecimento válido, apesar de suas “boas intenções”.

## **2.2 Intelectuais periféricos e pensamento situado na crítica criminológica**

O lugar situado do grupo de pesquisadores da crítica criminológica pode não apenas revelar hipóteses situadas como também demarcar resultados atravessados por valores sociais que constituem a subjetividade de seus pesquisadores. No campo das pesquisas sobre branquitude e relações raciais, Zuberi e Bonilla-Silva (2008) afirmam que a posição hegemonicamente branca dos pesquisadores limita a sua “imaginação sociológica” a respeito das questões raciais. No mesmo sentido, podemos afirmar que a posição situada dos criminólogos críticos, em relação à pesquisa sobre o funcionamento da criminalização, delimita sua possibilidade de pesquisa.

Zaffaroni (1998, 1999) e Del Olmo (1981) situam, geopoliticamente, os processos criminalizadores na América Latina na dinâmica do poder colonial. Deste modo, eles propõem que pensar sobre os contextos de poder periféricos, como são os latino-americanos, exige que se compreenda este lugar diferencialmente situado na modernidade. A partir daí, os estudos criminológicos puderam avançar para compreender como as dinâmicas estruturais coloniais afetaram, de modo singular, a região.

Mas, por outro lado, os estudos de então produziram uma homologia entre análises culturais, sociais e econômicas, e compreenderam o saber criminológico desde uma perspectiva instrumental, não diferenciando as categorias “interesse de classe” e “produção de ideias”, supondo assim, que o que era de interesse das classes dominantes locais do século XIX e início do XX (vistas sem contradições e de modo homogêneo no contexto de poder mundial) eram exatamente as ideias incorporadas instrumentalmente no plano da produção científica criminológica, mais precisamente, da Criminologia Positivista. Eles entenderam que as elites locais utilizavam teorias centrais, de modo instrumental, para garantir o controle das populações subalternas de fins do século XIX e início do século XX.

Para Sozzo (2014), apesar desses autores criticarem as apropriações instrumentais da elite nativa para a produção da Criminologia Positivista, permaneceram fazendo uso das teorias centrais, agora críticas. Segundo o autor, Rosa Del Olmo e Novoa Monreal propuseram esta autorreflexão sobre os modos e usos das teorias centrais para a periferia na produção das cri-

minologias críticas. Zaffaroni, por sua vez, colocou diretamente em xeque a universalidade do saber europeu e a necessidade de um saber sincrético para compreender as dinâmicas do poder local.

Proponho avançar nesse questionamento e, além de pensar em como as teorias se situam em torno das divisões coloniais e geopolíticas, também avaliar o lugar da produção teórico criminológica dentro do contexto de poder do Sul, mais especificamente, no Brasil.

O intelectual da Criminologia Crítica produzida a partir de um contexto de poder periférico como o Brasil não é portador de uma transparência em seu lugar de fala, por habitar a periferia geopolítica. A divisão internacional do trabalho que delimita o centro e a periferia se reproduz também na divisão internacional do conhecimento, em seu amplo espectro, e redefine alianças intelectuais dentro da própria região periférica de poder.

A produção e representação da elite nativa periférica precisa também ser situada nesse contexto. Essa elite não está no mesmo lugar que todos. As posições situadas só podem ser compreendidas a partir de contextos que não reproduzam uma marcação absoluta e estática. As posições têm valor porque são interligadas a outras posições.

Spivak (2010, p. 71) chama de “elite idealmente subalterna”<sup>9</sup> a elite nativa dos países de Terceiro Mundo. A ideia de uma política de circulação do conhecimento considerada idealmente subalterna, porque proveniente do Terceiro Mundo, corre o risco de abrigar privilégios e posições situadas ocultas em seu enunciado.

A divisão monolítica entre Norte/Sul e a representação de intelectuais do Sul, “idealmente subalternos”, não garante que a pluralidade de perspectivas e o privilégio epistemológico dos lugares subalternos sejam garantidos, o que incita a pensar sobre os lugares situados da Criminologia produzida no Sul.

---

9 Ao longo do texto, utilizo da categoria descritiva de Harding “grupos marginalizados” para me referir a grupos sociais não hegemônicos que não compartilham igualmente da distribuição de poder econômico, social, político, e eventualmente, acadêmico. O termo “subalterno” é uma categoria analítica polissêmica que tem características específicas conforme o uso de cada autor. No caso de Spivak, ela desenvolve um conceito que não coincide com descrição de grupos marginalizados, nem com a categoria política do marxismo tradicional de grupos oprimidos. O termo subalterno, nos estudos pós-coloniais, nos quais Spivak está incluída, refere-se a um espaço de diferença onde estão aqueles que não tem acesso ao imperialismo cultural.



Que hipóteses devemos investigar sobre a produção da pesquisa dessa Criminologia produzida no Brasil? Quais os possíveis vieses da produção acadêmica podem estar presentes nesse campo, reinscrevendo a dualidade corpo/mente da ciência moderna?

### **3. Sujeitos do saber, objetos do controle penal**

A distribuição de poder do campo criminológico garante que homens brancos falem sobre corpos de negros matáveis e corpos de mulheres violáveis. A Criminologia deve falar sobre seu lugar masculino e branco para averiguar, sistematicamente, como, e em que medida essas posições afetam os modos de produzir conhecimento e resultados considerados cientificamente válidos.

O corpo se associa ao feminino e às vidas racializadas. O saber crítico criminológico, a propósito, já apontou isto na história do controle punitivo, demonstrando como, no processo de colonização, os valores do incivilizado, do selvagem, do corpo arrebatado pelo atavismo facilmente se organizaram em torno dos não europeus ou da classe baixa europeia e, conseqüentemente, justificaram a anuência do poder violento do Estado.

Negros e indígenas são interpretados como corpos em nosso contexto, enquanto nós pesquisadores e pesquisadoras, na maioria brancos, desfrutamos do privilégio do olhar descorporizado. Como parte desprezada, o corpo aparece no pensamento moderno como aquele pedaço sem regras, disruptivo, que precisa ser conduzido pela mente (GROSZ, 2000).

E, embora as teorias feministas coloquem em questão a produção do pensamento moderno a partir de suas dualidades que subordinam e excluem, segundo Grosz (2000, p. 51), elas não têm problematizado ou teorizado “o papel do corpo masculino específico como produtivo de um certo tipo de conhecimento (objetivo, verificável, causal, quantificável)”.

O corpo que as teorias feministas têm apontado criticamente é aquele associado a um gênero e a algumas etnias, e que passa a “carregar o fardo da corporalidade do outro por isso” (GROSZ, 2000). Quer dizer, o sujeito que produz o conhecimento é uma pessoa descorporizada, abstrata, não vista. Esse sujeito está em cena na leitura de Butler (2002, p. 198) sobre o filme “Paris em chamas”, quando afirma que “o lugar masculino tem o privilégio de produzir

um olhar invisível, por meio do qual tem o poder de produzir corpos, mas não pertence a nenhum corpo”.

Os corpos representados como tais, trabalham, produtiva e reprodutivamente, para que os indivíduos brancos estejam livres para a produção e reflexão teórica e moral (GROSZ, 2000). Esta divisão produz um estatuto de poder, em que esses corpos existem como tais, para que outros corpos (brancos e masculinos) possam produzir conhecimento, tidos como descorporizados, abstratos e universais.

### **3.1 As representações do “Outro” objeto do controle penal**

Sugiro duas pistas a serem exploradas e testadas em projetos de pesquisa para compreender quais as representações dos “objetos do controle penal”. A partir do olhar descorporizado de quem pesquisa a Criminologia, a representação dos corpos do controle penal tende a reproduzir dois extremos: ou são homogêneos e mortificados, ou são aqueles que “falam por si”, o que coloca em questão dois problemas do campo: o da representação e posicionalidade dos pesquisadores que reduzem, sensivelmente, sua condição de imaginação do “Outro” do controle penal; e o do abandono da teorização social, quando se fala do subalterno como aquele que fala a verdade, sem representação ou mediação.

Nos debates sobre a seletividade na Criminologia Crítica, uma das formas de representação dos corpos de controle penal é a de um amontoado de corpos negros e pobres, homogêneos, monolíticos, pertencentes à ideia de periferia como uma abstração, em que colonialidade, racismo e subjetividade não são questões articuladas como modos de compreensão da criminalização. Deste modo, as representações reforçam e reificam o “Outro” do saber ocidental moderno, aquele que possui corpo (matável) e do qual todas as relações de textura, subjetividade e poder podem escapar.

Spivak (2000, p. 47) argumenta que “o mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo, de se constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária subjetividade”.

Esse “Outro colonial”, descrito em métodos quantitativos de número de presos, mortos e matáveis pelo controle penal, é representado a partir do lugar de pes-

quisadores situados hegemonicamente, tendentes a reproduzir preconceitos raciais (ZUBERI; BONILLA-SILVA, 2008) a partir de suas crenças compartilhadas.

Tal representação também confronta o campo em sua insistência em descrever e explicar o “Outro” sem, entretanto, aprender a representar a si mesmo em sua branquitude e masculinidade hegemônicas, em seu campo disciplinar. A questão, pelos efeitos das posições de pesquisa hegemônicas, possibilita o questionamento sobre “a demanda implícita -feita por intelectuais que escolhem um sujeito da opressão ‘naturalmente articulado’- de que tal sujeito apareça na história como uma narrativa resumida de um modo de produção” (SPIVAK, 2000, p. 71).

Nos estudos associados à Criminologia Feminista, merece ser avaliado o possível surgimento de uma outra forma de reificação dos grupos sociais marginalizados. Algumas pesquisas sobre violências contra a mulher propõem “ouvir as vozes das mulheres”, valorizar suas experiências. A preocupação em produzir pesquisa democraticamente mais engajada com as pautas de grupos marginalizados e de incluir novas posicionalidades no campo parece surgir, aqui, na forma de um populismo epistemológico que essencializa lugares e falas, em uma espécie de “realismo representacionista” (SPIVAK, 2000, p. 30).

A negação de uma produção teórica da ideologia na produção das representações garante que o essencialismo que supõe um subalterno transparente recaia, uma vez mais, numa reificação colonial do Outro. Não mais construído por meio de uma fala explícita do nós acadêmicos sobre o Outro homogêneo, mas por meio da escuta de uma fala de um sujeito supostamente livre de poder e de mediações que, por fim, volta a reproduzir um Outro acessível e homogêneo produzido com um empiricismo positivista.

## **Considerações finais: assentando as margens da criminologia**

Nas décadas de 1980 e 1990, Zaffaroni (1988, 2001) explorou as margens da Criminologia e pensou sobre as possibilidades de um saber capaz de compreender as dinâmicas de violência do controle penal colonial e racista na região de poder periférica. O autor considerava que a tarefa de uma Criminologia a partir de uma margem deveria ser a crítica ideológica permanente, definida por ele

como o modo de “estabelecer qual a capacidade de um sistema de ideias para permitir-nos o acesso à realidade” (ZAFFARONI, 1988, p. 22). E afirmava

uma crítica conforme este “realismo criminológico marginal” resulta numa espécie de pensamento contracultural dentro de nossas próprias sociedades periféricas, se por “cultural” entendermos as pautas e hábitos de pensamento de nossas classes médias e intelectuais (ZAFFARONI, 1988, p. 24).

Ao longo deste ensaio, vim indagando quais as margens criminológicas a serem habitadas, quase 30 anos após o trabalho seminal de Zaffaroni. As referências teóricas e as interpelações aqui expostas são diversas daquelas que o autor se propôs a responder naquele tempo. Mas considero que o campo criminológico brasileiro tomou aquelas questões como algumas de suas questões orientadoras (ANDRADE, 2012, 2013; BATISTA, 2013). Por isto, faço uso dessa pista para pensar sobre as margens da Criminologia Crítica no Brasil.

Uma vez provocadas as estabilidades das divisões corpo/mente e razão/emoção, reinscritas na produção criminológica, as margens da Criminologia podem ser pensadas a partir de três questões centrais, que se retroalimentam:

- a) A partir de novos marcos interpretativos capazes de questionar, sistematicamente, as agendas e os vieses produzidos pelo campo, bem como os lugares situados de pesquisa. Neste caso, as teorias das relações raciais, as teorias feministas e as teorias pós-coloniais poderiam ser bons recursos de investigação;
- b) A partir de uma agenda ativa de representação plural de pesquisadores e pesquisadoras. Sem este recurso, o abandono da reprodução do “Outro colonial” e o fortalecimento da “forte objetividade” da pesquisa se tornam inalcançáveis;
- c) A partir do recurso a novos métodos e novas gramáticas na produção de pesquisas que possam ser problematizadas e validadas pela comunidade científica, garantindo que os vieses dos métodos tradicionais e a exclusão de uma gramática não convencional e quantificada não reinscrevam a violência epistêmica no campo.

A abertura desses três caminhos é uma tentativa de avançar em uma pesquisa engajada da Criminologia Crítica no Brasil, ou então, uma tentativa de profaná-la. Agamben (2007), ao recuperar historicamente o sentido do ato profanar, o reconhece como uma forma de restituição das coisas sagradas ao livre uso dos homens, e eu diria -ao livre uso de quem está à margem.

## **Referências**

AGAMBEN, Giorgio. Elogio da profanação. *In*: AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALIMENA, Carla Marrone. *A tentativa do (im)possível: feminismos e criminologias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia Crítica na América Latina e Brasil: em busca da utopia adormecida. *In*: WOLKMER, Antonio Carlos; CORREAS, Oscar (Org). *Crítica Jurídica na América Latina*. Aguascalientes: CINEJUS, 2013, p. 1165-1203.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania. *Sequência*, v. 35, Florianópolis, p. 42-49, 1997b.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Da domesticação da violência doméstica: politizando o espaço privado com a positividade constitucional. *Discursos Sediciosos*, v. 4, Rio de Janeiro, p. 99-102, 1997a.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Em busca da latinidade criminológica: da recepção da Criminologia Crítica à construção de criminologias críticas latino-americanas. *In*: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência contra a mulher e controle penal. *Revista da Faculdade de Direito da UFSC*, v. 1, Florianópolis, p. 207-217, 1998.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina? *Sequência*, v. 33, Florianópolis, p. 87-114, 1996.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sexo e Gênero: a mulher e o feminino no sistema de justiça. *Informativo e Notícias da Academia Judicial*, v. 3, Florianópolis, 2003.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Discursos Sediciosos*, v. 13, p. 100-110, 2004.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminología de la Liberación*. Maracaibo: Ed. Univesidad de Zulia, 1987.

BALFOUR, Gillian. Re-imagining a feminist criminology. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, v. 46, n. 5, p. 735-752, 2006.

BARATTA, Alessandro. O paradigma de gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein. *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BATISTA, Vera Malaguti. *Realismo Marginal: criminologia, sociologia e história na periferia do capitalismo*. Rio de Janeiro: Mimeo, 2013.

BUTLER, Judith. El genero en llamas: cuestiones de apropiación y subversion. In: BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del 'Sexo'*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

CAMPOS, Carmen Hein de. Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 155, jan, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9484>. Acesso em: 14 jan. 2016.

CAMPOS, Carmen Hein de. *O discurso feminista criminalizante no Brasil: limites e possibilidades*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Teoria crítica feminista e crítica à(s) criminologia(s): estudo para uma perspectiva feminista em criminologia no*

Brasil. É possível uma criminologia feminista? Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, n. 68, p. 88-103, São Paulo, 2006.

CHESNEY-LIND, Meda; MORASH, Merry. Transformative feminist criminology: a critical rethinking of a discipline. *Critical Criminology*, v. 21, p. 287-304, 2013.

COMACK, Elizabeth. Producing feminist knowledge: lessons from women in trouble. *Theoretical Criminology*, v. 3, n. 3, p. 287-306, 1999.

DEL OLMO, Rosa. *América Latina y su Criminología*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1981.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo Negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FLAVIN, Jeanne. Feminist for the mainstream criminologist. An invitation. *Journal of Criminal Justice*, v. 29, p. 271-285, 2001.

GROSZ, Elisabeth. Corpos Reconfigurados. *Cadernos Pagu*, n. 14, p. 45- 86, 2000.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista de Estudos Feministas*, n. 1, p. 7-31, 1993a.

HARDING, Sandra. *Objectivity and diversity. Another logic of scientific research*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

HARDING, Sandra. Rethinkingst and point epistemology: what is “Strong objectivity”? In: ALCOFF, Linda and POTTER, Elizabeth. *Feminist epistemologies*. New York and London: Routledge, 1993b.

HENNE, Katryn; TROSHYNSKI, Emile. Mapping the margins of intersectionality: criminological possibilities in a transnational world. *Theoretical Criminology*, v. 17, n. 4, p. 455-473, 2013.

HOOKS, Bell. *Yearning: race, gender and cultural politics*. New York and London: Routledge, 2015.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, p. 157-185, 1997.

MARTINS, Fernanda. *A (des)legitimação do controle penal na Revista de Direito Penal e Criminologia (1971-1983): A Criminologia, o Direito Penal e a Política Criminal como campos de análise crítica ao sistema punitivo brasileiro*. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

MAY, Tim. *Pesquisa social: Questões, métodos e processos*. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDES, Soraia da Rosa. *(Re)pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista*. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, 2012.

PERRONE, Tatiana Santos; MENEGUETI, Vanessa. Cadê as mulheres? Uma análise da participação feminina no IBCCrim. *Boletim do IBCCrim*, Rio de Janeiro, maio, 2014.

SANTOS, Juarez Cirino dos. A criminalidade violenta na cidade do Rio de Janeiro. *Revista de Direito Penal*, v. 25, jan/jun, 1978.

SILVA, José Bonifácio Alves da; BACKES, José Licínio. A presença da diferença negra e indígena na educação superior e o processo de ressignificação da Universidade Brasileira. *Revista Interdisciplinar de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 1. n. 2, p. 120-135, 2015.



SOZZO, Máximo. “Traduttore traditore” Viagens culturais na história do presente da criminologia na América Latina. In: SOZZO, Máximo. *Viagens culturais e a questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, Augusto. O trabalho na FUNABEM com menores infratores numa visão crítico-criminológica. *Revista de Direito Penal*, Rio de Janeiro, n. 26, jul/dez, 1979.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología: aproximación desde una margen*. Bogotá: Themis, 1988.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. El discurso feminista y el poder punitivo. In: BIRGIN, Haydée (Org). *Las trampas del poder punitivo: El género del Derecho Penal*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. 5. ed. Tradução Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *En busca de las penas perdidas*. Ediar Sociedad Anonima Editora, 1989.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *La mujer y el poder punitivo*. (1992). Disponível em: <http://www.cubc.mx/biblioteca/libros/Zaffaroni%20-%20Mujer%20y%20poder%20punitivo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ZUBERI, Tukufu; BONILLA-SILVA, Eduardo. *White logic, White methods: racism and methodology*. Lanham, MD: Rowmanand Littlefield, 2008.



# Feminicídio no Brasil: Palavra e Crime que não se Quer Reconhecer

Ela Wiecko V. de Castilho

## Introdução

Em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Ainda que a taxa de homicídio de mulheres tenha crescido 7,5% entre 2005 e 2015, quando analisamos os anos mais recentes, verificamos uma melhora gradual, tendo este indicador diminuído 2,8% entre 2010 e 2015, e sofrido uma queda de 5,3% apenas no último ano da série (FBSP, 2017).

Em 2016, 4.657 mulheres foram assassinadas no Brasil. Apenas 533 casos foram classificados como feminicídios, o que sugere as dificuldades na implementação da Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015 (FBSP, 2017).

Esta lei<sup>10</sup> de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher de 2012<sup>11</sup>, alterou o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990 para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

O texto difere do inicialmente proposto pela CPMI, que considerava haver feminicídio quando presentes uma ou mais das seguintes circunstâncias: (i) relação íntima de afeto ou parentesco, por afinidade ou consanguinidade, entre a vítima e o agressor no presente ou no passado; (ii) prática de qualquer

---

10 A tramitação legislativa iniciou no Senado como PLS 292, de 2013 (BRASIL, 2013b). Aprovado em sessão plenária, no dia 17 de dezembro de 2014, foi encaminhado para revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. Ali tramitou como PL 8.305, de 2014 (BRASIL, 2014a), em regime de urgência, tendo sido discutido e votado em Plenário em 3 de março de 2015.

11 A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher teve a finalidade de investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

tipo de violência sexual contra a vítima, antes ou após a morte; (iii) mutilação ou desfiguração da vítima, antes ou após a morte (BRASIL, 2013a).

Difere do texto aprovado pelo Senado apenas na expressão “razões de gênero”, que foi substituída por “razões de condição de sexo feminino”. A substituição foi qualificada como emenda de redação (BRASIL, 2014a).

Eis a redação final sancionada pela Presidenta da República:

**Art. 1º** O art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Homicídio simples**

Art. 121. ....  
.....

**Homicídio qualificado**

§ 2º.....  
.....

**Feminicídio**

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

.....

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

- I - violência doméstica e familiar;
- II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

.....

**Aumento de pena**

.....

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.”(NR)

**Art. 2º** O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º .....

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV, V e VI);

.....” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação (BRASIL, 2015).

A justificação do projeto de lei menciona o relatório da Relatora Especial da ONU para a Violência contra as Mulheres, suas Causas e Consequências, Rashida Manjoo, segundo o qual a incidência desse tipo de crime está aumentando no mundo inteiro, sendo a impunidade a regra. Menciona também o reconhecimento pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (2009) da responsabilidade do Estado mexicano pela falta do dever de diligência na investigação das mortes de mulheres em *Ciudad Juárez*. Registra ainda a Recomendação da Comissão sobre o *Status* da Mulher da ONU (2013) de reforçar a legislação nacional para punir assassinatos violentos de mulheres e meninas relacionados a gênero, bem como o Protocolo para a Investigação de Assassinatos Violentos Relacionados a Gênero de Mulheres/Femicídio para a América Latina. Expressa que:

A importância de tipificar o feminicídio é reconhecer, na forma da lei, que mulheres estão sendo mortas pela razão de serem mulheres, expondo a fratura da desigualdade de gênero que persiste em nossa sociedade, e é social, por combater a impunidade, evitando que feminicidas sejam beneficiados por interpretações jurídicas anacrônicas e moralmente inaceitáveis, como o de terem cometido “crime passionai”. En-

via, outrossim, mensagem positiva à sociedade de que o direito à vida é universal e de que não haverá impunidade. Protege ainda a dignidade da vítima, ao obstar, de antemão, as estratégias de se desqualificarem, midiaticamente, a condição de mulheres brutalmente assassinadas, atribuindo a elas a responsabilidade pelo crime de que foram vítimas.

A seguir, será apresentada uma análise técnico-jurídica e sociológica da figura típica penal, abordando alguns pontos objeto de controvérsia e de resistência à aplicação da lei. A resistência, inclusive, suscitou a Ideia Legislativa n. 73.169 que vai ser analisada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, pois alcançou mais de 20 mil votos, em consulta pública. A justificativa da SUG n. 44/2017 é de que a lei foi sancionada como se as mulheres morressem por serem mulheres e o termo feminicídio “totalmente infundado, que fere o princípio de igualdade constitucional. Qualquer crime contra qualquer pessoa, em função de violência passional, deve ter o agravante de crime hediondo (sic)” (BRASIL, 2017a).

## **1. Análise técnico-jurídica e sociológica do tipo penal**

No feminicídio, tal como no homicídio, o Estado dá uma resposta à violação do direito à vida das pessoas. Utiliza do aparato penal com a finalidade de punir quem mata outrem. O direito à vida é, pois, o “objeto jurídico” do crime. A distinção entre homicídio e feminicídio advém do “objeto material” e do sujeito passivo, constituídos por mulher, bem como pela motivação da conduta.

O direito à vida é um direito humano que deve ser protegido pela lei penal, consoante se extrai do art. 5º, XXXVIII (competência do júri para os crimes dolosos contra a vida) e XLI (a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais) da Constituição da República de 1988. À luz do texto constitucional, são improcedentes as críticas à tipificação do feminicídio fundadas no argumento do direito penal mínimo, na suficiência da tipificação existente do homicídio qualificado, na violação ao princípio da igualdade dos sexos e na ineficácia da lei penal com vistas à prevenção de tal conduta.

Em primeiro lugar, como referido acima, o legislador ordinário está obrigado a prever a criminalização dos(as) autores(as) de atentados dolosos contra a vida.

Por outro lado, não há vício de inconstitucionalidade na definição legal do feminicídio como uma das formas do homicídio qualificado. Valem os mesmos argumentos que foram desenvolvidos para se declarar a constitucionalidade da Lei n. 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. Leia-se o seguinte trecho do voto do Min. Marco Aurélio:

Para frear a violência doméstica, não se revela desproporcional ou ilegítimo o uso do sexo como critério de diferenciação. A mulher é eminentemente vulnerável quando se trata de constrangimentos físicos, morais e psicológicos sofridos em âmbito privado. Não há dúvida sobre o histórico de discriminação e sujeição por ela enfrentado na esfera afetiva. As agressões sofridas são significativamente maiores do que as que acontecem contra homens em situação similar. Além disso, mesmo quando homens, eventualmente, sofrem violência doméstica, a prática não decorre de fatores culturais e sociais e da usual diferença de força física entre os gêneros. Na seara internacional, a Lei Maria da Penha está em harmonia com a obrigação, assumida pelo Estado brasileiro, de incorporar, na legislação interna, as normas penais, civis e administrativas necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, tal como previsto no artigo 7º, item “c”, da Convenção de Belém do Pará e em outros tratados internacionais ratificados pelo país. Sob a óptica constitucional, a norma também é corolário da incidência do princípio da proibição de proteção insuficiente dos direitos fundamentais, na medida em que ao Estado compete a adoção dos meios imprescindíveis à efetiva concretização de preceitos contidos na Carta da República. A abstenção do Estado na promoção da igualdade de gêneros e a omissão no cumprimento, em maior ou menor extensão, de finalidade imposta pelo Diploma Maior implicam situação da maior gravidade político-jurídica, pois deixou claro o constituinte originário que, mediante inércia, pode o Estado brasileiro também contrariar o Diploma Maior (BRASIL, 2014b).

Em debates anteriores de reforma do Código Penal (CP) sobre a proposta de incluir no § 2º do art. 121 a qualificadora “por preconceito de raça, cor, etnia, sexo ou orientação sexual, condição física ou social, religião ou origem”, Ney Moura Telles (2004, p. 78) já refutou a crítica de que seriam todos motivos torpes, sendo desnecessária a sua explicitação na norma. Afirma que “a explicitação dessas novas figuras qualificadas (...) é uma exigência imposta pela necessidade de conferir melhor e maior proteção às minorias dentro da sociedade, contra ataques homicidas de pessoas intolerantes”.

Não se trata de ampliação do direito penal e de recurso a efeito meramente simbólico, mas do aperfeiçoamento e atualização da norma penal para incidir em condutas que antes eram acolhidas ou justificadas pela sociedade, embora sempre causadoras de dano a bem jurídico, tradicionalmente, sob proteção da lei penal, isto é, o direito à vida. Por isso, pouco adequado o fundamento invocado pela Senadora Gleisi Hoffmann de “anseio pelo agravamento da punição penal” (BRASIL, 2014c).

Estudos demonstram que nomear para apreender pode ser dissociado de demandas por ampliação dos castigos ou novas tipificações penais. “A leniência do sistema de justiça parece não estar na punição, mas na investigação” (DINIZ; COSTA; VIEIRA, 2015, p. 235), de modo que o aperfeiçoamento visa destacar do conjunto de homicídios praticados no Brasil aqueles em que as vítimas são mulheres e a motivação decorre da condição feminina. A desagregação dos dados permite a produção de estatísticas para subsidiar políticas de prevenção.

O fato de as mulheres morrerem menos que os homens por violências não torna sem importância as estatísticas sobre mortes das mulheres. As políticas de enfrentamento da violência não podem ter o foco apenas na maior incidência. Na avaliação da demógrafa Jackeline Romio (*apud* LAURETTI, 2017), é preciso também olhar para as singularidades e tendências, aplicando denominadores endógenos a cada grupo populacional. Assim, “é fundamental entender a relevância de cada causa dentro do total da própria mortalidade feminina e, após isso, comparar à masculina, para buscar a diferença de sexo com olhar para as desigualdades de gênero”. Nessa perspectiva, a mortalidade masculina por causas externas é muito mais alta que a feminina na faixa dos 15 aos 49 anos, mas guarda similaridade com a feminina na faixa de menos de 14 anos e mais de 50 anos.

“Sujeito ativo” do crime de feminicídio pode ser qualquer pessoa, ou seja, não se exige nenhuma qualificação especial. Pouco importa o sexo, a orientação sexual e a identidade de gênero. Mas na prática, em regra, ele é do sexo masculino e com identidade de gênero masculino. Esse padrão decorre do fato de que ainda vivemos numa sociedade patriarcal, em que a figura masculina é o centro do poder. Especialmente, a partir dos anos 60, o patriarcalismo vem sendo contestado pelas mulheres em todo o planeta, mas é uma forma de organização social com história de longa duração. Nas palavras de Débora Diniz, Bruna Costa e Sinara Vieira (2015, p. 226): “o patriarcado é um marco de poder, castigo. O gênero é só um deles; a colonialidade, a classe ou a



cor são outros”. Quando as mulheres não querem obedecer à sua vontade, sob a pseudolegitimidade do poder pátrio masculino que invoca, não raro, uma apressada leitura da Bíblia, há homens que “tentam exigir obediência pela prática da violência nos seus diferentes moldes: psicológica, patrimonial, física ou discriminatória” (MACHADO, 2016, p. 167).

“Sujeito passivo” do feminicídio é a mulher com vida extrauterina, seja de que idade for. Se houver destruição intencional de vida intrauterina de feto do sexo feminino, ainda que por razões de sexo, configurar-se-á o crime de aborto (art.125 do CP). Se o agente, intencionalmente, quiser o resultado morte do feto e morte da mãe, haverá concurso de feminicídio com o aborto. Se não quiser diretamente a morte do feto, mas tiver ciência da gestação, incidirá no feminicídio com o aumento de pena previsto. Se não tiver conhecimento da gravidez da vítima, só responderá pelo feminicídio.

Jackeline Romio (*apud* LAURETTI, 2017) desenvolveu, em sua tese de doutorado, o conceito do feminicídio como fenômeno epidemiológico e uma tipologia que revela a magnitude e características dele no Brasil. Ela distingue feminicídio doméstico (no espaço da residência), reprodutivo (mortes por aborto) e sexual (quando a morte decorre da violência sexual). Note-se que, os fatos que ela classifica como feminicídio nem sempre serão registrados como feminicídio no banco de dados dos sistemas de segurança e de justiça, em especial, os abortos e os estupros com resultado morte, porque nos dois casos há tipos penais específicos (arts. 125 e 213 do CP<sup>12</sup>).

Mulher na concepção prevalente do direito é a pessoa do sexo feminino. Por essa razão, não caracteriza feminicídio causar a morte de uma travesti, apesar de sua identidade de gênero feminina, ou de uma transexual mulher. Na redação do PLS n. 292, de 2013, era menos questionável a possibilidade de incidência da lei às pessoas transexuais e intersexo, porque mencionava “razões de gênero” (BRASIL, 2013b).

Nas precisas palavras de Janaína Penalva (2015):

A transexualidade explode o problema do binarismo homem/mulher e põe a diversidade de gênero no centro do debate. Parece, entretanto,

12 O PLS 292, de 2013 considerava feminicídio a prática de qualquer tipo de violência sexual contra a vítima, antes ou após a morte e que a aplicação da pena do feminicídio não excluía a aplicação das penas relacionadas aos demais crimes, a exemplo do estupro (BRASIL, 2013b).

que a adequação da genitália não pode ser requisito de mensuração do gênero feminino. Assim como ocorre com as transexuais, não há correspondência entre a marca biológica e a constituição subjetiva para as pessoas trans. E não se pode avaliar ou medir moralmente essa não correspondência. Não podemos separar os direitos das pessoas trans dos direitos dos transexuais pelo bisturi da cirurgia.

Assim, independentemente do sexo registrado na identificação civil, se uma pessoa se autoidentifica como mulher e é assim considerada pelas outras pessoas, pode ser vítima do feminicídio. Vem em apoio a esta interpretação, o entendimento firmado pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao acolher pedido de modificação de prenome e de gênero de transexual que apresentou avaliação psicológica pericial para demonstrar identificação social como mulher. Para o colegiado, o direito dos transexuais à retificação do registro não pode ser condicionado à realização de cirurgia que pode, inclusive, ser inviável do ponto de vista financeiro ou por impedimento médico (BRASIL, 2017b).

O maior número de feminicídios ocorridos no espaço da residência atinge mulheres na faixa de 15 a 49 anos, mas na tipologia epidemiológica que inclui as mortes decorrentes de violência sexual é muito alta a vitimização de crianças e adolescentes do sexo feminino de 0 a 14 anos (LAURETTI, 2017). Segundo o Mapa da Violência 2015,

quase a metade dos homicídios masculinos acontece na rua, com pouco peso do domicílio. Já nos femininos, essa proporção é bem menor: mesmo considerando que 31,2% acontecem na rua, o domicílio da vítima é também um local relevante (27,1%), indicando a alta domesticidade dos homicídios de mulheres (WAISELFISZ, 2016, p. 41).

Do ponto de vista da cor/raça, a mortalidade de mulheres não negras teve uma redução de 7,4% entre 2005 e 2015, atingindo 3,1 mortes para cada 100 mil mulheres não negras. A mortalidade de mulheres negras (pretas e pardas) sofreu aumento de 22% no mesmo período, chegando à taxa de 5,2 mortes para cada 100 mil mulheres negras. Com isso, cresceu a proporção de mulheres negras entre o total de mulheres vítimas de mortes por agressão, passando de 54,8% em 2005 para 65,3% em 2015 (FBSP, 2017).

Do ponto de vista descritivo, chamado na dogmática penal de “tipicidade objetiva”, o crime de feminicídio consiste em “matar mulher por razões de condição de sexo feminino”.

O núcleo do tipo é o verbo “matar”, que significa destruir a vida e expressa o resultado de uma conduta que não é descrita no tipo. Por isso, a conduta tem forma livre, é toda aquela que produz o resultado morte, podendo consistir numa ação ou numa omissão. Abrange meios diretos (por ex. disparo de arma de fogo) ou indiretos (ataque de um cão feroz), materiais (mecânicos, químicos, patológicos), psíquicos ou morais (susto, medo). É necessário o exame pericial, chamado corpo de delito direto ou indireto, porque se trata de uma infração que deixa vestígios (art. 158 do Código de Processo Penal).

O Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2016, p. 41) observa que,

se nos homicídios masculinos prepondera largamente a utilização de arma de fogo (73,2% dos casos), nos femininos essa incidência é bem menor: 48,8%, com o concomitante aumento de estrangulamento/sufocação, cortante/penetrante e objeto contundente, indicando maior presença de crimes de ódio ou por motivos fúteis/banais.

Mas a morte também pode se dar por omissão. A omissão penalmente relevante é aquela em que o(a) omitente devia e podia agir para evitar a morte. Tem o dever de agir: (a) quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; (b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; (c) com seu comportamento anterior criou o risco da ocorrência do resultado (art. 13, § 2º do CP). As estatísticas não trazem dados sobre essa forma de matar, provavelmente, subnotificada ou registrada como forma culposa.

Elemento fundamental do tipo penal é a motivação da conduta consistente em “razões da condição de sexo feminino”, expressão que é objeto de conceitualização legal no § 2º do art. 121 do CP. A expressão substitui, a título de emenda de redação, a anterior “razões de gênero”. Todavia, na aplicação da Lei n. 13.104/2015 não se poderá fugir totalmente do conceito de gênero, uma vez que a “condição de sexo feminino” é uma construção social, tal como o papel social atribuído às mulheres na sociedade e que constitui o chamado gênero feminino.

É importante compreender o(s) significado(s) de gênero nas ciências sociais<sup>13</sup>, termo que vem sendo incorporado na linguagem jurídica com sentidos diferentes, e que vem sofrendo interpretações da doutrina e dos aplicadores do

---

13 Louis (2006) discorre acerca das diversas acepções do termo.

direito, não raro, equivocadas<sup>14</sup>. Para efeitos do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, “o termo ‘gênero’ abrange os sexos masculino e feminino, dentro do contexto da sociedade, não lhe devendo ser atribuído qualquer outro significado” (art.7º, 3, Decreto n. 4.388, de 25 de setembro de 2002).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994) que expressamente se direciona à violência contra a mulher baseada no gênero, preferiu não definir o termo, assim como no Brasil, a Lei Maria da Penha que deu cumprimento aos compromissos assumidos naquela Convenção.

Por sua vez, a Convenção do Conselho da Europa para Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (2011) apresenta, no art. 3º definições sobre “violência contra as mulheres”, “violência doméstica” semelhantes às da Convenção de Belém do Pará, como também sobre “gênero” e “violência de gênero”, da seguinte forma:

[...]

c) “Gênero” refere-se aos papéis, aos comportamentos, às atividades e aos atributos socialmente construídos que uma determinada sociedade considera serem adequados para mulheres e homens;

d) “Violência de gênero” exercida contra as mulheres abrange toda a violência dirigida contra a mulher por ser mulher ou que afeta desproporcionalmente as mulheres;

[...].

A acepção utilizada nessa Convenção corresponde ao que é entendido, de modo geral e consensual, como gênero. Nessa acepção, “razões de gênero” dizem respeito a construções socioculturais sobre sexo, sexualidade e corpo, que afetam desproporcionalmente as mulheres.

Importante conhecer e utilizar os Princípios de Yogyakarta (2006), que versam sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. O Preâmbulo esclarece

---

14 Isso vem ocorrendo na aplicação da Lei Maria da Penha, que define violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, como, por exemplo, no caso em que exige a hipossuficiência da mulher para aplicar as medidas protetivas de urgência.

que, “orientação sexual” é a “capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas;” e “identidade de gênero” como a “experiência interna, individual e profundamente sentida, que cada pessoa tem em relação ao gênero que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive, o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos”.

De acordo com a Lei n. 13.104/2015, há razões de condição do sexo feminino, em primeiro lugar, quando o crime envolve violência doméstica e familiar.

Em respeito à coerência sistemática do ordenamento jurídico brasileiro, a expressão “violência doméstica e familiar” deve ser interpretada conforme o art. 5º da Lei Maria da Penha. Dessa forma, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte: (a) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; (b) no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; (c) em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação<sup>15</sup>.

Conforme dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, analisados pela demógrafa Jackeline Romio, entre 2009 e 2014, metade das mulheres mortas por agressões no Brasil foi assassinada dentro da própria casa. O número inclui crianças e adolescentes. Em mais de 40% dos casos, os autores são familiares, cônjuges ou ex-cônjuges (LAURETTI, 2017).

Em segundo lugar, o art. 2º-A, II indica como razão de condição de sexo feminino o menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Essa hipótese

---

15 No substitutivo da Senadora Gleisi Hoffman, o inciso I do art. 2º-A referia-se à violência doméstica e familiar, “na forma da legislação específica”. Na votação em Plenário, seguindo sugestão da Senadora Vanessa Grazziotin, a cláusula foi suprimida, por desnecessária.

prescinde de comprovação de qualquer dos elementos do art. 5º da Lei Maria da Penha, os quais dizem respeito a relações interpessoais de maior proximidade. Aqui não se exige qualquer tipo de relação. Agente e vítima podem até se encontrar casualmente e pela primeira vez, oportunidade em que o crime é perpetrado.

Críticas têm sido dirigidas a esse inciso, por uma suposta falta de objetividade. Entretanto, menosprezo e discriminação não se circunscrevem ao âmbito da subjetividade das pessoas, se exteriorizam em condutas. Episódios que envolvem violência sexual, antes e após a morte, ou “casos em que há tortura e mutilação revelam a desumanização e o ódio em relação à condição feminina”, como nos “estupros coletivos de quatro adolescentes, em Castelo do Piauí, e assassinato de uma delas” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 18). Não existe uma regra universal que abarque todas as situações de menosprezo. Cada caso deve ser avaliado individualmente, “buscando elementos que ajudem a compreender se o comportamento violento do/a agressor/a e a situação de vulnerabilidade da vítima estão ou não relacionados a fatores discriminatórios” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 19). Nesse sentido, a destruição de objetos, fotos ou documentos da vítima, bem como o instrumento utilizado para causar a morte, é indicativa da discriminação potencializada em ódio<sup>16</sup>.

As duas hipóteses podem coexistir. Ao fim e ao cabo, a segunda hipótese, da misoginia, explica também a primeira. Misoginia, que Lourdes Bandeira e Tânia Almeida (2016, p. 81) definem “como sendo a manifestação de comportamentos, sentimentos ou atitudes daquele/a que não aceita e [não] reconhece a igualdade existencial da mulher”.

Mas não é suficiente a existência de uma conduta dolosa e um resultado morte. É necessário haver “nexo de causalidade” entre ambos, indispensável para imputar a(o) autor(a) da conduta a responsabilidade criminal pelo resultado. É a regra que vale para todos os crimes de resultado material.

Consuma-se o crime quando o(a) autor(a) realiza a ação ou omissão por razões de condição de sexo feminino, provocando a morte. Se esse resultado não se concretizar em virtude de circunstâncias alheias à vontade do agente, provocando ou não algum tipo de lesão, teremos uma tentativa de feminicídio.

---

16 A violonista Mayara Amaral foi estuprada por três homens, um deles com quem se relacionava afetivamente, morta com golpes de martelo na cabeça, teve bens subtraídos e foi carbonizada. O fato ocorreu num motel em Campo Grande (MS), em 24 de julho de 2017. Após várias versões seu ex-namorado confessou os fatos e disse “Fui movido pelo ódio” (MACEDO, 2017).

dio. De acordo com a regra do art. 14, II do CP, a tentativa será punida com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

Na doutrina penal brasileira, é praticamente incontroverso que os elementos subjetivos gerais do tipo (dolo ou culpa) integram a conduta. Por isso, fala-se em “tipicidade subjetiva”. A tipicidade subjetiva do feminicídio consiste em matar mulher por razões de condições de sexo feminino, com dolo direto ou eventual. Não há feminicídio culposo. O homicídio doloso classifica-se em simples e qualificado (neste incluído o feminicídio), com penas distintas.

“O dolo é a vontade de realizar o tipo, guiada pelo conhecimento efetivo dos elementos do tipo objetivo necessários para sua configuração” (ZAFFARONI; BATISTA, 2010, p. 270). Abrange, pois, elementos descritivos e normativos, nexos causal e resultado, lesão ao bem jurídico, elementos de autoria e participação, elementos objetivos das circunstâncias agravantes e atenuantes, bem como das causas de aumento e de diminuição. Da observação das diferenças nas condutas, a doutrina estabelece classificações em espécies de dolo. A que predomina, identifica o dolo direto de primeiro grau, dolo direto de segundo grau e dolo eventual.

Casos noticiados na imprensa revelam as disputas interpretativas sobre o dolo do agressor. Queria matar? Queria subtrair bens da vítima? Queria estuprar? Queria alcançar todos esses resultados? São questões a serem resolvidas pela prova feita em cada caso, em concreto. A depender dessa prova, o enquadramento jurídico-penal poderá se circunscrever a um crime ou a mais de um, em concurso formal ou material. Assim, apenas feminicídio ou feminicídio em concurso com outros crimes (por exemplo, roubo, estupro).

Em geral, as dúvidas dizem respeito às qualificadoras do homicídio ou à causa de privilégio. Um caso bastante noticiado na imprensa traz uma hipótese, cuja solução jurídica tem consequência relevante, porque pode deslocar a classificação da conduta como crime contra a pessoa (vida) para crime contra o patrimônio, subtraindo o julgamento pelo tribunal do júri. Além disso, no latrocínio (roubo qualificado pelo resultado morte), a pena é de reclusão de 20 a 30 anos, bem mais elevada do que a do feminicídio, de 12 a 30 anos.

Na morte da violonista Mayara do Amaral, a hipótese do latrocínio excluiu inicialmente a imputação do feminicídio que, no entanto, foi reivindicada pelas feministas (DAMASCENO, 2017). Com efeito, a subtração de bens da vítima e o estupro não excluem o feminicídio. São motivações que coexis-

tem e, no caso concreto, as circunstâncias indicam o predomínio da motivação pela misoginia. Na lição de Raúl Zaffaroni e Nilo Batista (2010, p. 275), ao explicar o dolo direto de primeiro grau, “a vontade direta e imediatamente referida ao resultado típico não se desnatura pela procura simultânea de outros objetivos ulteriores”. A imputação penal não deve ser escolhida pela quantidade da pena. De qualquer forma, no caso, a pena se aproximará da do latrocínio, considerando o concurso de crimes de feminicídio, roubo e estupro.

Na doutrina brasileira, conforme Luiz Prado, Érika Carvalho e Gisele Carvalho (2014, p. 440),

as qualificadoras são circunstâncias legais definidas na Parte Especial do CP. Não se confundem com as circunstâncias agravantes da Parte Geral. Ambas implicam pena acima do mínimo legal. Entretanto, as agravantes não preveem o *quantum* do aumento, que fica a critério do juiz. As qualificadoras, ao contrário, alteram os parâmetros, mínimo e máximo, do tipo básico.

Assim, a pena do homicídio simples é de reclusão, de 6 a 20 anos. No homicídio qualificado, as margens da pena se dilatam para 12 a 30 anos.

Por sua vez, deve-se distinguir as qualificadoras das causas de aumento de pena, gerais ou especiais. Estas consistem em determinado *quantum* de aumento da pena, fixo ou variável, que irá incidir na terceira fase de aplicação judicial da pena.

Tanto para o homicídio simples quanto para o qualificado, estão previstas as seguintes causas de aumento de pena: 1/3, se a vítima é pessoa menor de 14 ou maior de 60 anos; de 1/3 até a metade, se praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança ou por grupo de extermínio.

O aumento afasta a agravante genérica do art. 61, II, *h* do CP, aplicável a todos os demais crimes cometidos contra crianças e idosos. Essa circunstância reconhece a maior reprovabilidade da conduta contra pessoas que, por suas características, têm menor capacidade de defender-se.

“Milícia privada e grupo de extermínio são elementos normativos carentes de definição legal, mas cuja compreensão pode ser alcançada sem maiores dificuldades, como se vê da conceituação elaborada na doutrina” (PRADO; CARVALHO, E.; CARVALHO, G., 2014, p. 643), bem como na sua utilização em decisões do Supremo Tribunal Federal.



O feminicídio foi inserido no art. 121 do CP como uma “qualificadora” do homicídio com causas de aumento específicas: de 1/3 até a metade, se a vítima estiver grávida ou nos três meses posteriores ao parto; se for menor de 14 ou maior de 60 anos, ou com deficiência; na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Para melhor compreensão dos efeitos práticos da proposta, é importante saber como se realiza a determinação judicial da pena. De acordo com o art. 68 do CP, é um procedimento trifásico. Primeiro, é fixada a pena-base, conforme as circunstâncias judiciais previstas no art. 59, caput do CP<sup>17</sup>, nos limites previstos para cada crime. Em segundo lugar, são consideradas as circunstâncias legais, agravantes e atenuantes definidas nos arts. 61 a 67 do CP. Em terceiro lugar, são consideradas as causas gerais ou especiais de aumento ou de diminuição da pena. Após, deve o juiz fixar o regime de cumprimento da pena privativa de liberdade e analisar a substituição desta por outra espécie de pena, se cabível.

Observe-se que, na fixação da pena incide o princípio do *ne bis in idem*. Assim, se um mesmo fato estiver presente em mais de um momento será considerado uma única vez, na seguinte ordem: 1º) quando integra o tipo (fundamental ou derivado) para definir em que artigo da lei se enquadra; 2º) quando constitui causa de aumento ou diminuição, se é circunstância legal, atenuante ou agravante; 3º) como circunstância judicial para definir a pena-base (COSTA, 2006, p. 151-152).

Esclarecidos esses pontos, a primeira indagação que se coloca é saber se na hipótese do feminicídio aplicar-se-ão as causas de aumento dos §§ 4º e 6º do art. 121 do CP com as do novel § 7º.

A solução é dada pelo parágrafo único do art. 68 do CP, segundo o qual “no concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua”. Portanto, a causa de aumento será de 1/3 até a metade, se a mulher for menor de 14 ou maior de 60 anos, se for deficiente, se estiver grávida ou nos três meses posteriores ao parto (cf. § 7º); se o feminicídio for praticado por milícia privada sob o pretexto de prestação de serviço de segurança ou por grupo de extermínio (cf. § 6º). A lei

17 São circunstâncias judiciais a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos, as circunstâncias e consequências do crime, bem como o comportamento da vítima.

nova é mais severa, tanto na ampliação das hipóteses previstas no § 4º como no grau do aumento, antes limitado a 1/3.

Observe-se que, o art. 61, II, *h* do CP prevê como circunstância que sempre agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime, o praticado contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou grávida. O termo criança é interpretado conforme a Lei n. 8.069/1990, isto é, menor de 12 anos. Essa agravante, na maioria das hipóteses, será absorvida pela causa de aumento.

A hipótese de feminicídio praticado por milícia privada ou grupo de extermínio não é abstração. Há alguns anos, o extinto Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi mobilizado para investigar uma série de mortes de mulheres na região do Cariri por um grupo de extermínio.

O aumento maior no feminicídio (1/3 até metade) em relação aos demais homicídios qualificados (1/3) no que diz respeito à idade e deficiência da vítima, à condição de gravidez ou do período pós-parto e, ainda, à presença de ascendente e descendente na cena do crime leva a questionamento acerca de sua constitucionalidade.

É justificável a maior causa de aumento relativa à condição de gravidez ou do período pós-parto, dada a maior reprovabilidade do injusto e porque são condições específicas da condição biológica da mulher. Todavia, o mesmo não se pode dizer das demais causas: não se justifica a sua aplicação apenas para a vítima mulher. Nesse aspecto, o dispositivo da Lei é inconstitucional, por violação ao princípio da igualdade. Não é imprescindível, porém, propor ação direta de inconstitucionalidade. Basta conferir interpretação conforme à Constituição, ou seja, limitar a causa de aumento a 1/3, quando a vítima for mulher menor de 14 ou maior de 60 anos, ou deficiente. O problema persiste em relação à causa de aumento, pelo fato de o crime ser praticado na presença de ascendente ou descendente da vítima. É uma causa até então inexistente na lei e que não encontra justificativa, a não ser pela frequência com que ocorre nas mortes de mulheres causadas por agressões praticadas por homens, em contextos de violência doméstica e familiar.

Ainda no tocante às causas de aumento de pena, o que se deve entender por mulher com deficiência, descendente ou ascendente? O conceito de deficiência há de seguir a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 186/2008. Ascendente e descendente são pai, mãe, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos, ligados por vínculos naturais. É

dominante na doutrina e na jurisprudência brasileiras que a ampliação para vínculos estabelecidos por afinidade ou por vontade expressa encontre óbice na vedação da analogia em tema de criminalização, mas possa ser levada em conta no exame das circunstâncias judiciais. Vê-se, que a interpretação restrita reforça a inconveniência dessa causa de aumento.

As qualificadoras existentes do homicídio (art. 121, § 2, I a V) são classificadas em três grupos, tendo em vista: (i) motivos; (ii) meios de execução; (iii) conexão teleológica ou consequencial com outro crime. A qualificadora do feminicídio inclui-se no primeiro grupo, ao qual pertencem o homicídio por motivo torpe e por motivo fútil.

Se o homicídio de uma mulher não se enquadrar na qualificadora do feminicídio, poderá sê-lo nas demais hipóteses de homicídio qualificado, ou seja, quando cometido: I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; II - por motivo fútil; III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V - para assegurar a execução, a ocultação ou a impunidade ou vantagem de outro crime.

Nada impede que o homicídio se enquadre, concomitantemente, na qualificadora do feminicídio e em alguma(s) das demais. Nesse caso, uma das circunstâncias será utilizada para qualificar o crime e a(s) outra(s) será(ão) levada(s) em consideração como circunstância(s) agravante(s) na fixação da pena.

Esta possibilidade, bastante comum, poderá enfraquecer o objetivo de evitar as desclassificações do homicídio qualificado para homicídio simples, pelo não reconhecimento da alegação de ciúmes como motivo fútil ou torpe, ou mesmo, para homicídio privilegiado e absolvição por legítima defesa da honra. É provável que polícia e ministério público prefiram enquadrar o fato, de imediato, nas demais hipóteses de homicídio qualificado, por entenderem mais difícil de demonstrar as “razões de condição de sexo feminino”.

Este prognóstico baseia-se nos achados da pesquisa de Sinara Gumieri Vieira (2013), de análise dos discursos judiciais de 35 processos relativos a homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, ocorridos no Distrito Federal, entre 2006 e 2011, e julgados sob o marco da Lei Maria da Penha.

Dentre os 23 processos (65%), em que foram registrados históricos de violência doméstica, “o ministério público mencionou-os em alegações finais ou apelações em 8 casos (23%)”, na maioria das vezes, com o intuito de caracterizar má conduta social dos réus. “O judiciário, por sua vez, mencionou-os em sentenças ou acórdãos em 6 casos (17%), sendo que, em apenas dois deles (6%) os históricos foram considerados na avaliação das circunstâncias judiciais” (VIEIRA, 2013, p. 45), e

dos 18 processos (52%), em que a defesa apresentou teses legitimadoras da violência sofrida pelas vítimas, em 13 (37%) a sentença destacou que motivos e circunstâncias já estavam abrangidos pelas qualificadoras de motivo fútil ou torpe. Em 5 sentenças (14%) a descrição do relacionamento fez referência a um sentimento de posse ou propriedade nutrido pelo agressor em relação à mulher. No entanto, em geral não foram relacionadas a um ciclo de violência doméstica e familiar ou a desigualdades de gênero (VIEIRA, 2013, p. 53-54).

Todavia, Amom Albernaz Pires (2016) faz uma analogia com a elementar objetiva do emprego de violência que diferencia um crime de roubo de um crime de furto. Conclui que a qualificadora do feminicídio descreve hipótese fática objetiva da presença (existência ou emprego) de violência praticada contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (isto é, por razões de gênero) em duas hipóteses específicas: violência doméstica e familiar contra a mulher e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Ou seja, caberá aos jurados apenas verificar a situação objetiva, da presença ou não, dessas duas hipóteses como ocorre hoje com a verificação pelo juiz togado, por ocasião da fixação da pena, da incidência da circunstância agravante do art. 61, II, f, parte final, do CP, a qual prevê exasperação da pena quando o agente tiver cometido o crime “com violência contra a mulher na forma da lei específica”, isto é, na forma da Lei 11.340/2006.

Este entendimento encontra, em parte, respaldo num acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, segundo o qual no feminicídio consistente em homicídio, em âmbito de violência doméstica e familiar, “não se questiona o motivo do crime ou o “animus” do agente, mas deve-se analisar se o fato se amolda ao contexto de violência doméstica, conforme previsão do artigo 5º da Lei n. 11.340/2006. Nesta hipótese, a qualificadora de feminicídio é de natureza objetiva, sendo possível coexistir com a qualificadora de motivo torpe” (BRASIL, 2016).

Vê-se que, mesmo reconhecendo a natureza objetiva, o Tribunal admite coexistir com uma qualificadora de natureza subjetiva. Não se manifestou sobre a natureza da segunda hipótese, relativamente, ao menosprezo e discriminação, cujo reconhecimento dificilmente dispensará o exame da subjetividade do agente.

Diante dessas considerações, teria sido conveniente a inserção de uma regra na Lei n. 13.104/2015, tornando obrigatório o exame preliminar das “razões de condições de sexo feminino” e a prevalência dessa qualificadora sobre as demais.

Veja-se, ainda, a hipótese de diminuição da pena presente no § 1º do art. 121 do CP, denominada de homicídio privilegiado: “se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor moral ou social, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço”.

A pesquisa de Marina Lacerda e Silva (2013, p. 44-45), que abrangeu a análise de 36 casos do mesmo conjunto estudado por Sinara Gumieri Vieira, identificou a privilegiadora como recorrente tese da defesa. Segundo a pesquisadora,

o domínio de violenta emoção logo após injusta provocação da vítima, invocada em 19 casos, apareceu como reduto patriarcal do direito, pois tenta-se, a todo custo, atribuir à mulher e à paixão que ela causa, parte considerável da responsabilidade pela sua própria morte<sup>18</sup>.

Na lição de Ney Moura Telles (2004, p. 80), “é incompatível, em regra, a convivência das qualificadoras de natureza subjetiva com as privilegiadoras, todas de natureza pessoal”. Conclui que só é possível a convivência das qualificadoras objetivas.

Se o feminicídio, como afirmado antes, é qualificadora de natureza subjetiva, incompatível o reconhecimento simultâneo de homicídio qualificado-privilegiado. Para evitar teses nesse sentido, que só se tornam possíveis se os/as aplicadores/as da lei operam com estereótipos de gênero,

---

18 O trabalho também revela que a agravante de violência doméstica e familiar contra a mulher (art. 61, II, f, do CP) é pouco utilizada (11 casos equivalentes a 31%) e que na metade dos casos, na dosimetria da pena, a agravante é compensada com a atenuante da confissão espontânea, sendo ambas consideradas de mesmo valor em relação ao crime (p. 59-60). Os processos judiciais analisados neste trabalho e no de Sinara Gumieri Vieira foram coletados no âmbito da pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”, realizada pela Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, em 2012, para o edital “Pensando a Segurança Pública”, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

teria sido conveniente também a inserção de uma regra na Lei n. 13.104/2015, vedando expressamente a incidência da causa de redução da pena, a exemplo do que consta no PLS 236, de 2012<sup>19</sup>.

Por fim, cabe comentar sobre a inclusão expressa do feminicídio no rol dos crimes hediondos. Não poderia ser diferente, pois as demais hipóteses de homicídio qualificado já fazem parte dele. Antes da edição da Lei, os assassinatos de mulheres praticados por homens já eram considerados hediondos, se enquadrados em uma das qualificadoras dos incisos I a V. De modo que, não é apropriado dizer que “agora, matar uma mulher é crime hediondo”.

## **Conclusão**

Sob um aspecto estritamente técnico-jurídico, vimos que Lei n. 13.104/2015 não viola o princípio da isonomia nem exacerba injustificadamente o poder punitivo, exceto no que diz respeito a uma das causas de aumento de pena. Do ponto de vista da política criminal, é útil para “tornar inteligível a matança de mulheres como uma violência do gênero” (DINIZ; COSTA; VIEIRA, 2015, p. 235), trazendo mais eficácia à implementação da política de enfrentamento à violência criada pela Lei Maria da Penha. Mais especificamente, vale lembrar, que a não nomeação gera prejuízos para mulheres que conseguiram sobreviver às agressões, bem como às vítimas indiretas e para as quais poder-se-ia oferecer medidas protetivas e a assistência integral necessária para interromper a espiral de violência.

O grande entrave para a aplicação da Lei Maria da Penha, bem como para a consecução do objetivo de dar visibilidade ao fenômeno da violência letal contra as mulheres, é de natureza cultural. A resistência que se observa na aplicação e na implementação da Lei Maria da Penha tende a persistir. Para quebrá-la, devem ser adotadas estratégias no âmbito do processo penal e no âmbito administrativo, a exemplo de regras que priorizem o exame da qualificadora do feminicídio, de protocolos de investigação e de práticas antidiscriminatórias,

---

19 O PLS 236, de 2012, reforma o Código Penal. Propõe no art. 121, § 3º: “A pena é diminuída de um sexto a um terço se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob domínio de violenta emoção, logo em seguida de injusta provocação da vítima, salvo se praticado contra criança, adolescente, idoso, pessoa com deficiência e **mulher em situação de violência doméstica e familiar** (grifei).”

aliadas a um crescente esforço para adotar as perspectivas de gênero e raça/cor em todas as políticas públicas como requisito de uma sociedade igualitária.

## **Referências**

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Misoginia, violência contra as mulheres e direitos. *In*: BARBOSA, Theresa Karina (Org.). *A mulher e a justiça: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos*. 1. ed. Brasília: AMAGIS, 2016. p. 79-92.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *PL n. 8.305, de 17 de dezembro de 2014*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. (2014a). Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=858860>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 out. 2017.

BRASIL. *Decreto n. 4.388/2002, de 25 de setembro de 2002*. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm). Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. *Decreto-Legislativo n. 186, de 10 de julho de 2008*. Aprova o texto de Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm). Acesso em: 29 out. 2017.

BRASIL. *Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm). Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. *Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990*. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm). Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. *Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 30 set. 2017.

BRASIL. *Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm). Acesso em: 25 out. 2017.

BRASIL. Senado Federal. Comissão de Constituição e Justiça. *Parecer n. 244, de 2014, sobre o PLS n. 292 de 2013*. (2014c). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4153133&ts=1567534344569&disposition=inline>. Acesso em: 31 jan. 2015.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. *Relatório Final da CPMI sobre Violência Contra a Mulher*. (2013a). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio->



final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contras-mulheres. Acesso em: 31 jan. 2015.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado n. 292, de 2013*. Altera o Código Penal para inserir o Femicídio como circunstancia qualificadora do crime de homicídio. (2013b). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113728>. Acesso em: 31 jan. 2015.

BRASIL. Senado Federal. *Sugestão n. 44 de 2017*. Extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passional. (BRASIL, 2017a). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131193>. Acesso em: 3 nov. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. STJ Notícias. *Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia*. 9 mai. 2017. (2017b). Disponível em: [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia). Acesso em: 9 mai. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Constitucionalidade n. 19/DF. Relator: Ministro Marco Aurélio. Distrito Federal, 9 de fevereiro de 2012. *Diário da Justiça Eletrônico*, n. 80, 29 de abril de 2014. (2014b). Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>. Acesso em: 25 out. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Recurso em sentido estrito n. 20150310174699. Relator: Silvanio Barbosa dos Santos, 2ª Turma Criminal, Acórdão n. 9555062, 14 de julho de 2016. *Diário de Justiça Eletrônico*, 22 de julho de 2016, p. 129-138.

COSTA, Leonardo Luiz de Figueiredo. *Direito penal*: parte geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

COUNCIL OF EUROPE (COE). *Convenção do Conselho da Europa para Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica*, 2011. Disponível em: <https://rm.coe.int/168046253d>. Acesso em: 31 jan. 2017.

DAMASCENO, Victória. Mulheres pedem justiça para Mayara, mais uma vítima do feminicídio. *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/mulheres-pedem-justica-para-mayara-mais-uma-vitima-de-femicidio>. Acesso em: 5 nov. 2017.

DINIZ, Débora; COSTA, Bruna Santos; VIEIRA, Sinara Gumieri. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 114, maio/jun, p. 225-239, São Paulo, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2017*. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 1 nov. 2017.

LAURETTI, Patrícia. Demógrafa tipifica e vê feminicídio como fenômeno epidemiológico. *Jornal da Unicamp*, 26 out. 2017. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/10/26/demografa-tipifica-e-ve-femicidio-como-fenomeno-epidemiologico>. Acesso em: 31 out. 2017.

LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: o que significa gênero? *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 3, set/dez, p. 713-726, 2006.

MACEDO, Nathali. Mayara Amaral, mais uma vítima de feminicídio, palavra e crime que o Brasil não reconhece. *Diário do Centro do Mundo*. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/mayara-amaral-mais-uma-vitima-de-femicidio-palavra-e-crime-que-o-brasil-nao-reconhece-por-nathali-macedo/>. Acesso em: 4 ago. 2017.

MACHADO, Lia Zanotta. Violência baseada no gênero e a Lei Maria da Penha. In: BARBOSA, Theresa Karina (Org.). *A mulher e a justiça: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos*. 1. ed. Brasília: AMAGIS, 2016. p. 161-176.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Disponível em: [http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU\\_Cartilha.pdf](http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf). Acesso em: 22 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio)*. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo\\_femicidio\\_publicacao.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo_femicidio_publicacao.pdf). Acesso em: 25 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Princípios de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: 30 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Relatório sobre mortes de mulheres relacionadas ao gênero, da Relatora Especial sobre Violência contra a Mulher, suas causas e consequências, Rashida Manjoo*. Conselho de Direitos Humanos. A/HRC/20/16, 2012.

PENALVA, Janaína. Quem é mulher? Parte II: Discriminação é uma palavra só no Código Penal. *Jota*. 22 abr. 2015. Disponível em: <https://jota.info/artigos/quem-e-mulher-parte-2-22042015>. Acesso em: 10 out. 2017.

PIRES, Amom Albernaz. A natureza objetiva da qualificadora do feminicídio e sua questão no Tribunal do Júri. *Jusbrasil*. Disponível em: <https://amomalbernaz.jusbrasil.com.br/artigos/172762972/a-natureza-objetiva-da-qualificadora-do-femicidio-e-sua-questao-no-tribunal-do-juri>. Acesso em: 4 set. 2017.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Orgs.). *FEMINICÍDIO: #InvisibilidadeMata*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Instituto Patricia Galvão, 2017.

PRADO, Luiz Régis; CARVALHO, Érika Mendes; CARVALHO, Gisele Mendes de. *Curso de direito penal brasileiro*. 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2014.

SILVA, Marina Lacerda e. *Para além da condenação: um estudo de gênero em processos de homicídios de mulheres com violência doméstica e familiar*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2013.

TELES, Ney Moura. *Direito penal: parte especial* (arts. 121 a 212). São Paulo: Atlas, 2004. 78 p.

VIEIRA, Sinara Gumieri. *Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar: ambiguidades do direito como tecnologia de gênero*. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2013.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência 2015*. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em: 1 out. 2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. *Direito Penal Brasileiro, II: teoria do delito*. Rio de Janeiro: Revan, 2010. 376 p.

# Política de Drogas e Encarceramento de Mulheres na América Latina

Corina Giacomello

## Introdução

Nos últimos anos, a política de drogas tem sido objeto de numerosos debates e propostas para novas perspectivas e reformas. Os países latino-americanos têm desempenhado um lugar de destaque na promoção de questionamentos para o marco internacional do controle de drogas e sua implementação na região. De fato, foi a iniciativa dos presidentes de três países da América Latina (México, Guatemala e Colômbia) que, em 2016, antecipou a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGASS) sobre drogas, prevista para 2019, em meio a temas de atrito ou de desacordo patente (FELTAB-BROWN; TRINKUNAS, 2015). A incorporação da perspectiva de gênero nas políticas de drogas, ao contrário, pode ser considerada como um avanço e, ao mesmo tempo, um consenso dentro da comunidade internacional reunida na Organização das Nações Unidas (BIDEAGIN PONTE, 2017). Isso é particularmente relacionado com o aumento do encarceramento de mulheres por delitos de drogas, mesmo que, por sua vez, tenha sido visibilizado por estudos da academia e da sociedade civil.

Este artigo pretende apresentar os cruzamentos entre as políticas de drogas e as relações de gênero na formação do sujeito “mulheres na prisão por delitos de drogas” na América Latina, a partir de uma perspectiva quantitativa e qualitativa. Por sua vez, a questão do impacto da privação de liberdade para as mulheres é abordada a partir de uma perspectiva quantitativa e qualitativa.

Na primeira parte, apresenta-se um panorama latino-americano sobre o encarceramento de mulheres por delitos de drogas, num contexto mais amplo do que entendemos por política de drogas. Então, essas discussões são desencadeadas a partir das histórias de vida de duas mulheres privadas de liberdade, em uma prisão feminina em *Oaxaca*, México. Na terceira parte, analisa-se

o marco normativo e discursivo sobre os impactos da privação de liberdade para as mulheres. Por fim, conclui-se com uma sessão de discussões.

Este capítulo faz parte de uma trajetória de pesquisa e advocacia mais ampla, desenvolvida ao longo dos últimos dez anos, com foco na América Latina e, particularmente, no México (GIACOMELLO, 2013a, 2013b, 2016, 2017a, 2017b, 2017c; GIACOMELLO; BLAS-GUILLEN, 2016; GIACOMELLO; BLAS-GUILLEN; ERREGUERENA, 2017).

## 1. Política de drogas e gênero: uma dupla promissora

A segunda década do século XXI está marcada, por exemplo, por uma mudança nas aproximações entre as políticas de drogas na América Latina e a incorporação da perspectiva de gênero, pelo menos, em um nível discursivo. Antes de aprofundar no desenvolvimento e no *status* atual do binômio política de gênero e de drogas, cabe esclarecer o que se entende por política de drogas e quais as tendências atuais nesta temática.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) identifica duas interpretações acerca do termo política de drogas (derivado do Inglês *drug policy*):

(1) No contexto de substâncias psicoativas, é o conjunto de políticas destinadas a influenciar a oferta e a demanda de drogas ilegais, a nível local ou nacional, abrangendo a educação, tratamento, controle e outros programas e políticas. Neste sentido, a política em matéria de drogas não inclui a política farmacêutica (exceto no que se refere ao desvio para uso não médico) nem a política de álcool e tabaco.

(2) No contexto do Programa de Ação da OMS sobre Medicamentos Essenciais, “a política nacional de medicamentos” faz referência à política farmacêutica<sup>20</sup> de um país sobre a comercialização, a disponibilidade e uso terapêutico dos medicamentos. A OMS recomenda que todos os países disponham de uma política deste tipo, formulada no contexto de uma política nacional de saúde. A lista de Medicamentos

---

20 A OMS (1994) define como política farmacêutica: “sistema regulatório dirigido a controlar a disponibilidade e demanda de **medicamentos**. Sinônimo de **política em matéria de drogas** (*drug policy*) (segunda definição) no Programa de Ação de Medicamentos Essenciais da OMS; nos países escandinavos também se denomina como ‘política de medicamentos’ (medicines policy). Um componente importante é, geralmente, a política sobre **medicamentos psicoativos**, o que reflete a alta proporção de receitas que se estendem a estes fármacos”. (grifo no texto original)

Essenciais da OMS é um esforço para ajudar aos países em desenvolvimento a elaborar uma política farmacêutica em consonância com a alocação de fundos para produtos farmacêuticos com base em necessidades de saúde, ao invés de aspectos de mercado (OMS, 1994, p. 49). (grifo no texto original)

A segunda definição revela uma abordagem mais científica, com base em uma concepção médica das drogas, na qual o termo é utilizado para se referir a qualquer substância que provoca mudanças nos organismos e que podem gerar dependência<sup>21</sup>.

No entanto, em linguagem coloquial, nos imaginários e, inclusive, dentro de organizações internacionais, prevalece a primeira definição de “política de drogas” e o termo “droga” como sinônimo de substâncias ilegais -por exemplo, a cocaína, a heroína e, com algumas exceções, cada vez mais numerosos, a maconha-, bem como sua dissociação com outras substâncias, tais como álcool e tabaco que, geralmente, não são consideradas como drogas.

Portanto, quando falamos sobre política de drogas, normalmente nos referimos, embora com imprecisão, a políticas voltadas para prevenção e tratamento do uso de certas substâncias psicoativas, bem como para o combate de seus mercados criminosos. O conjunto de ações voltadas para o consumo é conhecido pelo nome de “controle da demanda”, enquanto que a intervenção policial -ou militarizada- que visa enfrentar grupos criminosos e eliminar fisicamente a disponibilidade de drogas (por meio da erradicação e pulverização do cultivo, apreensões, prisões, interceptações e investigações sobre lavagem de dinheiro) é conhecida como “controle da oferta”.

As ações de controle da demanda e controle da oferta se depreendem de três convenções das Nações Unidas: i) a Convenção única sobre os estupefacientes de 1961, modificada pelo Protocolo de 1972; ii) a Convenção sobre

---

21 A OMS (1994, p. 33) define o termo drogas da seguinte maneira: “Termo de uso variado. Em medicina, refere-se a qualquer substância com potencial para prevenir ou curar uma doença ou melhorar a saúde física ou mental, e em farmacologia, como qualquer substância química que altera a processos fisiológicos e bioquímicos de tecidos ou organismos”. Assim, uma droga é uma substância que é ou pode ser incluída na Farmacopeia. Em linguagem coloquial, o termo geralmente se refere, especificamente, a **substâncias psicoativas** e, frequentemente, de maneira ainda mais concreta, para **drogas ilegais**. As teorias profissionais (p. ex., “álcool e outras drogas”), geralmente tentam demonstrar que a **caféina**, o tabaco, e o **álcool** e outras substâncias utilizadas, frequentemente, com fins não-médicos, também são drogas, no sentido que elas tomam, ao menos em parte, por seus efeitos psicoativos.

Substâncias Psicotrópicas (1971); e iii) a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1988).

O marco internacional para o controle de drogas é conhecido coloquialmente como “marco proibicionista”, embora, na realidade, as convenções não proibam nem ilegalizem nenhuma droga: em vez disso, representam um marco de regulamentação estrita para certas substâncias-organizada por meio de um sistema de listas- e prevê unicamente como legítimos os usos destas substâncias para fins médicos ou científicos. As convenções de drogas se embasam em dois objetivos principais: i) assegurar o acesso a medicamentos, especialmente, medicamentos essenciais; e ii) prevenir e combater o uso de drogas para fins não médicos, bem como o desenvolvimento de dependência destas substâncias. Esta abordagem faria presumir que as principais ações para alcançar os objetivos seriam enquadradas no controle da demanda. No entanto, na aplicação das convenções sobre drogas têm prevalecido as políticas de controle da oferta<sup>22</sup>.

O uso generalizado do direito penal, mesmo quando se trata de delitos de drogas leves e não-violentos ou associados com consumo pessoal, tem um impacto negativo sobre o gozo dos direitos (Conselho de Direitos Humanos, 2015). O impacto das políticas de drogas sobre os direitos humanos inclui, entre outras, as seguintes violações: no âmbito da saúde, a criminalização do uso de substâncias e estigmatização dos usuários envolve a falta de acesso a tratamento para pessoas com dependência ou uso prejudicial; também reduz o acesso a programas de redução de danos (por exemplo, distribuição de seringas limpas para usuários de drogas injetáveis), apesar de seu sucesso comprovado na redução de mortes associadas ao uso de drogas e à transmissão de doenças. A regulação rígida de substâncias contempladas pelos tratados das Nações Unidas sobre drogas também tem levado à falta de acesso a medica-

---

22 A nível das Nações Unidas, existem três instituições responsáveis por monitorar e assegurar a implementação dos tratados, e para auxiliar os países na elaboração e implementação de políticas de drogas coerentes com as Convenções: trata-se da Comissão de Entorpecentes (CdE , a seguir) -um corpo de 53 países-, a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE, a seguir) -composta por treze integrantes com função de monitoramento quase judicial da aplicação dos tratados- e a Organização Mundial da Saúde (OMS, adiante). À estes, se soma a Agência das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, adiante), com sede em Viena e presença em todo o mundo, por meio de escritórios regionais, que prestam assistência técnica aos países, não somente em relação a drogas, mas também em relação a prevenção do crime, ao sistema penitenciário, desenvolvimento alternativo, etc.



mentos essenciais por parte da maioria da população mundial: por exemplo, 92% por cento da morfina é consumida por 17% da população mundial, enquanto que o resto da população (83%) consome somente 8% (JIFE, 2017).

Do âmbito do controle da oferta, a securitização das políticas de drogas tem envolvido o uso do direito penal como principal resposta, particularmente, o uso de prisão preventiva e por condenação, contribuindo, em grande medida, para a crise penitenciária na América Latina, favorecendo, entre outros aspectos, a superlotação, a autogovernança e a corrupção nas prisões (CHAPARRO; CORREA; YOUNGERS, 2017). Alguns países implementaram políticas duras, que promovem violações a direitos humanos por meio da privação da liberdade ilegal, tortura e execuções extrajudiciais. As ações punitivas do Estado são geralmente destinadas a alvos que são parte de grupos socialmente discriminados: os pobres, os indígenas, os jovens e as mulheres. Geralmente, essas políticas repressivas não são acompanhadas de intervenções de prevenção do crime e justiça social; portanto, constituem uma resposta fácil de queixas sociais sobre insegurança, enquanto acentuam os problemas de exclusão, desigualdade e violência que, muitas vezes, são as principais causas para o desenvolvimento do crime organizado.

As políticas de erradicação e pulverização de cultivos ilícitos têm contribuído para comprometer o meio ambiente e deslocar populações residentes nesses territórios e que vivem do rendimento dos cultivos, pessoas que são, em sua maioria, indígenas e pobres (Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento [PNUD], 2015). Também, os programas de desenvolvimento alternativo não conseguiram articular de maneira participativa com as comunidades nem oferecer opções econômicas viáveis e sustentáveis (BUXTON, 2015).

Somente em anos recentes vem sendo gerado um vínculo entre a agenda de desenvolvimento e o marco de direitos humanos com as políticas de drogas que andavam, tradicionalmente, isoladas de outras agências do sistema das Nações Unidas; apenas em 2008 foi aprovada a primeira resolução sobre direitos humanos, sob a liderança do Uruguai. A resolução, chamada “Fortalecimento da cooperação entre a Agência das Nações Unidas contra Drogas e Crime e outras entidades das Nações Unidas para a promoção dos direitos humanos na aplicação dos tratados internacionais de controle de drogas” foi apoiada pela Argentina, Bélgica, Bolívia, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Países Baixos, Noruega, Peru, Romênia, Eslovênia, Espanha, Suíça e Reino

Unido. Apesar do grande apoio, despertou suscetibilidades entre outras delegações; por exemplo, a China considerou ridículo o pedido para que a CdE trabalhe de acordo com os tratados internacionais de direitos humanos; e a Tailândia expressou preocupação de que essas discussões minassem o consenso internacional tradicional na CdE, corpo político das políticas de drogas. Finalmente, a linguagem foi diluída e retiradas referências importantes da Resolução, entre outras, a pena de morte e os direitos dos povos indígenas; ainda assim representou um importante passo (BRIDGE *et al.*, 2017).

A incorporação da perspectiva de gênero nas políticas de drogas é, por outro lado, um tema de consenso entre os países da CdE e também foi abordada pela ONU Mulheres (2014), pela UNODC (2008) e pela JIFE (2017). Além disso, desde 2013 está solidamente incorporado nos discursos sobre drogas da Organização dos Estados Americanos (doravante OEA), no âmbito de abordagens para a reforma das políticas internacionais e regionais de drogas (OEA, 2013). Por exemplo, na Declaração de Antigua (2013) “Por uma política integral frente ao problema mundial das drogas nas Américas”, o tema das mulheres e a perspectiva de gênero é abordado e afirma que “as mulheres, crianças, e adolescentes podem ser vítimas de exploração por redes de tráfico ilícito de drogas, causando danos na família e na sociedade”; também sustenta que “as políticas públicas relacionadas com o problema mundial das drogas devem, necessariamente, ser concebidas e implementadas com uma perspectiva de gênero quando corresponderem” e se apropriadas “aos Estados-Membros, em conformidade com sua legislação nacional, e que continuem fortalecendo suas ações e políticas, incluindo a perspectiva de gênero visando reduzir a superlotação das prisões, com a promoção do maior acesso à justiça para todos, respeitando a proporcionalidade entre o dano e a pena, e o apoio de alternativas ao encarceramento quando apropriado particularmente, mediante o aumento do acesso à reabilitação, ao cuidado integral da saúde e aos programas de reinserção social; e, nesse sentido, encorajar os Estados-Membros a esforçarem-se para incorporar às suas práticas as disposições pertinentes das regras e regulamentos da Organização das Nações Unidas”.

Em 2014, a Comissão Interamericana de Mulheres publicou o estudo “Mulheres e drogas nas Américas: Um diagnóstico em construção”, em que coleta informações sobre a participação das mulheres em crimes relacionados com as drogas (CIM, 2014).

Como visto, a partir deste breve panorama, enquanto há um histórico de incorporação da perspectiva de gênero em resoluções e programas das agências internacionais sobre drogas, é a partir da segunda década do século XXI que a questão é levantada sistematicamente, especialmente, a partir da perspectiva das mulheres privadas de liberdade por delitos de drogas. Por exemplo, em 2015, o PNUD (2015, p. 26-27) publicou o informe “Políticas de controle de drogas e desenvolvimento humano” o qual se visibilizam os impactos que as políticas atuais de drogas representam para o desenvolvimento humano. O informe inclui uma seção chamada “dimensões de gênero” que faz referência a alguns dos problemas enfrentados por mulheres usuárias e por mulheres que se envolvem em crimes relacionados com as drogas. Em relação ao primeiro grupo, a ênfase no contexto de violência no qual, muitas vezes, as mulheres usuárias estão imersas por parte de seus parceiros íntimos, bem como dos funcionários responsáveis pela manutenção da ordem pública. Nota-se, também, que existem barreiras estruturais e culturais que reduzem o acesso das mulheres aos programas de atenção e tratamento, e que, pelo contrário, aumentam a sua estigmatização, sobretudo, no caso daquelas que são mães ou estão grávidas. Em relação ao segundo grupo, ressalta-se o aumento do encarceramento de mulheres por delitos menores e não-violentos relacionados com drogas e o impacto diferenciado para suas famílias, especialmente, no caso de filhas e filhos pequenos.

Em março de 2016, em meio às animadas discussões em torno da aprovação do documento final da UNGASS -realizada em abril do mesmo ano, em Nova York-, foi aprovada, no âmbito da 59ª sessão da Comissão de Entorpecentes, em Viena, a resolução “Incorporação da perspectiva de gênero nas políticas e programas relacionados com as drogas” (CdE, 2016). Esta foi proposta inicialmente pelo México e contou com o apoio do Brasil e Costa Rica; finalmente, o texto foi aprovado pela assembleia plenária com o apoio de outros oito países: Finlândia, Noruega, Austrália, Suécia, Argentina, Colômbia, Guatemala e Uruguai. A resolução, alimentando-se de produções acadêmicas e de defesa política existente sobre o assunto, reflete a situação da maioria das mulheres presas por crimes relacionados a drogas: pobres, com baixa escolaridade, vítimas de violência doméstica e sexual, mães e principais ou únicas responsáveis pelos cuidados de outras pessoas, incluindo seus filhos e idosos e, por vezes, usadas por redes de tráfico. São, em última instância, sujeitos

secundários responsáveis por crimes não-violentos que, em sua maioria, envolvem pequenas quantidades de drogas. Também, observa os problemas enfrentados pelas mulheres usuárias:

[...] Seriamente preocupada com as **barreiras sociais e estruturais** que seguem dificultando o **acesso das mulheres ao tratamento para o consumo de drogas**, como a pobreza e, em alguns casos, o fato de que os recursos não são suficientemente alocados para eliminar esses obstáculos, e plenamente consciente de que as mulheres vêm sendo gravemente afetadas por determinadas consequências do uso indevido de drogas, como as **doenças sexualmente transmissíveis**, e pelas consequências da **violência doméstica** e os **crimes cometidos sob a influência de drogas** [...] (CdE, 2016, p. 3). (grifado)

A declaração final da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGASS, 2016) também aponta para uma aproximação integral e inclusiva para a situação das mulheres frente às drogas e à política de drogas, particularmente, na alínea g da Seção “Recomendações operacionais sobre questões transversais: as drogas e direitos humanos, os jovens, as crianças, as mulheres e as comunidades”, dispõe para:

[...] Incorporar a perspectiva de gênero em programas e políticas sobre drogas e garantir a participação das mulheres em todas as etapas de sua elaboração, execução, monitoramento e avaliação; desenvolver e difundir medidas que levem em conta as necessidades e circunstâncias específicas das mulheres e meninas, em relação ao problema mundial das drogas e que sejam adequadas para sua idade e gênero e, enquanto Estados-partes, aplicar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as mulheres (UNGASS, 2016, p. 15).

A nível interamericano, a perspectiva de gênero se reflete no “Plano de Ação Hemisférico sobre Drogas, 2016-2020. Estratégia Hemisférica sobre Drogas da OEA” (Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, 2016), em que a perspectiva de gênero é incorporada como transversal.

Como evidencia este breve panorama, as mulheres, atualmente, são sujeitos visibilizados nos debates internacionais sobre drogas e política de drogas. Tanto que, no relatório anual da JIFE de 2016, o primeiro capítulo é dedicado ao tema das mulheres (JIFE, 2017). O capítulo “As mulheres e as drogas” resume os principais problemas enfrentados pelas mulheres usuárias

criminalizadas e encarceradas. Também, aborda questões sensíveis como a maternidade em relação ao uso de drogas e ao cárcere.

A visibilidade das mulheres em relação às drogas e às políticas de drogas é fruto de décadas de trabalho da academia e da sociedade civil, com intuito de sensibilizar e elaborar reformas sobre: i) o aumento da criminalização das mulheres em crimes de drogas; ii) o cruzamento entre as relações de gênero, feminização da pobreza e tráfico de droga; iii) as condições de discriminação e violência baseada no gênero que predomina nos sistemas penitenciários; e iv) o impacto da privação da liberdade sobre as mulheres, suas famílias e suas comunidades.

## **1.1 Mulheres e crimes relacionados com drogas na América Latina**

Desde a década de 1980 e, com mais destaque, desde a de 1990, o encarceramento de mulheres por crimes de drogas leves, não-violentos, aumentou na América Latina (GIACOMELLO, 2013b). Isso impacta nas políticas de drogas na região e no uso excessivo do direito penal; no entanto, no caso das mulheres, o aumento é mais forte do que no caso dos homens e isso não é exclusivo da região: somente entre 2000 e 2015, o número de mulheres e meninas privadas de liberdade, a nível mundial, cresceu cerca de 50%, contra 20% do aumento da população carcerária total e de 18% do crescimento da população mundial. No continente americano, o aumento foi três vezes maior do que a população total. O número de mulheres e meninas privadas de liberdade tem sido particularmente agudo na Guatemala, em El Salvador, Brasil e Colômbia (WALMSLEY, 2015).

Os crimes de drogas representam, na maioria dos países da região, a primeira ou a segunda causa de privação da liberdade das mulheres (precedidos por roubo) e a segunda ou terceira causa no caso dos homens (precedidos por roubo e homicídio). Na Colômbia, por exemplo, os crimes de “tráfico, fabricação ou posse de drogas representa a terceira maior causa de encarceramento (após roubo e homicídio) em geral, a segunda no caso dos homens e a primeira no caso de mulheres (GIACOMELLO, 2019). Também, na Argentina violações à lei de drogas (Lei n. 23.737) representam a terceira causa de encarceramento no país, tornando-se um dos fatores que mais afetam o crescimento da população penitenciária: por exemplo, a taxa de pessoas privadas de liberdade

aumentou 45%, entre 2000 e 2015; no entanto, a taxa de pessoas privadas de liberdade cresceu 45%, entre 2000 e 2015; enquanto, a taxa por violação à lei de drogas duplicou durante o mesmo período: em 2005 era de 9,5%, e em 2015 subiu para 18,5%, o que significa que havia muito mais pessoas presas por violar a lei de drogas. Medido em relação à população carcerária em geral, infratores à lei das drogas representavam 8,3% em 2005 e, portanto, em 2015 eram 11,2% (MJDH, 2016).

Em 2018, “45% das mulheres detidas no Chile foram acusadas de delitos de drogas, contra 22,7% dos homens”; também neste país os delitos de drogas representam a principal causa de prisão feminina (ECHAURY, 2019, p. 6). A tabela, a seguir, fornece algumas orientações sobre a extensão desse fenômeno:

**Tabela 1. Mulheres encarceradas por crimes de drogas na América Latina**

País	Percentual de mulheres presas por crimes de drogas	Aumento de mulheres presas por crimes de drogas
<b>Argentina</b>	65% (dezembro de 2012)	271% (1989/2008)
<b>Bolívia</b>	48% (2013)	114% (2003/2013)
<b>Brasil</b>	61% (junho de 2013)	290% (2005/2013)
<b>Colômbia</b>	45% (2014)	211% (2000/2014)
<b>Costa Rica</b>	75% (dezembro de 2011)	189% (2006/2011)
<b>Equador</b>	43% (2015)	NA
<b>México</b>	45%; crimes federais (agosto de 2014); 14%; crimes locais (maio de 2013)	NA 2% (2011/2013)
<b>Peru</b>	61% (julho de 2014)	35% (2008/2014)
<b>Uruguai</b>	24% (2013)	-

Fonte: BOITEUX, 2015, p. 3.

Estes números, por um lado, refletem as tendências na região, uma vez que o continente americano é, ao mesmo tempo, o que mais encarcera sua população e onde mais cresce a população carcerária no século XXI. Também, respondem à aplicação específica das políticas de drogas baseadas na criminalização de setores vulneráveis, o uso da prisão preventiva e a aplicação de penas longas de prisão (CHAPARRO; PÉREZ CORREA; YOUNGERS, 2017). Finalmente, no caso das mulheres, cruza com processos de envolvimento e as

formas que as mulheres atuam em crimes de drogas e como estas, por sua vez, interagem com padrões de gênero e dimensões socioeconômicas.

O envolvimento das mulheres em crimes de drogas não ocorre em um vácuo, mas em contextos sociais os quais, em meio a fluxos de mudança em termos de igualdade entre homens e mulheres, padrões persistentes de exclusão, discriminação e violência em razão de gênero. De acordo com o relatório do Fórum Econômico Mundial, a desigualdade de gênero é estimada em 32%, a partir de quatro categorias: i) participação econômica e oportunidade; ii) educação; iii) saúde e sobrevivência; e iv) empoderamento político. Na América Latina e no Caribe, a diferença é de 29,8%. Este relatório destaca que, em 2017, foi observada pela primeira vez, desde o começo da medição em 2006, uma ampliação da desigualdade de gênero (WEF, 2017). Particularmente, na área de oportunidades econômicas, a desigualdade de gênero está ficando para trás: estima-se que a desigualdade de gênero global tardará 100 anos para findar (contrariando a estimativa do ano anterior, de 83 anos), enquanto que a desigualdade econômica demorará 217 anos.

As áreas de discriminação contra as mulheres incluem a educação, o acesso à saúde, a formalidade no emprego, a independência econômica, assim como a área de violência. De acordo com informações da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 2014, um total de 2.089 mulheres, de 25 países, foram vítimas de feminicídio (BIDEAGIN PONTE, 2017) e, pelo menos doze mulheres são mortas, diariamente, na região (CEPAL, 2016).

Em termos econômicos, a desigualdade salarial entre homens e mulheres continua a ser significativa, uma vez que:

[...] As mulheres de 20 a 49 anos que trabalham, de forma remunerada, 35 horas por semana ou mais, e vivem em áreas urbanas na América Latina, recebem, em média, 83,9% em comparação com os homens. Além disso, quanto mais anos de estudo, maior a disparidade salarial entre os gêneros. Ao analisar os rendimentos por hora trabalhada, por gênero e raça-etnia, é evidente que as mulheres indígenas e afrodescendentes estão nas posições mais baixas da escala de renda, mesmo quando limitadas pelo nível educacional (CEPAL, 2016). A falta de correlação entre os níveis educacionais das mulheres e a redução das disparidades de gênero, idade e raça-etnia no mercado de trabalho dão conta da natureza estrutural da discriminação na América Latina e no Caribe (BIDEAGIN PONTE, 2017, p. 44).

Além disso, “28% da população da América Latina vive em condições de pobreza que afeta mais severamente as mulheres: em 2014, para cada 100 homens que viviam em casas pobres da região, havia 118 mulheres nesta situação” (BIDEAGIN PONTE, 2017, p. 40). A participação das mulheres em crimes de drogas, especialmente, da venda ao varejo ou transporte também está relacionada com os papéis e funções atribuídas, tradicionalmente, pelo sistema patriarcal às mulheres: as mulheres ainda estão a cargo dos cuidados de outras pessoas, principalmente das crianças. Por exemplo, dados da CEPAL mostram que metade das mulheres, cuja casa há crianças menores de 7 anos, está fora do mercado de trabalho, enquanto apenas 10% dos homens estão nessa situação. Em todos os países da América Latina e do Caribe, as mulheres estão sobre-representadas nos trabalhos não remunerados -e também os remunerados- e sub-representadas nos trabalhos remunerados. Levam, portanto, uma maior carga de trabalho, ao passo que suas contribuições para a economia são invisibilizadas (SCURO; VACA, 2017).

Por sua vez, as redes de tráfico de drogas que operam na região também se desenvolvem em um quadro social em que as relações de gênero desempenham um papel na formação dessas redes e nas funções de seus integrantes. Trata-se, principalmente, de redes machistas e hierárquicas, em que as mulheres desempenham, majoritariamente, papéis tradicionais (esposas, namoradas, filhas, prostitutas, mães) e funções secundárias (cultivadoras, recoletoras, transportistas, correios humanos, resguardo de pontos de venda, entre outros). Embora as mulheres também possam ocupar lugares de comando, se encontram, normalmente, na base da pirâmide produtiva dos mercados de drogas ilícitas. Isto as tornam automaticamente mais fáceis de serem detectadas e capturadas, sobretudo, considerando a abordagem punitiva das políticas de drogas e a criminalização secundária de sujeitos menores do tráfico, tanto homens como mulheres. Estes sujeitos estão longe de ser os destinatários de grandes ganhos, os cérebros das redes ou, até mesmo, as pessoas responsáveis pela organização e execução do transporte de grandes quantidades. Constituem, ao contrário, o tráfico formiga; no entanto, formam o principal grupo da população penitenciária na região.



## **2. Envolvimento e participação**

A persistência de padrões de violência de gênero contra as mulheres, a falta de acesso das mulheres a independência econômica com a feminização da pobreza, contribuem para que as mulheres se envolvam em crimes de drogas, por um lado e por outro, são alvos fáceis das política de drogas, cujo sucesso é baseado, entre outros indicadores, no número de pessoas encarceradas ou processadas (vendedores, distribuidores e, em alguns casos, usuários de drogas) (BEWLEY- TAYLOR, 2016).

Entre os padrões de envolvimento das mulheres, as relações familiares e, particularmente, as de casais desempenham um papel fundamental para o seu acesso a atividades relacionadas com drogas ilícitas. Geralmente, as mulheres se envolvem conscientemente nos crimes de drogas, embora o nível de conhecimento da atividade a ser levada a cabo (tipo de substância, quantidade, risco, pessoas que compõem a rede, pessoas que exercem papéis de mando, etc.) e os riscos (anos de prisão, condições das prisões, etapas e processos judiciais) sejam moldados pela influência dos homens sobre suas vidas e, muitas vezes, relações as quais coexistem a violência e a persuasão. Um estudo realizado por esta autora (GIACOMELLO, 2013a) na prisão de *Santa Marta Acatitla (Ciudad de México)* mostra que, na maioria dos casos, as narrativas das mulheres continham alguns elementos em comum: nenhuma se referiam ao seu envolvimento como produto de coerção direta, ameaça ou exploração, como o resultado ruim de uma escolha individual (transportar ou vender drogas) sob condições específicas, entre outras: i) a proximidade a redes de tráfico de droga dentro ou fora dos centros de reclusão ; ii) o uso de substâncias psicoativas; iii) o amor ou as responsabilidades de cuidado; e iv) situações econômicas adversas (GIACOMELLO, 2017a, 2017b, 2017c). Muitas delas compartilham um passado de violência em razão do gênero, incluindo a violência sexual e a grave exclusão social. Assim, o acesso a atividades relacionadas com as drogas ilícitas permite satisfazer as necessidades básicas e, ao mesmo tempo, continuar desempenhando papéis tradicionais, principalmente, o de mães e esposas. Portanto, as experiências destas mulheres foram marcadas pela coexistência de processos de agenciamento e vitimização em razão do gênero.

Estes achados são parte de um corpo de estudos (ANDERSON, 2005; TORRES ANGARITA, 2007; BAILEY, 2013; FLEETWOOD, 2014; LE; GIL-

DING, 2016) que mostram que a vitimização e o empoderamento se encontram, muitas vezes, entrelaçados nas histórias de vida de mulheres acusadas de crimes de drogas (ANDERSON, 2005).

A seguir, são narrados dois casos que complementam estas afirmações: o da Gaby, uma mulher indígena acusada de transportar maconha no estado de *Oaxaca*, no México; e o de Orfa, uma mulher de origem guatemalteca, acusada de posse de cocaína no México.

## Gaby

Gabriela Cruz -a quem me refiro como Gaby, a seguir- participou, em junho de 2016, juntamente com outras mulheres privadas de liberdade, de um projeto de realização de documentários sobre mulheres privadas de liberdade por crimes de drogas, no centro feminino de reinserção social *Tanivet (Oaxaca, México)*<sup>23</sup>. Aqui, a história é apresentada tal qual narrada naqueles dias de estreita convivência.

Gaby vem de um município indígena muito pobre de *Oaxaca*. Em seu município, as atividades relacionadas com a maconha, principalmente, limpeza e empacotamento, são comuns; de fato, representam a principal fonte de emprego da comunidade. Gaby vem de uma família que descreve como unida, até que o pai emigrou para os Estados Unidos por razões econômicas, quando Gaby era uma criança. Após alguns conflitos familiares, o pai de Gaby parou de enviar-lhes dinheiro. Assim, para apoiar sua mãe, Gaby começou a pedir dinheiro. Até que um dia, relata, uma pessoa da aldeia lhe disse que ela tinha que ganhar o pão:

A situação econômica era muito difícil.

Eu tinha um ano de ensino médio, mas comecei a faltar muito, porque minha mãe também começou a ficar doente e não havia ninguém para nos ajudar. Então eu fui pedir dinheiro emprestado: “Empreste-nos

---

23 Os casos apresentados neste capítulo foram coletados como parte de um projeto conjunto da Equis: Justiça para as Mulheres, A.C. (México), o Escritório de Washington para a América Latina - WOLA, sigla em inglês, Estados Unidos - e *Scopio Mexico*). O projeto envolveu a produção de três curtas-metragens com base nos testemunhos de mulheres privadas de liberdade, no centro feminino de detenção penal *Tanivet*, localizado no estado de Oaxaca, México. Os casos foram registrados em julho de 2017. Os vídeos podem ser visualizados no link <https://mujeresydrugas.wola.org/videos/>.

cem pesos, empreste-nos duzentos pesos para comprarmos comida”. As coisas que eram necessárias em casa...

Então chegou um dia em que me deparei com uma pessoa dali da aldeia, e perguntei se ele poderia emprestar dinheiro. E ele me disse que tínhamos que ganhar o pão para seguir em frente. E então me disse: “Eu lhe ofereço um trabalho. Ofereço que me acompanhes. Vamos para o México. Você vai carregar um pacote que vou te dar e eu te dou dinheiro em troca”. Esta foi a primeira vez que viajei.

A partir da primeira viagem e durante alguns anos, Gaby, apenas adolescente, começou a transportar maconha. Aos dezesseis anos, já havia retornado para a escola, quando foi vítima de estupro por uma pessoa do povo. Dessa violação teve sua primeira filha. Mais tarde, se apaixonou por um homem mais velho que ela, que se dedicava ao tráfico de maconha. Gaby voltou a viajar e assim descreve seu trabalho:

Para mim, naquela época... era um trabalho comum. Era um trabalho digno, honesto. Por quê? Simplesmente, porque a mercadoria chegava, a maconha, nós a limpávamos, a embalávamos, e era como um processo. Na aldeia, a gente ficava feliz quando começava esse tipo trabalho, porque... lá há até crianças, idosos, de qualquer idade.

Eu estava disposta a tudo porque minha família necessitava. E eu não culpo meus filhos, realmente fiz isso por eles. Mas foi por necessidade, pela pobreza... porque na aldeia não há outros meios que possam ajudar você. **E na aldeia, é como se estivesse vendendo pão.**

Após a relação com este homem, ela teve seu segundo filho, o qual o Senhor sempre repudiou desde a gravidez. Gaby chegou sozinha ao hospital. Seu filho nasceu com paralisia cerebral:

Aos quatro ou cinco meses, a criança não firmava a cabeça. Levei-o a um médico particular, que me disse que o menino teria que fazer umas tomografias para um diagnóstico. Mas para isso, a tomografia custava de 4.500 a 6.000 pesos<sup>24</sup>. Eu me preocupei muito e eu já tinha decidido deixar esse trabalho que fazia, porque eu já não gostava: havia muitos perigos. Nos foi dado um diagnóstico de que meu filho tinha paralisia cerebral motora grave... Algo assim...

---

24 Entre 240 e 320 dólares norte-americanos pela taxa de câmbio de dezembro de 2017.

Pela condição de seu filho, Gaby continuou transportando maconha. Ela foi presa em 2012 e condenada a 10 anos de prisão por transporte de maconha.

## Orfa

Orfa é da Guatemala. Quando começamos a conversar, ela nos disse que tinham lhe ensinado a ser obediente ao marido. Orfa, seu marido e filhos viviam um dia de cada vez. Em uma ocasião, ele contraiu uma dívida:

Em uma ocasião, ele pediu dinheiro emprestado. É aí que as coisas ficaram ainda mais complicadas, porque o que ele ganhava e, o pouco que eu também contribuía, não era suficiente para ir cobrindo a dívida. Quando o familiar falou “Quando é que você vai começar a me pagar? Olha que o tempo está correndo”, ele (o marido) ficava muito mal humorado...

Ele diz: “Para não nos arruinar mais, por que você não me apoia?”.

Realmente, desde o início, eu estava ciente de que, em algum momento a prisão... era o lugar que eu poderia esperar para mim.

Orfa se envolve, assim, no tráfico de cocaína da Guatemala para o México, incentivada por seu marido, a quem tinha aprendido a obedecer, em conformidade com a sua educação e com base na violência que ele exercia contra ela, e que era normalizada para ambos. Orfa levava a droga escondida debaixo da saia, colada a suas pernas. Ela e o marido sempre viajavam com seu filho mais novo, um menino de cerca de dois anos. Quando os prenderam, ameaçaram levar seu filho para dar a uma família que o queria. Finalmente, o menino foi enviado para uma instituição pública. O marido de Orfa foi absolvido e voltou para a Guatemala com a criança. Orfa foi condenada e sentenciada a cinco anos de prisão.

Transcorrida uma semana desde que entramos em *Tanivet* para gravar, perguntamos para Orfa que mensagem ela gostaria de compartilhar com outras mulheres, e ela respondeu:

Eu aprendi muito sobre **a violência contra a mulher**. E há algo que eu gostaria muito: poder ajudar outras mulheres e que elas possam também aprender com a minha experiência... aprender coisas. **Você, como mulher, tem o direito de dizer não. Quando você diz não, ninguém pode forçá-la a fazer as coisas.**

Os relatos de Orfa envolvem fatos e dinâmicas produzidas pelo cruzamento de três eixos: i) política de droga e a sua aplicação; ii) as relações de gênero, particularmente, a violência contra as mulheres; e iii) a privação da liberdade, especialmente, quando se trata de mulheres, cuja maternidade está entrelaçada com outras categorias: ser indígena, estrangeira ou pobre.

Em ambos os casos, há uma adesão consciente ao transportar drogas para combater a pobreza crônica e, por vezes, emergente, ou seja, há um contexto de pobreza permanente, exacerbado por situações críticas: o nascimento de uma criança com paralisia cerebral, no caso de Gaby, e da dívida, no caso de Orfa. O transporte de drogas não é apenas uma opção, mas a única opção. Gaby vive em uma aldeia tomada pelo crime organizado, que age como um criador de postos de trabalho para comunidades totalmente desassistidas pelo Estado, marcadas pela pobreza, a exclusão e o racismo. Orfa reside perto da fronteira, onde passam os maiores fluxos de cocaína no mundo (UNODC, 2017).

Gaby, Orfa e, em geral, as mulheres privadas de liberdade apresentam um histórico de violência baseada no gênero, como resultado da persistência do patriarcado e do machismo e, portanto, tida como sendo normal. Somente no cárcere Orfa mostra que se pode aprender a dizer não à violência e converter essa consciência em sua contribuição para outras mulheres. Em sua narrativa, o marcador de sua prisão não é o tráfico de drogas, mas ter se envolvido a partir da palavra de ordem social da obediência ao marido.

Ambas constroem suas histórias a partir dos atos de figuras masculinas: no caso de Gaby, primeiro o pai que abandona, depois o homem que estupra e, finalmente, o pai de seu segundo filho, que também abandona. Para Orfa, também o caminho foi traçado a partir dos *slogans* do patriarcado, manifesto na violência do marido, o envolvimento no tráfico e, em seguida, já na prisão, o abandono por parte de seu marido.

O contexto de Orfa e Gaby é: i) de violência e inferiorização em razão do gênero; ii) em países, onde a impunidade prevalece em relação à violência contra as mulheres; e iii) a repressão desproporcional sobre crimes de drogas, ao passo que iv) a presença consolidada do crime organizado como uma alternativa ao estado e a falta de outros recursos econômicos, sociais e de reconhecimento.

Isto não significa dizer que sejam vítimas passivas, ambas exercem agenciamento: escondem drogas, portam, carregam, transportam, tomam decisões. No entanto, estas estão condicionadas por suas circunstâncias de vida

e os papéis que desempenham. Como dito anteriormente, a vitimização e o agenciamento traçam, conjuntamente, as vidas destas mulheres.

Crimes relacionados a drogas representam, portanto, um ponto de objetivação das relações de gênero e papéis de mulheres -como companheiras, cuidadoras, mães e sujeitos secundários do tráfico- e, ao mesmo tempo, uma ruptura abrupta. Gaby recebeu uma pena de prisão de dez anos, a pena mínima para o tráfico de drogas no México (artigo 194 do Código Penal Federal); por outro lado, lhe negaram a possibilidade de uma medida alternativa (estas disposições estavam em processo de derrogação quando da redação do artigo), por isso o dilema de manter seu filho consigo na prisão ou se separar e deixá-lo sob os cuidados de uma instituição pública, para que ele possa, assim, receber melhores cuidados:

Por causa do crime que eu carrego, que é crime federal, não podem me afastar. Eu não posso entrar com meu filho. Por quê? Porque não poderia pelo tipo de crime. E eu disse-lhes: Mas como? Isto é, o meu coração me diz que se eu conseguir minha libertação não vou fugir. Por quê? Porque eu vou para clínicas, eu vou para hospitais, para lugares em que a criança possa frequentar. Eu não posso viver fugitiva. Como faço eles entenderem isso?

Uma vez, mandei uma carta ao juiz dizendo-lhe que visse meu caso, me ajudasse, visse uma forma de me dar uma prisão domiciliar. Isso também estava sendo pleiteado pelo meu advogado, prisão domiciliar, pela situação do meu filho. Então, **o juiz respondeu que crime é crime e que criança é criança, e que eu devia ter pensado antes**. Então, eles me negaram, definitivamente. Eu me senti mal porque fiquei muito triste e pergunto: por que eles são desumanos? Por que não vêm pelo lado que esse crime já foi cometido e eu já estou pagando por isso? Mas, por que eles têm que me fazer pagar mais do que é justo? Me custou muito tomar essa decisão e ainda convivo com isso... por que não me deram a chance de ir e voltar com meu filho?

A separação não é fruto de uma decisão da Gaby, mas um impedimento criminoso para que ela possa acompanhar o seu filho à terapia ou por meio de uma saída temporária ou definitiva, com prisão domiciliar.

No caso de Orfa, a separação é agravada pela distância geográfica, a dificuldade de acesso a cartões para chamadas internacionais e a promessa não cumprida do marido, que nunca foi vê-la ou levou seus filhos.

### **3. Mulheres e encarceramento**

As mulheres presas sofrem de um abandono profundo, mais forte pela separação das crianças e a culpa de terem transgredido seus papéis, consequência, em muitos casos, de sua máxima concordância.

A proximidade com o lar, o acesso a direitos e serviços (educação, saúde, alimentação, espaços dignos, ventilação, água, desportos) e o contato com a família são aspectos cruciais para homens e mulheres privados da liberdade, e que, no caso das mulheres, são exacerbados por fatores estruturais, sociais e culturais, entre os quais: i) a falta de centros exclusivos para mulheres ou a sua localização em áreas que as levam para longe de casa, em razão da minoria numérica das mulheres privadas da liberdade; ii) alojamento das mulheres em centros (dormitórios, módulos, instalações) ligados ou dependentes de prisões masculinas em condições críticas, o que piora a falta de acesso à educação, cuidados de saúde, o trabalho, as visitas conjugais e contato com o mundo exterior para as mulheres; iii) o maior abandono das mulheres por parte de seus parceiros e suas famílias, principalmente, por razões culturais e econômicas; iv) o fato de que a maioria das mulheres são mães e são as principais cuidadoras de suas filhas e filhos, o que aumenta os riscos a que estão expostas meninas e meninos, bem como os sentimentos de culpa nas mulheres, juntamente com o sofrimento e impotência.

Claro que, na prisão e fora, há muitas maneiras de ser mulher e ser mãe, e os pontos acima não se aplicam para todas as mulheres privadas de liberdade ou para todas as realidades penitenciárias, mas representam tendências identificadas por estudos empíricos e relatórios que buscam explicar as condições de encarceramento de mulheres. Principalmente, em resposta à evidência acumulada, feministas sociólogas e criminólogas da sociedade civil aprovaram, em 2010, as “Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras” conhecidas como as Regras de Bangkok.

Este corpo de 70 regras orienta os estados sobre que princípios, normas e práticas destinadas às mulheres, adotar. Excede os limites deste artigo definir detalhadamente este documento que se refere aos seus principais aspectos. As Regras de Bangkok complementam, mas não substituem as Regras de Mandela sobre população carcerária em geral, e as Regras de Tóquio sobre medidas

alternativas. Elas têm como alvo meninas e mulheres privadas de liberdade e procuram atender ao crescente encarceramento de mulheres, com perspectiva de gênero. Com base no reconhecimento de que as mulheres privadas de liberdade são acusadas, principalmente, de crimes não-violentos, com uma história de vida marcada pela violência e, também, são as principais ou únicas responsáveis por suas filhas e filhos.

Neste sentido, são consideradas, em sua maioria, como pessoas que não representam um risco para a sociedade. Ao longo do texto, insiste-se para a importância de levar em conta a história de violência e as responsabilidades de cuidado das mulheres na prisão, uma vez que influenciam o seu envolvimento em atos criminosos e nas consequências do seu encarceramento. Também, clama-se por condições de reclusão, que levem em conta as suas necessidades específicas, principalmente, do ponto de vista dos direitos sexuais e reprodutivos, os laços com a comunidade, a saúde e as responsabilidades como mães. E, também, recomenda-se o uso de medidas não privativas de liberdade, quando se trate de infrações menores não-violentas e, particularmente, quando se trate de mulheres grávidas ou mães. A seguir, expõe-se algumas das setenta regras que conformam o documento:

regra 1

A fim de implementar o princípio da não discriminação consagrado no ponto 6 das Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiras, deve-se levar em conta as necessidades especiais das mulheres presas na aplicação destas regras. Os cuidados com essas necessidades para lograr a igualdade de gênero substancial não deve ser considerada discriminatório.

regra 4

Na medida do possível, as prisioneiras serão enviadas para prisões perto de sua casa ou centros de reabilitação social, tendo em conta as suas responsabilidades de cuidado, as suas preferências e a disponibilidade de programas e serviços adequados.

regra 26

Será incentivada e facilitada por todos os meios razoáveis o contato das presas com as suas famílias, incluindo seus filhos, e tutores e representantes legais de seus filhos. Sempre que possível, serão tomadas medi-



das para reduzir os problemas das mulheres que ficarem confinadas em instituições longe de casa.

regra 27

Em casos em que as visitas conjugais sejam permitidas, as prisioneiras terão mesmo direito que presos do sexo masculino.

regra 41

Para efetuar uma avaliação de riscos e uma classificação das presas, que considere questões de gênero, deve-se:

a) ter em conta que as presas representam menos risco para os outros, em geral, assim como os efeitos particularmente nocivos que podem ter as medidas de alta segurança e graus mais rígidos de isolamento entre as prisioneiras;

b) Possibilitar que os efeitos da distribuição das reclusas e o plano do cumprimento de sua sentença tenha presente informação fundamental sobre seus antecedentes, como as situações de violência que sofreram, sua possível história de instabilidade mental e uso indevido de drogas, bem como sua responsabilidade materna e de outra índole, relativas ao cuidados de crianças;

c) Assegurar que o regime de cumprimento de sentença das reclusas inclua programas e serviços de reabilitação, que satisfaçam as necessidades próprias de seu gênero;

d) Assegurar que as prisioneiras que necessitem de cuidados de saúde mental sejam abrigadas em recintos não restritivos e cujo regime de segurança seja o menos rigoroso possível, assim como que recebam tratamento adequado, em vez de atribuí-las a centros cujos padrões de segurança colocá-las em unidades com elevados níveis de segurança apenas devido a seus problemas de saúde mental.

regra 61

Ao condenar as criminosas, os tribunais têm a faculdade de examinar circunstâncias atenuantes, como a falta de antecedentes criminais e a leveza relativa ao caráter de seu comportamento criminoso, tendo em conta as responsabilidades de cuidar de outras pessoas interessadas e sua situação particular.

regra 64

Sempre que possível e apropriado será dada preferência para impor penas não privativas de liberdade para as mulheres grávidas e mulheres com crianças dependentes, e será considerado impor penas privativas de liberdade se a infração for grave ou violenta, ou se a mulher representa um perigo permanente, mas tendo presente o melhor interesse do filho ou dos filhos e garantindo, ao mesmo tempo, que sejam adotadas regras apropriadas para o cuidado adequado dessas crianças.

As Regras de Bangkok refletem os contextos de procedência das mulheres privadas de liberdade, assim como suas necessidades e preocupações, colocando-se como uma ferramenta que, se implementadas totalmente, poderá contribuir para um menor uso de prisão e uma melhor integração das mulheres nas suas comunidades de origem. Além disso, visibilizam constantemente a temática da violência contra as mulheres como um elemento que, a par dos cuidados, serve como o eixo das narrativas de mulheres privadas de liberdade.

## **Reflexões finais**

Nestas páginas, foi apresentado um panorama atual da vinculação entre gênero e as políticas de drogas no âmbito internacional, a partir de: i) uma análise das políticas de drogas e sua implementação na América Latina; ii) uma revisão da dimensão quantitativa e qualitativa da participação das mulheres nos crimes de drogas; e, finalmente iii) uma aproximação do impacto da privação de liberdade e das Regras de Bangkok, como uma ferramenta para orientar o funcionamento das prisões e a aplicação de medidas alternativas, em caso das mulheres.

Como reflexão final, são expostos alguns pontos que podem contribuir para seguir alimentando e enriquecendo o debate em torno da incorporação efetiva da perspectiva de gênero nas políticas de drogas. Em primeiro lugar, qualquer ação destinada às mulheres na política de drogas *per se* ou que formar parte de um movimento em direção a descriminalização de todas as drogas, deve ser baseada em uma reforma da política de drogas para reduzir a intervenção no âmbito penal das condutas associadas com substâncias controladas.

Além disso, as ações dirigidas às mulheres criminalizadas devem ser precedidas ou acompanhadas de políticas de prevenção, desenvolvimento e integração social. Se o envolvimento das mulheres em crimes de drogas não é abor-

dados de uma perspectiva global, que leve em conta a desigualdade, o racismo, a pobreza, os processos de criminalização e violência operados pelo Estado, assim como as violações aos direitos humanos em razão de políticas de drogas repressivas, estaríamos pensando em ajustes, unicamente, cosméticos. Embora sejam também necessários, devem ocorrer em um contexto de transformação das estruturas de repressão e exclusão de certos setores da sociedade.

Para as mulheres, essa abordagem não pode deixar de fora a questão da violência de gênero no seio da família, o casal, o crime organizado e o próprio Estado, uma vez que esta experiência e sua reprodução é, em grande parte, o substrato contextual do agenciamento das mulheres que cometem crimes relacionados com drogas.

Face ao exposto, é importante que a incorporação da perspectiva de gênero não caia num mero discurso cômodo e consensual, mas que recupere o potencial e a força transformadora do conceito de gênero, como uma ferramenta crítica e analítica para combater todas as formas de desigualdade. Além disso, deve-se ampliar o discurso a outras identidades de gênero, incluindo a construção de masculinidades e assegurar a participação ativa das pessoas e comunidades afetadas pelas políticas de drogas.

## **Referências**

ANDERSON, Tammy L. Dimensions of women's power in the illicit drug economy. *Theoretical Criminology*, v. 9, n. 4, nov, p. 371-400, 2005.

ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS. *Documento Final del Período Extraordinario de Sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas sobre el Problema Mundial de las Drogas: Nuestro compromiso conjunto de abordar y contrarrestar eficazmente el problema mundial de las drogas*, 2016. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/postungass2016/outcome/V1603304-S.pdf>

BAILEY, Corin. Exploring Female Motivations for Drug Smuggling on the Island of Barbados: Evidence from Her Majesty's Prison, Barbados. *Feminist Criminology*, v. 8, n. 2, apr, p. 117-141, 2013.

BEWLEY-TAYLOR, Dave. *Towards Metrics that Measure Outcomes that Matter*. Swansea University: GDPO Policy Brief 10, apr, 2016. p. 1-16.

BIDEAGIN PONTE, Nicole. *La Agenda 2030 y la Agenda Regional de Género: Sinergias para la igualdad en América Latina y el Caribe*. CEPAL: Serie Asuntos de Género, n. 143. Naciones Unidas: Santiago, 2017. 77 p. Disponible em: [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41016/S1700105A\\_es.pdf?sequence=7&isAllowed=y](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41016/S1700105A_es.pdf?sequence=7&isAllowed=y)

BOITEUX, Luciana. *Mujeres y encarcelamiento por delitos de drogas*. Colectivo de Estudios Drogas y Derecho - CEDD, 2015. Disponible em: [http://www.drogasyderecho.org/wp-content/uploads/2015/10/Luciana\\_v08.pdf](http://www.drogasyderecho.org/wp-content/uploads/2015/10/Luciana_v08.pdf)

BRIDGE, Jamie *et al.* *Edging forward: How the UN's language on drugs has advanced since 1990*. Londres: IDPC, TNI, GDPO, 2017. Disponible em: [http://fileserv.idpc.net/library/Edging-Forward\\_FINAL.pdf](http://fileserv.idpc.net/library/Edging-Forward_FINAL.pdf)

BUXTON, Julia. *Drugs and Development: The Great Disconnect*. Swansea University: GDPO Policy Report 2, jan, 2015. p. 1-66.

CHAPARRO, Sergio; CORREA, Catalina Pérez; YOUNGERS, Coletta. *Castigos irracionales: leyes de drogas y encarcelamiento en América Latina. Informe Regional 2017*. Ciudad de México: Colectivo de Estudios Drogas y Derecho - CEDD, 2017.

COMISIÓN DE ESTUPEFACIENTES. *Incorporación de la perspectiva de género en las políticas y programas relacionados con las drogas*, 2016. Disponible em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/V16/016/88/PDF/V1601688.pdf>

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE (CEPAL). *Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe: Infografía. Prevenir el feminicidio una tarea prioritaria para la sociedad en su conjunto*, 2016. Disponible em: [https://www.cepal.org/sites/default/files/infographic/files/3\\_feminicidio\\_final\\_20\\_oct\\_2016\\_correcta.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/infographic/files/3_feminicidio_final_20_oct_2016_correcta.pdf)

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). *Medidas para reducir la prisión preventiva, 2017*. Disponible em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/PrisionPreventiva.pdf>

COMISIÓN INTERAMERICANA DE MUJERES (CIM). *Mujeres y drogas en las Américas: Un diagnóstico de política en construcción*. OEA, CIM, 2014. Disponible em: <http://www.oas.org/es/cim/docs/WomenDrugsAmericas-ES.pdf>

COMISIÓN INTRAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS (CICAD). *Plan de acción hemisférico sobre drogas. 2016-2020: Estrategia hemisférica sobre drogas, 2016*. Disponible em: [http://www.cicad.oas.org/mem/Activities/PoA/PoA-Version\\_Final-POR.pdf](http://www.cicad.oas.org/mem/Activities/PoA/PoA-Version_Final-POR.pdf)

FELBAB-BROWN, Vanda; TRINKUNAS, Harold. *UNGASS 2016 in Comparative Perspective: Improving the Prospects for Success*. Washington D.C.: Brookings Institutions, 2016. Disponible em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/FelbabBrown-TrinkunasUNGASS-2016-final-2.pdf>

FLEETWOOD, Jennifer. *Drug Mules: Women in the International Cocaine Trade*. Londres: Palgrave MacMillan, 2014. 206 p.

GIACOMELLO, Corina. *Género, drogas y prisión: Experiencias de mujeres privadas de su libertad en México*. Ciudad de México: Tirant Lo Blanch, 2013a. 262 p.

GIACOMELLO, Corina. Las mujeres privadas de la libertad en México: una lectura crítica a partir de las Reglas de Bangkok. En: CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (Coord.). *Resistencias penitenciarias: Investigación activista en espacios de reclusión*. México: IWGIA-Colectiva Editorial Hermanas en la Sombra-Libera-Juan Pablos Editor, 2017b.

GIACOMELLO, Corina. *Mujeres, delitos de drogas y sistemas penitenciarios en América Latina*. Londres: IDPC, 2013b. Disponible em: [https://www.unodc.org/documents/congress/background-information/NGO/IDPC/IDPC-Briefing-Paper\\_Women-in-Latin-America\\_SPANISH.pdf](https://www.unodc.org/documents/congress/background-information/NGO/IDPC/IDPC-Briefing-Paper_Women-in-Latin-America_SPANISH.pdf)

GIACOMELLO, Corina. *Mujeres privadas de la libertad y del derecho al voto: De objetos de norma a sujetos de ciudadanía*. México: Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, 2016. 195 p.

GIACOMELLO, Corina. *Mujeres privadas de la libertad: una perspectiva sobre derecho y género en la ejecución penal*. En: DI CORLETO, Julieta (Comp.). *Género y justicia penal*. Buenos Aires: Ediciones Didot, 2017c. 395 p.

GIACOMELLO, Corina. *Women and Drug Policies in Latin America: A Critical Review of the United Nations Resolution “Mainstreaming a Gender Perspective in Drug-Related Policies and Programmes”*. *The Howard Journal of Crime and Justice*, v. 56, n. 3, sept, p. 288-308, 2017a.

GIACOMELLO, Corina; BLAS, Isabel. *Propuestas de reforma en casos de mujeres encarceladas por delitos de drogas en México*. Ciudad de México: Equis: Justicia para las Mujeres; INACIPE, 2016. Disponible em: [http://equis.org.mx/wp-content/uploads/2016/03/Propuesta\\_de\\_Reforma\\_Politiclas\\_Drogas.pdf](http://equis.org.mx/wp-content/uploads/2016/03/Propuesta_de_Reforma_Politiclas_Drogas.pdf)

GIACOMELLO, Corina; BLAS, Isabel; ERREGUERENA, Isabel. *Políticas de drogas, género y encarcelamiento en México: Una guía para políticas públicas incluyentes*. Ciudad de México: Equis: Justicia para las Mujeres, 2017. Disponible em: [http://equis.org.mx/wp-content/uploads/2018/02/Gui%CC%81a\\_Drogas.pdf](http://equis.org.mx/wp-content/uploads/2018/02/Gui%CC%81a_Drogas.pdf)

HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Study on the impact of the world drug problem on the enjoyment of human rights, 2015*. Disponible em: [http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session30/Documents/A\\_HRC\\_30\\_65\\_E.docx](http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session30/Documents/A_HRC_30_65_E.docx)

JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZACIÓN DE ESTUPEFACIENTES. *Informe 2016, 2017*. Disponible em: [https://www.incb.org/documents/Publications/AnnualReports/AR2016/Spanish/AR2016\\_S\\_ebook.pdf](https://www.incb.org/documents/Publications/AnnualReports/AR2016/Spanish/AR2016_S_ebook.pdf). Acceso em: 5 nov. 2017.

LE, Roslyn; GILDING, Michael. Gambling and drugs: The role of gambling among Vietnamese women incarcerated for drug crimes in Australia. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, v. 49, n. 1, p. 134-151, 2016.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS (MJDH). *Infracción a la ley de drogas y problemáticas asociadas: Análisis de estadísticas carcelarias en Argentina*. Buenos Aires: Dirección Nacional de Política Criminal en materia de Justicia y Legislación Penal, 2016. Disponible em: <http://www.jus.gob.ar/media/3202712/Infracci%C3%B3n%20a%20la%20ley%20de%20drogas.pdf>

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *El problema de las drogas en las Américas, 2013*. Disponible em: [http://www.oas.org/documents/spa/press/Introduccion\\_e\\_Informe\\_Analitico.pdf](http://www.oas.org/documents/spa/press/Introduccion_e_Informe_Analitico.pdf)

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). *Glosario de términos de alcohol y drogas, 1994*. Disponible em: [http://www.who.int/substance\\_abuse/terminology/lexicon\\_alcohol\\_drugs\\_spanish.pdf](http://www.who.int/substance_abuse/terminology/lexicon_alcohol_drugs_spanish.pdf)

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). *Políticas de control de drogas y desarrollo humano, 2015*. Disponible em: <http://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/hiv-aids/addressing-the-development-dimensions-of-drug-policy.html>

SCURO, Lucia; VACA, Iliana. *The distribution: a key element of the inequality analysis*. CEPAL, 2017. Disponible em: [https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/presentacion.\\_time\\_distribution.\\_a\\_key\\_element\\_of\\_the\\_inequality\\_analysis.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/presentacion._time_distribution._a_key_element_of_the_inequality_analysis.pdf)

TORRES ANGARITA, Andreina Isabel. *Drogas y criminalidad femenina en Ecuador*. El amor en la experiencia de las mulas. Quito: FLACSO Ecuador, 2007. 193 p.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *Handbook for prison managers and policymakers on Women and Imprisonment*,

2008. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/women-and-imprisonment.pdf>

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *World Drug Report 2017*. Disponível em: [https://www.unodc.org/wdr2017/field/WDR\\_Booklet1\\_Exsum\\_Spanish.pdf](https://www.unodc.org/wdr2017/field/WDR_Booklet1_Exsum_Spanish.pdf)

UNITED NATIONS WOMEN (UN-WOMEN). *A gender perspective on the impact of drug use, the drug trade, and drug control regimes, 2014*. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/ungass2016/Contributions/UN/Gender\\_and\\_Drugs\\_-\\_UN\\_Women\\_Policy\\_Brief.pdf](https://www.unodc.org/documents/ungass2016/Contributions/UN/Gender_and_Drugs_-_UN_Women_Policy_Brief.pdf)

WASHINGTON OFFICE ON LATIN AMERICA (WOLA) *et al.* *Mujeres, políticas de drogas y encarcelamiento: Una guía para la reforma de políticas en América Latina y el Caribe*, 2016. Disponível em: [https://www.wola.org/sites/default/files/Guia.FINAL\\_.pdf](https://www.wola.org/sites/default/files/Guia.FINAL_.pdf)

WASHINGTON OFFICE ON LATIN AMERICA (WOLA); TRANSNATIONAL INSTITUTE (TNI). *Sistemas sobrecargados: Leyes de Drogas e Cárceles en América Latina*, 2010. Disponível em: [http://www.druglawreform.info/images/stories/documents/Sistemas\\_sobrecargados/sistemas\\_sobrecargados\\_web2.pdf](http://www.druglawreform.info/images/stories/documents/Sistemas_sobrecargados/sistemas_sobrecargados_web2.pdf)

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). *The global gender gap report, 2017*. Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2017.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf)



# Reincidir ou Resistir? Mulheres em Conflito com a Lei na América Latina

Olga Espinoza M.  
Catalina Droppelmann  
Paloma del Villar

## Introdução

A Criminologia clássica ou *mainstream* tem relegado um papel secundário para a criminalidade feminina. Embora a criminologia feminista tenha conseguido posicionar aspectos importantes vinculados ao gênero, que afetam o desencadeamento, o desenvolvimento, término ou persistência de trajetórias delitivas das mulheres, tem tido sucesso limitado no desenho de políticas penitenciárias com enfoque de gênero. Somente nos últimos anos, visões mais críticas passaram a questionar como a política prisional aprofunda as desigualdades de gênero comuns em nossa sociedade. Isso é ainda mais relevante no contexto latino-americano, onde essas desigualdades são ainda mais profundas e o crime interage com a pobreza e a marginalidade de forma recorrentes.

O presente trabalho busca refletir sobre as trajetórias delitivas das mulheres na América Latina, com ênfase especial para os processos de reinserção e desistência, uma vez obtida a liberdade. O artigo se divide em cinco seções. A primeira, analisa alguns elementos relevantes a respeito do desenvolvimento de carreiras criminosas das mulheres na região. A segunda seção, analisa o encarceramento feminino e as consequências que geram nas mulheres, em seu processo de reintegração. A terceira seção, discute sobre os processos de reintegração e desistência, após a passagem das mulheres pela prisão, trazendo exemplos de obstáculos estruturais relacionados ao gênero. A quarta seção analisa, a partir do exposto, algumas implicações para a política penitenciária em termos de reinserção para, finalmente, na última seção, oferecer considerações finais e problematizar algumas lacunas que precisam ser preenchidas em futuras investigações.

## **1. Carreira criminosa feminina e ecos na América Latina**

A Criminologia feminista<sup>25</sup> surge como um olhar alternativo que busca confrontar as explicações das teorias clássicas sobre a criminalidade feminina. As visões predominantes que explicam este fenômeno, foram baseadas em explicações biológicas ou psicológicas, ambas de forma individualizada, que tinham como eixo de interpretação a função reprodutiva da mulher, sem questionar a posição que ela ocupa na sociedade, a pressão estrutural e cultural a que está sujeita, nem os papéis de gênero (DEL OLMO, 1998; KAMPFNER, 2005).

As teorias do delito desenvolvidas na segunda metade do século XX, que revelaram a importância de elementos sociais para explicar o crime basearam-se, principalmente, na criminalidade masculina. Um exemplo disso, é a influente teoria de Sampson e Laub (1995) sobre trajetórias criminosas ou a teoria da aprendizagem social de Hirschi (1969), que não consideraram estudos com amostras femininas e, acriticamente, reivindicaram a aplicabilidade universal de suas teorias (BALDRY, 2010).

Nas últimas décadas, foram gerados inúmeros trabalhos que dão conta da tardia inclusão das mulheres como sujeitos de interesse para estudos criminológicos (ALMEDA, 2005; HEIDENSOHN, 1995; DEL OLMO, 1998; ANDRADE, 1999; LEMGRUBER, 1999; ESPINOZA, 2004; RODRIGUEZ, 2005; ANTONY, 2007; FLANKLIN, 2008; AZAOLA, 2013). Esta maior exposição colocou também em evidência a situação da mulher agressora frente à justiça criminal, que tem sido marcada por sua invisibilidade, a preocupação por seu corpo e sua sexualidade, e a imposição de seu ajuste ao papel tradicional de gênero.

Um trabalho de destaque foi realizado no final da década de 1980 por Daly e Chesney-Lind (1988, p. 502) que, em um esforço para repensar a criminologia à luz das contribuições de debates feministas, apelaram à disciplina para prestar atenção aos papéis de gênero na construção de identidades e comportamentos, identificando o feminismo como um projeto transformador, como “uma série de teorias sobre a opressão das mulheres e uma série de estratégias para a mudança social”. Para elas, a extrapolação de teorias basea-

---

25 Significa afirmar que não existe uma única perspectiva feminista em criminologia, pois, sob esta nomenclatura identifica-se diversas correntes que tentam explicar a criminalidade feminina a partir de diferentes enfoques. O ponto de encontro nesta diversidade é que todas permanecem como paradigma da perspectiva feminista (VAN SWAANINGEN, 1990, *apud* ESPINOZA, 2004, p. 71).

das na experiência do sexo masculino para a explicação do crime do sexo feminino era, por si só, opressiva. Pela mesma razão, as autoras alertaram para criar novas teorias que levem em conta os papéis sociais e estruturas de poder que configuram a criminalidade feminina como um fenômeno distinto. Desta maneira, qualquer teoria criminológica feminista deve considerar que as relações de gênero ordenam a vida social e que elas não são neutras, mas baseadas no princípio da superioridade masculina. Além disso, as autoras orientaram pesquisadores e pesquisadoras para não cair em visões distorcidas de mulheres e homens, mas basearem-se em estudos empíricos abrangentes que observem contextos sociais e estruturais específicos e diversos. Este alerta é, sem dúvida, pertinente ao momento em que as teorias desenvolvidas nos países industrializados se excedem ao contexto latino-americano, como bem sugere e desenvolve Del Olmo (1998) no âmbito regional.

Os avanços atuais foram se afirmando a partir de diferentes estudos empíricos e teóricos. Uma teoria cujo desenvolvimento foi marcado pelas contribuições de Daly e Chesney-Lind, é a perspectiva feminista do caminho delitivo (“caminhos de gênero para o crime - GPC” ou *pathway perspective feminist*). Esta teoria, com base em estudos qualitativos e quantitativos no contexto dos países industrializados, sugere que o desenvolvimento da criminalidade feminina se deveria a fatores observados com mais frequência entre as mulheres que entre os homens, e que teriam efeitos sociais e pessoais mais graves para as mulheres. A GPC também considera a heterogeneidade de percursos à criminalidade entre as mulheres, proporcionando diferentes trajetórias teóricas às mulheres envolvidas no crime (SALISBURY *et al.*, 2017).

Seguindo esta linha, vários estudos têm visibilizado as experiências de vitimização ou violência de gênero como uma porta de entrada para a criminalidade feminina (HUEBNER; GUSTAFSON, 2007). Assim, trajetórias comuns em torno do abuso e da violência têm sido descritas como parte dos antecedentes das mulheres que cumprem pena na prisão. O abandono precoce de casa, devido aos abusos domésticos, maus tratos extremos na infância e relacionamentos abusivos entre casais levariam algumas mulheres a realizar diferentes tipos de atividade criminosa<sup>26</sup> (WATTANAPORN; HOLTRETER, 2014; SALISBURY *et al.*, 2017).

---

26 Daly, por exemplo, distingue entre trajetórias de “mulheres de rua”, “mulheres espancadas” e “as mulheres estão feridas e danificados”. A primeira seriam as mulheres que deixam a casa mais cedo por causa do abuso e começam a realizar atividades criminosas, como roubo, tráfico de drogas ou

As altas taxas de vitimização entre essas mulheres estariam associadas, por sua vez, com a alta prevalência de problemas de saúde mental e consumo de drogas. No contexto da América Latina, onde as taxas de violência doméstica são ainda maiores<sup>27</sup> às observadas nos países industrializados, este caminho para envolvimento delitivo não pode ser desprezado (CELS; MPDN; PPN, 2011; AZAOLA, 2013; ESPINOZA; MARTÍNEZ; SANHUEZA, 2014).

A marginalização econômica é outro eixo fundamental em torno do qual a criminalidade feminina está estruturada, especialmente, porque os mercados de trabalho são fortemente estruturados em torno de gênero. Salisbury *et al.* (2017) destacam, como principais elementos associados ao envolvimento ilícito feminino, a ausência de capital social e cultural, baixa escolaridade e o escasso apoio social para a participação no mundo do trabalho (WATTANAPORN; HOLTFRETER, 2014). Estas condições de marginalidade têm sido associadas ao aumento da participação das mulheres no mercado de drogas na América Latina, dado que a escassez econômica, as responsabilidades domésticas e a inserção laboral periférica das mulheres, proporcionam maiores oportunidades para o envolvimento em atividades ilegais que complementem sua renda (RODRIGUEZ, 2005; ANTONY, 2007; CELS; MPDN; PPN, 2011; BOITEUX, 2015).

Del Olmo (1998) e Antony (2007) rapidamente destacaram o papel da marginalização econômica e da violência de gênero como fundamentais para definir a experiência das mulheres envolvidas no crime. Isto não é surpreendente, uma vez que a desigualdade na participação econômica das mulheres na região, está muito abaixo dos países industrializados<sup>28</sup> (WEF, 2017) e a violência de gênero é normalizada e vivenciada por uma proporção elevada de mulheres (WHO, 2013).

---

a prostituição para sobreviver na rua. Estas últimas são aquelas que sofrem violência extrema do parceiro, incorre agressão dentro desse relacionamento. A terceira são aquelas que experimentam violência grave e crônica na infância, começam a cometer atos criminosos na escola e perseguir uma carreira criminal (Salisbury *et al.*, 2017).

27 De acordo com o relatório da OMS (2013), a prevalência de violência por parceiro íntimo na América Latina é de 30%, enquanto na América do Norte e Europa Central é de 21% e 28%, respectivamente. Por outro lado, a prevalência de violência sexual é de 10% na América Latina, 13% na América do Norte e 7% na Europa Central. Considerando os dois tipos de violência, na América Latina a prevalência seria de 36%, enquanto em países de alta renda de 33%.

28 A América Latina, em média, está abaixo dos países europeus e dos norte-americanos no Índice de diferença entre os sexos. As diferenças são ainda maiores quanto à participação econômica.

Quanto ao desenvolvimento da carreira criminal por parte das mulheres, pesquisas realizadas em países anglo-saxões têm mostrado que as mulheres desistem antes que os homens (GIORDANO et al., 2003; MCLVOR; TROTTER; SHEEHAN, 2004) e têm menores taxas de reincidência (MINJUS, 2011). De fato, as evidências sugerem que a curva idade-crime atinge o pico mais cedo nas mulheres do que nos homens, e este pico tende a ser maior entre estes últimos (MOFFITT *et al.*, 2001). Por exemplo, Graham e Bowling (1996), usando uma amostra nacional britânica de jovens com idade entre 14 a 25 anos, observaram que, embora a conduta criminosa tenha atingido o seu pico aos 21 anos para os homens, entre as mulheres se deu aos 16. Também foram observadas diferenças de gênero ao avaliar a duração total da carreira criminosa. Prime *et al.* (2001), utilizando um corte de homens britânicos nascidos entre 1953 e 1978, observou que, embora a duração média da carreira para os homens era de 6,2 anos, para as mulheres era de apenas 1,8 anos. No entanto, estes achados, não necessariamente extrapolam para a realidade latino-americana, em que a maioria das mulheres que cometem crimes relacionados ao tráfico de drogas seguem uma trajetória particular, com início mais tardio e uma atuação mais estendida do que pode ser visto no caso de crimes patrimoniais. Um dos poucos estudos sobre reincidência realizados no Chile (MORALES *et al.*, 2012), cuja estatística revelou que, em geral, o percentual de reincidência das mulheres privadas de liberdade era maior (54,6%) que entre os homens (50,5%), achado que contradiz estudos regulares existentes e reforça a necessidade de explorar ainda mais o comportamento criminoso e os processos de desistência com indicadores de gênero.

## **2. Encarceramento e reinserção**

Embora reconhecendo a maior presença masculina na atividade criminal, a criminalidade feminina existe e tem aumentado, significativamente, não sendo exceção a América Latina (PONTÓN; TORRES, 2007; DEL VAL; VIEDMA, 2012; GIACOMELLO, 2013; BOITEUX, 2015; ESPINOZA, 2016),

chegando, em muitos contextos, inclusive, a ultrapassar o crescimento observado no caso dos homens (UNODC, 2008; CEJIL *et al.*, 2007)<sup>29</sup>.

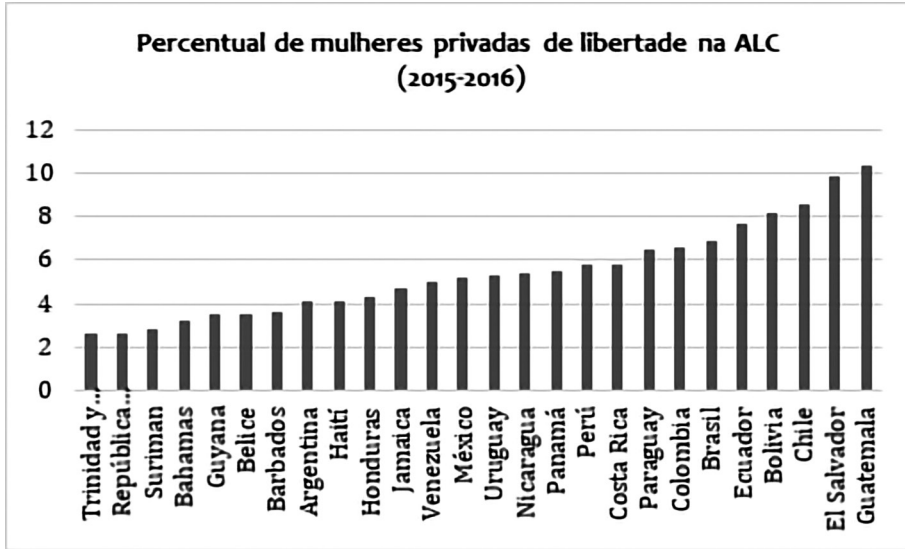
Um aspecto especialmente complexo no contexto prisional, é o da prisão preventiva ou da prisão provisória pendente de uma decisão judicial. Na América Latina, os dados são preocupantes, mostrando que, em muitos países, 50% ou mais das pessoas encarceradas estão sob custódia, como no caso da Argentina, Guatemala, Honduras e Panamá com, aproximadamente, 55% em prisão preventiva; ou na Bolívia, Uruguai e Venezuela, com uma média de 70%; ou o caso extremo do Paraguai, com 78% de prisioneiros a espera de uma sentença (ICPS, 2017). Esta situação é semelhante no caso das mulheres (e pode ser mais grave em alguns contextos), o que indicaria uma utilização abusiva dessa figura processual “não apenas incompatível com os propósitos processuais que admitem sua procedência”, mas também excessiva, se considerarmos que é uma população carcerária que, em geral é primária, está detida por crimes “não-violentos” e está em situação de particular vulnerabilidade por suas responsabilidades familiares e por se encontrar em um contexto de extrema pobreza (CELS; MPDN; PPN, 2011; CEJIL *et al.*, 2007).

Quanto à presença de mulheres privadas de liberdade, o gráfico seguinte exhibe os dados regionais:

---

29 De acordo com o Centro Internacional de Estudos Penitenciários - ICPS (2012) a percentagem de mulheres aumentou 16% na última década.

Gráfico 1



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base na ICPS (mantido o original).

De um modo geral, pode-se observar que o número de mulheres encarceradas no mundo, é muito menor do que a dos homens privados de liberdade. Esta situação não é diferente na região, onde as mulheres detidas em centros prisionais variam entre 2 e 10% do total da população carcerária, e onde os extremos se localizam em Trinidad e Tobago e na República Dominicana, ambos com 2,6 %, e em El Salvador e Guatemala, com 9,8% e 10,3%, respectivamente (ICPS, 2017).

Quanto às condutas criminosas no continente americano, cerca de 70% das mulheres privadas de liberdade encontram-se reclusas por crimes não-violentos, relacionados ao microtráfico de drogas: no Brasil e na Costa Rica são mais de 60%; no México e na Argentina, as prisões federais abrigam mais de 70% das mulheres por crimes de tráfico de drogas; e no Equador, esse número ultrapassa 80% (TORRES, 2008; GIACOMELLO, 2013; ALMEDA; DI NELLA, 2017). Paralelo ao tráfico de drogas, o segundo grupo de crimes de maior imputação feminina é o associado ao patrimônio, sendo que, em alguns países, é mais prevalente o crime de furto seguido de roubo (MINJUS, 2018). Assim, por exemplo, 47% das mulheres condenadas no Chile estão presas por

crimes contra o patrimônio (MINJUS, 2018)<sup>30</sup>, enquanto no Brasil 63% do total de mulheres encarceradas é por tráfico de drogas e 15% por crimes contra o patrimônio (DEPEN, 2015).

Em relação às características específicas das mulheres reclusas, há elementos comuns para o total da população, com ligeiras nuances em alguns países. No Chile, por exemplo, no campo educacional, o grau de escolaridade da população prisional feminina é menor do que o apresentado para a masculina, uma vez que 75% das mulheres internas possuem escolaridade incompleta e 8% são analfabetas (GENDARMERÍA DE CHILE, 2015).

Acerca dos cuidados com a saúde, vários estudos denunciam a atenção médica precária que as prisioneiras recebem, mesmo naquelas unidades prisionais que possuem um profissional de saúde à sua disposição. Em muitos casos, a deficiência é explicada como resultado de instalações inadequadas, a escassez de suprimentos médicos e a insuficiência de pessoal agravadas pelas condições de superlotação, o que limita a realização de ações preventivas (exames clínicos periódicos, controles odontológicos, etc.) ou programas especiais para pessoas com doenças específicas, tais como o HIV (ANTONY, 2003; CEJIL, 2007; CÁRDENAS, 2011).

As áreas em que se observam maiores diferenças é na vida laboral e na parental. Nesta última, de acordo com estudos recentes, 91% a 94% das mulheres reclusas nas prisões chilenas possuem filhos, chegando em torno de 3 filhos por mulher (CARDENAS, 2011; MORALES *et al.*, 2012). Dados bastante similares podem ser observados em outros países latino-americanos como, por exemplo, na Argentina, em que 85,8% das mulheres reclusas em presídios federais são mães e, dessas, 88% possuem filhos menores de 18 anos sob seus cuidados, com uma média de 3 filhos, sendo que 63,5% são responsáveis pela principal fonte de renda ou apoio familiar (CELS; MPDN; PPN, 2011).

Quanto ao trabalho, as atividades que desenvolvem dentro dos presídios são, principalmente, informais, sem remuneração (12,6%), seguido por atividades informais e independentes, como o artesanato (GENDARMERÍA DE CHILE, 2017). Complementando, pode-se afirmar que as atividades de rein-

---

30 Um ponto relevante no Chile, é que 17% das mulheres reclusas são presas por delitos e não por crimes (MINJUS, 2018), com destaque para criminalização ou o uso excessivo de prisão por comportamentos menos graves.



serção se concentram na geração de atividades manuais que, embora gratificantes para ocupar o tempo livre, não garantem a reintegração laboral efetiva no mercado de trabalho (ESPINOZA; PIÑOL; SALAMANCA, 2012).

Tais dados expressam as condições marginais em que as prisioneiras se encontram, não apenas pela trajetória de pobreza e violência que antecede seu ingresso no sistema de justiça criminal e, conseqüentemente, ao cárcere, mas porque as condições sociais referidas, a maioria das quais baseadas em desigualdades de gênero, intensificam as dificuldades de seu encarceramento e, sobretudo, do seu processo de retorno à vida em liberdade.

A seguir, analisaremos os desafios apresentados pelas prisioneiras após seu tempo na prisão, com especial atenção, para os processos de reintegração e desistência.

### **3. O processo de reintegração e desistência pós-prisão**

A criminologia feminista na América Latina tem explorado em profundidade as vivências e experiências das mulheres presas na região (LEMGRUBER, 1999; RODRIGUEZ, 2005; ANTONY, 2007; SALAZAR; CABRAL, 2012; AZAOLA, 2013). No entanto, pouco tem sido pesquisado sobre o que as mulheres experienciam quando retornam para a comunidade. É a criminologia anglo-saxônica que tem liderado os estudos acerca do período de pós-encarceramento. Sob os termos *re-entry* ou *pós-release*, diferentes autores<sup>31</sup> têm contribuído para a compreensão dos desafios que as pessoas enfrentam depois de encarceradas. Estes termos têm sido frequentemente trocados por *reinserción*, em espanhol, que refere-se à re-ligação com as instituições de controle social formais ou informais. No entanto, essa re-ligação nem sempre é experimentada por quem sai da prisão. Além disso, o processo de abandono da conduta criminosa, conhecido na literatura como “desistência” não é algo que necessariamente ocorre após a passagem pela prisão, uma vez que as mulheres enfrentam muitas barreiras em seus processos de reintegração e mudança.

Sabemos que são cada vez mais as mulheres que saem da prisão na América Latina, seja depois de passarem períodos condenadas ou em prisão preventiva. Enquanto não há dados disponíveis para toda a região, apresentaremos o pano-

31 Ver Arditti e Few (2008), Baldry (2010), Opsal e Foley (2013), entre outros.

rama de alguns países. No Chile, entre 2006 e 2016, aumentou em 66% o número de mulheres que saem da prisão após o cumprimento da pena, e em 44% o percentual das que saem após a prisão preventiva. Enquanto que, em 2006, 2.405 mulheres saíram das prisões chilenas, em 2016 chegaram a 4.005. Nesse mesmo ano, 4.098 mulheres saíram após terem passado pela prisão preventiva. Em outros países como Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador e México, podemos esperar aumentos semelhantes ou superiores, dado o crescimento do encarceramento feminino que, em alguns casos, dobrou ou triplicou (BOITEUX, 2015).

Embora a passagem pelo cárcere afete a trajetória de vida tanto de homens como de mulheres, podemos dizer que o retorno à liberdade e a desistência são processos marcados pelo gênero. Em caso de desistência, os poucos estudos que investigaram este processo nas mulheres foram orientados, principalmente, para explorar as diferenças entre homens e mulheres, assim como os fatores que desencadeiam o abandono do crime, mas pouco fizeram para desvendar as dinâmicas do processo e discutir as particularidades de gênero a serem consideradas ao teorizar sobre a desistência e reinserção feminina. Segundo a criminologia feminista, não parece sensato associar diretamente esses processos a fatores tradicionais relevantes para as teorias de controle social, sem implicar suposições opressivas do que se entende por “comportamento normal” de mulheres, e sem reproduzir as hierarquias sociais predominantes de gênero (HEIDENSOHN; SILVESTRI, 2012, p. 336). Os resultados contraditórios da pesquisa sobre os fatores que desencadeiam a desistência entre as mulheres demonstram que, o fato de simplesmente adicionar para as mulheres as explicações masculinas tradicionais, não é suficiente para dar conta de suas experiências durante o processo de abandono do crime (DALY, 2012). Nesse sentido, tem-se argumentado que o enfoque de teorias androcêntricas que explicam o período pós-encarceramento e desistência, geralmente construídas com base em estudos feitos com amostras masculinas<sup>32</sup>, tem impactado na criação de programas de apoio inadequados à realidade das mulheres<sup>33</sup> (BALDRY, 2010).

---

32 Por exemplo, as teorias influentes sobre desistência, como Sampson & Laub (1993) e Maruna (2004) foram desenvolvidas com base em amostras do sexo masculino (Baldry, 2010).

33 Baldry (2010) argumenta que a Austrália tem adotado políticas pós-encarceramento, sob o beiral de teorias desenvolvidas no contexto dos Estados Unidos e Inglaterra, geralmente com base em experiências do sexo masculino. Isso ajudaria a omitir elementos contextuais e específicos de gênero.

A seguir, discutimos algumas contribuições da criminologia feminista internacional sobre os desafios para a reinserção e desistência que as mulheres enfrentam após sua passagem pela cadeia, contrastando com alguns resultados na América Latina, para delinear um cenário que problematize as hipóteses as quais fundamentam o trabalho com este grupo.

### **3.1 Desafios em torno da moradia e apoio interpessoal**

Um desafio crucial para um grupo importante de mulheres que saem da prisão, é encontrar um lugar estável e seguro para voltar a viver. De acordo com Opsal e Foley (2013), as histórias de desigualdade econômica dificultam o acesso das mulheres a uma vida independente ao saírem da prisão. Por sua vez, a alta incidência de violência doméstica pressupõe que retornar para a casa da família não é uma alternativa segura para algumas mulheres. A ausência de programas que forneçam abrigo temporário contribui para que algumas mulheres retornem aos lares abusivos ou que sofram de instabilidade residencial depois de sair da prisão.

Na América Latina, pouco sabemos sobre o lugar onde as mulheres regressam após passarem pela prisão. O estudo sobre retorno realizado no Chile por Larroulet *et al.* (2018) é um dos poucos que trata desta temática, e mostra que, após saírem da prisão em Santiago, apenas 25% das mulheres retornam para uma casa própria. Doze meses depois da saída, apenas um terço (33%) das mulheres tem uma residência estável. Das mulheres restantes, 32% passa por duas residências após a saída, e o terço restante vive em mais de dois lugares. Os locais de trânsito incluem casas da família, parceiro e um grupo minoritário permanece nas ruas ou em abrigos<sup>34</sup>. No primeiro ano após a saída da prisão, 83% das mulheres recebem alguma ajuda para acessar uma moradia. No entanto, nenhuma delas recebe ajuda do Estado e apenas 2% recebem ajuda de fundações ou ONGs. Nestes casos, a família, em especial, os pais são a principal fonte de apoio. Em relação à segurança dos lugares, o estudo mencionado demonstra que 21% das mulheres voltam a viver em lugares onde não

---

34 Dois meses após saírem da prisão, 12% das mulheres tinham passado pela rua, 3% por um abrigo e 3% por “rucos ou caletas de consumo de drogas. (“Rucos” são barracas muito precárias feitas com lenços onde as pessoas (moradores de rua) consomem drogas e “caletas” são pontos de encontro para o consumo de drogas e outras atividades, normalmente entre jovens). N.T.

se sentem protegidas contra a violência, e dois meses de libertação da prisão, 3% já tinham sofrido violência sexual onde passaram a viver. Por outro lado, no primeiro ano após a saída da prisão, pelo menos 21% das mulheres passam, em algum momento, por situação de rua.

Outros estudos apresentaram evidências de que um elevado percentual de mulheres encarceradas foi vítima de violência por sua família ou parceiro<sup>35</sup> (GENDARMERÍA DE CHILE, 2015; SALISBURY *et al.*, 2017). No entanto, apesar de muitas mulheres infratoras terem relacionamentos problemáticos com sua família de origem e, inclusive, terem sido abusadas e negligenciadas por alguns dos seus membros, confiam fortemente neles como uma fonte de apoio emocional e financeiro durante a desistência e seu processo de retorno (GIORDANO *et al.*, 2011; LEVERENTZ, 2011).

### **3.2 Desafios em torno dos papéis da maternidade e de cuidados**

A maternidade é um dos maiores desafios no processo de reintegração pós-prisão. A maioria das mulheres que saem da prisão retomam, ou ao menos esperam retomar o seu papel maternal. Um estudo realizado em Buenos Aires mostrou que 79% das mulheres presas esperavam ser responsáveis pelos seus filhos, uma vez que saíssem da prisão (SALISBURY *et al.*, 2017). Outro estudo no Chile (LARROULET *et al.*, 2018) mostrou que, em Santiago, entre as mulheres prestes a saírem da prisão, 52% tinham filhos menores e 46% das crianças eram menores de 10 anos, cujo cuidado quando do ingresso à prisão era, principalmente, relegado à mãe ou aos avós paternos, outros parentes e, em terceiro lugar, ao parceiro. Destas, 39% sinalizaram, uma semana antes de sair da prisão, que retomar seu papel como mãe era o que mais esperavam da sua saída.

Ainda que existam algumas discrepâncias entre estudos quantitativos e qualitativos, a maternidade tem sido o fator mais associado à desistência

---

35 Salisbury *et al.* (2017) mostram que, em prisões federais da Argentina, 39% das mulheres tinham sido vítimas de familiares ou parceiro e 17% haviam sofrido violência sexual. No Chile, 23% das mulheres presas sofreram alguma forma de violência na família e 34% do parceiro (GENDARMERÍA DE CHILE, 2015). Por sua vez, um estudo em presídios femininos na Cidade do México mostrou que 75,6% das mulheres presas haviam sofrido violência por parte de um parceiro, em algum momento na vida e 28,6% nos últimos dois anos (RODRIGUES *et al.*, 2006).

entre as mulheres infratoras (GRAHAN; BOWLING, 1995; UGGEN; KRUT-TSCHNITT, 1998; MOORE; HAGEDORN, 1999; FLEISHER, KRIENERT, 2004; BROIDY; CAUFFMAN, 2006; MCLVOR; TROTTER; SHEEHAN, 2009; KREAGAR; MATSUEDA; EROSHEVA, 2010; GIORDANO *et al.*, 2011). Os estudos em que foram observados resultados contraditórios têm sido associados, principalmente, com projetos de pesquisa inapropriados (a maioria transversais ou retrospectivos) e com o fato de serem pesquisas quantitativas incapazes de captar, com precisão, as condições em que a maternidade desencadeia a desistência. Os estudos qualitativos têm aclarado algumas dessas dinâmicas, observando que a maternidade reestrutura as rotinas cotidianas, aumenta os custos da criminalidade, dá uma sensação de otimismo e orientação futura, e incentiva o desenvolvimento de uma identidade pró-social (FLEISHERE; KRIENERT, 2004; RUMGAY, 2004; EDIN; KEPALAS, 2005; HUNT; JOE-LAIDER; MACKENZIE, 2005).

No entanto, algumas pesquisas descobriram que o efeito da maternidade sobre a desistência tende a diminuir após o parto (MONSBAKKEN; LYNGSTAD; SKARDHAMAR, 2013), muito provavelmente, devido ao estresse materno desencadeado por pressões econômicas e dificuldades na criação dos filhos como mães solteiras, após sua passagem pela prisão (RICHIE, 2001; BROWN, 2006; BROWN; BLOOM, 2009; MICHALSEN, 2011, 2013; OPSAL; FOLEY, 2013; RODERMOND; SLOTBOOM; ZOUTEWELLE-TEROVAN, 2016).

O estudo de Larroulet *et al.* (2018) a respeito do Chile, indica que 44% das mulheres entrevistadas projetavam, antes de sua saída da prisão, que ter dinheiro para sustentar seus filhos seria difícil ou muito difícil. Então, doze meses depois de saírem, 10% perceberam que seu maior desafio, nesse ano, tinha a ver com o relacionamento com seus filhos. Assim como 22% não estavam satisfeitas com o relacionamento com seus filhos e consideravam que tinha sido difícil ou muito difícil refazer o relacionamento com eles. No entanto, 16% consideraram que estar com seus filhos tinha sido o que mais as ajudavam em seu processo de reinserção. Esta diversidade de experiências dá conta da complexidade da relação entre a maternidade e desistência do crime, influenciada por distintos fatores pessoais, ambientais e econômicos.

### 3.3 Desafios em torno do trabalho

O desafio de manter-se financeiramente é certamente um dos mais difíceis. Encontrar trabalho não é relevante apenas para cobrir os custos de vida das mulheres, mas também para assumir o papel de cuidadoras e, em alguns casos, construir uma auto-imagem da mudança (OPSAL; FOLEY, 2013). Cabe recordar que a motivação econômica é essencial para explicar a criminalidade feminina, especialmente, no mercado de drogas na América Latina (ANTONY, 2007). Para muitas, as experiências no mundo formal são muito sacrificantes, com baixos salários e pouca compatibilidade com papéis parentais (ANTONY, 2007; ESPINOZA *et al.*, 2013; CARDENAS; UNDURRAGA, 2014)<sup>36</sup>. O caminho delitivo é a alternativa mais viável e compatível com as responsabilidades domésticas e as formas de vida de algumas mulheres. Para aquelas que saem da prisão em Santiago, encontrar trabalho e alcançar a estabilidade econômica é um dos maiores desafios que enfrentam (LARROULET *et al.*, 2018). A dificuldade de encontrar trabalho não só é devido ao baixo capital educacional e à baixa experiência laboral anterior, mas também pela dificuldade de conciliar os papéis de cuidado de crianças e trabalho, e pelos efeitos diretos causados às custas de ter uma condenação, vale dizer, discriminação pelos antecedentes criminais. Somado a isso, uma percentagem significativa das mulheres possui problemas crônicos de saúde, o que dificulta sua permanência no trabalho. Por sua vez, o mercado de trabalho oferece alternativas precárias e pouco atraentes. Finalmente, as mulheres contam com redes escassas para encontrar trabalho. O estudo sobre a reinserção de Larroulet *et al.* (2018) mostrou que, doze meses após sair da prisão, apenas 44% das mulheres tinham algum tipo de trabalho e um terço (32%) nunca trabalhou durante esses 12 meses.

Estudos indicam que o emprego teria efeitos mais consistentes na desistência masculina do que na feminina (SIMONS *et al.*, 2002; BENDA, 2005; COBBINA; HUEBNER; BERG, 2012), o que explicaria, principalmente, porque os homens são tradicionalmente o apoio da família e o trabalho é um dos aspectos mais importantes em torno do qual eles constroem a sua identidade (VERBRUGGEN; BLOKLSND; GEEST, 2012). No entanto, considerando que, hoje em dia, as diferenças de participação laboral diminuíram, esta explica-

---

36 Assim, também, Cardenas e Undurraga (2014), por meio de um estudo qualitativo, mostraram como a precariedade do trabalho formal, especialmente, para as mulheres, o deslegitima como uma real opção real para algumas mulheres prisioneiras.

ção já não parece plausível. E mais, alguns estudos têm identificado que o trabalho desencadeia a redução da criminalidade e reinserção, também, entre as mulheres (VERBRUGGEN; BLOKLSND; GEEST, 2012; GRAIG; FOSTER, 2013). Apesar disso, a relação entre emprego e desistência em mulheres não é totalmente clara, e tem-se argumentado que ter um emprego é uma condição necessária, mas não suficiente para desistir do crime. Parece que a falta de educação e de experiência laboral de mulheres, juntamente com empregos instáveis e baixos salários, transformaria a experiência laboral em uma fonte de frustração e estresse para este grupo (GIORDANO; CERNKOVICH; HOLLAND, 2003, BROWN; BLOOM, 2009).

Em relação à remuneração, o trabalho remunerado acessado pelas mulheres que saem da prisão é, em sua maioria, de baixa qualificação, informal e instável, como o trabalho por conta própria. No estudo chileno mencionado, observou-se que a renda dessas mulheres por um trabalho formal chegava, em média, a metade do salário mínimo. Isto, em contraste com a renda de quem retorna à atividade criminosa que recebe, em média, 2,9 vezes do que ganha quem realiza trabalho formal.

Um obstáculo formal de relevância para encontrar emprego é o registro de antecedentes criminais. 52% das mulheres que procuraram trabalho após sair da prisão foram rejeitadas por seus antecedentes (LARROULET *et al.*, 2018). O indicado é prova de que a estadia na prisão tem um efeito negativo direto sobre a vida das mulheres que buscam construir uma nova vida após sua libertação da prisão.

Por fim, embora a maternidade seja uma das razões que motivam as mulheres a procurar um emprego formal que lhes permita cobrir seus gastos pessoais e familiares, também pode constituir-se um obstáculo para o mesmo fim. De acordo com o estudo de Larroulet *et al.* (2018), 10% das que não trabalham mencionam o cuidado de familiares, filhos ou parceiros como a principal razão para a sua exclusão do mercado de trabalho.

### **3.4 Desafios em torno da saúde física e mental**

Outro desafio enfrentado por um grupo significativo de mulheres, é o referente as condições de saúde precárias, após saírem a prisão, bem como a busca de meios para obter atendimento correspondente. A investigação de

trajetórias criminosas das mulheres deu conta de como os problemas de saúde mental, desencadeados por situações de abuso e precariedade prolongada, são chaves nas histórias das mulheres presas (DALY; CHESNEY-LIND, 1988; HUEBNER; GUSTAFSON, 2007; SALISBURY *et al.*, 2017). Por sua vez, a alta incidência de problemas de saúde mental na população carcerária feminina tem sido documentada em alguns países latino-americanos. No Chile, por exemplo, um terço das mulheres entraram na prisão com algum transtorno por uso de drogas, a metade delas com algum transtorno afetivo e duas, em cada cinco, com depressão grave<sup>37</sup> (MUNDT *et al.*, 2016). Nos presídios do Rio de Janeiro, 47% de mulheres encarceradas tinham depressão moderada ou grave (CONSTANTINO; ASSIS; WERNERSBACH, 2016).

De acordo com Opsal e Foley (2013), a saúde física precária seria uma característica comum entre as mulheres que saem da prisão. Na América Latina encontramos alguns escassos antecedentes. Um estudo realizado no Chile mostrou que 60% das mulheres encarceradas apresentavam alguma doença crônica (MORALES *et al.*, 2016). Por outro lado, 26% das mulheres que saíram da prisão consideravam, uma semana após obterem sua liberdade, que sua saúde física tinha piorado durante sua estada na prisão (LARROULET *et al.*, 2018).

O cárcere deveria propiciar o desenvolvimento de sistemas de suporte e tratamentos para as mulheres que assim necessitassem e fornecer vínculos para prosseguir com os tratamentos fora (BALDRY, 2010). No entanto, quando a prisão não é um lugar onde as mulheres possam acessar um sistema de suporte de qualidade, os desafios para enfrentar o mundo, com problemas de saúde pré-existentes, se intensificarão no momento da saída (OPSAL; FOLEY, 2013).

Sobre as possibilidades das mulheres acessarem um tratamento após a saída da prisão, pouco se sabe. O estudo de Larroulet *et al.* (2018) indica que 60% das mulheres sinalizaram, antes de deixar a prisão, que necessitariam continuar com um tratamento médico fora. 23% destas conseguiram acessar um serviço de saúde, uma semana após a saída, e 42%, dois meses depois. Em relação ao tipo de cuidado, o estudo indicou que 19% das mulheres entrevistadas disseram necessitar de ajuda para deixar as drogas, mas apenas 3,9% acessaram um tratamento dois meses após obterem a liberdade, e 5,3 %, em doze meses. A situação

---

<sup>37</sup> Segundo este estudo, as mulheres que entram na prisão possuem menos problemas por abuso de drogas e saúde mental do que os homens na mesma situação (MUNDT *et al.*, 2016).



foi particularmente grave para 20% das mulheres que disseram que problemas de saúde as impediriam de trabalhar, uma vez fora da prisão, e para 33% das mulheres que tiveram problemas de saúde incapacitantes no curso de 12 meses após a saída da prisão. A respeito da saúde mental, o mesmo estudo mostra um panorama ainda mais grave: 19% das mulheres tentaram suicídio após saírem da prisão, e 33% apresentaram sintomas de dependência de drogas<sup>38</sup>.

#### **4. O Gênero como uma barreira estrutural aos processos de reinserção e desistência**

Embora os estudos revisados mostrem os obstáculos que as mulheres enfrentam em seus processos de reintegração e desistência, nos interessa analisar como a perspectiva de gênero poderia ajudar a explicar por que esses fatores operam de uma forma ou de outra.

As relações pessoais e sociais, assim como a maternidade são, sem dúvida, fatores envolvidos no processo de reintegração e desistência das mulheres, que merecem mais atenção. No entanto, a maioria das pesquisas assumiram acriticamente o papel dos cuidados no processo de abandono da criminalidade, sem considerar suas implicações em termos de desigualdades de gênero. Isso tem influenciado fortemente as práticas penitenciárias que são orientadas, principalmente, para regular as relações das mulheres, com base na falsa ideia de que seus fatores de risco se sustentam na decisão de se relacionar com as pessoas erradas (OPSAL, 2014).

Giordano (2016) argumenta que os fatores que promovem a desistência em mulheres não são os que operam como fontes de controle social, mas os que proporcionam um roteiro para desencadear o desenvolvimento de uma nova identidade. Nesse sentido, pode ser importante questionar se o casamento e o emprego operam dessa maneira entre mulheres e homens, especialmente, quando se considera a forte influência dos papéis de gênero socializados, a opressão estrutural e as respostas femininas para a dominação masculina (BELKAMP, 2006). De fato, um estudo realizado no Chile por Droppelmann (2018) com mulheres adolescentes infratoras observou que alguns dos fato-

---

38 Medido por meio da escala de Okasha e o questionário M.I.N.I, respectivamente.

res desencadeantes da desistência, revelados em pesquisas anteriores, foram relevantes na transição das mulheres em sua amostra. Porém, estes fatores fortemente ancorados na ética do cuidado, como foi o caso de maternidade ou dos laços familiares, foram úteis para desencadear a desistência numa primeira fase, mas tornaram-se problemáticos para sustentar este processo a longo prazo, mantendo estas jovens amarradas dentro das restrições próprias do gênero que resistiam, então, por meio de recaídas e a persistência no crime. Isso toma uma importância fundamental no contexto latino-americano, onde as construções culturais da feminilidade se identificam fortemente com a maternidade associada à virtude moral, altruísmo e abnegação (JELIN, 1990, MOLYNEUX, 2000). De uma perspectiva cultural, tem-se argumentado que as ideologias latino-americanas da maternidade restringiram as mulheres à privacidade, influenciaram a divisão do trabalho por gênero e limitaram o seu poder para práticas de amor e carinho maternos. Estas concepções, historicamente enraizadas na imagem cristã da Virgem Maria, relegam às mulheres a “papéis” como mãe e esposa, operando como um modelo básico de mulher abnegada que serve e depende dos demais (LAGARDE, 1990; MONTECINO, 1997, MELERO, 2015).

Neste sentido, explicações sobre reinserção e, por outro lado, desistência feminina, também supõem que o desempenho de papéis convencionais traz recompensas sociais que respaldam o desenvolvimento de uma identidade não criminosa (LEVERENTZ, 2006). Para serem reconhecidas e recompensadas, as mulheres devem se comprometer com um código de conduta ética (RUMGAY, 2004) que rege as regras de identidade feminina padrão. No entanto, pouca atenção tem sido dada à reputação e ao *status* como elementos constitutivos das identidades de mulheres jovens infratoras (LAIDLER; HUNT, 2001), e à luta que envolve negociar uma identidade feminina no quadro de restrições de gênero prevalecente, especialmente, na América Latina.

A ênfase no desenvolvimento de identidades femininas normativas, como fator chave que desencadeia a desistência, ignorou a exploração de outras fontes de identidades, reificando desigualdades de gênero (MILLER, 2002). Um estudo realizado no Uruguai por Vigna (2011) com mulheres infratoras observou que muitas mulheres ocupam lugares secundários e subordinados aos homens no mundo do crime, por meio de funções relacionadas com o cuidado e o papel de “acompanhantes”, e que estas devem recorrer a estereótipos de gê-

nero para entrar no mundo do crime. Droppelmann (2018) também observou que um dos principais obstáculos para desistir está associado à utilização do crime como um mecanismo de resistência à opressão patriarcal para facilitar a independência financeira, evitar a aquisição de papéis ancorados na ética do cuidado e permitir-lhes envolver-se em práticas associadas ao masculino.

Como dito até aqui, reitera-se que os programas de reinserção para mulheres não devem replicar o formato de intervenção gerado para a população masculina. Eles devem tentar compreender com que motivações as mulheres delinquem, qual o papel ocupam na escala de poder da organização criminosa, que formato têm suas infrações, o que as leva a desistir do crime e que barreiras enfrentam nesse processo para, então, desenhar estratégias para promover e melhorar os serviços proporcionados às mulheres antes, durante e após a privação da liberdade, incorporando a perspectiva do gênero em cada uma das etapas (GELSTHORPE, 2007 *apud* ESPINOZA, 2016).

## **5. Políticas de reinserção social para mulheres privadas de liberdade com enfoque de gênero**

Os compromissos assumidos pela maioria dos países, em torno da erradicação de todas as formas de discriminação contra as mulheres<sup>39</sup> levaram a delinear políticas voltadas para o avanço da incorporação de normas que promovam e garantam a concepção, implementação e avaliação de políticas sob a perspectiva de gênero. Portanto, há uma demanda crescente para integrar esta perspectiva na implementação de políticas públicas em distintos setores, sendo a esfera criminal um deles. No entanto, apesar deste compromisso e de uma maior consciência da urgência destas medidas, não há total clareza sobre todas as suas implicações. Em muitos casos, tem-se assumido que a mera integração de mulheres na implementação de uma política que, na qualidade de executoras ou de usuárias, garanta o cumprimento dos compromissos simplificou de forma errada a demanda por políticas que incorporem esta perspectiva efetivamente.

---

39 Como resultado da ratificação de tratados internacionais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Em termos gerais, pode-se afirmar que a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas pretende visibilizar e corrigir as desigualdades e inequidades de gênero vigentes no contexto econômico, político, social e cultural de nossos países, por meio do compromisso explícito do Estado para reverter estas desigualdades, desenvolvendo estratégias para promover políticas mais equitativas e direcionadas que promovam a participação cidadã de todas as pessoas, contribuindo assim para a modernização do Estado e o fortalecimento da democracia (SOLAR, 2009). A esfera criminal não deve ser afastada desta intencionalidade, entretanto, observa-se um desenvolvimento mais lento, com avanços e retrocessos.

Não é nossa intenção fazer uma descrição exaustiva dos avatares na inclusão de uma perspectiva de gênero nas políticas implementadas para combater a criminalidade, mas sim destacar áreas-chave que devem ser priorizadas para a incorporação desta abordagem, de forma coerente e consistente.

Buscando listar os principais desafios que enfrentam os responsáveis pela concepção e implementação de políticas que respondam aos compromissos e expectativas associadas à perspectiva de gênero, podemos afirmar a importância de:

## **5.1 Introduzir normas e padrões nos regulamentos penitenciários com uma perspectiva de gênero**

Dado o crescente aumento da população carcerária feminina e sua presença muito limitada em normas nacionais e internacionais de âmbito criminal (ESPINOZA, 2004), foram promulgadas declarações e outros instrumentos legais, a fim de visualizar a necessidade de formular políticas que respondam às características da sua atividade criminosa, bem como às suas necessidades de reinserção social.

Entre as regras específicas mais importantes, encontram-se as Regras das Nações Unidas para o tratamento das mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (A/RES/65/229, 2010), mais conhecidas como Regras de Bangkok. Estas normas, juntamente com o esclarecimento e a atualização dos padrões anteriores em matéria de direitos fundamentais durante a execução de sanções penais, introduziram a necessidade de observar a execução de penas com uma perspectiva de gênero, a fim de

promover mais e melhores processos de reintegração social das mulheres em conflito com o sistema de justiça criminal.

Apesar do amplo reconhecimento das Regras de Bangkok, suas disposições tiveram pouca influência formal nos contextos nacionais dos países latino-americanos. No plano normativo, além de algumas tentativas e iniciativas (MINJUS, 2013; ESPINOZA, 2016), não geraram alterações substantivas destinadas a adaptar essas regras às principais normas que regulam a execução de sanções penais. Portanto, a incorporação dessas disposições é de especial importância para o reconhecimento, a visibilidade e a formalização da abordagem de gênero na regulação das sanções penais e dos processos de reinserção das mulheres no sistema prisional, enfatizando seu tratamento humano e digno, proibindo o uso de determinadas sanções que degradam sua dignidade e estabelecendo normas que regulem a vigilância, o descanso e as formas de denunciar abusos de qualquer natureza.

## **5.2 Reverter o crescimento progressivo do número de mulheres privadas de liberdade**

Mas o nível formal é insuficiente, se não for acompanhado de medidas destinadas a reverter o crescimento progressivo da população carcerária, especialmente, as mulheres condenadas e em prisão provisória.

Como resultado de uma política criminal, em que o endurecimento das penas para os crimes de tráfico de drogas é recorrente na maioria dos países ocidentais, o número de mulheres em privação de liberdade tem aumentado, constantemente. A prisão, conforme indicado neste trabalho, sempre gera consequências negativas para o presente e o futuro das mulheres e de seu entorno familiar direto, portanto, em consonância com os padrões normativos internacionais (Regras de Bangkok), e a primeira política a considerar é a redução da prisão e o incentivo de medidas alternativas à pena de prisão, sobretudo, considerando a participação em atividade criminosa de menor gravidade, o impacto da prisão sobre os/as filhos/as e outros dependentes, os maiores obstáculos à inserção laboral, entre outros aspectos relevantes mencionados neste trabalho.

Além do exposto, deve-se promover iniciativas que promovam o acesso a medidas acarcerárias que permitam o cumprimento de parte da condenação em liberdade, como a redução da pena por trabalho, educação ou bom com-

portamento, ou o acesso à alvarás de soltura ou liberdade condicional. Tais medidas, presentes na maioria das legislações penitenciárias da região, muitas vezes consideram requisitos que constituem obstáculos tácitos que dificultam o acesso a determinados grupos em razão do gênero, etnia, idade, nacionalidade, deficiência, entre outras condições que se cruzam e geram contextos de desigualdade e discriminação.

### **5.3 Promover programas efetivos de reinserção assentados na abordagem de gênero**

Como visto no desenvolvimento deste trabalho, é necessário formular programas de atenção às mulheres, concebidos e implementados com base na igualdade de oportunidades, que desencorajem papéis estereotipados do comportamento, que se vinculem à comunidade para facilitar a reinserção social e a desistência do crime. Para isto, requer quebrar com o estereótipo normativo moral que sintetiza mulheres a partir, principalmente, da maternidade.

Embora seja escassa a pesquisa que nos permita conhecer e compreender, de forma exaustiva, tanto o perfil quanto as necessidades e os obstáculos que as mulheres enfrentam ao conflitar com o sistema de justiça criminal, em seu processo de reinserção e desistência do crime, a maior parte desses dados foram obtidos no contexto dos países desenvolvidos que não correspondem às condições políticas, econômicas, sociais e culturais da América Latina. Por isso, é de fundamental importância promover a geração de conhecimento sobre esta matéria, a fim de gerar as políticas públicas mais adequadas para toda a população carcerária da região.

Este esclarecimento permitirá desenvolver programas mais eficazes para mulheres privadas de liberdade, dado que este desenho de programas focados em fatores criminológicos da população masculina, entendidos como parâmetro universal, será menos efetivo “em reduzir a reincidência das primeiras. Isto não é apenas porque se concentram em fatores menos relevantes ou que operam de forma diferente para as mulheres, mas porque não se ocuparão daqueles elementos que são exclusivos ou mais relevantes para elas” (HEDERMAN, 2004, p. 241, *apud* ESPINOZA, 2016, p. 101).

## **Ideias Finais**

Nos últimos anos, a inclusão nas políticas criminais sob um enfoque de gênero tornou-se mais difundida (HANNAH-MOFFAT, 2010), entendendo que a intervenção deve abordar fatores associados com a criminalidade feminina, tais como abuso de substâncias, trauma, saúde mental e desigualdade econômica (BLOOM; OWEN; COVINGTON, 2003). Embora isso tenha melhorado as condições das prisões de mulheres, posicionando o gênero como um princípio fundamental para a prática correcional, como já indicado, pouca atenção tem sido dada à forma como o gênero deve ser implementado na prática, e a importância de abordar as múltiplas formas de opressão de que são vítimas as mulheres, adotando, ao final do dia, uma posição normativa e estereotipada da feminilidade (GOODKIND, 2009, HANNAH-MOFFAT, 2010).

As preocupações com a vulnerabilidade das mulheres e sua forte dependência dos mecanismos de proteção social têm sido utilizadas como justificativa para uma intervenção intensiva, chegando a entender o encarceramento como uma medida de proteção (SHARPE; GELSTHORPE, 2015). As práticas correccionais têm focado, principalmente, em apoiar a transição das mulheres para papéis tradicionais de gênero, mas não para a construção de uma vida melhor para elas ou, nos termos de Gilligan (2011), não as ajudaram a “encontrar a sua voz”. O paradigma tem estado fortemente orientado por noções de redenção, por meio da feminilidade normativa, a tutela moral e a conformidade de gênero (GELSTHORPE, 2010), centrando-se, principalmente, em fatores relacionais, como se estes fossem terapêuticos em si, reproduzindo a lógica da ética do cuidado.

Discursos terapêuticos baseados na autorregulação atribuíram a falta de opções para as mulheres a uma incapacidade de tomar decisões baseadas em sua baixa autoestima, fragilidade e fraqueza, desviando a atenção das limitações estruturais e responsabilizando-as pela sua própria reabilitação (GOODKIND, 2009, HANNAH-MOFFAT, 2010). A abordagem do modelo de risco e a necessidade agravou ainda mais esta situação, concentrando-se nos *déficits* das mulheres, principalmente, em suas necessidades psicológicas, e deixando de lado a interação entre agência e estrutura, que é crucial para incentivar a desistência a longo prazo (GOODKIND, 2009, HANNAH-MOFFAT, 2010; SHARPE; GELSTHORPE, 2015).

Infelizmente, superar essa situação não é fácil, pois a concepção de que as mulheres infratoras são perigosas e vulneráveis está fortemente enraizada nas narrativas correcionais atuais, especialmente, na América Latina. Nesse sentido, tendo em conta as informações apresentadas neste artigo, pode-se argumentar que a prática penitenciária deve passar de um modelo baseado em *déficit* para uma abordagem que promova os pontos fortes, a tomada de decisão e o crescimento pessoal das mulheres que delinquem, por meio de sua participação ativa na definição de suas necessidades e objetivos.

Serviços de apoio entre pares são um bom exemplo para trabalhar nessa direção, sendo mais efetivos do que intervenções lideradas por especialistas, pois ajudam a reduzir os sentimentos de isolamento e melhoram a autoestima e a autonomia (POLLOCK, 1994, 2009). Ajudar outras mulheres que estão em um estágio muito mais precoce no processo de desistência, também dá às mulheres que desistem do crime a oportunidade de incorporar e re-significar elementos que surgiram a partir de suas vidas passadas, e construir uma narrativa coerente para explicar e justificar sua mudança (MARUNA, 2001, HUNDLEBY *et al.*, 2007; HEALLY, 2010).

As práticas penitenciárias devem basear-se em fundamentos sólidos que desafiem as hierarquias de gênero e classe, ao invés de fazer com que mulheres infratoras aceitem sua posição dentro da ordem social (GOODKIND, 2009). Isso não significa argumentar que o gênero é só o que importa, mas que, se as normas e relações de gênero permanecerem inalteradas no contexto penitenciário, as desigualdades de gênero e classe que contribuíram para a participação delitiva feminina terminará, finalmente, se perpetuando (GOODKIND, 2009; CHANT, 2006).

## Referências

ALMEDA, Elisabet. El ayer y hoy de las cárceles de mujeres en España. *Revista Pena y Estado*. Buenos Aires, INECIP, 2005.

ALMEDA, Elisabet, DINELA, Dino. Mujeres y cárceles en América Latina: Perspectivas críticas y feministas. *Papers*, v. 102, n. 2, p. 183-214, 2017.



ANDRADE, Vera R. Pereira de. Da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen (Org.). *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre, Editora Sulina, 1999.

ANTONY, Carmen. Mujeres invisibles: Las cárceles femeninas en América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, n. 208, 2007.

ARDITTI, Joyce; FEW, April. Maternal distress and women's reentry into family and community life. *Family Process*, v. 47, n. 3. p. 303-321, 2008.

AZAOLA, Elena. Mujeres presas por delitos del fuero federal en México. En: CRUZ, Juan A.; VÁZQUEZ, Rodolfo (Coord.). *Las Mujeres a través del Derecho Penal*. México D.F., Suprema Corte de Justicia de la Nación – Editorial Fontamara, 2013. p. 153-166.

BALDRY, Eileen. Women in Transition: From Prison to... *Current Issues Criminal Justice*, v. 22, n. 2, p. 253-267, 2010.

BELKNAP, Joanne. The Gendered Nature of Risk Factors for Delinquency. *Feminist Criminology*, v.1, n. 1, p. 48-71, 2006.

BENDA, Brent. Gender differences in life-course theory of recidivism: A survival analysis, The Gendered Nature of Risk Factors for Delinquency. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 49, n. 3, p. 325-342, 2005.

BLOOM, Barbara; OWEN, Barbara; COVINGTON, Stephany. Women offenders and the gendered effect of public policies. *Review of Policy Research*, v. 21, n. 1, p. 31-48, 2003.

BOITEUX, Luciana. *Mujeres y encarcelamiento por delito de drogas*. Colectivo de Estudios Drogas y Derecho (CEDD), 2015. Disponível em: [http://www.drogasyderecho.org/wp-content/uploads/2015/10/Luciana\\_v08.pdf](http://www.drogasyderecho.org/wp-content/uploads/2015/10/Luciana_v08.pdf)

BROIDY, Lisa M.; CAUFFMAN, Elizabeth E. *Understanding the Female Offender*: Report submitted to the U.S. Department of Justice, 2006.

BROWN, Marilyn. Gender, ethnicity, and offending over the life course: Women's pathways to prison in the Aloha State. *Critical Criminology*, v. 14, n. 2, p. 137-158, 2006.

BROWN, Marilyn; BLOOM, Barbara. Reentry and renegotiating motherhood: Maternal identity and success on parole. *Crime & Delinquency*, v. 55, n. 2, p. 313-336, 2009.

CÁRDENAS, Ana. Mujeres y Cárcel en Chile. *GTZ-Ministerio de Justicia de Chile-ICSO, 2011*. Disponible em: <http://www.icsoc.cl/wp-content/uploads/2012/01/Proyecto-Grupos-Vulnerables-CPFGIZ-MINJU-ICSO-versión-final-para-página-web-Diciembre-2011.pdf>

CÁRDENAS, Ana; UNDURRAGA, Rosario. El sentido del trabajo en mujeres privadas de libertad en Chile. *Cuestiones de género, de la igualdad y la diferencia*, n. 9, p. 286-309, 2014.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS); MINISTERIO PÚBLICO DE LA DEFENSA DE LA NACIÓN (MPDN); PROCURACIÓN PENITENCIARIA DE LA NACIÓN (PPN) (Comp.). *Mujeres en prisión: los alcances del castigo*. 1ª ed. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2011. 288 p.

CENTRO POR LA JUSTICIA Y EL DERECHO INTERNACIONAL (CEJIL). Mujeres privadas de libertad. *Informe Regional: Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay*. (2007). [https://www.cejil.org/sites/default/files/legacy\\_files/mujeres\\_privadas\\_de\\_libertad\\_informe\\_regional\\_0.pdf](https://www.cejil.org/sites/default/files/legacy_files/mujeres_privadas_de_libertad_informe_regional_0.pdf). Acceso em: 02 mar. 2018.

CENTRO POR LA JUSTICIA Y EL DERECHO INTERNACIONAL (CEJIL) *et al.* Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil. *Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarcerada*. (2007). Disponible em: <http://carceraria>.

org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf. Acesso em: 04 mai. 2015.

CHANT, Sylvia. Exploring the “feminisation of poverty” in relation to women’s work and home-based enterprise in slums of the Global South. *International Journal of Gender and Entrepreneurship*, v. 6, n. 3, p. 296-316, 2006.

COBBINA, Jennifer; HUEBNER, Beth; BERG, Mark. Men, women, and postrelease offending: An examination of the nature of the link between relational ties and recidivism. *Crime & Delinquency*, v. 58, n. 3, p. 331-361, 2012.

CONSTANTINO, Patricia; ASSIS, Simone Gonçalves de; WERNERSBACH, Liana. The impact of prisons on the mental health of prisoners in the state of Rio de Janeiro, Brazil. *Ciência e saúde coletiva*, v. 21, n. 7, p. 2089-2099, 2016.

CORNELL LAW SCHOOL. AVON GLOBAL CENTER FOR WOMEN AND JUSTICE AND INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC, DEFENSORÍA GENERAL DE LA NACIÓN ARGENTINA & UNIVERSITY OF CHIGACO LAW SCHOOL INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC. *Mujeres en prisión en Argentina: causas, condiciones y consecuencias*. Buenos Aires, 2013. 68 p.

CRIAG, Jessica; FOSTER, Holly. Desistance in the Transition to Adulthood: The Roles of Marriage, Military, and Gender. *Deviant Behavior*, v. 34, n 3, p. 208-223, 2013.

DALY, Kathleen. Aims of the criminal justice system. In: MARMO, Marinella *et al.* (Eds.). *Crime and Justice: A Guide to Criminology*. Sydney: Lawbook Company, 2012. p. 389-406.

DALY, Kathleen; CHESNEY-LIND, Meda. Feminism and Criminology. *Justice quaterly*, v. 5, n. 4, p. 497-538, 1988.

DE VAL, Consuelo; VIEDMA, Antonio. *Condenadas a la desigualdad: Sistema de indicadores de discriminación penitenciaria*. La Rioja: Icaria Editorial, 2012.

DEL OLMO, Rosa (Coord.). *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, PNUD, Fundación José Félix Rivas, Comisión Andina de Juristas, 1998.

DROPPELMANN, Catalina. *Housewife, mother or thief: gendered desistance and persistence from crime*. Working paper, 2018.

EDIN, Kathryn; KEFALAS, Maria. *Promises I Can Keep: Why Poor Women Put Motherhood Before Marriage*. Berkeley, CA: University of California Press, 2005.

ESPINOZA, Olga. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2004.

ESPINOZA, Olga. Mujeres privadas de libertad: ¿es posible su reinserción social. *Caderno CRH Salvador*, v. 29, n. 3, p. 93-106, 2016.

ESPINOZA, Olga; MARTÍNEZ, Fernando; SANHUEZA, Guillermo. *El impacto del sistema penitenciario en los derechos humanos: La percepción de las personas privadas de libertad, en el Informe de Derechos Humanos en Chile*. Santiago: Centro de Derechos Humanos, Facultad de Derecho de la Universidad Diego Portales, 2014.

ESPINOZA, Olga; PIÑOL, Diego; SALAMANCA, Fernando. *Demandas y características de capacitación laboral que fomente una reinserción social, laboral y familiar en mujeres privadas de libertad en cárceles chilenas*. Santiago: Departamento de Estudios. Servicio Nacional de la Mujer - SERNAM, 2012.

FLEISHER, Mark; KRIENERT, Jessie. Life-course events, social networks, and the emergence of violence among female gang members. *Journal of Community Psychology*, v. 32, n. 5, p. 607-622, 2004.

FRANKLIN, Cortney. Women offenders, disparate treatment, and criminal justice: a theoretical, historical, and contemporary overview. *Criminal Justice Studies: A Critical Journal of Crime, Law and Society*, v. 21, n. 4, p. 341-360, 2008.

GELSTHORPE, Loraine. Woman, crime and control. *Criminology and Criminal Justice*, v. 10, n. 4, p. 375-386, 2010.

GENDARMERÍA DE CHILE. *Informe de prevalencia de género en la población penal femenina de Chile, noviembre 2015*. Disponível em: <https://html.gendarmeria.gob.cl/doc/vgenero.pdf>

GIACOMELLO, Corina. Mujeres, delitos de drogas y sistemas penitenciarios en América Latina. *IDPC*, oct, 2013. Disponível em: [https://dl.dropboxusercontent.com/u/64663568/library/IDPC-Briefing-Paper\\_Women-in-Latin-America\\_SPANISH.pdf](https://dl.dropboxusercontent.com/u/64663568/library/IDPC-Briefing-Paper_Women-in-Latin-America_SPANISH.pdf). Acesso em: 12 jun. 2015.

GIORDANO, Peggy. Mechanisms Underlying the Desistance Process: Reflections on A Theory of Cognitive Transformation. In: SHAPLAND, Joanna; FARRAL, Stephen; BOTTOMS, Anthony (Eds.). *Global Perspectives on Desistance*. London: Routledge, 2016.

GIORDANO, Peggy; CERNKOVICH, Stephen; HOLLAND, Donna. Changes in friendship relations over the life course: Implications for desistance from crime. *Criminology*, v. 41, n. 2, p. 293–327, 2003.

GIORDANO, Peggy *et al.* Parenthood and Crime: The Role of Wantedness, Relationships with partners and SES. *Journal of Criminal Justice*, v. 39, n. 5, p. 405-416, 2011.

GOODKIND, Sara. You Can be Anything you Want, but you have to Believe it: Commercialized Feminism in Gender-Specific Programs for Girls. *Signs*, v. 34, n. 2, p. 397- 422, 2009.

GRAHAM, John; BOWLING, Ben. *Young People and Crime*. Home Office Research Study 145. Londres: Home Office, 1995.

HANNAH-MOFFAT, Kelly. Sacrosanct or flawed: Risk, accountability and gender-responsive penal politics. *Current Issues in Criminal Justice*, v. 22, n. 2, p. 193-216, 2010.

HEALLY, Deirdre. *The Dynamics of Desistance: Charting Pathways through Change*. Cullompton: Willan, 2010.

HEIDENSOHN, Frances. *Women and crime*. Washington: New York University Press, 1995.

HEIDENSOHN, Frances; SILVESTRI, Marisa. Gender and crime. In: MAGUIRE, Mike; MORGAN, Rod; REINER, Robert (Eds). *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford: Oxford University Press, 2012 p. 336-369.

HIRSCHI, Travis. *Causes of Delinquency*. California: University of California Press, 1969.

HUEBNER, Beth; GUSTAFSON, Regan. The effect of maternal incarceration on adult offspring involvement in the criminal justice system. *Journal of Criminal Justice*, v. 35, n. 3, p. 283-296, 2007.

HUNDLEBY, John; GFELLNER, Barbara; RACINE, Darrell. Desistance and Identity Change among Aboriginal Females. *Journal Identity*, v. 7, issue 3, p. 225-253, 2007.

HUNT, Geoffrey; JOE-LAIDER, Karen; MACKENZIE, Kathleen. Moving into motherhood: Gang girls and controlled risk. *Youth and Society*, v. 36, n. 3, p. 333-373, 2005.

INTERNATIONAL CENTER FOR PRISON STUDIES (ICPS). *World prison brief data, 2017*. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org/world-prison-brief-data>. Acesso em: 12 mai. 2018.

JELIN, Elizabeth (Ed.). *Women and Social Change in Latin America*. London: Zed Books, 1990.

KREAGAR, Derek; MATSUEDA, Ross; EROSHEVA, Elena. Motherhood and Criminal Desistance in Disadvantaged Neighborhoods. *Criminology*, v. 48, n. 1, p.221-258, 2010.

LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1990.

LAILER, Karen; HUNT, Geoffrey. Accomplishing Femininity among the Girls in the Gang. *The British Journal of Criminology*, v. 41, issue 4, p. 656-678, 2001.

LARROULET, Pilar *et al.* *Reinserción, Desistimiento y Reincidencia en Mujeres Privadas de Libertad en Chile: Informe de Doce Meses*. Programa de Estudios Sociales del Delito, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2018.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.

LEVERENTZ, Andrea. The Love of a Good Man? Romantic Relationships as a Source of Support or Hindrance for Female Ex-Offenders. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 43, n. 4, p. 459-88, 2006.

MARUNA, Shadd. *Making good: How ex-offenders reform and reclaim their lives*. Washington DC: American Psychological Association Books, 2001.

MCLVOR, Gill; TROTTER, Chris; SHEEHAN, Rosemay. Women, resettlement and desistance. *Probation Journal*, v. 56, n. 4, p. 347-361, 2009.

MELERO, Pilar. *Mythological constructions of Mexican femininity*. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

MICHAELSEN, Venezia. A Cell of One's Own? Incarceration and Other Turning Points in Women's Journeys to Desistance. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 50, n. 6, p. 349-366, 2013.

MICHAELSEN, Venezia. Mothering as a life course transition: Do women go straight for their children? *Journal of Offender Rehabilitation*, v. 50, n. 6, p. 349-366, 2011.

MILLER, Jody. Reconciling feminism and rational choice theory: women's agency in street crime". In: PIQUERO, Alex R.; TIBBETTS, Stephen G. *Rational choice and criminal behavior: Recent research and future challenges*. New York: Routledge, 2002.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS DE CHILE (MINJUS). *Políticas penitenciarias con enfoque de género*. Santiago, División de Reinserción Social, 2013.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS DE CHILE (MINJUS). *Cuestionario Colección de datos sobre mujeres encarceladas por delitos de drogas* (actualizado 28 fev. 2018). Documento de trabajo, 2018.

MOLYNEUX, Maxine. *Comparative perspectives on gender and citizenship: Latin America and the former socialist states*. Basingstoke: Palgrave Mac Millan, 2000.

MONSBAKKEN, Christian; LYNGSTAD, Torkild; SKARDHAMAR, Torbjorn. Crime and the transition to Parenthood: The role of sex and relationship context. *The British Journal of Criminology*, v. 53, issue 1, p. 129-148, 2012.

MONTECINO, Sonia. *Madres y huachos: Alegorías del mestizaje chileno*. Santiago: Editorial Sudamericana, 1997.

MOORE, Joan; HAGEDORN, John. *Female Gangs in America: Essays on girls, gang and gender*. Chicago: Law View Press, 1999.



MORALES, Ana María *et al.* *Estudio sobre niveles de exclusión social en personas privadas de libertad*. Santiago: Fundación Paz Ciudadana y Fundación San Carlos de Maipo, 2016.

MORALES, Ana María *et al.* *La Reincidencia en el Sistema Penitenciario Chileno*. Santiago: Fundación Paz Ciudadana y Universidad Adolfo Ibañez, 2012.

MUNDT, Adrian *et al.* Prevalence Rates of Mental Disorders in Chilean Prisons. *PlosOne*, v. 8, n. 7, p. 1-8, 2016.

OPSAL, Tara. It's Their World, so You've Just Got to Get Through. Women's Experiences of Parole Governance. *Feminist Criminology*, v. 10, n. 2, p. 1-20, 2014.

OPSAL, Tara; FOLEY, Allison. Making it on the Outside: Understanding Barriers to Women's Post-Incarceration Reintegration. *Sociology Compass*, v. 7, n. 4, p. 265-277, 2013.

POLLOCK, Joycelyn. "Afterward". In: GEORGE, Erin (Ed.). *A woman doing life: Notes from a women's prison*. Boston: Oxford Univ Press, 2009.

POLLOCK, Joycelyn. *Ethics in crime and justice: Dilemmas and decisions*. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1994.

PONTÓN, Jenny; TORRES, Andreína. Cárceles del Ecuador: los efectos de la criminalización por drogas. *Urvio, Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana*, v. 1. Quito: FLACSO-Ecuador, p. 55-73, 2007.

RICHIE, Beth. Challenges Incarcerated Women Face as They Return to Their Communities: Findings from Life History Interviews. *Crime & Delinquency*, v. 47, n. 3, p. 368-389, 2001.

RODERMOND, Elanie; SLOTBOOM, Anne-Marie; ZOUTEWELLE-TEROVAN, Mioara. Women's re-incarceration: The influence of marriage and children. In: KRUTTSCHNITT, Candace; BIJLEVELD, Catrien. (Eds.). *Lives of incarcerated women: An international perspective*. Londres: Routledge, 2015. p. 142-158.

RODRÍGUEZ, Eva *et al.* Experiencias de violencia física ejercida por la pareja en las mujeres en reclusión. *Salud Mental*, v. 29, n. 2, p. 59-67, 2006.

RODRÍGUEZ, María Noel. *Mujeres madres en prisión en América Central*. San José de Costa Rica: Editorial Universidad Estatal a Distancia, 2005.

RUMGAY, Judith. Scripts for Safer Survival: Pathways Out of Female Crime. *The Howard Journal of Criminal Justice*, v. 43, n. 4, p. 405-419, 2004.

SALAZAR, Teresa; CABRAL, Blanca (2012). Miradas de género a la criminalidad femenina. *Fermentum Revista Venezolana de Sociología y Antropología*, v. 22, n. 64, may-ago, p. 222-248, 2012.

SALISBURY, Emily *et al.* Expanding the Feminist Pathways Perspective beyond the United States: A Profile of Federal Women Prisoners in Argentina. *Women & Criminal Justice*, v. 28, n. 2, p. 125-151, 2017.

SAMPSON, Robert; LAUB, John. *Crime in the making: pathways and turning points through life*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

SHARPE, Gilly; GELSTHORPE, Loraine. Engendering the Agenda: Girls, Young Women and Youth Justice. *Youth Justice*, v. 9, n. 3, p. 195-208, 2009.

SIMONS, Ronald *et al.* A Test of Life-Course Explanations for Stability and Change in Antisocial Behavior from Adolescence to Young Adulthood. *Criminology*, v. 40, p. 401-34, 2002.

SOLAR, Ximena. *Género y políticas públicas: Estado del arte*. Germina: Conocimiento para la acción, documento de trabajo. Santiago, 2009.

TORRES, Andreina. *Drogas, cárcel y género en Ecuador: La experiencia de mujeres "mulas"*. Quito: FLACSO-Ecuador, 2008.

UGGEN, Christopher; KRUTTSCNITT, Candace. Crime in the breaking: gender differences in desistance. *Law and Society Review*, v. 32, n. 2, p. 339-366, 1998.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *Handbook for prison managers and policy makers on women and imprisonment*. Oficina de Naciones Unidas contra la Droga y el Delito, 2008. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/women-and-imprisonment.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2017.

VERBRUGGEN, Janna; BLOKLSND, Arjan; GEEST, Victor van der. Effects of employment and unemployment on serious offending in a high-risk sample of men and women from ages 18 to 32 in the Netherlands. *British Journal of Criminology*, v. 52, n. 5, p. 845-869, 2012.

VIGNA, Ana. *Persistencia y abandono del mundo del delito: diferencias de género en los procesos de desistimiento*. Tesis (Maestría en Sociología) - Facultad de Sociología, Universidad de la República, 2011.



# Crimes de Adolescentes do Sexo Feminino no México

Elena Azaola

## Exposição do Problema

Este trabalho é baseado em dois estudos que realizamos, entre 2014 e 2016, acerca dos problemas que enfrentam e as circunstâncias que antecedem o cometimento de crimes violentos por parte de adolescentes privadas da liberdade no México (AZAOLA, 2015, 2017). Embora aquelas pesquisas se refiram tanto à população de homens quanto de mulheres adolescentes, o objetivo deste artigo é focar nossa atenção sobre a população feminina e destacar os traços que diferenciam os crimes e as circunstâncias da participação das mulheres, em comparação com os homens.

Iniciamos com uma exposição que explica, brevemente, a abordagem geral de nossos estudos, bem como sua metodologia e alguns de seus resultados para, então, tratar dos achados específicos em relação às mulheres.

O questionamento que nos instigou a entrevistar as/os adolescentes privadas/os de liberdade foi: existe alguma relação entre as condições de vulnerabilidade e a falta do exercício de direitos com os crimes violentos que cometeram?

Ao escolher a vulnerabilidade e a falta de exercício de direitos como possível antecedente de crimes violentos, tentamos mostrar o que estas condições são suscetíveis de produzir, quando não existem ou não funcionam, de maneira adequada, os mecanismos que deveriam ter protegido a estes e estas adolescentes, e impedido de chegar aos extremos que chegam, com danos e consequências graves tanto para eles mesmos como para a sociedade. Scheper-Hughes (2004) destaca que “a violência estrutural, ou seja, a pobreza, a fome, a exclusão social e humilhação inevitavelmente se traduz, entre outras, em violência doméstica e íntima”. Porém, muitas vezes, “o comportamento violento nas famílias é apenas uma resposta às exclusões sócio-políticas ou econômicas que fazem parecer o comportamento violento como o único possível diante das circunstâncias” (SCHEPER-HUGHES, 2004). A mesma autora mostra que, enquanto certos

atos de violência tendem a deslumbrar-nos, a atrair nossa atenção, outros, os passamos por alto, posto que são ignorados como parte da “violência todos os dias”: a mortalidade infantil, a desnutrição, a doença, a injustiça e a humilhação que toca aos socialmente marginalizados com muito mais frequência. Estas são formas de violência não reconhecidas, invisíveis, uma vez que as desigualdades estruturais -entre as quais agregamos a violência contra as mulheres-, tendem a ser “naturalizadas” (SCHEPER-HUGHES, 2004).

Nosso estudo tenta dar visibilidade aos crimes graves e, na medida do possível, à realidade vivida pelas e pelos adolescentes privados da liberdade por ter cometido crimes graves, particularmente, os que fazem uso da violência. Seleccionamos este subgrupo, porque consideramos tratar daqueles e daquelas colocados no extremo menos visível e mais estigmatizados, entre os quais, por si próprios, encontram-se excluídos. Escolhemos os/as que fazem uso da violência, porque acreditamos que este é um dos problemas mais graves que o México enfrenta atualmente. Portanto, apontar elementos que contribuam para compreender, em profundidade, o fenômeno da violência é imprescindível para reduzir tanto sua incidência como os graves danos ocasionados, muitas vezes, irreparáveis, com consequências que podem afetar várias gerações.

Outro objetivo do estudo foi escutar as vozes e testemunhos das e dos adolescentes privadas/os de liberdade e que, portanto, não têm a oportunidade de serem ouvidas/os. Construimos o estudo a partir de suas histórias, dos numerosos testemunhos que coletamos e reproduzimos, textualmente.

Um precedente importante de um estudo similar, é o relatório produzido pelo Procurador-geral dos Estados Unidos, que ordenou a formação de um grupo de trabalho especial para averiguar os efeitos da violência sobre as crianças e adolescentes que tenham sido expostos a ela. O relatório aponta que: “a grande maioria das crianças envolvidas com o sistema de justiça tem sobrevivido expostas à violência e vivem com o trauma dessa experiência”. Estarem expostos/as a vários tipos de violência durante o curso de suas vidas e estarem nas mãos da justiça, não é uma coincidência. A exposição à violência, de acordo com o relatório, muitas vezes, leva à desconfiança, a hipervigilância, ao comportamento impulsivo, ao isolamento, vícios, falta de empatia ou a dificuldade de se preocupar com os outros, e à agressão como uma maneira de se autoprotger. Quando crianças e adolescentes experimentam a violência, repetidamente, ou por períodos prolongados, seu corpo e cérebro se adaptam para focar em sua sobrevivên-

cia, reduzindo sua capacidade de controlar seus impulsos e adiar a gratificação. “As e os adolescentes que estão tratando de se proteger da violência ou que não sabem como lidar com as experiências de violência que têm vivenciado, podem envolver-se em comportamentos criminosos como uma forma de obter uma sensação de controle sobre suas vidas caóticas e lidar com a turbulência emocional e as barreiras que geram a violência para alcançar a segurança e o sucesso” (DEPARTMENT OF JUSTICE, 2012, p. 171-172).

## **1. Metodologia**

Empregamos um conjunto de métodos e técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. Realizamos uma pesquisa e coletamos, por meio de perguntas abertas, depoimentos diretos de adolescentes do sexo feminino e masculino privados de liberdade, em centros de detenção de 17 dos 32 estados do país, representativos de todas as regiões que o integram.

Os resultados do nosso estudo referem-se a um total de 730 adolescentes do sexo masculino e do sexo feminino, entrevistados durante o período de 2014 a 2016. O número de entrevistados representa 19% do total (3.761) de adolescentes que em 2016 se achavam privados da sua liberdade no México. Dos 730 adolescentes entrevistados, 631 eram homens (86%) e 99 mulheres (14%). É interessante notar que, embora as mulheres representem apenas 4% do total de adolescentes privadas de liberdade, decidimos por representá-las na amostra que elaboramos, a fim de se ter uma noção mais detalhada sobre os problemas específicos que elas enfrentam. A seleção para as entrevistas procurou favorecer todas e todos os adolescentes que fizeram maior uso da violência.

Quanto à cobertura, o estudo que realizamos fornece informações precisas e confiáveis sobre: as características demográficas e socioeconômicas das e dos adolescentes que cometeram crimes graves, fazendo uso da violência; os fatores de vulnerabilidade que identificamos tanto em sua história como em seu entorno; os tipos de crimes que participaram; os padrões observados na entrada e permanência em grupos criminosos; a participação de autoridades nesses grupos e a violência por parte das autoridades no momento da detenção nos centros de internação.

A combinação de ferramentas do tipo quantitativa e qualitativa nos deu a possibilidade de obter dois tipos de conhecimentos muito valiosos e complementares. O estudo nos permitiu formar uma ideia muito clara acerca das características de toda a população que se encontra em centros de internação para adolescentes nas entidades que pesquisamos. As histórias que reconstruímos a partir de questionamentos abertos, permitiu-nos, no entanto, ter uma perspectiva mais profunda das características específicas e das trajetórias de vida individuais das e dos adolescentes que cometeram crimes violentos.

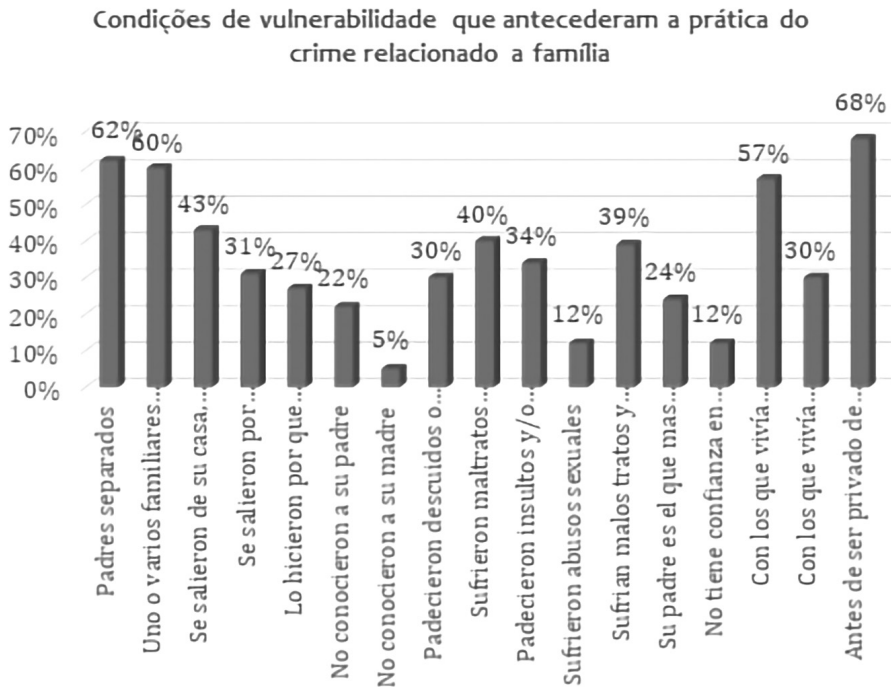
Evidentemente, os limites deste trabalho permitiram incluir apenas uma pequena amostra dos dados e depoimentos coletados, que podem ser consultados em estudos mais aprofundados (AZAOLA, 2015, 2017).

## **2. Resultados**

Uma das descobertas mais importantes foi que, entre as/os adolescentes privadas/os de liberdade, encontramos dados de vulnerabilidade que, em todos os indicadores, superam os encontrados entre a população adolescente em geral no México. Os dados a seguir ilustram este ponto:



**Gráfico 1 – Dados de Vulnerabilidade**



Fonte: elaborado pela autora (mantido o original).

Em relação a outras condições de vulnerabilidade que antecederam o crime, como escolaridade e nível socioeconômico, incluem o seguinte:

- 4% nunca foi à escola
- 15% fizeram apenas o ensino fundamental incompleto
- 17% completaram o ensino fundamental
- 28% fizeram o ensino médio incompleto
- 20% completaram o ensino médio
- 16% frequentaram algum curso preparatório
- 53% disseram que não gostavam da escola

51% classificaram a situação econômica de sua família como “regular”

31% classificaram a situação econômica de sua família como “ruim” e disse que não tinham comida em casa

89% das e dos adolescentes tinham trabalhado antes da privação de sua liberdade, sempre em condições precárias e com salários baixos e

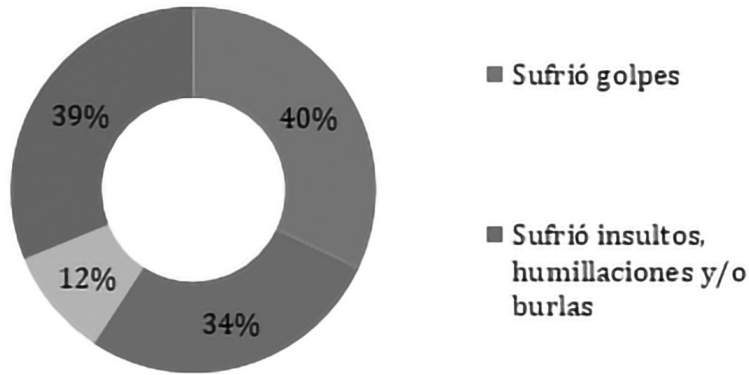
37% começaram a trabalhar antes dos 12 anos.

Levando em consideração a idade que tinham quando de sua prisão, as/os adolescentes deveriam ter terminado o ensino médio e ter cursado, pelo menos, um ou alguns cursos preparatórios. Ou seja, enquanto na população em geral cem por cento das crianças do país frequentam o ensino fundamental até o último ciclo escolar, entre as/os adolescentes que cometeram crimes graves, 4% nunca foi à escola e 15 % a abandonaram antes mesmo de conseguir completar o ensino fundamental. Além disso, enquanto na população em geral 76% das e dos adolescentes completam o ensino médio, entre as/os que cometeram crimes graves somente 20% completaram; já em relação aos cursos preparatórios, 36% da população em geral cursou algum curso e possui algum grau concluído, enquanto apenas 16% das e dos adolescentes presas/os havia iniciado algum curso. Estes dados, por si só, mostram, de maneira contundente, o maior grau de vulnerabilidade a que se expõe as/os adolescentes envolvidas/os em crimes graves, ao abandonarem a escola.

O panorama descrito deixa nítido um dado adicional: o alto percentual de adolescentes que começaram a trabalhar ainda muito pequenas/os, tanto para atender às suas necessidades como para ajudar suas famílias. Basta dizer que, enquanto 50% da população de adolescentes em geral trabalha, 89% das/os adolescentes entrevistadas/os percebem a necessidade de trabalhar.

Na verdade, quando questionadas/os sobre que idade começaram a trabalhar, 37% responderam que antes dos 12 anos; outros 37% começaram entre 13 e 14 anos; e os 26% restantes, entre 15 e 17 anos. Estes dados revelam que, desde crianças, tais adolescentes tiveram que assumir responsabilidades que não são próprias da infância e que claramente contribuíram para que não pudessem continuar seus estudos. Por outro lado, ao questionar se, quando crianças, receberam algum tipo de maus-tratos, responderam:

**Gráfico 2 – Tipo de maus-tratos na infância**



Fonte: elaborado pela autora (mantido o original).

Ao panorama anterior acrescenta-se que:

68% das e dos adolescentes disseram que, antes de entrar para o centro de internação, consumiam drogas diariamente (principalmente maconha; apesar de terem experimentado todos os tipos de drogas. No entanto, outros consumiram também cocaína, crack, solventes e pastilhas).

60% disseram que um ou mais membros de sua família foram presos, com mais frequência o pai, os irmãos, os tios e/ou os primos.

57% disseram que um dos adultos com quem conviviam quando crianças, frequentemente, consumia álcool.

30% disseram que um dos adultos com quem conviviam quando crianças, utilizava drogas.

A seguir, analisaremos os problemas específicos observados entre as mulheres.

## **2.1 Traços que caracterizam crimes violentos cometidos por mulheres**

Como é sabido, a literatura sobre criminalidade feminina teve um surgimento tardio no âmbito do direito penal e da criminologia, tendo se desenvolvido, praticamente, a partir dos anos 80 do século passado. No entanto, em pouco tempo foi se naturalizando e se tornou um dos temas de maior interesse para a criminologia, não sem antes questionar seriamente a parcialidade com que esta disciplina foi conduzida, ao deixar as mulheres de fora por quase um século. Uma abundante literatura sobre o tema começou a ser produzida nos anos seguintes (CARLEN, 1985; SMART, 1989; ZAFFARONI, 1993; LARAURI, 1994; HEIDENSOHN, 1995; DEL OLMO, 1998; SPRINGER, 2000; ALMEDA, 2003; EU, 2005; LAGARDE, 2006 ; FRANKLIN, 2008; HOME OFFICE, 2009).

Hoje em dia, os estudos sobre criminalidade feminina também se ocupam, com crescente interesse, do crime cometido por mulheres adolescentes (CAUFFMAN; STEINBERG, 2000; ZAHN *et al.*, 2008; MONAHAN, 2009; MULVEY, 2011; DEPARTMENT OF JUSTICE, 2012; BONNIE *et al.*, 2013; CARRINGTON, 2013; MACARTHUR, 2015; STEINBERG; CAUFFMAN; MOAHAN, 2015; AZAOLA, 2017).

Os estudos sobre criminalidade feminina têm destacado um conjunto de características frequentemente encontradas em condutas criminosas cometidas por mulheres, para além de seu pertencimento a grupos étnicos, sociais, econômicas ou religiosas que produzem diferenças que devem sempre ser consideradas.

Entre esses estudos, destaca-se o que foi realizado em seis países da União Europeia (França, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Itália e Hungria). O estudo mostra que a população carcerária feminina tem aumentado em proporções muito acima da dos homens, como resultado de uma série de fatores que afetam as mulheres mais sujeitas a processos de penalização. Entre eles: o aumento do desemprego; o desemprego em massa, que afeta mais mulheres e jovens; a insegurança no trabalho; a falta de apoio institucional; a educação deficiente; a falta de renda; a falta de estrutura familiar; as famílias monoparentais; a carência de redes sociais; os processos de migração; o tráfico de drogas; a prostituição; o pertencimento a minorias étnicas; bem como os vários fatores pessoais, como as discriminações de idade e sexo, enfermidades, dependências químicas, violência e maus-tratos. Na Alemanha, por exemplo, foram destacados os vínculos entre a

carreira no tráfico, desde muito jovens, com a pobreza, a violência, automutilação e a falta de recursos. Eles também descobriram que aquelas com maior risco de iniciar uma carreira nas drogas ainda jovens, são as que possuem pais viciados, as que foram abandonadas ou que foram abusadas sexualmente (EU, 2005).

Outro fator comumente mencionado na literatura sobre criminalidade feminina, é a violência doméstica sofrida previamente por mulheres presas. O relatório da Inglaterra aponta, por exemplo, que mais de metade das internas reportaram terem sofrido violência doméstica e, uma, a cada três, abusos sexuais. Os relatórios de Espanha, França e Hungria também apontam que as experiências de violência grave marcam decisivamente a vida das mulheres. Muitas vezes, sua carreira criminosa começa quando saem de casa, após ter sofrido violência física ou sexual. Outra característica, são os laços de dependência que essas mulheres abusadas estabelecem com seus parceiros e que conduz a uma carreira criminosa, a qual, muitas vezes, participam como cúmplices, mais ou menos voluntárias, para encobrir seus parceiros (EU, 2005).

No estudo que fizemos sobre as mulheres adolescentes privadas da liberdade no México, encontramos as seguintes características sobre as condutas criminosas cometidas e que têm semelhança com as características identificadas por outros estudos, entre elas:

1. Tanto entre mulheres adultas como entre as menores que cometem crimes, um antecedente que é possível identificar em uma esmagadora maioria dos casos, é terem sido vítimas de diferentes tipos de maus-tratos, abuso e violência, e, especificamente, de violência sexual. Este antecedente também está diretamente relacionado com problema das drogas que, muitas vezes, as induz a cometer outros crimes.
2. As mulheres são mais propensas que os homens a cometer crimes em companhia de alguém, com quem mantenham um relacionamento amoroso, seja induzidas por eles ou vice-versa. Neste sentido, as mulheres que cometem crimes parecem ter um maior nível de dependência desse tipo de vínculo, do que os homens.
3. Também, é mais frequente que as vítimas de crimes violentos cometidos por mulheres, em comparação com a maioria dos crimes violentos cometidos por homens, sejam pessoas com quem elas tiveram um forte vínculo emocional.

4. Entre as mulheres adolescentes que entrevistamos, também foi mais comum encontrar mulheres envolvidas por meio de redes sociais (Facebook) para cometer crimes, em comparação aos homens. As mulheres foram primeiro seduzidas por meio de redes e, mais tarde, convidadas ou forçadas a cometer crimes.

5. Mais uma vez, se compararmos com os homens, foi mais frequente encontrar mulheres motivadas a cometer crimes por conflitos interpessoais e emocionais sofridos por longo tempo, e não resolvidos no decorrer de sua história.

### **3. Histórias de meninas adolescentes**

A seguir, introduziremos uma série de breves depoimentos das adolescentes entrevistadas, que mostram, claramente, uma ou várias características descritas anteriormente. Embora estas características possam ser vistas em quase todos os casos, classificamos o testemunho em dois grupos: a) referente às adolescentes que cometeram crimes que, típica e tradicionalmente, têm sido cometidos por mulheres; e b) referente às adolescentes que cometeram crimes como integrantes de um grupo de atividade criminosa organizada, com a qual se envolveram mais recentemente, e a qual costumava ser quase sempre reservada para os homens.

Ao fim da exposição dos depoimentos, destacamos as diferenças encontradas entre ambos os grupos, as mesmas que serão abordadas nas conclusões deste trabalho.

#### **a) Casos de crimes cometidos tradicionalmente por mulheres:**

A seguir, veremos três casos: Lisa, Julieta e Yolanda, que cometeram crimes que reúnem muitas características de condutas criminosas, as quais, com maior frequência, são cometidas por mulheres.

**Lisa** é uma adolescente de 15 anos, que nasceu no Estado de *Oaxaca* e é de origem indígena; ela fala *Chinanteco*. É uma menina que, apesar de não ter conhecido seus pais e ter vivido na rua, se expressa de forma muito clara e articulada. Ela diz: “Não conheci meus pais verdadeiros. Minha mãe me deu

com 20 dias de idade para outras pessoas e eu andei de mão em mão, até que uma senhora comerciante me pegou e me cuidou”. Ela também explica: “Eu fui apenas até o terceiro ano do ensino fundamental. Saí da escola porque uma criança cortou meu dedo com uma tesoura. Então, a senhora que me pegou pediu à filha que me registrasse e, quando a senhora morreu, fui morar com sua filha, mas como seu marido abusou de mim, esta mulher não quis que eu continuasse vivendo em sua casa e me despachou. Então eu fui morar sozinha na rua e comecei a usar drogas e roubar para comprar drogas. Lá na rua eu conheci meu parceiro e fiquei grávida. Ele me batia e me maltratava muito e nós dois roubávamos. Nos prenderam por roubo a transeunte. Naquele dia, tínhamos brigado porque eu não gostava que ele fumasse tanta pedra e, em seguida, me picou<sup>40</sup>. Como aquele dia era meu aniversário, ele roubou um cachorro e me presentou. Passou um senhor e o roubamos, tirei seu telefone e meu parceiro pegou 60 pesos e uns óculos de 25 pesos que ele trazia. Dentro de cinco minutos a patrulha chegou e nos prendeu. Não podem dar minha liberdade porque o senhor que roubamos não se apresentou para depor. Meu parceiro foi preso porque ele já tinha estado na prisão por roubo, mas, desta vez, o prenderam porque ele já havia picado mais alguém naquele dia”.

**Julieta** é uma jovem de 20 anos, interna há 4 anos em *Tabasco*, e ainda lhe resta meio ano para completar sua sentença. Ela nunca viveu com seus pais, mas com seus avós, e diz que só conheceu sua mãe quando ela ingressou no centro de internação. Ela deixou a casa dos avós pela violência e os problemas familiares que tinha com eles e foi viver com uns amigos. Ela tem um filho de 5 anos. Julieta iniciou o ensino médio e só conseguiu concluí-lo no centro de internação. Ela relata que em sua escola havia espancamentos entre os colegas, seus pertences eram roubados e os maiores abusaram dos menores. Além disso, ela observa que os professores não ajudavam a resolver conflitos e que maltratavam ou abusavam de algumas crianças. Ela deixou a escola porque preferiu ficar com seus amigos.

Ela diz que seus pais nunca foram à escola e sua mãe trabalha como empregada doméstica. Julieta também trabalhou como empregada doméstica a partir dos 15 anos e também se dedicava a roubar lojas. Por seu trabalho, lhe pagavam 1.800 pesos por quinzena. Julieta é a quinta de seis filhos, e antes de ingressar vivia com seu parceiro e a família de seu parceiro. Ela acredita que

---

40 A expressão “me picou” se refere a utilização, por parte de seu parceiro, de uma arma perfurocortante para agredi-la.

seu avô foi a pessoa mais valiosa e que mais a apoiou, enquanto um primo com quem viveu, e que a abusava desde os 8 anos de idade, foi a pessoa que mais dano lhe causou. Ela também refere que sofreu abusos físicos e psicológicos por parte de sua família. Ela ressalta que tanto o pai e a mãe quanto uns tios foram presos por crimes contra a saúde e que consumiam álcool e drogas. Julieta também consumiu álcool e afirma ter consumido maconha, cocaína, solventes, heroína, fungos e comprimidos, alguns dos quais ela usava com mais frequência do que outros. Sobre a situação financeira de sua família, ela afirmou que era ruim e, por vezes, faltava comida em casa, e que eles não tinham todo o necessário para viver bem.

Julieta foi acusada de homicídio e roubo e relata: “Meu amigo me convidou para roubar um senhor que gostava de abusar de crianças. Convidei meu parceiro e ele esfaqueou o dono da casa e lhe roubamos tudo. A pessoa que matamos comprava meninas para um general do Exército que havia se aposentado; ambos gostavam de abusar das meninas”. Ela também aponta que seu parceiro fazia parte de um grupo que se dedicava a roubar, executar e vender drogas, mas que ela não tinha qualquer ligação com esse grupo.

**Yolanda** é uma jovem que passou três anos interna no centro para adolescentes da cidade de *Chihuahua*, e que tem uma pena de 14 anos por matar seus pais adotivos. Ela nasceu na cidade de *Chihuahua* e sempre permaneceu nesta localidade. Estudou até o primeiro ano do ensino médio antes de ingressar e disse que gostava muito de estudar. Seu pai biológico é um homem que mendiga nas ruas da cidade. Sua mãe biológica morreu de AIDS quando ela nasceu. Quando ela tinha um ano de idade, foi adotada por um casal, em que o pai tinha 65 anos e a mãe 45. Este era o segundo casamento do homem que tinha seis filhos de uma união anterior. Ela explica: “Os filhos de meu pai adotivo não eram como meus irmãos, não procuravam seu pai mais que para pedir-lhe dinheiro e isso me incomodava muito. Eles já eram maiores de idade quando eu era pequena”. Ela fala de seu pai adotivo como se fosse “padrasto” e refere ter sofrido maus-tratos, humilhação e abuso sexual por ele quando era pequena. Também assinala que sua mãe adotiva tinha medo de seu padrasto e, por isso, não a defendia. O padrasto bebia álcool com frequência, era dono de vários bares e cantinas na localidade, assim como tinha diversas propriedades e contas bancárias, motivo pelo qual tinha uma boa posição econômica.



“Eu queria amor -disse Yolanda- e eles compravam tudo com dinheiro, mas nunca mostravam seu afeto com despojamento. Ninguém vai entender o que eu passei por muitos anos; eu não fiz isso por fazer, eu tinha minhas razões. Desde os dez anos tive que ter muita coragem contra os espancamentos, repreensões, pressões, humilhações. Tínhamos uma relação muito ruim e a idade deles não ajudava. Eu só tinha confiança no meu parceiro e um dia lhe perguntei se ele me ajudaria a matá-los e ele disse que sim, e ele falou para um amigo, que disse que também queria viver essa experiência. Meu namorado e seu amigo tinham 18 anos e agora estão presos com uma sentença de 37 anos. Eu planejei isso, lhes disse a hora de irem à minha casa e lhes disse que queria que meus pais tivessem uma morte rápida e não sangrenta. Assim, o amigo estrangulou minha mãe e meu namorado asfixiou meu pai. No dia seguinte, fomos para o norte da cidade queimar os corpos e a caminhonete que os levamos. Fingi que tinham sido sequestrados e começaram a investigar todos os meus tios. Eu não pensei que iam me interrogar, mas interrogaram também meu namorado, e como caímos em contradições e eu praticamente me entreguei, perceberam. Eu estava em choque, não assimilava nada e não podia acreditar no que tinha acontecido, eu não chorava, respondia a tudo tranquila, sem me alterar”.

Yolanda afirma que a polícia não lhe tratou mal, que com o Ministério Público se sentiu “regular”, mas durante o julgamento se sentiu mal, porque, embora sua sentença lhe parecesse justa, “a juíza disse coisas horríveis, disse que eu não era normal nem sociável, que eu era psicopata, porque nunca me viu chorar. O que aconteceu é que eu estava em choque, não absorvia nada e não podia acreditar no que tinha acontecido, eu não chorei, respondia a tudo calma, sem mostrar sentimentos”.

Estando interna, recuperou o relacionamento com seu pai biológico que a visita toda semana e a apoia. Disse que estar interna está servindo “para aprender coisas novas, cuidar de mim mesma e aprender a valorizar as coisas. Agora pude sentir falta dos meus pais adotivos e chorar por eles”, conclui. O que Yolanda mais gostaria é poder se tornar uma dançarina profissional quando recuperar sua liberdade.

## **b) Casos de mulheres adolescentes envolvidas com grupos do crime organizado:**

Na sequência, veremos os casos que, como explicamos anteriormente, não se encaixam em padrões típicos de crimes cometidos por mulheres, embora muito do que antecede a conduta criminosa neste grupo se assemelhe ao do grupo anterior, como podemos observar nos depoimentos transcritos a seguir. Trata-se da história de seis adolescentes: Maribel, Ely, Katy, Leticia, Guadalupe e Sandra. Faremos uma breve análise desses casos, como parte das conclusões deste trabalho.

**Maribel** está internada há dois anos no Estado de *Puebla* e ainda faltam mais de três anos para cumprir com sua sentença. Ela conta que vivia em *Ciudad Juarez* com seus pais, mas que saiu de casa por problemas familiares e foi viver com seu namorado, com quem cometeu o crime de sequestro, no Estado de *Puebla*. Ela estudou até o primeiro ano do ensino médio, e também seu pai cursou o ensino médio, enquanto sua mãe somente o fundamental. Seu pai é carpinteiro e sua mãe trabalha fazendo faxina. Seus pais se mudaram para o Estado de *Puebla* para visitá-la no centro de internação. Ela conta que, quando pequena, um tio a molestou, mas que não contou a seus pais, mesmo não conseguindo parar de pensar sobre isso e tendo dificuldade de concentração. Isto fez com que ela buscasse se relacionar com algumas pessoas, porque tinha ideia de se vingar de seu tio.

Ela conheceu seu namorado pelo Facebook e ele lhe ofereceu um emprego, então ela se mudou para o estado de *Guerrero*, uma vez que ele, junto com outras três pessoas, fazia parte de um grupo que se dedicava a sequestrar. “Sequestramos uma mulher, viemos a *Puebla* para cometer esse crime. Quando íamos cobrar o resgate, pegaram a nós quatro. Eu cuidava a senhora que sequestramos, lhe dava comida, lhe levava ao banheiro; e não fiz por dinheiro, mas porque eu queria que este grupo ajudasse a me vingar do tio que tinha abusado de mim. Uma das pessoas do grupo era ex-militar”. Observa que, quando a prenderam, foi maltratada pelos policiais ministeriais: “Me tocaram, me molharam, deram tapas na minha cabeça. Eles queriam que lhes dissesse com quem trabalhávamos, mas eu não sabia o nome dele, apenas o seu apelido”. Com respeito ao apoio que recebeu por parte de seu defensor, relata: “são péssimos advogados, o que me interessou não me defendeu”.

A respeito do tratamento que recebe no centro de internação, relata: “se eles fossem bons aqui, as crianças sairiam bem, regeneradas, mas não, não é assim, se prestassem mais atenção em nós, não estaríamos assim. Não gosto do tratamento que os guardas nos dão, porque nos subestimam”. “Os meninos saem piores da instituição, e quando descobrimos, já estão mortos ou internados novamente”.

O que ela recomendaria para melhorar a instituição é: “primeiro, perguntaria aos internos como eles se sentem com os guardas, com o pessoal; colocaria oficinas para ajudá-los e dar-lhe mais atendimento psicológico e também uma boa cama, consertaria a infraestrutura do centro; daria suporte para aqueles que não tiverem visita, lhes daria produtos de higiene pessoal e trataria de lhes conseguir um emprego, não forçá-los a fazer algo que eles não querem”.

Ely tem 18 anos e está internada há quase dois anos; ainda falta pouco mais de quatro anos para cumprir com sua sentença. Ele nasceu em *Guadalajara* e nunca viajou para fora da cidade. Abandonou a escola aos 10 anos, porque estava entediada, não entendia os professores e os livros, o que fez com que se desinteressasse pela escola. Ela nunca conheceu seu pai; e sua mãe, com ensino fundamental incompleto, atualmente é dona de casa. Quando deixou a escola, não tinha nenhuma atividade e começou a construir relações amigáveis na colônia. Ela é a mais velha de cinco meio-irmãos. Ela informa que, quando pequena, dependia financeiramente dos companheiros da mãe, a situação econômica era ruim, elas não tinham o suficiente para viver. A mãe a apoiava na medida do possível, mas tinha pouco tempo para cuidar dela. Refere que a mãe e a filha são as pessoas mais valiosas para ela, embora diga que não confia em ninguém. Seu padrasto é a pessoa que mais danos lhe causou, porque, constantemente, a insultava e humilhava. Ela foi violada pelo tio, irmão de sua mãe.

Recorda que, quando era criança, seu padrasto consumia álcool ou drogas e era violento com toda a família. De sua parte, Ely comenta que desde os 11 anos começou a usar álcool e várias drogas (especialmente a maconha, cristal e comprimidos), diariamente, antes de ingressar no Centro.

Ely foi acusada de homicídio e duas vezes por tentativas de homicídio. Ela conta: “Quando saí da escola, eu comecei a beber e fumar maconha com os amigos no bairro. Uma de minhas amigas, 4 ou 5 anos mais velha do que eu, me apresentou a seu pai, um comandante da polícia ministerial, que pedia para minha amiga que me levasse à sua casa para me ver. Aos 15 anos comecei a me relacionar com o pai da minha amiga, depois ele me convenceu a

viver juntos e gradualmente me integrei à suas atividades. Meu trabalho era monitorar os caminhões que chegavam com gasolina e acompanhá-lo para movimentar a venda em diferentes partes de *Guadalajara*. Mais tarde, soube que ele trabalhava para o *Cartel del Milenio*. Eles traziam a gasolina e tínhamos que vendê-la em diferentes partes da cidade. Além disso, o acompanhava porque ele cobrava a proteção a vários traficantes de drogas e me dava cristal ou comprimidos quando lhe pagavam com mercadorias. Ele me mantinha, me dava dinheiro ao longo do tempo e tomava conta de tudo”.

Sobre o crime pelo qual foi detida, Ely conta: “Eu tive problemas com sua esposa, de tempos em tempos, ela aparecia junto com aquela que era minha amiga, para me ameaçar e me pedir para deixá-lo. Uma vez me bateram e eu perdi meu primeiro bebê. Ele, às vezes, queria estar comigo e, em seguida, voltava com sua esposa. Em uma ocasião, ele passou para vender a mercadoria, estávamos a caminho quando a esposa pediu que ele levasse uma de suas filhas ao hospital, ele concordou em vê-la no meio do caminho. Quando se encontraram, ao me ver no carro, a mulher e a filha, que antes era minha amiga, começaram a me insultar, eu pensei que iria ser golpeada, por isso, peguei a arma que meu parceiro tinha me dado e quando vieram para cima de mim, ele tentou me desarmar, mas na luta, atirei, matando-o, instantaneamente. Em seguida, elas tentaram me atacar e eu também atirei nelas, ferindo-as.

Questionada se houve abuso policial, Ely afirmou: “a municipal me entregou à ministerial. Estes cobriram minha cabeça para começar a me bater, depois colocaram um saco na cabeça para me sufocar, eles puxaram meu cabelo até quase arrancá-lo e ameaçaram que iriam me estuprar. Eles queriam informações do meu parceiro, mas eu recusei, só falei que meio que eu vivia com ele e que ele era o pai da minha filha. Eu disse que era uma briga entre mulheres e foi assim que me deixaram em paz”.

**Katy**, por sua vez, aos 18 anos foi acusada de sequestro de uma jovem de 15 anos. Ela está internada há menos de um ano e ainda falta pouco mais de 4 anos para cumprir com a sentença. Ela nasceu no Estado de *Zacatecas*. Terminou o ensino médio e, embora os professores maltratassem os/as alunos/as, ela gostava de frequentar a escola. Ela viveu com seu pai que tem ensino médio incompleto e sua mãe, também com ensino médio incompleto e atualmente dona de casa. Quando deixou a escola por medo dos *Zetas*<sup>41</sup>, decidiu seguir sua irmã até *Chihuahua*, que

---

41 Os *Zetas* são um grupo do crime organizado conhecido como o mais violento que existe no país.

também foi perseguida por esse grupo. Ela é a caçula de 3 irmãos e também tem 3 meio-irmãos de um casamento anterior de seu pai, que considera seus irmãos. Ela disse que, quando era pequena, a situação econômica da sua família era boa, eles tinham o suficiente para viver e seus pais cuidavam dela.

Ela considera que a pessoa mais valiosa que tem é sua filha e que confia plenamente em sua mãe, embora não confie em seu ex-parceiro. Refere que foi violada por um dos seus parceiros, membro dos *Zetas*, quando ela tinha 16 anos.

Disse que até onde sabe, o único membro da família que está na prisão é um tio -irmão de sua mãe-, nos Estados Unidos, por tráfico de drogas. Se lembra que seu pai consome álcool e um irmão drogas, ambos com muita frequência. Por sua vez, Katy relata que começou a consumir álcool aos 14 anos, mas nunca usou drogas.

Katy foi acusada de sequestro. Ele conta: “Quando eu estava no ensino médio, conheci, por meio da minha irmã, um amigo do parceiro dela. Saímos os quatro de carro, bebemos e eles usaram maconha. Em seguida, minha irmã foi viver com seu parceiro e eu segui namorando com seu amigo, porém, mais tarde, descobrimos que ambos eram membros dos *Zetas*. O parceiro de minha irmã era o comandante da área e meu namorado era comandante de estacas. Testemunhamos como eles eram bem tratados pelos policiais municipais e até mesmo os ministeriais, embora todos eles soubessem de suas atividades. Ambas tínhamos medo de terminar o relacionamento com eles”.

Sobre o crime pelo qual foi detida, Katy disse: “... Naquela época, eu tinha 14 anos, estava terminando o ensino médio, comecei um relacionamento, o meu namorado era o comandante de estacas dos *Zetas* e a irmã, 16 anos, andava com o comandante da praça. Eles sequestraram uma amiga nossa, companheira da escola, de 16 anos, que foi levada para *Río Grande*, que eu soube, porque nos encontramos com eles num hotel naquela cidade. Quando perguntei o que tinha acontecido com nossa amiga, ele disse que a tinham em um quarto do mesmo hotel, mas que viriam buscá-la em um tempo, depois eu não soube mais. Como andávamos com eles, a mãe da sequestrada nos acusou -a minha irmã e a mim-, mas eu não sabia nada sobre a acusação por vários anos”.

“Saí daquele lugar porque mudaram os comandantes dos *Zetas* e os novos que chegaram queriam nos manter trabalhando a força, por isso eu fui para *Chihuahua* com meu irmão, e minha irmã também estava lá. Quando eu vi que tudo estava calmo, pois havia passado três anos, regressei e, no dia seguinte, fui detida”.

Ao indagá-la se nesta última ocasião a polícia a maltratou, Katy apontou: “Me deram tapas, puxões de cabelo, me amarraram para me socar nas minhas costelas e colocaram um saco na cabeça. Descansavam e voltavam fazendo o mesmo. Eles queriam nomes, mas eu não sabia nada dos *Zetas*”.

**Leticia** é uma jovem de 19 anos, que está interna no centro de internação em *Oaxaca*, tendo recebido uma sentença de 10 anos. Ela é originária de *Cotzacoalcos, Veracruz*, mas mudou-se para o estado de *Oaxaca* com seus pais, desde pequena. Aos 15 anos, decidiu sair de casa e viver com seu parceiro, porque brigava e não se dava bem com seu pai. Ela só terminou o ensino fundamental e não continuou estudando porque não gostava da escola e desde os 12 anos preferia trabalhar. Ela trabalhou vendendo discos na central de abastecimento e também em uma loja de sapatos, e uma loja de produtos naturais. Seu pai é vigia e não completou o ensino médio; sua mãe é dona de casa e não terminou o ensino fundamental. Seus pais se separaram e voltaram várias vezes. Leticia tem um irmão e dois meio-irmãos, e ela é a menor de todos. Antes de ingressar no Centro, ela voltou para casa para viver com seus pais.

Ela não identifica ninguém como a pessoa que mais tenha a ajudado em sua vida, enquanto identifica seu pai como a pessoa que menos a ajudou. Aponta seus irmãos como as pessoas em que mais confia. Ela relata que, quando era pequena, sofria espancamentos e maus-tratos e que não sentia que havia alguém para apoiá-la. Também, refere que seu pai passou algum tempo na prisão e que a situação econômica da sua família era ruim e, por vezes, faltava comida em sua casa.

Leticia é acusada de sequestro. Ela afirma que, por meio do Facebook, foi abordada por uma jovem que lhe disse que ela e seu parceiro vinham da *Ciudad de México* e gostariam que ela os levasse aos clubes em *Oaxaca*. Leticia aceitou e estava saindo com eles várias vezes, até que lhe propuseram que ela os ajudasse a realizar um sequestro. “Como eu não tinha dinheiro, eu aceitei. Eu não sabia nem quem sequestramos e, quando íamos pegar o dinheiro, os agentes antissequestro me detiveram. Fui eu que lhes disse onde a vítima estava, um rapaz de 24 anos, o qual sequestramos por três dias”. Ela observa que quando a detiveram, não lhe informaram de que crime a acusavam, nem informaram seus direitos e, tampouco, lhe disseram que poderia contar com um advogado. Aponta que a polícia a tratou bem e também o juiz, embora seu advogado a aconselhara a nada declarar. A sentença de dez anos que deram lhe parecia justa.

Com respeito ao centro de internação, diz que se sente bem, mas considera que o tratamento e a atenção que recebe é “regular”, já que, enquanto alguns centros “são rigorosos e humanitários, outros são rigorosos e não humanitários”. Também observa que, como é a única mulher no centro, não lhe dão atividades e só lhe permitem participar da escola e, embora tenha pedido para participar das oficinas com os homens, não permitiram, e ela se sente muito solitária e entediada. Perguntada sobre o que mudaria no centro, ele disse: “Para começar, que houvesse igualdade nas atividades e nas oportunidades que dão aos homens e às mulheres. Também, que mais pessoas se preocupasse conosco e trouxesse mais oficinas”.

Quando sair, disse que gostaria de poder estudar para ter uma carreira no Direito Penal. Ela pensa que é prejudicial para as mulheres ficarem internas porque não lhes dão as mesmas oportunidades que os homens, porém observa que “são poucos os meninos que saem e ficam bem, eu só vi três, mas a maioria não sai para sempre, porque, ao sair, não há ninguém que os espere”.

**Guadalupe**, 19 anos, quase dois anos interna, devendo cumprir mais 4 anos para sair em liberdade. Ela nasceu no estado de *Durango*. Não terminou o ensino médio, além de entediada, dos maus-tratos dos professores, reprovou nas matérias e a gravidez aos 15 anos acabou por afastá-la da escola. Ela não conheceu seu pai e desde pequena vive com sua avó materna. Ela conta que sua mãe, com ensino médio incompleto, ficou grávida na mesma idade que ela e não quis cuidá-la. Ela é a mais velha de quatro meio-irmãos, dois de seu pai e dois por parte de sua mãe. Disse que quando era pequena, a situação econômica era boa, eles tinham o suficiente para viver e sua avó cuidava dela e a considerava a pessoa mais importante que teve em sua vida. Refere que a pessoa que mais dano lhe causou foi seu pai, porque “Eu precisava do meu pai e ele nunca esteve aqui, queria ser como minhas amigas e me doía não vê-lo. Até hoje eu penso que ele não se importa comigo”. Disse que sua mãe, quando a visitava, xingava e batia, mas nunca abusou sexualmente dela. Ela observa que os únicos familiares que estiveram na prisão são uns primos, por roubo e homicídio em gagues. Recorda que seu avô consumia álcool com muita frequência, e ela percebia porque ele se tornava violento com sua avó. Sobre ela, Guadalupe disse que a partir de 13 anos começou a usar álcool e drogas. Ela relata: “comecei a beber desde que tinha 13 anos, mas, com amigos do bairro mais velhos que eu, era mais fácil e eu me tornei alcoólatra. Quando estava grávida, me drogava e bebia, fiz isso até os 16, depois de perder meu bebê na segunda gravidez”.

Guadalupe foi acusada de homicídio. Ele conta: “Quando eu estava no ensino médio, eu conheci o pai da minha filha, era morador do bairro e eu fiquei grávida dele, naquela época eu estava bebendo e começando a usar drogas... aos 14 anos comecei a vender drogas perto da minha casa. Felizmente, eu consegui escapar em várias ocasiões de ser presa pelos militares”. Sobre o crime pelo qual foi detida, ela disse que “... em uma ocasião, chegou uma pessoa perguntando pela droga, percebemos que ele não era de lá e pensamos que era de outro grupo e o paramos para interrogatório. Liguei para meus chefes para saber o que fazer e eles nos deram ordem para matá-lo, como não tínhamos armas, atiramos uma pedra na cabeça. Minutos depois, chegou um grupo de militares e aí que percebemos que ele pertencia ao Exército”.

Ao ser questionada se tinha algum cargo dentro do grupo, esclareceu: “coordenava um grupo de 17 homens que tinham a função de cuidar, levantar e enfrentar outros grupos que queriam se meter a vender. Vendia drogas, era a chefe do lugar, distribuía maconha, cocaína e pedra. Me reportava a uma pessoa na mesma cidade que, por sua vez, recebia a comunicação de outras pessoas como eu e tinha a tarefa de vigiar que outros não se metessem a vender na área designada”. Questionada se nessa última ocasião a polícia a maltratou, Guadalupe asseverou: “... a ministerial me deteve na minha casa, ali começaram a me bater, depois me trasladaram para a divisão. Nesse lugar, eles me penduraram pelos braços para dar choques elétricos nos meus pés, depois me jogavam água fria e terminavam me batendo com uma tábua por todo o corpo. Repetiam, de vez em quando, durante dois dias, depois me entregaram aos militares... no quartel, voltaram a me bater, me penduraram de novo para dar choques elétricos entre meus dedos, jogaram água fria em mim e acabaram me batendo com uma tábua por todo o corpo. Eles também ameaçaram que iam me estuprar, até disseram que me dariam o privilégio de escolher aquele que ia me penetrar primeiro... Como resultado da tortura eu perdi meu bebê, eu estava grávida de dois meses e meio”.

**Sandra**, uma adolescente de 18 anos, de *Cardenas, Tabasco*, está há menos de um ano internada e deve ficar mais 4 anos para cumprir com a sentença. Ela saiu de casa aos 15 anos, porque queria viver uma aventura, mudou-se então para *Cancún*, onde se dedicou, essencialmente, à prostituição. Ela terminou o ensino médio, mas não gostava da escola porque se entediava, não entendia os professores e os livros, e foi reprovada. Seu pai morreu de tuberculose e não viveu por muito tempo com ela; sua mãe, com ensino fundamental completo e



agora dona de casa, antes trabalhava nas plataformas da PEMEX<sup>42</sup>, que lhe obrigava a passar meses longe de casa. Quando deixou a escola não fazia nenhuma atividade e começou a construir relações amigáveis na colônia, que a levaram a sair de casa aos 13 anos. Ela é a caçula de dois irmãos e tem outro meio-irmão. Ela disse que, quando era pequena, a família dependia financeiramente de sua mãe, a situação econômica era boa, eles tinham com o que viver, sem problemas.

A mãe a apoiava na medida das suas possibilidades, embora tivesse pouco tempo por causa de seu trabalho na PEMEX. Relata que considera que sua filha é a pessoa mais importante, que tem mais confiança em seu avô, e considera que seu pai é a que mais dano lhe causou, devido a sua ausência, e ela sente que ele fez falta em sua vida. No seu ambiente familiar, nunca sofreu abusos, espancamentos e maus-tratos, embora sua família consumisse álcool e drogas e ela também bebia, usava cocaína e comprimidos, diariamente. Disse que tanto quanto sabe, irmãos, tios e primos estavam na prisão.

Acusada de homicídio e sequestro, relata: “Eu me prostituía em *Cancún* desde os 15 anos, mas eu cansei de tanto abuso, um cliente me estuprava e eu engravidei, então voltei para *Tabasco*”.

Comenta que se juntou a um grupo do crime organizado, por meio de conhecidos, “uma pessoa que era dos *Zetas* me ofereceu para trabalhar de falcão, depois fui chefe dos falcões e finalmente me passaram para os sequestros, levantamento e execução dos sequestrados. Meu grupo era de 53 pessoas. Me pegaram no último sequestro quando eu estava indo pegar o resgate”. Questionada se tinha algum cargo dentro do grupo, respondeu: “como eu era comandante, tinha muitas pessoas sob minha responsabilidade e eu era exemplo quando tínhamos que agir, embora eu me dedicasse a raptar e executar, nada mais.”

Questionada se nessa última ocasião a polícia a maltratou, assinalou: “A Polícia Federal me deteve, me torturou na sede carcerária. Eles me bateram em todo o corpo, depois, em várias ocasiões me colocaram um saco na cabeça, eu disse a eles que estava grávida e eles não acreditaram, quase perdi meu bebê”. Atualmente, ela vive com sua filha no Centro de Internação.

Conta que queriam lhe dar 10 anos de internação e depois baixaram para 5 anos, porque “pagamos para o Ministério Público para baixar”.

---

42 Refere-se à Companhia de Petróleo Mexicana.

## **Conclusões**

Sem a pretensão de esgotar as múltiplas linhas de análise e interpretação que podem ser extraídas a partir dos testemunhos anteriores, gostaríamos de mencionar apenas algumas que nos parece importante destacar:

Embora podemos apreciar algumas diferenças entre o primeiro grupo que chamamos de crimes tradicionalmente cometidos por mulheres e o segundo, caracterizado pela participação de adolescentes em grupos de crime organizado, também existem semelhanças importantes. Entre elas, que o contexto de vulnerabilidade em que as adolescentes dos dois grupos cresceram -que inclui os maus-tratos, abuso sexual e gravidez precoce- não oferece grandes diferenças. Tampouco, um grupo se distingue do outro, no sentido de que, em ambos os casos, as adolescentes se envolveram em atividades criminosas as quais participaram ao lado de seus parceiros românticos, como a maioria dos estudos sobre a criminalidade feminina revela. De fato, quatro das seis adolescentes que se uniram a grupos de crime organizado (Maribel, Ely, Katy e Guadalupe), o fizeram seguindo seus parceiros.

Entre as diferenças, destaca-se: a) em alguns casos (Maribel e Leticia), as meninas admitidas no crime organizado foram contactadas por meio do Facebook; b) as adolescentes admitidas no crime organizado demonstraram maior capacidade de ingerência e liderança, na medida em que duas delas (Guadalupe e Sandra) chegaram a ocupar posições de liderança dentro do grupo, assumindo o comando de um grupo de assassinos e, c) embora os crimes sejam igualmente graves no casos das adolescentes de ambos os grupos (homicídio e sequestro), o que distingue as que se juntaram ao crime organizado é a natureza sistemática de suas ações, a escalada para crimes cada vez mais graves e violentos e o maior número de vítimas afetadas por elas.

Outra diferença, que não parece ser substancial, mas circunstancial, é que as adolescentes do segundo grupo foram mais suscetíveis de serem capturadas por grupos do crime organizado, tanto porque esses grupos estavam presentes e tinham algum domínio no entorno onde as adolescentes se encontravam quanto pelo fato de que não havia ninguém com interesse e força suficiente para protege-las ou neutralizar a influência que esses grupos exerciam sobre elas, uma vez que para recrutá-las e obter benefícios, se aproveitavam de sua imaturidade e falta de apoio.

Dos relatos das adolescentes, surge várias questões preocupantes sobre o papel das autoridades de segurança e aplicação da lei, incluindo:

a) sua participação ativa ou sua cumplicidade com alguns grupos do crime organizado; b) violação das regras do devido processo legal no momento de prender as adolescentes e enquanto elas aguardam julgamento; e c) a prática sistemática e indiscriminada da tortura, sem importar se eram mulheres menores de idade.

As adolescentes relataram deficiências institucionais significativas também nos centros onde estão privadas de sua liberdade. É interessante notar que, em comparação aos homens, as mulheres se mostraram muito mais sensíveis e perceptivas acerca do que acontece nesses centros. Por essa razão, denunciaram a falta de atenção e oportunidades oferecidas às mulheres porque, sendo uma pequena minoria, não estão autorizadas a participar dos programas educativos, desportivos ou de capacitação dirigidos aos homens. Apenas em alguns centros, a minoria, contam com programas específicos para as mulheres.

Em suma, neste trabalho procuramos abordar as situações de vulnerabilidades que as adolescentes enfrentam e que, em boa parte, contribuiu para o seu envolvimento em atividades criminosas. Estas são, por assim dizer, as condições de vulnerabilidade primária que enfrentaram em seu entorno.

À estas condições de vulnerabilidade primária, se somam as que ocorrem quando a/o adolescente entrar em contato com as instituições de segurança e justiça. À estas, denominamos de condições de vulnerabilidade secundária. Assim, nos referimos às dificuldades que esses sistemas apresentam para operar em todas as suas fases e para, dentro de um marco legal, estarem em condições de proporcionar às e aos adolescentes uma experiência de legalidade e de exercício de direitos.

Muitas vezes, a passagem de adolescentes por instituições de justiça não só não lhes dota de elementos necessários para resolver as suas condições de vulnerabilidade primária, como gera novos danos ou condições de vulnerabilidade secundária que reduz suas possibilidades de se inserir à sociedade como pessoas competentes, responsáveis, autônomas e capazes de tomar decisões que promovam seu bem-estar e o da sua comunidade.

A maioria das adolescentes cujo depoimento escutamos neste trabalho, passaram por experiências difíceis e dolorosas, que produziram danos significativos e que elas, por sua vez, replicaram em outras pessoas. Na maioria das vezes, seu ingresso aos circuitos de Justiça não lhes permite assumir a sua responsabilidade, compreender a fundo sua situação e estar em condições de reparar os danos físicos e emocionais que elas sofreram e que fizeram outros sofrer.

Está claro que há muito a ser feito, para que os sistemas de justiça no México consigam proporcionar às e aos adolescentes os elementos e as ferramentas que precisam para fazer a transição para a idade adulta, em condições que lhes permitam reduzir sua situação de desvantagem em relação a outras e outros jovens do país. Caso contrário, estarão condenadas/os a viver, permanentemente, em condições de desvantagem, sem conseguir desenvolver todo o seu potencial e suas capacidades, e sem que tenham a oportunidade de contribuir para seu próprio benefício e da sociedade.

## **Referências**

ALMEDA, Elisabet. *Mujeres encarceladas*. Barcelona: Ariel, 2003. 213 p.

AZAOLA, Elena. *Adolescentes: Vulnerabilidad y Violencia*. Comisión Nacional de Derechos Humanos, México, 2017. Informe Especial. Disponível em: [http://www.cndh.org.mx/sites/all/doc/Informes/Especiales/Informe\\_adolescentes\\_20170118.pdf](http://www.cndh.org.mx/sites/all/doc/Informes/Especiales/Informe_adolescentes_20170118.pdf)

AZAOLA, Elena. *Diagnóstico sobre los adolescentes que cometen delitos graves en México*. Ciudad de México: UNICEF-Secretaría de Gobernación, 2015. Disponível em: [https://www.casede.org/BibliotecaCasede/Diagnostico\\_adolescentes.pdf](https://www.casede.org/BibliotecaCasede/Diagnostico_adolescentes.pdf)

BONNIE, Richard *et al.* (Eds). *Reforming Juvenile Justice: A Developmental Approach*. Washington DC: National Academies Press, 2013. Disponível em: <http://nap.edu/catalog/14685/reforming-juvenile-justice-a-developmental-approach>

CARLEN, Pat *et al.* (Eds.). *Criminal Woman*. Cambridge: Polity Press, 1985. 197 p.

CARRINGTON, Kerry. Girls violence: The case for feminist theory of female violence. *International Journal of Crime, Justice and Social Democracy*, v. 2. n. 2, p. 63-79, 2013. Disponível em: <https://www.crimejusticejournal.com/article/view/693>

CAUFFMAN, Elizabeth; STEINBERG, Laurence. (In)maturity of judgment in adolescence: Why adolescents maybe less culpable than adults. *Behavioral Sciences and the Law*, v. 18, n. 6, p. 741-760, 2000.

DEL OLMO, Rosa (Ed.). *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina*. Caracas: PNUD, 1998.

DEPARTAMENT OF JUSTICE. *Report of the Attorney General's National Task Force on Children Exposed to Violence*. Washington DC: Department of Justice, 2012.

EUROPEAN UNION. *Women, Integration after Prison: Analysis of the Processes of Socio labor Integration of Women Prisoners in Europe*, 2005. Disponible em: <https://cps.ceu.edu/sites/cps.ceu.edu/files/cps-joint-publication-women-integration-and-prison-2005.pdf>

FRANKLIN, Cortney. Women offenders, disparate treatment, and criminal justice: a theoretical, historical, and contemporary overview. *Criminal Justice Studies*, v. 21, n. 4, p. 341-360, 2008.

HEIDENSOHN, Frances. *Women and Crime*. New York, NY: New York University Press, 1995.

HOME OFFICE. *The Corston Report: A Report by baroness Jean Corston of a review of Women with Particular Vulnerabilities in the Criminal Justice System*, London, 2009. Disponible em: <http://criminaljusticealliance.org/wp-content/uploads/2017/07/Corston-report-2007.pdf>

LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Cuarta edición, 2005.

LARRAURI, Elena (Coord.). *Mujer, Derecho Penal y Criminología*. Madrid: Siglo Veintiuno España, 1994.

MACARTHUR FOUNDATION. *Juvenile Justice in a Developmental Framework: A Status Report*, 2015. Chicago, IL: MacArthur Foundation, 2015. Disponible em: [https://www.macfound.org/media/files/MacArthur\\_Foundation\\_2015\\_Status\\_Report.pdf](https://www.macfound.org/media/files/MacArthur_Foundation_2015_Status_Report.pdf)

MONAHAN, Kathryn C. *et al.* Trajectories of antisocial behavior and psychosocial maturity from adolescence to young adulthood. *Developmental Psychology*, v. 45. n. 6, p. 1654-1668, 2009.

MULVEY, Edward. *Highlights from pathways to Desistance: A Longitudinal Study of Serious Adolescent Offenders*, Washington DC: Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, March, 2011. Disponible em: [https://www.ncjrs.gov/pdffiles\\_1/ojjdp/230971.pdf](https://www.ncjrs.gov/pdffiles_1/ojjdp/230971.pdf)

SCHEPER-HUGHES, Nancy; BOURGOIS, Philippe (Eds.). *Violence in War and Peace: An Anthology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. 512 p.

SMART, Carol. *Feminism and the Power of Law*. Londres: Routledge, 1989. 190 p.

SPRINGER, Cassie. Stories of Women in Prison. *Berkeley Women's Law Journal*, n. 15, p. 354-357, 2000.

STEINBERG, Laurence; CAUFFMAN, Elizabeth; MOAHAN, Kathryn C. *Psychosocial Maturity and Desistance from Crime in a Sample of Serious Juvenile Offenders*. *Juvenile Justice Bulletin*, March, OJJDP, U.S. Department of Justice, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *La mujer y el poder punitivo: Sobre patriarcas, jerarcas, patrones y otros varones*. Costa Rica: ILANUD, 1993.

ZAHN, Margaret A. *et al.* *The Girl's Study Group: Understanding and Responding to Girl's Delinquency*. Office of Justice Programs. US Department of Justice, 2008. Disponible em: [http://www.njjn.org/uploads/digital-library/resource\\_692.pdf](http://www.njjn.org/uploads/digital-library/resource_692.pdf)

# **Lei de Responsabilidade Penal Adolescente no Chile e as Adolescentes Infratoras: Análise em uma Perspectiva Feminista**

Marcela Aedo Rivera

## **1. O Ato de Reponsabilidade Penal Adolescente no Chile (n. 20.084)**

A Lei de Responsabilidade Penal Adolescente n. 20.084 (doravante LRPA), em vigor desde 8 de junho de 2007, introduziu no Chile um modelo da responsabilidade penal especial para adolescentes maiores de 14 e menores de 18 anos, cujo principal objetivo era responder à crise no Sistema de Justiça juvenil regente em grande parte do século XX<sup>43</sup> e adequar a legislação às exigências contidas na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (doravante CIDC), deixando para trás o sistema de imputabilidade baseado na declaração judicial sobre o discernimento e sua substituição por um limite legal de idade, em que a responsabilidade penal inicia em adultos (AEDO; COLLEL, 2017).

Para Couso (2009, p. 53-54), considerando o contexto da crise do sistema tutelar, em que o novo sistema de responsabilidade juvenil foi concebido, teria que cumprir com, pelo menos, dois objetivos: “a proteção dos interesses individuais e sociais a partir da prevenção e a limitação da intervenção penal por meio de garantias derivadas de direitos humanos reconhecidos à juventude”. Portanto, o modelo deve partir de uma base, a qual os/as adolescentes processados e julgados por um ato de certa relevância penal devam ser submetidos a intervenção punitiva do Estado e, portanto, gozar das garantias próprias do direito penal -princípio da legalidade, necessidade e intervenção mínima, e mais aquelas garantias próprias da sua idade- respostas diferenciadas a dos

---

43 Na América Latina foram emitidas leis entre 1919 (Argentina) e 1939 (Venezuela). No Chile, a doutrina da “situação irregular” se consagrou na Lei n. 4.447 de 1928, conforme Cillero e Miguel (1994), ao revisar a história da passagem do paradigma tutelar da proteção abrangente no Chile.

adultos, menos angustiantes, garantias especiais durante a aplicação das penas e o estabelecimento de uma idade legal de imputabilidade.

Como aponta Berrios (2011, p. 164),

o fundamento desta proteção especial reside na aplicação dos princípios da igualdade e da proteção, pois a situação jurídico-social do adolescente e sua qualidade como pessoa, em pleno processo de desenvolvimento, o faz merecedor de uma maior proteção jurídica dos seus direitos.

Durante a tramitação do processo legislativo, parte dos objetivos recém descritos foram diluídos em favor de interesses preventivos e punitivos, limitando as regras para determinar as penas nos casos mais graves e para garantir, assim, uma aplicação da privação de liberdade como último recurso e pelo período mais breve possível (art. 37 XXX)<sup>44</sup>. No entanto, o texto manteve a estrutura do sistema adulto especial e diferenciado, afirmando expressamente a primazia da integração social como o fim das sanções<sup>45</sup> e a necessidade de considerar tanto os interesses do adolescente como os demais direitos e garantias reconhecidos na Constituição, nas leis e em outros instrumentos internacionais ratificados pelo Chile, nos processos contra eles. Também, foram estabelecidos mecanismos que reforçaram as garantias associadas ao devido processo e se adaptaram às suas necessidades. Nesse sentido, cabe destacar a redução de certos prazos processuais, a limitação legal do uso da internação provisória para casos mais graves e a obrigação de contar com a assessoria de um advogado com relação a qualquer diligência que excede identificação<sup>46</sup>. Além disso, “a lei incorporou normas que promovem alternativas ao processo e a imposição de uma condenação, com o fim de evitar os efeitos dissocializadores do sistema penal” (COUSO, 2009, p. 55), e em matéria de execução se estabeleceu a substituição da sanção original por uma menos gravosa e remissão do saldo condenatório, duas figuras inéditas no sistema chileno, que permitem mitigar a intervenção com os/as jovens, quando cumpridos os objetivos da sua sanção.

44 Cillero (2006) faz uma revisão completa do LRPA.

45 Art. 20 da LRPA: As sanções e consequências estabelecidas por esta lei são destinadas a implementar a responsabilidade de adolescentes para atos criminosos que cometam, de modo que a pena é parte de uma ampla intervenção socioeducacional que visa a plena integração social.

46 Duce (2010) discorre sobre a especialidade do processo de adolescentes na LRPA.



Do ponto de vista da Implementação da lei, nos mais de 10 anos de vigência da LRPA, as várias avaliações que foram feitas da parte dos atores da academia e do sistema concordam que há deficiências tanto a nível normativo como de implementação, sendo que esta última é um dos maiores problemas gerados na construção de um modelo de intervenção com jovens delinquentes. As principais deficiências estão na especialização dos participantes e, portanto, na aplicação harmônica dos princípios que regem em matéria de infância.

Um relatório mais recente é a avaliação encomendada pela Câmara dos Deputados, publicado em outubro de 2015. Três foram os objetivos do estudo: análise do cumprimento das metas traçadas no LRPA, particularmente, a adequação da norma à Constituição e ao direito internacional; a idoneidade das sanções para a integração dos jovens infratores e a especialização do sistema; a detecção de efeitos imprevistos por parte do legislativo e conhecer a percepção da cidadania. Suas descobertas levantam diversos problemas do sistema atual, tanto formais como de implementação:

a) A estrutura punitiva: observa-se que existem graves deficiências tanto ao traçar as sanções como na sua aplicação prática. Um exemplo, é a falta de resposta adequada aos jovens condenados que tenham atingido a maioridade (e que representam 48% do total da execução) que têm uma oferta de programas limitada. Questiona-se, também, a eficácia de repreensão, a multa e serviços para o benefício da comunidade; a mínima utilização da reparação de danos na falta de um projeto prático; a falta de intervenção da liberdade assistida, que é percebida apenas como controle periódico por meio da assinatura no programa; deficiências de recursos e afastamento dos lugares onde as medidas de custódia (fechado e regime semifechado) são executadas; e a falta de regulamentação quanto à multiplicidade de sanções;

b) Medida cautelar de internação provisória: observa-se sucessiva extensão temporal e sua utilização, em violação ao princípio da proporcionalidade previsto no artigo 33 da LRPA;

c) Seções juvenis: estes centros estão destinados aos e às jovens que completam sua maioridade durante a execução de uma pena em regime fechado, sendo encaminhados para um módulo especial dentro do cárcere adulto. Esta medida, que deveria ter caráter excepcional, é aplicada, principalmente, para os casos mais problemáticos (jovens com mal comportamento) e, portanto, mais necessitados de intervenção especializada. Critica-se,

por um lado, a transferência para um recinto dependente de Gendarmería e, por outro, a falta de critérios claros do procedimento<sup>47</sup>;

d) A falta de coordenação entre agências na saúde, educação e capacitação;

e) Institucionalidade do sistema de responsabilidade penal adolescente: necessidade de contar com um serviço autônomo, independente e com maiores recursos financeiros;

f) A falta de especialização dos atores do sistema, especialmente, juízes e promotores: é uma realidade transversal que dificulta o acesso a um tratamento integral para a reinserção de adolescentes infratores;

g) Falta de informação disponível: há dispersão de informação estatística segundo a instituição, sobre critérios não-padronizados, o que dificulta a elaboração de políticas públicas;

h) Sobre a situação das adolescentes, salvo alguns dados pontuais, não é feita uma análise específica sobre a sua situação. Em termos gerais, o relatório salienta a necessidade de criar uma diretriz a nível de políticas públicas que possam seguir os programas tanto nas intervenções socioeducativas como nas capacitações em “novas temáticas”, como gênero e multiculturalismo.

## **2. O Sistema de Responsabilidade Penal Adolescente no Chile: o Problema de ser Minoria**

### **2.1 Algumas considerações preliminares**

Do ponto de vista jurídico, a LRPA não regula, especificamente, a situação das adolescentes infratoras. Porém, seu Regulamento<sup>48</sup> sim, ainda que somente em relação àquelas privadas de sua liberdade. O Título V (normas comum a centros privativos de liberdade), parágrafo oitavo, intitulado “Normas especiais para mulheres adolescentes”, inclui aspectos como: o direito a um centro ou seção exclusiva para a população adolescente feminina; pessoal

47 Cillero (2014) fala sobre a procedência e regulação da privação de liberdade de pessoas condenadas pela Lei n. 20.084, em prisões administradas pela Gendarmería.

48 Decreto Supremo n. 1.378, de 25 de abril de 2007.

especializado; direito à privacidade e integridade; direito à saúde (particularmente, aspectos relacionados com adolescentes grávidas); direito de conviver com seus filhos, que podem permanecer nos centros até a idade de dois anos.

Estas normas são complementadas pelas Orientações Técnicas do Serviço Nacional de Menores (2011) para adolescentes privadas de liberdade, tanto em regime fechado como em internação provisória, e se referem a uma intervenção comportamental cognitiva especial para mulheres (AEDO, 2014).

Do ponto de vista empírico, os dados desagregados por sexo são excepcionalíssimos e muito gerais. Além disso, especialistas consultados/as e instituições nacionais<sup>49</sup> confirmam a existência de quase nenhum estudo especializado<sup>50</sup>, com a exceção de um relatório elaborado pela Defensoria Pública Criminal no ano de 2010 sobre as barreiras de gênero no âmbito da LRPA.

## **2.2 Algumas figuras**

Uma das críticas mais frequentes sobre a LRPA é a falta de informação disponível. Os dados existentes são escassos e quase nulos, desagregados por sexos, impedindo análises profundas sobre a realidade do sistema, que permitam elaborar políticas públicas para sua melhoria, especialmente, a partir de uma perspectiva de gênero<sup>51</sup>.

De acordo com dados do Boletim Estatístico do Serviço Nacional de Menores (SENAME adiante), e se considerarmos o ano de entrada em vigor da LRPA e o último registro oficial disponível<sup>52</sup>, teve um aumento do ingresso das adolescentes mulheres no sistema de justiça juvenil. De 6,4% em 2007 para 13,5% em 2017. Este é um autêntico alerta para levar “a sério” as políticas

---

49 Defensoria Pública, Ministério Público e Serviço Nacional de Menores.

50 Isso confirma a tendência a nível latino-americano, já que revisadas as fontes institucionais habituais, tais como a UNICEF, América Latina; a ONU Mulheres, ILANUD, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), entre outros, não foram obtidos melhores resultados, com exceção de um relatório da CIDH (2011) intitulado “Justiça Juvenil e Direitos Humanos nas Américas”, e que dedica alguns parágrafos à situação das adolescentes infratoras.

51 Está crítica foi esclarecida por Gonzalo Berríos, em sua análise realizada em 2011 e repetida pela Comissão de avaliação da lei na Câmara dos Deputados, em 2015.

52 Os boletins estatísticos SENAME foram atualizados até o quarto trimestre de 2017.

públicas com perspectiva de gênero. Também, levanta novas questões sobre os fatores de risco<sup>53</sup> e os processos de criminalização das meninas.

Quanto às medidas aplicadas às adolescentes, em sua maioria são não privativas de liberdade como os homens. De acordo com o último Anuário Estatístico da SENAME, 25,4% dos ingressos femininos correspondem a uma pena ou medida privativa de liberdade, contra 74,6% do ingresso com penas ou medidas em ambiente livre.

E em relação às penalidades em regime fechado, mantém a tendência internacional de sua baixa representatividade, embora com um aumento significativo nos últimos tempos. De 2,14% de 2007, o percentual aumenta para 6,08% em 2017.

Finalmente, outro dado interessante de levantar a partir de uma análise com perspectiva de gênero, são os percentuais de reincidência de homens e mulheres. As adolescentes desistem das carreiras criminais em uma porcentagem maior do que os homens, tendência que se mostrou uniforme ao longo dos anos analisados, sem exceções. Este achado levantado por um estudo específico sobre reincidência é condizente com as características comparativas do crime durante a adolescência (FUENTEALBA, 2016).

### **3. Sistema Penal e Sexismo<sup>54</sup>**

Como em outras áreas jurídicas e sociais, o estudo e o desenvolvimento de políticas para os direitos das crianças tem sido realizado há muito tempo, independentemente da natureza desigual das relações de gênero. Os textos jurídicos que desenvolvem o tema dos direitos das crianças, assim como as normas que regem o campo do direito penal juvenil, muitas vezes usam o termo 'criança'. O sexismo de linguagem utilizada não é apenas uma questão de terminologia, se

---

53 Sobre os fatores de risco sociocriminal e gênero, ver a pesquisa conjunta desenvolvida por uma equipe coordenada por ISÓNOMA Consultoria Social (2016) e que integrou Marcela Aedo Rivera, Patricia Varela Pino, Andrea Peroni, Diego Polanco, Juan Bastías Ovalle, Cecilia Robayo e Teresita Fuentealba Araya. O principal objetivo deste estudo foi realizar uma análise e avaliação das variáveis gênero, fatores de risco e comportamento delinquente de crianças e adolescentes internados em PAIF 24 horas, por encargo da Subsecretaria de Prevenção do Crime, Ministério do Interior e Segurança Pública, do Governo do Chile.

54 Esta secção corresponde a uma seleção parcial do trabalho produzido por Bodelón e Aedo (2015).

assim fosse, bastaria incluir em nossas leis e regulamentos a expressão mais genérica ‘infância’ ou, mais concretamente, menina e menino. No entanto, como sabemos de outros estudos realizados em diferentes áreas do direito, o problema não se resolve incluindo a referência linguística às meninas.

Os estudos sociojurídicos e criminológicos têm demonstrado claramente que as mulheres criminalizadas sofrem uma marginalização e discriminação específicas (SMART, 1976; LLORD, 1995; ANTONY, 2005). Especialmente significativos, são os estudos das mulheres encarceradas (CARLEN, 1985; CAMPELLI, *et al.*, 1992; VVAA, 1995) e sobre o seu tratamento diante dos tribunais penais (EATON, 1986). Em ambos os casos, há um elemento comum, o fato de que o sistema de justiça criminal tende a consolidar a estrutura de gêneros e reproduzir os elementos que provocam a discriminação sexual.

A ideia de que o direito fixa e reproduz as identidades de gênero<sup>55</sup> resulta especialmente interessante, aplicada ao campo do direito penal juvenil. A incorporação do conceito de “gênero” tem sido decisiva. Muitos estudos têm contribuído para documentar as características do tratamento das mulheres na justiça criminal, mostrando a complexidade da sua operação e ilustrando a construção da feminilidade nesta instância de controle (CARLEN, 1983; EATON, 1986; WORRALL, 1990). Da mesma forma, pode-se analisar a questão das meninas no âmbito da justiça de menores como um problema relativo à construção das relações de gênero.

As meninas que são tratadas pelo direito penal juvenil sofrem uma dupla “penalidade”. Elas são punidas pelo crime realizado e por terem violado as regras que pressupõem uma feminilidade “apropriada”.

A centralidade da sexualidade está na definição utilizada pelos serviços sociais de “meninas com problemas” e reflete em duas ideias recorrentes:

Presume-se que a sexualidade das meninas, uma vez descoberta, é incontrolável e sem nenhum senso de responsabilidade.

O comportamento sexual da menina é tomado como um barômetro para medir a sua adequação aos códigos sociais.

---

55 Narotzky, (1995); Scott (1996); Osborne (1993); Garretas (1994) e Oliva (2005) falam sobre o conceito de gênero e seu uso pelas ciências sociais.

A investigação de Chesney-Lind e Shelden (2004) mostra que as meninas jovens são tratadas de forma diferente no sistema de justiça juvenil, como resultado da existência de um duplo padrão de comportamento. As meninas jovens são mais propensas a experimentar a sanção ou censura moral por meio de mecanismo de controle formal ou informal por condutas, tais como o comportamento sexual, fugas de casa, etc.

A sexualidade das jovens é outro dos elementos que podem ser colocados em observação (KNUPFER, 2001; CHESNEY-LIND; SHELDEN, 2004; PASKO, 2010). Muitas vezes, durante o processo é feita referência à atividade sexual das meninas. Esta informação é usada de tal forma, que produz o que se denomina de um processo de “sexualização da criminalidade feminina”. Ou seja, os profissionais, frequentemente, consideram que as meninas têm problemas com sua sexualidade. O principal problema é, no entanto, que muitas das meninas foram abusadas sexualmente. Assim, por exemplo, o estudo de Chesney-Lind e Shelden (1992) sobre as meninas norte-americanas detidas, mostra que dois terços e três quartos delas havia sido abusadas sexualmente<sup>56</sup>.

Seria ingênuo negar que as meninas não são vulneráveis à exploração masculina, no entanto, a melhor maneira de evitar ou mitigar as relações de exploração e desigualdade que sofrem não parece ser o de estigmatizar ou negar sua sexualidade. Pelo contrário, é preciso perceber que não se trata de um problema das meninas, mas que, especialmente, o que está em discussão são as relações de poder e certas definições da sexualidade masculina. Ou seja, no âmbito da justiça juvenil e, em outras áreas, as mulheres sofrem uma dupla discriminação.

As infratoras jovens estão envolvidas em um conjunto de processos que definem a sua feminilidade. As definições do que é ou não uma feminilidade aceitável são complexas e nem sempre têm limites claros. Por exemplo, a ênfase da feminilidade se apoia na emotividade (que se opõe à racionalidade, que por sua vez, é descrita como característica masculina). No entanto, certas expressões de emoção das jovens podem ser entendidas como reação exagerada (histéricas ou anormais).

---

56 De acordo com uma investigação realizada por Sherman e Levick (2003), entre 56% e 88% de meninas que ingressam no sistema de justiça de menores informam experiências de abuso emocional, físico ou sexual, com índices de abuso sexual três vezes maiores que os meninos.

Nossa compreensão da feminilidade também choca com as concepções mais difundidas da adolescência, relacionadas, em geral, a imagens masculinas: o jovem insatisfeito, o jovem empresário, o jovem rebelde, etc. Consequentemente, as meninas podem sentir que não importa o que façam, o seu comportamento será censurado. Além disso, a sensação de quem trabalha com elas pode ser a de que, constantemente, não cumprem com as expectativas que se tem sobre elas. Mesmo quando o seu comportamento está de acordo com o que é esperado delas, isto é, quando respondem às ideias tradicionais sobre a feminilidade (cuidado, emotividade), seu comportamento pode ser desvalorizado porque as características de masculinidade são considerados mais importantes (independência, ação, ambição, competitividade).

Outro problema é a tendência de patologização do comportamento feminino e a consequente “necessidade” para trata-las em instituições. As dificuldades dos meninos, geralmente, são explicadas em termos institucionais, enquanto as meninas em termos emocionais ou pessoais.

Também, é necessário considerar que os problemas da adolescência são geralmente definidos como masculinos. Estes, por sua vez, geram alguns problemas: 1) Os recursos são geralmente definidos em função das necessidades masculinas; 2) a maioria dos trabalhadores sociais têm menos experiência em trabalhar com as meninas.

Portanto, a afirmação de que “as meninas são mais difíceis” refletiria em diferentes problemas associados à desigualdade de gênero: a construção dos gêneros masculino e feminino como opostos; as diferentes experiências de meninas e meninos, por exemplo, a maior presença de abusos no caso de meninas; e o menor número de serviços e preparação para trabalhar com as meninas.

Assim, se explicaria que a aplicação de critérios de igualdade formal perante o tribunal não afeta na maioria dos casos de desigualdade substancial entre mulheres e homens, meninas e meninos. A fixação e reprodução de divisão dos gêneros seriam estabelecidas mais pela aplicação rotineira de certos critérios de normalidade, do que por uma aplicação desigual de um critério. De acordo com Carol Smart (1994, p. 176), a ideia de que o direito tem gênero nos permite argumentar que as mesmas práticas significam coisas diferentes para homens e mulheres. Por sua vez, também pode-se dizer que o direito atua como uma “tecnologia de gênero”, ou seja, que é um processo de produção de identidades fixas.

#### **4. O Modelo de Responsabilidade e as adolescentes: a falsa neutralidade da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CIDC)**

A incorporação da CIDC aos sistemas jurídicos nacionais latino-americanos -a partir da década de 1990- produziu, a nível normativo, alterações legislativas significativas que se expressam tanto em relação à proteção dos direitos de crianças e adolescentes<sup>57</sup> quanto no que se refere à resposta que o Estado deve dar às situações as quais o crime é imputado a um menor de idade.

Neste último sentido, o modelo de responsabilidade adotado pela CIDC (artigos 37 e 40) e incorporado em nosso ordenamento jurídico, desde a entrada em vigor do LRPA (2007), supôs -pelo menos do ponto de vista formal- o reconhecimento de que os meninos, as meninas e adolescentes são sujeitos de direitos e obrigações e, portanto, responsáveis por infrações penais que cometam, conforme o princípio da especialidade. Não obstante, cabe fazer as seguintes reflexões:

Em primeiro lugar, poderíamos qualificá-lo como uma verdadeira “vitória pírrica”<sup>58</sup>. Na verdade, se considerarmos as tendências que corroboram para uma mudança do modelo de responsabilidade para um mais punitivo<sup>59</sup> ou de controle de riscos<sup>60</sup>, é possível concluir, a partir de uma perspectiva crítica, que as reformas têm significado, basicamente, criminalizar com garantias<sup>61</sup>. O que marca um ponto de interrogação sobre a natureza positiva desta regulamentação jurídico-penal.

---

57 No sentido de proporcionar deveres de prestação positiva do Estado (BELOFF, 2007).

58 Beloff (2008) trata da relação entre as crianças e os direitos econômicos, sociais e culturais, e possível vitória de Pirro dos direitos das crianças.

59 Ao longo dos anos, o modelo de responsabilidade está em crise, fundamentalmente, por sua crescente identificação com um modelo punitivo que, para alguns autores e, no contexto europeu e estadunidense, obedece, “principalmente a uma série de eventos graves e violentos” que tem gerado ‘alarme social’ e, portanto, uma “demonização” da juventude (VAZQUEZ, 2007, p. 175). E, entre os aspectos que se destacam deste giro para um modelo mais punitivo, podemos citar os seguintes: redução da idade mínima de responsabilidade penal, a exclusão genérica da aplicação da jurisdição de menores para jovens semiadultos, entre 18 e 21, estendendo-se os casos em que se priva da liberdade, aumentando a duração da pena máxima juvenil e reforçando a posição processual da vítima em processo criminal contra os delinquentes juvenis (VAZQUEZ, 2007).

60 Beneitez e Molina (2008) falam sobre a gestão da delinquência juvenil como riscos.

61 Cortés (2009) faz uma crítica ao modelo de responsabilidade no Chile.



Atualmente, o sistema de responsabilidade penal adolescente carece de uma deslegitimação profunda, sobretudo, porque carece de um sistema adequado de garantias integrais da infância, que é o mínimo ético para sustentar -ao menos, discursivamente-, que os meninos, as meninas e adolescentes são cidadãos nos termos da CIDC, sujeito de direitos e, portanto, de obrigações<sup>62</sup>. Ou seja, antes da decisão político-criminal de punir adolescentes, um Estado respeitoso de sua infância deve cumprir com as exigências dos tratados internacionais e demais normas internacionais sobre o tema -em particular, a CIDC- e deste modo -ainda que de forma indireta- deve primeiro evitar a criminalização dos meninos e das meninas por meio da prevenção de crimes, ou seja, assegurar a proteção de suas necessidades básicas, tais como saúde e educação (BELOFF, 2011).

Neste sentido, compartilhamos a consideração de Bodelón (2003), que observa:

É imprescindível reconhecer que segue implicando uma contradição a utilização de certos instrumentos penais e defender os direitos dos menores. Partindo desta ideia, é necessário reduzir ao máximo a intervenção da justiça penal juvenil e desenvolver os direitos dos menores em todos os âmbitos que lhe são próprios. A proteção da criança e o desenvolvimento das liberdades e os direitos dos menores deve fomentar-se fora do direito penal juvenil, o direito penal juvenil deve desempenhar um papel de não violação de tais direitos. Ou seja, sem aumentar o dano social que a infração do ou da menor produz, e tudo isto, considerando que o direito penal de menores não pode aumentar a desigualdade de gênero sofrida pelos e pelas menores em todas as nossas sociedades.

Em segundo lugar, reconhecendo essa contradição e as críticas descritas anteriormente, devemos reconhecer o progresso que tem implicado em termos legais da superação do paradigma tutelar e reconhecimento de um sistema de proteção abrangente. Neste contexto, o modelo reconhecido exige regular a responsabilidade penal dos/as adolescentes. Assim, o sistema penal reconhece sua qualidade de sujeitos de direitos, com todas as garantias específicas, tendo em vista sua idade.

No entanto, esta afirmação -crianças reconhecidas como sujeitos de direitos- ainda que oculte a situação de adolescentes infratoras da lei penal, na

---

62 Baratta (1999) fala sobre a cidadania dos meninos e das meninas.

verdade, em geral, permanecem carentes de regulamentação legal específica (LRPA e Regulamento), de estudos que analisem a delinquência juvenil, fóruns de discussão e estatísticas oficiais, é como se “não existissem”. Assim, podemos concluir que o sujeito sobre o qual o modelo de responsabilidade se articula, em especial, o tratamento da jurisdição criminal e as políticas penitenciárias, é o varão menor, o que mais uma vez evidencia o caráter particularmente incompleto da cidadania das meninas e adolescentes.

A este respeito, cabe recordar que a cidadania que possuem as mulheres, tal como lhe ocorre na infância,

é uma cidadania cativa, isto é, ambos os grupos não podem levar a cabo um processo de assimilação em relação ao modelo de referência humana, o varão-adulto. Por esta razão, mulheres e crianças estão presas no paradoxo de imitar um modelo que não é universalizado e que não identifica-as (...) porque o modelo do sujeito tem sido construído como autossuficiente vital e economicamente, e/ou desprovido de vínculos. Os menores não podem ser equiparados a esse modelo porque são sujeitos dependentes e, tampouco, as mulheres porque foram socializadas e construíram sua identidade de mulheres como mães, esposas, cuidadoras, não como sujeito independente, sem vínculos. A imagem de meninas no parque, brincando com bonecas representando bebês, ou seja, como cuidadoras e mães, desde muito pequenas, é um exemplo claro de como ainda existe uma socialização fortemente marcada pelo gênero, que faz crer que, naturalmente, possuem certas aptidões e habilidades, ao contrário dos meninos que jogam bola ou andam de bicicleta<sup>63</sup> (RUBIO, 2008, p. 263).

E quando a sociedade se sensibiliza a respeito da necessidade de afrontar, de forma adequada, a proteção dos direitos da criança, “presume-se que as meninas e os meninos menores sejam submetidos à mesma violência, exploração e marginalização. Esta abordagem, presumivelmente neutra e imparcial, oculta os problemas específicos das meninas” (RUBIO, 2008, p. 274).

---

63 Para Bourdieu (2015, p. 58-59), “o fundamento da violência simbólica não reside nas consciências iludidas o suficiente para incutir, mas em inclinações moldadas por estruturas de dominação que possibilitam a cumplicidade das vítimas com os dominadores”. Uma transformação radical das condições sociais de produção das inclinações pode ser esperada apenas quando os dominados puderem adotar um ponto de vista diferente sobre os dominadores e sobre si mesmos daquilo que os dominadores estabelecem e definem sobre o real e o justo. A violência simbólica se realiza por meio do ato de conhecimento e reconhecimento prático, que ocorre sem a produção do conhecimento consciente e a vontade do sujeito, o que lhe confere poder hipnótico.

Da mesma forma, quando a CIDC reconhece a capacidade de sujeitos de direitos e regula um modelo de responsabilidade penal adolescente pressupõe que meninas e meninos têm as mesmas necessidades. E esta falsa neutralidade e imparcialidade invisibiliza seus problemas específicos, e isso tem sido demonstrado nas políticas específicas que implementaram tal modelo.

Neste sentido, Bodelón (2003, p. 463) afirma que:

uma das heranças que o positivismo legou à justiça juvenil contemporânea é que ainda persiste, em muitas práticas e padrões, a ideia de considerar a criança como um objeto e não como sujeito de direitos. Este problema é particularmente significativo em relação às meninas que sofrem uma dupla violação de seus direitos como menores e mulheres. As meninas seguem sendo consideradas como sujeitos de direitos, especialmente, incompletos.

Assim, pode ser visto claramente o que os estudos feministas têm observado desde o início dos anos 80, isto é, a paridade dos sexos nas disposições legais não implica igualdade material dos sexos perante a lei (FACIO, 1992). Portanto,

a igualdade jurídica em um nível formal não equivale a uma igualdade jurídica no plano material, uma vez que as mesmas normas são aplicadas a grupos com profundas desigualdades sociais. As mulheres criminalizadas devem enfrentar práticas jurisdicionais e institucionais profundamente marcadas por relações patriarcais. Do ponto de vista das mulheres criminalizadas, deve-se afirmar que não só o direito penal não ajuda a resolver os conflitos levantados, mas a aplicação do direito penal dá origem a novas discriminações (BODELÓN, 2003, p. 454).

Não esqueça que:

pertencer a um grupo social subordinado situa as pessoas que fazem parte das situações de exploração, marginalização, violência, exclusão do poder e não participação na cultura. Portanto, para corrigir a discriminação enfrentada por meninas, como um grupo social, não basta a exclusiva utilização da lei<sup>64</sup>. Nem a CIDC (...) e todas as declarações de direitos são suficientes se com esta mudança de regulamentação não produzir mudança de cultura, uma mudança nas regras não escritas que condicionam a interpretação e aplicação das normas escritas para eliminar delas a discriminação e o privilégio. Se a socialização mantém

64 Young (2000, p. 93) *apud* Rubio (2008, p. 277), observa que “fazer justiça onde há exploração requer reorganizar as instituições e as práticas de tomada de decisão, modificar a divisão do trabalho, e tomar medidas semelhantes para a mudança institucional, estrutural e cultural”.

modelos e atitudes sexistas contra as mulheres e meninas no conteúdo normativo da Convenção não atingirá o nível de eficácia necessária para impor novas práticas, modelos e valores (RUBIO, 2008, p. 277).

## **5. As Adolescentes Privadas de Liberdade: quando a Invisibilidade tem Gênero**

Um caso paradigmático de análise é constituído pelas adolescentes privadas de liberdade as quais a realidade permanece especialmente invisibilizada. As mulheres sempre formaram uma pequena minoria da maioria da população prisional e meninas presas são uma pequena porcentagem de jovens delinquentes. As presas têm diferentes necessidades físicas, psicológicas, nutricionais, sociais e de saúde que os homens, e que devem ser tratadas de forma diferente dos seus homólogos masculinos. As necessidades de saúde das mulheres na prisão são as mais variadas e complexas que as dos homens (deve ser reiterado que, a partir do parâmetro de suas necessidades, é que devem ser concebidas as políticas penitenciárias) (UNICEF, 2011).

Estudos internacionais mostram que as mulheres e adolescentes detidas sofrem de depressão, ansiedade, fobias, neuroses, automutilação e suicídio, em uma taxa muito mais elevada do que os homens presos<sup>65</sup>. Neste sentido, vários estudos realizados nos Estados Unidos confirmam isso. Por exemplo, “as meninas que entram no sistema de justiça juvenil correm um risco significativamente maior (80%) do que os homens (67%) de um distúrbio de saúde mental” (SHUFELT; COCOZZA, 2006, p. 5). As meninas têm taxas de comportamento mais elevadas do que os meninos de desordem autodanosa, estresse pós-traumático e tentativas de suicídio. Sobre as taxas de suicídio, acredita-se ser maiores para as meninas, em virtude de depressão, transtornos de ansiedade, abuso sexual, físico e emocional e estresse pós-traumático. Estudos também revelam que as meninas encarceradas são mais susceptíveis de serem diagnosticadas com mais de um distúrbio de saúde mental ou comorbidade, aumentando a dificuldade de tratamento. Por outro lado, elas são muito mais vulneráveis a abuso físico e sexual.

---

65 Ver Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, Dignidade e Justiça para os detidos Semanais: Nota Informativa n. 5, ‘Mulheres e Meninas’, de 2008.

Nas prisões onde há meninas supervisionadas por funcionários de ambos os sexos, tem sido denunciado inúmeros casos de abusos graves por parte de funcionários do sexo masculino, demonstrando o grau de vulnerabilidade das jovens detidas (...) que podem sofrer abusos ainda por mulheres mais velhas e pessoal feminino<sup>66</sup> (APT; RPI, 2013).

Em relação ao anteriormente dito, deve-se ter em mente que um relatório nos Estados Unidos revela que o abuso é um fator de risco associado a meninas que ingressam no sistema de justiça de menores, e um dos fatores mais comuns associados com as meninas no sistema (OJD, 2012). De acordo com uma das investigações (SHERMAN; LEVICK, 2003), entre 56% e 88% das meninas que ingressam ao sistema de justiça de menores informam experiências de abuso emocional, físico ou sexual, com taxas de notificação de abuso sexual três vezes maior do que os rapazes.

Quanto à sua saúde física, estudos (BELENKO, 2009) desenvolvidos nos Estados Unidos indicam que meninas e meninos do sistema de justiça juvenil se envolvem em relações sexuais mais cedo, têm uma maior incidência de doenças sexualmente transmissíveis e incorrem em comportamentos sexuais mais arriscados que as pessoas jovens que não participam do sistema. As/os pesquisadoras/es especulam que as meninas do sistema de justiça experimentam as maiores taxas de doenças sexualmente transmissíveis que os meninos do sistema e que, devido ao abuso sexual, as meninas na comunidade se envolvem com a prostituição e crimes relacionados com a prostituição, que levam à violência sexual (OJD, 2012).

## **5.1 As Adolescentes Privadas de Liberdade no Chile: “As Poucas Esquecidas”**

Sem prejuízo da regulamentação legal que contém as regras da LRPA para adolescentes, as Orientações Técnicas exigem alusão especial para centros fechados (SENAME, 2011), já que contempla uma intervenção cognitiva comportamental especial para mulheres, expressão das orientações que devem nortear intervenção psicossocial com adolescentes privadas/os de liber-

<sup>66</sup> Ver, por exemplo, *Custody and Control - Conditions of Confinement in New York's Juvenile Prison for Girls*, ... 2006. Em português: *Custódia e Controle - Condições de Confinamento em Prisão Juvenil de Nova Iorque para Meninas*, ... 2006.

dade, e assim cumprir um dos objetivos fundamentais da LRPA (art. 20), isto é, responsabilizar os/as adolescentes pelos crimes que cometam, de tal forma que a sanção seja parte de uma intervenção educativa ampla e orientada à plena integração social.

Segundo as mesmas, o objetivo desta intervenção é prevenir e reduzir o comportamento criminoso futuro em mulheres adolescentes, considerando as diferenças de gênero.

Em sua primeira parte, as Orientações apontam:

A população feminina em conflito com as leis é vista, muitas vezes, não só como alguém que violou a lei, mas também que suporta o estigma de ter transgredido as expectativas ligadas ao feminino. Por outro lado, os fatores de risco apresentados pela população feminina diferem em alguns aspectos daqueles comumente estabelecidos para os meninos, o que demonstra uma série de necessidades especiais de intervenção.

Esta parte incorpora um olhar sensível ao gênero que, no entanto, permanece fragilizado ou devidamente anulado com alguns elementos descritos, a seguir:

Alguns dos aspectos a serem considerados no plano individual de intervenção e, especialmente, em programas que se atentam para a conduta ilícita, são os seguintes: estratégias motivacionais, ferramentas para o gerenciamento da impulsividade e expressão emocional, fomentar a responsabilidade e o *locus* de controle interno, incorporar estratégias para a tomada de decisões assertivas, trabalhar os papéis e os estereótipos da feminilidade, incorporar atividades que incluam a maternidade como uma área a trabalhar, prevenção e redução da violência, considerando as especificidades por gênero e a intervenção familiar.

A segunda parte reproduz estereótipos sexistas e não questiona a posição de subordinação que se encontram as mulheres na sociedade. Dá conta da administração da impulsividade e o controle emocional, bem como o controle interno e a necessidade de incorporar a maternidade como uma área a ser trabalhada. Tais caracterizações expressam uma visão estereotipada sobre as adolescentes, especialmente, quando nenhum destes elementos são considerados para trabalhar com homens.

Do ponto de vista empírico, a literatura revisada e consultada de várias instituições nacionais confirmam a quase completa ausência de estudos especializados em adolescentes infratoras, com exceção de um relatório da Defensoria Pública, do ano de 2010, sobre as barreiras de gênero no marco da LRPA.

Este relatório refere uma série de questões que dificultam ou impossibilitam a aplicação adequada dos direitos garantidos às adolescentes, as quais revisaremos, a seguir:

a) O “problema” de ser um número tão reduzido. E neste contexto, o relatório ressalta:

O fato de que mulheres adolescentes ingressam no sistema penal em menor número, incide, lamentavelmente, para que este tenda a focar no público masculino, principalmente, pelos escassos recursos econômicos com que contam, bem como a falta de infraestrutura adequada. Por exemplo, desde junho de 2010, no Centro de Internação Provisória (CIP) da cidade de Puerto Montt, no que corresponde ao setor feminino, foi usado como um centro masculino de cumprimento de regime fechado. Isto resultou que as mulheres adolescentes para as quais foram decretadas a Medida de Internação Provisória, foram transferidas para o CIP *Coronel*<sup>67</sup>, resultando em afastamento familiar e social.

Outro exemplo, foi o que aconteceu em Santiago, especificamente, na CIP feminina que desde 2008 começou a receber homens imputados na Internação Provisória, devido, principalmente, à diferença no número de imputados e imputadas privadas de liberdade. Os centros masculinos de *San Bernardo* e *San Joaquín* se encontram superados pela quantidade de imputados, enquanto o CIP *Santiago* ainda tinha vagas disponíveis. Embora seja verdade que neste CIP foi mantida a segregação tal como observam as regras do artigo 92, a rotina diária das acusadas foi alterada pela permanência de homens no meio, modificando, desta forma, horários e locais de recreação, como piscina, pátios, lugares de oficinas e aulas (DPP, 2010, p. 10).

Outro exemplo é o Centro de Internação Provisória e Centro Fechado de *Limache* (Região de *Valparaíso*) que, originalmente, contemplava vinte e oito lugares destinados, exclusivamente, para adolescentes do sexo feminino, no entanto, dada a superpopulação de homens nos sistemas CIP e CRC, as adolescentes foram deslocadas e forçadas a utilizar outros espaços não concebidos num primeiro momento para elas, transformando outras dependências em habitações (Ofício SENAME n. 8 869/2012).

---

<sup>67</sup> Note-se que *Coronel* está localizada a 611 quilômetros ao norte da cidade de *Puerto Montt*. Uma viagem com transporte interurbano pode levar de 7 a 8 horas.

b) A falta de infraestrutura adequada. Reiteradamente, as Comissões interinstitucionais de Supervisão dos Centros<sup>68</sup> têm enfatizado a grave falta de infraestrutura para as adolescentes, sendo necessária a sua urgente construção, como também a melhoria e recondicionamento do que já existe (DPP, 2010, p. 18).

c) A falta de pessoal capacitado. Por exemplo, em relação aos funcionários do centro de *Limache*, há déficit de psicólogos (as) e educadores (as) para tratamento direto. Em relação à sua formação, foram efetivamente realizadas, o problema é que essa formação não aborda as questões de gênero, algumas abordam apenas o problema da violência doméstica, mas não há treinamento que aborde questões de gênero a partir de uma perspectiva interdisciplinar (Acta visita CISC, segundo semestre de 2012, p. 3).

d) Garantia precária do direito à saúde. Em relação à garantia do direito à saúde, o relatório elaborado pela Defensoria Pública (2010) observa que, em todas as regiões, exceto *Aysén e O'Higgins*, as adolescentes têm acesso a instalações primárias de saúde. De fato, os centros de detenção possuem uma unidade de enfermagem atendida, normalmente, por um paramédico, no entanto, não estão suficientemente equipados para atender situações de maiores cuidados, de tal modo que havendo complicações maiores na saúde de alguma adolescente, estas são derivadas do sistema público, podendo chegar até mesmo ao sistema privado, dependendo da urgência/necessidade e a demora da atenção pública.

Além disso, deve-se notar que -em geral- a garantia da saúde mental é particularmente fraca no tocante aos/as adolescentes privados de liberdade. Neste sentido, o mesmo relatório observa que “em todos os centros administrados pelo SENAME há uma deficiência em relação ao acesso aos cuidados de saúde mental” (DPP, 2010, p. 53).

Cabe recordar que entre a população juvenil privada de liberdade, há uma alta prevalência de distúrbios de saúde mental, particularmente, entre mulheres adolescentes infratoras.

No entanto, apesar disso, nenhum dos estudos nacionais fornece indicadores precisos acerca das diferenças apresentadas pela população feminina

---

68 A Comissão Interinstitucional de Supervisão de Centros Privativos de Liberdade tem por objeto assessorar no devido resguardo dos direitos dos e das adolescentes, suas condições de vida, tanto no interior dos Centros Privativos de Liberdade, administrados pelo Serviço Nacional de Menores, como nas Seções Juvenis dos estabelecimentos penitenciários de Gendarmería de Chile (MJDH, 2018).



avaliada, o que parece motivada para alguns, em: “sua (má) representatividade na amostra (que motiva dificuldades óbvias para avaliação)” (MALDONADO, 2013). Neste sentido aponta o estudo de Rioseco *et al.* (2009), já que os pesquisadores deixam registrado que até a data da pesquisa de campo, não havia adolescentes do sexo feminino privadas de liberdade por razão de crime, enquanto que no estudo da Fundação *Tierra de Esperanza*, a população de mulheres analisada foi proporcionalmente insignificante no contexto total da amostra (oito no total, sete em Santiago, e uma em Graneros).

A baixa representação constituiria um argumento para não investigar (o problema de ser poucas), embora os estudos da Fundação *Tierra de Esperanza* e o desenvolvido pela Universidade Católica percebam a relevância do gênero nesta matéria. Nesta seara, Maldonado (2013), assevera:

Especificamente, o estudo da Universidade Católica argumenta que as patologias analisadas apresentam uma maior prevalência entre mulheres adolescentes (aumentando ainda mais com a idade), enquanto que o estudo da Fundação *Tierra de Esperanza* conclui (embora determine uma prevalência de doenças anuais de 50%, centrada, exclusivamente, no centro de regime fechado *Santiago*), salientando, também, que a amostra apresenta apenas transtornos ansiosos e afetivos (com proeminência da primeira).

Em suma, ser “poucas” continua sendo um problema para as adolescentes infratoras e, particularmente grave, no caso das privadas de liberdade.

Meninas e adolescentes estão entre os grupos mais vulneráveis da detenção, devido a sua idade, sexo e seu número reduzido, nas palavras de Bergmann (1989), as poucas esquecidas.

## **Conclusões: Reflexões e Estratégias para Lidar com a Discriminação Sexual no Âmbito de um Modelo de Responsabilidade**

A Lei n. 20.084 (LRPA) -em vigor desde 8 de junho de 2007- introduziu no Chile um sistema especial de responsabilização penal para adolescentes maiores de 14 anos e menores de 18 anos, cujo objetivo principal era dar uma resposta ao sistema de justiça juvenil que governava grande parte do século

XX, e adaptá-lo aos requisitos contidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, deixando para trás o paradigma tutelar.

Embora a CIDC tenha reconhecido os/as meninos/as como sujeitos de direitos e regulamentado um modelo de justiça juvenil, tem pressuposto que meninas e meninos têm as mesmas necessidades. E esta falsa neutralidade e imparcialidade tem invisibilizado seus problemas específicos, e é projetada em políticas que implementam o referido modelo. Na verdade, elas, em geral, permanecem ausentes dos regulamentos jurídicos específicos e estudos específicos que examinam a delinquência juvenil. Deste modo, podemos concluir que o sujeito sobre o qual o modelo de responsabilidade penal plasmado na CIDC se articula é o menor varão, o que mais uma vez evidencia o caráter particularmente incompleto da cidadania das menores de idade.

Tendo em conta estas considerações, é importante refletir sobre algumas estratégias de intervenção para enfrentar a discriminação sexual no âmbito de um modelo de responsabilidade. Isto é, um modelo de responsabilidade que conta com todas as características reconhecidas pela CIDC e outros instrumentos internacionais nesta matéria, mas também incorpora a perspectiva de gênero que, entre outras questões, envolve o seguinte:

a) Reconhecer a natureza específica da discriminação contra as meninas: a primeira questão deve abordar uma intervenção que pretenda eliminar a desigualdade de gênero no âmbito da justiça juvenil e reconhecer a natureza da discriminação específica sofrida por meninas e, junto com isso, desenvolver seus direitos a partir de uma perspectiva que leve em conta a identidade dos sujeitos de direito. As meninas enfrentam uma discriminação estrutural que se manifesta não apenas na medida em que tribunais, instituições reproduzem essa estrutura sexual, mas enquanto suas condutas são julgadas com parâmetros que identificam a sua identidade sexual feminina com certos padrões de comportamento supostamente típicos da feminilidade.

b) No âmbito da implementação de medidas, cabe incorporar várias estratégias:

b.1 Adolescentes condenadas à penas privativas de liberdade, devem contar com uma infraestrutura, especificamente, montada para elas, separadas dos homens e mulheres adultas; protocolos de saúde (em especial, a saúde mental) e, em geral, requer revisar as orientações

técnicas existentes, a fim de garantir intervenções respeitosas da sua identidade de sujeito de direitos.

b.2 Devem contar, de preferência, com pessoal feminino, o que não implica a exclusão de pessoal masculino, especialmente, pessoal técnico como psicólogos, médicos ou professores que desempenham suas funções profissionais em instituições ou seções reservadas para meninas. Também, este pessoal deve estar especialmente capacitado para as necessidades especiais das meninas e à discriminação estrutural a que estão submetidas. Isto é especialmente relevante, já que, muitas vezes, apontam que “é mais difícil trabalhar com meninas”, comentário que mostra de que maneira se constroem as relações de gênero no âmbito da justiça juvenil.

b.3 As intervenções desenvolvidas tanto no âmbito da custódia quanto das medidas não privativas de liberdade, são importantes para fortalecer o desenvolvimento dos direitos das meninas e uma estratégia pode ser a aplicação do conceito de “empoderamento”, de modo que as adolescentes não sejam reconhecidas -como um grupo “passivo”- mas como pessoas que têm o poder de resolver os seus problemas. Na prática, importa fornecer recursos para as jovens, a partir dos quais elas possam resolver as suas necessidades, mas considerando que essas necessidades estão definidas por sua posição de gênero. Se trata de construir um processo destinado a alterar a natureza das condições de vida das mulheres jovens. Por exemplo, é possível pensar em oficinas que forneçam informações sobre a sua sexualidade, tendo em conta o direito dos/as adolescentes desenvolverem sua sexualidade, ou oficinas que as tornem conscientes de que a baixa autoestima de muitas jovens reflete na internalização que muitas mulheres fazem de sua situação de desigualdade.

b.4 Eles devem ter em mente todas as disposições do Regulamento de Bangkok<sup>69</sup>, especialmente, as que regem a situação das menores de idade (Regras 36 a 39).

Por último, além da estrutura de gênero no âmbito da justiça juvenil, acreditamos ser imprescindível reconhecer que segue implicando uma contradição na utilização de certos instrumentos penais e defender os direitos dos/as menores. Com isto em mente, é necessário minimizar a intervenção da justiça penal juvenil e desenvolver os direitos dos/as menores em todos âmbitos que lhe são

---

<sup>69</sup> Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros Mulheres e Medidas Não Privativas de Liberdade de liberdade para mulheres infratores, também conhecidas como as Regras de Bangkok adotadas pela Resolução 65/229 de 21 de dezembro de 2010.

próprios. A proteção da criança e do desenvolvimento das liberdades e dos direitos dos/as menores devem ser fomentadas fora do direito penal juvenil, o direito penal juvenil deve desempenhar um papel de não violação de tais direitos. Ou seja, não aumentar o dano social que a infração do menor tenha produzido, e tudo isto, considerando que o direito penal juvenil não pode aumentar a desigualdade de gênero sofrida pelos/as menores em toda nossa sociedade.

## Referências

AAVV. *Presó i Dona*. Barcelona: Editado por el Grup Dona i Presó, 1995.

AEDO, Marcela. *Las adolescentes en el sistema penal: cuando la invisibilización tiene género*. Tesis (Doctorado en Derecho y Filosofía Jurídico-política) - Facultad de Derecho, Universitat Autònoma de Barcelona, 2014. Disponível em: <https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/283354/mar1de1.pdf;sequence=1>

AEDO, Marcela; COLLEL, Andrea. Las adolescentes infractoras y el sistema de responsabilidad penal adolescente en Chile: el problema de las pocas olvidadas. En ANDRADE, Anderson P.; MACHADO, Bruno A. (Coords.). *Justiça Juvenil: Paradigmas e experiencias comparadas*. Sao Paulo: Marcial Pons, 2017. 454 p.

ANTONY, Carmen. *Estudio sobre violencia de género: Mujeres transgresoras*. Ciudad de Panamá: Instituto de la Mujer de la Universidad de Panamá, 2005.

ASOCIACIÓN PARA LA PREVENCIÓN DE LA TORTURA (APT); REFORMA PENAL INTERNACIONAL (RPI). *Mujeres privadas de libertad: una guía para el monitoreo con perspectiva de género*, 2013. Disponível em: [http://www.apt.ch/content/files\\_res/women-in-detention-es.pdf](http://www.apt.ch/content/files_res/women-in-detention-es.pdf)

BARATTA, Alessandro. Infancia y democracia. En: MENDEZ; BELOFF (Comp.). *Infancia, ley y democracia: Análisis crítico del panorama legislativo en el marco de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño*. Bogotá-Buenos Aires: Temis - Depalma, 1999. p. 31-68.

BELENKO, Steven, *et al.* Detecting, Preventing, and Treating Sexually Transmitted Diseases Among Adolescent Arrestees: An Unmet Public Health Need. *American Journal of Public Health*, v. 99, n. 6, jun, 2009. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2679796/pdf/1032.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

BELOFF, Mary. Los nuevos sistemas de justicia juvenil en América Latina (1989-2006). *Justicia y Derechos del Niño, Revista Unicef*, n. 9, p. 177-217, 2007.

BELOFF, Mary. Reforma legal y derechos económicos y sociales de los niños: las paradojas de la ciudadanía. En: SARMENTO, Daniel, IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Coord.). *Igualdade, diferença e direitos humanos*. São Paulo: Lumen Juris, 2008. p. 887-910.

BELOFF, Mary. La traducción latinoamericana de la Convención sobre derechos del niño. Em: FLAH, Lily (Coord.). *Los desafíos del derecho de familia en el siglo XXI: derechos humanos, bioética, relaciones familiares, problemáticas infanto-juveniles: homenaje a la Dra. Nelly Minyersky*. Buenos Aires: ERREPAR, 2011. p. 17-38.

BERGSMANN, Ilene R. The forgotten few: Juvenile female offenders. *Federal Probation*, v. 53. n. 1, p. 73-78, 1989.

BERNÚZ, María José; FERNÁNDEZ, Esther. La gestión de la delincuencia juvenil como riesgo: Indicadores de un nuevo modelo. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, v. 10, n. 13, p. 1-20, 2008.

BERRÍOS, Gonzalo. La ley de responsabilidad penal adolescente como sistema de justicia: análisis y propuestas, *Revista Política Criminal*, v. 6, n. 11, 2011.

BODELÓN, Encarna. Género y sistema penal: los derechos de las mujeres en el sistema penal. En: BERGALLI, Roberto (Coord.). *Sistema penal y problemas sociales*. Valencia: Editorial Tirant lo Blanch Alternativa, 2003. p. 451-486.

BODELÓN, Encarna; AEDA, Marcela. Las niñas en el Sistema de Justicia Penal. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, v. 49, p. 219-236, 2015.

BORDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama, 2015.

CÁMARA DE DEPUTADOS CHILE. *Evaluación de la Ley n. 20.084, que establece un sistema de responsabilidad de los adolescentes por infracciones a la ley penal*. 2015. Disponible em: [http://www.evaluaciondelaley.cl/foro\\_ciudadano/site/artic/20150406/asocfile/20150406123747/informe\\_ejecutivo\\_20\\_084conportada.pdf](http://www.evaluaciondelaley.cl/foro_ciudadano/site/artic/20150406/asocfile/20150406123747/informe_ejecutivo_20_084conportada.pdf)

CAMPELLI, E., et al. *Donne in carcere*. Milano: Feltrinelli, 1992.

CARLEN, Pat (Ed.). *Criminal Women: Autobiographical Accounts*. Cambridge Polity Press, 1985.

CARLEN, Pat. *Women's Imprisonment*. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1983.

CHESNEY-LIND, Meda; SHELDEN, Randall G. *Girls. Delinquency, and Juvenile Justice*. United Kingdom: Wadsworth Publishing, 2004.

CILLERO, Miguel. Comentarios de la Ley de responsabilidad penal de adolescentes, en *Justicia y Derechos del Niño*, n. 8, UNICEF, 2006, p. 105-112.

CILLERO, Miguel. Evolución Histórica de la Consideración Jurídica de la Infancia y Adolescencia en Chile (1994). En: PILOTTI, Francisco (Coord.). *Infancia en Riesgo Social y Políticas Sociales en Chile: Desarrollo y perspectivas del Servicio Nacional de Menores y su relación con las políticas sociales, la sociedad civil y el marco jurídico*. Montevideo: Instituto Interamericano del Niño, 1994. p. 75-138.

CORTÉS, Julio. La ley de responsabilidad penal de adolescentes dentro de las transformaciones de largo plazo en el ámbito del control social punitivo. *Revista El Observador*, n. 5, Edición Especial, diciembre, 2009. Disponible em: [https://www.sename.cl/wsename/otros/observador5/el\\_observador\\_5\\_\\_%2057-82.pdf](https://www.sename.cl/wsename/otros/observador5/el_observador_5__%2057-82.pdf)

COUSO, Jaime. La política criminal para adolescentes y la Ley 20.084. *Justicia y Derechos del Niño*, n. 11, UNICEF, p. 213-245, 2009.

DEFENSORÍA PENAL PÚBLICA (DPP). *Barreras de género en materia de mujeres adolescentes, en especial de las privadas de libertad*: Documento de Trabajo n. 21. Santiago de Chile: Unidad de Defensa Penal Juvenil, 2010.

DUCE, Mauricio. El Derecho a un Juzgamiento Especializado de los Jóvenes Infractores en el Nuevo Proceso Juvenil Chileno. *Revista Política Criminal*, v. 5, n. 11, p. 280-340, 2010.

EATON, Mary. *Justice for women? Family, court and Social Control*. Londres: Open University Press, 1986.

FACIO, Alda. *Cuando el género suena cambios trae* (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal). San José de Costa Rica: Ilanud, 1992. 156 p.

FUENTEALBA, Teresita. *Factores que inciden en la reincidencia de los/as adolescentes infractores/as de Ley Penal*. Trabajo de conclusión de Curso (Graduación em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade do Chile, 2016.

LLORD, Ann. *Doubly deviant, doubly dammed: Society's treatment of violent women*. Harmondsworth: Penguin Books, 1995.

MALDONADO, Francisco. Prevalencia de patologías de salud mental en la población adolescente privada de libertad: experiencias nacionales y comparadas. *Revista Ius et Praxis*, Universidad de Talca, año 19, n. 1, p. 329-362, 2013.

MEIS KNUPFER, Anne Meis. *Reform and Resistance: Gender, Delinquency, and America's First Juvenile Court*. New York: Routledge, 2001.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS (MJDH). *Comisión Interinstitucional de Supervisión de Centros Privativos de Libertad*, 2018. Disponible em: <http://dosvias.minjusticia.gob.cl/cisc-rpa/>

NAROTZKY, Susana. *Mujer, mujeres y género*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1995.

OFFICE OF THE JUVENILE DEFENDER (OJD). *Representing Girls in the Juvenile Justice System*, 2012. Disponible em: <http://www.ncids.org/JuvenileDefender/Guides/RepresentingGirls.pdf>

OLIVA, Asunción. Debates sobre el género. En: AMORÓS, Celia y de MIGUEL, Ana (Coords.). *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. De los debates sobre el género al multiculturalismo*, v. 3. Madrid: Minerva Ediciones 2005. p. 13-60.

OSBORNE, Raquel. *La construcción sexual de la realidad*. Madrid: Cátedra, 1993.

PASKO, Lisa. Damaged daughters: The history of girls sexuality and the juvenile justice system. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, v. 100, n. 3, Northwestern University, School of Law, p. 1099-1130, 2010.

RIOSECO, Pedro *et al.* Prevalencia de trastornos psiquiátricos en adolescentes infractores de ley. Estudio caso-control. *Revista Chilena de Neurología y Psiquiatría*, v. 47, n. 3, p. 195-196, 2009.

RIVERA, Maria-Milagros. *Nombrar el mundo en femenino*. Barcelona: Icaria, 1994.

RUBIO, Ana. La igualdad de género: Los derechos de las niñas. En: MESTRE, Ruth (Coord.). *Mujeres, derechos y ciudadanías*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2008. p. 245-285.

SCOTT, Joan. El género: Una categoría útil para el análisis histórico. En LAMAS, Marta (Comp.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: PUEG, 1996, p. 265-302.

SENAME. *Orientaciones Técnicas para la Intervención. Centros de cumplimiento de condena: Régimen cerrado con programa de reinserción social*, 2011. Disponible em: [http://www.sename.cl/wsename/otros/orientaciones\\_tecnicas\\_para\\_intervencion\\_centros\\_cerrados\\_2011.pdf](http://www.sename.cl/wsename/otros/orientaciones_tecnicas_para_intervencion_centros_cerrados_2011.pdf)

SHERMAN, Francine; LEVICK, Marsha. When Individual Differences Demand Equal Treatment: An Equal Rights Approach to the Special Needs



of Girls in the Juvenile Justice System. *Wisconsin Women's Law Journal*, v. 18, n.1, p. 9-50, 2003. Disponible em: <http://lawdigitalcommons.bc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1572&context=lsfp>. Acceso em: 30 dez. 2018.

SHUFELT, Jennie; COCOZZA, Joseph. *Youht with mental health disorders in the Juvenile Justice System: results from a MultiState Prevalence study*, Research and Program Brief del National Center for Mental Health and Juvenile Justice, 2006. Disponible em: [http://www.unicef.org/tdad/usmentalhealthprevalence06\(3\).pdf](http://www.unicef.org/tdad/usmentalhealthprevalence06(3).pdf)

SMART, Carol. El derecho como una estrategia creadora de género. En: LARRAURI, Elena (Comp.). *Mujeres, derecho penal y criminología*. Madrid: Editorial Siglo XXI, 1994.

SMART, Carol. *Women. Crime and Criminology: A feminist critique*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1976.

SUBSECRETARÍA DE LA PREVENCIÓN DEL DELITO e ISÓNOMA Consultorías Sociales: *Estudio de género y factores de riesgo socio delictual en el Programa de Atención Integral Familiar 24 horas*. Subsecretaría de la Prevención del Delito, Ministerio del Interior y Seguridad Pública, Gobierno de Chile, 2016. Disponible em: [http://www.seguridadpublica.gov.cl/media/2015/04/Informe-Final\\_EstudioG%C3%A9nero-PAIF-24-horas\\_VCF\\_12Abril-1.pdf](http://www.seguridadpublica.gov.cl/media/2015/04/Informe-Final_EstudioG%C3%A9nero-PAIF-24-horas_VCF_12Abril-1.pdf)

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND - UNICEF. *Guidance for legislative reform on juvenile justice*. Unicef, New York, 2011. Disponible em: [http://www.unicef.org/policyanalysis/files/Juvenile\\_justice\\_16052011\\_final.pdf](http://www.unicef.org/policyanalysis/files/Juvenile_justice_16052011_final.pdf)

UNITED STATES. *Custody and Control: Conditions of Confinement in New York's Juvenile Prison for Girls*. 2006. Disponible em: <https://www.hrw.org/report/2006/09/24/custody-and-control/conditions-confinement-new-yorks-juvenile-prisons-girls>

WORRALL, Anne. *Offending Women: Female Lawbreakers and the Criminal Justice System*. New York: Routledge, 1990.



# **Tecnologias de Gênero e Sistemas Penais Juvenis: Contribuições para Reflexão em um Contexto de Medidas não Privativas de Liberdade**

Laura López-Gallego  
Cecilia Montes-Maldonado

## **Introdução**

No estudo a seguir, pretendemos mostrar as formas que as tecnologias de gênero estão tomando (DE LAURETIS, 1989) em uma área muito específica do Sistema Penal Juvenil Uruguaio (SPJU) e a implementação estatal das Medidas Judiciais Não Privativas de Liberdade (MNPL) ditadas pelos juizados especializados de adolescentes. As contribuições das criminologistas feministas são fundamentais para a compreensão dessas relações, dado que elas entendem do direito e, em especial, dos sistemas penais como construtores de gênero. Pesquisadoras no campo das criminologias feministas (BIRGIN, 2000a, 2000b; SMART, 2000; BODELÓN, 2003; PITCH, 2003; CARLEN; WORRALL, 2004) explicam como o direito opera como uma tecnologia privilegiada na construção dos sistemas sexo-gênero.

Os posicionamentos feministas em relação à noção de gênero tentam politizar a questão, de modo a combater o determinismo biológico que subjuga as mulheres, ou seja, limitam o sexo. Butler (1990, 2001) questiona a continuidade entre o sexo e o gênero. O gênero é teorizado em termos de performance e a distinção sexo-gênero se configura em um contexto de relações de poder que produz o efeito de um “sexo pré-discursivo”. Ou seja, esse dualismo biologia-cultura é uma expressão de uma lógica binária que ordena hierarquicamente.

Neste sentido, consideramos o gênero como uma forma de fazer, uma atividade performativa, “uma prática da improvisação em um cenário constritivo. Além do mais, o próprio gênero não se “constitui” sozinho. Sempre está se “construindo” com outro ou para o outro, mesmo que o outro seja só imaginário

(BUTLER, 2006, p. 13). Uma noção de gênero que não está intimamente ligada à diferença sexual, e para pensa-la como produto de várias tecnologias sociais, os sistemas propostos pelos Sistemas Penais Juvenis serão um dos espaços de análise escolhidos. Entendemos o sistema sexo-gênero como “uma construção sociocultural, como um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, localização na hierarquia social, etc.) aos indivíduos na sociedade” (DE LAURETIS, 1989, p. 11).

Neste palco, traçado por sistemas de sexo-gênero, podemos verificar como entra em cena a perspectiva de Vianna (2010) que mostra que, entre adultos e menores, neste caso, as adolescentes, há desigualdade jurídica que se converte em eixo vital a partir da qual se torna possível o desdobramento de outras desigualdades e discriminações.

A premissa da autora mostra como os efeitos de uma relação tutelar específica -a execução de uma MNPL- ocorre na interação de dois atores: por um lado, como os sujeitos em situação de minoria e também criminosos, em nosso caso, e, por outro, os responsáveis pela representação do Estado. Nos interessa aqui mostrar a perspectiva da autora que explica como as legalidades (discurso do direito) são convertidas em moralidade no momento em que a “linguagem moral atravessa os direitos” (VIANNA, 2010, p. 12) e eles aparecem como espaços de disputa; explica como sua condição de menor de 18 anos a coloca em uma relação de assimetria, de dominação/dependência de pessoas ou instituições e, neste sentido, o lugar do tutor/a ou autoridade é construído para protegê-la.

Este cenário de assimetria está entrelaçado com o discurso dos direitos e suas implicações. Fonseca e Cardarello (2005, p. 8) afirmam a existência de uma retórica sobre os direitos da criança, que está na existência de múltiplos discursos sociais (atores estatais, mídia, ONGs) e advertem que “os direitos humanos, de forma abstrata e descontextualizada, pouco significam. Como essa noção é traduzida em prática -e suas consequências particulares- depende das relações de poder forjadas em contextos históricos específicos e expressos em categorias semânticas precisas”.

No âmbito dessa relação tutelar, estamos interessados, especificamente, em visualizar como, por meio de determinados discursos possibilitados por intervenções técnicas, se atenta contra os processos de autonomia dos adolescentes, gerando círculos de dependência institucional. Uma circularidade no sentido de manter certa continuidade entre a pobreza, o assistencialismo e o

trânsito pelas instituições. E, também, como os sistemas sexo-gênero operam construindo intervenções técnicas generizadas (HANEY, 2002) e carregadas de concepções moralizadoras (HERNÁNDEZ, 2013; FASSIN, 2016) voltadas para as mulheres adolescentes.

O estudo começa com a introdução e explicação de seu alcance; no ponto 1 descreve as contribuições teóricas das criminólogas feministas sobre sistemas penais como tecnologias de gênero, e no ponto 2 tutela *versus* autonomia, sobre paradigmas de hibridização. No ponto 3, contém a estratégia metodológica do estudo realizado. E no ponto 4, discute-se um caso particular, Elisa, a fim de gerar uma escrita contundente (BILLING, 1994) que pode articular teoria e prática para analisar as MNPLs para, então, culminar com algumas considerações finais.

## **1. Contribuições das Criminologias Feministas: sobre sistemas penais como tecnologias de gênero**

O desenvolvimento da criminologia é amplo e extenso. Nos centramos aqui nas contribuições da criminologia feminista e com a integração de estudos de gênero (SMART, 2000; ALMEDA, 2002; PITCH, 2003; CARLEN; WORRALL, 2004; BODELÓN; AEDO, 2015). Os desenvolvimentos feministas no âmbito da criminologia explicam como o direito opera como uma tecnologia privilegiada na construção de sistemas de sexo-gênero.

O direito, como universo simbólico repleto de sentidos e significados, tem um alcance normativo que se relaciona com a concretização de diversas práticas sociais. Carol Smart (2000) classifica o direito em três esferas: a primeira afirma que a lei escrita pode ser interpretada de várias maneiras; a segunda refere-se às várias maneiras de utilizar a lei escrita por parte dos agentes da lei em suas práticas cotidianas; e, finalmente, ela afirma que o direito cria subjetividades a partir de algo mais que a soma dessas esferas.

Pensando em conjunto com autoras como Judith Butler e Carol Smart, visualizamos que o “direito” opera também como uma forma de “sexualização”. Contribuí para a construção do gênero, definindo conjuntamente o sexo e, além disso, atribuí a este sexo-gênero uma sexualidade. Neste sentido, por meio do “direito” constrói as “mulheres”, em termos de falta, submissão e dependência.

(...) como se o sexo-gênero masculino e a sexualidade que lhe acompanha fossem óbvias, ou seja, normais, no sentido justamente de ser a norma, o padrão de referência; e que hoje esta construção resulta quebrada, não unívoca, talvez autocontraditória, em qualquer caso, objeto de negociações e interpretações conflitantes (PITCH, 2003, p. 287).

Fries e Matus (2000, p. 6), a partir da suas análises, mostram a relação entre o papel simbólico do direito e seu lugar na construção do gênero, afirmando que, graças a isso, são fortalecidas as relações de dominação para as mulheres que, além de invisíveis, são colocadas como “objetos do direito”. Historicamente, o lugar reservado para as mulheres no direito às mantêm na esfera privada e, seu papel, na maternidade biológica. O direito “... transmite uma concepção de sociedade estruturada com base nas desigualdades de gênero e, a partir de esferas de ação (público-privado) diferenciadas, mantém o exercício do poder no homem”.

Para afirmar que o direito tem gênero, Smart (2000) articula três etapas. Estas têm a ver com um caminho linear temporal, mas que funcionam de modo explicativo.

A primeira etapa mostra como o direito é sexista e como as mulheres recebem tratamento diferenciado a partir de alguns padrões que se aplicam à diferença sexual. Desta forma, elas ocupam um lugar de desvantagem em comparação com os homens. Para exemplificar, pode-se mostrar como a promiscuidade sexual é entendida e penalizada de maneira diferente para mulheres ou para homens.

Na segunda etapa fala que o direito é masculino, com base na ideia de uma maior quantidade numérica de operadores jurídicos homens. As definições legais aparecem com valorações masculinizadas socioculturais, em termos de universalidade, objetividade e imparcialidade. As dificuldades relacionadas com a alegação de que o direito é masculino, estão vinculadas a entender o direito como uma unidade homogênea de práticas e discursos, sem considerar as controvérsias que habitam as teorias legais. Além disso, a categoria “homens” também se visualiza unitariamente, assimilada a valores objetivos e universais, como se os sistemas jurídicos tratassem todos os homens da mesma forma, sem levar em conta outras categorias de análise como o nível socioeconômico, raça, idade, entre outras.

A última etapa mostra que o direito tem gênero. Com base nesta afirmação, pensamos o direito como uma tecnologia de gênero, a partir de seu potencial criador e re-criador de identidades de gênero. Com este argumento, são observados os procedimentos que operam nos sistemas jurídicos e contribuem para o fortalecimento do gênero relacionado com sistemas rígidos de significação.

A partir desta perspectiva, pensamos em sistemas penais juvenis como tecnologias de gênero que produzem e definem significados relacionados com a diferenciação de gênero. De que forma isso funciona no âmbito da Justiça Penal Juvenil Uruguiaia e, especificamente, na implementação de medidas não privativas de liberdade, é parte da proposta deste trabalho.

## **2. Proteção *versus* Autonomia: sobre paradigmas de hibridização**

O século XX foi considerado por muitos como o século das crianças (FESSLER, 2008). Nos perguntamos que implicações teve para crianças e adolescentes (adiante, CA) conseguir estar no centro e na discussão de algumas questões legais como, por exemplo, a criação, pela primeira vez na história, dos Tribunais de Menores.

Donzelot (2008) teoriza sobre o “complexo tutelar” cujo objetivo é a patologização da infância, que é composta por uma série de conhecimentos psiquiátricos, psicanalíticos e sociológicos que colocam essas crianças em risco de se tornarem perigosas, um registro duplo que, por momentos, funciona de forma permutável. A infância em perigo, porque não tinha as condições ideais de criação e educação; e a infância perigosa, ligada ao crime. Nestas estruturas de entendimento, o papel dos novos tribunais juvenis tem a ver com examinar as pessoas, os menores, mais que os fatos criminosos.

Estas reformas jurídicas foram influenciadas pelo positivismo dominante dessa época, com uma forte influência da medicalização dos problemas sociais. Criança, maleável, carente, frágil, necessitando de proteção e o crime como sintoma de um estado de perigo. Nesse tecido social, surge a categoria de “menor” como uma possibilidade de preservar as palavras menino e menina, e como uma possibilidade de estabelecer classificações operacionais na infância e na adolescência. A categoria “menor” será uma subcategoria da infância que faz

referência àqueles produtos excedentes que exigem a mesma intervenção tutelar. Inicialmente, esta categoria foi vinculada ao trânsito pela educação formal, a escola; mas então ampliou seus sentidos e incluiu outros sujeitos vulneráveis em função de sua situação econômica, familiar, racial, gênero, entre outras coisas. Crianças marginalizadas no sistema escolar tornam-se sinônimo de perigo, abandono moral e/ou violação do direito penal (LEOPOLD, 2014).

Estas legalidades, enquadradas em certas contenções morais (FASSIN, 2016) e, portanto, concepções de infância e adolescência configuram o modelo “protecionista-salvacionista” compreendido na chamada *Doctrina de la Situación Irregular*, modelo hegemônico no controle sócio-penal da infância e adolescência até o início da década de 1960 (GARCÍA MÉNDEZ, 1991). No Uruguai, este modelo é operacionalizado legalmente no Código da Criança de 1934 (Lei n. 9.342/1934). A sentença indeterminada, a falta de diferenciação entre abandono e crime, “o juiz como bom pai de família”, a discricionariedade em todas as fases do processo e profissionais técnicos e especialistas em infância e adolescência são algumas das características a destacar.

Esses preceitos que rompem com a lógica clássica do direito penal - caráter retributivo da pena, a possibilidade de discernimento sobre as consequências de suas ações, a tipicidade da conduta, o princípio da legalidade formam, nas palavras de Mendez (1994) um novo acordo de cavalheiros entre as corporações médicas e jurídicas, em que a proteção é, indissolivelmente, associada à incapacidade. Assim, os/as menores seriam considerados sujeitos vulneráveis para os quais a proteção não é um direito, mas uma imposição (LÓPEZ-GALLEGO, 2017, p. 112-113).

Mas o século das crianças determina algumas singularidades quando se trata de meninas e mulheres adolescentes. Em um país como o Uruguai, que se declara laico desde o início do século XX, os sistemas penitenciários que lidam com as mulheres seguem vinculados a instituições religiosas até o final do século. Acreditamos que o modelo de tutela vai impor para as mulheres mais jovens uma punição adicional e controle vinculados à religiosidade e a esta questão permutável entre crime e pecado. O estabelecimento de “casas correccionais” na América Latina se dá pela Congregação do Bom Pastor, traçando um modelo de claustro monástico para a abordagem de “mulheres desviantes”. A preparação das mulheres para a vida doméstica e/ou servidão, por meio da desvinculação das meninas do contexto familiar e a atribuição de potencial delitivo à pobreza,



à vadiagem e/ou ao abandono, serão os pontos chaves das intervenções judiciais (AGUIRRE, 2008; JULIANO, 2009; GALEOTTI-GALMÉS, 2013).

Corpo, sexualidade e religião, uma tríade que envolve algumas subjugações para mulheres adolescentes. A abordagem tutelar ajustada com a religião se configura por meio da aplicação do castigo físico e psicológico relacionado com o corpo, especialmente, a sexualidade destas adolescentes, assim como, também, por meio de uma rígida disciplina que inclui o pecado em seu repertório de significados e ameaças de punição na vida após a morte (LÓPEZ-GALLEGO; GALEOTTI-GALMÉS; MONTES-MALDONADO, 2018).

Eu pude comprovar que a influência da Bom Pastor foi prejudicial até para as menores que não ingressaram nela, já que a ameaça desse ingresso era usada, corriqueiramente, como medida disciplinar, criando nas adolescentes um estado de angustia pelos dados oferecidos pelas menores que tinham estado ali internadas (surpreendi conversas sobre a existência de masmorras, sobre regras de silêncio e oração, sobre punição corporal, informações comentadas e exageradas pela imaginação exaltada de adolescentes). Em uma visita que fiz a uma menor que tinha sido transferida para a Bom Pasto, eu pude comprovar a rigorosa disciplina existente nesse estabelecimento (REYES, 1989, p. 23).

Não há dúvida de que a intervenção da Ordem do Bom Pastor reforça o discurso salvaguarda do momento, articulando uma tecnologia focada na reforma moral, impondo modelos femininos de mulher-mãe, mulher dona de casa e mulher servidora doméstica, e a forte disciplina que recai sobre o corpo de meninas e adolescentes.

Narrativas acerca deste passado nos permitem pensar algumas linhas de análise em relação às práticas atuais, o corpo e a sexualidade das adolescentes parecem continuar operando como chave de intervenção penal, e ser um caminho obrigatório para pensar em termos de autonomia, penalidades corpo-sexo-gênero.

Pitch (2003) estabelece uma relação estreita entre a autonomia e os corpos das mulheres, no entendimento de que as possibilidades e formas assumidas pela autonomia estão ligadas às modalidades e liberdades que podem ser pensadas em relação aos corpos das mulheres, corpos que, historicamente, têm sido considerados como objetos para os outros e têm ocupado lugares de subjugação em várias práticas médicas, jurídicas, religiosas, entre outras.

Então, nos questionamos como e quais dos processos de autonomia nos sistemas penais juvenis, em um contexto de tensão com um paradigma de proteção integral, que são traçados pelos sistemas sexo-gênero e por um enredo de tutela histórica que ainda hoje ganha relevância. Mulheres, menores que são consideradas e tratadas em função daquilo que não têm, que estão em erro e/ou pecado, e exigem que outros o forneçam com o objetivo prioritário de recuperar a perda da domesticidade (ALMEDA, 2002).

Por sua parte, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CIDC), de 1989, promulgada pelo Uruguai no ano de 1990 pela Lei 16.137/1990, configura a primeira norma internacional obrigatória, que assume a “Doutrina da Proteção Integral”. Esta nova definição marca uma nova abordagem e uma tensão entre o paradigma tutelar que postulava os/as CA como menores ou objetos de proteção, e o paradigma de direitos que os postula como sujeitos ativos de direitos (SALOMONE, 2013). Assim, a noção de autonomia progressiva se baseia no artigo 5º da CIDC, que dispõe:

Os Estados Partes devem respeitar as responsabilidades, os direitos e os deveres dos pais ou, quando aplicável, dos membros da família ampliada ou da comunidade, conforme determinem os costumes locais, dos tutores legais ou de outras pessoas legalmente responsáveis pela criança, para proporcionar-lhe instrução e orientação adequadas, de acordo com sua capacidade em evolução, no exercício dos direitos que lhe cabem pela presente Convenção.

Este artigo abre caminho para a centralidade da noção de autonomia, mas que implica um amplo debate sobre o seu alcance. Pode-se afirmar que, por um lado, CA são detentores de direitos, mas não gozam de uma autonomia absoluta, mas delineada em função do desenvolvimento e amadurecimento das suas capacidades. Isto torna-se fundamental na definição dos níveis de autonomia, e o debate tem a ver com os critérios para essa avaliação.

Etimologicamente, a autonomia vem de autos; por si só, nomos, regra/norma; e ia, ação ou qualidade; isto é, o “autogoverno” ou “a própria regra.” Em sua análise da noção de autonomia, Castoriadis (1983) levanta a questão da autonomia ter a ver com o problema do sujeito e sua relação com o outro, em que o outro é parte constitutiva. É assim que a autonomia terá um caráter intersubjetivo. Como materialidade do social, a própria regra é construída com os outros e as outras. As possibilidades de desenvolver a autonomia estão

fortemente relacionadas com CA em seus contextos familiares, comunitários e institucionais, e o grau de autonomia e as maneiras as quais pode-se acessá-la dependente, diretamente, deste contexto (FERNANDEZ, 1993). Ao que acrescentamos, que a autonomia será fortemente traçada pelos sistemas de sexo-gênero nos sistemas penais juvenis.

### **3. Estratégias Metodológicas**

O estudo que conduzimos segue os princípios de metodologias qualitativas (DENZIN; LINCOLN, 2003) para ajudar a compreender os sentidos produzidos sobre mulheres adolescentes que transitam pelas medidas não privativas de liberdade (MNPL) no Uruguai e no contexto institucional estatal que leva adiante o Programa de Medidas no privativas de libertad y mediación (PROMESEM)<sup>70</sup>, localizado em Montevideo. O Sistema Penal Juvenil Uruguai (SPJU) é composto por duas esferas para a execução de MNPL com meninas adolescentes:

- a- A esfera estatal, em que, por meio do PROMESEM, centraliza todas as execuções das MNPL para a capital Montevideo.
- b- A sociedade civil organizada (ONGs) que fornece serviços em alguns estados do Uruguai.

Na estratégia metodológica dividimos as atividades em duas fases. A primeira fase de familiarização e acesso institucional, a qual foram realizadas entrevistas com autoridades institucionais do Instituto Nacional de Inclusión Social Adolescente (INISA)<sup>71</sup> e do PROMESEM, e foram realizadas coordenações para acessar o espaço institucional e discutir as condições. Para isso, realizamos entrevistas com a gerência de pesquisa e o Conselho de Administração do INISA, e a equipe de gestão do PROMESEM.

A investigação segue os procedimentos éticos estabelecidos para pesquisa envolvendo seres humanos e tem o aval do Comitê de Ética da Faculdade de Psicologia (Universidade da República).

---

70 Em português: Programa de Medidas Não Privativas de Liberdade e Mediação.

71 Em português: Instituto Nacional para a Inclusão Social do Adolescente.

Na segunda etapa, realizamos o trabalho de campo etnográfico (GUBER, 2001) por meio de atividades, tais como o acompanhamento da transição pelas medidas não privativas de liberdade de quatro adolescentes (acompanhamento etnográfico), análise dos arquivos dessas quatro adolescentes, observação etnográfica e registro dessas atividades em dois diários de campo.

**Tabela 1 – Corpus de análise**

Atividades de familiarização institucional				
Acompanhamento etnográfico	Observação etnográfica (lugares)	Preliminar entrevistas e reuniões de coordenação	Análise de documentos	Registro de campo
Os alunos trabalharam com 10 adolescentes (2 mulheres e 8 homens)	Sala de espera, escritórios, clínicas, quarto, entrada para a instituição	Direção e subdireção; membros da equipe técnica (psicologia, serviço social e educadores/as)	Documentos institucionais; documentos para uso interno (pautas de trabalho, pautas de redação e relatórios)	Impressões, reflexões, articulação teórica (2 diários de campo)
Técnicas de produção de informação implementadas				
Acompanhamento etnográfico	Observação etnográfica (lugares)	Oficinas de discussão	Análise de arquivo /registro de intervenções	Registro de campo
4 mulheres adolescentes (durante todo o cumprimento da medida socioeducativa)	Sala de espera, escritórios, consultórios oficinas, entrada para a instituição	2	4 (arquivos sobre as 4 adolescentes)	Impressões, reflexões, articulação teórica (2) de campo diária
Fonte: Elaborado pelas autoras.				

Por meio da abordagem etnográfica (HAMMERSLEY; ATKINSON, 1994) participamos da vida diária da instituição, a fim de aprofundar os itinerários institucionais das mulheres adolescentes em relação ao cumprimento da medida judicial imposta durante, aproximadamente, um ano de funcionamento do programa.

Deste ponto de vista, nos orientaram os princípios da etnografia, mediante os quais destacamos a reflexividade e a plasticidade para realizar modificações no

trabalho de campo na presença prolongada no contexto e na observação etnográfica (GUBER, 2001; GEERTZ, 1973). A partir desta abordagem, temos a oportunidade de abordar o fenômeno por meio das perspectivas dos pesquisadores em interação com os/as agentes. Assim, a observação participante no processo adquire um lugar central, permitindo uma descrição densa (GEERTZ, 1973).

A descrição densa e seu registro no diário de campo é uma prática analítica para descrever a trama e densidade teórica dos sentidos que as diversas pessoas atribuem aos processos estudados; neste caso, a transição de mulheres adolescentes para uma MNPL no PROMESEM.

A partir de um posicionamento orientado pelo conhecimento situado (HARAWAY, 1995) e por meio da análise da nossa reflexividade (SISTO, 2008; GALLEGO, 2014) nos integramos ao contexto de investigação em que a produção de conhecimento ocorre por meio do encontro do diálogo e da transformação.

O registro no diário de campo é feito por notas de campo descritivas, notas detalhadas de observações, impressões, relatos e do cenário da investigação. Estas notas se caracterizam por serem descritivas, específicas e detalhadas, e coletarem percepções sobre o significado de situações, interpretações, conexões teóricas, experiências e reflexões sobre as observações e interações (PATTON, 2002; GUBER, 2013).

Nosso diário de campo envolve uma particularidade, de modo que o chamamos de “diário de campo ampliado”, portanto, funciona como espaço para a escrita narrativa que articula experiências, descrições, observações e interpretações, reflexivamente. Na linha de argumento de Guber (2009), a qual demonstra que a nossa principal ferramenta para investigar somos nós mesmos/as. A capacidade reflexiva e o exercício do registro faz do diário de campo ampliado um lugar onde começam a tecer as linhas de análise e a descrição densa do problema.

O processo de acompanhamento etnográfico que realizamos foi com quatro adolescentes mulheres de 15 a 17 anos, que estavam cumprindo a MNPL - liberdade condicional, aconselhamento e apoio. No presente estudo, apresentamos um relato que corresponde a transição para a medida judicial por parte de uma delas. Construímos o relato a partir da informação recolhida das observações, lendo o seu arquivo, o diário de campo e o processo de acompanhamento realizado.

Detalhamos, por meio da Tabela 2, informações sobre algumas das adolescentes acompanhadas na sua passagem pelo SPJU e os objetivos da nossa análise:

**Tabela 2 – Características das adolescentes**

Adolescente	1 Jenifer	2 Florença	3 C	4 E
Idade	15	17	17	-
Tipo de medida	Liberdade condicional	Orientação e apoio		
Tempo de medição	6 meses	2 meses	3 meses	2 meses
Crime	Ofensa grave, crime de agressão	Roubo agravado		Roubo tentado
Observações	Durante o transcurso da medida cometeu outro crime e passou uns dias em CIAF. Então estenderam os meses da medida de liberdade condicional		Anteriormente cumpriu medida privativa de liberdade	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

#### **4. Elisa**

Elisa tem 16 anos e está cumprindo uma medida de liberdade assistida por 60 dias. Ela é processada pelo crime de tentativa de roubo quando, junto a uma amiga, tenta roubar um objeto pequeno, que estava dentro de um carro e quebra o vidro do mesmo para alcançá-lo. Rapidamente, o proprietário do carro as vê, alerta a polícia e elas são capturadas, imediatamente.

Kessler (2004, p. 240) trabalha a noção de amadorismo para se referir a crimes de adolescentes. Esta noção serve para descrever o que ele diz sobre Elisa, uma racionalidade de curto prazo não antecipa as consequências de atos e é marcada por uma lógica de provisão imediata. Além disso, a lógica da provisão, caracterizada pela proximidade e impulsividade da ação, coloca em causa os fundamentos teóricos de grande parte das políticas penais, com base em um sujeito racional e macho que pode prever os custos de suas ações criminosas. “Um obstáculo central para a realização de um cálculo racional é a limitação do horizonte temporal imaginário. Para pesar, antecipadamente, as consequências de possíveis ações, necessário prever um tempo além da pró-

pria ação, cujo custo-benefício está sendo avaliado”. Isso acontece no bairro onde vivem, perto de uma delegacia de polícia, não parece haver muito planejamento nem cuidado a respeito das consequências de suas ações.

A captação dos/as adolescentes por parte do SPJU permite que o abandono ou vulnerabilidade econômica se assimilem a crimes, e a hibridização de sistemas entre a proteção e a tutela faz com que responsabilidade criminal seja confundida com tratamento. Para as adolescentes mulheres, o SPJU não só é seletivo em relação à sua pobreza, a área geográfica em que residem ou a vulnerabilidade social, mas, também, seus crimes são impactantes para a “natureza feminina” ideal e esperada por elas.

O bairro e a delegacia citados anteriormente têm uma história na família de Elisa. Ela atualmente vive com sua mãe, sua irmã pequena e um irmão mais velho. São cinco irmãos, um deles falecido. Confrontada com o questionamento do que aconteceu, Elisa se angustia muito, disse que morreu sob custódia policial, em circunstâncias pouco claras para ela e sua família e muda de assunto. Quando questionada sobre seu pai, responde que desde os 6 anos está separado de sua mãe e quase não tem relação com ele. Sua mãe trabalha como auxiliar de limpeza. A brutalidade policial já faz parte de sua vida, por meio de seu irmão morto. Por sua vez, esta é a primeira vez que entra no SPJU.

Não só ampliou, de maneira significativa, o espectro do que se considera desviado -como foi feito, resultou em uma penalização crescente de comportamentos- mas, esta extensão está associada a uma caracterização dos desviados em termos sociais, raciais e, finalmente, moral (FASSIN, 2016, p. 242).

A contenção moral do desvio por meio de todas as fases do Sistema Penal juvenil, desde a captação e os encontros da polícia em alguns bairros com os e as adolescentes, até a posterior execução de uma medida judicial vinculado a um processo de responsabilidade penal adolescente. Contenção moral que marcará o corpo das adolescentes mulheres com tarefas próprias de seu sexo-gênero, em que a correção de “domesticidade perdida” (ALMEDA, 2002) será um valor fundamental para trabalhar.

Elisa conta sobre suas rotinas. Ela vai para a cama às 5h, já que à noite, quando sua mãe chega do trabalho, ela sai para a casa dos amigos para dançar, jogar cartas, conversar, etc. Ela se levanta entre 13h e 14h, toma banho, limpa a casa e prepara comida para sua família. Às vezes, acompanha sua irmã até

a escola e, pela tarde, cuida de seus sobrinhos na casa de sua irmã, que é vizinha. Frente a este relato lhe dizemos que, na verdade, tem algumas responsabilidades que podem ser consideradas como trabalho, vinculadas ao cuidado dos outros e da sua casa. Se surpreende. É algo absolutamente naturalizado. A carga de trabalho envolvendo as tarefas domésticas e o cuidado de pessoas dependentes é invisibilizado (TURNS, 2008; CARRASCO; BORDERÍAS; TURNS, 2011) e entra em cena, vinculada ao cuidado de outras crianças.

Estudos no Uruguai mostram como persiste o padrão familista (LEITNER, 2003) para organizar as tarefas de cuidados (MALDONADO, 2016) e reflete sobre seus resultados que essa carga de trabalho recai principalmente sobre as mulheres (BATHYÁNNY; GENTA; PERROTA, 2012, 2014, 2015). A situação das pessoas de setores socioeconômicos empobrecidos mostram como o maior recurso para o cuidado é encontrado na família, já que “utilizam em maior medida o cuidado não remunerado dos irmãos maiores de 10 anos (provavelmente, irmãs), com as consequências que isto tem para o tempo disponível dessas crianças para estudar, para recreação e outras atividades” (BATHYÁNNY; GENTA; SCAVINO, 2015).

A primeira entrevista com Elisa, que realiza uma das operadoras técnicas, consiste em explicar que a duração da medida judicial é de dois meses e que o lugar institucional é o SPJU. Há várias atividades que podem ser realizadas: ioga, boxe, cerâmica, além de espaço com mestres/as que podem facilitar uma inserção educacional. Por outro lado, também é mencionado o que implica a privação de liberdade e como é diferente em relação a este tipo de medida que é cumprida em liberdade. Elisa ouve, não parece interessada em nenhuma das propostas. O que mais poderia aproximar aos seus interesses é o boxe, mas não gosta da ideia de ir sozinha, prefere ir com sua amiga. Tudo parece muito consistente com algumas das características da idade que está passando em relação a um contexto social específico.

De acordo com o quadro institucional e a intervenção proposta, Elisa tem que trabalhar com vários operadores/as técnicos/as: Psicólogo/a, professor/a, educador/a, assistente social. As possibilidades de coordenar as intervenções dentro e fora da instituição são difíceis. Às vezes, o modelo de tutela, que se apoiava na doutrina da situação irregular parece ser muito vigente, tramado com a influência religiosa que tem acompanhado as mulheres em sistemas penais de trânsito no Uruguai do século XX (GALEOTTI-GALMÉS, 2013;



LÓPEZ-GALLEGO, 2017). A educadora que trabalha com Elisa nos conta que se sente muito a diferença em relação ao trabalho realizado com adolescentes em um centro de vertente católica, e faz uma avaliação negativa do que neste espaço laico pode ser realizado. Ficamos surpresos com a afirmação “Eu lhes falo como a meus filhos, trato da mesma forma”. “Hoje eu deixei um”, comenta em relação a saída de uma adolescente. Para descrever seu trabalho, relata que a primeira coisa que faz é explicar-lhes que estão aqui cumprindo uma pena, que a pena foi decretada por um juiz e não por ela, e se eles não gostam, “sinto muito”. O Código da Infância de 1934 parece estar vigente. O juiz, como um bom pai, impõe uma sentença indeterminada, pois é para salvar essas adolescentes pobres e perigosas.

Elisa chega 40 minutos atrasada para a entrevista que tem com a referida educadora. A educadora lhe diz: “Vamos colocar os pingos nos is”, “você vem tarde porque quer vir com a sua amiga Cecilia, por isso que você confundiu o horário?” Elisa respondeu (com mal humor): “Não, não é isso, eu simplesmente dormi”. A educadora continua com o tema da amiga: “Elas se acompanham, mas também cometem o crime juntas”, “juntas para o bem e para o mal”. Os diminutivos, o tratamento infantilizado aparece como uma constante no tratamento recebido pelas mulheres nos sistemas penais (BODELÓN, 2003; CARLEN, 2010). Se somarmos o padrão histórico tutelar que tem caracterizado os sistemas penais juvenis, as mulheres menores de idade se tornam ainda mais vulneráveis por esta dupla condição: crianças e mulheres. “As crianças seguem sendo consideradas como sujeitos de direitos especialmente incompletos” (BODELÓN; AEDO, 2015, p. 233).

Neste sentido, as noções propostas pelo paradigma da proteção integral, como a autonomia progressiva, são dificultadas por contenções morais e históricas que apoiam intervenções técnicas. A educadora interrompe a conversa, fala da cédula de Identidade, diz que tem tempo para dia x, diz que ela tem que chegar pontualmente aos compromissos, ser responsável e respeitar a medida. Elisa está em silêncio, não responde, se vai e pergunta: “Onde posso assinar?” Assinar o recibo para os boletos que lhes dão para usar o transporte público, para ir e voltar das entrevistas, é um ritual burocrático. Esta cena ritual da assinatura, tanto pelo atendimento como pelos bilhetes, se constitui paradigmática em nossas observações de campo. É uma cena que mostra claramente o processo ritual e burocrático de cumprimento da medida, que marca as relações entre

as diferentes posições da equipe técnica e as adolescentes, em que a autoridade e capacidade de coerção de uns legitima a punição sobre a infração de outros.

“Seja responsável”, “respeitar a medida” são declarações que surgem neste contexto institucional, onde se trama a lógica da individualização, ativação e responsabilidade individual (MERKLEN, 2013). Os contextos socioeconômicos, culturais e as situações de vida destas adolescentes são ilusórias, e como refere Merklen (2013), o Estado se ocupa com políticas específicas (políticas do indivíduo) desses grupos de pessoas que não conseguem gerir a vida e os riscos de acordo com determinadas exigências.

## **Considerações Finais**

A análise da governamentalidade a partir da perspectiva foucaultiana é uma grande contribuição para a compreensão das formas de poder utilizadas pelos governos e estados para gerir, administrar e controlar as populações (FOUCAULT, 2006). Esta perspectiva é definida como “o sentido amplo de técnicas e procedimentos para dirigir o comportamento humano. O governo das crianças, o governo das almas e consciências, o governo casa, do estado ou de si mesmo” (FOUCAULT, 1997, p. 82 *apud* ROSE; O’MALLEY; VALVERDE, 2012 p. 114).

Nesta linha, os dispositivos jurídicos, burocráticos e administrativos integram a arte do governo, suas tecnologias e estratégias para moldar as populações. Populações, estas, que foram erigidas como objeto de estudo e necessitarão de conhecimento muito específico para alcançar sua compreensão e expandir os planos de vigilância e intervenção sobre ela. Interessa, assim, intervir e conhecer os pequenos detalhes da vida cotidiana e os hábitos de pessoas (ROSE; O’MALLEY; VALVERDE, 2012).

Por sua vez, seguimos o enfoque de análise das burocracias judiciais para o controle social sobre a infância e a adolescência, a qual contribui para pensar nas formas como as crianças/adolescentes pobres são administradas pelo Estado, como ocorrem as relações cotidianas entre atores estatais e adolescentes que cumprem a medida judicial, como são os contextos de intervenção, como eles constroem seus objetivos e relações que se produzem ali. Por sua vez, e de acordo com a proposição de Villalta (2013, p. 247), podemos constatar que,

embora o objetivo institucional de medida judicial seja trabalhar com adolescentes, não podemos pensar nela dissociada dos regulamentos sobre as relações família, discursos sobre a moralidade familiar, prescrições sobre diretrizes adequadas para os pais e, portanto, os valores associados à paternidade e, fundamentalmente, à maternidade.

Afirmamos que os sistemas penais juvenis funcionam como tecnologias de gênero, definindo sentidos, apontando práticas, pautando formatos educacionais; todos eles configuram uma performatividade de gênero que marca singularidades para as adolescentes mulheres. Assim, os processos de autonomia se tramam com o sexo-gênero e com a história tutelar, características dos sistemas penais juvenis, gerando uma hibridização de paradigmas. A Doutrina da Situação Irregular, além da Doutrina da Proteção Integral tensionam as intervenções técnicas, em termos de autonomia, responsabilidade e proteção.

Nestes marcos, os sentidos prioritários em relação às mulheres adolescentes tem a ver com o que lhes falta em termos de feminilidade e domesticidade, que se configuram como espaços relacionais infantilizados que promovem as dependências de várias instituições, incluindo as penais. A forma de avaliar as necessidades das adolescentes e a gama de propostas que são dadas a elas sobre o que fazer com opções de lazer, educacionais ou de trabalho, entre outras, as mantém em determinados círculos de precariedade e dependência institucional. De alguma forma, o discurso dos direitos e as necessidades às mantêm vinculadas a políticas sociais orientadas (programas sociais, aluguéis, rendas condicionadas, etc.) e redes institucionais e burocráticas.

A experiência de acompanhamento etnográfico nos questiona sobre como as necessidades dessas mulheres adolescentes são definidas, a partir de que lugares e discursos? Notamos que, no fundo, convergem na definição das necessidades as opiniões da equipe técnica, as ideias de políticas as quais esses adolescentes são objetos (subsídios familiares, Programa Jóvenes em Red<sup>72</sup> e outros); ou seja, uma interpretação das necessidades que se produzem a partir de alguns discursos de especialistas que são institucionalizados e legitimados pelo Estado (HANEY, 2002). De acordo com Fraser (1991), a definição das necessidades é algo controvertido que questiona quais são as necessidades, como elas são interpretadas e se é possível definir algumas como melhores

---

72 Em português: Programa Jovens na Rede.

que as outras. Apresenta e analisa o discurso das necessidades e é como foi institucionalizado como um tema central do discurso político.

Finalmente, é claro que o projeto de intervenção nestas áreas é construído sobre marcos planejados para o sexo masculino e, em função de suas características, assim como, também, em características rígidas sobre o comportamento e as necessidades das mulheres. As condutas infracionais a partir das lentes do esperado ou generalizáveis faz com que aquele movimento do lugar do esperado/naturalizado seja colocado abjeto com os efeitos da discriminação e estigmatização de gênero que isso pode gerar.

Assim, vemos a dinâmica de individualização (MERKLEN, 2013, p. 49) colocadas em jogo, onde os dispositivos que visam as subjetividades individuais geram uma exigência que tensiona a responsabilidade individual e a possibilidade de ativação para agir de uma certa maneira na vida social. Segundo Merklen (2013), “este é o significado do binômio responsabilização-ativação: ser responsável por si mesmo e ser ativo, a fim de minimizar eventuais custos na comunidade”. Questão esta, que merece uma análise particularizada para o caso das mulheres.

## **Referências**

AGUIRRE, Carlos. *Denle duro que no siente: Poder y transgresión en el Perú Republicano*. Perú: Pedagógico San Marcos, 2008.

ALMEDA, Elisabet. *Corregir y castigar: El ayer y hoy de las cárceles de mujeres*. Barcelona: Bellaterra, 2002.

BATHYANNY, Karina; GENTA, Natalia, PERROTA, Valentina. *La población Uruguaya y el cuidado: Persistencias de un mandato de género*. CEPAL Serie Mujer y Desarrollo n. 17. Santiago de Chile: CEPAL, 2012.

BATHYANNY, Karina; GENTA, Natalia, PERROTA, Valentina. *Las representaciones sociales del cuidado infantil desde una perspectiva de género: Principales resultados de la Encuesta Nacional sobre Representaciones*

Sociales del Cuidado. *Papers*, v. 99, n. 3, p. 335-354, 2014. Disponible em: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/papers.686>

BATHYÁNNY, Karina; GENTA, Natalia, PERROTA, Valentina. Usos del tiempo y desigualdades de género en el trabajo no remunerado. En: BATHYANNY, Karina. *Los tiempos del bienestar social: género, trabajo no remunerado y cuidados en el Uruguay*. Montevideo: INMUJERES-MIDES, 2015, p. 45-86.

BATHYÁNNY, Karina; GENTA, Natalia; SCAVINO, Sol. Análisis de género de las estrategias de cuidado infantil en Uruguay. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 163, p. 292-319, 2015. Disponible em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053143710>

BILLIG, Michael. Repopulating the Depopulated Pages of Social Psychology. *Theory and Psychology*, v. 4, n. 3, p. 307-335, 1994.

BIRGIN, Haydée (Ed.). *El Derecho en el Género y el Género en el Derecho*. Buenos Aires: Biblos, 2000b.

BIRGIN, Haydée (Ed.). *Las trampas del poder punitivo: El Género del Derecho Penal*. Buenos Aires: Biblos, 2000a.

BODELÓN, Encarna. Género y sistema penal: los derechos de las mujeres en el sistema penal. En: BERGALLI, R. (Ed.). *Sistemas penales y problemas sociales*. Valencia: Tirant lo blanch, 2003. p. 451-486.

BODELÓN, Encarna; AEDO, Marcela. Las niñas en el sistema de Justicia Penal. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, v. 49, p. 219-236, 2015.

BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. México, DF: Paidós, 2001.

CARLEN, Pat. *A criminological imagination: Essays on justice, punishment, discourse*. Farnham: Ashgate, 2010.

CARLEN, Pat; WORRALL, Anne. *Analysing Women's Imprisonment*. London: Willan, 2004.

CARRASCO, Teresa; BORDERÍAS, Cristina; TORNS, Teresa. Introducción. El trabajo de cuidados: antecedentes históricos y debates actuales. En: CARRASCO, Teresa; BORDERÍAS, Cristina; TORNS, Teresa. (Eds.). *El trabajo de cuidados: Historia, teoría y políticas*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. *La institución imaginaria de la sociedad I*. Barcelona: Tusquets, 1983 (1975).

DE LAURETIS, Teresa. *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction*. Londres: Macmillan, 1989.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Ivonne. *The Landscape of Qualitative Research: Theories and Issues*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2003.

DONZELOT, Jacques. *La policía de las familias*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2008.

FASSIN, Didier. *La fuerza del orden: Una etnografía del accionar policial en la periferias urbanas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

FESSLER, Daniel. El siglo de los niños. En: FESSLER, Daniel; HEGUY, C. Gómez (Comp.). *Sistema Penal Juvenil*. Montevideo: CIEJ, 2008.

FONSECA, Claudia; CALDERELLO, Andrea. Derechos de los más y menos humanos. En TISCORNIA, Sofía y PITA, María (Eds.). *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil: Estudios de antropología jurídica*. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

FOUCAULT, Michel. Verdade, poder e si mesmo. In: MOTTA, Manoel Barros da. *Foucault: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 294-300.

FRASER, Nancy. La lucha por las necesidades: Esbozo de una teoría crítica socialista-feminista de la cultura política del capitalismo tardío. *Debate Feminista*, n. 3, p. 3-40, 1991.

FRIES, Lorena; MATUS, Verónica. *La ley hace al delito*. Santiago de Chile: LOM/La Morada, 2000.

GALEOTTI-GALMÉS, Raquel. *Adolescentes infractoras: discursos y prácticas del sistema penal juvenil uruguayo*. Montevideo: Psicolibros-Waslala, 2013.

GARCÍA MÉNDEZ, Emilio. *Niño abandonado, niño delincuente*. Nueva Sociedad, n. 112, 1991. p. 124-135.

GEERTZ, Clifford. *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa, 2005 (1973).

GUBER, Rosana. *El salvaje metropolitano: Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

GUBER, Rosana. *La articulación etnográfica*. Buenos Aires: Biblos, 2013.

GUBER, Rosana. *La etnografía, método, campo y reflexividad*. Bogotá: Norma, 2001.

HAMMERSLY, Martyn; ATKINSON, Paul. *Etnografía: Métodos de investigación*. Barcelona: Paidós, 1994.

HANEY, Lynne. *Inventing the needy: gender and the politics of welfare in Hungary*. Berkeley: University of California Press, 2002.

HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza*. Madrid: Cátedra, 1995.

HERNÁNDEZ, Fernando. Cárceles de mujeres del novecientos: una práctica de siglos. En: OLIVER, P. (Coord.). *El siglo de los castigos: prisión y formas carcelarias en la España del siglo XX*. Madrid: Anthropos, 2013.

JULIANO, Dolores. Delito y pecado: La transgresión en femenino. *Política y Sociedad*, v. 46, n. 1-2), 2009, p. 79-95.

KESSLER, Gabriel. Las transformaciones en el delito juvenil en Argentina y su interpelación a las políticas públicas. En: POTTHAST, Juliana Ströbele-Gregor; WOLLRAD, Dörte, (Eds.). *Ciudadanía vivida, (in)seguridades e interculturalidad*. Buenos Aires: Nueva Sociedad, 2008. p. 231-245.

KESSLER, Gabriel. *Sociología del delito amateur*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

LEITNER, Sigrid. Varieties of familialism: The caring function of the family in comparative perspective. *European Societies*, v. 5, n. 4, p. 353-375, 2003. Disponible en: <http://dx.doi.org/0.1080/1461669032000127642>

LEOPOLD, Sandra. *Los laberintos de la infancia: Discursos, representaciones y crítica*. Montevideo: Ediciones Universitarias, 2014.

LÓPEZ-GALLEGU, Laura. Proceso de reflexividad en un contexto de privación de libertad de adolescentes mujeres. *Psicología & Sociedade*, v. 26, n. 3, p. 603-612, 2014. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000300009>

LÓPEZ-GALLEGU, Laura. Procesos de constitución del sistema penal juvenil uruguayo. ¿Paradigmas híbridos? *Revista Crítica Penal y Poder*, n. 12, mar, p. 109-125, 2017.

LÓPEZ-GALLEGU, Laura; GALEOTTI-GALMÉS, Raquel Galeotti; MONTES-MALDONADO, Cecilia. Gestión de las sexualidades en los sistemas penales: las adolescentes mujeres. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 16, n. 1, ene/jun, p. 413-426, 2018. Disponible en: [doi:10.11600/1692715x.16126](https://doi.org/10.11600/1692715x.16126)

MERKLEN, Denis. Las dinámicas contemporáneas de la individuación. En: CASTEL, Robert, KESSLER, Gabriel, MERKLEN, Denis; MURARD



(Eds.). *Individuación, precariedad, inseguridad: ¿desinstitucionalización del presente?* Buenos Aires: Paidós, 2013. p. 45-86.

PATTON, Michael. *Qualitative research & evaluation methods*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2002.

PITCH, Tamar. *Un derecho para dos: La construcción jurídica de género, sexo y sexualidad*. Madrid: Trotta, 2003.

REYES, Reina. *Psicología y Reeducción de la adolescente*. Montevideo: EPPAL-CFEE, 1989.

ROSE, Nikolas; O'MALLEY, Pat; VALVERDE, Mariana. *Gubernamentalidad*. Astrolabio: Nueva Época 8, 2012.

SALOMONE, Gabriela. *La noción jurídica de autonomía progresiva en el campo de la niñez y adolescencia: incidencias subjetivas e institucionales*. Trabajo presentado en el V Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología, XX Jornadas de Investigación, IX Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología-Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013. Disponible en: <http://www.academica.org/000-054/56>

SISTO, Vicente. La investigación como una aventura de producción dialógica: La relación con el otro y los criterios de validación en la metodología cualitativa contemporánea. *Psicoperspectivas*, v. VII, p. 114-136, 2008.

SMART, Carol. La teoría feminista y el discurso jurídico. En: BIRGIN, Haydée (Ed.). *El Derecho en el Género y el Género en el Derecho*. Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 31-71.

TORNS, Teresa. El trabajo y el cuidado: cuestiones teórico-metodológicas desde la perspectiva de género. *EMPIRIA Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, n. 15, p. 53-73, 2008.

URUGUAY. Ley n. 9.342. *Código del Niño*. (1934). Disponible en: <http://www.montevideocontigo.org/documentos/Codigo-del-Nino.pdf>

URUGUAY. Ley n. 16.137. *Convención sobre los Derechos del Niño*. (1990). Disponible en: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=16137&Anchor=>

VERA, Willian, MONTES-MALDONADO, Cecilia. & DE LA BARRA, Carina. Los cuidados en infancia: regímenes y arreglos familiares en Chile y Uruguay. *Psicoperspectivas*, v. 15, n. 3, 2006. p. 34-45.

VIANNA, Adriana. Derechos, moralidades y desigualdades: consideraciones a partir de procesos de guarda de niños. En: VILLALTA, Carla. *Infancia, Justicia y Derechos Humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010.

VILLALTA, Carla. Un campo de investigación: las técnicas de gestión y los dispositivos jurídico-burocráticos destinados a la infancia pobre en la Argentina. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n, 2013.

# Prevenção da Violência Sexual em Conflitos Armados: Da Mudança Estrutural à Mitigação de Danos

Isabel C. Jaramillo-Sierra

## Introdução

Nas últimas quatro décadas, foram empreendidos muitos esforços por parte das feministas para reduzir a violência que as mulheres sofrem. Dentre eles, busca-se redefinir a violência sexual para melhor compreender a experiência das mulheres. Outros destinam-se a melhorar os argumentos e estratégias para punir de forma mais eficaz a violência sexual. Neste capítulo, pretendo mostrar como estas estratégias relegam à prevenção ou, melhor, apostam na prevenção a longo prazo que, por um lado, concentra-se em aparatos culturais e, por outro lado, na prisão. Em particular e, utilizando o caso do conflito armado colombiano, proponho revisitar propostas de prevenção já tentadas em outros contextos e que ainda não se firmaram completamente no contexto colombiano: a formação das mulheres em técnicas feministas de autodefesa e a modernização das forças armadas, a fim de alcançar uma representação conjunta das mulheres. Para isso, começarei caracterizando os esforços atuais em relação a violência sexual com o problema da prevenção. A seguir, apresentarei os dados existentes sobre a violência sexual em conflitos armados na Colômbia e como as estratégias existentes conseguiram impactar esta violência. Partindo de uma visão pessimista em relação a estratégia atual, mas reconhecendo o valor de priorizar estes casos e exigir suficiente atenção para eles, justifico os ganhos que poderiam ser obtidos em matéria de redução da violência sexual a partir de intervenções pontuais em matéria de educação em técnicas feministas de autodefesa e em matéria de modernização das forças armadas com perspectiva de gênero. Por fim, nas conclusões aponto as formas pelas quais o trabalho que vem sendo feito pode ser operado de forma “paralela” às estratégias propostas.

## 1. Aposta feminista pela mudança estrutural

O trabalho das feministas sobre violência sexual nas últimas décadas, na minha opinião, tem sido intensamente preocupado com mudanças estruturais e de longo prazo. Como apontou Halley (2006), há uma predominância marcante do feminismo radical e do feminismo liberal na compreensão da sexualidade e da violência, observável a partir da década de 1990. Esses dois olhares têm argumentos distintos e propõem intervenções também diferentes, incluindo diferentes aproximações ao problema da prevenção. Eles podem, no entanto, operar juntos ou isoladamente e reforçar uns aos outros, de forma positiva ou negativa. O que eles têm em comum e quero destacar aqui, é um olhar para a prevenção da violência sexual que identifica e estrutura os resultados a longo prazo, para além dos casos particulares.

Com efeito, “para as feministas radicais, o problema do ‘sexo’ reside na sua capacidade de criar uma realidade na qual as mulheres são um ‘objeto’ do desejo do homem que, em oposição, é configurado como ‘sujeito’” (MACKINNON, 2006b, p. 176). Diante dessa diferença, “a erotização da dominação é afirmada como constitutiva do mundo e as mulheres como irremediavelmente subordinadas a esse mundo” (MACKINNON, 2006b, p. 178). Em um mundo que se constrói em significados, requer que trabalhemos com os significados e, portanto, nos concentremos no que Althusser (1988) chamava de aparelhos culturais ou “ideológicos”. A crítica jurídica ao aparato conceitual da violência sexual é, portanto, considerada uma parte importante da luta feminista (MACKINNON, 2006a). Da mesma forma, intervenções nos meios de comunicação, em programas de televisão e em cenários educacionais são consideradas particularmente adequadas para produzir as transformações idealizadas<sup>73</sup>. Os protestos dos jovens americanos contra os impérios da beleza na década de 1960, por exemplo, ainda são lembrados hoje como uma intervenção paradigmática do feminismo radical<sup>74</sup>. Mais recentemente, fenômenos de mobilização como as campanhas #MeToo e #NenhumaMenos podem ser relacionados com o olhar do feminismo radical e seus apelos à ação cultural.

---

73 Jaramillo-Sierra (2007) discorre sobre as lutas feministas para reconceitualizar a liberdade de expressão, para que a expressão seja também responsável pelo mundo que produz.

74 Echols (1989) retrata o feminismo radical nos Estados Unidos entre 1960 e 1990. Vale a pena ler.

Do ponto de vista do mundo e da realidade, sendo um único ato de violência sexual, falar sobre sua “prevenção” não faz sentido, nem faz sentido isolar “casos” ou “eventos” de violência sexual. Apenas uma mudança estrutural, ou seja, uma mudança no mundo ou na realidade permitiria fazer tais distinções: a violência deixaria de ser o meio o qual vivemos, para tornar-se um acidente na vida das pessoas. Há que se apostar nessa mudança, ao invés do desgaste com as aparências.

Feministas liberais, por sua vez, parecem ir para o outro extremo. Fiéis ao pensamento liberal, preferem ver o mundo como constituído por suas próprias escolhas e o gênero como uma delas<sup>75</sup>. Por essa razão, é admissível a violência sexual como “evento” ou “fato”, embora seja presumível como “excepcional” ou “isolada”, na qual a liberdade básica de escolher a pessoa, o momento, a intensidade, os atos que produzem prazer -liberdade básica, no sentido em que é assumida como “natural” ou “pré-política”-, é retirada ou destruída por alguém que impõe suas próprias escolhas. Diante da violência sexual, as liberais exigem, em primeiro lugar e, sobretudo, que a comunidade admita que o que aconteceu é um dano e, em segundo lugar, que se responsabilize para que o dano não aconteça novamente sobre a mesma pessoa, nem com ninguém. Enquanto a comunidade se materializa nas autoridades estatais, a demanda se traduz em colocar em ação o aparato de investigação, judicialização e punição do Estado. Como a violência sexual está presente nos Códigos Penais liberais, o trabalho está orientado, mais especificamente, para punir a violência sexual como dano à mulher -e não ao pai ou marido, em sua propriedade ou em sua honra-, e analisar o depoimento da mulher, nesses casos, usando os mesmos padrões utilizados para os depoimentos dos homens, especialmente, eliminando a necessidade de provar o que foi dito e eliminando o uso do contexto para supor o consentimento da mulher.

A convicção de que a violência sexual ocorre em casos isolados e não da maneira “normal” de conduzir as relações entre homens e mulheres, é crucial na narrativa feminista liberal. Por um lado, se o “normal” é o que as feministas chamam de violência, então não se pode dizer que é “normal” ter liberdade de escolha.

---

75 Os pensadores liberais clássicos, claro, em geral, se abstiveram de falar de gênero como parte da natureza humana. No entanto, o método pelo qual chegaram a concluir que o Estado tem o dever de proteger “direitos”, por meio de suas autoridades, tem sido intensamente usado pelas feministas.

Ou seja, se for aceito que a violência é o “normal”, a possibilidade de reivindicar o direito por meio da “natureza” humana se perde. Por outro lado, se a resposta fosse investigação, judicialização e punição, o número de eventos excederia a capacidade das autoridades e a resposta voltaria a ser banal.

Para as feministas liberais, a prevenção deve ocorrer, principalmente, por meio da educação ou do conhecimento, que é como elas acreditam que possa mudar o mundo e, subsidiariamente, por meio da punição que, por si só, torna-se parte central da estratégia. Segundo a teoria liberal da punição, as liberais esperam que punindo alguns casos não ocorre mudanças apenas na conduta de quem sofre diretamente com a punição, mas na população em geral, que, dessa forma, será capaz de identificar comportamentos socialmente reprováveis e sentir temor por sofrer a mesma punição, caso faça o mesmo. A prevenção, então, também é confiada à estrutura e, a longo prazo, em dois sentidos. Em primeiro lugar, a principal ferramenta é a educação, por entender que ensinar é, principalmente, o que se faz com as crianças nos primeiros anos de suas vidas. Em segundo lugar, espera-se que a judicialização e a punição produzam resultados preventivos, também, por via ampla e indeterminada.

Como apontei na introdução, estratégias radicais e liberais não operam necessariamente juntas, mas podem e, de fato o fazem, em certos contextos. Com efeito, como em outras áreas, as ações das radicais e das liberais poderiam ocorrer em “paralelo” e sem “interferência”, mantendo-se, umas e outras, ignorantes ou críticas às ações de suas colegas. O que de fato aconteceu, no entanto, é que as liberais “extraíram” o argumento radical e estenderam o impulso punitivo além do que as radicais, em qualquer circunstância, considerariam desejável e além do razoável, em termos de seu próprio marco teórico. Incorrem, eu diria, em uma série de exageros destinados a assegurar a judicialização e a punição, e defendem o que seria um verdadeiro excesso punitivo.

Ao rever as estratégias, os três exageros mais importantes por trás do trabalho de judicialização e punição têm a ver, precisamente, com duas linhas de destaque na reforma do direito penal das feministas liberais. O primeiro dos exageros, seria sobre a palavra da mulher.

Se, no marco inicialmente desenhado pelas liberais, a palavra da mulher tende a ser questionada, especialmente, quando o gênero está em jogo, as feministas liberais, adotando ideias radicais, afirmam que sempre que vítima de violência sexual, a palavra da mulher deve ser considerada. As liberais che-

gam a essa conclusão, quase sem querer, quando apoiam todas as mulheres que fazem uma reivindicação e encontram, para cada uma, um argumento que lhes dá credibilidade: havia boas razões para falar e também para calar; é apropriado dar nomes e detalhes, e tudo bem se não der nenhum; seu passado não importa, as particularidades do encontro sexual tampouco; resumindo, tem que acreditar porque tem que acreditar. A credibilidade das mulheres é reforçada com uma autorização generalizada para investigar a conduta dos acusados: toda prova que seja obtida em relação ao agressor e possa ser levada ao processo é considerada adequada e possível.

Utilizando as ideais das radicais, as liberais também exageram quando dizem que o dano sexual é o mais grave que sofrem as mulheres e que, enquanto não for solucionado, não serão capazes de recuperar seu senso de identidade e de propósito. A centralidade da sexualidade não faz parte do pensamento liberal clássico, segundo o qual a liberdade e a propriedade são as garantias mais importantes. Embora, no caso da violência sexual a garantia da liberdade esteja em jogo, alguns diriam que a propriedade também está, pois a violência sexual afeta a integridade do corpo que é o primeiro objeto sobre o qual temos direitos. O que é estranho ao pensamento liberal é que a violação deste direito possa estar acima de outros. Para as liberais, todos os direitos relacionados com a “natureza humana” são igualmente importantes e definitivos para o indivíduo.

Ao insistir que deve haver punição toda vez que uma mulher exige, acaba incorrendo em punição excessiva, na medida em que acaba exigindo uma punição que não pode ser justificada do ponto de vista radical, nem do ponto de vista liberal. Do ponto de vista radical, socorrer-se às autoridades estatais tem um problema de origem e supõe que a realidade pode ser transformada acudindo atores secundários e suspeitos, pois não só possuem poucas capacidades para construir o mundo, mas participam do mundo que deve transformar-se, a tal ponto que nada que fazem pode ser considerado útil. Se a isso somar o dano que é causado a quem efetivamente acaba punido, pode-se dizer que o excesso resulta em fazer muito algo que não produz muitos resultados positivos, mas que causa danos significativos. Do ponto de vista liberal, generalizar a violência como dano e maximizar sua importância implica deixar de ver a violência como uma “exceção” à normalidade. Se a violência não é mais

a “exceção”, o marco liberal nem a explica, nem é capaz de dar-nos respostas adequadas para reduzi-la.

Esse excesso de punição, proponho, pode ser uma boa razão para repensar a prevenção do ponto de vista feminista. Em particular, podemos perguntar se há algo que possamos fazer para reduzir a quantidade de danos que as mulheres realmente sofrem, sem afetar negativamente os esforços de mudança estrutural que a maioria das feministas estão apostando. Na próxima seção, utilizo o caso do conflito armado colombiano para mostrar como seria uma estratégia feminista, orientada para a redução de danos.

## **2. Mitigando a violencia sexual no conflito armado colombiano**

Reduzir ou mitigar danos implica aceitar noções liberais sobre o dano e sua excepcionalidade ou, ao menos, sobre a capacidade de comparar e contrastar danos entendidos como “eventos” ou “fatos isolados”. Embora o impulso radical nos diga que distinguir os danos e mostrá-los como excepcionais é negar até que ponto tais danos são possibilitados por uma estrutura que os produz e justifica, e também é negar até que ponto só a sorte é responsável por ocorrer com uma e não com as outras há, ao menos, duas razões para persistir nas distinções. A primeira razão, é que as próprias mulheres vivem em distinções. Não é verdade que consideramos que ser estuprada, mutilada e assassinada dá no mesmo que fazer sexo rotineiro com nossos parceiros, que fazer sexo agradável. Embora todas essas circunstâncias sejam possíveis em uma estrutura de erotização da dominação, a morta, a adormecida e a vendida estão diferentemente situadas diante dessa estrutura: enquanto a primeira conta a história exemplificante do que, em última análise, nos faz a erotização da dominação, e a segunda não se diverte, mas sobrevive, a terceira não está sequer passando mal. Além disso, as mulheres vivem a sexualidade de forma diferente porque não estão situadas frente à ela de forma igualitária, em termos de classe, raça, etnia, religião, etc. Na medida em que a regulação do gênero e da reprodução, por meio do direito de família, tem sido crucial na produção e estabilização das diferenças de classe e raça, assumir que os “danos” nesta área são iguais para todas as mulheres é universalizar, injusti-



ficadamente, um ponto de vista. A segunda razão, talvez a mais importante, é que à luz das restrições aos recursos políticos e econômicos, aos quais somos sempre invocadas, aceitar as distinções como ponto de partida pode facilitar a mobilização desses recursos.

Se aceitarmos essas razões metodologicamente, três passos poderão ser vistos como obrigatórios: 1) delimitar em termos espaciais e temporais a situação de intervenção; 2) verificar o número e o tipo de casos ocorridos; 3) identificar as características das vítimas e dos agressores, em termos de, pelo menos, classe e raça. Estes três passos envolvem a coleta de “dados”. Os dados, claro, são sempre “infectados” pelo ponto de vista de quem os coleta, mas a posição aqui, é que precisamos partir de alguma representação razoável da situação para poder repensar, de forma concreta, com quem e como trabalhar.

## **2.1 Os fatos da violência sexual no conflito armado colombiano**

Nos últimos dez anos, foram feitas várias pesquisas sobre a violência sexual no conflito armado da Colômbia. O debate que estas pesquisas suscitaram permitiu avançarem dados detalhados, embora sigam tendo o viés de quem os coleta -as organizações femininas- e, embora a continuidade do conflito faça com que as vítimas não possam denunciar os fatos com a precisão necessária para efetuar investigações conclusivas. Os dois últimos estudos são de 2016 e 2017 e cada um nos dá uma versão dos fatos. Esses fatos, como mostrei, tornam-se relativamente irrelevantes à luz da teoria dominante sobre violência sexual e do que podemos fazer como sociedade para mudá-la.

O estudo publicado em 2016 corresponde a um “Levantamento de Prevalência da Violência Sexual em Conflito Armado” realizado por uma equipe liderada por Olga Amparo Sánchez, no âmbito da Campanha *Violaciones y otras violencias: Saquen mi cuerpo de la guerra*<sup>76</sup>, de um grupo de 13 organizações não-governamentais<sup>77</sup>. Este estudo quantitativo, mas exploratório, incluiu 1.954 mulheres de 15 municípios representativos dos 142 municípios, os quais, segundo dados da Defensoria Pública, há alertas relacionados ao confli-

---

76 Traduzindo: Violações e outras violências: Tirem meu corpo da guerra.

77 A pesquisa está disponível no site *Humanidad Vigente*.

to armado. Esses 142 municípios incluem 107 de menos de 10 mil habitantes, mas também as cidades de Bogotá, Medellín e Cali, com mais de 2 milhões, cada uma. Além do cuidado na elaboração da amostra e na realização de inquéritos, a equipe redefiniu a violência sexual para incluir, juntamente e além do estupro, trabalho doméstico forçado, a regulação da vida social, a gravidez forçada, prostituição forçada, aborto forçado, esterilização forçada e assédio sexual. Acolhendo a jurisprudência da Corte Constitucional, o estudo não exclui os casos em que esses fatos são perpetrados por um membro da família.

A pesquisa mostrou uma prevalência de 18,3% da violência sexual relacionada a conflitos armados, com taxa de denúncia de 22%. Isso significa que cerca de 18,3% da população de mulheres maiores de 15 anos, que vivem em áreas afetadas por conflitos provavelmente foram vítimas de violência sexual. Os eventos de maior ocorrência foram a regulação da vida social e o assédio sexual, com 64,2% e 45,4% de incidência, respectivamente. Do total de casos de violência sexual, 16,8% foram de estupro. As mulheres mais vitimadas foram as que se autodeclararam como negras e as menores de 24 anos (e maiores de 15 anos, já que não se encontraram mulheres com menos idade). As Forças Armadas são responsáveis por um pequeno número de casos, em comparação com atores ilegais e aqueles listados como “determinados”, mas não pertencentes a nenhuma dessas categorias (provavelmente parentes das vítimas).

A pesquisa *online* com intuições feministas amplia o espectro do que deveria ser preocupante e do que deveríamos incluir na ordem do dia, ao mostrar-nos que o que acontece com mais frequência é uma regulação da vida social, que só se torna aceitável como parte de uma normalidade que é aceita por fora do conflito. Ao incluir os familiares, o exercício borra ainda mais a linha entre o excepcional do conflito armado e o normal da vida cotidiana, para exigir que trabalhem de forma mais abrangente em ambos os campos.

O estudo de 2017, chamado *La Guerra Inscrita em el Cuerpo*, foi realizado pelo *Centro de Memória Histórica*, com metodologia, principalmente, qualitativa, embora também informe dados quantitativos recuperados pelo Observatório da Memória Histórica<sup>78</sup>. O estudo propõe distinguir a violência que ocorre no momento da ocupação ou tomada de territórios, daquela que ocorre durante o controle territorial por parte de algum grupo ilegal e, final-

---

78 O estudo está disponível integralmente no site do *Centro de Memória Histórica*.

mente, da violência que ocorre dentro das fileiras. Como a pesquisa identifica uma maior vitimização das meninas e da população afro e indígena, o estudo enfatiza as narrativas de justificação da violência sexual que a levaram a ser tolerada e pouco denunciada. Em particular, refere-se a ideias sobre a disciplina das mulheres e sua devida conduta sexual e moral.

O estudo de dados quantitativos coletados pelo Observatório de Memória e Conflitos (OMC) mostra que, dos quase quinze mil casos notificados para os anos de 1958 a 2017, pouco mais da metade ocorreu entre 1997 e 2005, época de expansão paramilitar. Nesse período, mais da metade dos casos foram atribuídos a grupos paramilitares operando no território, e um quarto às guerrilhas. Os atores estatais, neste caso, aparecem como responsáveis por uma pequena fração dos fatos relatados. Isto contrasta, fortemente, com os dados e ditames da medicina legal, em que aproximadamente a metade dos casos são atribuídos a membros das forças armadas. Os dados quantitativos também mostram, na revisão de 2000, registros com essa especificação, que o crime mais comum é o acesso carnal violento, tortura e assédio sexual. No caso dos homens, a nudez forçada é relatada como o crime com maior incidência.

Seguindo a linha proposta pelas feministas para enfrentar a violência, o estudo do *Centro de Memória Histórica* enfatiza as ideias culturais subjacentes à violência e a necessidade das entidades estaduais melhor lidarem com as denúncias e judicializarem adequadamente. Refere-se, também, às obrigações legais dos centros médicos em relação ao atendimento às vítimas de violência sexual em conflito armado. As diferenças entre tipo de ator armado, a idade e a etnia tornam-se pouco importantes na estratégia de abordagem, exceto para enfatizar a “abordagem diferencial” no cuidado.

### **3. O que “sabemos” sobre a prevenção da violência sexual em conflitos armados**

Embora os estudos atuais sobre violência sexual em conflitos armados tenham sido inspirados, predominantemente, por instituições feministas, e cheguem a conclusões que refletem as ênfases dessa estratégia, o trabalho “cultural” e a judicialização, as descrições que temos sobre como, quando e onde a violência ocorre, são muito importantes para pensar em novas (e

complementares) estratégias. Proponho revisar as evidências que temos em trabalhos não feministas, em torno de três temas: modernização das forças militares; treinamento em autodefesa para mulheres; e fortalecimento da própria justiça para enfrentar casos de violência sexual.

### **3.1 A modernização das forças armadas como estratégia de prevenção**

A literatura sobre violência sexual em conflito armado, que tem examinado características relacionadas a atores armados constatou que não há um vínculo importante entre a natureza étnica do conflito e a intensidade ou importância da violência sexual e que, ao contrário, os elementos mais influentes nesse desfecho são a natureza regular ou irregular do conflito e a intensidade ou quantidade de ações bélicas. Verificou-se, também, que a importância da violência sexual no conflito tende a estar associada a características do país, como a corrupção, o PIB *per capita* e a democracia (BUTLER; GLUCH; MITCHELL, 2007). Dado que os governos não conseguem intervir na organização e funcionamento de forças irregulares, a ênfase girou em torno das melhores estratégias para modificar o comportamento dos militares.

A literatura mostra duas respostas reiteradas à questão da modernização das forças armadas para reduzir a violência sexual no conflito. A primeira, é realizar oficinas de conscientização ou treinamento sobre questões de gênero. A avaliação dessa estratégia, no entanto, tem sido negativa. Embora não se desconfie da importância da educação e o abandono dos estereótipos, verifica-se ser francamente insuficiente o que, sob este nome, avança e, portanto, muito pouco ou nada se alcança (MACAY, 2003). A segunda, é aumentar o número de mulheres dentro das forças armadas. Aqui, duas experiências negativas foram experimentadas: primeiro, o problema da violência sexual se move para a mesma direção: as mulheres, dentro das forças armadas, são expostas a um alto risco de violência sexual quando se envolvem em atividades iguais às dos homens; segundo, as mulheres acabam aprovando comportamentos negativos de seus pares ou mesmo tendo comportamentos com níveis mais elevados de crueldade (COCK, 1994).

À luz desses achados, “propôs-se intervir na redução dos níveis de corrupção das forças armadas, por meio de melhores processos de recrutamento e compensação, econômica e não econômica, para incentivar o monitoramento de regras e para

desencorajar comportamentos irregulares” (BUTLER; GLUCH; MITCHELL, 2007, p. 679-680). Espera-se que esses incentivos levem a um maior cumprimento das regras existentes, incluindo as relacionadas à violência sexual, mesmo que não sejam diretamente destinadas à mudança de estereótipos de gênero. Aumentar o número de mulheres nas forças, superior a trinta por cento, é uma alternativa adicional para chegar a uma massa crítica (SEGAL, 1995).

### **3.2 A autodefesa como estratégia de proteção de meninas e adolescentes em áreas rurais**

Como mostram os dados, mulheres entre 15 e 24 anos estão especialmente expostas à violência em conflitos armados. Isto se confirma com os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, que mostra que as mulheres jovens das áreas rurais, em geral<sup>79</sup> estão mais expostas à violência sexual. Embora não apenas as mulheres jovens das áreas rurais tenham sofrido violência sexual por conflitos armados, dado os componentes rurais que teve, no momento de priorizar, seria razoável trabalhar especificamente com esse grupo.

Trabalhar com mulheres jovens em áreas rurais é um desafio particular, dada a sua dispersão no território e as dificuldades que enfrentam para concluir seus estudos. Esses mesmos desafios estão ligados à sua exposição à violência sexual que, em muitos casos, ocorre em lugares isolados, a caminho da escola ou do trabalho. Ensinar técnicas básicas de autodefesa pode ser, por essa razão, uma solução aconselhável. Pode-se ensinar relativamente rápido e seus resultados chegar em pouco tempo, podendo servir para além da prevenção da violência sexual por parte de estranhos.

A ideia da autodefesa feminista foi desenvolvida nos Estados Unidos, nos anos 70 e 80 do século passado (SEARLES; BERGER, 1987). Foi levantada como uma alternativa à posição da polícia de ensinar as mulheres a não resistir aos perigos que poderiam enfrentar se tentassem. As mulheres estavam convencidas de que deveriam contar com mais ferramentas que a resignação. Também, surgiu como alternativa aos cursos de artes marciais oferecidos por homens e até mesmo aqueles oferecidos por mulheres. Se considerava que estes cursos estavam focados em processos de longo prazo e que a taxa de retirada daqueles que os tomaram era muito alta e muito prematura.

---

79 A pesquisa está no site PRO FAMÍLIA.

A autodefesa feminista teve como objetivo, especificamente, dar às participantes um repertório de estratégias a serem aplicadas em casos concretos. A ideia, era que essas estratégias pudessem ser aprendidas rapidamente, levando em conta a real força e velocidade das mulheres médias (SEARLES; BERGER, 1987). Serles e Berger (1987) apontam que a principal razão pela qual essa estratégia que se tornou amplamente difundida nos Estados Unidos deixou de ter relevância, foi a transformação sofrida pela organização líder. O Conselho Nacional de Autodefesa das Mulheres deixou de ser uma organização voluntária para se tornar uma organização com fins lucrativos. As discussões em torno do dinheiro quebraram alianças internas e, ocasionalmente, levaram ao fim da organização.

Embora o elemento filantrópico e político da experiência americana não deva ser desprezado, parece razoável propor que algo dessa natureza seja adotado pelas organizações de mulheres e que, com o apoio do Estado, deve ser ensinado como parte do condicionamento físico que, em todo caso, as jovens devem receber no sistema escolar. Os custos seriam claramente menores do que aqueles que venham de uma judicialização.

### **3.3 O julgamento da violência sexual por autoridades próprias**

A Constituição colombiana concedeu às autoridades dos povos indígenas o poder de criar leis e julgar casos em seus territórios (artigo 246 da Constituição Política). As comunidades negras, constituídas em aldeias, também reivindicam para si a possibilidade de exercer jurisdição, por aplicação análoga deste artigo (ANTONIO-ROSETO, 2018). Embora tenha sido interpretado que a regra de competência principal deva ser a territorial, dado o número de casos de mulheres indígenas e afro afetadas e a magnitude desse envolvimento, faz sentido dar um lugar à regra da competência pessoal (JARAMILLO-SIERRA, 1997). De acordo com essa regra, é o local de origem da vítima que confere competência para o julgamento dos danos causados. Essa mudança no entendimento da competência é crucial aqui por, pelo menos, três razões. Primeiro, porque permite que a comunidade faça o processo interno de descoberta, julgamento e sanção, que deve ser associado à perda de um de seus membros. Segundo, porque as próprias autoridades, embora previsivelmente tenham preconceitos de gênero, estarão isentas do preconceito racial em relação às vítimas. Como al-

guns estudos já mostraram, o viés colonial é tão forte que as mulheres indígenas não têm nenhuma confiança nas autoridades estatais (PICQ, 2018). Finalmente, as autoridades dos povos indígenas e negros demonstraram que possuem diferentes ferramentas de sanção e transformação alternativas à prisão. A organização AFROMUPAZ, por exemplo, liderou uma iniciativa ilustrativa daquelas que poderiam ser alcançadas dessa forma<sup>80</sup>.

## **Conclusões**

Este capítulo se propôs a descrever como as feministas abordam o problema da prevenção da violência sexual, atualmente. Argumentei que, a partir de instituições radicais sobre o lugar da violência sexual na estruturação do mundo social, e instituições liberais sobre o papel do Estado e da punição, as feministas construíram uma estratégia de mudança estrutural que passa, de maneira importante, para a judicialização de casos. Também apontei que essa estratégia acolhe as ideias feministas mais aguçadas e insiste no que parece ser um “excesso de punição” para chegar a mudanças de longo prazo nas relações entre homens e mulheres. O problema dessa abordagem, é que ela adia o objetivo específico de reduzir a violência sexual e, de fato, pode levar a um aumento no número de casos e agravar a percepção que as mulheres têm sobre os danos que sofreram. Em situações extremas, como as sofridas por meninas e jovens no conflito armado da Colômbia, no entanto, não parece suficiente, nem eticamente responsável apenas ter uma estratégia de longo prazo. Três estratégias são propostas aqui, que produziram alguns resultados em outros contextos e poderiam ser apropriadas pelas mulheres, localmente, ou financiadas e lideradas pelo Estado. Embora possa parecer que algumas dessas estratégias controvertem algumas verdades feministas, como a ideia de que as mulheres não acreditam na violência, a ideia de que os militares são sempre ruins, ou a ideia de que as autoridades indígenas ou negras são muito mais machistas do que as autoridades brancas racistas, acho que há dados suficientes para apoiar ensaios nas direções anunciadas. As grandes feministas não teriam que parar de fazer o que estão fazendo, que é muito importante. Mas as demais não têm que esperar de braços cruzados.

---

80 Ver: <http://afromupaz.org/>

## Referências

AFROMUPAZ. Disponível em: <http://afromupaz.org/>

ALTHUSSER, Louis. *Ideología y aparatos ideológicos del Estado*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988.

ANTONIO-ROSETO, Eliana. *Justicia Étnica afrocolombiana: Cuando la Justicia Propia Afrocolombiana es mas que un mito*. Tesis (Doctorado en Derecho) - Facultad de Derecho, Universidad de los Andes, 2018.

BUTLER, Christopher; GLUCH, Tali; MITCHELL, Neil J. Security Forces and Sexual Violence: A Cross-national Analysis of a Principal-Agent Argument. *Journal of Peace Research*, v. 44, n. 6, nov, p. 669-687, 2007.

CENTRO DE MEMÓRIA HISTÓRICA. *La Guerra Inscrita en el Cuerpo*. 2017. Disponível em: [www.centrodememoriahistorica.gov.co](http://www.centrodememoriahistorica.gov.co)

COCK, Jacklyn. Women and the Military: Implications for Desmilitarization in the 1990s in South Africa. *Gender and Society*, v. 6, n. 2, jun, p. 152-169, 1994.

ECHOLS, Alice. *Daring to be bad: Radical Feminism in America 1967-1975*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989. 416 p.

HALLEY, Janet. *Split Decisions: How and Why to Take a Break from Feminism*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

HUMANIDAD VIGENTE. *Encuesta de Prevalencia de la Violencia Sexual en el Conflicto Armado*. Disponível em: <http://humanidadvigente.net/wp-content/uploads/2017/08/Encuesta-de-prevalencia-de-violencia-sexual-CSCG.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

JARAMILLO-SIERRA, Isabel Cristina. El liberalismo frente a la diversidad cultural. *Revista de Derecho Público*, n. 7, feb, p. 1-35, 1997.



JARAMILLO-SIERRA, Isabel Cristina. Más allá de la libertad y de la expresión: las luchas por la representación. *Revista Argentina de Jurisprudencia*, p. 16-27, 2007.

MACAY, Angela. Training the Uniforms: Gender training and peacekeeping operations. *Development in Practice*, v. 13, p. 217-222, 2003.

MACKINNON, Catharine. Feminismo, Marxismo, Método y Estado: Hacia una teoría del derecho feminista. En: VILLEGAS, Mauricio García; SIERRA, Isabel C. Jaramillo; SILDARRIAGA, Esteban Restrepo. *Crítica Jurídica: teoría y sociología jurídica en los Estados Unidos*. Bogotá: Universidad Nacional y Universidad de los Andes, 2006a. p. 193-221.

MACKINNON, Catharine. Feminismo, Marxismo, Método y Estado: Una agenda para la teoría. En: VILLEGAS, Mauricio García; SIERRA; Isabel C.; SILDARRIAGA, Esteban Restrepo. *Crítica Jurídica: teoría y sociología jurídica en los Estados Unidos*. Bogotá: Universidad Nacional y Universidad de los Andes, 2006b, p. 163-192.

PICQ, Manuela Lavinias. *Vernacular Sovereignties: Indigenous women challenging world politics*. Tucson: University of Arizona Press, 2018.

PRO FAMÍLIA. *Encuesta Nacional de Demografía y Salud*. Disponible em: <http://profamilia.org.co/docs/ENDS%20%20TOMO%20I.pdf>

SÁNCHEZ, Olga Amparo (Org.). *Levantamento de Prevalência da Violência Sexual em Conflito Armado*, 2016.

SEARLES, Patricia; BERGER, Ronald. The Feminist Self-Defense Movement: A case study. *Gender and Society*, v. 1, n. 1, mar, p. 61-84, 1987.

SEGAL, Mady Wechsler. Women's Military Roles Cross-nationally: Past, Present and Future. *Gender and Society*, v. 9, n. 6, dec, p. 757-775, 1995.



## Sobre as Autoras

**Camila Cardoso de Mello Prando** - Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professora Adjunta IV da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (UnB), Coordenadora do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (CEDD); Brasília/DF, Brasil. (e-mail: camilaprando@gmail.com).

**Carmen Hein de Campos** - Doutora em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestre em Direito pela Universidade de Toronto, Canadá. Professora do Programa de Mestrado em Direitos Humanos e do Curso de Direito do UniRitter/RS. Integrante da *Red Alas - Red Latinoamericana de Académicas/os del Derecho*. (e-mail: charmcampos@gmail.com).

**Catalina Droppelmann** - Doutora em Criminologia e Mestre em Filosofia e Criminologia pela Universidade de Cambridge. Licenciada em Psicologia pela Universidade de Valparaíso do Chile. Catalina atua há mais de quinze anos, pesquisando e implementando políticas públicas nas áreas de Justiça Criminal. Atualmente, é Diretora Executiva do Centro de Estudos de Justiça e Sociedade do Instituto de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Chile e leciona na Faculdade de Ciências Sociais da mesma Universidade. Catalina ministrou cursos de Criminologia em universidades chilenas e estrangeiras, e realizou estudos e consultorias para diversas organizações nacionais e internacionais. Suas principais áreas de interesse são a Justiça Juvenil, a reintegração social, a desistência do crime, as alternativas à prisão e o acesso à justiça. (e-mail: cadroppelmaa@uc.cl).

**Cecilia Montes-Maldonado** - Licenciada em Psicologia (2010) pela Faculdade de Psicologia da Universidade da República. Mestre em Psicologia Social (2015) pela Faculdade de Psicologia (UR). Doutoranda em Estudos de gênero: culturas, sociedades e políticas pela Universidade Autônoma de Barcelona. Docente e investigadora do Instituto de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia, (UR). Investigadora associada do Sistema Nacional de Investigadores da Agência

Nacional de Investigação e Inovação (ANII). Linhas de investigação: gênero, cuidados e sistemas penais juvenis. (e-mail: cmontes@psico.edu.uy).

**Corina Giacomello** - Doutora em Estudos Latino-americanos pela Universidade Nacional Autônoma do México. É professora investigadora do Instituto de Investigações Jurídicas da Universidade Autônoma de Chiapas e coopera com a organização *Equis Justicia para las Mujeres*, A.C., México.

**Ela Wiecko de Castilho** - Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Coordena o Grupo Candango de Criminologia e o Projeto de Extensão Maria da Penha: Atenção e Proteção a Mulheres em situação de Violência Doméstica e Familiar em Ceilândia/DF. Membro do Ministério Público Federal, onde coordena o Comitê Gestor de Gênero e Raça. Integra o NEPeM - Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher. Integrante da *Red Alas - Red Latinoamericana de Académicas/os del Derecho*. (e-mail: elawiecko@gmail.com).

**Elena Azaola** - Antropóloga, psicanalista e pesquisadora do Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social. É pesquisadora emérita do Sistema Nacional de Investigadores e, por mais de 30 anos, realizou vários estudos sobre violência e crime no México. Publicou mais de 200 trabalhos em 17 países. (e-mail: eazaola@ciesas.edu.mx).

**Julieta Di Corleto** - Advogada (UBA). LLM (Harvard Law School). Doutora em História (UdeSA). Docente em graduação e pós-graduação de “Direito Penal e Gênero” da Universidade de Buenos Aires e da Universidade de San Andrés. Diretora da equipe de investigação sobre Doutrina Penal Feminista da Universidade de Buenos Aires. (e-mail: jdicorleto@gmail.com).

**Isabel C. Jaramillo-Sierra** - Doutora em Direito pela Universidade de Harvard. Professora da Universidade dos Andes, em Bogotá. Foi diretora de Programa de Doutorado em Direito da Universidade dos Andes (2011 a 2017). É coordenadora da *Red Alas - Red Latinoamericana de Académicas/os del Derecho*.

**Laura López-Gallego** - Licenciada em Psicologia (2000) pela Faculdade de Psicologia da Universidade da República (UR). Mestre em Psicologia Social (2006) pelo Departamento de Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Doutora em Psicologia (2016) pela Universidade Autônoma

de Barcelona. Docente e investigadora do Instituto de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia da UR. Investigadora ativa do Sistema Nacional de Investigadores da Agência Nacional de Investigação e Inovação (ANII). Trabalha linhas de investigação que vinculam gênero, sistemas penais juvenis e práticas psi. (e-mail: llopez@psico.edu.uy).

**Marcela Aedo Rivera** - Doutora em Direito pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professora e investigadora do Centro de Investigações de Filosofia do Direito e Direito Penal, Escola de Direito, Universidade de Valparaíso, Chile. (e-mail: marcela.aedo@uv.cl).

**Olga Espinoza M.** - Advogada (1997), Mestre em Direito (2002) pela Universidade de São Paulo, Brasil, e Doutoranda em Ciências Sociais (2019) na Universidade do Chile. Foi Diretora do Centro de Estudos em Segurança Cidadã (CESC) do Instituto de Assuntos Públicos - INAP, entre 2014 e 2017. Tem participado de investigações em diversos países da América Latina e do Caribe. Atualmente é professora do Instituto de Assuntos Públicos da Universidade do Chile e faz parte do Comitê Diretivo da Cátedra de Direitos Humanos da mesma universidade. Suas linhas de investigação são a justiça penal, a segurança cidadã, a criminalidade feminina, o sistema penitenciário e a reinserção social. (e-mail: olespino@iap.uchile.cl).

**Paloma del Villar** - Mestre em Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Chile e Mestre em Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Melbourne, Austrália. Investigadora do Centro de Estudos de Justiça e Sociedade do Instituto de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica e profissional da Área de Inserção Social da Fundação San Carlos de Maipo. (e-mail: palomadelvillar@gmail.com).

**Patsilí Toledo** - Doutora em Direito Público pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Foi consultora do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos no México e Moldavia e do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU. É professora associada da Universidade Pompeu Fabra. Autora do livro *Femicídio/Feminicídio*, publicado na Argentina, em 2014. (e-mail: patsili.toledo@gmail.com).



## **Parte II – Textos en Español**





# Introducción – Criminologías Feministas Latinoamericanas: Alcances y Desafíos

Carmen Hein de Campos  
Patsilí Toledo

Esta colección, escrita en portugués y español, surgió de la necesidad de visibilizar la Criminología Feminista producida en América Latina, para comprender mejor el trabajo las investigaciones y estudios de criminólogas feministas en la región y ampliar nuestras posibilidades de intercambio. Las criminólogas feministas latinoamericanas han estado produciendo desde las décadas de 1980. Sin embargo, y a pesar de que Internet facilita el acceso a esos estudios, las barreras idiomáticas hacen que la rica producción teórica feminista en el ámbito de criminología en el continente, tanto en portugués como en español, sea insuficientemente conocida. Además, es importante señalar que las traducciones de libros de criminólogas feministas de habla hispana en Brasil son prácticamente inexistentes. Incluso el clásico libro de Rosa del Olmo *Criminalidad y criminalización de las mujeres en la región andina* (1998) aún no tiene una traducción al portugués. Solo el libro *América Latina y su criminología* (1981) fue traducido y publicado por el Instituto Carioca de Criminología, en 2004. Todo indica que al *malestream* criminológico no le importa conocer las publicaciones de criminología feminista.

La inserción del pensamiento feminista en la criminología, por un lado, está vinculada a la crítica feminista de las ciencias a principios de los años 70, coincidiendo con el desarrollo de la *teoría feminista*, consecuencia del acceso más amplio de las mujeres a las universidades y la producción académica. Por otro lado, el nacimiento de la criminología feminista en la región está fuertemente asociado con la recepción de la criminología crítica en los años 70 y 80. Sin duda, los países de la región recibieron la criminología positivista en el siglo XIX, que influyó en la visión sobre las mujeres que cometían delitos, como lo muestra el primer artículo de esta compilación *La criminalidad femenina en el positivismo criminológico rioplatense* de Julieta Di Corleto, sobre el desarrollo de los estudios de

criminología a fines del siglo XIX y principios del XX, en la ciudad de Buenos Aires. La autora precisamente subraya la exclusión de las mujeres en las perspectivas criminológicas positivistas de base lombrosiana.

A fines de los años 50, Cuba hizo una revolución socialista cuyo impacto sobre la región fue incuestionable y, a consecuencia del *miedo* a que el comunismo se extendiera por la región, muchos de nuestros países vieron sus democracias interrumpidas por golpes militares, en los años 60 y 70, como en Argentina, Brasil, Chile y Paraguay. Durante este período, América Latina experimentó una ola de *liberación* de la dependencia internacional aliada a la visión de la *teología de la liberación*. Los movimientos revolucionarios que propusieron enfrentar las dictaduras militares se extendieron a varios países. La criminología crítica de contenido marxista estaba dando sus primeros pasos. Será entonces, en un contexto, por un lado, de movimientos revolucionarios y, por otro, de represión política y terrorismo de estado, que se forja la criminología crítica en América Latina. Es decir, el desarrollo de un pensamiento crítico criminológico, en la región, nace de manera muy diferente a la de Europa y los Estados Unidos. Nuestra criminología ya nace situada.

Y será con esta criminología fuertemente crítica, de perspectiva latinoamericana, que el pensamiento feminista dialogará a partir de los años 80. Entre las criminólogas críticas pioneras en la elaboración de una criminología con perspectiva latinoamericana y que escribieron sobre la relación de las mujeres con el sistema penal, especialmente la prisión, destacamos a la venezolana Rosa del Olmo (1935-2000) y Lola Anyar de Castro (1937-2015). Estas precursoras contribuyeron a la visión feminista sobre la relación del control social y punitivo sobre las mujeres en una región marcada por profundas desigualdades sociales y económicas y por un sistema penal violento y represivo.

La criminología feminista, al adoptar la criminología crítica del contenido marxista, amplía su mirada y pone en discusión la relación del sistema jurídico y punitivo con las mujeres. De este modo, las feministas discuten tanto el discurso jurídico sobre las mujeres como el impacto del sistema punitivo sobre aquellas que violan la ley. Como consecuencia de la vasta y profunda investigación feminista, se han publicado varios artículos feministas en revistas que contienen estudios sobre temas variados, muchos de ellos

centrados en el debate sobre la prisión. En la Introducción de esta compilación analizamos, específicamente, libros publicados desde la perspectiva de la criminología feminista. Es decir, nuestra atención se ha dirigido a los libros y no a los artículos<sup>81</sup>, aunque sabemos su importancia. Ciertamente, muchas publicaciones feministas no han sido mencionadas aquí por falta de acceso a ellas. Entre las publicaciones feministas a las que podemos acceder, mencionamos los siguientes libros: *Adulterio* (1983), de Ester Kosovski; *Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas* (1990), de Marcela Lagarde; la compilación *Vigiladas y Castigadas* (1993) organizada por Cladem; *Las líneas torcidas del derecho* (1996), de Yadira Calvo; *El delito de ser mujer* (1996), de Elena Azaola; *Las mujeres olvidadas: un estudio sobre la situación actual de las cárceles de mujeres en la República mexicana* (1996), de Elena Azaola y Cristina José Yacamán; *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina* (1998), organizado por Rosa del Olmo; *Género y derecho* (1999), de Alda Facio y Lorena Fries, y *Criminología y feminismo* (1999), organizado por Carmen Hein de Campos. Entretanto, a partir de los años 2000, la producción feminista ha aumentado considerablemente en la región. Solo para ilustrar, citamos los libros *La ley hace el delito* (2000), de Lorena Fries y Verónica Matus; *Las trampas del poder punitivo: el Género del Derecho Penal* (2000), organizado por Haydée Birgin; *Voces de mujeres encarceladas* (2000), organizadas por Marcela Nari y Andrea Fabre; *Las mujeres confinadas: estudio criminológico sobre el rol genérico en la ejecución de la pena en América Latina y Chile* (2001) y *Estudios sobre la violencia de género* (2005), de Carmen Antony; *La mujer encarcelada ante el poder punitivo* (2004), de Olga Espinoza; y *Voces del encierro: Mujeres y jóvenes encarceladas en Argentina, una investigación sociojurídica* (2006), de Alcira Daroqui y otras.

En la última década, en tanto, los ejemplos incluyen trabajos como *Femicidio/Feminicidio* (2014) de Patsilí Toledo; *Sitiadas: La criminalización de las pobres en Ecuador durante el neoliberalismo* (2015), de Lisset Coba; *Hacia una criminología feminista: violencia, androcentrismo, justicia y derechos humanos* (2017), de Carmen Antony; *Criminología feminista: teoría feminista y crítica a las criminologías* (2017), de Carmen Hein de Campos; y *Criminología feminista: nuevos paradigmas* (2017), de Soraia da Rosa Mendes.

81 Elisabet Almeda Samaranch y Dino Di Nella (2017) hecho una investigación reciente sobre el tema.

Como se ha señalado, desde principios del siglo XXI, se incorporan nuevos temas junto con la discusión sobre el sistema punitivo, pero el debate sobre el género y sus implicaciones en la teoría feminista no pierde espacio. Y más recientemente, se ha desarrollado una discusión en torno a las epistemologías feministas y las posibilidades de una criminología feminista.

Sin embargo, todo indica que esta es la primera publicación brasileña que reúne, en portugués y español, artículos de criminólogas feministas de países de la región, tales como Argentina, Brasil, Chile, Colombia, México y Uruguay. Por ello, la relevancia de esta compilación en el escenario político actual en América Latina y, particularmente, en Brasil.

En el contexto latinoamericano actual, caracterizado por una fuerte expansión penal, a menudo, como la principal respuesta estatal a los conflictos sociales, es esencial considerar las reflexiones de las criminólogas feministas que analizan la compleja relación entre el sistema penal y las mujeres en nuestro continente.

A continuación, presentamos los nueve artículos que componen esta compilación y que retratan las investigaciones teóricas y empíricas de las autoras, representativas de la contribución latinoamericana a la criminología feminista.

Al mencionar las diversas contribuciones, tenemos la intención de demostrar que la producción feminista ha impactado fuertemente tanto en las criminologías tradicionales como en las criminologías contemporáneas. En esta compilación, la realidad histórica explicada por Di Corleto en *La Criminalidad Femenina en el Positivismo Criminológico Rioplatense (Buenos Aires, Fines del Siglo XIX y Principios del Siglo XX)* permite comprender cómo la crítica del feminismo radical ayudó a que las investigaciones feministas revelaran la ausencia de las mujeres en la investigación criminológica y la representación misógina de las mujeres delincuentes.

Las perspectivas feministas latinoamericanas en criminología, en diálogo permanente con la criminología crítica en sentido amplio, y con las perspectivas feministas regionales e internacionales, han enfatizado aspectos, tendencias y problemas específicos de la región. En este sentido, el artículo *Los márgenes de la Criminología: desafíos desde una Epistemología Feminista*, de Camila Cardoso de Mello Prado, parte del debate contemporáneo de la criminología que ha incorporado la perspectiva de género y racial y, desde los debates de la epistemología feminista, sostiene que una criminología desde el

margen, en diálogo con Zaffaroni, tiene como desafíos posicionarse en cuanto al impacto epistémico producido por el lugar situado de sus investigadores y superar la dicotomía cuerpo y mente representada en los análisis del proceso de criminalización. Así, la autora propone acercar el campo criminológico crítico de los estudios e investigaciones feministas y étnico-raciales, actualizando la criminología desde el margen o la periferia. Las reflexiones contemporáneas de las criminólogas feministas en América Latina examinan el impacto de los marcos normativos y las prácticas de las instituciones del sistema de justicia penal en las mujeres, tanto en cuanto delincuentes como víctimas, considerando las formas múltiples e interrelacionadas de discriminación que las afectan en nuestro continente.

En las últimas décadas, la política penal de un gran número de países ha prestado especial atención a los delitos que constituyen formas de violencia contra las mujeres por razones de género, y el ejemplo paradigmático ha sido la criminalización del femicidio o feminicidio en gran parte de la región. Esta tendencia ha sido consecuencia de varios factores. Lo más evidente es la creciente movilización feminista para denunciar estas formas de violencia y las respuestas inadecuadas o insuficientes del sistema de justicia penal. Pero la respuesta estatal ante el grave problema social de la violencia contra las mujeres a través del derecho penal, también es una consecuencia de la implementación de las políticas neoliberales en la región, que reducen el papel del Estado en la esfera social y refuerzan la intervención criminal como respuesta a los problemas sociales (Toledo, 2018). Aún cuando se aprueban estas leyes, existen dificultades para su aplicación en la práctica, como señala Ela Wiecko V. de Castilho, en su artículo *Feminicidio en Brasil: Palabra y Crimen que no se Quiere Reconocer*. Debido a las controversias jurídicas que han surgido y, principalmente, los obstáculos culturales estas nuevas figuras encuentran dificultades de aplicación judicial tanto de la legislación sobre violencia contra las mujeres como en relación al tipo penal.

Menos visible a nivel público y mediático, por el contrario, es el impacto de las políticas penales en las mujeres en cuanto delincuentes. El incremento de las mujeres en contacto con el sistema de justicia penal y, en particular, con el sistema penitenciario, es un problema que afecta a la región y está estrechamente relacionado con el énfasis punitivo de la actual política global de drogas (CIM/OEA *et al.*, 2016). En este sentido, el artículo *Políticas de Drogas*

y *Encarcelamiento de Mujeres en América Latina*, de Corina Giacomello, discute las políticas de drogas y las relaciones de género en la conformación del sujeto *mujeres en situación de prisión por delitos de drogas* en América Latina. La investigación, desde una perspectiva cuantitativa y cualitativa, aborda el impacto de la privación de libertad para las mujeres.

Si la situación de las mujeres privadas de libertad tiende a ser invisible, la situación de las que salen de prisión es una gran incógnita en las políticas públicas de reintegración social. El artículo titulado *¿Reincidir o Resistir? Mujeres en conflicto con la ley en América Latina*, de Olga Espinoza, Catalina Droppelmann y Paloma del Villar, reflexiona sobre las trayectorias delictuales de las mujeres en América Latina, con especial énfasis en los procesos de reintegración y desistimiento, una vez que la libertad ha sido obtenida. Las autoras analizan varias teorías feministas sobre la victimización femenina, con especial énfasis en América Latina, donde la marginación económica, la falta de capital social y cultural y la baja educación son clave para comprender cómo las mujeres ingresan a las carreras criminales, especialmente el tráfico de drogas. Investigan el encarcelamiento de mujeres en la región, las condiciones de cumplimiento de la pena, el impacto del retorno a la vida en la sociedad y los desafíos que enfrentan con respecto a la maternidad, el trabajo, la salud física y mental, y la necesidad de políticas públicas, con enfoque de género, para abordar la situación de las mujeres egresadas. Además, esta colección posee tres artículos dedicados específicamente a explorar una de las intersecciones que tiene el mayor impacto en el sistema de justicia penal, relacionado con la discriminación por razón de género y edad: la situación de las adolescentes en conflicto con la ley penal. Como es bien sabido, en América Latina, pese a que los países han firmado la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño/a (ONU, 1989) y la existen leyes nacionales que respetan formalmente esos derechos, los/as adolescentes en conflicto con la ley penal son, de hecho, tratados por la misma lógica punitiva del sistema penal adulto.

En el artículo *Crímenes de Jóvenes Adolescentes Femeninas en México*, Elena Azaola examina el problema que enfrentan y las circunstancias que preceden a la comisión de delitos violentos por parte de jóvenes adolescentes privadas de libertad en México, destacando las características que diferencian los delitos y las circunstancias en las que las mujeres participan en comparación con los hombres adolescentes. La autora analiza situaciones de vulnerabilidad que

afectan a las adolescentes, tanto en su entorno de origen, como en las que ocurren cuando entran en contacto con instituciones de seguridad y justicia, debido a las dificultades que estos sistemas muestran para garantizar sus derechos humanos.

El artículo de Marcela Aedo Rivera, *La Ley de Responsabilidad Penal Adolescente en Chile y las Adolescentes Infractoras: Un Análisis en Clave Feminista*, estudia el marco normativo chileno actual sobre responsabilidad penal adolescente, y muestra cómo esas diferencias, también reconocidas en el artículo de Azaola, son invisibilizadas por modelos normativos que asumen una perspectiva de la autora llama de *falsa neutralidad de género*. El modelo establecido de justicia juvenil, basado en una normativa internacional supuestamente *neutra*, asume que las niñas y los niños tienen necesidades idénticas e, indirectamente, continúa colocando a los hombres como la norma (paradigma), haciendo invisibles los problemas específicos de las adolescentes, lo que implica un riesgo de aumentar la desigualdad de género que sufren las personas menores de edad.

A continuación, Laura López-Gallego y Cecilia Montes-Maldonado, en su artículo *Tecnologías de Género y Sistemas Penales Juveniles: Aportes a la Reflexión en un Contexto de Medidas no Privativas de Libertad*, analizan la implementación de medidas judiciales no privativas de libertad por parte de la sistema penal juvenil uruguayo, desde una perspectiva basada en el análisis teórico y el acompañamiento etnográfico. Las autoras muestran cómo los contextos de intervención de los sistemas penales juveniles, sus objetivos y las relaciones que producen, funcionan como tecnologías de género con impactos singulares para las mujeres adolescentes, al combinarse paradigmas de sexo-género e historia tutelar, cuyas formas de evaluar las necesidades de las adolescentes y las propuestas que se les ofrecen, las mantienen en determinados círculos de precariedad y dependencia institucional.

Finalmente, en *La Prevención de la Violencia Sexual en el Conflicto Armado: del Cambio Estructural a la Mitigación de Daños*, Isabel Jaramillo-Sierra, analiza las respuestas feministas a la violencia sexual, teniendo como telón de fondo el conflicto armado en Colombia. La autora identifica, por un lado, los esfuerzos feministas para incorporar en la definición de violencia sexual las experiencias vividas por las mujeres y, por otro, los intentos de mejorar los argumentos y estrategias para aumentar la punición. Según la autora, ambos enfoques han relegado la prevención o han entendido la

prevención como cambios culturales a largo plazo, o como prisión. Analizando estrategias en otros países, como la modernización de la policía militar, la autodefensa para proteger a las niñas y adolescentes y el juzgamiento por autoridades propias (indígenas), la autora ensaya la necesidad de repensar los enfoques feministas de la violencia sexual en los conflictos armados.

En este punto, es imperativo señalar que la producción feminista en criminología está estrechamente vinculada al contexto político de la región, aunque democrático, ha experimentado nuevas modalidades de subversión democrática. En este sentido, la destitución del presidente Fernando Lugo en Paraguay en 2012, y el golpe contra la presidenta brasileña Dilma Rousseff, en 2016, que allanó el camino para la elección de Jair Bolsonaro, político de extrema derecha, en 2018, son ejemplos de la inestabilidad política de la región. La actual crisis política peruana, la situación política en Venezuela y las fuertes protestas en Ecuador resaltan la fragilidad y los riesgos para las democracias latinoamericanas.

Específicamente, en el contexto brasileño, la elección de Jair Bolsonaro pone en riesgo la frágil democracia brasileña. Su discurso populista y demagógico fue sustentado en estrategias fascistas (Stanley, 2018) de división nacional (*nosotros y ellos*), de defensa de la familia patriarcal, de negación del género y el feminismo, de falta de respeto a los derechos humanos, de negación de la dictadura militar y de alineación con los intereses de las grandes corporaciones y el agronegocio. Estas tácticas fueron ampliamente utilizadas en las últimas elecciones presidenciales en Brasil y, junto con la difusión de noticias falsas, condujeron a la elección de un político de extrema derecha hasta ahora sin relevancia política. Este amplio aspecto discursivo ha sido utilizado con éxito por políticos en varias partes del mundo. Aunque la política fascista no necesariamente conduce a un estado fascista, es igualmente peligrosa (Stanley, 2018) y, podemos decir, está en curso en Brasil.

Destacamos la agenda político-criminal del gobierno brasileño: el paquete contra el crimen -un Proyecto de Ley enviado por el Ministro de Justicia y Seguridad Pública, Sergio Moro, al Congreso Nacional- contiene medidas preocupantes, en lo que se refiere a las garantías penales y procesales penales constitucionales, con un impacto directo en las mujeres. Sin haber sido discutido con la sociedad y especialistas, el Proyecto de Ley se basa en la ilusión punitivista de aumento de las penas, el endurecimiento de los



regímenes de cumplimiento de pena, la ejecución anticipada de la pena, la creación de nuevas excluyentes de ilegalidad para policías, entre otras medidas que, ilusoriamente, intentan resolver el *problema de la criminalidad* en Brasil. El paquete ha sido ampliamente criticado y, ante las repercusiones negativas, el gobierno ha lanzado una campaña publicitaria<sup>82</sup> para *vender* el paquete contra el crimen a la sociedad.

El paquete contra el crimen preveía un cambio en el castigo de la autodefensa excesiva, con la posibilidad de reducir la pena o incluso absolver del agente en caso de incurrir en *miedo excusable, sorpresa o emoción violenta*. Además, incluye *legítima defensa de policías*<sup>83</sup> que no era más que una licencia para matar para la policía que más mata en el mundo y, también, una de las que más muere<sup>84</sup>. La *licencia para matar* aumentaría la muerte de jóvenes negros que viven en las periferias de las ciudades brasileñas, y el sufrimiento de madres, esposas y compañeras que también viven en las favelas, y la impunidad policial. Es decir, un proyecto de ley que pretendía legitimar la violación de los derechos humanos. Sin embargo, el Congreso Nacional reformó el proyecto<sup>85</sup>.

Los escenarios latinoamericanos son preocupantes, por lo que la defensa de la democracia se vuelve central. El discurso criminológico feminista es visto con recelo porque revela cuánto los discursos demagógicos y populistas

---

82 Con el lema “Paquete contra el crimen. La ley debe estar por encima de la impunidad” (MJSP, 2019), las piezas se podían ver en radio, televisión, internet, cine y mobiliario urbano.

83 Según el art. 25 del Código Penal brasileño, “Se entiende en legítima defensa quien, utilizando moderadamente los medios necesarios, repele la agresión injusta, actual o inminente, en su derecho o el de otra persona”. El PL contra el crimen preveía la inclusión de los incisos I y II, en los siguientes términos:

Párrafo único. Sujeto a los requisitos de caput, se considera en legítima defensa:

I - el agente policial o de seguridad pública que, en un conflicto armado o en riesgo inminente de conflicto armado, evita la agresión injusta e inminente a su derecho o el de otra persona; y

II - el agente policial o de seguridad pública que previene la agresión o el riesgo de agresión a la víctima retenida como rehén durante la comisión de delitos. Sin embargo, el inciso I se ha eliminado del texto y el texto del Artículo II se ha mantenido como un “Párrafo único”.

84 La policía del estado de Río de Janeiro es la que más mata en Brasil, según un informe de Amnistía Internacional (2015). Según el Foro de Seguridad Pública de Brasil, en 2018, la policía brasileña mató a 6.220 personas, las víctimas eran 99.3% hombres, 77.9% tenían entre 15 y 29 años y 75.4% eran negros. Hubo un crecimiento del 19,6% en comparación con 2017. En 2018, 343 policías civiles y militares fueron asesinados y 104 se suicidaron (FBSP, 2019).

85 El proyecto fue aprobado por el Congreso Nacional con cambios y fue sancionado por el Presidente de la República con vetos, siendo transformado en la Ley 13.964/2019.

conduce a un aumento de la criminalización y a la creación de un *enemigo interno*. En Brasil, las feministas y el género se han convertido en objetivos principales del gobierno de Bolsonaro. Por ello, es indispensable reafirmar el compromiso de la criminología feminista latinoamericana con la democracia y un estado democrático de derecho que privilegia la vida, especialmente, de aquellas y aquellos más vulnerables. Este libro es una pequeña contribución.

Finalmente, agradecemos a todas las autoras por su generosidad, paciencia y compromiso desinteresado con esta publicación, con la que creemos contribuir a llenar una laguna en el campo crítico criminológico, en un momento político particularmente preocupante en la región. Agradecemos, además, a Red Alas, por su aporte financiero sin la cual esta publicación no habría sido posible.

## Referencias

Amnistía Internacional (2015). *Relatório Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional. Disponible en: <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR1920682015BRAZILIAN%20PORTUGUESE.PDF>

Aniyar de Castro, L. (1986). La delincuencia femenina en Venezuela: Ideología de la diversidad y marginalidad. En Aniyar de Castro, L. *La realidad contra los mitos: reflexiones críticas en criminología*. Publicaciones de la Universidad del Zulia.

Antony, C. (2001). *Las mujeres confinadas: estudio criminológico sobre el rol genérico en la ejecución de la pena en América Latina y en Chile*. Santiago de Chile: Editorial Jurídica de Chile.

Antony, C. (2005). *Estudios sobre la violencia de género: Mujeres trasgresoras*. Panamá: Instituto de la Mujer de la Universidad de Panamá.

Antony, C. (2017). *Hacia una criminología feminista: violencia, androcen-trismo, justicia y derechos humanos*. Coleção Criminología Crítica - Raúl Zaffaroni. Punto de Encuentro: Buenos Aires.

- Azaola, E. (1995). *El delito de ser mujer*. Madrid: Plaza y Valdez Editores.
- Azaola, E. & Yacamán, C. J. (1996). *Las mujeres olvidadas: Un estudio sobre la situación actual de las cárceles de mujeres en la República Mexicana*. Mexico: El Colegio de Mexico.
- Birgin, H. (Org.) (2000). *Las trampas del poder punitivo: El Género Del Derecho Penal*. Buenos Aires: Biblos.
- Calvo, Y. (1996). *Las líneas torcidas del derecho*. (2. ed.). São José da Costa Rica: ILANUD, 1996.
- Campos, C. H de. (Org.) (1999). *Criminología e feminismo*. Porto Alegre: Sulina.
- Campos, C. H de. (2017). *Criminología feminista: teoría feminista e crítica às criminologías*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Coba, L. (2015). *Sitiadas: La criminalización de las pobres en Ecuador durante el neoliberalismo*. Quito: FLACSO.
- Comisión Interamericana de Mujeres (CIM/OEA) et al. (2016). *Mujeres, políticas de drogas y encarcelamiento: Una guía para la reforma de políticas en América Latina*. Disponible en: <https://www.oas.org/es/cim/docs/WomenDrugsIncarceration-ES.pdf>
- Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres (CLADEM) (1993). *Vigiladas y castigadas*. Seminario Regional “Normatividad Penal y Mujer en América Latina y el Caribe”. Lima: CLADEM.
- Daroqui, A. et al. (2006). *Voces del encierro: mujeres y jóvenes encarcelados en Argentina*. Una investigación socio-jurídica. Buenos Aires: Omar Favale Ediciones Jurídicas.
- Del Olmo, R. (1998). *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina*. Caracas: Nueva Sociedad.

Del Olmo, R. (2004). *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan & Instituto Carioca de Criminologia.

Espinoza, O. (2004). *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: IBCCRIM.

Facio, A. & Fries, L. (1999). *Género e derecho*. Colección Contraseña. Estudios de Género. Serie Cassandra. Santiago de Chile: LOM Ediciones.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (2019). *Anuário de Segurança Pública*. Disponible en: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Infografico\\_Anu%C3%A1rio\\_13\\_2019.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Infografico_Anu%C3%A1rio_13_2019.pdf)

Fries, L. & Matus, V. (2000). *La ley hace el delito*. Colección Contraseña. Estudios de Género. Serie Cassandra. Santiago de Chile: LOM.

Kosovski, E. (1983). *Adultério*. Rio de Janeiro: Codecri.

Lagarde, M. (1990). *Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México.

*Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019*. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponible en: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm)

Mendes, S. R. (2017). *Criminologia feminista: novos paradigmas*. Série IDP. 2. ed. São Paulo: Saraiva.

Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019). *Governo Federal lança campanha publicitária do pacote anticrime*. Notícia veiculada em 3 de outubro de 2019. Disponible en: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitfcontent-1570111509.73>

Nari, M. & Fabre, A. (2000). *Voces de mujeres encarceradas*. Buenos Aires: Catalogos.

Organización de las Naciones Unidas (ONU) (1989). *Convención sobre los Derechos del Niño*. Adoptado por la Asamblea General de las Naciones Unidas, 20 de noviembre de 1989. Disponible en: <https://www.un.org/es/events/childrenday/pdf/derechos.pdf>

Samaranch, E. A. & Di Nella, D. (2017). Mujeres y cárceles en América Latina: perspectivas críticas y feministas. *Papers Revista de Sociologia*, 102(2). Disponible en: <https://papers.uab.cat/article/view/v102-n2-almeda-di-nella>

Stanley, J. (2018). *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: LP&M.

Toledo, P. (2014). *Femicidio/feminicidio*. Buenos Aires: Didot.

Toledo, P. (2018). Criminalising femicide in Latin American countries: Legal power working for women? In: Howe, A. & Alaattinoglu, D. (Eds.). *Contesting femicide: Feminism and the power of law revisited*. London: Routledge, UK.



# **La Criminalidad Femenina en el Positivismo Criminológico Rioplatense (Buenos Aires, Fines del Siglo XIX y Principios del Siglo XX)**

**Julieta Di Corleto**

## **Introducción**

Entre fines del siglo XIX y principios del siglo XX, Buenos Aires era una ciudad sometida a grandes cambios. La ola inmigratoria, la expansión económica, y el desarrollo urbano, como fenómenos característicos de la época, auguraban un futuro promisorio. Sin embargo, en paralelo, este crecimiento exponencial de la ciudad también contenía el germen de la desintegración en la medida en que con él se había extendido la criminalidad.

En efecto, el aumento del crimen urbano acaparaba buena parte del debate político e intelectual de la época. Bajo esta temática, nuevos especialistas enarbolados bajo la bandera de la criminología comenzaron a estudiar de qué forma controlar el crecimiento desproporcionado del delito y, como parte de ese programa, la recolección de datos estadísticos colocó en el centro de la discusión a los varones, en tanto se destacaban en todos los crímenes, con excepción del aborto y del infanticidio (Di Corleto, 2017).

Numerosos estudios se han referido a las particularidades de la criminología vernácula dedicada al control de la criminalidad masculina. Como se ha enseñado, la incorporación de estos saberes no fue un simple trasplante de ideas foráneas, sino que el proceso dependió en gran medida de la aplicabilidad de estas teorías a la realidad local. Ubicada en un espacio fronterizo entre el derecho y la medicina, esta nueva ciencia se constituyó como un saber que, además de trasplantar las producciones europeas, buscó soluciones autóctonas para los nuevos fenómenos sociales (Del Olmo, 1981/1989, Caimari, 2004, 2009, Anitua, 2005, Sozzo, 2006, Creazzo, 2007, García-Pablos, 2009).

En este contexto, la criminalidad femenina no brindaba la misma oportunidad de desarrollar grandes teorías pues su número en las estadísticas

policiales y penitenciarias era escaso. No obstante, no todas las mujeres habían quedado al margen de las preocupaciones sociales ya que, a pesar de sus supuestas cualidades morales, algunas motorizaron otras ansiedades y, en consecuencia, impulsaron el desarrollo de ciertas teorías en torno a su involucramiento en el mundo del delito. Las particularidades que adquirió la criminología rioplatense en torno a la criminalidad femenina constituye el objeto de este trabajo.

## **1. La criminalidad femenina para el positivismo italiano**

El positivismo italiano estudió la delincuencia femenina con una matriz de análisis muy similar a la aplicada para los varones. En 1893, en un tono desapasionado y clínico, en *La donna delinquente. La prostituta e la donna normale*, Cesare Lombroso retomó, junto con Guglielmo Ferrero, su teoría sobre la criminalidad masculina para confirmarla con el estudio de la delincuencia femenina. De todos modos, su comparación debía enfrentarse con una divergencia indiscutible: la menor tendencia criminal de las mujeres. Para el referente del positivismo, esta constatación tenía dos razones posibles (Di Corleto, 2017).

La primera era que la menor delincuencia femenina era una demostración de su menor capacidad física e intelectual. Tal como sucedía con sus pares masculinos, a las mujeres criminales se las comparaba con las razas salvajes, cuyas cualidades se añadían a la inferioridad derivada de su diferencia sexual. Empero, no sin contradicciones también explicaba que los crímenes de las mujeres eran los que se descubrían con menor facilidad, como el aborto, los hurtos domésticos y los envenenamientos, de manera que cuando aparecía un “delito complicado con detalles innecesarios”, había que buscar a una responsable mujer (Lombroso & Ferrero, 1893/2004, p. 35).

La segunda explicación era que esta diferencia estaba compensada con su mayor intervención en la prostitución, actividad que equilibraba la criminalidad de los sexos. Se trataba de una alternativa que, con menos riesgos que el delito, permitía obtener mayores ganancias. Al ser la prostitución un fenómeno hereditario, Lombroso la trataba como una forma natural de regresión; de allí que encontrara en la prostituta una cantidad notable de deformaciones y aspectos morbosos atávicos. A pesar de esta valoración negativa, Lombroso rescataba que “la prostitución era menos perjudicial que



el delito propiamente dicho, pues constituía una salida útil, aunque también vergonzosa, para los vicios masculinos”(Rodríguez Manzanera, 2003, p. 270).

A grandes rasgos es posible destacar que la criminología italiana explicaba la delincuencia femenina haciendo referencia, por un lado, a los factores individuales y a la predisposición biológica y, por el otro, a la incidencia de los componentes sociales. En cuanto a los factores individuales, la delincuencia nata remitía a las personas con deformaciones físicas que pertenecían a un estadio primitivo de la humanidad. Dando crédito a la antropometría como ciencia específica para la investigación del delito, el estudio de la capacidad craneana era uno de los argumentos que explicaban el delito. Adicionalmente, emparentada con la prostitución por la presencia de comportamientos sexuales precoces, la locura moral se correspondía con una sexualidad exagerada, con la ausencia de instintos maternales o, en otras palabras, con la preeminencia de cualidades masculinas. Se trataba de factores concatenados pues una sexualidad desenfrenada influía en la “dismaternidad”, en tanto impedía el desarrollo de las cualidades imprescindibles de las madres: paciencia y abnegación (Lombroso & Ferrero, 1893/2004, p. 185).

En cuanto a los factores sociales, de la mano de los sociólogos Alfredo Nicéforo y Guglielmo Ferrero, el positivismo foráneo también impulsó la idea de que las acciones humanas podían depender de la atmósfera física y social que contenía al individuo. “El clima, la temperatura, la densidad de población, la opinión pública, la moral, la religión, la familia o la educación determinaban la mayor o menor propensión delictiva” (García-Pablos, 2009, p. 482). En esta sintonía, siguiendo los lineamientos de Ferri, Alfredo Nicéforo había observado que el delito no moría, sino que se transformaba de ambiente en ambiente y de civilización en civilización. En este contexto, impulsada por las necesidades de la civilización moderna, la mujer estaba alejándose de su casa y acercándose al mundo del delito.

La sociedad moderna no sólo transforma el delito, sino también al delincuente, sustituyendo el adulto con el joven y al varón con la hembra. La sociedad moderna tiende, por consiguiente, a aumentar la delincuencia de los jóvenes y de las mujeres [...] Libertada de la esclavitud familiar (la mujer) semeja a las mariposas que abandonan la zona de sombra donde viven por correr a la luz de una gran lámpara cuya luz deja a muchas abrasadas (Nicéforo, 1902).

Detrás de esta idea subyacía la afirmación de que la mayor amplitud en sus posibilidades de vida también había acrecentado el peligro de que las mujeres cayeran en el delito. Leídas en su contexto social, estas afirmaciones expresaban los valores de la clase que representaban, y parecían estar direccionadas a limitar las elecciones de las mujeres<sup>86</sup>.

En definitiva, las razones esbozadas por el positivismo extranjero para explicar la criminalidad femenina fueron variadas. Con un fuerte componente moral, la identificación de la mujer criminal recurría a los rasgos físicos, la prostitución y a la locura como matrices conceptuales que permitían marcar los límites de la normalidad, pero también a los factores sociales que cobijaban los comportamientos desviados. En estas fuentes doctrinarias abrevaron los especialistas argentinos para encontrar respuestas a los interrogantes comunes sobre la criminalidad femenina aunque, como se verá en la próxima sección, no se limitaron a los márgenes sugeridos por la criminología foránea.

## **2. Adaptaciones rioplatenses del positivismo italiano**

Coincidente con el lugar que ocupaban en los registros policiales, judiciales y carcelarios, en la ciudad de Buenos Aires, los crímenes de las mujeres se situaban en un lugar periférico en las publicaciones dedicadas a difundir los saberes de la criminología (Di Corleto, 2017).

En efecto, revistas especializadas como *Criminalología Moderna* -dirigida por Pietro Gori-, *Archivos de Psiquiatría, Criminología y Ciencias Afines* -de José Ingenieros-, y su continuadora, la *Revista de Criminología, Psiquiatría y Medicina Legal* -dirigida por Helvio Fernández-, así como también la *Revista Argentina de Ciencias Políticas* -de Rodolfo Rivarola- cumplieron un papel importante en el afianzamiento de la criminología, aunque se dedicaron especialmente al crimen masculino (Creazzo, 2007, p. 38). En este sentido, “las notas que abordaban la

---

86 Estas ideas, de todos modos, contaban con ciertos matices al interior del positivismo. En efecto, con cierta distancia de las ideas de Nicéforo, en el prefacio de *La donna delinquente* Lombroso prevenía que ninguna de sus afirmaciones debía ser utilizada para justificar la tiranía que mantenía a las mujeres fuera de los ámbitos educativos o profesionales. Probablemente determinado por la relación con sus hijas Gina y Paola, el padre de la escuela positiva parecía reconocer que, en algún punto, era necesario que las mujeres abandonaran la penumbra intelectual (Rafter & Gibson 2004). De todos modos, esta idea insular no tuvo ninguna incidencia en el resto de su obra, donde la inferioridad femenina fue un punto central de su argumentación.

desviación femenina eran aisladas si se las compara con el caudal de información contenida sobre los delitos masculinos” (Cesano & Dovio, 2009, p. 37).

La misma escasez sobre la temática se observaba en las tesis para obtener el título de doctor en jurisprudencia de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires, en cuyos anales solo figuran cinco publicaciones dedicadas a los crímenes femeninos, tres de ellas escritas bajo la supervisión de Norberto Piñero<sup>87</sup>.

La acotada fama del tema también podía inferirse en función de la poca influencia que tenían quienes se dedicaban a este problema, ya que poco habían estudiado sobre la etiología de los delitos masculinos. Sin embargo, entre las excepciones podían destacarse los nombres de Eusebio Gómez, profesor de derecho, juez y director de la penitenciaría nacional, y Ricardo del Campo, secretario de redacción de *Criminalología Moderna*, quienes refiriéndose uno a la prostitución y el otro a los infanticidios, vincularon la criminalidad femenina con la delincuencia congénita. Por último, criminólogos de la talla de Pedro Gori o Francisco de Veyga hicieron sus contribuciones a partir de casos en los que tuvieron que intervenir, como abogado y perito, respectivamente. “Anécdotas profesionales y observaciones clínicas puntuales permitían extraer conclusiones generales con aspiraciones de nutrir un campo teórico rudimentario” (Gori, 1899, p. 136).

Si bien se apelaba a la inferioridad orgánica de las mujeres delinquentes -comprobada por la criminología lombrosiana a través de deformaciones craneanas, anomalías faciales o dentaduras defectuosas- entre los especialistas no era una teoría ampliamente extendida o aceptada. De hecho, los autores que remitían a los estigmas degenerativos como una causa de la delincuencia también reconocían que estos factores debían ser analizados junto con otros elementos (Castellanos, 1902, Doncello, 1902).

Este tipo de lecturas era coincidente con las limitaciones señaladas por José Ingenieros a la producción del mayor exponente de la criminología italiana. De acuerdo con el referente local, dentro de la teoría lombrosiana, el

---

<sup>87</sup> Entre 1893 y 1930 las tesis publicadas fueron las siguientes: José M. Thomas, *La mujer ante el Derecho Penal*, Tesis de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires (1903); Juan A. Rodríguez, *La mujer delincuente*, Tesis de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires (1903); Juvenal Machado Doncel, *Delincuencia femenina: su represión*, Tesis de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires (1915); Santos Saccone, *Delincuencia femenina*, Tesis de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires (1915); Rafael Inchausti, *La delincuencia femenina: su represión*, Tesis de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires (1915).

peso específico del factor orgánico había sido exagerado (Rodríguez, 2006), y lo mismo se aplicaba en el estudio de la delincuencia de las mujeres, cuyas deformaciones fueron ornamentos en la identificación de las variantes más importantes de su criminalidad.

Más allá de esta mirada sobre la biología de la mujer, en las revistas vernáculas, la vulnerabilidad psíquica podía llegar a explicar de un modo genérico su participación en las actividades delictivas. Períodos menstruales, pospartos y menopausias podían ser indicadores especiales de la capacidad delictiva femenina. El funcionamiento del ovario influía en el sistema nervioso y determinaba la realización de actos de cleptomanía, piromanía o envenenamientos. La menstruación, se pensaba, era el mayor mal que ataba a la mujer a su condición de hembra, pues desde la pubertad hasta el climaterio recibía descargas emocionales que la afectarían durante toda su vida. En este sentido, la correlación entre la locura y el aparato genital era evidente, dado que se consideraba que la menstruación tenía incidencia directa en las depresiones, alucinaciones y en otros estados anímicos que podían derivar en la caída en el delito (Oro, 1906, Obiglio, 1935).

De todos modos, la menor producción de información sobre los delitos de las mujeres también podía encontrar una relación en el hecho de que, a diferencia de lo que sucedía para los crímenes de los varones, los especialistas no intervenían ni indagaban sobre el funcionamiento de las agencias que recluían de las mujeres delincuentes. La tarea desarrollada por la Orden del Buen Pastor en las cárceles de mujeres no solo no formaba parte de la política contra el crimen del Estado, sino que ni siquiera ocupaba un lugar en las consideraciones de los especialistas (Di Corleto, 2016, 2017). De ahí que, para el “caso de las delincuentes, no existiera el vínculo formal que sí se dio entre la criminología y el tratamiento penitenciario de los varones” (Caimari, 2004, p. 101).

En síntesis, la criminología autóctona reconocía la influencia del positivismo italiano en la construcción del estereotipo de la mujer criminal. Al igual que su par europeo, no estableció una teoría unitaria sobre la criminalidad femenina, sino que estudió sus delitos en forma inorgánica recurriendo a consideraciones físicas, psíquicas y morales, y con consideraciones maleables e intercambiables. La inestabilidad y fragilidad de estas formulaciones no dejan de insinuar vacíos y discordancias que solo pueden ser explicadas con la presentación del contexto económico, político y social en el que se gestaron.

### **3. Las mujeres que matan, las que trabajan y las que votan**

En el período analizado, las tensiones entre el trabajo, por un lado, y la maternidad, por el otro, son clave para interpretar la conceptualización de la criminalidad femenina. Concebidos como destinos contrapuestos, los patrones sociales y culturales, las ciencias médicas y las jurídicas, y también las reglas del mercado laboral, fueron fundamentales en la construcción del prototipo de la mujer criminal.

De acuerdo con la legislación civil, hasta 1926 las mujeres estuvieron bajo una cierta forma de tutela jurídica, tanto por su exclusión de la plena vida ciudadana como por las fuertes limitaciones al ejercicio de sus derechos civiles. No solo tenían vedado el voto, sino que, en función de la legislación civil sancionada en 1869, se encontraban en una evidente situación de minusvalía jurídica. La institución del matrimonio era un objetivo deseable, pero la ley establecía que una vez casadas las mujeres perdían su capacidad de administrar bienes y de escoger sus trabajos o profesiones, un dato que da cuenta sin equívocos de su dependencia económica. Asimismo, la prohibición de demandar o testificar en causas civiles sin la autorización del marido o el impedimento de ejercer cargos públicos son otros indicadores a explorar sobre el sentido de la menor responsabilidad cívica atribuida a las mujeres (Lavrin, 1995, Barrancos, 2000).

No obstante, en el marco del crecimiento de la economía urbana y del proceso de modernización, la dicotomía entre la esfera pública y privada impuesta por la legislación civil era desafiada por la creciente participación de las mujeres en el mercado laboral. A partir del auge del modelo exportador, y con la aparición de una serie de grandes fábricas dedicadas a la producción de bienes de consumo, el mercado laboral habilitó nuevos puestos de trabajo que fueron aprovechados por las mujeres (Rochi, 2010). De esta manera, los establecimientos dedicados a la producción textil o de alimentos, ya fueran de mediana o gran escala, sumaron en sus filas a las mujeres que ya habían comenzado a realizar, dentro del espacio doméstico, otras actividades con alguna rentabilidad económica (Lavrin, 1995, Queirolo, 2004, Lobato, 2007).

Sin el grado de diversificación con el que contaba el mercado laboral masculino, cocineras, niñeras o mucamas conformaban un importante grupo de mujeres que accedía a cierta autonomía económica a través de actividades

inscriptas en una incipiente economía urbana. A estas mujeres se sumaban las trabajadoras de las fábricas, cuya su incorporación al mercado laboral no era necesariamente una experiencia liberadora, sino que las exponía a innumerables riesgos (Feijó, 1990, Nari, 2000a, Lobato, 2007). Por un lado, las condiciones laborales malsanas podían afectar su salud, principalmente su función reproductora, por lo cual el trabajo industrial femenino era concebido como particularmente problemático. Por otro lado, el trabajo de la mujer obrera hacía peligrar su honor y virtud porque la exponía a los abusos sexuales de los empleadores y al menoscabo de su reputación.

Desde esta perspectiva, el acceso al trabajo fuera del hogar representaba el pasaje a la degradación moral, el embarazo fuera del matrimonio o la prostitución, y en el largo plazo implicaría la reducción de los nacimientos, el abandono de niños o el aumento de infanticidios y abortos (Armus, 2000, Nari, 2000b, Lobato, 2007).

La mirada condenatoria sobre este tipo de trabajo femenino abarcaba todo el arco ideológico. “Católicos, liberales, socialistas, industriales y obreros asumían que el trabajo asalariado era contrario y peligroso para la naturaleza femenina”. El reclamo por la prohibición del trabajo de las mujeres en las fábricas y talleres considerados insalubres aparece, incluso, como una fuerte preocupación legislativa, en la que era difícil diferenciar la desaprobación del trabajo en sí, de las condiciones en las que se lo desempeñaba (Aguilar, 2014, p. 41). De todos modos, siempre que fuera un lugar de paso para satisfacer necesidades impostergables, esta actividad terminó siendo aceptada como un mal necesario, preferible a la prostitución (Queirolo, 2004, Lobato, 2007).

Más allá del temor a las mujeres que buscaban un sustento económico autónomo o de los esfuerzos realizados por controlar a aquellas que buscaban un desarrollo fuera de la estructura familiar (Guy, 1994), estas pretensiones convivían con otras más flexibles respecto del lugar asignado a las mujeres en la sociedad. Con independencia del discurso cientificista que avalaba la naturaleza de las diferencias sexuales y la consecuente división entre el espacio público y el privado, varios intelectuales de la época estaban a favor del reconocimiento de los derechos de las mujeres, en especial de aquellos asociados a la educación. Así, por ejemplo, Víctor Mercante (1908, p. 377), reconocido pedagogo de la Universidad de La Plata, escribía en las revistas de criminología sobre la incorporación de las mujeres al mercado laboral. La

mujer moderna, como tituló uno de sus trabajos, no podía quedar condenada a la “monarquía masculina” que la esclavizaba en el hogar.

Era evidente que tenía diferentes capacidades y que, por tanto, no podía realizar las mismas tareas que el varón. Sin embargo, sí podía ocupar nuevos espacios, como los de obrera, vendedora, empleada administrativa, telefonista, enfermera o maestra. En estas publicaciones de gran difusión en el ámbito penal, Víctor Mercante (1908, pp. 381-382) aclaraba: “La mujer no es inventora ni criminal como el hombre” y “no ha sido hecha (...) para los crímenes de mucha ala”.

En tiempos de grandes cambios en los valores sociales, sus palabras reafirmaban las limitaciones intelectuales femeninas, pero también negaban la prognosis de derrumbe social. Su aprobación de la libertad económica femenina tenía como finalidad calmar las ansiedades en torno a la emancipación del “sexo débil”, poniendo en evidencia las ambigüedades existentes acerca de esta cuestión.

De todos modos, el contrapunto de esta perspectiva consolidó el ideario de la domesticidad, por el cual la mujer tenía un rol fundamental en la fundación de la familia y el mantenimiento del hogar. Como ha explicado Paula Aguilar (2014, p. 23), esta última palabra aglutinó “toda la semántica de la domesticidad” y se erigió como una aspiración moral para autoridades y saberes expertos que pretendían construir reglas para el gobierno de la familia obrera. No se trataba solo de una contraposición expresada en términos espaciales, sino también manifestada como prácticas e ideales específicos.

En este contexto, de la mano de la cuestión de la mujer obrera, los estudios criminológicos se empalmaron con las creencias ampliamente aceptadas sobre el rol de las mujeres en la sociedad. Una huella de esta asociación podía encontrarse en los libros dedicados a la difusión de los saberes criminológicos, en los que marginalmente aparecía alguna referencia a la criminalidad femenina. Antonio Dellepiane (1892), referente en la criminología vernácula, indicaba que, por sus condiciones de vida, las mujeres tenían menos posibilidades de delinquir: la educación recibida y su permanencia en el espacio doméstico las alejaban del mundo del delito. Por el contrario, cuanto más tiempo pasaran fuera de sus hogares, mayor sería su contacto con el sistema penal. Por otra parte, la ausencia de una mujer de su hogar dejaba a sus hijos sin contención y cuidado, con el riesgo de que

las nuevas generaciones cayeran en el delito. Por lo demás, las estadísticas criminales lo autorizaban a concluir que las mujeres casadas tenían una menor participación delictiva porque el matrimonio desarrollaba el instinto maternal y las obligaciones vinculadas a este. De la misma idea era el juez de la Corte Suprema Cornelio Moyano Gacitúa (1905/2012), quien sostenía que la delincuencia femenina aumentaba a partir de la incorporación de las mujeres en el mercado de trabajo, especialmente en las fábricas o en las calles.

En 1880, Osvaldo Piñero, influyente docente de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires, apelaba a Alejandro Dumas en *Las mujeres que matan y las que votan*, para equiparar la peligrosidad de las criminales con aquellas que reclamaban un lugar en la vida pública “La mujer es toda maternidad, su organización fisiológica, sus tendencias psicológicas, el rol que debe desempeñar en la conservación de la especie, todo obliga a anteponer esta consideración sobre las demás [...] Dar a la mujer una condición civil y política, completamente igual a la del hombre, es no solo imprudente, sino pueril, en el estado actual de la sociabilidad [...] La superioridad del marido debe pues, subsistir” (Piñero, 1888).

Así, uno de los argumentos en contra de la participación política femenina apuntaba a que los deberes de las madres eran incompatibles con los de los ciudadanos, y el ingreso de las mujeres en la vida pública las llevaría a abandonar a sus hijos, a sus familias y el trabajo en el hogar. De esta situación se derivaría el debilitamiento de la familia y la decadencia social; se fracturaría el poder marital y, con él, los intereses públicos. Las tímidas corrientes que favorecían los derechos de las mujeres no lograron imponerse a la idea paradójica de que el *sexo débil*, aquel cuya aparición en las estadísticas criminales era exigua, visible en el espacio público era una *especie peligrosa* (Iturbe, 1895).

En efecto, en la discusión sobre la reforma electoral que llevaría a la sanción de la Ley Sáenz Peña coexistían con diferente peso específico la posición de quienes vedaban el acceso de las mujeres a los derechos políticos y la postura de quienes reivindicaban su organización política. Desde este último escaño, se elogiaba el rol de las mujeres en el trabajo, se reclamaba la protección de su rol maternal y se exigía una participación activa en la vida ciudadana que diera materialidad al principio de igualdad proclamado como universal (Palermo, 2007).



La gesta de Julieta Lanteri, quien para 1911 logró ser incorporada al padrón electoral y emitió el primer voto femenino en la Capital Federal, fue el punto de inflexión en este debate de principios de siglo. De todos modos, los cambios tardarían en llegar, dado que los razonamientos que reafirmaban la exclusión femenina y la necesaria división de tareas dentro del hogar tendrían larga vida en el discurso de los conservadores (Palermo, 2007).

En síntesis, en una época en la que las jerarquías de género, antes inmutables, se mostraban frágiles y cambiantes, las premisas sobre la especial naturaleza femenina, su inferioridad intelectual y su superioridad moral reafirmaban su rol dentro del espacio doméstico. Desde diferentes perspectivas, las diatribas contra las mujeres que escapaban a ese destino las equiparaban a las que habían escogido el camino del delito. No sin tensiones, dentro de los saberes del crimen, la figura de la mujer criminal fue construida como la antítesis de la mujer-esposa-madre dedicada al cuidado del hogar.

## **Conclusiones**

Entre fines del siglo XIX y principios del siglo XX, la criminología se construyó como un saber experto orientado a dar soluciones a grandes problemáticas, en particular aquellas asociadas con el aumento de la criminalidad. Si bien las estadísticas policiales y penitenciarias indicaban que la situación no era inquietante para el caso de las mujeres, éstas no quedaron al margen de las preocupaciones sociales.

En este contexto, aprovechando un amplio proceso de importación de ideas foráneas, en especial del positivismo italiano, algunos especialistas de vasta experiencia y otros profesionales con incipiente interés en la materia pretendieron explicar ese extraño fenómeno por el cual las mujeres se involucraban en el bajo fondo delictivo. El resultado fue un conjunto de razonamientos disgregados, y algunas veces contradictorios que, paradójicamente, coincidieron en la construcción de un ideal de domesticidad.

El paulatino y creciente abandono de las mujeres de sus hogares horadaba los límites de las esferas públicas y privadas, descriptas como dicotómicas en función de los atributos y espacios asignados a los dos sexos. Si las mujeres estaban destinadas a mantener y hacer perdurar a la familia, su ingreso en el

mundo del trabajo tenía importantes implicancias para la sociedad, al punto que confluía con las ansiedades que generaba el crimen urbano.

Aunque con una escasa representación en los registros oficiales, las mujeres delincuentes, al igual que las trabajadoras, ponían en crisis los patrones culturales sobre la naturaleza femenina y su misión en la sociedad. No obstante el estudio sobre la criminalidad de las mujeres fue marginal, al solaparse con otras ansiedades, la temática encontró un terreno propicio para expandirse bajo una idea común: lejos de sus hogares las mujeres eran más propensas a caer en el delito.

## Referencias

Aguilar, P.L. (2014). *El hogar como problema y como solución: Una mirada genealógica de la domesticidad a través de las políticas sociales*. Argentina, 1890-1940. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación. Floreal Gorini.

Anitua, G. I. (2005). *Historia de los pensamientos criminológicos*. Buenos Aires: Ed. Del Puerto.

Armus, D. (2000). El viaje al centro: Tísicas, costureritas y milonguitas en Buenos Aires, 1910-1940. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*. Tercera Serie, n. 22 (2° semestre 2000), 101-24.

Barrancos, D. (2000). Inferioridad jurídica y encierro doméstico. En Lozano, F. G., Pita, V. S. & Ini, M. G. (Dir.). *Historia de las mujeres en la Argentina: Tomo I (Colonia y Siglo XIX). Tomo II (Siglo XX)*. (pp. 111-127). Buenos Aires: Editorial Taurus.

Caimari, L. (2004). *Apenas un delincuente: Crimen, castigo y cultura en la Argentina*. 1880-1955. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

Caimari, L. (2009). La antropología criminal y la recepción de Lombroso en América Latina. En Montaldo, S., Tappero, P & Beneduces, R. (Eds.). *Cesare Lombroso centoanni dopo*. UTET Librería.

- Castellanos, I. (1992). Estudio antropológico dos reclusos em Aldecoa escola reformatória. *Revista de Criminología, Psiquiatria y Medicina Legal*, ano 2.
- Cesano, J. D. & Dovio, M. A. (2009). *La criminalidad femenina en el discurso del positivismo criminológico argentino*. Córdoba: Editorial Brujas.
- Creazzo, G. (2007). *El positivismo italiano en la Argentina*. Buenos Aires: Ediar.
- Del Olmo, R. (1981/1989). *América Latina y su Criminología*. México: Siglo XXI.
- Dellepiane, A. (1892). *Las Causas del Delito*. Santiago de Chile: Imprenta de Pablo Coni é Hijo.
- Di Corleto, J. (2017). *Malas madres. Aborto e infanticidio en la Ciudad de Buenos Aires (fines del s. xix y principios del s.xx)*. Tesis de doctorado en Historia. Universidad de San Andrés.
- Doncel, J. M. (1915). *Delincuencia femenina: su represión*. Tesis de Doctorado en Derecho, Universidad de Buenos Aires.
- Doncello, L.J. (1902). Curandera histórica: Ação terapêutica menstrual blood. En: *Archivos de Psiquiatria, Criminología y Ciencias Afines*, ano 1, 177-79.
- Feijóo, M. C. (1990). Las trabajadoras porteñas a comienzos del siglo. En Armus, D. (Comp.). *Mundo urbano y cultura popular: Estudios de Historia Social Argentina*. (pp. 281-312). Buenos Aires: Ed. Sudamericana.
- García-Pablos de Molina, A. (2009). *Tratado de criminología*. (Tomo 1). Buenos Aires: Rubinzal Culzoni Editores.
- Gacitúa, C. M. (1905/2012). *La delincuencia argentina ante algunas cifras y teorías*. Córdoba: Buena Vista.
- Gori, P. (1899). Crimes de honra. *Criminología Moderna*, ano 2, 5.
- Guy, Donna J. (1994). *El sexo peligroso: la prostitución legal en Buenos Aires. Aires, 1895-1955*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana.

Inchausti, R. (1915). *La delincuencia femenina: su represión*. Tesis de Doctorado en Derecho, Universidad de Buenos Aires.

Iturbe, O. (1895). *El sufragio de la mujer*. Tesis de Doctorado en Derecho, Universidad de Buenos Aires.

Lavrin, A. (1995). *Women, feminism, and social change in Argentina, Chile and Uruguay, 1890-1940*. University of Nebraska Press.

Lobato, M. Z. (2007). *Historia de las trabajadoras en la Argentina, 1869-1960*. Buenos Aires: Edhasa.

Lombroso, C. & Ferrero, G. (1893/2004). *Criminal woman, the prostitute, and the normal woman*. Durham and London: Duke University Press.

Mercante, V. (1908). La Mujer Moderna. *Archivos de Pedagogía y Ciencias Afines*. 4(12), 374-385.

Nari, M. (2000a). Maternidad, política y feminismo. Lozano, F. G., Pita, V. & Ini, M. G. *Historia de las mujeres en la Argentina: Siglo XX*. (Tomo 2, pp. 197-221). Buenos Aires: Editorial Taurus.

Nari, M. (2000b). El feminismo frente a la cuestión de la mujer en las primeras décadas del siglo XX. En Suriano, J. (Comp.). *En La cuestión social en Argentina, 1870-1943*. (pp. 277-299). Buenos Aires: La Colmena.

Nicéforo, A. (1902). *La transformación del delito en la sociedad moderna*. Madrid: Suarez.

Obiglio, J. R. (1935). Distúrbios de origem menstrual e responsabilidade. *Archivos de Medicina Forense*, año 5,3, 278-88.

ORO, A. P. (1906). *Considerações de psicose puerperal*. Ano 5, 582-605.

Palermo, S. (2007). *Quiera el hombre votar, quiera la mujer votar: Género y ciudadanía política en Argentina, 1912-1947*. Ponencia presentada en el sufragio

femenino en América Latina: Jornadas en conmemoración de los sesenta años de la ley 13.010. Universidad de Tres de Febrero, 29, 30 y 31 de agosto de 2007.

Queirolo, G. (2004). El trabajo femenino en la ciudad de Buenos Aires, 1890-1940: Una revisión historiográfica. *Temas de Mujeres*, año 1, 1. Disponible en: <http://filo.unt.edu.ar/wp-content/uploads/2015/11>

Rafter, N. H. & Gibson, M. (2004). *Editor's introduction of criminal woman, the prostitute, and the normal woman, by Cesare Lombroso and Guglielmo Ferrero*. (pp. 3-34). Durham & London: Duke University Press.

Rocchi, F. (2010). El péndulo de la riqueza: La economía argentina en el período 1880-1916. En Lobato, M. Z. (Dir.). *Nueva historia Argentina: El progreso, la modernización y sus límites*. Tomo 5. Buenos Aires: Ed. Sudamericana.

Rodríguez, J. A. (1903). *La mujer delincuente*. Tesis de Doctorado en Derecho, Universidad de Buenos Aires.

Rodríguez, J. (2006). *Civilizing Argentina: Science, medicine, and themodernstate*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press.

Rodríguez Manzanera, L. (2003). *Criminología*. México: Porrúa.

Saccone, S. (1915). *Delincuencia femenina*. Tesis de Doctorado en Derecho, Universidad de Buenos Aires.

Sozzo, M. (2006). 'Traduttore Traditore': Traducción, importación cultural e historia del presente de la criminología en América Latina: En reconstruyendo las criminologías críticas. *Cuadernos de Doctrina y Jurisprudencia Penal, número especial*, 13, 353-431.

Thomas, J. M. (1903). *La mujer ante el derecho penal*. Tesis de Doctorado en Derecho, Universidad de Buenos Aires.



# Las Márgenes de la Criminología: Desafíos desde una Epistemología Feminista<sup>88</sup>

Camila Cardoso de Mello Prando

## Introducción

En este ensayo divido la producción criminológica en Brasil en tres olas que influenciaron el campo: la primera ola (1970-1980), de perspectiva teórica marxista europea y con bajas inversiones de investigación empírica; la segunda ola (1980-2000), de mayor intercambio con autores de América Latina y de perspectiva teórica colonial y marxista orientada hacia un pensamiento latinoamericano; la tercera ola (2000-actual), de inclusión de debates sobre género y relaciones raciales en el campo de investigación criminológica.

Desde los debates de la tercera ola, propongo interseccionar la epistemología feminista del pensamiento situado y la producción de la Crítica Criminológica. Con este objetivo buscar nuevas referencias teórico-epistemológicas para analizar el estado de la producción del campo.

Reviso, para ello, la teoría de la Criminología desde un margen de Raúl Eugenio Zaffaroni. A partir de los debates de la epistemología feminista sostengo que la Criminología desde un margen tiene como desafíos a) posicionarse en cuanto al impacto epistémico producido por el lugar situado de sus investigadores; b) superar la dicotomía cuerpo y mente representada en sus análisis sobre el proceso de criminalización.

## 1. Las olas de la Criminología Crítica en Brasil

La Criminología Crítica brasileña es un campo de producción teórico especialmente organizado por juristas y tiene como objeto el análisis crítico

---

<sup>88</sup> Este texto es el resultado de un proceso de producción escrita construida a partir de una conferencia impartida en octubre de 2015. Una versión de este texto fue publicada en *International Journal for Crime Justice and Social Democracy*, 8(1), 35-45, 2019.

del control penal. La academia y la militancia se cruzan en varios momentos y determinan, de uno y otro lado, tendencias de actuación y pautas de investigación. Desde la década de 1970 el campo de la Criminología en Brasil ha atraído a juristas comprometidos, como mínimo, con el mantenimiento de estándares básicos de democracia e igualdad, y en el límite, con la perspectiva crítica de las actuaciones reformistas del Estado (Andrade, 2012, Batista, 2013, Martins, 2015).

En la primera ola de la Criminología Crítica en Brasil la lectura marxista europea realizada por medio de la categoría clase social fue predominante en las elecciones teóricas y metodológicas de análisis del control desde las teorías críticas centrales (Martins, 2015).

En este marco teórico, Brasil era comprendido como un país periférico en el proceso capitalista de acumulación y reproducción del capital, pero las herramientas teóricas marxistas sobrevalorado las categorías en sí y dialogado insuficientemente con los contextos de poder y violencia locales, así como con las categorías teóricas del colonialismo (Santos, 1978, Thompson, 1979, Martins, 2015).

En las décadas de 1980 y 1990, el campo se aproximó a los debates latinoamericanos de la Criminología, incorporando la discusión sobre periferia geopolítica y colonialismo y organizándose en torno a investigaciones desde y para América Latina. El foco del debate en ese momento siguió teniendo el predominio de las políticas de redistribución y transformación a nivel macro-político y el proceso de selección criminalizadora en la sociedad capitalista, como cuestión ya incorporada de la localización geopolítica colonial, de fuerte influencia de autores latinoamericanos (Del Olmo, 1981, Aniyar de Castro, 1987, Zaffaroni, 1988, 1989, 1991). En el último período de la década de 1990 y principios de 2000, especialmente a través de la investigación del Vera Andrade (1996, 1997a, 1997b, 1998, 2003, 2004), el debate de género también comenzó a ganar terreno en la agenda del campo (Zaffaroni, 1992, 2000, Campos, 1998, 1999, Baratta, 1999).

Pero fue a partir de los años 2000, que las cuestiones sobre género y raza, pasaron a estar más presentes en las publicaciones del campo. La perspectiva marxista se mantuvo como organizadora de estos problemas, aunque ha sido el blanco de críticas por parte de autoras y autores que entienden que las interpretaciones centrado en el marxismo clásico infradimensionan las ordenes de género y raciales que producen el proceso de criminalización. El aumento en el número de mujeres investigadoras blancas, aunque



participando en números inferiores a los hombres en publicaciones periódicas de gran circulación e instituciones de investigación criminológica (Perrone & Meneguetti, 2014) y, en menor número, de negros y negras (Silva & Backers, 2015), produjo una presencia más sólida en los temas en la agenda y confrontó las políticas de investigación y representación del campo, así como los métodos y resultados de las investigaciones.

A pesar de ese debate de la tercera ola, el campo criminológico sigue muchas veces promoviendo representaciones académicas que hablan de hurto a partir de los casos de la empleada doméstica, o que describen a la población negra a partir de sus cuerpos sin voz destituidos de potencia. Sin perjuicio de los compromisos políticos. El campo sigue sus pasos resistiendo a las interpelaciones políticas y epistemológicas de los grupos marginados. Lo que revela un hiato entre las finalidades políticas que mueven la producción del saber criminológico y sus prácticas de producción de conocimiento.

Es parte del habitus académico del aún *confinamiento racial de la academia* (Carvalho, 2006), un cierre a las formas de vida y de saber que se producen por y fuera de los muros, lo que puede explicar una problematización todavía bastante limitada en temas de asuntos raciales y de género en el campo. Esto explica, en parte, el déficit de la comprensión de la crítica criminológica de la compleja relación entre los movimientos feministas y de control penal, así como el escaso desarrollo en la raza como un elemento estructural de control punitivo (Flausina, 2008).

En este contexto, pretendo investigar las posibles repercusiones políticas y epistemológicas derivadas de la teoría feminista del pensamiento situado para una Criminología desde un margen o una Criminología de la Periferia, reactualizando aquí el concepto propuesto por Zaffaroni (1988, 2001).

## **2. Epistemología Feminista: desafíos a las críticas criminológicas desde un margen**

Las epistemologías feministas han servido para problematizar el campo de la Criminología Crítica. El enfoque ha sido el cuestionamiento sobre la ausencia de la categoría género y de las teorías feministas en general en los análisis criminológicos sobre el sistema penal y sobre la criminalidad cometida

contra y por mujeres (Comack, 1999, Campos, 2003, Balfour, 2006, Alimena, 2010, Mendes, 2012). Otra agenda que avanza en este debate es la apertura de la criminología feminista a los nuevos sujetos del feminismo en los análisis sobre violencia y control penal (Campos, 2013).

Diversamente, en este ensayo me propongo utilizar las críticas epistemológicas del feminismo a la ciencia moderna para problematizar ciertas narrativas recurrentes del pensamiento crítico criminológico en Brasil. No pretendo tratar la ausencia de la categoría género en la producción de las ciencias criminales, o hacer uso sólo político de las críticas feministas, por medio del cual se apunta el lugar de discriminación de las mujeres en la producción de las ciencias. Mi objetivo es avanzar en el debate epistemológico de los presupuestos de la producción científica moderna (Harding, 1993a) aplicado al campo de la Criminología Crítica.

Algunas investigaciones van en ese sentido, explorando los impactos de las epistemologías feministas más allá de las cuestiones que relacionan el sistema de justicia criminal con las mujeres o con los sujetos del feminismo. Chesney-Lind indaga sobre los efectos que la epistemología feminista puede tener en el campo criminológico, desde la evaluación de los privilegios patriarcales en las prácticas del sistema de justicia hasta el control de los sesgos que provienen de la masculinidad del campo (Chesney-Lind & Morash, 2013). Flavin (2001), para confrontar lo que ella entiende como una especie de feminismo sobre las mujeres, explora perspectivas feministas de áreas epistemológicas, teóricas, metodológicas y políticas que amplían el debate para el impacto variado en la producción criminológica. Henne y Troshinsky (2013) indagan sobre los usos que en el campo criminológico hegemónico se ha hecho sobre el tema de la interseccionalidad, utilizándolo de modo a naturalizar las categorías como clase, raza y género. Para las autoras las teorías feministas poscoloniales pueden ofrecer caminos para enfrentar esos usos hegemónicos del campo.

En la misma dirección, en este ensayo indago sobre los impactos de las epistemologías feministas en el campo criminológico, sin restringirlo a las cuestiones relativas al género, sino acerca de cuestionamientos posibles a la propia ciencia criminológica.

Para ello, me apropio de las epistemologías feministas del posicionamiento, en contraste con las epistemologías feministas empiristas y relativistas (May, 2004). Aquellas tienen como fundamento la comprensión del conocimiento

socialmente situado y sus desdoblamientos en la producción del conocimiento, sin caer, sin embargo, en un relativismo absoluto o en una esencialización de las experiencias y posiciones.

El reconocimiento del lugar situado en la producción de conocimiento implica, al menos, dos enfrentamientos del pensamiento occidental moderno: la escisión entre emoción y razón y entre cuerpo y mente.

Emoción y razón, cuerpo y mente son algunas de las dualidades que estructuran el saber y el poder colonial occidental y que se incorporan al proceso de la producción de la ciencia moderna. Este pensamiento dicotómico no es neutro, sino jerarquizante, definiendo uno de los conceptos a partir de la negación de otro. El cuerpo y la emoción deben ser excluidos de la operación de la producción del saber. Se definen a partir de lo que falta (Grosz, 2000). Cada una de esas cualidades del binomio negativo / positivo está asociada a grupos humanos específicos: la razón y la mente se relacionan con el grupo de los hombres blancos heteronormativos mientras que la emoción y el cuerpo son las referencias dadas a los grupos variados de mujeres, hombres negros, no heteronormativos, indígenas y de clase baja.

Desde esa dicotomía -o de su subversión- indago la producción criminológica y sus lugares situados de producción de saber, a fin de que la distancia entre las propuestas comprometidas de la Criminología Crítica y las prácticas de producción de conocimiento puedan ser confrontadas. Hooks (2015), por ejemplo, nos induce a investigar con rigor los lugares situados de la blanquitud para comprender por qué a veces los mismos grupos que se declaran comprometidos en una política antirracista, reproducen y reinscriben la dominación racial en su discurso y en sus discursos y prácticas. Avanzo hacia esa provocación para pensar sobre las distancias entre los discursos y el compromiso de la Criminología Crítica con fin de la violencia del control penal.

## **2.1 Aportes de la teoría del conocimiento socialmente situado**

Algunas epistemologías feministas, desde diferentes perspectivas, problematizan y resitúan el lugar de la emoción, de las trayectorias y de las vivencias, al reconocer que ellas ejercen continuamente influencia sobre la producción del conocimiento científico (Jaggar, 1997). Así, desafían que la

relación entre conocimiento y emoción no sea más un binomio en oposición en los debates epistemológicos, sino que sea objeto de comprensión sobre los modos con que interactúan y se constituyen mutuamente (Harding, 1993a).

La epistemología positivista no destituye totalmente el lugar de las emociones, reconociendo su presencia en la lógica del descubrimiento, en la que se producen las hipótesis. Sin embargo, en el momento posterior de la lógica de la justificación, se definen normas y métodos para que se elimine lo que se considera emocional o lo que componga el repertorio de valores y preconcepciones de los investigadores. Con ello, la producción científica pretende conquistar una objetividad alejando de sus resultados lo que es parte del terreno de lo subjetivo (Jaggar, 1997).

Esta perspectiva es capaz de tener algún éxito al alejar y evitar que ciertas idiosincrasias y valores individuales de los investigadores definan el resultado de sus investigaciones. Pero los métodos y normas científicas desarrollados desde ese modelo de ciencia no son suficientes para identificar y eliminar valores, agendas e intereses ampliamente compartidos en una comunidad científica. Tampoco la comunidad científica homogéneamente constituida incentiva que se busquen otros observadores cuyas “creencias sociales varíen, con la finalidad de aumentar la efectividad del método científico” (Harding, 1993b, p. 57).

La propuesta desarrollada por una de las epistemologías feministas conocida como *standpoint theory*, o teoría del conocimiento socialmente situado, confronta el límite de la investigación fundada en la epistemología positivista, con vistas a potenciar la objetividad en la producción de conocimiento, aplicándola como *un recurso científico de evaluación sistemática* (Harding, 1993b, 2015).

La pluralidad de observadores y la inclusión de otras perspectivas son recursos importantes para asegurar y respaldar un método científico. No todos los observadores están en el mismo lugar. Algunas posiciones sociales, en especial provenientes de grupos marginados, son más privilegiadas para determinar puntos de partida para la investigación y para alcanzar la maximización de la objetividad de los resultados de investigación. Aunque estos lugares no son suficientes para la producción de resultados válidos, son necesarios para que se alcancen.

Harding (1993b) sostiene que los grupos hegemónicos de la academia tienen dificultad para posicionarse en relación a sus privilegios y a los impactos

derivados de ellos en su campo de investigación. Lo que, desde el punto de vista metodológico hace a estos grupos más débiles para la producción de un conocimiento válido, a pesar de sus *buenas intenciones*.

## **2.2 Intelectuales periféricos y pensamiento situado en la crítica criminológica**

El lugar situado del grupo de investigadores de la crítica criminológica no sólo puede revelar hipótesis situadas sino también demarcar resultados atravesados por valores sociales que constituyen la subjetividad de sus investigadores. En el campo de las investigaciones sobre blanquitud y relaciones raciales, Zuberi y Bonilla-Silva (2008) afirman que la posición hegemónicamente blanca de los investigadores limita su *imaginación sociológica* respecto a las cuestiones raciales. En el mismo sentido, podemos afirmar que la posición situada de los criminólogos críticos en relación a la investigación sobre el funcionamiento de la criminalización, delimitan su condición de investigación.

Zaffaroni (1998, 1999) y Del Olmo (1981) sitúan geopolíticamente los procesos criminalizadores en América Latina en la dinámica del poder colonial. De este modo, ellos proponen que pensar sobre los contextos de poder periféricos, como son los latinoamericanos, exige que se comprenda este lugar diferenciadamente situado en la modernidad. Desde allí, los estudios criminológicos pudieron avanzar para comprender de qué modo las dinámicas estructurales coloniales afectaron de modo singular a la región.

Pero, por otro lado, los estudios de entonces produjeron una homología entre análisis culturales, sociales y económicos, y comprendieron el saber criminológico desde una perspectiva instrumental, sin diferenciar las categorías *interés de clase* y *producción de ideas*, suponiendo así que lo que era de interés de las clases dominantes locales del siglo XIX y principios del XX (vistas sin contradicciones y de modo homogéneo en el contexto de poder mundial) eran exactamente las ideas trasplantadas instrumentalmente en el plano de la producción científica criminológica, más precisamente, de la Criminología Positivista. Ellos entendieron que las élites locales utilizaron las teorías centrales de modo instrumental para garantizar el control de las poblaciones subalternas de fines del siglo XIX y principios del siglo XX.

Para Sozzo (2014), a pesar de que estos autores critican las apropiaciones instrumentales de la élite nativa para la producción de la Criminología Positivista, siguieron haciendo uso de las teorías centrales, ahora críticas. Según el autor, Rosa Del Olmo y Novoa Monreal propusieron esta auto-reflexión sobre los modos y usos de las teorías centrales para la periferia en la producción de las criminologías críticas. Zaffaroni, por su parte, puso directamente en jaque la universalidad del saber europeo y la necesidad de un saber sincrético para comprender las dinámicas del poder local.

Propongo avanzar en este cuestionamiento y, además de pensar sobre cómo las teorías se sitúan en torno a las divisiones coloniales y geopolíticas, también evaluar el lugar de la producción teórica criminológica dentro del contexto de poder del Sur, más específicamente, en Brasil.

El intelectual de la Criminología Crítica producida desde un contexto de poder periférico como Brasil no es el portador de una transparencia en su lugar de habla, por habitar la periferia geopolítica. La división internacional del trabajo que delimita centro y periferia se reproduce también en la división internacional del conocimiento en su amplio espectro y redefine alianzas intelectuales dentro de la propia región periférica de poder.

La producción y representación de la élite nativa periférica también debe situarse en ese contexto. Esta élite no está en el mismo lugar de todos. Las posicionalidades situadas sólo pueden ser comprendidas a partir de contextos que no reproducen una marcación absoluta y estática. Las posiciones tienen valor porque están en relación con otras posiciones.

Spivak (2010, p. 71) llama “elite idealmente subalterna”<sup>89</sup> a la élite nativa de los países del Tercer Mundo. La idea de una política de circulación del conocimiento considerada idealmente subalterna porque proviene del Tercer Mundo, corre el riesgo de albergar privilegios y posiciones situadas ocultas en su enunciado.

---

89 En todo el texto, utilizo la categoría descriptiva de Sandra Harding *grupos marginados* para referirme a grupos sociales no hegemónicos que no comparten por igual la distribución del poder económico, social, político y eventualmente académico. El término *subordinado* es una categoría analítica polisémica que tiene características específicas según el uso de cada autor. En el caso de Spivak, desarrolla un concepto que no coincide con la descripción de los grupos marginados, ni con la categoría política del marxista tradicional de los grupos oprimidos. En estudios poscoloniales, en los que se incluye Spivak, se refieren a un espacio de diferencia donde están aquellos que no tienen acceso al imperialismo cultural.

La división monolítica entre Norte/Sur y la representación de intelectuales del Sur, *idealmente subalternos*, no garantiza que la pluralidad de perspectivas y el privilegio epistemológico de los lugares subalternos estén garantizados. Lo que incita a pensar sobre los lugares situados de la Criminología producida en el Sur.

¿Qué hipótesis debemos investigar sobre la producción de la investigación de esa Criminología producida en Brasil? ¿Qué posibles sesgos de la producción académica pueden estar presentes en ese campo, reinscribiendo la dualidad cuerpo/mente de la ciencia moderna?

### **3. Sujetos del saber, objetos del control penal**

La distribución de poder del campo criminológico garantiza que hombres blancos hablen sobre cuerpos de negros matables y cuerpos de mujeres violables. La criminología debe hablar sobre su lugar masculino y blanco para averiguar sistemáticamente cómo y en qué medida esas posiciones afectan a los modos de producir conocimiento y resultados considerados científicamente válidos.

El cuerpo se asocia a lo femenino y a las vidas racializadas. El saber crítico criminológico, a propósito, ya apuntó esto en la historia del control penal demostrando cómo, en el proceso de colonización, los valores del incivilizado, del salvaje, del cuerpo arrebatado por el atavismo fácilmente se organizaron alrededor de los no europeos o de la clase baja europea y, en consecuencia, implicaron la justificación de la habilitación del poder violento del Estado.

Negros e indígenas son interpretados como cuerpos en nuestro contexto, mientras que los investigadores e investigadores, en su mayoría blancos, disfrutamos del privilegio de la mirada descorporalizada. El cuerpo como dualidad en oposición a la mente, corresponde a la oposición entre emoción y razón en el pensamiento moderno occidental. Como parte despreciada, el cuerpo aparece en el pensamiento moderno como aquel pedazo sin reglas, disruptivo, que necesita ser conducido por la mente (Grosz, 2000).

Y aunque las teorías feministas pongan en cuestión la producción del pensamiento moderno a partir de sus dualidades que subordinan y excluyen, según Grosz (2000, p. 51), ellas no han problematizado o teorizado “el papel

del cuerpo masculino específico como productivo de un cierto tipo de conocimiento (objetivo, verificable, causal, cuantificable)”.

El cuerpo que las teorías feministas críticamente han fijado es aquel asociado a un género y a algunas etnias, que pasan a “cargar el peso de la corporalidad del otro por ello” (Grosz, 2000). Es decir, el sujeto que produce el conocimiento es una persona descorporalizada, abstracta, no mirada. Este sujeto está en escena en la lectura de Butler (2002, p. 198) sobre la película *París en llamas* cuando afirma que “el lugar masculino tiene el privilegio de producir una mirada invisible, por medio del cual tiene el poder de producir cuerpos, pero no pertenece a ningún cuerpo”.

Los cuerpos, representados como tales, trabajan productiva y reproductivamente para que los individuos blancos estén libres para la producción y la reflexión teórica y moral (GROSZ, 2000). Esta división produce un estatuto de poder en que estos cuerpos existen como tales para que otros cuerpos (blancos y masculinos) puedan producir conocimiento, tenidos como descorporizados, abstractos y universales.

### **3.1 Las representaciones del “Otro” objeto del control penal**

Sugiero dos pistas a ser exploradas y probadas en proyectos de investigación para comprender cuáles son las representaciones de los *objetos del control penal*. Desde la mirada descorporalizada de quien investiga Criminología, la representación de los cuerpos del control penal tiende a reproducir dos extremos: o son homogéneos y mortificados, o son aquellos que *hablan por sí*. Lo que pone en cuestión dos problemas del campo: el de la representación y posicionalidad de los investigadores que reducen sensiblemente su condición de imaginación del *Otro* del control penal; y el del abandono de la teorización social cuando se habla del subalterno como aquel que habla la verdad, sin representación o mediación.

En los debates sobre selectividad en la Criminología Crítica, una de las formas de representación de los cuerpos del control penal es la de un montón de cuerpos negros y pobres, homogéneo, monolítico, perteneciente a la idea de periferia como una abstracción, en que la colonialidad, el racismo y las subjetividades no son temas articulados como modos de comprensión de la



criminalización. De este modo, las representaciones refuerzan y reifican el *Otro* del saber occidental moderno, aquel que posee cuerpo (matable) y del que se deja escapar toda la textura, subjetividad y relaciones de poder.

Spivak (2000, p. 47) argumenta que “el más claro ejemplo disponible de tal violencia epistémica es el proyecto remotamente orquestado, vasto y heterogéneo de constituir al sujeto colonial como Otro. Este proyecto es también la obliteración asimétrica del rastro de ese Otro en su precaria subjetividad”.

Este *Otro colonial* descrito en métodos cuantitativos de número de presos, muertos y matables por el control penal, es representado desde el lugar de investigadores situados hegemónicamente, tendientes a reproducir sesgos raciales (Zuberi & Bonilla-Silva, 2008.) desde sus creencias compartidas.

Tal representación también confronta el campo en su insistencia en describir y explicar el *Otro* sin, entre tanto, aprender a representarse a sí mismo, en su blanquitud y masculinidad hegemónicas y su campo disciplinar. La pregunta por los efectos de las posiciones de investigación hegemónicas, posibilita el cuestionamiento sobre “la demanda implícita -hecha por intelectuales que escogen un sujeto de la opresión ‘naturalmente articulado’- de que tal sujeto aparezca en la historia como una narrativa resumida de un modo de producción” (Spivak, 2000, p. 71).

En los estudios asociados a la Criminología Feminista merece ser evaluado el posible surgimiento de otra forma de reificación de los cuerpos sociales marginados. Algunas investigaciones sobre violencias contra la mujer se proponen *oír las voces de las mujeres*, valorar sus experiencias. La preocupación por producir investigación democráticamente más comprometida con las pautas de grupos marginados y de incluir nuevas posicionalidades en el campo parece surgir aquí en la forma de un populismo epistemológico que esencializa lugares y palabras, en una especie de “realismo representacionalista” (Spivak, 2000, p. 30).

La negación de una producción teórica de ideología en la producción de las representaciones garantiza que el esencialismo que supone un marginado transparente recaiga, una vez más, en una reificación colonial del Otro. No construido, sin embargo, por medio de un habla explícita del Nosotros, académicos, sobre el Otro homogéneo, sino por medio de la escucha de un habla de un sujeto, supuestamente libre de poder y de mediaciones que, por fin, vuelve a reproducir un Otro accesible y homogéneo, producido con un empirismo positivista.

## **Consideraciones finales: habitar los márgenes de la criminología**

En la década de 1980 y 1990, Zaffaroni (1988, 2000) exploró los márgenes de la Crimiología y pensó sobre las posibilidades de un saber capaz de comprender las dinámicas de violencia del control penal colonial y racista en una región de poder periférica. El autor consideraba que la tarea de una Criminología desde un margen debería ser la permanente crítica ideológica, definida por él como el modo de “establecer cuál es la capacidad de un sistema de ideas para permitirnos el acceso a la realidad” (Zaffaroni, 1988, p. 22 ) y afirmaba

una crítica conforme a este realismo criminológico marginal resulta una especie de pensamiento contracultural dentro de nuestras propias sociedades periféricas, si por ‘cultural’ entendemos las pautas y hábitos de pensamiento de nuestras clases medias e intelectuales (Zaffaroni, 1988, p. 24).

A lo largo de este ensayo he venido indagando cuáles son los márgenes criminológicos a ser habitados casi 30 años después del trabajo seminal de Zaffaroni. Las referencias teóricas y las interpelaciones aquí expuestas son diversas de aquellas que el autor se propuso responder en aquel tiempo. Pero considero que el campo criminológico brasileño tomó aquellas cuestiones como algunas de sus preguntas orientadoras (Andrade, 2012, 2013, Batista, 2013). Por eso hago uso de esa pista para pensar sobre nuestros márgenes de la Criminología Crítica en Brasil.

Una vez provocadas las estabilidades de las divisiones cuerpo/mente y razón/emoción reinscritas en la producción criminológica, los márgenes de la Criminología pueden ser pensadas desde tres cuestiones centrales, que se retroalimentan:

- a) Desde nuevos marcos interpretativos capaces de cuestionar sistemáticamente las agendas y los sesgos producidos por el campo, así como los lugares situados de investigación. En este caso, las teorías de las relaciones raciales, las teorías feministas y las teorías postcoloniales podrían ser buenos recursos de investigación;
- b) Desde una agenda activa de representación plural de investigadores e investigadoras. Sin este recurso, el abandono de la reproducción del “Otro colonial” y el fortalecimiento de la “objetividad fuerte” de la investigación se vuelven inalcanzables;

c) Desde el recurso a nuevos métodos y nuevas gramáticas en la producción de la investigación, que puedan ser problematizadas y validadas por la comunidad científica, garantizando que los sesgos de los métodos tradicionales y la exclusión de una gramática no convencional y cuantificada no reinscriben la violencia epistémica en el campo.

La apertura de estos tres caminos es un intento de avanzar en una investigación comprometida de la Criminología Crítica en Brasil. O bien, un intento de profanarla. Agamben, al recuperar históricamente el sentido del acto profanar lo reconoce como una forma de restitución de las cosas sagradas al libre uso de los hombres (Agamben, 2007), y yo diría -al libre uso de quien está al margen.

## Referencias

Agamben, G. (2007). Elogio da profanação. En: Agamben, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo.

Alimena, C. M. (2010). *A tentativa do (im)possível: feminismos e criminologias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Andrade, V. R. P. (1996). Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina? *Sequência*, 33, 87-114, Florianópolis.

Andrade, V. R. P. (1997a). Da domesticação da violência doméstica: politizando o espaço privado com a positividade constitucional. *Discursos Sediciosos*, 4, 99-102, Rio de Janeiro.

Andrade, V. R. P. (1997b). Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania. *Sequência*, 35, 42-49, Florianópolis.

Andrade, V. R. P. (1998). Violência contra a mulher e controle penal. *Revista da Faculdade de Direito da UFSC*, 1, 207-217, Florianópolis.

Andrade, V. R. P. (2003). Sexo e Gênero: a mulher e o feminino no sistema de justiça. *Informativo e Notícias da Academia Judicial*, 3, Florianópolis.

Andrade, V. R. P. (2004). Soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Discursos Sediciosos*. 13, 100-110.

Andrade, V. R. P. (2012). Em busca da latinidade criminológica: da recepção da Criminologia Crítica à construção de criminologias críticas latino-americanas. En Andrade, V. R. P. *Pelas mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan.

Andrade, V. R. P. (2013). Criminologia Crítica na América Latina e Brasil: em busca da utopia adormecida. In Wolkmer, A. C. & Correias, O. (Org). *Crítica Jurídica na América Latina*. (pp. 1165-1203). Aguascalientes: CINEJUS.

Aniyar de Castro, L. (1987). *Criminología de la Liberación*. Maracaibo: Ed. Univesidad de Zulia.

Balfour, G. (2006). Re-imagining a feminist criminology. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 46(5), 735-752.

Baratta, A. (1999). O paradigma de gênero: da questão criminal à questão humana. En CAMPOS, C. H. de. *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Sulina.

Batista, V. M. (2013). *Realismo Marginal: criminologia, sociologia e história na periferia do capitalismo*. Rio de Janeiro: Mimeo, 2013.

Butler, J. (2002). El genero en llamas: cuestiones de apropiación y subversion. En Butler, J. *Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del 'Sexo'*. Buenos Aires: Paidós.

Campos, C. H de. (1998). *O discurso feminista criminalizante no Brasil: limites e possibilidades*. Dissertação de Mestrado em Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Santa Catarina.

- Campos, C. H de. (Org.) (1999). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Sulina.
- Campos, C. H de. (2003). Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. *Estudos Feministas, Florianópolis, 11(1)*, jan. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9484>
- Campos, C. H de. (2013). *Teoria crítica feminista e crítica à(s) criminologia(s): estudo para uma perspectiva feminista em criminologia no Brasil. É possível uma criminologia feminista?* Tese de Doutorado em Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Carvalho, J. J. (2006). O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP, 68*, 88-103, São Paulo.
- Chesney-Lind, M. & Morash, M. (2013). Transformative feminist criminology: a critical rethinking of a discipline. *Critical Criminology, 21*, 287-304.
- Comack, E. (1999). Producing feminist knowledge: lessons from women in trouble. *Theoretical Criminology, 3(3)*, 287-306.
- Del Olmo, R. (1981). *América Latina y su Criminología*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Flausina, A. L. P. (2008). *Corpo Negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Flavin, J. (2001). Feminist for the mainstream criminologist: An invitation. *Journal of Criminal Justice, 29*, 271-285.
- Grosz, E. (2000). Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu, 14*, 45-86.
- Harding, S. (1993a). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista de Estudos Feministas, 1*, 7-31.

Harding, S. (1993b). Rethinking standpoint epistemology: what is strong objectivity? In: Alcoff, L. & Potter, E. *Feminist epistemologies*. New York and London: Routledge.

Harding, S. (2015). *Objectivity and diversity: Another logic of scientific research*. Chicago: University of Chicago Press.

Henne, K. & Troshynski, E. (2013). Mapping the margins of interseccionalidade: criminological possibilities in a transnational world. *Theoretical Criminology*, 17(4), 455-473.

Hooks, B. (2015). *Yearning: race, gender and cultural politics*. New York and London: Routledge.

Jaggar, A. M. (1997). Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. En: Jaggar, A. M. & Bordo, S. R. *Gênero, corpo, conhecimento*. (pp. 157-185). Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos.

Martins, F. (2015). *A (des)legitimação do controle penal na Revista de Direito Penal e Criminologia (1971-1983): A Criminologia, o Direito Penal e a Política Criminal como campos de análise crítica ao sistema punitivo brasileiro*. Florianópolis: Empório do Direito.

May, T. (2004). *Pesquisa social: Questões, métodos e processos*. (3. ed., Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares). Porto Alegre: Artmed.

Mendes, S. R. (2012). *(Re)pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista*. Tese de Doutorado em Direito, Universidade de Brasília.

Perrone, T. S. & Meneguetti, V. (2014). *Cadê as mulheres? Uma análise da participação feminina no IBCCrim*. Boletim do IBCCrim: Rio de Janeiro.

Santos, J. C. (1978). A criminalidade violenta na cidade do Rio de Janeiro. *Revista de Direito Penal*, 25, jan/jun.

Silva, J. B. A & Backers, J. L. (2015). A presença da diferença negra e indígena na educação superior e o processo de ressignificação da Universidade Brasileira. *Revista Interdisciplinar de Educação Superior, Campinas, SP*, 1(2), 120-135.

Sozzo, M. (2014). “Traduttore traditore” Viagens culturais na história do presente da criminologia na América Latina. En Sozzo, M. *Viagens culturais e a questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Thompson, A. (1979). O trabalho na FUNABEM com menores infratores numa visão crítico-criminológica. *Revista de Direito Penal*, 26, jul/dez.

Zaffaroni, E. R. (1992). *La mujer y el poder punitivo*. Disponible en: <http://www.cubc.mx/biblioteca/libros/Zaffaroni%20-%20Mujer%20y%20poder%20punitivo.pdf>

Zaffaroni, E. R. (1988). *Criminología: aproximación desde una margen*. Bogotá: Themis.

Zaffaroni, E. R. (1989). *En busca de las penas perdidas*. Ediar Sociedad Anonima Editora.

Zaffaroni, E. R. (1991). *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan.

Zaffaroni, E. R. (2000). El discurso feminista y el poder punitivo. En BIRGIN, Haydée (Org). *Las trampas del poder punitivo: El género del Derecho Penal*. Buenos Aires: Biblos.

Zaffaroni, E. R. (2001). *Em busca das penas perdidas*. (5. ed., Tradução Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição). Rio de Janeiro: Revan.

Zuberi, T. & Bonilla-Silva, E. (2008). White logic, white methods: racism and methodology. Lanham, MD: Rowmanand Littlefield.





# Feminicidio en Brasil: Palabra y Crimen que no se Quiere Reconocer

Ela Wiecko V. de Castilho

## Introducción

En 2015, 4.621 mujeres fueron asesinadas en Brasil, lo que corresponde a una tasa de 4,5 muertes por cada 100,000 mujeres. Aun que la tasa de homicidios entre mujeres aumentó un 7,5% entre 2005 y 2015, cuando observamos los años más recientes, se verifica una mejora gradual, con este indicador disminuyendo un 2,8% entre 2010 y 2015 y 5.3% solo en el último año de la serie (FBSP, 2017).

En 2016, 4.657 mujeres fueron asesinadas en Brasil. Solo 533 casos fueron clasificados como femicidios, lo que sugiere dificultades en la implementación de la Ley núm. 13.104, de 9 de marzo de 2015 (FBSP, 2017).

Esta ley<sup>90</sup>, de iniciativa de la Comisión Parlamentaria Mixta de Investigación sobre la Violencia contra la Mujer (CPMI) de 2012<sup>91</sup>, enmendó el art.121 del Decreto ley núm. 2.848, del 7 de diciembre de 1940 (Código Penal) para prever el feminicidio como circunstancia calificada del crimen de homicidio, y el art.1 de la Ley núm. 8.072 del 25 de julio de 1990, para incluir el feminicidio dentro de los crímenes atroces.

El texto difiere del propuesto inicialmente por la CPMI, que consideraba que se configuraba el feminicidio cuando existía una o más de las siguientes circunstancias: (i) relación íntima de afecto o parentesco, por afinidad o

---

90 El proceso legislativo comenzó en el Senado como PLS 292, 2013 (Senado, 2013b). Aprobado en sesión plenaria, el 12 de diciembre de 2014, se envió a la Cámara de Representantes para su revisión, según los términos del art. 65 de la Constitución Federal. Allí se tramitó como PL 8.305, de 2014 (CD, 2014), en régimen de urgencia, habiendo sido discutido y votado en la Plenaria el 3 mar. 2015.

91 La Comisión Parlamentaria Mixta de Investigación sobre Violencia contra la Mujer tiene el propósito de investigar la situación de violencia contra las mujeres en Brasil e investigar las denuncias de omisión por parte de las autoridades públicas con respecto a la aplicación de instrumentos instituidos por ley para proteger a las mujeres en una situación de violencia.

consanguinidad, entre la víctima y el agresor en el presente o en el pasado; (ii) la práctica de cualquier tipo de violencia sexual contra la víctima, antes o después de la muerte; (iii) la mutilación o desfiguración de la víctima, antes o después de la muerte (Senado, 2013a).

Se diferencia del texto aprobado por el Senado solo en la expresión *razones de género*, que ha sido reemplazada por *razones de la condición del sexo femenino*. La sustitución fue calificada como enmienda de redacción (CD, 2014).

La redacción final sancionada por el Presidente de la República es la siguiente:

Art. 1º. El art. 121 del Decreto-ley N° 2.848, de 7 de diciembre de 1940 - Código Penal está ahora en vigor con la siguiente redacción:

“Simple homicidio

Art. 121. ....

.....

Homicidio calificado

Párrafo 2 .....

.....

Feminicidio

VI - contra la mujer por razones de la condición del sexo femenino:

.....

Párrafo 2-A Se considera que hay razones de la condición del sexo femenino cuando el crimen involucra:

I - violencia doméstica y familiar;

II - desprecio o discriminación a la condición de la mujer.

.....

Aumento de pena

.....  
Párrafo 7 La pena de feminicidio se incrementa en 1/3 (un tercio) a la mitad si el delito se comete:

I - durante la gestación o dentro de los 3 (tres) meses posteriores al parto;

II - contra una persona menor de 14 (catorce) años, mayor de 60 (sesenta) años o con discapacidad;

III - en presencia de un descendiente o un ascendente de la víctima”. (NR)

Art. 2º. El art. 1 de la Ley N° 8.072, del 25 de julio de 1990 se hace efectiva con el siguiente cambio:

“Art. 1.....

I - Homicidio (art 121) Cuando se comete en la actividad típica de un grupo de exterminio, incluso si es cometido por un solo agente, y homicidio calificado (artículo 121, § 2 I, II, III, IV, V y VI);

.....”. (NR)

Art. 3 La presente Ley entrará en vigor en la fecha de su publicación.

La justificación del proyecto de ley menciona el informe de la Relatora Especial de la ONU sobre la Violencia contra la Mujer, sus Causas y Consecuencias, Rashida Manjoo, según el cual la incidencia de este tipo de delitos está aumentando en todo el mundo, siendo la impunidad la regla. También menciona el reconocimiento por parte de la Corte Interamericana de Derechos Humanos (2009) de la responsabilidad del Estado mexicano por la falta de diligencia debida en la investigación de la muerte de mujeres en Ciudad Juárez. También registra la Recomendación de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de las Mujeres de la ONU de fortalecer la legislación nacional para castigar los asesinatos violentos de mujeres y niñas relacionados con el género (2013), así como el Protocolo Latinoamericano para la Investigación de Asesinatos Violentos de Mujeres relacionados con el Género/Femicidio. Expresa que:

La importancia de tipificar el feminicidio es reconocer, en la forma de la ley, que las mujeres son asesinadas por ser mujeres, exponiendo la fractura de la desigualdad de género que persiste en nuestra sociedad y es social, para combatir la impunidad, evitando que los feminicidas

se beneficien de interpretaciones legales anacrónicas y moralmente inaceptables, como haber cometido un “crimen pasional”. También envía un mensaje positivo a la sociedad de que el derecho a la vida es universal y que no habrá impunidad. También protege la dignidad de la víctima al obstaculizar de antemano las estrategias de descalificación mediática de las mujeres asesinadas brutalmente, al asignarles la responsabilidad del delito del que fueron víctimas.

A continuación, se presentará un análisis técnico-legal y sociológico de la figura criminal típica, abordando algunos puntos sujetos a controversia y de resistencia a la aplicación de la ley. La resistencia incluso planteó la Idea Legislativa núm. 73.169 que será analizado por la Comisión de Derechos Humanos y Legislación Participativa del Senado, habiendo alcanzado más de 20 mil votos en consulta pública. La justificación de SUG núm. 44/2017 es que la ley fue sancionada como si las mujeres murieran por ser mujeres y el término feminicidio se considera “totalmente infundado que viola el principio de igualdad constitucional. Cualquier crimen contra cualquier persona debido a la violencia pasional debe tener el factor agravante de un crimen atroz (sic)” (Senado, 2017).

## **1. Análisis técnico-jurídico-sociológico de tipo criminal**

En el femicidio, al igual que en el homicidio, el Estado responde a la violación del derecho a la vida de las personas. Utiliza el aparato penal para castigar a quienes matan a otros. El derecho a la vida es, por lo tanto, el *objeto jurídico* del delito. La distinción entre el homicidio y el feminicidio viene del *objeto material* y del sujeto pasivo, constituido por mujer, así como por la motivación de la conducta.

El derecho a la vida es un derecho humano que debe ser protegido por la ley penal en concordancia con el art. 5, XXXVIII de la Constitución de la República de 1988 (jurisdicción del jurado para los delitos intencionales contra la vida) y XLI (la ley castigará cualquier discriminación contra los derechos y libertades fundamentales). A la luz del texto constitucional, son improcedentes las críticas a la tipificación del feminicidio que se basan en el argumento de la ley penal mínima, la suficiencia de la clasificación existente de homicidios calificados, la violación del principio de igualdad de los sexos y la ineficacia de la ley penal para la prevención de tal conducta.

En primer lugar, como se mencionó anteriormente, el legislador ordinario está obligado a prever la criminalización de los perpetradores de ataques intencionales a la vida.

Por otro lado, no existe un vicio de inconstitucionalidad en la definición legal de feminicidio como una de las formas de homicidio calificado. Son válidos los mismos argumentos que se desarrollaron para declarar la constitucionalidad de la Ley núm.11.340, de 2006, la Ley Maria da Penha. Léase el siguiente extracto del voto del Min. Marco Aurélio:

Para frenar la violencia doméstica, el uso del sexo como criterio de diferenciación no es desproporcionado ni ilegítimo. Las mujeres son sumamente vulnerables cuando se trata de constreñimientos físicos, morales y psicológicos sufridos en la esfera privada. No hay duda sobre la historia de discriminación y sujeción que ha enfrentado en la esfera afectiva. Las agresiones sufridas son significativamente mayores que las que se producen contra hombres en una situación similar. Además, incluso cuando los hombres, eventualmente, sufren violencia doméstica, la práctica no se deriva de factores culturales y sociales ni de la diferencia habitual en la fuerza física entre los géneros. En el ámbito internacional, la Ley Maria da Penha está en armonía con la obligación del Estado brasileño de incorporar, en la legislación nacional, las normas penales, civiles y administrativas necesarias para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra la mujer, según lo dispuesto en el artículo 7, punto “c”, de la Convención de Belém do Pará y otros tratados internacional esratificados por el país. Desde un punto de vista constitucional, la norma es también un corolario de la incidencia del principio de la prohibición de protección insuficiente de los derechos fundamentales, ya que el Estado es responsable de adoptar las medidas necesarias para cumplir efectivamente con las disposiciones contenidas en la Carta de la República. La abstención del Estado en la promoción de la igualdad de género y la omisión en el cumplimiento, en mayor o menor medida, del propósito impuesto por el Diploma Mayor implica una situación de la mayor gravedad político-jurídica, ya que dejó en claro el constituyente de origen que, por inacción, puede el Estado brasileño también contrariar el Diploma Mayor (STF, 2014).

En debates anteriores sobre la reforma del Código Penal, sobre la propuesta de incluir en el párrafo 2 del art.121 del CP la calificante “por prejuicio de raza, color, origen étnico, sexo u orientación sexual, condición física o social, religión u origen”, Ney Moura Telles (2004, p. 78) ya ha refutado la crítica de que serían todas razones abyectas, por lo que no es necesario

explicarlo en la norma. Afirma que “la explicitación de estas nuevas figuras calificadas... es una demanda impuesta por la necesidad de brindar cada vez más protección a las minorías dentro de la sociedad, contra ataques homicidas por personas intolerantes”.

No se trata de extender el derecho penal y de recurrir a un efecto meramente simbólico, sino de perfeccionar y actualizar la norma penal para influir en conductas previamente aceptadas o justificadas por la sociedad, que siempre han causado daño al bien jurídico tradicionalmente protegido por la ley penal, es decir, el derecho a la vida. Por esta razón, no es adecuada la declaración de la Senadora Gleisi Hoffmann referida al *anhelo de agravar el castigo penal* (Senado, 2014).

Los estudios muestran que nombrar para aprehender puede dissociarse de las demandas de mayores castigos o nuevas tipificaciones penales. “La indulgencia del sistema de justicia no parece estar en el castigo, sino en la investigación” (Diniz, Costa & Vieira, 2015, p. 235). Así, la mejora apunta a resaltar dentro del conjunto de homicidios cometidos en Brasil aquellos en que las víctimas son mujeres y la motivación se deriva de la condición femenina. La desagregación de datos permite la producción de estadísticas para apoyar las políticas de prevención.

El hecho de que las mujeres mueran menos que los hombres por la violencia no hace que las estadísticas sobre las muertes de mujeres no sean importantes. Las políticas para abordar la violencia no pueden centrarse únicamente en la mayor incidencia. En la evaluación de la demografía Jackeline Romio (*apud* Laretti, 2017) también se deben observar las singularidades y tendencias, aplicando denominadores endógenos a cada grupo de población. Así, “es fundamental comprender la relevancia de cada causa dentro del total de la propia mortalidad femenina y, luego, comparar lo masculino, buscarla diferencia de sexo con respecto a las desigualdades de género”. En esta perspectiva, la mortalidad masculina por causas externas es mucho más alta que la mortalidad femenina en el grupo de edad de 15 a 49 años, pero es similar a la de las mujeres menores de 14 y de más de 50 años.

El *sujeto activo* del delito de feminicidio puede ser cualquier persona, es decir, no se requiere ninguna calificación especial. Poco importa el sexo, la orientación sexual y la identidad de género. Pero, en la práctica, como regla, es el género masculino y la identidad de género masculina. Este patrón se deriva

del hecho de que todavía vivimos en una sociedad patriarcal en la que la figura masculina es el centro del poder. Especialmente desde la década de 1960, el patriarcado ha sido desafiado por las mujeres en todo el mundo, pero es una forma de organización social con una larga historia. En palabras de Débora Diniz et al. (2015): “el patriarcado es un marco de poder, con diferentes regímenes de gobierno a través de la subalternación, la vigilancia y el castigo. El género es solo uno de ellos; la colonialidad, la clase o el color son otros.” (p. 226). Cuando las mujeres no quieren obedecer su voluntad, bajo la pseudo-legitimidad del poder patriarcal masculino que invoca a menudo una lectura apresurada de la Biblia, hay hombres que “intentan exigir obediencia mediante la práctica de la violencia en sus diferentes moldes: psicológico, patrimonial, física o discriminatoria” (Machado, 2016, p. 167).

El *sujeto pasivo* del feminicidio es la mujer con vida extrauterina, de cualquier edad. Si hay una destrucción intencional de la vida intrauterina de un feto de sexo femenino, aunque sea por razones de sexo, se configurará el delito de aborto (artículo 125 del CP). Si el agente quiere intencionalmente el resultado de la muerte del feto y la muerte de la madre, habrá concurso de feminicidio con aborto. Si no quiere directamente la muerte del feto, pero tiene conocimiento de la gestación, se configurará el feminicidio con el aumento de la pena previsto. Si no tiene conocimiento del embarazo de la víctima, solo responderá por feminicidio.

Jackeline Romio desarrolló en su tesis doctoral el concepto de feminicidio como un fenómeno epidemiológico y una tipología que revela la magnitud y las características del mismo en Brasil. Ella distingue el feminicidio doméstico (en el espacio de la residencia); reproductivo (muertes por aborto) y sexual (cuando la muerte es resultado de violencia sexual) (*apud* Lauretti, 2017). Debe tenerse en cuenta que los hechos que ella clasifica como feminicidio no siempre se registrarán como feminicidio en la base de datos de los sistemas de seguridad y justicia. En particular, los abortos y las violaciones con resultado de muerte. En ambos casos, porque existen tipos penales específicos (artículos 125 y 213 del CP)<sup>92</sup>.

La mujer en la concepción prevaleciente del derecho es la persona de sexo femenino. Por este motivo, no constituye un feminicidio causar la muerte

---

92 PLS 292, de 2013, consideraba el feminicidio la práctica de cualquier tipo de violencia sexual contra la víctima, antes o después de la muerte y que la aplicación de la pena de feminicidio no excluía la aplicación de sanciones relacionadas con otros delitos, como la violación (Senado, 2013b).

de una travesti, a pesar de su identidad de género femenina, o de una mujer transexual. En la redacción de PLS n. 292, de 2013, era menos cuestionable la posibilidad de la incidencia de la ley para las personas transexuales e intersexuales porque mencionaba *razones de género* (Senado, 2013b).

En las palabras precisas de Janaina Penalva (2015):

La transexualidad explota el problema del binarismo hombre/mujer y sitúa la diversidad de género en el centro del debate. Parece, sin embargo, que la adecuación de los genitales no puede ser un requisito para la medición del género femenino. Al igual que ocurre con los transexuales, no existe una correspondencia entre la marca biológica y la constitución subjetiva de las personas trans. Y esa no correspondencia no se puede evaluar o medir moralmente. No podemos separar los derechos de las personas trans de los derechos de los transexuales mediante el bisturí de cirugía.

Por lo tanto, independientemente del género registrado en la identificación civil, si una persona se identifica a sí misma como mujer y es considerada por otras personas, puede ser víctima de un feminicidio. En apoyo de esta interpretación, el acuerdo establecido por el Cuarto Panel del Tribunal Superior de Justicia (2017) para aceptar una solicitud de modificación del primer nombre y género de una persona transexual que presentó una evaluación pericial psicológica para demostrar su identificación social como mujer. Para los colegiados, el derecho de las personas transexuales a rectificar el registro no puede estar condicionado a la realización de la cirugía, lo que incluso puede ser impracticable desde un punto de vista financiero o por impedimento médico.

El mayor número de feminicidios que ocurren en el espacio de la residencia afecta a mujeres entre 15 y 49 años, pero en la tipología epidemiológica que incluye las muertes por violencia sexual, es muy alta la victimización de niñas y adolescentes de 0 a 14 años (Lauretti, 2017). Según el Mapa de Violencia 2015,

casi la mitad de todos los homicidios ocurren en la calle, con poco peso del domicilio. En las mujeres, esta proporción es mucho más baja: incluso teniendo en cuenta que el 31,2% ocurre en la calle, el hogar de la víctima también es un lugar relevante (27,1%), lo que indica la alta domesticidad de los homicidios de mujeres (Waiselfisz, 2016, p. 41).

Desde el punto de vista del color/raza, la mortalidad de las mujeres no negras disminuyó un 7,4% entre 2005 y 2015, alcanzando 3.1 muertes por cada 100 mil mujeres no negras. La mortalidad de las mujeres negras (negras y



morenas) aumentó en un 22% en el mismo período, alcanzando una tasa de 5.2 muertes por cada 100,000 mujeres negras. Como resultado, la proporción de mujeres negras en el número total de mujeres asesinadas aumentó, pasando de 54.8% en 2005 a 65.3% en 2015 (FBSP, 2017).

Desde el punto de vista descriptivo, llamado en la dogmática criminal de *tipicidad objetiva*, el delito de feminicidio consiste en *matar a una mujer por razones de la condición de sexo femenino*.

El núcleo del tipo es el verbo *matar*, que significa destruir la vida y expresa el resultado de una conducta que no se describe en el tipo. Por lo tanto, la conducta tiene una forma libre, es todo lo que produce el resultado de la muerte, y puede consistir en una acción o una omisión. Cubre medios directos (por ejemplo, arma de fuego) o indirectos (ataque de un perro feroz), materiales (mecánicos, químicos, patológicos), psíquicos o morales (susto, miedo). Es necesario el examen pericial del denominado cuerpo del delito, directo o indirecto, porque se trata una infracción que deja huellas (art. 158 del Código de Procedimiento Penal).

El Mapa de la Violencia 2015 observa que

si en los homicidios masculinos predomina en gran medida el uso de armas de fuego (73,2% de los casos), en los femeninos su incidencia es mucho menor: 48,8 %, con el aumento concomitante de estrangulación/asfixia, objeto afilado/penetrante y contundente, lo que indica una mayor presencia de delitos de odio o por motivos fútiles/banales (Waiselfisz, 2016, p. 41).

Pero la muerte también puede causarse por omisión. La omisión criminal relevante es aquella en la que el omitente debería y podría actuar para evitar la muerte. Tiene el deber de actuar: (a) quien tiene por ley una obligación de cuidado, protección o vigilancia; (b) de otra forma, asumió la responsabilidad de evitar el resultado; (c) con su comportamiento anterior, creó el riesgo de ocurrencia del resultado (artículo 13, § 2 del CP). Las estadísticas no proporcionan datos sobre esta forma de asesinato, probablemente no se informan o se registran como delitos culposos.

Elemento crítico del tipo criminal es la motivación de la conducta, que consiste en *razones de la condición del sexo femenino*, expresión que es objeto de conceptualización legal en § 2. El término reemplaza, como enmienda de redacción, los *motivos de género* anteriores. Sin embargo, en la aplicación

de la Ley núm. 13.104/2015 el concepto de género no puede ser eludido por completo, ya que la *condición del sexo femenina* es una construcción social como el papel social asignado a las mujeres en la sociedad y que constituye el llamado género femenino.

Es importante entender los significados de género en las ciencias sociales<sup>93</sup>, término que se ha incorporado en el lenguaje legal con diferentes significados y que se ha sometido a interpretaciones de la doctrina y los encargados de aplicar las leyes, a menudo erróneas<sup>94</sup>. A los efectos<sup>95</sup> del Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional, “el término *género* abarca los sexos masculino y femenino, en el contexto de la sociedad, y no se le debe asignar ningún otro significado” (art. 7, 3, Decreto n. 4.388, con fecha del 25 de septiembre de 2002).

La Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer (Convención de Belém do Pará, 1994), que aborda explícitamente la violencia contra la mujer basada en el género, ha preferido no definir el término, así como en Brasil, la Ley núm. 11.340, con fecha 7 de agosto de 2006 (Ley Maria da Penha), que cumplió con los compromisos asumidos en dicha Convención.

Por su parte, el Convenio del Consejo de Europa sobre Prevención y Lucha contra la Violencia contra las Mujeres y la Violencia Doméstica (2011) presenta, en su art. 3, definiciones de *violencia contra las mujeres*, *violencia doméstica* similares a las de la Convención de Belém do Pará, así como de *género* y *violencia de género*, de la siguiente forma:

[...]

c) *Género* se refiere a los roles, comportamientos, actividades y atributos socialmente construidos que una sociedad determinada considera adecuados para mujeres y hombres;

93 Louis (2006) habla de los diversos significados del término.

94 Esto ha estado ocurriendo en la aplicación de la Ley Maria da Penha, que define la violencia doméstica y familiar contra la mujer como cualquier acción u omisión basada en el género que cause la muerte, lesiones, sufrimiento físico, sexual o psicológico y daño moral o a la propiedad, por ejemplo, en los casos en que, para aplicar medidas de protección de urgencia, se ha requerido que las mujeres carezcan de medios suficientes para autosustentarse.

95 La sustitución de la senadora Gleisi Hoffman, en el inciso I del art. 2- A se refería a la violencia doméstica y familiar *en forma de legislación específica*. En la votación en Plenario, siguiendo la sugerencia de la Senadora Vanessa Grazziotin, la cláusula fue suprimida por innecesaria.

(d) *Violencia de género contra las mujeres* cubre toda la violencia dirigida contra las mujeres por ser mujeres o que afecta de manera desproporcionada a las mujeres;

[...].

El significado utilizado en esta Convención corresponde a lo que se entiende, en general y por consenso, como género. En este sentido, las *razones de género* se refieren a construcciones socioculturales sobre el sexo, la sexualidad y el cuerpo que afectan de manera desproporcionada a las mujeres.

Es importante conocer y utilizar los Principios de Yogyakarta (2006), que tratan sobre la aplicación del derecho internacional de los derechos humanos en relación con la orientación sexual y la identidad de género. Su Preámbulo aclara que la *orientación sexual* es la “capacidad de cada persona para experimentar una atracción emocional, afectiva o sexual por individuos de un género diferente, del mismo género o de más de un género, además de tener relaciones íntimas y sexuales con esas personas;” e *identidad de género* como la “experiencia interna, individual y profundamente sentida que cada persona tiene en relación con el género, que puede corresponder o no al sexo atribuido al nacer, incluido el sentimiento personal del cuerpo (lo que puede implicar, por libre elección, modificación de la apariencia o función corporal por medios médicos, quirúrgicos u otros) y otras expresiones de género, incluida la vestimenta, la forma de hablar y los gestos”.

Según la ley núm. 13.104/2015, hay razones de condición del sexo femenino, primero, cuando el crimen involucra violencia doméstica y familiar.

Con respecto a la coherencia sistemática del sistema legal brasileño, la expresión *violencia doméstica y familiar* debe interpretarse de acuerdo con el art. 5 de la Ley Maria da Penha. De esta manera, la violencia doméstica y la violencia familiar contra las mujeres resultará en cualquier acto u omisión basada en el género que les cause la muerte: (a) dentro de la unidad doméstica, entendida como el espacio de convivencia permanente de personas con o sin vínculos familiares, incluidas las que esporádicamente se agregan a ella (b) dentro de la familia, entendida como la comunidad formada por individuos que están o se consideran relacionados, unidos por vínculos naturales, por afinidad o voluntad

expresa; (c) en cualquier relación íntima de afecto, en la que el agresor conviva o haya convivido con la ofendida, independientemente de la cohabitación<sup>96</sup>.

Según datos del Sistema Nacional de Información de Lesiones Notificadas (SINAN) del Ministerio de Salud analizados por la demógrafa Jackeline Romio, entre 2009 y 2014, la mitad de las mujeres que murieron por agresión en Brasil fueron asesinadas dentro de su propia casa. El número incluye niñas y adolescentes. En más del 40% de los casos, los autores son familiares, cónyuges o ex cónyuges (Lauretti, 2017).

En segundo lugar, el art. 2-A, II indica como una razón de la condición del sexo femenino el desprecio o discriminación a la condición de mujer. Esta hipótesis no proporciona pruebas de ninguno de los elementos del art. 5 de la Ley Maria da Penha, que se relaciona con las relaciones interpersonales, de mayor proximidad. No se requiere ningún tipo de relación aquí. El agente y la víctima pueden incluso encontrarse casualmente y por primera vez, oportunidad en la que se comete el crimen.

La crítica se ha dirigido a este párrafo, por una supuesta falta de objetividad. Sin embargo, el desprecio y la discriminación no se limitan al ámbito de la subjetividad de las personas, se expresan en conductas. Episodios relacionados con violencia sexual, antes y después de la muerte, o “casos en los que la tortura y la mutilación revelan deshumanización y odio hacia la condición femenina”, como en “las violaciones colectivas de cuatro adolescentes en Castelo do Piauí y el asesinato de una de ellas” (Prado, Sanematsu, 2017, p. 18). No hay una regla universal que cubra todas las situaciones de desprecio. Cada caso debe evaluarse individualmente, “buscando elementos que ayuden a comprender si el comportamiento violento del abusador y la vulnerabilidad de la víctima están relacionados con factores discriminatorios” (Prado, Sanematsu, p. 19). En este sentido, la destrucción de objetos, fotos o documentos de la víctima, así como el instrumento utilizado para causar la muerte, es indicativo de discriminación alimentada por el odio<sup>97</sup>.

---

96 La guitarrista Mayara Amaral fue violada por tres hombres, con uno de los cuales estaba relacionada afectivamente, muerta a golpes de martillo a la cabeza, bienes de su propiedad le fueron sustraídos y fue carbonizada. El incidente ocurrió en un motel en Campo Grande (MS), el 24 de julio de 2017. Después de varias versiones, su ex novio confesó los hechos y dijo “Fui movido por el odio” (Macedo, 2017).

97 Las circunstancias judiciales son la culpa, los antecedentes, la conducta social, la personalidad del agente, los motivos, las circunstancias y las consecuencias del delito, así como el comportamiento de la víctima.

Ambas hipótesis pueden coexistir. Después de todo, la segunda hipótesis de la misoginia también explica la primera. Misoginia, que Lourdes Bandeira y Tânia Almeida (2016, p. 81) definen “como la manifestación de conductas, sentimientos o actitudes de quien no acepta y no reconoce la igualdad existencial de las mujeres”.

Pero la existencia de una conducta maliciosa y un resultado de muerte no es suficiente. Es necesario que exista un *vínculo causal* entre ambos, indispensable para imputar, el autor de la conducta, la responsabilidad penal por el resultado. Es la regla que se aplica a todos los delitos de resultado material.

El delito se *consume* cuando el/la autor/a realiza una acción u omisión por razones de la condición del sexo femenino, causando la muerte. Si este resultado no se materializa debido a circunstancias fuera del control del agente, causando o no algún tipo de lesión, tendremos una tentativa de feminicidio. Según la norma del art. 14, II del CP, la tentativa será castigada con la pena correspondiente al delito consumado, reducida de uno a dos tercios.

En la doctrina criminal brasileña es prácticamente incontrovertible que los elementos subjetivos generales del tipo (dolo o culpa) integren la conducta. Por lo tanto, se habla de *tipicidad subjetiva*. La tipicidad subjetiva del feminicidio consiste en matar mujeres por razones de las condiciones del sexo femenino, con malicia directa o eventual. No hay femicidio culpable. El homicidio doloso se clasifica en simple y calificado (en este, incluido el feminicidio), con diferentes penas.

“El dolo es la voluntad de realizar el tipo, guiado por el conocimiento efectivo de los elementos del tipo objetivo necesarios para su configuración” (Zaffaroni & Batista, 2010, p. 270). Cubre, por lo tanto, los elementos descriptivos y normativos, el nexo causal y el resultado, lesión al bien jurídico, elementos de autoría y participación, elementos objetivos de las circunstancias de agravación y atenuación, así como causas de aumento y disminución. De la observación de las diferencias en la conducta, la doctrina establece clasificaciones en especies de dolo. La que predomina identifica el dolo directo de primer grado, el dolo directo de segundo grado y el dolo eventual.

Los casos reportados en la prensa revelan las disputas persistentes sobre el dolo del agresor. ¿Quería matar? ¿Querías sustraer bienes de la víctima? ¿Quería violar? ¿Querías lograr todos estos resultados? Estas son preguntas que deben ser resueltas por la prueba presentada en cada caso en concreto.

Dependiendo de esta prueba, el marco jurídico-penal puede circunscribirse a un crimen o a más de uno, en concurso, formal o material. Configurando, así, solo un feminicidio o un feminicidio en concurso con otros delitos (por ejemplo, robo, violación).

En general, las dudas se refieren a las calificantes del homicidio o la causa del privilegio. Un caso muy notorio en la prensa ha traído una hipótesis cuya solución legal tiene una consecuencia relevante porque puede cambiar la clasificación de conducta como un delito contra la persona (vida) por un delito contra el patrimonio, sustrayendo el juzgamiento por un tribunal de jurado. Además, en el latrocinio (robo calificado por el resultado de muerte), la pena es de 20 a 30 años de prisión, mucho mayor que la del feminicidio, de 12 a 30 años.

En la muerte de la guitarrista Mayara do Amaral, la hipótesis del latrocinio excluyó inicialmente la imputación del feminicidio, que, sin embargo, fue reivindicada por las feministas (Damasceno, 2017). De hecho, la sustracción de bienes de la víctima y la violación no excluyen el feminicidio. Son motivaciones coexistentes y, en el caso concreto, las circunstancias indican el predominio de la motivación por la misoginia. En la lección de Raúl Zaffaroni y Nilo Batista (2010), al explicar el dolo directo de primer grado, “la voluntad directa e inmediatamente referida al resultado típico no sedes naturaliza por la búsqueda simultánea de otros objetivos ulteriores.” (p. 275). La imputación penal no debe ser elegida por el monto de la sanción. De cualquier forma, en el caso la pena se aproximará a la del latrocinio, considerando el concurso de delitos de feminicidio, robo y violación.

En la doctrina brasileña, de acuerdo con Luiz Prado, Érika Carvalho y Gisele Carvalho (2014, p. 440),

las calificantes son circunstancias legales definidas en la Parte Especial del CP. No deben confundirse con las circunstancias agravantes de la Parte General. Ambas implican un castigo por encima del mínimo legal. Sin embargo, los factores agravantes no prevén el *quantum* del aumento, que queda a criterio del juez. Las calificantes, por el contrario, cambian los parámetros mínimo y máximo del tipo básico.

Así, la pena de homicidio simple es el encarcelamiento, de 6 a 20 años. En el homicidio calificado, los márgenes de la pluma se extienden entre los 12 y 30 años.

A su vez, es necesario distinguir las *calificantes* de las causas de aumento de sentencia, generales o especiales. Estas consisten en un cierto *quantum* de aumento de la pena, fija o variable, que afectará a la tercera fase de aplicación judicial de la pena.

Tanto para el homicidio simple como para el calificado, se predicen las siguientes causas de aumento de la pena: un tercio si la víctima es una persona menor de 14 o mayor de 60 años; de un tercio a la mitad si el delito es cometido por milicias privadas, con el pretexto de brindar un servicio de seguridad, o por un grupo de exterminio.

El aumento elimina la agravante genérica del art. 61, II, h del CP, aplicable a todos los demás delitos cometidos contra niños y ancianos. Esta circunstancia reconoce el mayor reproche de conducta contra las personas que, por sus características, tienen menos capacidad de defenderse.

“Las milicias privadas y los grupos de exterminio son elementos normativos que carecen de una definición legal, pero su comprensión puede lograrse sin mayores dificultades, como se puede ver en la conceptualización elaborada en la doctrina” (Prado, et al., 2014, p. 643), así como en su uso en decisiones del Tribunal Supremo Federal.

El feminicidio fue insertado en el art. 121 del CP como calificante de homicidio con causas específicas de aumento: de un tercio a la mitad si la víctima está embarazada o dentro de los tres meses posteriores al parto; si es menor de 14 años o mayor de 60 años o discapacitada; o se comete en presencia de descendiente o ascendente de la víctima.

Para comprender mejor los efectos prácticos de la propuesta, es importante saber cómo se lleva a cabo la determinación judicial de la pena. Según el art. 68 del CP es un procedimiento de tres fases. Primero, se establece la pena base, de acuerdo con las circunstancias judiciales establecidas en el art. 59, *caput* del CP<sup>98</sup>, dentro de los límites establecidos para cada delito. En segundo lugar, son consideradas las circunstancias legales, agravantes y atenuantes definidas en los arts. 61 a 67 del CP. En tercer lugar, son consideradas las causas generales o especiales de aumento o disminución de la pena. Después de eso, el juez debe

---

98 Las circunstancias judiciales son la culpa, los antecedentes, la conducta social, la personalidad del agente, los motivos, las circunstancias y las consecuencias del delito, así como el comportamiento de la víctima.

establecer el régimen de cumplimiento de la pena de privación de libertad y analizar la sustitución de ésta por otro tipo de sanción, si corresponde.

Cabe señalar que en la determinación de la pena se aplica el principio de *ne bis in idem*. Así, si un mismo hecho está presente en más de un momento, será considerado una sola vez, en el siguiente orden: 1º) cuando se integra el tipo (fundamental o derivado) para definir en qué artículo de la ley se encuadra; 2) cuando es causa de aumento o disminución; si se trata de una circunstancia legal, atenuante o agravante; 3) como circunstancia judicial para definir la pena base (Costa, 2006, pp. 151-152).

Habiendo aclarado estos puntos, la primera pregunta es si, en el caso del feminicidio, se aplican las causas del aumento de las secs. § 4 y 6 del art. 121 del CP con las de la sección § 7.

La solución está dada por el párrafo único del art. 68 del CP, según el cual “en el concurso de causas de aumento o disminución previstas en la parte especial, el juez puede limitarse a un aumento único o una disminución única, prevaleciendo, sin embargo, la causa que más aumente o disminuya”. Por lo tanto, la causa del aumento será de 1/3 a la mitad si la mujer es menor de 14 o mayor de 60 años, si tiene discapacidad, si está embarazada o en los tres meses posteriores al parto (ver §7), si el feminicidio es practicado por milicias privadas con el pretexto de brindar un servicio de seguridad, o por un grupo de exterminio (ver § 6). La nueva ley es más severa, tanto en la expansión de los supuestos previstos en § 4 como en el grado de aumento, previamente limitado a 1/3.

Cabe señalar que el art. 61, II, h del CP prevé como circunstancia que siempre agrava la pena, cuando no constituye o califica el delito, que sea cometido contra niños/as, mayores de 60 años, personas enfermas o embarazadas. El término niño/a se interpreta de acuerdo con la Ley n. 8.069, es decir, menores de 12 años. Este factor agravante, en la mayoría de los casos, será absorbido por la causa del aumento.

La hipótesis del feminicidio practicada por milicias privadas o grupos de exterminio no es una abstracción. Hace unos años, un extinto Consejo de Defensa de los Derechos Humanos fue movilizad para investigar una serie de muertes de mujeres en la región de Cariri por un grupo de exterminio.

El mayor aumento del femicidio (1/3 a la mitad), en relación con otros homicidios calificados (1/3), con respecto a la edad y discapacidad de la víctima,



la condición del embarazo o el período posparto y también la presencia de ascendiente y descendiente en la escena del crimen lleva a cuestionamientos sobre su constitucionalidad.

Es justificable la mayor causa de aumento en relación con la condición de embarazo o el período posparto, dada la mayor reprochabilidad del injusto y porque son condiciones específicas de la condición biológica de la mujer. Sin embargo, no se puede decir lo mismo de las otras causas: su aplicación no está justificada solo para la víctima mujer. En este sentido, la ley es inconstitucional, por violación del principio de igualdad. Sin embargo, no es imprescindible proponer una acción directa de inconstitucionalidad. Basta conferir una interpretación de acuerdo con la Constitución, es decir, limitar la causa del aumento a 1/3 cuando la víctima sea una mujer menor de 14 años o mayor de 60 años o discapacitada. El problema persiste en relación con la causa del aumento cuando el crimen se comete en presencia de ascendente o descendente de la víctima. Es una causa que hasta entonces no existía en la ley y que no puede justificarse excepto por la frecuencia con que ocurre en las muertes de mujeres causadas por agresiones cometidas por hombres en contextos de violencia doméstica y familiar.

Incluso con respecto a las causas del aumento de la pena, ¿qué se debe entender por una mujer con una discapacidad, un descendiente o un ascendente? El concepto de discapacidad debe seguir la Convención sobre los derechos de las personas con discapacidad, aprobada por el Decreto Legislativo núm. 186/2008. Ascendente y descendiente son padre, madre, abuelos, bisabuelos, hijos, nietos, bisnietos, unidos por vínculos naturales. Es dominante en la doctrina y la jurisprudencia brasileñas que la extensión a los vínculos establecidos por afinidad o por voluntad expresa ha encontrado un obstáculo en la prohibición de la analogía en la criminalización. Pero se pueden tener en cuenta al examinar las circunstancias judiciales. Se ve que la interpretación restrictiva refuerza el inconveniente de esta causa de aumento de la pena.

Las calificantes de homicidio existentes (artículo 121, §2, I a V) se clasifican en tres grupos: (i) motivos; (ii) medios de ejecución; (iii) conexión teleológica o consecuencial con otro delito. La calificante de feminicidio está incluida en el primer grupo, al que pertenece el homicidio por un motivo abyecto y por un motivo fútil.

Si el homicidio de una mujer no encaja en la calificante de feminicidio, puede serlo en las demás hipótesis de homicidio calificado, es decir, cuando se cometa: I - mediante pago o promesa de recompensa, u otro motivo abyecto; II - por motivo fútil; III - mediante el uso de veneno, fuego, explosivos, asfixia, tortura u otros medios insidiosos o crueles, o que puedan resultar en un peligro común; IV - a traición, por emboscada, o mediante disimulo u otro recurso que dificulte o imposibilite la defensa del ofendido; V - para garantizar la ejecución, el ocultamiento o la impunidad o ventaja de otro delito.

Nada impide que un homicidio se encuadre de manera concomitante en la calificante de feminicidio y en alguna/s de las demás. En este caso, una de las circunstancias se utilizará para calificar el delito y la/s otra/s se tendrán en cuenta como circunstancias agravantes, al determinar la pena.

Esta posibilidad, que es bastante común, podría debilitar el objetivo de evitar la desestimación del homicidio calificado a favor del homicidio simple al no reconocer la alegación de los celos como un motivo fútil o abyecto o incluso a homicidio privilegiado y la absolución por legítima defensa del honor. Es probable que la policía y el ministerio público prefieran encuadrar el hecho de inmediato en los otros casos de homicidios calificados porque les resulta más difícil demostrar las *razones de la condición del sexo femenino*.

Este pronóstico se basa en los hallazgos de la investigación de Sinara Gumieri Vieira (2013), un análisis de los discursos judiciales de 35 procesos relacionados con los homicidios de mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar ocurridos en el Distrito Federal entre 2006 y 2011 y evaluados en virtud de la ley Maria da Penha.

De los 23 casos (65 %) en los que existían registros históricos de violencia doméstica, “el fiscal los mencionó en alegatos finales o apelaciones en 8 casos (23%)”, la mayoría de las veces con el objetivo de caracterizar la mala conducta social de los acusados. “El poder judicial, a su vez, los mencionó en sentencias o acuerdos en 6 casos (17%), y en solo dos de ellos (6%) los registros históricos fueron considerados en la evaluación de las circunstancias judiciales” (Vieira, 2013, p. 45), y

de los 18 casos (52%) en los que la defensa presentó una tesis justificadora de la violencia sufrida por las víctimas, en 13 (37%), la sentencia enfatizó que los motivos y circunstancias ya estaban cubiertos por los calificativos de motivos inútiles o abyectos. En 5 sentencias (14%), la descripción de la relación se refería a un sentido de posesión o propie-

dad alimentado por el abusador en relación con la mujer. Sin embargo, en general, no se relacionaron con un ciclo de violencia doméstica y familiar ni con desigualdades de género (Vieira, pp. 53-54).

Sin embargo, Amom Albernaz Pires (2016) hace una analogía con el elemento objetivo del uso de la violencia que diferencia un delito de robo de un delito de hurto. Concluye que la calificante de feminicidio describe una hipótesis objetiva de la presencia (existencia o empleo) de violencia ejercida contra las mujeres por razones de la condición del sexo femenino (es decir, por razones de género) en dos hipótesis específicas: violencia doméstica y familiar contra una mujer y desprecio o discriminación a la condición de mujer. Es decir, el jurado sólo verificará objetivamente la presencia o no de estas dos hipótesis, tal como ocurre hoy con la verificación, por parte del juez letrado, al momento de fijar la sentencia, de la incidencia de la circunstancia agravante del art. 61, II, f, parte final del CP, que prevé el aumento de la sentencia cuando el agente ha cometido el delito “con violencia contra las mujeres en forma de la ley específica”, es decir, en la forma de la Ley 11.340/2006.

Esta interpretación está respaldada en parte por un fallo del Tribunal de Justicia del Distrito Federal, según el cual, en el feminicidio consistente en homicidio en contexto de violencia doméstica y familiar, “no se cuestiona el motivo del delito ni el ánimo del agente, es necesario analizar si el hecho se ajusta al contexto de la violencia doméstica de acuerdo con lo dispuesto en el artículo 5 de la Ley 11.340/2006. En esta hipótesis, la calificante de feminicidio es de naturaleza objetiva, pudiendo coexistir con la calificante de motivo abyecto” (TJDFT, 2016).

Se ve que incluso reconociendo la naturaleza objetiva, que la Corte admite que coexiste con una calificante de naturaleza subjetiva. No se expresó sobre la naturaleza de la segunda hipótesis, en relación con el menosprecio y la discriminación, en cuyo reconocimiento es difícil prescindir de la subjetividad del agente.

En vista de estas consideraciones, hubiera sido conveniente la inserción de una regla en la Ley núm. 13.104 obligando a hacer un examen preliminar de las *razones de la condición del sexo femenino* y la prevalencia de esta calificante sobre las demás.

Véase también la hipótesis de reducción de la sentencia presente en el § 1 del art. 121 del CP, el llamado caso de homicidio privilegiado: “si el autor comete el delito impelido por razones de relevante valor moral o social, o bajo el dominio

de emoción violenta, inmediatamente después de la injusta provocación de la víctima, el juez puede reducir la pena de una de sexto a un tercio”.

La investigación de Marina Lacerda e Silva (2013, pp. 44-45), que incluyó el análisis de 36 casos del mismo conjunto estudiado por Sinara Gumieri Vieira, identificó la hipótesis de privilegio como una tesis recurrente de defensa. Según la investigadora,

el dominio de la emoción violenta inmediatamente después de la provocación injusta de la víctima, invocada en 19 casos, apareció como bastión patriarcal del derecho, porque se intenta, a toda costa, atribuir a la mujer y a la pasión que ella causa, una parte considerable de responsabilidad por su propia muerte<sup>99</sup>.

En la lección de Ney Moura Telles (2004, p. 80) “es imposible, por regla general, la coexistencia de una calificante de naturaleza subjetiva con hipótesis privilegiadoras, todas de carácter personal”. Se concluye que sólo es posible la coexistencia de calificantes objetivos.

Si el feminicidio, como se indicó anteriormente, es una calificante de naturaleza subjetiva, resulta incompatible con el reconocimiento simultáneo de homicidio privilegiado. Para evitar tesis en este sentido, que solo son posibles si los/as aplicadores/as de la ley operan con estereotipos de género, también habría sido conveniente insertar una regla en la Ley núm. 13.104 que prohíba expresamente la incidencia de la causa de reducción de la sentencia, como en PLS 236 de 2012<sup>100</sup>.

---

99 El trabajo también revela que la agravante de la violencia doméstica y familiar contra la mujer (artículo 61, II, f del Código Penal) es poco utilizada (11 casos, equivalente al 31%) y que, en la mitad de los casos, en la dosimetría de la pena, la agravante se compensa con la atenuante de la confesión espontánea, ambas consideradas de igual valor en relación con el delito (pp. 59-60). Los procedimientos judiciales analizados en este trabajo y el de Sinara Gumieri Vieira se recopilaron en el ámbito de la investigación “El impacto de los informes periciales en los casos de mujeres asesinadas por violencia doméstica o familiar en el Distrito Federal”, llevado a cabo por Anis - Instituto de Bioética, Derechos humanos y Género, en 2012, para la convocatoria pública “Pensando en la seguridad pública”, de la Secretaría Nacional de Seguridad Pública del Ministerio de Justicia (SENASP/MJ) y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD).

100 El PLS 236 de 2012, reforma el Código Penal. Propone en el art. 121, § 3: “La pena se reduce de un sexto a un tercio si el agente comete el crimen impulsado por razón de relevante valor social o moral relevante, o bajo una emoción violenta, inmediatamente después de la provocación injusta por la víctima, salvo si se practica contra niños, adolescentes, ancianos, discapacitados y mujeres en situación de violencia doméstica y familiar” (grifei).

Finalmente, vale la pena comentar sobre la inclusión expresa del feminicidio dentro de los crímenes atroces. No podría ser diferente, ya que las otras hipótesis de homicidio calificado ya son parte de ellos. Antes de que se aprobara la Ley, los homicidios de mujeres practicados por hombres ya se consideraban atroces si encajaban en uno de los calificativos de las subsecciones I a V. Por lo tanto, no es apropiado decir que *ahora, matar a una mujer es un crimen atroz*.

## **Conclusión**

Bajo un aspecto estrictamente técnico-legal hemos visto que la Ley n. 13.105 no viola el principio de isonomía ni exacerba injustificadamente el poder punitivo, excepto en lo que respecta a una de las causas del aumento del castigo. Desde el punto de vista de la política criminal, es útil “hacer comprensible el asesinato de mujeres como una violencia de género” (Diniz et al., 2015, p. 235) dando más eficacia a la implementación de la política para hacer frente a la violencia creada por la Ley Maria da Penha. Más específicamente, vale la pena recordar que no nominación genera daños a las mujeres que han sobrevivido a las agresiones, así como a las víctimas indirectas para quienes se pueden ofrecer las medidas de protección y la asistencia integral necesaria para detener la espiral de violencia.

El principal obstáculo para la aplicación de la Ley Maria da Penha, así como el logro del objetivo de dar visibilidad al fenómeno de la violencia letal contra las mujeres, es de naturaleza cultural. La resistencia que se observa en la aplicación e implementación de la Ley Maria da Penha tiende a persistir. Para romperla, se deben adoptar estrategias en los procedimientos penales y en la esfera administrativa, como las reglas que dan prioridad al examen de la calificante de feminicidio, los protocolos de investigación y las prácticas contra la discriminación, junto con un esfuerzo creciente para adoptar las perspectivas de género y raza/color en todas las políticas públicas, como un requisito de una sociedad igualitaria.

## Referencias

Bandeira, L. M. & Almeida, T. M. C. (2016). Misoginia, violência contra as mulheres e direitos. En BARBOSA, Theresa Karina (Org.). *A mulher e a justiça: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos*. (1. ed., pp. 79-92). Brasília: AMAGIS.

Câmara dos Deputados (CD) (2014). *PL n. 8.305, de 17 de dezembro de 2014*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível en: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=858860>

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível en: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Costa, L. L. F (2006). *Direito penal: parte geral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Council of Europe (COE) (2011). *Convenção do Conselho da Europa para Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica*. Disponível en: <https://rm.coe.int/168046253d>

Damasceno, V. (2017). Mulheres pedem justiça para Mayara, mais uma vítima do feminicídio. *Carta Capital*. Disponível en: <https://www.cartacapital.com.br/politica/mulheres-pedem-justica-para-mayara-mais-uma-vitima-de-feminicidio>

*Decreto n. 4.388/2002, de 25 de setembro de 2002*. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível en: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm)

*Decreto-Legislativo n. 186, de 10 de julho de 2008*. Aprova o texto de Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo,

assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm)

*Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.* Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)

Diniz, D., Costa, B. S. & Vieira, S. G. (2015). Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 114, 225-239, maio/jun.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (2017). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/>

Lauretti, P. (2017). Demógrafa tipifica e vê feminicídio como fenômeno epidemiológico. *Jornal da Unicamp*, 26 out. 2017. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/10/26/demografa-tipifica-e-ve-feminicidio-como-fenomeno-epidemiologico>

*Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990.* Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm)

*Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.* Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)

*Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015.* Altera o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei

n 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. (2015). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm)

Louis, M. V. (2006). Diga-me: o que significa gênero? *Sociedade e Estado*, 21(3), 713-726, set/dez.

Macedo, N. (2017). Mayara Amaral, mais uma vítima de feminicídio, palavra e crime que o Brasil não reconhece. *Diário do Centro do Mundo*. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/mayara-amaral-mais-uma-vitima-de-feminicidio-palavra-e-crime-que-o-brasil-nao-reconhece-por-nathali-macedo/>

Machado, L. Z. (2016). Violência baseada no gênero e a Lei Maria da Penha. En Barbosa, T. K. (Org.). *A mulher e a justiça: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos*. (1. ed., pp. 161-176). Brasília: AMAGIS.

Organización de las Naciones Unidas (ONU) (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Disponível em: [http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU\\_Cartilha.pdf](http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf)

Organización de las Naciones Unidas (ONU) (2007). *Princípios de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf)

Organización de las Naciones Unidas (ONU) (2012). *Relatório sobre mortes de mulheres relacionadas ao gênero, da Relatora Especial sobre Violência contra a Mulher, suas causas e consequências, Rashida Manjoo*. Conselho de Direitos Humanos. A/HRC/20/16, 2012.

Organización de las Naciones Unidas (ONU) (2014). *Modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio)*. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo\\_feminicidio\\_publicacao.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo_feminicidio_publicacao.pdf)



Penalva, J. (2015). Quem é mulher? Parte II: Discriminação é uma palavra só no Código Penal. *Jota*. 22 abr, 2015. Disponível em: <https://jota.info/artigos/quem-e-mulher-parte-2-22042015>

Pires, A. A. (2015). A natureza objetiva da qualificadora do feminicídio e sua quesitação no Tribunal do Júri. *Jusbrasil*. Disponível em: <https://amomalbernaz.jusbrasil.com.br/artigos/172762972/a-natureza-objetiva-da-qualificadora-do-feminicidio-e-sua-quesitacao-no-tribunal-do-juri>

Prado, D. & Sanematsu, M. (Orgs.) (2017). *FEMINICÍDIO: #InvisibilidadeMata*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Instituto Patricia Galvão.

Prado, L. R., Carvalho, É. M. & Carvalho, G. M. (2014). *Curso de direito penal brasileiro*. 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT.

Senado Federal (2013a). Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. *Relatório Final da CPMI sobre Violência Contra a Mulher, 2013*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contras-mulheres>

Senado Federal. (2013b). *Projeto de Lei do Senado n. 292, de 2013*. Altera o Código Penal para inserir o Feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113728>

Senado Federal. (2014). Comissão de Constituição e Justiça. *Parecer n. 244, de 2014, sobre o PLS n. 292 de 2013*. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4153133&ts=1567534344569&disposition=inline>

Senado Federal. (2017). *Sugestão n. 44 de 2017*. Extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passional. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131193>

Silva, M. L. (2013). *Para além da condenação: um estudo de gênero em processos de homicídios de mulheres com violência doméstica e familiar*. Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Direito, Universidade de Brasília.

Superior Tribunal de Justiça (STJ) (2017). STJ Notícias. *Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia*. 9 mai. 2017. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia)

Supremo Tribunal Federal (STF). Ação Direta de Constitucionalidade nº 19/DF. Relator: Ministro Marco Aurélio. Distrito Federal, 9 de fevereiro de 2012. *Diário da Justiça Eletrônico*, n. 80, 29 de abril de 2014. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>

Teles, N. M. (2004). *Direito penal: parte especial* (arts. 121 a 212). São Paulo: Atlas.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Recurso em sentido estrito n. 20150310174699. Relator: Silvanio Barbosa dos Santos, 2ª Turma Criminal, Acórdão n. 9555062, 14 de julho de 2016, 129-138 *Diário de Justiça Eletrônico*, 22 de julho de 2016.

Vieira, S. G. (2013). *Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar: ambiguidades do direito como tecnologia de gênero*. Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Direito, Universidade de Brasília.

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015*. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)

Zaffaroni, E. R. & Batista, N. (2010). *Direito Penal Brasileiro, II: teoria do delito*. Rio de Janeiro: Revan.

# Políticas de Drogas y Encarcelamiento de Mujeres en América Latina

Corina Giacomello

## Introducción

En los últimos años, las políticas de drogas han sido objeto de numerosos debates y propuestas de nuevas perspectivas y reformas. Los países de América Latina han desempeñado un lugar notable en el fomento de los cuestionamientos al marco internacional de control de drogas y a su aplicación en la región; de hecho, fue por iniciativa de los presidentes de tres países latinoamericanos (México, Guatemala y Colombia) que se anticipó a 2016 la Sesión Especial de la Asamblea General de las Naciones Unidas (UNGASS) sobre drogas, prevista para 2019. En medio de temas de atrito o incluso de patente desacuerdo (Felbab-Brown & Trinkunas, 2015), la incorporación de la perspectiva de género en las políticas de drogas, en cambio, puede ser considerado como un tema de avance y, al mismo tiempo, de consenso en el seno de la comunidad internacional reunida en las Naciones Unidas (Bridge et al., 2017). Eso está particularmente relacionado con el incremento en el encarcelamiento de mujeres por delitos de drogas, mismo que, a su vez, ha sido visibilizado por estudios de la academia y de la sociedad civil.

Este artículo se propone presentar los cruces entre las políticas de drogas y las relaciones de género en la conformación del sujeto *mujeres en prisión por delitos de drogas* en América Latina, desde una perspectiva cuantitativa y cualitativa. A su vez, se aborda el tema del impacto de la privación de la libertad para las mujeres.

En la primera parte, se presenta un panorama latinoamericano sobre el encarcelamiento de mujeres por delitos de drogas, en el marco más amplio de qué entendemos por políticas de drogas. Luego, se aterrizan estas discusiones a partir de las historias de vida de dos mujeres privadas de la libertad en una prisión femenil de Oaxaca, México. En la tercera parte, se analiza el marco normativo y discursivo en torno a los impactos de la privación de la libertad para las mujeres. Finalmente, se concluye con un apartado de discusión.

Este capítulo forma parte de una trayectoria de investigación y de incidencia más amplia, desarrollada en los últimos diez años, con un enfoque en América Latina y, particularmente, México (Giacomello, 2013a, 2013b, 2016, 2017a, 2017b, 2017c, Giacomello & Blas-Guillén, 2016, Giacomello, Blas & Erreguerena, 2017).

## 1. Políticas de drogas y género: un binomio prometedor

La segunda década del siglo veintiuno está marcando un giro en las aproximaciones a las políticas de drogas en América Latina, y la incorporación de la perspectiva de género, por lo menos a nivel discursivo, es uno de sus ejemplos. Antes de profundizar en el desarrollo y en el estatus actual del binomio género-políticas de drogas, cabe aclarar qué se entiende por políticas de drogas y cuáles son las tendencias actuales en la materia.

La Organización Mundial de la Salud identifica dos interpretaciones del término políticas de drogas (derivado del inglés *drug policy*):

(1) En el contexto de las **sustancias psicoactivas** el conjunto de políticas diseñadas para influir en la oferta y la demanda de **drogas ilegales**, a escala local o nacional, que comprenden programas de educación, tratamiento, control y otros programas y políticas. En este sentido, la política en materia de drogas no incluye la **política farmacéutica** (excepto en lo que se refiere al desvío al **uso no médico**) ni tampoco la **política sobre alcohol y tabaco**.

(2) En el contexto del Programa de Acción de la OMS (1994, p. 49) sobre Medicamentos Esenciales, “la política nacional de medicamentos” se refiere a la **política farmacéutica**<sup>101</sup> de un país sobre la comercialización, disponibilidad y uso terapéutico de los medicamentos. La OMS recomienda que todos los países dispongan de una política de este tipo, formulada en el contexto de una política sanitaria nacional. La Lista de Medicamentos Esenciales de la OMS es un esfuerzo para ayudar a los países en desarrollo a elaborar una política farmacéutica en consonan-

---

101 La OMS (1994) define como política farmacéutica: “Sistema de regulaciones dirigido a controlar la disponibilidad y la demanda de **medicamentos**. Sinónimo de **política en materia de drogas** (*drug policy*) (segunda definición) en el Programa de Acción de la OMS sobre Medicamentos Esenciales; en los países Escandinavos se denomina también como *política de medicamentos* (*medicines policy*). Un componente importante suele ser la política sobre **medicamentos psicoactivos**, que refleja la elevada proporción de recetas que se extienden para estos fármacos”. (negritas en el texto original)

cia con la asignación de fondos escasos para productos farmacéuticos basándose en las necesidades sanitarias en lugar de en aspectos de mercado. (negritas en el texto original)

La segunda definición releja una aproximación más científica, basada en una conceptualización médica de las drogas, en la cual este término se utiliza para hacer referencia a cualquier sustancia que provoca modificaciones en los organismos y que pueden generar dependencia<sup>102</sup>.

No obstante, en el lenguaje coloquial, en los imaginarios e incluso en el seno de los organismos internacionales, prevalece la primera definición de *políticas de drogas* y el uso del término *drogas* como sinónimo de ciertas sustancias ilegalizadas -por ejemplo, la cocaína, la heroína y, con algunas excepciones, cada vez más numerosas, la marihuana-, a la par que su disociación de otras sustancias, como el alcohol y el tabaco, las cuales no son consideradas comúnmente como drogas.

Por lo anterior, cuando hablamos de políticas de drogas, nos solemos referir, si bien con imprecisión, a las políticas orientadas a la prevención y al tratamiento del uso de ciertas sustancias psicoactivas, así como al combate de los mercados criminales de las mismas. El conjunto de acciones dirigidas al consumo se conoce bajo el nombre de *control de la demanda*, mientras que la intervención policial -o militarizada- que busca enfrentarse a los grupos criminales y eliminar físicamente la disponibilidad de drogas (mediante erradicaciones y fumigaciones de cultivos, incautaciones, detenciones, intercepciones e investigaciones en materia de lavado de dinero) se conoce como *control de la oferta*.

Las acciones de control de la demanda y de control de la oferta se desprenden de tres convenciones de las Naciones Unidas: i) la Convención Única sobre Estupefacientes de 1961, enmendada por el Protocolo de 1972; ii) el Convenio sobre Sustancias Psicotrópicas (1971); y iii) la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas (1988).

---

102 La OMS (1994, p. 33) define el término drogas de la manera siguiente: Término de uso variado. En medicina se refiere a toda sustancia con potencial para prevenir o curar una enfermedad o aumentar la salud física o mental y en farmacología como toda sustancia química que modifica los procesos fisiológicos y bioquímicos de los tejidos o los organismos. De ahí que una droga sea una sustancia que está o pueda estar incluida en la Farmacopea. En el lenguaje coloquial, el término suele referirse concretamente a las **sustancias psicoactivas** y, a menudo, de forma aún más concreta, a las **drogas ilegales**. Las teorías profesionales (p. ej., *alcohol y otras drogas*) intentan normalmente demostrar que la **cafeína**, el tabaco, el **alcohol** y otras sustancias utilizadas a menudo con fines no médicos son también drogas en el sentido de que se toman, el menos en parte, por sus efectos psicoactivos.

El marco internacional de control de drogas es referido coloquialmente como *marco prohibicionista*, aunque, en realidad, las convenciones no prohíben ni ilegalizan ninguna droga: más bien plantean un marco de regulación muy estricto para ciertas sustancias -organizadas mediante un sistema de listas- y prevén como legítimos únicamente los usos de estas sustancias para fines médicos o científicos. Las convenciones de drogas se plantean dos objetivos principales: i) asegurar el acceso a medicamentos, especialmente medicamentos esenciales y ii) prevenir y combatir el uso de drogas para fines no médicos, así como el desarrollo de dependencia a esta sustancia. Este enfoque haría presumir que las acciones principales para lograr los objetivos se enmarcarían en el de control de la demanda. En cambio, en la aplicación de las convenciones sobre drogas han prevalecido las políticas de control de la oferta<sup>103</sup>.

El uso generalizado del derecho penal, incluso cuando se trata de delitos de drogas menores y no violentos o asociados al consumo personal, tiene un impacto negativo en el goce de los derechos. El impacto de las políticas de drogas en los derechos humanos abarca entre otras, las siguientes violaciones (Human Rights Council, 2015): en el ámbito de la salud, la criminalización del uso de sustancias y la estigmatización de los usuarios conlleva la falta de acceso a tratamiento para las personas con uso dependiente o perjudicial; asimismo, reduce el acceso a programas de reducción de daños (por ejemplo, la distribución de jeringas limpias para personas que consumen drogas inyectables), pese a su comprobado éxito para reducir las muertes asociadas al uso de drogas así como la transmisión de enfermedades. La regulación estricta de las sustancias contempladas por los tratados de Naciones Unidas sobre drogas también ha conllevado la falta de acceso a medicamentos esenciales por parte de la mayoría de la población mundial: por ejemplo, 92% por ciento

---

103 A nivel de Naciones Unidas, existen tres instituciones responsables de monitorear y asegurar la implementación de los tratados, así como de asistir a los países en el diseño e implementación de políticas de drogas coherentes con las convenciones: se trata de la Comisión de Estupefaciente (CdE, de aquí en adelante) -un cuerpo de 53 países-, la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (JIFE, de aquí en adelante) -compuesta por trece integrantes con función de monitoreo cuasi-judicial de la aplicación de los tratados- y la Organización Mundial de la Salud (OMS, de aquí en adelante). A éstas se suma la Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (ONUDD, de aquí en adelante), con sede en Viena y presencia en todo el mundo mediante oficinas regionales, que presta asistencia técnica a los países, no únicamente en relación a drogas, sino también prevención del delito, sistema penitenciario, desarrollo alternativo, etc.

de la morfina es consumida por 17% de la población mundial, mientras que el resto de la población (83%) consume sólo el 8%<sup>104</sup> (JIFE, 2017).

Desde el ámbito del control de la oferta, la securitización de las políticas de drogas ha implicado el uso del derecho penal como respuesta principal, en particular el uso de la prisión en fase preventiva y de condena, contribuyendo en buena medida a la crisis penitenciaria de América Latina, favoreciendo, entre otros aspectos, el hacinamiento, el autogobierno y la corrupción en las cárceles (Chaparro, Pérez Correa & Youngers, 2017). En algunos países se han aplicado políticas de mano dura, que fomentan las violaciones a los derechos humanos a través de la privación ilegal de la libertad, la tortura y las ejecuciones extrajudiciales. Las acciones punitivas del Estado suelen estar dirigidas hacia blancos que forman parte de grupos socialmente discriminados: los pobres, los indígenas, los jóvenes y las mujeres. Generalmente, estas políticas represivas no están acompañadas de intervenciones de prevención del delito y justicia social; por lo tanto, constituyen una respuesta fácil a los reclamos sociales sobre inseguridad, mientras que agudizan los problemas de exclusión, desigualdad y violencia que, a menudo, son de las primeras causas para el desarrollo del crimen organizado.

Las políticas de erradicación de cultivos ilícito y de fumigación han contribuido a poner en riesgo el medio ambiente y a desplazar a las poblaciones que residen en esos territorios y viven de los ingresos de los cultivos, pueblos que son, en su mayoría, indígenas y pobres (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2015). Asimismo, los programas de desarrollo alternativo no han logrado articularse de manera participativa con las comunidades ni ofrecer opciones económicas viables y sustentables (Buxton, 2015).

Sólo en años recientes se está generando un vínculo entre la agenda de desarrollo y el marco de derechos humanos con las políticas de drogas. Éstas han caminado, tradicionalmente, de manera aislada de las demás agencias del sistema de Naciones Unidas; apenas en 2008 se aprobó la primera resolución sobre derechos humanos, bajo el liderazgo de Uruguay. La resolución, llamada *Fortalecimiento de la cooperación entre la Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito y otras entidades de las Naciones Unidas para la promoción*

---

104 Esta información se encuentra disponible en el enlace <https://www.incb.org/incb/en/narcotic-drugs/Availability/availability.html>

de los derechos humanos en la aplicación de los tratados de fiscalización internacional de drogas fue apoyada por Argentina, Bélgica, Bolivia, Finlandia, Francia, Alemania, Irlanda, los Países Bajos, Noruega, Perú, Rumania, Eslovenia, España, Suiza y el Reino Unido. Pese al gran apoyo, despertó susceptibilidades entre otras delegaciones; por ejemplo, China consideró ridícula la petición de que la CdE trabajara de acuerdo a los tratados internacionales de derechos humanos, y Tailandia expresó la preocupación de que estas discusiones minaran el consenso internacional tradicional en la CdE, el cuerpo político de las políticas de drogas. Finalmente, el lenguaje fue diluido y se retiraron de la resolución referencias importantes, entre otras a la pena de muerte y a los derechos de los pueblos indígenas; aun así, representó un paso importante (Bridge et al., 2017).

La incorporación de la perspectiva de género en las políticas de drogas es, en cambio, un tema de consenso entre los países que conforman la Comisión de Estupefacientes y ha sido abordado también por ONU Mujeres (UN-Women, 2014), la ONUDD (Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito, 2008) y la JIFE (2017). También, desde 2013 se encuentra sólidamente plasmado en los discursos sobre drogas de la Organización de los Estados Americanos (OEA, de aquí en adelante), en el marco de planteamientos de reforma a las políticas de drogas internacionales y regionales (OEA, 2013). Por ejemplo, en la Declaración de Antigua (2013) *Por una política integral frente al problema mundial de las drogas en las Américas*, se aborda el tema de las mujeres y del enfoque de género. Se afirma que “las mujeres, niños, niñas y adolescentes pueden ser víctimas de explotación por las redes de tráfico ilícito de drogas, lo que ocasiona daños en el núcleo familiar y en la sociedad”; asimismo, se sostiene que “las políticas públicas relacionadas con el problema mundial de las drogas necesariamente deben ser diseñadas e implementadas con un enfoque de género, cuando corresponda” y se alienta “a los Estados Miembros, de conformidad con su legislación nacional, a que continúen fortaleciendo sus acciones y políticas, incluyendo un enfoque de género según corresponda, tendientes a reducir el hacinamiento carcelario, con la promoción del mayor acceso a la justicia para todos, respetando la proporcionalidad entre el daño y la pena y el apoyo de alternativas al encarcelamiento, cuando corresponda, particularmente mediante el aumento del acceso a la rehabilitación, el cuidado integral de la salud y los programas de reintegración social; y, en este sentido, alientan a los Estados Miembros a esforzarse por incorporar a sus prácticas las disposiciones pertinentes de las reglas y normas de las Naciones Unidas”.



En 2014, la Comisión Interamericana de Mujeres (2014) publicó el estudio *Mujeres y drogas en las Américas: Un diagnóstico en construcción*, en el cual se recopila información sobre el involucramiento de las mujeres en los delitos relacionados con las drogas.

Como se puede observar con este breve panorama, si bien existen antecedentes sobre la incorporación de la perspectiva de género en resoluciones y programas de las agencias internacionales en materia de drogas, es a partir de la segunda década del siglo XXI que el tema se plantea de manera sistemática, especialmente desde el enfoque de las mujeres privadas de la libertad por delitos de drogas. Por ejemplo, en 2015, el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) publicó el informe *Políticas de control de drogas y desarrollo humano*, en el cual se visibilizan las afectaciones que las políticas de control de drogas actuales implican para el desarrollo humano. En el informe se incluye un apartado llamado *Dimensiones de género* (PNUD, 2015, pp. 26-27) que hace referencia a algunas de las problemáticas enfrentadas por las mujeres usuarias y por las mujeres que se involucran en delitos relacionados con las drogas. Con respecto al primer grupo, se hace hincapié en el contexto de violencia en el cual están inmersas a menudo las mujeres usuarias, por parte de sus parejas íntimas, así como de los funcionarios encargados de mantener el orden público. También se señala que existen barreras estructurales y culturales que reducen el acceso de las mujeres a programas de atención y tratamiento y que, por el contrario, aumentan su estigmatización, sobre todo en el caso de las que son madres o que están embarazadas. En relación al segundo grupo, se resalta el creciente encarcelamiento de mujeres por delitos menores y no violentos relacionados con drogas y el impacto diferenciado para sus familias, especialmente en el caso de hijas e hijos pequeños.

En marzo de 2016, en medio de las vivaces discusiones en torno a la aprobación del documento final de UNGASS -realizada en abril del mismo año en Nueva York-, se aprobó, en el marco de la 59 sesión de la Comisión de Estupefacientes (CdE, 2016) en Viena, la resolución *Incorporación de la perspectiva de género en las políticas y programas relacionados con drogas*. Ésta fue propuesta inicialmente por México y contó con el apoyo de Brasil y Costa Rica; finalmente, el texto fue aprobado por la asamblea plenaria con el soporte de otros ocho países: Finlandia, Noruega, Australia, Suecia, Argentina, Colombia, Guatemala y Uruguay. La resolución, alimentándose de los

productos académicos y de incidencia política que existen sobre el tema, refleja la situación de la mayoría de las mujeres encarceladas por delitos vinculados con las drogas: pobres, con bajos estudios, víctimas de violencia doméstica y sexual, madres y principales o únicas responsables de los cuidados de otras personas, incluyendo sus hijos y adultos mayores y, a veces, utilizadas por las redes del tráfico. Son, finalmente, sujetos secundarios responsables de delitos no violentos, que en su mayoría involucran cantidades pequeñas de drogas. Asimismo, señala las problemáticas enfrentadas por las mujeres usuarias:

[...] Gravemente preocupada por los **obstáculos sociales y estructurales** que siguen dificultando el **acceso de las mujeres al tratamiento del consumo de drogas**, como la pobreza y, en algunos casos, el hecho de que no se asignan recursos suficientes para eliminar esos obstáculos, y plenamente consciente de que las mujeres se ven gravemente afectadas por determinadas consecuencias del uso indebido de drogas, como las **enfermedades de transmisión sexual**, y por las consecuencias de la **violencia doméstica** y los **delitos cometidos bajo la influencia de las drogas** [...] (CdE, 2016, p. 3). (negritas añadidas)

La declaración final de UNGASS (Asamblea General de las Naciones Unidas, 2016) también apunta a una aproximación integral e incluyente a la situación de las mujeres frente a las drogas y a las políticas de drogas; en particular en la sección *Recomendaciones operacionales sobre cuestiones intersectoriales: las drogas y los derechos humanos, los jóvenes, los niños, las mujeres y las comunidades*, apartado g, se afirma:

[...] Incorporar la perspectiva de género en los programas y políticas en materia de drogas y asegurar la participación de las mujeres en todas las etapas de su elaboración, ejecución, seguimiento y evaluación, formular y difundir medidas que tengan en cuenta las necesidades y circunstancias específicas de las mujeres y las niñas en relación con el problema mundial de las drogas y que sean adecuadas a su edad y su género, y, en cuanto Estados partes, aplicar la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (Asamblea General de las Naciones Unidas, 2016. p. 15).

A nivel interamericano, la perspectiva de género se encuentra plasmada en el *Plan de Acción Hemisférico sobre Drogas 2016-2020*. Estrategia Hemisférica sobre Drogas de la OEA (Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas, 2016), en el cual el enfoque de género es incorporado como transversal.

Como se deriva de esta breve panorámica, las mujeres son un sujeto actualmente visibilizado en los debates internacionales sobre drogas y políticas de drogas. Tan es así que en el informe anual de la JIFE (2017) respectivo a 2016 se dedica el primer capítulo al tema de las mujeres. El capítulo *Las mujeres y las drogas* resume las principales problemáticas que enfrentan las mujeres usuarias y las que se encuentran criminalizadas y encarceladas. Asimismo, toca temas sensibles como la maternidad en relación al uso de drogas y en la cárcel.

La visibilización de las mujeres en relación a las drogas y las políticas de drogas es el fruto de décadas de trabajo desde la academia y la sociedad civil orientado a crear sensibilización y reformas en torno a i) el aumento en la criminalización de las mujeres en los delitos de drogas; ii) el cruce entre relaciones de género, feminización de la pobreza y delitos de drogas; iii) las condiciones de discriminación y violencia basada en el género que prevalecen en los sistemas penitenciario y iv) el impacto de la privación de la libertad sobre las mujeres, sus familias y sus comunidades.

## **1.1 Mujeres y delitos relacionados con drogas en América Latina**

Desde la década de 1980, y con más prominencia desde 1990, el encarcelamiento de mujeres por delitos de drogas menores, no violentos se ha incrementado en América Latina (Giacomello 2013b). Lo anterior refleja el impacto de las políticas de drogas en la región y el sobreuso del derecho penal; sin embargo, en el caso de las mujeres, el aumento se ve más fuerte que en el caso de los hombres y esto no es exclusivo de la región: tan sólo entre 2000 y 2015, el número de mujeres y niñas privadas de la libertad a nivel mundial ha crecido de aproximadamente 50%, contra un 20% de incremento de la población en prisión total y de un 18% de crecimiento de la población mundial. En el continente americano, el aumento ha sido tres veces el de la población total. El número de mujeres y niñas privadas de la libertad ha sido particularmente agudo en Guatemala, El Salvador, Brasil y Colombia (Walmsley, 2015).

Los delitos de drogas representan, en la mayoría de los países de la región, la primera o segunda causa de privación de la libertad de mujeres (precedidos por robo) y la segunda o tercera causa en el caso de los hombres (precedidos por robo y homicidio). En Colombia, por ejemplo, los delitos de *tráfico, fabricación*

o *porte de estupefacientes* representan la tercera causa de encarcelamiento (después de robo y homicidio) en general, la segunda en el caso de los hombres y la primera en el caso de las mujeres (Giacomello, 2019). También en Argentina, las infracciones a la ley de drogas (ley 23.737) representan la tercera causa de encarcelamiento en el país, constituyéndose en uno de los factores que más inciden en el crecimiento de la población penitenciaria: por ejemplo, la tasa de personas privadas de la libertad ha crecido del 45% entre 2000 y 2015; en cambio, la tasa de detenidos por infracción a la ley de drogas durante el mismo período se duplicó: en 2005 fue de 9.5 y en 2015 aumentó a 18.5, lo que implica, que hubo muchas más personas encarceladas por infracción a la ley de drogas. Medidos en relación a la población carcelaria general, los infractores a la ley de drogas representaron en el 2005 el 8.3%, y en tanto, en el 2015 fueron el 11.2% (Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2016).

En 2018, “45% de las mujeres detenidas en Chile fueron acusadas de delitos de drogas, contra 22,7% de los hombres”; También en este país, los delitos relacionados con las drogas representan la causa principal de la prisión femenina (Echaury, 2019, p. 6). La siguiente tabla provee alguna orientación sobre la extensión de este fenómeno:

**Tabla 1. Mujeres privadas de la libertad por delitos de drogas en América Latina**

País	Porcentaje de mujeres en prisión por delitos de drogas	Aumento de mujeres en prisión por delitos de drogas
Argentina	65% (diciembre 2012)	271% (1989/2008)
Bolivia	48% (2013)	114% (2003-2013)
Brasil	61% (junio 2013)	290% (2005/2013)
Colombia	45% (2014)	211% (2000/2014)
Costa Rica	75% (diciembre 2011)	189% (2006-2011)
Ecuador	43% (2015)	NA
México	45%; delitos federales (agosto 2014); 14%; delitos locales (mayo 2013)	NA 2% (2011-2013)
Perú	61% (julio 2014)	35% (2008-2014)
Uruguay	24% (2013)	-

Fuente: Boiteux, 2015, p. 3.

Estas cifras, por un lado, reflejan las tendencias de la región, puesto que el continente americano es, a la vez, el que más encarcela su población y donde más rápido ha crecido la población carcelaria en el siglo XXI. También responden a la aplicación específica de las políticas de drogas, basadas en la criminalización de sectores vulnerables, el uso de la prisión preventiva y la implementación de penas largas de prisión (Chaparro et al., 2017). Finalmente, en el caso de las mujeres, se cruza con los procesos de involucramiento y las formas de las mujeres en delitos de drogas y cómo éstas, a su vez, interactúan con patrones de género y dimensiones socio-económicas.

El involucramiento de las mujeres en los delitos de drogas no se da en un vacío, sino en contextos sociales en los cuales, en medio de flujos de cambio en materia de igualdad entre hombres y mujeres, persisten patrones de exclusión, discriminación y violencia en razón de género. De acuerdo al informe del Foro Económico Mundial sobre brecha de género (WEF, 2017), ésta se estima en 32%, partiendo de cuatro categorías: i) participación económica y oportunidad; ii) educación; iii) salud y sobrevivencia; y iv) empoderamiento político. En América Latina y el Caribe, la brecha es de 29.8%. Lo que se destaca en este informe, es que en 2017 se observa una ampliación de la brecha de género, por primera vez desde que se empezó a medir en 2006. Particularmente en el área de oportunidad económica, la brecha de género se encuentra rezagada: se estima que la brecha de género global tardará 100 años en cerrarse (en lugar de la estimación del año previo, de 83 años), mientras que la brecha en materia económica demorará 217 años.

Los ámbitos de discriminación de las mujeres abarcan la educación, el acceso a la salud, la formalidad en el empleo, la independencia económica, así como la esfera de la violencia. De acuerdo a información de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), en 2014 un total de 2.089 mujeres de 25 países fueron víctimas de feminicidio (Bideagin Ponte, 2017) y al menos doce mujeres son asesinadas diariamente en la región (CEPAL, 2016).

En términos económicos, la brecha salarial entre hombres y mujeres sigue siendo significativa, puesto que:

[...] Las mujeres de 20 a 49 años que trabajan en forma remunerada 35 horas o más por semana y viven en zonas urbanas en América Latina reciben en promedio 83,9% en comparación con los hombres. Además, a mayor cantidad de años de estudio, mayor es la brecha salarial de

género (CEPAL, 2016b). Si se analizan los ingresos laborales por hora trabajada, según género y raza-etnia se evidencia que las mujeres indígenas y afrodescendientes se sitúan en las posiciones inferiores de la escala de ingresos, incluso cuando se controla por el nivel de educación (CEPAL, 2016c). La falta de correlación entre los niveles educativos de las mujeres y la reducción de las brechas de género, edad y raza-etnia en el mercado laboral dan cuenta del carácter estructural de la discriminación en América Latina y el Caribe (Bidegain Ponte, 2017, p. 44).

Asimismo, “28% de la población de América Latina vive en condiciones de pobreza y ésta afecta de manera más severa a las mujeres: en 2014 por cada 100 hombres que vivían en hogares pobres en la región, había 118 mujeres en esta situación” (Bidegain Ponte, 2015, p. 40). La participación de las mujeres en delitos de drogas, especialmente de venta al detalle o transporte, se relaciona también con los roles y funciones asignados tradicionalmente por el sistema patriarcal a las mujeres: las mujeres siguen estando a cargo de los cuidados de otras personas, principalmente niñas y niños. Por ejemplo, datos de la CEPAL muestran que la mitad de las mujeres en cuyo hogar hay niños o niñas menores de 7 años, se encuentra fuera del mercado laboral, mientras que solo 10% de los hombres está en esta situación. En todos los países de América Latina y el Caribe, las mujeres son sobrerrepresentadas en los trabajos de cuidado no remunerados -y también los remunerados- y sub-representadas en los trabajos remunerados. Llevan, por lo tanto, una mayor carga laboral, a la par que sus aportaciones a la economía son invisibilizadas (Scuro & Vaca, 2017).

A su vez, las redes de tráfico de drogas ilícitas que operan en la región, también se desarrollan en un marco social en el cual las relaciones de género desempeñan un rol en la constitución de las redes mismas y en las funciones de sus integrantes. Se trata principalmente de redes machistas y jerárquicas, en las cuales las mujeres desempeñan mayoritariamente roles tradiciones (esposas, novias, hijas, prostitutas, madres) y funciones secundarias (cultivadoras, recolectoras, transportistas, correos humanos, resguardo de puntos de venta, entre otros). Si bien las mujeres también pueden llegar a ocupar lugares de mando, se encuentran generalmente en la base de la pirámide productiva de los mercados de drogas ilícitas. Esto las convierte, automáticamente, en más fácil de ser detectadas y capturadas, sobre todo considerando el enfoque punitivo de las políticas de drogas y la criminalización secundaria de sujetos menores del tráfico, tanto en hombres como mujeres. Estos sujetos distan de

ser los receptores de las grandes ganancias, los cerebros de las redes o incluso las personas responsables de organizar y ejecutar el transporte de grandes cantidades. Constituyen, más bien, el tráfico hormiga; sin embargo, forman el principal grupo de la población penitenciaria de la región.

## **2. Involucramiento y participación**

La persistencia de patrones de violencia de género contra las mujeres, la falta de acceso de las mujeres a la independencia económica, a la par que la feminización de la pobreza, contribuyen a que las mujeres se involucren en los delitos de drogas, por un lado, y, por el otro, a que sean blancos fáciles de políticas de drogas cuyo éxito se basa, entre otros indicadores, en el número de personas encarceladas o enjuiciadas (vendedores, traficantes y, en algunos casos, usuarios de drogas) (Bewley-Taylor, 2016).

Entre los patrones de involucramiento de las mujeres, las relaciones familiares y particularmente las de pareja, desempeñan un rol clave para su acceso a las actividades relacionadas con drogas ilícitas. Generalmente, las mujeres participan conscientemente en los delitos de drogas, aunque el nivel de conocimiento de la actividad a llevar a cabo (tipo de sustancia, cantidad, riesgos, personas que conforman la red, personas que tienen roles de mando, etc.) y de los riesgos (años de cárcel, condiciones de reclusión, etapas y procedimientos judiciales) está moldeado por la influencia de los hombres sobre sus vidas y, a menudo, relaciones en las que co-existen la violencia y la persuasión. Un estudio realizado por quien escribe (Giacomello, 2013a) en la cárcel femenil de Santa Marta Acatitla (Ciudad de México) muestra que, en su mayoría, las narrativas de las mujeres contenían algunos elementos en común: ninguna se refería a su involucramiento como producto de la coerción directa, la amenaza o la explotación, como el resultado de una elección individual (transportar o vender drogas) bajo ciertas condiciones específicas, entre otras i) la cercanía a redes de tráfico de drogas afuera o adentro de centros de reclusión; ii) el uso dependiente de sustancias, iii) el amor o las responsabilidades de cuidado y iv) situaciones económicas adversas (Giacomello, 2017a, 2017b, 2017a). Muchas de ellas compartían un pasado de violencia en razón de género, incluso violencia sexual, y de grave exclusión social, por lo cual el acceso a actividades ilícitas relacionadas con drogas permite cumplir satisfactores básicos, a la par

que seguir desempeñando roles tradicionales, principalmente el de madres y esposas. Por ende, las experiencias de estas mujeres estaban marcadas por la co-existencia de procesos de agencia y de victimización en razón de género.

Estos hallazgos forman parte de un cuerpo de estudios (Anderson, 2005, Torres Angarita, 2007, Bailey, 2013, Fleetwood 2014, Le & Gilding, 2016) que muestran que la victimización y el empoderamiento se encuentran a menudo interrelacionados en las historias de vida de mujeres acusadas de delitos de drogas (Anderson, 2005).

A continuación, se narran dos casos que complementan estas afirmaciones: el de Gaby, una mujer indígena acusada de transporte de marihuana en el estado de Oaxaca, México, y el de Orfa, una mujer de origen guatemalteco, acusada de posesión de cocaína en México.

## **Gaby**

Gabriela Cruz -a quien me refiero como Gaby, de aquí en adelante- participó junto con otras mujeres privadas de la libertad en el centro femenino de reinserción social Tanivet (Oaxaca, México) en un proyecto de realización de documentales sobre mujeres privadas de la libertad por delitos de drogas, en julio de 2016<sup>105</sup>. Aquí se presenta su historia, tal y como la narró en esos días de estrecha convivencia.

Gaby proviene de un municipio muy pobre de Oaxaca, principalmente indígena. En su municipio, las actividades relacionadas con marihuana, principalmente limpia y empaquetamiento, son comunes; de hecho, representan la principal fuente de empleo de la comunidad. Gaby procede de una familia que describe como unida, hasta que el padre emigró a los Estados Unidos por razones económicas, cuando Gaby era una niña. A raíz de unos conflictos familiares, el papá de Gaby dejó de enviarles dinero; así, para

---

105 Los casos presentados en este capítulo son fueron recopilados como parte de un proyecto conjunto de Equis: Justicia para las Mujeres, A.C. (México), la Oficina en Washington para Asuntos Latinoamericanos - WOLA, por su sigla en inglés, Estados Unidos - & Scpio Mexico). El proyecto consistió en la producción de tres cortometrajes basados en los testimonios de mujeres privadas de la libertad en el centro penal femenino Tanivet, ubicado en el estado de Oaxaca, México. Los casos fueron grabados en julio de 2017. Los videos pueden ser consultados en el enlace <https://mujeresydrugas.wola.org/videos>.



apoyar a su mamá, Gaby empezó a pedir dinero. Hasta que un día, relata, una persona del pueblo le dijo que tenía que ganarse el pan:

La situación económica era muy difícil.

Fui un año a la secundaria pero empecé a faltar mucho porque mi mamá también se empezó a enfermar y no había quién nos ayudara. Luego yo iba a pedir dinero prestado: *Préstenos cien pesos, préstenos doscientos pesos para comprarnos comida*". Las cosas que se necesitaban en la casa...

Entonces llegó un día en que yo me topé con una persona de allí mismo del pueblo, y le dije que si nos podía prestar dinero. Y me dijo que debíamos de ganarnos el pan, para salir adelante. Entonces me dijo: "Yo te ofrezco un trabajo. Te ofrezco que me acompañes. Vamos a México. Tú vas a cargar un paquetito que yo te voy a dar y yo te voy a dar dinero a cambio de eso". Esa fue la primera vez que yo viajé.

A partir de ese primer viaje, y por algunos años, Gaby, apenas adolescente, empezó a transportar marihuana. A los dieciséis años ya había regresado a la escuela, cuando fue víctima de violación por una persona del pueblo. De esa violación tuvo a su primera hija. Posteriormente, se enamoró de un hombre más grande que ella, quien se dedicaba al tráfico de marihuana. Gaby volvió a viajar y así describe su trabajo:

Para mí, en ese tiempo... era un trabajo común. Era un trabajo digno, honesto. ¿Por qué? Porque simplemente llegaba la mercancía, la marihuana, la limpiábamos, la empaquetábamos, la encintábamos y era como un proceso. En el pueblo la gente se ponía contenta cuando ya empezaba ese tipo de trabajo, porque... hay hasta niños, hasta ancianos, de cualquier edad, ellos estaban ahí.

Yo estaba dispuesta a todo porque mi familia lo requería y lo necesitaba. Y no le echo la culpa a mis hijos, realmente por ellos lo hice. Pero es por la necesidad, por la pobreza... porque en el pueblo no hay otros medios que te puedan ayudar. **En el pueblo es como que si vendieras pan.**

A raíz de la relación con ese hombre, tuvo a su segundo hijo, del cual el señor siempre se desentendió, desde el embarazo. Gaby llegó sola al hospital. Su hijo nació con parálisis cerebral:

A los cuatro o cinco meses, el niño no sostenía la cabeza. Lo llevé con un médico particular y me dijo que al niño se le tenían que hacer unas

tomografías para un diagnóstico. Pero para eso, la tomografía costaba de 4,500 a 6,000 pesos<sup>106</sup>. Yo me preocupé mucho y yo ya estaba decidida a dejar esa labor que yo hacía porque ya no me gustaba: eran muchos peligros. Nos dieron un diagnóstico que mi hijo tenía parálisis cerebral motora severa... Algo así...

Por la condición de su hijo, Gaby siguió transportando marihuana. Fue detenida en 2012 y sentenciada a 10 años de prisión por transporte de marihuana.

## **Orfa**

Orfa es de Guatemala. Cuando empezamos a hablar con ella, nos dijo que a ella le habían enseñado que hay que obedecer al marido. Orfa, su esposo y sus hijos vivían al día. En una ocasión, él contrajo una deuda:

En una ocasión, él pidió un dinero prestado. Allí fue donde las cosas se complicaron más porque lo que él ganaba, y lo poco que yo también aportaba, no era suficiente para ir cubriendo la deuda. Cuando el familiar empezó: “¿Cuándo me vas a empezar a pagar? Mira que el tiempo va corriendo”, él [el esposo] se ponía de muy mal humor...

Dice: “Para que nos quede más, ¿por qué no me apoya usted?”.

Realmente, desde un principio, estuve consciente de que en el momento de alguna detención... éste era el lugar que me podría esperar.

Orfa se involucra así en el tráfico de cocaína de Guatemala a México, impulsada por el marido, a quien había aprendido a obedecer, en apego a su educación y con base en la violencia que él ejercía en su contra, y que estaba normalizada para ambos. La droga la cargaba Orfa, escondida debajo de la falda, pegada a sus piernas. Ella y el marido siempre viajaban con el menor de sus hijos, un niño de aproximadamente dos años. Cuando los detuvieron, le amenazaron con quitarle a su hijo, para dárselo a una familia que realmente lo quisiera. Finalmente, el niño fue enviado a una institución pública. El marido de Orfa fue declarado inocente y se regresó a Guatemala con el niño. Orfa fue declarada culpable y sentenciada a cinco años de prisión.

---

106 Entre 240 y 320 dólares estadounidenses a la tasa de cambio de diciembre de 2017.

Al final de la semana que transcurrimos entrando a grabar en Tanivet, le preguntamos a Orfa qué mensaje quería compartir con las demás mujeres, y contestó:

He aprendido muchas cosas sobre **la violencia contra la mujer**. Y es algo que me gustaría mucho: poder ayudar a otras mujeres también, que con mi experiencia ellas puedan aprender... aprender cosas. **Tú como mujer tienes el derecho a decir no. Cuando dices no, nadie puede obligarte a hacer las cosas.**

En las narraciones de Orfa intervienen hechos y dinámicas producidos por el cruce de tres ejes: i) las políticas de drogas y su implementación; ii) las relaciones de género, en particular la violencia contra las mujeres; y iii) la privación de la libertad, especialmente cuando se trata de mujeres madres cuya maternidad se entrelaza con otras categorías: ser indígena, extranjera o pobre.

En ambos casos, hay una adhesión consciente al transporte de drogas para hacer frente a una pobreza crónica y emergente a la vez, es decir, hay un contexto de pobreza permanente, agudizado por situaciones críticas: el nacimiento de un hijo con parálisis cerebral, en el caso de Gaby, y una deuda, en el caso de Orfa. El transporte de drogas no es sólo una opción, sino la única opción. Gaby vive en un pueblo tomado por el crimen organizado, que funge como creador de puestos de trabajo para comunidades totalmente desatendidas por el Estado, marcadas por la pobreza, la exclusión y el racismo. Orfa reside cerca de la frontera por la que pasan los mayores flujos de cocaína del mundo (United Nations Office on Drugs and Crime, 2017).

Gaby, Orfa y, en general, las mujeres privadas de la libertad, despliegan una historia de violencia basada en el género, producto de la persistencia del patriarcado y del machismo y, por ende, asumida como normal. Sólo en la cárcel, Orfa muestra que se puede aprender a decir que no a la violencia y convierte esa conscientización en su contribución para las demás mujeres. En su narrativa, el marcador de su encarcelamiento no es el tráfico de drogas, sino el haberse involucrado a partir de la consigna social de obediencia al marido.

Ambas construyen sus historias a partir de los actos de figuras masculinas: en el caso de Gaby primero el padre, que abandona, luego el hombre que viola, finalmente el padre de su segundo hijo, que también abandona. Para Orfa también, el camino está trazado desde las consignas del

patriarcado, manifiesto en la violencia del marido, el involucramiento en el tráfico y, posteriormente, ya en prisión, el abandono de parte de su esposo.

El contexto de Orfa y Gaby es i) de violencia y de inferiorización en razón de género, ii) en países donde impera la impunidad con respecto a la violencia contra las mujeres y iii) la represión desproporcional en materia de delitos de drogas, a la par que iv) la presencia consolidada del crimen organizado como alternativa al Estado y a la falta de otros recursos económicos, sociales y de reconocimiento.

Esto no quiere decir que sean víctimas pasivas; ambas ejercen agencia: esconden las drogas, las cargan, las llevan, toman decisiones. Sin embargo, éstas están condicionadas por sus circunstancias de vida y los roles que desempeñan. Como se afirma anteriormente, la victimización y la agencia dibujan conjuntamente las vidas de estas mujeres.

Los delitos relacionados con las drogas representan, por ende, un punto de reificación de las relaciones de género y de los roles de las mujeres -como acompañantes, cuidadoras, madres y sujetos secundarios del tráfico- y, al mismo tiempo, una ruptura abrupta. Gaby recibe una pena de prisión de diez años, la pena mínima por el tráfico de drogas en México (artículo 194 del Código Penal Federal); a su vez, se le niega la posibilidad de una medida alternativa en razón del delito (estas disposiciones están en proceso de derogación a la hora de redactar este artículo), por lo cual se encuentra en la disyuntiva de mantener a su hijo consigo en prisión o de dejar que una institución pública lo cuide, separándose de él para que pueda así recibir una mejor atención:

Por el delito que yo traigo, que es delito federal, a mí no me pueden sacar. No puedo estar yendo con mi hijo y entrando. ¿Por qué? Porque no se podía por el tipo de delito. Y yo les decía: ¿Pero cómo?, o sea, mi corazón me dice que si a mí me dan mi excarcelación yo no me voy a fugar. ¿Por qué? Porque yo voy a asistir a clínicas, voy a estar yendo a hospitales, voy estar yendo a lugares donde se va a atender el niño. Yo no puedo vivir prófuga. ¿Cómo le hago para que me entiendan eso?

Una vez, le mandé el escrito al juez diciéndole que viera mi caso, que me ayudara, ver la manera en que se me dé un arraigo domiciliario. Eso también lo estuvo peleando mi defensor, un arraigo domiciliario, por la situación de mi hijo. Entonces **el juez me contesta que el delito es el delito y los hijos son los hijos, y que eso debí haber pensado antes.** Entonces me lo negaron definitivamente. Me sentí mal, me sentí muy triste porque digo: ¿por qué son inhumanos? ¿por qué no ven ese lado

que si ya se cometió ese delito, ya lo estoy pagando? Pero. ¿por qué me tienen que hacer pagar más de lo que ya no es justo? Me costó mucho tomar esa decisión y todavía vivo con eso de que... ¿por qué no me dieron esa oportunidad de ir y regresar con mi hijo?

La separación no es fruto de una decisión de Gaby, sino de un impedimento penal para que ella pueda acompañar a su hijo a terapia o bien mediante una salida temporal o definitiva, con un arresto domiciliario.

En el caso de Orfa, la separación se agudiza por la distancia geográfica, la dificultad en tener acceso a tarjetas para llamadas internacionales y la promesa incumplida del esposo, quien nunca la ha ido a ver ni le ha llevado a sus hijos.

### **3. Mujeres y encarcelamiento**

Las mujeres en prisión sufren de un profundo abandono, hecho más fuerte por la separación de los hijos y la culpa de haber transgredido a sus roles, justo como consecuencia, en muchos casos, de su máximo cumplimiento.

La cercanía al domicilio, el acceso a derechos y servicios (educación, salud, alimentación, espacios dignos, ventilación, agua, deportes) y el contacto con los familiares son aspectos cruciales para hombres y mujeres privados de la libertad. En el caso de las mujeres se agudizan por factores estructurales, sociales y culturales, entre los cuales se destacan: i) la falta de centros exclusivos para mujeres o bien su ubicación en zonas que las alejan de su domicilio, en razón de la minoría numérica de las mujeres privadas de la libertad; ii) el alojamiento de las mujeres en centros (dormitorios, módulos, instalaciones) adjuntas o dependientes de cárceles varoniles de por sí en condiciones críticas, lo cual recrudece la falta de acceso a educación, atención médica, trabajo, visita conyugal y contacto con el mundo exterior para las mujeres; iii) el mayor abandono de las mujeres por parte de su pareja y de sus familias, principalmente por razones culturales y económicas; iv) el hecho de que la mayoría de las mujeres son madres y son las principales cuidadoras de sus hijas e hijos, lo cual aumenta los riesgos a los que están expuestas las niñas y los niños, así como los sentimientos de culpa en las mujeres, aunado al sufrimiento y la impotencia.

Desde luego, en la cárcel como en el exterior, existen múltiples formas de ser mujer y de ser madre, y los puntos arriba mencionados no aplican ni para todas

las mujeres privadas de la libertad ni para todas las realidades penitenciarias, sino representan tendencias identificadas por estudios empíricos e informes que procuran dar cuenta de las condiciones de encarcelamiento de las mujeres. En respuesta a la evidencia acumulada principalmente por feministas sociólogas y criminólogas y por la sociedad civil, se aprobaron en 2010 las Reglas de las Naciones Unidas para el Tratamiento de las Reclusas y Medidas no Privativas de la Libertad para Mujeres Delincuentes, conocidas como Reglas de Bangkok.

Este cuerpo de 70 Reglas da indicaciones a los estados sobre qué principios y disposiciones reglamentarias y prácticas adoptar orientadas a las mujeres. Rebasa los límites de este artículo exponer de manera detallada este documento, por lo cual se hace referencia a sus aspectos principales. Las Reglas de Bangkok complementan, mas no sustituyen las Reglas Mandela, sobre población penitenciaria en general, y las Reglas de Tokio, sobre medidas alternativas. Se dirigen a niñas y mujeres privadas de la libertad, y procuran atender el creciente encarcelamiento de mujeres, con perspectiva de género. Parten del reconocimiento de que las mujeres privadas de la libertad son principalmente acusadas de delitos no violentos, con una historia de vida marcada por la violencia y, además, son las principales o únicas responsables de sus hijas e hijos. En este sentido, son consideradas, en su mayoría, como personas que no representan un riesgo para la sociedad. A lo largo del texto se insiste en la importancia de tomar en cuenta la historia de violencia y las responsabilidades de cuidado de las mujeres en prisión, puesto que éstas influyen en su involucramiento en hechos delictivos y en las consecuencias de su encarcelamiento. Asimismo, se aboga por condiciones de reclusión que tomen en cuenta sus necesidades específicas, principalmente desde el punto de vista de los derechos sexuales y reproductivos, los lazos con la comunidad, la salud y las responsabilidades como madres. También se recomienda el uso de medidas no privativas de la libertad cuando se trate de delitos menores no violentos, particularmente si se trata de mujeres embarazadas o madres. A continuación, se exponen algunas de las setenta reglas que conformar el documento.

#### Regla 1

A fin de poner en práctica el principio de no discriminación consagrado en el párrafo 6 de las Reglas mínimas para el tratamiento de los reclusos, se deben tener en cuenta las necesidades especiales de las reclusas en la aplicación de las presentes Reglas. La atención de esas necesidades para lograr en lo sustancial la igualdad entre los sexos no deberá considerarse discriminatoria.

Regla 4

En la medida de lo posible, las reclusas serán enviadas a centros de reclusión cercanos a su hogar o sus centros de rehabilitación social, teniendo presentes sus responsabilidades de cuidado de otras personas, así como sus preferencias y la disponibilidad de programas y servicios apropiados.

Regla 26

Se alentará y facilitará por todos los medios razonables el contacto de las reclusas con sus familiares, incluidos sus hijos, y los tutores y representantes legales de sus hijos. Cuando sea posible, se adoptarán medidas para reducir los problemas de las mujeres que se hallen recluidas en instituciones lejanas de su hogar.

Regla 27

En caso de que se permitan las visitas conyugales, las reclusas tendrán el mismo derecho a ellas que los reclusos de sexo masculino.

Regla 41

Para efectuar una evaluación de riesgos y una clasificación de las reclusas en que se tengan presentes las cuestiones de género, se deberá:

- a) Tener en cuenta que las reclusas plantean un menor riesgo para los demás en general, así como los efectos particularmente nocivos que pueden tener las medidas de alta seguridad y los grados más estrictos de aislamiento en las reclusas;
- b) Posibilitar que a efectos de la distribución de las reclusas y la planificación del cumplimiento de su condena se tenga presente información fundamental sobre sus antecedentes, como las situaciones de violencia que hayan sufrido, su posible historial de inestabilidad mental y de uso indebido de drogas, así como sus responsabilidades maternas y de otra índole relativas al cuidado de los niños;
- c) Velar por que en el régimen de cumplimiento de condena de las reclusas se incluyan programas y servicios de rehabilitación que satisfagan las necesidades propias de su género;
- d) Velar por que se albergue a las reclusas que requieran atención de salud mental en recintos no restrictivos y cuyo régimen de seguridad sea lo menos estricto posible, así como por que reciban tratamiento

adecuado en lugar de ponerlos en unidades con altos niveles de seguridad sólo debido a sus problemas de salud mental.

Regla 61

Al condenar a las delincuentes, los tribunales tendrán la facultad de examinar atenuantes, como la ausencia de historial penal y la levedad relativa y el carácter de su comportamiento delictivo, teniendo en cuenta las responsabilidades de cuidado de otras personas de las interesadas y su situación particular.

Regla 64

Cuando sea posible y apropiado se preferirá imponer sentencias no privativas de la libertad a las embarazadas y las mujeres que tengan niños a cargo, y se considerará imponer sentencias privativas de la libertad si el delito es grave o violento o si la mujer representa un peligro permanente, pero teniendo presente el interés superior del niño o los niños y asegurando, al mismo tiempo, que se adopten disposiciones apropiadas para el cuidado de esos niños.

Las Reglas de Bangkok reflejan los contextos de procedencia de las mujeres privadas de la libertad, así como sus necesidades e inquietudes, poniéndose como una herramienta, que, de ser implementada cabalmente, podría contribuir a un menor uso de la prisión y una mejor integración de las mujeres a sus comunidades de orígenes. Además, visibilizan constantemente el tema de la violencia contra las mujeres como un elemento que, a la par que los cuidados, funge como eje de las narrativas de las mujeres privadas de la libertad.

## **Reflexiones finales**

En estas páginas, se ha presentado en panorama actual de la vinculación entre género y políticas de drogas en el ámbito internacional, a partir de: i) un análisis de las políticas de drogas y su implementación en América Latina; ii) una revisión de la dimensión cuantitativa y cualitativa de la participación de las mujeres en delitos de drogas y, finalmente iii) una aproximación al impacto de la privación de la libertad y de las Reglas de Bangkok, como herramienta para orientar el funcionamiento de las prisiones y la aplicación de medidas alternativas en el caso de mujeres.



A manera de reflexión final, se exponen algunos puntos que pueden contribuir a seguir alimentando y enriqueciendo en debate en torno a la incorporación efectiva de la perspectiva de género en las políticas de drogas. En primer lugar, cualquier acción dirigida a las mujeres en materia de políticas de drogas debe partir de una reforma a las políticas de drogas per se y formar parte de un movimiento hacia la descriminalización de todas las drogas, para reducir la intervención del ámbito penal en las conductas asociadas con sustancias fiscalizadas.

Asimismo, las acciones dirigidas a las mujeres criminalizadas deben ser antecedidas o acompañadas de políticas de prevención, desarrollo e integración social. De no atenderse la participación de las mujeres en delitos de drogas desde una perspectiva global, que tome en cuenta y atienda la desigualdad, el racismo, la pobreza, los procesos de criminalización y violencia operados por el Estado, así como las violaciones a los derechos humanos en razón de políticas de drogas represivas, únicamente estaríamos pensando en ajustes cosméticos. Si bien éstos también son necesarios, deben darse en un contexto de transformación de los marcos de represión y exclusión de ciertos sectores de la sociedad.

En el caso de las mujeres, este abordaje no puede dejar afuera el tema de la violencia de género en el seno de la familia, la pareja, el crimen organizado y el propio Estado, puesto que esta experiencia y su reproducción constituye, en buena medida, el sustrato contextual de la agencia de las mujeres que cometen delitos relacionados con drogas.

Por todo lo anterior, es importante que la incorporación de la perspectiva de género no se quede en un mero discurso cómodo y consensuado, sino se recupere el potencial y la fuerza transformadores del concepto de género, como herramienta crítica y analítica para combatir todas las formas de desigualdad. Asimismo, también debe ampliarse el discurso a otras identidades genéricas, incluyendo la construcción de las masculinidades y asegurar la participación activa de las personas y comunidades afectadas por las políticas de drogas.

## Referencias

Anderson, T. L. (2005). Dimensions of women's power in the illicit drug economy. *Theoretical Criminology*, 9(4), 371-400.

Asamblea General de las Naciones Unidas (2016). *Documento Final del Período Extraordinario de Sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas sobre el Problema Mundial de las Drogas: Nuestro compromiso conjunto de abordar y contrarrestar eficazmente el problema mundial de las drogas*. Disponible en: <https://www.unodc.org/documents/postungass2016/outcome/V1603304-S.pdf>

Bailey, C. (2013). Exploring female motivations for drug smuggling on the Island of Barbados: Evidence from Her Majesty's Prison, Barbados. *Feminist Criminology*, 8(2), 117-141.

Bewley-Taylor, D. (2016). *Towards metrics that measure out comes that matter*. Swansea: Global Drug Policy Observatory; Swansea University.

Bideagin Ponte, N. (2017). *La agenda 2030 y la agenda regional de género. Sinergias para la igualdad en América Latina y el Caribe*. CEPAL: Serie Asuntos de Género, n. 143. Naciones Unidas: Santiago. Disponible en: [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41016/S1700105A\\_es.pdf?sequence=7&isAllowed=y](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41016/S1700105A_es.pdf?sequence=7&isAllowed=y)

Boiteux, L. (2015). *Mujeres y encarcelamiento por delitos de drogas*. Colectivo de Estudios Drogas y Derecho - CEDD. Disponible en: [http://www.drogasyderecho.org/publicaciones/pub-priv/Luciana\\_v08.pdf](http://www.drogasyderecho.org/publicaciones/pub-priv/Luciana_v08.pdf)

Bridge, J., et al. (2017). *Edging forward: How the UN's language on drugs has advanced since 1990*. Londres: IDPC, TNI, GDPO. Disponible en: [http://fileserv.idpc.net/library/Edging-Forward\\_FINAL.pdf](http://fileserv.idpc.net/library/Edging-Forward_FINAL.pdf)

Buxton, J. (2015). *Drugs and development: The great disconnect*. Swansea University: GDPO Policy Report 2, jan, 1-66.

Chaparro, S. Pérez Correa, C. & Youngers, C. (2017). *Castigos irracionales: leyes de drogas y encarcelamiento en América Latina*. Ciudad de México: CEDD.

Comisión de Estupefacientes (2016). *Resolución incorporación de la perspectiva de género en las políticas y programas relacionados con las drogas*. Viena: Comisión de Estupefacientes. Disponible en: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/V16/016/88/PDF/V1601688.pdf>

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2016). *Prevenir el feminicidio una tarea prioritaria para la sociedad en su conjunto*. Infografía. CEPAL. Disponible en: [https://www.cepal.org/sites/default/files/infographic/files/3\\_feminicidio\\_final\\_20\\_oct\\_2016\\_correcta.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/infographic/files/3_feminicidio_final_20_oct_2016_correcta.pdf)

Comisión Interamericana de Derechos Humanos (2017). *Medidas para reducir la prisión preventiva*. Washington D.C.: OEA, CIDH. Disponible en: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/PrisionPreventiva.pdf>

Comisión Interamericana de Mujeres (2014). *Mujeres y drogas en las Américas: Un diagnóstico de política en construcción*. OEA, CIM. Disponible en: <http://www.oas.org/en/cim/docs/womendrugamericas-es.pdf>

Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (2016). *Plan de acción hemisférico sobre drogas. 2016-2020: Estrategia hemisférica sobre drogas*. Washington D.C.: CICAD.

Felbab-Brown, V. & Trinkunas, H. (2015). *UNGASS 2016 in Comparative perspective: Improving the prospects for success*. Washington D.C.: Brookings Institutions. Disponible en: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/FelbabBrown-TrinkunasUNGASS-2016-final-2.pdf>

Fleetwood, J. (2014). *Drug mules: Women in the international cocaine trade*. Londres: Palgrave MacMillan.

Giacomello, C. (2013a). *Género, drogas y prisión. Experiencias de mujeres privadas de su libertad en México*. Ciudad de México: Tirant Lo Blanch.

Giacomello, C. (2013b). *Mujeres, delitos de drogas y sistemas penitenciarios en América Latina*. Londres: IDPC. Disponible en: [https://www.unodc.org/documents/congress/background-information/NGO/IDPC/IDPC-Briefing-Paper\\_Women-in-Latin-America\\_SPANISH.pdf](https://www.unodc.org/documents/congress/background-information/NGO/IDPC/IDPC-Briefing-Paper_Women-in-Latin-America_SPANISH.pdf)

Giacomello, C. (2016). *Mujeres privadas de la libertad y del derecho al voto: De objetos de norma a sujetos de ciudadanía*. Ciudad de México: TEPJF.

Giacomello, C. (2017a). Women and drug policies in Latin America: A critical view of the United Nations resolution “mainstreaming a gender perspective in drug-related policies and programmes”. *The Howard Journal*, 56(3), 288-308, septiembre.

Giacomello, C. (2017b). Las mujeres privadas de la libertad en México: una lectura crítica a partir de las Reglas de Bangkok. En Hernández Castillo, R.A. (Coord.) (2017). *Resistencias penitenciarias. Investigación activista en espacios de reclusión*. Ciudad de México: Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas; Colectiva Editorial Hermanas en la Sombra; Libera; Juan Pablo Editor.

Giacomello, C. (2017c). Mujeres privadas de la libertad: una perspectiva sobre derecho y género en la ejecución penal. En Di Corleto, J. (comp.) (2017). *Género y justicia penal*. Buenos Aires: Ediciones Didot.

Giacomello, C. & Blas Guillén, I. (2016). *Propuestas de reforma en casos de mujeres encarceladas por delitos de drogas en México*. Ciudad de México: Equis: Justicia para las Mujeres; INACIPE. Disponible en: [http://equis.org.mx/wp-content/uploads/2016/03/Propuesta\\_de\\_Reforma\\_Políticas\\_Drogas.pdf](http://equis.org.mx/wp-content/uploads/2016/03/Propuesta_de_Reforma_Políticas_Drogas.pdf)

Giacomello, C., Blas, I. & Erreguerena, I. (2017). *Políticas de drogas, género y encarcelamiento en México: Una guía para políticas públicas incluyentes*. Ciudad de México: Equis: Justicia para las Mujeres. Disponible en: <http://equis.org.mx/wp-content/uploads/2017/11/GuiaDeDrogas-WEB-2.pdf>

Human Rights Council (2015). *Study on the impact of the world drug problema on the enjoyment of human rights*. Disponible en: [http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session30/Documents/A\\_HRC\\_30\\_65\\_E.docx](http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session30/Documents/A_HRC_30_65_E.docx)

Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (2017). *Informe 2016*. Disponible en: [https://www.incb.org/documents/Publications/AnnualReports/AR2016/Spanish/AR2016\\_S\\_ebook.pdf](https://www.incb.org/documents/Publications/AnnualReports/AR2016/Spanish/AR2016_S_ebook.pdf)

Le, R. & Gilding, M. (2016). Gambling and drugs: The role of gambling among Vietnamese women in carcerated for drug crimes in Australia. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 49(1), 134-151.

Ministerio de Justicia y Derechos Humanos (MJDH) (2016). *Infracción a la ley de drogas y problemáticas asociadas: Análisis de estadísticas carcelarias en Argentina*. Buenos Aires: Dirección Nacional de Política Criminal en materia de Justicia y Legislación Penal. Disponible en: <http://www.jus.gob.ar/media/3202712/Infracci%C3%B3n%20a%20la%20ley%20de%20drogas.pdf>

Organización de los Estados Americanos (OEA) (2013). *El problema de las drogas en las Américas*. Washington D.C.: OEA. Disponible en: [http://www.oas.org/documents/spa/press/Introduccion\\_e\\_Informe\\_Analitico.pdf](http://www.oas.org/documents/spa/press/Introduccion_e_Informe_Analitico.pdf)

Organización Mundial de la Salud (OMS) (1994). *Glosario de términos de alcohol y drogas*. OMS. Disponible en: [http://www.who.int/substance\\_abuse/terminology/lexicon\\_alcohol\\_drugs\\_spanish.pdf](http://www.who.int/substance_abuse/terminology/lexicon_alcohol_drugs_spanish.pdf)

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) (2015). *Políticas de control de drogas y desarrollo humano*. PNUD. Disponible en: <http://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/hiv-aids/addressing-the-development-dimensions-of-drug-policy.html>

Scuro, L. & Vaca, I. (2017). *The distribution: a key element of the inequality analysis*. CEPAL. Disponible en: [https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/presentacion.\\_time\\_distribution.\\_a\\_key\\_element\\_of\\_the\\_inequality\\_analysis.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/presentacion._time_distribution._a_key_element_of_the_inequality_analysis.pdf)

Torres Angarita, A. (2007). *Drogas y criminalidad femenina en Ecuador: El amor en la experiencia de las mulas*. Quito: FLACSO Ecuador.

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) (2008). *Handbook for prison managers and policy makers on Women and Imprisonment*. Viena: UNODC. Disponible en: <https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/women-and-imprisonment.pdf>

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) (2017). *World Drug Report 2017*. Disponible en: [https://www.unodc.org/wdr2017/field/WDR\\_Booklet1\\_Exsum\\_Spanish.pdf](https://www.unodc.org/wdr2017/field/WDR_Booklet1_Exsum_Spanish.pdf)

United Nations Women (UN-Women) (2014). *A gender perspective on the impact of drug use, the drug trade, and drug control regimes*. Disponible en: [https://www.unodc.org/documents/ungass2016/Contributions/UN/Gender\\_and\\_Drugs\\_-\\_UN\\_Women\\_Policy\\_Brief.pdf](https://www.unodc.org/documents/ungass2016/Contributions/UN/Gender_and_Drugs_-_UN_Women_Policy_Brief.pdf)

Washington Office on Latin America & Transnational Institute (2008). *Sistemas sobrecargados*. WOLA y TNI. Disponible en: [http://www.druglawreform.info/images/stories/documents/Sistemas\\_sobrecargados/sistemas\\_sobrecargados\\_web2.pdf](http://www.druglawreform.info/images/stories/documents/Sistemas_sobrecargados/sistemas_sobrecargados_web2.pdf)

Washington Office On Latin America, International Drug Policy Consortium, Dejusticia & Comisión Interamericana de Mujeres (2016). *Mujeres, políticas de drogas y encarcelamiento. Una guía para la reforma de políticas en América Latina y el Caribe*. WOLA, IDPC, Dejusticia, OEA, CIM. Disponible en: [https://www.wola.org/sites/default/files/Guia.FINAL\\_.pdf](https://www.wola.org/sites/default/files/Guia.FINAL_.pdf)

World Economic Forum (WEF) (2017). *The global gender gap report*. Colonia/Ginebra: World Economic Forum. Disponible en: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2017.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf)

# ¿Reincidir o Resistir? Mujeres en Conflicto con la Ley en América Latina

Olga Espinoza M.  
Catalina Droppelmann  
Paloma del Villar

## Introducción

La Criminología clásica o *mainstream* ha relegado la delincuencia femenina a un rol secundario. Si bien, la Criminología Feminista ha logrado posicionar aspectos importantes vinculados al género que inciden en el desencadenamiento, desarrollo, término o persistencia de las trayectorias delictuales de las mujeres, ha tenido un impacto limitado en el diseño de políticas penitenciarias con enfoque de género. Sólo en los últimos años, visiones más críticas han venido a cuestionar la manera en que la política penitenciaria profundiza las desigualdades de género comunes en nuestra sociedad. Esto es aún más relevante en el contexto latinoamericano, donde estas desigualdades son aún más profundas y la delincuencia interactúa con la pobreza y la marginalidad de manera recurrente.

El presente trabajo busca reflexionar sobre las trayectorias delictuales de las mujeres en América Latina, con especial énfasis en los procesos de reinserción y desistimiento una vez obtenida la libertad. El artículo se divide en cinco secciones. La primera revisa algunos elementos relevantes respecto del desarrollo de la carrera delictual de las mujeres en la región. La segunda sección revisa el encarcelamiento femenino y las consecuencias que éste genera en las mujeres en su proceso de reinserción. La tercera sección discute sobre los procesos de reinserción y desistimiento tras el paso de las mujeres por la cárcel, exponiendo ejemplos sobre los obstáculos estructurales asociados al género. La cuarta sección analiza, a partir de lo anterior, algunas implicancias para la política penitenciaria en materia de reinserción, para, finalmente, en el último apartado ofrecer ideas finales y problematizar algunos vacíos que debieran ser cubiertos en futuras investigaciones.

## **1. Carrera delictual femenina y ecos en Latinoamérica**

La criminología feminista<sup>107</sup> surge como una mirada alternativa que busca confrontar las explicaciones de las teorías clásicas sobre la criminalidad femenina. Las visiones predominantes para explicar este fenómeno se basaban en explicaciones biológicas o psicológicas, ambas de forma individualizada, que tenían como eje de interpretación la función reproductiva de la mujer, sin cuestionar la posición que ella ocupa en la sociedad, las presiones estructurales y culturales a las que está sometida, ni los roles de género (Del Olmo, 1998, Kampfner, 2005).

Las teorías del delito desarrolladas en la última mitad del siglo XX que revelaban la importancia de elementos sociales para explicar el delito, se basaron principalmente en la criminalidad masculina. Un ejemplo de ello es la influyente teoría de Sampson y Laub (1995) sobre trayectorias delictivas o la teoría del aprendizaje social de Hirschi (1969), que no consideraron estudios con muestras femeninas y acriticamente reclamaron la aplicabilidad universal de sus teorías (Baldry, 2010).

Es las últimas décadas se han generado numerosos trabajos que dan cuenta de la tardía incorporación de la mujer como sujeto de interés para los estudios criminológicos (Heidensohn, 1995, Del Olmo, 1998, Andrade, 1999, Lemgruber, 1999, Espinoza, 2004, Almeda, 2005, Rodríguez, 2005, Antony, 2007, Flanklin 2008, Azaola, 2013). Esta mayor exposición ha puesto también en evidencia la situación de la mujer agresora frente a la justicia penal, la que ha estado marcada por su invisibilidad, la preocupación por su cuerpo y su sexualidad, y la imposición de su ajuste al rol tradicional de género. Un trabajo destacado es el realizado a fines de la década de los ochenta por Daly y Chesney-Lind (1988, p. 502), quienes, en un esfuerzo por repensar la criminología a la luz de los aportes de los debates feministas, llamaron a la disciplina a prestar atención a los roles del género en la construcción de identidades y comportamientos, identificando al feminismo como un proyecto transformador, como “una serie de teorías sobre la opresión de las mujeres y una serie de estrategias para el cambio social”. Para ellas, la extrapolación de teorías basadas en la experiencia

---

107 Corresponde afirmar que no existe una única perspectiva feminista en criminología, pues bajo esta nomenclatura se identifican diversas corrientes que intentan explicar la criminalidad femenina desde diversos enfoques. El punto de encuentro en esta diversidad está en que todas ellas mantienen como paradigma la perspectiva feminista (Van Swaaningen, 1990, citado en Espinoza, 2004, p. 71).



masculina a la explicación de la delincuencia femenina era en si misma opresiva. Por lo mismo, las autoras llamaban a crear nuevas teorías que tomaran en cuenta los roles sociales y estructuras de poder que dan forma a la criminalidad femenina como un fenómeno diferenciado. De esta manera, cualquier teoría criminológica feminista debía considerar que las relaciones de género ordenan la vida social y que éstas no son neutras, sino que se basan en el principio de la superioridad masculina. Así también, las autoras emplazaron a investigadores e investigadoras a no caer en visiones distorsionadas de las mujeres y los hombres, sino a basarse en trabajos empíricos exhaustivos que atendiesen a contextos sociales y estructurales específicos y diversos. Este llamado es sin duda pertinente al momento de extrapolar teorías desarrolladas en países industrializados al contexto Latinoamericano, como bien plantea y desarrolla Del Olmo (1998) en el contexto regional.

Los avances actuales se fueron afirmando a partir de distintos estudios empíricos y teóricos. Una teoría cuyo desarrollo estuvo marcado por los aportes de Daly y Chesney-Lind es la Perspectiva feminista del camino delictivo (*Gendered pathways to crime - GPC* o *Feminist pathway perspective*). Esta teoría, basada en estudios cualitativos y cuantitativos en contextos de países industrializados, plantea que el desarrollo de la criminalidad femenina obedecería a factores que se observan con mayor frecuencia entre mujeres que entre hombres, y que tendrían efectos sociales y personales más agudos para las mujeres. La GPC considera además la heterogeneidad de caminos hacia la criminalidad entre las mujeres, proveyendo distintas trayectorias teóricas a las mujeres involucradas en el delito (Salisbury, Kalantry Boppre, Brundige & Martínez, 2017).

Siguiendo esta línea, diversos trabajos han visibilizado las experiencias de victimización o violencia de género como una vía de entrada a la criminalidad femenina (Huebner & Gustafson, 2007). Así, trayectorias comunes en torno al abuso y la violencia han sido descritas como parte de los antecedentes de las mujeres que cumplen condena en prisión. El abandono temprano del hogar debido a abusos dentro de éste, maltratos extremos en la niñez y relaciones de maltrato en la pareja llevarían a algunas mujeres a realizar distintos tipos de actividad delictual<sup>108</sup> (Wattanaporn & Holtfreter, 2014, Salisbury et al.,

---

108 Daly por ejemplo distingue entre trayectorias de *mujeres de la calle*, *mujeres maltratadas* y *mujeres que dañan y son dañadas*. Las primeras serían mujeres que abandonan tempranamente el hogar debido a abusos y que comienzan a realizar actividades delictuales como robo, venta de drogas

2017). Las altas tasas de victimización entre estas mujeres estarían asociadas, a su vez, con la alta prevalencia de problemas de salud mental y consumo de drogas. En el contexto Latinoamericano, donde las tasas de violencia de género son aún mayores<sup>109</sup> a las observadas en países industrializados, esta vía hacia el involucramiento delictual no se puede desmerecer (CELS, MPDN & PPN, 2011, Azaola, 2013, DEPEN, 2014, Espinoza, Martínez, Sanhueza, 2014).

La marginación económica es otro eje clave en torno al cual se estructura la criminalidad femenina, especialmente debido a que los mercados laborales están fuertemente estructurados en torno al género. Salisbury et al. (2017) destacan como elementos clave asociados al involucramiento delictual femenino la ausencia de capital social y cultural, la baja escolaridad y el escaso soporte social para la participación en el mundo laboral (Wattanaporn & Holtfreter, 2014). Estas condiciones de marginalidad han sido asociadas al creciente involucramiento de mujeres en el mercado de las drogas en Latinoamérica, dado que la escasez económica, las responsabilidades del hogar y la inserción laboral periférica de las mujeres, provee de mayores oportunidades para el involucramiento en actividades ilegales que complementen sus ingresos (Rodríguez, 2005, Antony, 2007, CELS et al., 2011, Boiteux, 2015).

Del Olmo (1998) y Antony (2007), tempranamente destacaban el rol de la marginalidad económica y violencia de género como fundamentales para definir la experiencia de las mujeres involucradas en el delito. Esto no es sorprendente, ya que la desigualdad en cuanto a participación económica de las mujeres en la región se ubica muy por debajo de los países industrializados<sup>110</sup> (WEF, 2017) y la violencia de género es normalizada y experimentada por una alta proporción de mujeres (WHO, 2013).

---

o prostitución para sobrevivir a la vida en la calle. Las segundas, son quienes experimentarían extrema violencia de pareja lo que las llevaría a incurrir en agresiones dentro de esa relación. Las terceras son quienes experimentando violencia severa y crónica en la infancia comienzan a cometer actos delictuales en la escuela y prosiguen una carrera delictual (Salisbury et al., 2017).

109 De acuerdo con el informe de WHO (2013) la prevalencia de vida de violencia de pareja en Latinoamérica es de 30%, mientras que en Norteamérica y Europa central es de 21% y 28% respectivamente. Por otro lado, la prevalencia de vida de violencia sexual es de 10% en Latinoamérica, 13% en Norteamérica y 7% en Europa Central. Considerando ambos tipos de violencia, en Latinoamérica la prevalencia sería de 36% mientras que en los países de altos ingresos 33%.

110 Latinoamérica en promedio se sitúa por debajo de los países europeos y norteamericanos en el Índice de brecha de género. Las diferencias son aún mayores en cuanto a participación económica.

En cuanto al desarrollo de la carrera criminal de las mujeres, las investigaciones llevadas a cabo en países anglosajones han demostrado que las mujeres desisten antes que los hombres (Giordano, Seffrin, Manning & Longmore, 2003, McIvor, Trotter & Sheehan, 2004) y que tienen menores tasas de reincidencia (Ministry of Justice 2011). De hecho, la evidencia sugiere que la curva edad-delito alcanza el peak antes en las mujeres que en los hombres y este peak tiende a ser más alto entre estos últimos (Moffitt et al., 2001). Por ejemplo, Graham y Bowling (1996), usando una muestra británica nacional de jóvenes de 14 a 25 años, observaron que, si bien la conducta delictual alcanzaba su peak a los 21 años en el caso de los hombres, entre las mujeres este se alcanzaba a los 16 años. También se ha observado diferencias de género al evaluar la duración total de la carrera delictiva. Prime et al. (2001), utilizando una cohorte de hombres británicos nacidos entre 1953 y 1978, observó que, si bien la duración promedio de la carrera para hombres era de 6,2 años, solo era de 1,8 años para las mujeres. Sin embargo, estos hallazgos no son necesariamente extrapolables a la realidad latinoamericana, donde la mayor parte de las mujeres que delinquen participa en delitos relacionados al tráfico de drogas, siguiendo una trayectoria particular con un inicio más tardío y un desarrollo más extendido que el que puede encontrarse en el caso de los delitos contra la propiedad. Uno de los pocos estudios sobre reincidencia realizados en Chile (Morales, Muñoz, Welsch & Fábrega, 2012), cuya medición incorporó a mujeres privadas de libertad reveló que el porcentaje de reincidencia general era mayor entre mujeres (54,6%) que entre hombres (50,5%), hallazgo que contradice los estudios regulares existentes y que refuerza la necesidad de seguir explorando la conducta delictual y los procesos de desistimiento con indicadores de género.

## **2. Encarcelamiento y reinserción**

Aun reconociendo la mayor presencia masculina en la actividad delictual, la delincuencia femenina existe y ha venido aumentando significativamente, no siendo América Latina la excepción (Pontón & Torres, 2007, Del Val & Viedma, 2012, Giacomelo, 2013, Boiteux, 2015, Espinoza, 2016) llegando, en muchos contextos, incluso a superar el crecimiento observado en el caso de los hombres

(CEJIL et al., 2007, UNODC, 2008)<sup>111</sup>. Un aspecto especialmente complejo en el contexto penitenciario es el de la prisión preventiva o del encarcelamiento en espera de una decisión judicial. En América Latina los datos son preocupantes, puesto que en muchos países se observa que el 50% o más del total de personas encarceladas, se encuentra en prisión preventiva, como son los casos de Argentina, Guatemala, Honduras y Panamá, con aproximadamente 55% de presos preventivos, o Bolivia, Uruguay y Venezuela con un promedio de 70%, o el caso extremo de Paraguay con 78% de presos en espera de una condena (ICPS, 2017). Esta situación es similar en el caso de las mujeres (pudiendo ser en algunos contextos más grave), lo que estaría indicando una utilización abusiva de esta figura procesal, “no sólo incompatible con los fines procesales que admiten su procedencia, sino también excesiva si se tiene en cuenta que se trata de una población penitenciaria que, en términos generales, es primaria, está detenida por delitos *no violentos* y se encuentra en una situación de especial vulnerabilidad por sus responsabilidades familiares y por hallarse en un contexto de extrema pobreza (CELS et al., 2011, CEJIL, et al. 2007).

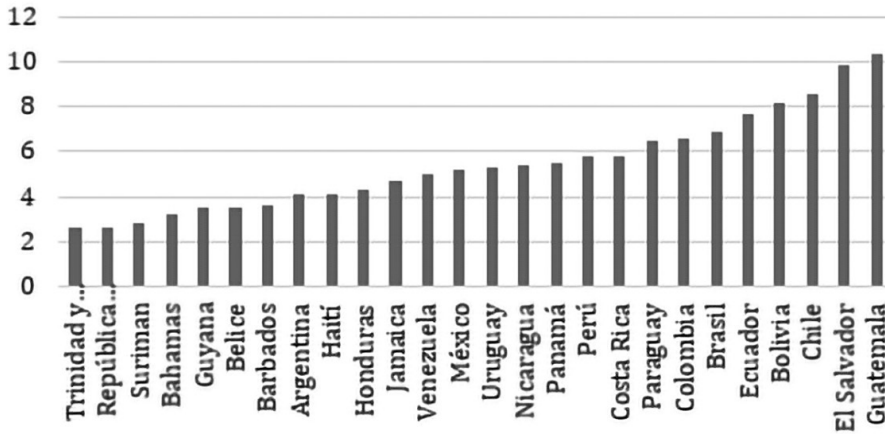
En cuanto a la presencia de mujeres en privación de libertad, el gráfico siguiente exhibe los datos regionales:

---

111 De acuerdo con el International Center for Prison Studies - ICPS (2012) el porcentaje de mujeres aumentó en 16% en la última década.

**Gráfico 1**

**Porcentaje de mujeres privadas de libertad na ALC  
(2015-2016)**



Fuente: Elaboración propia sobre la base ICPS

En términos generales, se puede observar que el número de mujeres en prisión en el mundo es mucho menor al de los hombres privados de libertad. Esta situación no es diferente en la región, donde las mujeres reclusas en centros penales oscilan entre el 2 y 10% del total de población privada de libertad, donde los extremos se ubican en Trinidad y Tobago, y República Dominicana, ambos con 2,6%, y en El Salvador y Guatemala, con 9,8% y 10,3%, respectivamente (ICPS, 2017).

En cuanto a la conducta delictiva, cerca del 70% de las mujeres privadas de libertad en el continente americano se encuentra reclusa por delitos no violentos relacionados al microtráfico de drogas: en Brasil y Costa Rica más del 60%, en México y Argentina las cárceles federales albergan a más del 70% de mujeres por delitos de drogas y en Ecuador esa cifra supera el 80% (Torres, 2008, Giacomello, 2013, Almeda & Di Nella, 2017). Junto al tráfico de drogas, el segundo grupo de delitos de mayor imputación femenina es el asociado a la propiedad, siendo en algunos países más prevalente el delito de hurto seguido del robo. Así, por ejemplo, en Chile el 47% de mujeres condenadas se encuentra

en prisión por delitos contra el patrimonio (MINJUS, 2018)<sup>112</sup>, mientras que en Brasil un 63% del total de mujeres privadas de libertad se halla por tráfico de drogas y un 15% por delitos contra el patrimonio (DEPEN, 2015).

En relación a las características específicas de las mujeres en reclusión existen elementos comunes para el total de la población, con ligeros matices en algunos países. Así, por ejemplo en Chile, en el ámbito educacional, el grado de escolaridad de la población penal femenina es menor al presentado en los hombres, puesto que el 75% de mujeres posee educación escolar incompleta y 8% de las internas sería analfabeta (Gendarmería de Chile, 2015).

Respecto de la atención en salud, diversos estudios denuncian la deficiente atención médica que las mujeres privadas de libertad reciben, aún en aquellas unidades penales que cuentan con un profesional de la salud a su disposición. En muchos de los casos, la deficiencia se explica como resultado de la precariedad de las instalaciones, la escasez de insumos médicos, la falta de personal suficiente, agravado por las condiciones de hacinamiento, lo que limita la realización de tareas preventivas (chequeos clínicos periódicos, controles odontológicos, etc.) o de programas especiales para personas con enfermedades específicas, como el VIH (Antony, 2007, CEJIL, 2007, Cárdenas, 2011).

En los ámbitos donde se observan más diferencias son en la actividad laboral y en la parentalidad. En este último aspecto de acuerdo con estudios recientes, entre el 91% y 94% de las mujeres reclusas en cárceles chilenas posee hijos, llegando a un promedio de casi 3 hijos por mujer (Cárdenas, 2011, Morales et. al., 2012). Datos bastante similares se pueden observar en otros países de Latinoamérica, así, por ejemplo, en Argentina, 85,8% de mujeres reclusas en las cárceles federales sería madre y, de ellas, el 88% tendría hijos menores de 18 años a su cargo, con un promedio de 3 hijos, siendo que el 63.5% constituiría la principal fuente de resta o ingresos al hogar (CELS et al., 2011).

En cuanto al trabajo, las actividades que se desarrollan al interior de las cárceles son principalmente de tipo informal sin incentivos de dinero (12,6%), seguida de actividad informal e independiente, como la artesanía (Gendarmería de Chile, 2017). De forma complementaria se puede aseverar

---

112 Un dato relevante en Chile es que el 17% de mujeres privadas de libertad estaría reclusa por faltas y no por delitos (MINJUS, 2018), poniendo en evidencia una sobre criminalización o un uso excesivo de la prisión para conductas de menor gravedad.

que las actividades de reinserción se concentran en la generación de actividades manuales que, aun siendo gratificantes por ocupar el tiempo libre, no garantizan la reintegración laboral efectiva en el mercado de trabajo (Espinoza, Piñol & Salamanca, 2012).

Lo indicado expresa las condiciones de marginalidad en la que se encuentran las mujeres privadas de libertad, no solo por la trayectoria de pobreza y violencia que antecede a su ingreso al sistema de justicia penal y consecuentemente a la cárcel, sino porque las condiciones sociales referidas, la mayoría de las cuales está asentada en las desigualdades de género, intensifican las dificultades de su encarcelamiento y sobretodo de su proceso de retorno a la vida en libertad.

A continuación analizaremos los desafíos que presentan las mujeres privadas de libertad luego de su paso por la cárcel, con especial atención de los procesos de reinserción y desistimiento.

### **3. La reinserción y el proceso de desistimiento post penitenciario**

La criminología feminista en América Latina ha explorado con detención las vivencias y experiencias de mujeres encarceladas en la región (Lemgruber, 1999, Rodríguez, 2005, Antony, 2007, Salazar & Cabral, 2012, Azaola, 2013). No obstante, poco se ha investigado respecto a lo que experimentan las mujeres al volver a la comunidad. Es la criminología anglosajona la que ha liderado los estudios respecto del periodo de post-encarcelamiento. Bajo los términos de *re-entry* o *post-release* diferentes autores y autoras<sup>113</sup> han aportado al entendimiento de los desafíos que enfrentan las personas luego de haber estado encarceladas. Estos términos han sido usualmente intercambiados con el de *reinserción* en español, que hace alusión a la re-vinculación con las instituciones de control social formales o informales (Espinoza, 2016). Sin embargo, esa re-vinculación no siempre es experimentada por quienes egresan de prisión. Más aún, el proceso de abandono de la conducta delictual, denominado en la literatura como *desistimiento*, tampoco es algo que necesariamente ocurra tras el paso por la cárcel, ya que las mujeres experimentan múltiples obstáculos en sus procesos de reinserción y de cambio.

---

113 Ver Arditti y Few (2008), Baldry (2010) y Opsal y Foley (2013), entre otros.

Sabemos que son cada vez más las mujeres que egresan de la cárcel en Latinoamérica, ya sea tras haber pasado periodos condenadas o en prisión preventiva. Si bien no existen datos disponibles para toda la región, presentaremos el panorama de algunos países. En Chile, entre 2006 y 2016 aumentó en 66% el número de mujeres que egresó de prisión tras cumplir una condena y en 44% el porcentaje que egresó luego de estar en prisión preventiva. Mientras que en el 2006 egresaron 2.405 mujeres de las cárceles chilenas, en el 2016 lo hicieron 4.005. Ese mismo año, 4.098 mujeres egresaron luego de haber estado en prisión preventiva. En otros países como Brasil, Colombia, Costa Rica, Ecuador y México, podemos esperar aumentos similares o mayores dado el crecimiento del encarcelamiento femenino el que se habría duplicado o triplicado en algunos de los casos (Boiteux, 2015, Youngers, 2014).

Si bien el paso por la cárcel afecta las trayectorias de vida tanto de hombres como de mujeres, se puede afirmar que el retorno al medio libre y el desistimiento serían procesos marcados por el género. En el caso del desistimiento, los escasos estudios que han investigado este proceso en las mujeres se han orientado principalmente a explorar las diferencias entre hombres y mujeres, así como los factores que desencadenan el abandono del delito, pero se ha hecho poco por desenmarañar las dinámicas del proceso y discutir las particularidades de género que deben considerarse al teorizar sobre el desistimiento y la reinserción femenina. Siguiendo a la criminología feminista, no parece sensato asociar directamente estos procesos a los factores tradicionales relevados por las teorías del control social, sin implicar suposiciones opresivas de lo que se entiende por el “comportamiento normal” de las mujeres y sin reproducir las jerarquías sociales de género imperantes (Heidensohn & Silvestri, 2012, p. 336). Los resultados contradictorios de la investigación sobre los factores que desencadenan el desistimiento entre las mujeres evidencian el hecho de que simplemente agregar a las mujeres a las explicaciones masculinas tradicionales, no es suficiente para dar cuenta de sus experiencias durante el proceso de abandono del delito (Daly, 2012). En ese sentido, se ha argumentado que el enfoque androcéntrico de teorías que explican el periodo post-encarcelamiento y el desistimiento, usualmente construido sobre la base de estudios hechos con muestras masculinas<sup>114</sup>, ha

---

114 Por ejemplo, teorías influyentes sobre desistimiento como la de Sampson y Laub (1993) y Maruna (2004) se elaboraron sobre la base de muestras masculinas (Baldry, 2010).



impactado en la creación de programas de soporte poco adecuados para la realidad de las mujeres<sup>115</sup> (Baldry, 2010).

A continuación, se discuten algunos aportes de la criminología feminista internacional sobre los desafíos para la reinserción y el desistimiento que enfrentan las mujeres tras su paso por la cárcel, contrastando con algunos hallazgos en Latinoamérica, a fin de delinear un panorama que problematice los supuestos en los que se fundamenta el trabajo con este grupo.

### **3.1 Desafíos en torno a la Vivienda y apoyo interpersonal**

Un desafío crucial para un grupo importante de mujeres al egresar de prisión es encontrar un lugar estable y seguro donde volver a vivir. De acuerdo a Opsal y Foley (2013) las historias de marginación económica dificultan a las mujeres el acceso a viviendas independientes una vez que salen de la cárcel. A su vez, la alta incidencia de violencia intrafamiliar supone que volver a la casa de familiares no sea una alternativa segura para algunas mujeres. La ausencia de programas que provean viviendas temporales contribuye a que algunas mujeres deban retornar a hogares abusivos o que experimenten inestabilidad residencial luego de egresar de la cárcel (Opsal & Foley, 2013).

En América Latina poco sabemos respecto del lugar a donde llegan las mujeres luego de su paso por la prisión. El estudio de re-ingreso de Larroulet, Droppelmann, Del Villar, Daza, Figueroa y Valenzuela (2018) en Chile es uno de los pocos que aborda esta temática. En éste, se muestra que de las mujeres que egresan de la cárcel en Santiago, solo 25% vuelve a una casa propia. A los doce meses de egresar, sólo un tercio (33%) de las mujeres tiene una residencia estable. Del resto de las mujeres, un 32% pasa por dos residencias desde el egreso y el tercio restante vive en más de dos lugares. Los lugares de tránsito incluyen casas de familiares, parejas y un grupo minoritario permanece en la calle o en casas de acogida<sup>116</sup>. En el primer año desde el egreso de la cárcel,

---

115 Baldry (2010) argumenta como en el caso de Australia se han adoptado políticas post-encarcelamiento bajo el alero de teorías elaboradas en el contexto de Estados Unidos e Inglaterra, usualmente basadas en experiencias masculinas. Esto contribuiría a omitir elementos contextuales y de género específicos.

116 A los dos meses de egresar de la cárcel un 12% de las mujeres había pasado por la calle, un 3% por hogares de acogida y un 3% por rucos o caletas de consumo de drogas.

un 83% de las mujeres recibe algún tipo de ayuda para acceder a una vivienda luego. No obstante, ninguna de ellas recibe ayuda del Estado y sólo un 2% recibe ayuda de fundaciones u ONG's. La familia es la principal fuente de apoyo en estos casos, sobre todo los padres. Respecto a la seguridad de los hogares, el estudio mencionado muestra que 21% de las mujeres vuelve a vivir en lugares donde no se siente protegida contra la violencia y a los dos meses de salida de la cárcel un 3% había experimentado violencia sexual en el lugar donde llegó a vivir. Por otro lado, un 21% de las mujeres pasa por situación de calle al menos en algún momento en el primer año desde el egreso de la cárcel.

Otros estudios han mostrado evidencia de que un alto porcentaje de mujeres encarceladas ha experimentado violencia por parte de su familia o pareja<sup>117</sup> (Rodríguez, Romero, Durand-Smith, Colmenares & Saldívar, 2006, Gendarmería de Chile, 2015, Salisbury et al., 2017). No obstante, a pesar de que muchas mujeres que delinquen tienen relaciones problemáticas con su familia de origen e incluso han sido abusadas y descuidadas por algunos de sus integrantes, confían fuertemente en ellos como fuente de apoyo emocional y económico durante su desistimiento y proceso de retorno (Giordano, Seffrin, Manning & Longmore, 2011, Leverentz, 2011).

### **3.2 Desafíos en torno a la Maternidad y roles de cuidado**

La maternidad es uno de los mayores desafíos en el proceso de reinserción post penitenciario. La mayoría de las mujeres que egresan de la cárcel retoman, o al menos esperan retomar, su rol materno. Un estudio realizado en Buenos Aires, mostró que 79% de las mujeres encarceladas esperaba volver a ser responsable de sus hijos una vez que saliera de prisión (Salisbury et al., 2017). Otro estudio realizado en Chile (Larroulet et al., 2018), mostró que, entre las mujeres prontas a egresar de la cárcel en Santiago, 52% tenía hijos menores de edad y un 46% hijos menores de 10 años, cuyo cuidado al momento del

---

117 Salisbury et al. (2017) muestran que en las prisiones federales de Argentina un 39% de las mujeres había sido victimizada por familiares o pareja y un 17% había sufrido de violencia sexual. En Chile, un 23% de las mujeres encarceladas habría sufrido algún tipo de violencia en la familia y un 34% violencia de pareja (Gendarmería de Chile, 2015). A su vez, un estudio en cárceles de mujeres en Ciudad de México mostraba como un 75.6% de las mujeres encarceladas había experimentado violencia por parte de alguna pareja alguna vez en la vida y un 28,6% en los últimos dos años (Rodríguez et al., 2006).

ingreso de la cárcel fue mayoritariamente relegado a la propia madre o abuelos paternos, otros familiares y en tercer lugar a la pareja. De ellas, 39% señalaba una semana antes de salir de prisión, que retomar su rol de madre era lo que más esperaba de su salida.

Aunque existen algunas discrepancias entre los estudios cuantitativos y cualitativos, la maternidad ha sido el factor más asociado con el desistimiento entre las mujeres que delinquen (Graham & Bowling, 1995, Uggen & Kruttschnitt, 1998, Moore & Hagedorn, 1999, Fleisher & Krienert, 2004, Broidy & Cauffman, 2006, McIvor et al., 2009, Kreagar, Matsueda & Erosheva, 2010, Giordano et al., 2011). En aquellos estudios en los que se observaron resultados contradictorios, éstos se han asociado principalmente con diseños de investigación inapropiados (la mayoría: transversales o retrospectivos) y con el hecho de que siendo investigaciones cuantitativas no fueron capaces de capturar con precisión las condiciones en que la maternidad desencadena el desistimiento. Los estudios cualitativos han aclarado algunas de estas dinámicas, observando que la maternidad reestructura las rutinas diarias, aumenta los costos de la delincuencia, da una sensación de optimismo y orientación futura, y fomenta el desarrollo de una identidad pro-social (Fleisher & Krienert, 2004, Rumgay, 2004, Edin & Kepalas, 2005, Hunt, Joe-Laider & Mackenzie, 2005).

Sin embargo, algunas investigaciones han encontrado que el efecto de la maternidad en el desistimiento tiende a reducirse después del parto (Monsbakken, Lyngstad & Skardhamar, 2013), muy probablemente debido al estrés materno desencadenado por las presiones económicas y las dificultades para criar a los hijos como madres solteras tras su paso por la cárcel (Richie, 2001, Brown, 2006, Brown & Bloom, 2009, Michalsen, 2011, 2013, Opsal & Foley, 2013, Rodermond, Slotboom, & Zoutewelle-Terovan, 2015).

El estudio de Larroulet et al. (2018) respecto de Chile indica que 44% de las mujeres entrevistadas proyectaba, previo a su salida de prisión, que tener dinero para mantener a sus hijos sería difícil o muy difícil. Luego de doce meses de egresar, un 10% señaló que su mayor desafío en ese año tenía que ver con la relación con sus hijos. Así también un 22% no se encontraba satisfecha con la relación con sus hijos y consideraba que rehacer la relación con ellos había sido difícil o muy difícil. No obstante, un 16% consideraba que estar con sus hijos había sido lo que más le había ayudado en su proceso de reinserción.

Esta diversidad de experiencias, da cuenta de la complejidad de la relación entre maternidad y desistimiento, que se ve influida por distintos factores ambientales, económicos y personales.

### **3.3 Desafíos en torno al Trabajo**

El desafío de mantenerse económicamente sin duda es uno de los más difíciles. Encontrar trabajo no solo es relevante para enfrentar los costos de vida de las mujeres, sino también para retomar los roles de cuidadora y, en algunos casos, forjar una autoimagen de cambio (Opsal & Foley, 2013). Cabe recordar que la motivación económica es fundamental para explicar la criminalidad femenina, sobre todo en el mercado de las drogas en Latinoamérica (Antony, 2007). Para muchas, las experiencias en el mundo formal son de alto sacrificio, baja remuneración y poca compatibilidad con el cumplimiento de roles domésticos (Cárdenas & Undurraga, 2014, Antony 2007)<sup>118</sup>. La vía delictual es una alternativa más viable y compatible con las cargas familiares y las formas de vidas de algunas mujeres. Para aquellas egresadas de la cárcel en Santiago, encontrar trabajo y lograr estabilidad económica fueron los mayores desafíos que debieron enfrentar (Larroulet et al., 2018). La dificultad de encontrar trabajo no solo está dada por el bajo capital educacional y la baja experiencia laboral anterior, sino también por la dificultad de conciliar roles de crianza y trabajo, y por los efectos directos que causa tener una condena a costas, vale decir, la discriminación por los antecedentes. Se suma a esto que un importante porcentaje de mujeres tiene problemas de salud de larga data que entorpecen su permanencia en el trabajo. A su vez, el mercado laboral ofrece alternativas precarias y poco atractivas. Finalmente, las mujeres cuentan con escasas redes para buscar trabajo. El estudio sobre re-ingresos de Larroulet et al. (2018) mostró que a los doce meses de egresar de prisión sólo 44% de las mujeres tenía algún tipo de trabajo. Un tercio de las mujeres (32%) no trabajó nunca durante esos 12 meses.

Estudios indican que el empleo tendría efectos más consistentes en el desistimiento masculino que en el femenino (Simons, Stewart, Gordon, Conger & Elder, 2002, Benda, 2005, Cobbina, Huebner & Berg, 2012), lo que se explicaría

---

118 Así también Cárdenas & Undurraga (2014) a través de un estudio cualitativo mostraron como la precariedad del trabajo formal, sobre todo para las mujeres, lo deslegitima como una real opción para algunas mujeres encarceladas.

principalmente porque los hombres son tradicionalmente sostén de la familia y el trabajo es uno de los aspectos más relevantes alrededor del cual construyen su identidad (Verbruggen, Blokland & Geest, 2012). Sin embargo, considerando que hoy en día las diferencias en la participación laboral han disminuido, esta explicación ya no parece plausible. Es más, algunos estudios han identificado que el trabajo desencadena la reducción del delito y el desistimiento también entre las mujeres (Graig & Foster, 2013, Verbruggen et al., 2012).

A pesar de lo afirmado, la relación entre el empleo y el desistimiento en las mujeres no queda del todo clara y se ha argumentado que tener un trabajo es una condición necesaria, pero no suficiente para desistir del delito. Parece ser que la falta de educación y ausencia de experiencia laboral de las mujeres, junto a empleos inestables y salarios bajos, transformarían la experiencia laboral en una fuente de frustración y estrés para este grupo (Brown & Bloom, 2009, Giordano, Cernkovich & Holand, 2003).

En relación a la remuneración, los trabajos remunerados a los que acceden las mujeres que salen de la cárcel son en su mayoría de baja calificación, informales e inestables, al igual que los trabajos por cuenta propia. En el estudio chileno al que se ha hecho mención, se observó que los ingresos por trabajo legal de estas mujeres llegaban en promedio a la mitad del sueldo mínimo. Esto, en contraste con los ingresos de quienes vuelven a la actividad delictual, que obtienen en promedio 2,9 veces de lo que ganan quienes realizan un trabajo legal.

Un obstáculo formal de relevancia para encontrar empleo es el registro de antecedentes penales. Un 52% de las mujeres que buscó trabajo luego de salir de la cárcel fue rechazada por sus antecedentes (Larroulet et al., 2018). Lo indicado es prueba de que la estadía en la cárcel tiene un efecto negativo directo en la vida de las mujeres que buscan construir una nueva vida luego de su salida de prisión.

Por último, si bien la maternidad es una de las razones que motiva a las mujeres a buscar un empleo formal que les permita cubrir sus gastos personales y familiares, también puede constituirse en una traba para el mismo fin. De acuerdo al estudio de Larroulet et al. (2018) un 10% de quienes no trabaja mencionaba el cuidado de familiares, hijos o parejas como la principal razón de su marginación del mercado laboral.

### **3.4 Desafíos en torno a la Salud física y mental**

Otro desafío que enfrenta un grupo importante de mujeres es el referido a las condiciones de salud precarias que presentan al salir de prisión, así como a la búsqueda de medios para acceder a los cuidados correspondientes. La investigación de trayectorias delictivas de las mujeres ha dado cuenta de cómo problemas de salud mental, gatillados por situaciones de abuso y prolongada precariedad, son claves en las historias de las mujeres reclusas (Daly & Chesney-Lind, 1988, Huebner & Gustafson, 2007, Salisbury et al., 2017). A su vez, la alta presencia de problemas de salud mental en población penitenciaria femenina ha sido documentada en algunos países latinoamericanos. En Chile, por ejemplo, un tercio de las mujeres entraría a la cárcel con algún trastorno por consumo de drogas, la mitad de ellas con algún trastorno afectivo y dos de cada cinco con depresión mayor<sup>119</sup> (Mundt et al., 2016). En las cárceles de Río de Janeiro un 47% de las mujeres encarceladas presentaba depresión moderada o severa (Constantino, Goncalves de Assis & Wernersbach, 2016).

De acuerdo con Opsal y Foley (2013), la precariedad de la salud física sería una característica común entre las mujeres que egresan de la cárcel. En Latinoamérica encontramos algunos escasos antecedentes. Un estudio en Chile mostró que un 60% de las mujeres encarceladas presentaba alguna enfermedad crónica (Morales et al., 2016). Por otro lado, un 26% de las mujeres que egresaron de la cárcel, consideraba, una semana después de obtener su libertad, que su salud física había empeorado tras su estadía en prisión (Larroulet et al., 2018).

La cárcel debiera propiciar el desarrollo de sistemas de soporte y tratamientos para aquellas mujeres que así lo necesiten y proveer los vínculos para proseguir tratamientos fuera (Baldry, 2010). Sin embargo, cuando la cárcel no es un lugar en donde las mujeres pueden acceder a sistemas de soporte de calidad, los desafíos de enfrentarse al mundo, con problemas de salud pre existentes, se intensificarán al momento de egresar (Opsal & Foley, 2013).

Sobre las posibilidades que tienen las mujeres de acceder a un tratamiento una vez que egresan de la cárcel, se sabe muy poco. El estudio de Larroulet et

---

119 Las mujeres que ingresan a prisión poseen menos problemas de abuso de drogas y salud mental que los hombres en su misma situación según este estudio (Mundt et al., 2016).

al. (2018) indica que un 60% de las mujeres antes de salir de la cárcel señalaba que necesitaría continuar con algún tratamiento médico fuera. Un 23% de esta cohorte accedió a servicios de salud una semana después de egresar y un 42% dos meses después. En relación al tipo de atención, el estudio indicó que un 19% de las mujeres entrevistada señaló requerir ayuda para dejar las drogas, pero sólo un 3,9% accedió a un tratamiento luego de dos meses de obtener su libertad y un 5,3% a los doce meses. La situación fue particularmente grave para un 20% de las mujeres que señaló que los problemas de salud le impidieron trabajar una vez fuera de la prisión, y para un 33% de las mujeres que tuvieron problemas de salud inhabilitantes en el curso de los 12 meses desde el egreso de la cárcel. Respecto a la salud mental, el mismo estudio muestra que un panorama aún más severo: un 19% de las mujeres había intentado suicidarse luego de egresar de la cárcel, y un 33% presentaba síntomas de dependencia de drogas<sup>120</sup>.

#### **4. El género como una barrera estructural a los procesos de reinserción y desistimiento**

Si bien los estudios revisados muestran los obstáculos que enfrentan las mujeres en sus procesos de reinserción y desistimiento, nos interesa analizar cómo el enfoque de género podría ayudar a explicar por qué estos factores operan de una u otra manera.

Las relaciones personales y sociales, así como la maternidad son sin duda los factores implicados en los procesos de reinserción y desistimiento de las mujeres, que han merecido más atención. Sin embargo, la mayoría de las investigaciones ha asumido acríticamente el papel de los roles de cuidado en el proceso de abandono de la delincuencia, sin considerar sus implicancias en términos de desigualdades de género. Esto ha influenciado fuertemente las prácticas penitenciarias, que se han orientado principalmente a regular las relaciones de las mujeres, basándose en la idea engañosa de que sus factores de riesgo se sustentan en la decisión de relacionarse con las personas equivocadas (Opsal, 2014).

Giordano (2016) ha argumentado que los factores que promueven el desistimiento en las mujeres no son los que operan como fuentes de control

---

120 Medido a través de la escala de Okasha y el cuestionario M.I.N.I respectivamente.

social, sino los que proporcionan una hoja de ruta para desencadenar el desarrollo de una nueva identidad. En ese sentido, podría ser importante preguntarse si el matrimonio y el empleo operan de esa manera entre las mujeres y los hombres, especialmente si se considera la fuerte influencia de los roles de género socializados, la opresión estructural y las respuestas femeninas a la dominación masculina (Belknap, 2006). De hecho, un estudio realizado por Droppelmann (2018) en Chile con mujeres adolescentes infractoras, observó que algunos de los factores desencadenantes del desistimiento relevados en investigaciones previas fueron relevantes en la transición de las mujeres de su muestra. Sin embargo, estos factores, fuertemente anclados en la ética del cuidado, como fue el caso de la maternidad o los vínculos familiares, fueron útiles para desencadenar el desistimiento en una primera etapa, pero se tornaron problemáticos para sustentar este proceso en el largo plazo, manteniendo a estas jóvenes atrapadas dentro de las restricciones propias del género, que luego eran resistidas a través de recaídas y la persistencia en el delito. Lo anterior toma una importancia fundamental dentro del contexto latinoamericano, donde las construcciones culturales de la feminidad se identifican fuertemente con la maternidad, que se asocia con la virtud moral, el altruismo y el autosacrificio (Molyneux 2000, Jelin, 1990). Desde una perspectiva cultural, se ha argumentado que las ideologías latinoamericanas de la maternidad han restringido a las mujeres a la vida privada, han influido en la división del trabajo por género y limitado su poder al amor materno y a las prácticas de cuidado. Estas concepciones, históricamente arraigadas en la imagen cristiana de la Virgen María, relegan a las mujeres a “roles” como madre y cónyuge, operando como un modelo básico de la mujer abnegada que sirve y depende de los demás (Lagarde, 1990, Melero, 2015, Montecino, 1997).

En este sentido, las explicaciones sobre la reinserción y, por otro lado, el desistimiento femenino también han supuesto que el desempeño de roles convencionales aporta recompensas sociales que respaldan el desarrollo de una identidad no criminal (Leverentz, 2006). Las mujeres deben comprometerse con un código de conducta ética (Rumgay, 2004) mediante el cual la identidad femenina normativa se rige, reconoce y recompensa. Sin embargo, se ha prestado poca atención a la reputación y el estatus como elementos constitutivos de las identidades de las mujeres jóvenes que delinquen (Laidler & Hunt, 2001) y a la lucha que implica negociar una identidad femenina dentro del marco de las restricciones de género imperantes especialmente en América Latina.



El énfasis en el desarrollo de las identidades femeninas normativas como factor clave que desencadena el desistimiento ha ignorado la exploración de otras fuentes de identidades, reificando las desigualdades de género (Miller, 2002). Un estudio realizado en Uruguay por Vigna (2011) con mujeres infractoras, observó que muchas mujeres ocupan lugares secundarios y subordinados a los hombres en el mundo delictual a través de roles vinculados al cuidado y al papel de “acompañantes” y que éstas deben recurrir a estereotipos de género para abrirse paso en el mundo delictual. Droppelmann (2018) también observó que uno de los principales obstáculos a la hora de desistir se asocia a la utilización del delito como un mecanismo de resistencia frente a la opresión patriarcal, al facilitar la independencia financiera, evitar la adquisición de roles anclados en la ética del cuidado y permitirles involucrarse en prácticas asociadas a lo masculino.

Por lo afirmado hasta aquí, corresponde reiterar que los programas de reinserción para mujeres no deben replicar el formato de intervención generado para la población masculina. Estos deben intentar comprender con qué motivaciones delinquen las mujeres, que rol ocupan en la escala de poder de la organización criminal, qué formato tienen sus infracciones, qué las lleva a desistir del delito y qué barreras enfrentan en ese proceso, para, de acuerdo a ello, diseñar estrategias dirigidas a impulsar y mejorar los servicios que se proporcionen a las mujeres antes, durante y después de la privación de libertad, incorporando la perspectiva de género en cada una de las etapas (Gelsthorpe, 2007, citada en Espinoza, 2016).

## **5. Políticas públicas de reinserción social para mujeres privadas de libertad con enfoque de género**

Los compromisos asumidos por la mayoría de países en torno a la erradicación de todas las formas de discriminación contra la mujer<sup>121</sup> han llevado a perfilar políticas destinadas a avanzar en la incorporación de estándares que promuevan y garanticen el diseño, implementación y evaluación de políticas bajo un enfoque de género. Por lo tanto, existe una demanda cada vez mayor

---

121 Como resultado de la ratificación de tratados internacionales, tales como la Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer y la Convención interamericana para prevenir, erradicar y sancionar la violencia contra la mujer.

por integrar esta perspectiva en la implementación de políticas públicas de distintos sectores, siendo el ámbito criminal uno de ellos. No obstante, a pesar de este compromiso y de una mayor conciencia de la urgencia de estas medidas, no se tiene completa claridad respecto de todas sus implicancias. En muchos casos se ha asumido que la sola integración de mujeres en la implementación de una política, ya sea en calidad de ejecutoras o de usuarias, garantizaba el cumplimiento de los compromisos asumidos, banalizando la demanda por contar con políticas que incorporen esta perspectiva efectivamente.

En términos generales se puede afirmar que la incorporación de la perspectiva de género en las políticas públicas pretende visibilizar y corregir las desigualdades e inequidades de género vigentes en el contexto económico, político, social y cultural de nuestros países, a través del compromiso explícito del Estado por revertir estas desigualdades, desarrollando estrategias para impulsar políticas más equitativas y focalizadas, que promuevan la participación ciudadana de todas las personas, contribuyendo con ello a la modernización del Estado y al fortalecimiento de la democracia (Solar, 2009). El ámbito criminal no debiera estar alejado de esta intencionalidad, no obstante, se observa un desarrollo más lento, con avances y retrocesos.

No es nuestra intención hacer una descripción exhaustiva de los avatares en la inclusión de la perspectiva de género en las políticas implementadas en el combate de la delincuencia, sino más bien, relevar ámbitos claves que debieran ser puntos de partida priorizados para la incorporación de este enfoque de forma coherente y consistente.

Buscando enumerar los principales desafíos que enfrentan quienes están a cargo del diseño e implementación de políticas que respondan a los compromisos y expectativas asociados a la perspectiva de género, podemos enunciar los siguientes

## **5.1 Introducir las normas y estándares en la normativa penitenciaria con enfoque de género**

Dado el creciente aumento de la población penal femenina y su muy limitada presencia en las normas nacionales e internacionales del ámbito criminal (Espinoza, 2014), se han promulgado declaraciones y otros instrumentos legales con la finalidad de visibilizar la necesidad de diseñar

políticas que respondan a las características de su actividad delictiva así como de sus necesidades de reinserción social.

Entre las normas específicas más importantes se encuentra las Reglas de Naciones Unidas para el tratamiento de las reclusas y medidas no privativas de libertad para las mujeres delincuentes (A/RES/65/229, de 2010), más conocida como las Reglas de Bangkok. Estas normas, junto con relevar y actualizar las normas anteriores existentes en materia de respeto de derechos fundamentales durante la ejecución de las sanciones penales, introducen la necesidad de observar la ejecución de las penas con un enfoque de género con miras a promover mayor y mejores procesos de reinserción social de las mujeres en conflicto con el sistema penal.

A pesar del amplio reconocimiento de las Reglas de Bangkok, sus disposiciones han tenido escasa influencia formal en los contextos nacionales de los países de América Latina. En el plano normativo, más allá de algunas iniciativas tentativas (MINJUS, 2013, Espinoza, 2016) no se han generado cambios sustantivos dirigidos a adaptar dichas reglas a las normas principales que regulan la ejecución de las sanciones penales. Por lo tanto, la incorporación de estas disposiciones resulta de especial importancia para el reconocimiento, visibilización y formalización del enfoque de género en la regulación de las sanciones penales y de los proceso de reinserción de las mujeres en el sistema penitenciario, enfatizando en el trato humano y digno que les corresponde, prohibiendo el uso de determinadas sanciones que degradan su dignidad y estableciendo normas que regulen la vigilancia, requisas y formas de denunciar abusos de cualquier índole.

## **5.2 Revertir el crecimiento progresivo del número de mujeres en privación de libertad**

Pero el plano formal es insuficiente, si no es acompañado de medidas de apunten de revertir el crecimiento progresivo de la población penal, especialmente de mujeres condenadas y en prisión preventiva.

Como resultado de una política criminal donde el endurecimiento de sanciones por delitos de tráfico de drogas fue recurrente en la mayoría de países occidentales, se ha visto incrementado sostenidamente el número de mujeres en privación de libertad. La cárcel, como se ha indicado en este

trabajo, siempre genera consecuencias negativas en el presente y el futuro de las mujeres y de su entorno familiar directo, por lo tanto, en consonancia con los estándares internacionales (Reglas de Bangkok), la primera política a considerar es la reducción del uso de la prisión y el incentivo de medidas y penas alternativas a la prisión, sobre todo teniendo en cuenta la participación de menor gravedad en la actividad delictiva, el impacto de la prisión en los/as hijos/as y otros dependientes, los mayores obstáculos para la inserción laboral, entre otros aspectos relevantes mencionados en este trabajo.

Junto a lo anterior, se debe promover iniciativas que favorezcan el acceso a medidas excarcelatorias que permiten el cumplimiento de parte de la condena en libertad, tales como la reducción de la condena por trabajo, educación o buena conducta, o el acceso a permisos de salida o a la libertad condicional. Estas medidas, presentes en la mayoría de legislaciones penitenciarias de la región, suelen considerar requisitos que constituyen obstáculos tácitos que dificultan el acceso a ciertos grupos en razón del género, etnia, edad, nacionalidad, discapacidad, entre otras condiciones que se interseccionan y generan contextos de desigualdad y discriminación.

### **5.3 Promover programas efectivos de reinserción asentados en el enfoque de género**

Como se ha visto en el desarrollo del presente trabajo, es necesario formular programas de atención a mujeres que se diseñen y ejecuten sobre la base de la igualdad de oportunidades, que desalienten los roles estereotipados de comportamiento y que se vinculen a la comunidad para facilitar la reinserción social y el desistimiento. Para ello se requiere romper con el estereotipo normativo moral que sintetiza a la mujer a partir principalmente de la maternidad.

Aun es escasa la investigación que nos permita conocer y comprender de forma exhaustiva el perfil, así como las necesidades y obstáculos que enfrentan las mujeres en conflicto con el sistema penal en su proceso de reinserción y desistimiento delictivo. La mayor parte de datos al respecto, han sido obtenidos en contextos de países desarrollados, los que no responden a las condiciones políticas, económicas, sociales y culturales de América Latina. Es por ello, que resulta de fundamental importancia promover la generación

de conocimiento sobre esta materia, a fin de con ello generar las políticas públicas más adecuadas para toda la población penitenciaria de la región.

Este esclarecimiento, permitirá desarrollar programas más eficaces para las mujeres privadas de libertad, dado que el diseño de programas focalizados en los factores criminógenos de la población masculina, entendidos como parámetro universal, será menos efectivo “en reducir la reincidencia de las primeras. Ello, no sólo porque se centrarán en factores menos relevantes o que operan en forma diferente para las mujeres, sino porque no se ocuparán de aquellos elementos que son exclusivos, o más relevantes, para ellas” (Hedderman, 2004, p. 241, citado en Espinoza, 2016, p. 101).

## **Ideas finales**

En los últimos años, la inclusión en las políticas penales bajo un enfoque de género se ha ido generalizando (Hannah-Moffat, 2010), entendiendo que la intervención debe abordar factores asociados a la criminalidad femenina, tales como el abuso de sustancias, el trauma, la salud mental y la marginalidad económica (Bloom, Owen & Covington, 2003). Aunque esto ha mejorado las condiciones penitenciarias de las mujeres, posicionando el género como un principio central para la práctica correccional, como ya fue indicado, se ha prestado poca atención a la forma en que debe ponerse en práctica el género y la relevancia de abordar las múltiples fuentes de opresión de que son víctimas estas mujeres, adoptando al final del día, una posición normativa y estereotípica de la feminidad (Goodkind, 2009, Hannah-Moffat, 2010).

Las preocupaciones sobre la vulnerabilidad de las mujeres y su fuerte dependencia de los mecanismos de protección social se han utilizado como justificación de una intervención intensiva, llegando a entender encarcelamiento incluso como una medida de protección (Sharpe & Gelsthorpe, 2015). Las prácticas correccionales se han orientado principalmente en apoyar la transición de las mujeres hacia roles de género tradicionales, pero no las han apoyado en la construcción de una vida mejor para ellas mismas, o en los términos de Gilligan (2011, p. 36) no las han ayudado a “encontrar su propia voz”. El paradigma ha estado fuertemente orientado hacia nociones de redención a través de la feminidad normativa, la tutela moral y la conformidad de género (Gelsthorpe,

2010), centrándose principalmente en factores relacionales, como si estos fueran terapéuticos per se, reproduciendo la lógica de la ética del cuidado.

Los discursos terapéuticos basados en la autorregulación han atribuido la falta de opciones de las mujeres a una incapacidad para tomar decisiones basadas en su baja autoestima, fragilidad y debilidad, desviando la atención de las limitaciones estructurales y haciéndolas responsables de su propia rehabilitación (Goodkind, 2009, Hannah-Moffat, 2010). El enfoque de riesgo y necesidad ha empeorado aún más esta situación, centrándose en los déficits de las mujeres, principalmente en sus necesidades psicológicas y dejando de lado la interacción entre la agencia y la estructura, que es crucial para fomentar el desistimiento en el largo plazo (Goodkind, 2009, Hannah-Moffat, 2010, Sharpe & Gelsthorpe, 2015).

Desafortunadamente, superar esta situación no es fácil, porque la concepción de que las mujeres delincuentes son riesgosas y vulnerables está fuertemente arraigada en las actuales narrativas correccionales, especialmente en América Latina. En ese sentido y teniendo en cuenta la información presentada en este artículo, se puede argumentar que la práctica penitenciaria debe pasar de un modelo basado en los déficits a un enfoque que promueva las fortalezas, la toma de decisiones y el crecimiento personal de las mujeres que delinquen, a través de su participación activa en la definición de sus necesidades y objetivos.

Los servicios de apoyo entre pares son un buen ejemplo para trabajar en esa dirección, siendo más efectivos que las intervenciones dirigidas por expertos, pues ayudan a disminuir los sentimientos de aislamiento, y a mejorar la autoestima y la autonomía (Pollock, 1994, 2009). Ayudar a otras mujeres que están en una etapa mucho más temprana en su proceso de deserción, también les brinda a las mujeres que han desistido del delito la oportunidad de incorporar y re-significar elementos que surgieron de sus vidas pasadas y construir una narrativa coherente para explicar y justificar su cambio (Hundleby, Gfellner & Racine, 2007, Heally, 2010, Maruna, 2001).

Las prácticas penitenciarias deben basarse en bases sólidas que desafíen las jerarquías de género y clase, en lugar de hacer que las mujeres que delinquen acepten su posición dentro del orden social (Goodkind, 2009). Esto no implica argumentar que el género es lo único que importa, sino plantear que, si las normas y relaciones de género siguen sin abordarse en el contexto

penitenciario, las desigualdades de género y de clase que han contribuido a la participación delictiva femenina se terminarán finalmente perpetuando (Chant, 2006, Goodkind, 2009).

## **Referencias**

Almeda, E. (2005). El ayer y hoy de las cárceles de mujeres en España, en *Revista Pena y Estado*. Buenos Aires, INECIP.

Almeda, E. & Di Nela, D. (2017). Mujeres y cárceles en América Latina: Perspectivas críticas y feministas. *Papers*, 102(2), 183-214.

Andrade, V. R. P. (1999). Criminologia e feminismo: Da mulher como vítima à mulher como sujeito. In Campos, C. (Org.). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Editora Sulina.

Antony, C. (2007). Mujeres invisibles: Las cárceles femeninas en América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, 208.

Arditti, J. & Few, A. (2008). Maternal distress and women's reentry into family and Community life, in *Family Process*, 47(3), 303-321.

Azaola, E. (2013). Mujeres presas por delitos del fuero federal en México. En Cruz, J. A. & Vázquez R. (Coords.). *Las Mujeres a través del Derecho Penal* (pp, 153-166). México D.F., Suprema Corte de Justicia de la Nación - Editorial Fontamara.

Baldry, E. (2010). Women in transition: from prison to... *Current Issues in Criminal Justice*, 22(2), 253-267.

Belknap, J. (2006). The gendered nature of risk factors for delinquency. *Feminist Criminology*, 1(1), 48-71.

Benda, B. (2005). Gender differences in life-course theory of recidivism: A survival analysis. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 49(3), 325-342.

Bloom, B., Owen, B., & Covington, S. (2003). Women offenders and the gendered effect of public policies. *Review of Policy Research*, 21(1), 31-48.

Boiteux, L. (2015). *Mujeres y encarcelamiento por delito de drogas*. Colectivo de Estudios Drogas y Derecho (CEDD). Disponible en: [http://www.drogasyderecho.org/wp-content/uploads/2015/10/Luciana\\_v08.pdf](http://www.drogasyderecho.org/wp-content/uploads/2015/10/Luciana_v08.pdf)

Broidy, L.M. & Cauffman, E.E. (2006). *Understanding the female offender*. Report submitted to the U.S. Department of Justice.

Brown, M (2006). Gender, ethnicity, and offending over the life course: Women's pathway stopris on in the Aloha State. *Critical Criminology*, 14(2), 137-158.

Brown, M. & Bloom, B. (2009). Reentry and renegotiating motherhood: Maternal identity and success on parole. *Crime & Delinquency*, 55(2), 313-336.

Cárdenas, A. (2011). *Mujeres y Cárcel en Chile*. GTZ-Ministerio de Justicia de Chile-ICSO. Disponible en: <http://www.icsoc.cl/wp-content/uploads/2012/01/Proyecto-Grupos-Vulnerables-CPFGIZ-MINJU-ICSO-versión-final-para-página-web-Diciembre-2011.pdf>

Cárdenas, A. & Undurraga, R. (2014). El sentido del trabajo en mujeres privadas de libertad en Chile. *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*, 9, 286-309.

Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), Ministerio Público de la Defensa de la Nación (MPDN) & Procuración Penitenciaria de la Nación (PPN) (Comp.) (2011). *Mujeres en prisión: los alcances del castigo*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores.



Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL) (2007). *Mujeres privadas de libertad*. Informe Regional: Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay. Disponible en: [https://www.cejil.org/sites/default/files/legacy\\_files/mujeres\\_privadas\\_de\\_libertad\\_informe\\_regional\\_0.pdf](https://www.cejil.org/sites/default/files/legacy_files/mujeres_privadas_de_libertad_informe_regional_0.pdf)

Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL) et al. (2007). *Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil*. Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas. Disponible en: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>

Chant, S. (2006). Exploring the “feminisation of poverty” in relation to women’s work and home-based enterprise in slums of the Global South. *International Journal of Gender and Entrepreneurship*, 6(3), 296-316.

Cobbina, J.; Huebner, B. & Berg, M. (2012). Men, women, and postrelease offending: An examination of the nature of the link between relational ties and recidivism. *Crime & Delinquency*, 58(3), 331-361.

Constantino, P.; Goncalves de Assis, S., & Wernersbach, L. (2016). The impact of prisons on the mental health of prisoners in the state of Rio de Janeiro, Brazil. *Ciência e saúde coletiva*, 21(7), 2089-2099.

Cornell Law School, Avon Global Center for Women and Justice and International Human Rights Clinic, Defensoría General de la Nación Argentina & University of Chicago Law School International Human Rights Clinic (2013). *Mujeres en prisión en Argentina: causas, condiciones y consecuencias*, Buenos Aires.

Criag, J. & Foster, H. (2013). Desistance in the Transition to Adulthood: The Roles of Marriage, Military, and Gender. *Deviant Behavior*, 34(3), 208-223.

Daly, K. (2012). Aims of the criminal justice system. En Marinella Marmo et al. (Eds.). *Crime and Justice: A Guide to Criminology*. 389-406. Sydney: Law-book Company.

Daly, K. & Chesney-Lind, M. (1988). Feminism and criminology. *Justice quarterly*, 5(4), 497-538.

De Val, C. & Viedma, A. (2012). *Condenadas a la desigualdad: Sistema de indicadores de discriminación penitenciaria*. La Rioja: Icaria Editorial.

Del Olmo, R. (Coord.) (1998). *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, PNUD, Fundación José Félix Rivas, Comisión Andina de Juristas.

Droppelmann, C. O. (2018). Housewife, mother or thief: gendered desistance and persistence from crime. *Working paper*.

Edin, K. & Kefalas, M. (2005). *Promises I Can Keep: Why Poor Women Put Motherhood Before Marriage*. Berkeley, CA: University of California Press.

Espinoza, O. (2004). *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

Espinoza, O. (2016). Mujeres privadas de libertad: ¿es posible su reinserción social? *Caderno CRH Salvador*, 29(3), 93-106.

Espinoza, O., Martínez, F. & Sanhueza, G. (2014). El impacto del sistema penitenciario en los derechos humanos: La percepción de las personas privadas de libertad. *Informe de Derechos Humanos en Chile*. Santiago: Centro de Derechos Humanos, Facultad de Derecho de la Universidad Diego Portales.

Espinoza, O., Piñol, D. & Salamanca, F. (2012). *Demandas y características de capacitación laboral que fomente una reinserción social, laboral y familiar en mujeres privadas de libertad en cárceles chilenas*. Santiago: Departamento de Estudios. Servicio Nacional de la Mujer - SERNAM, 2012.

Fleisher, M. & Krienert, J. (2004). Life-course events, social networks, and the emergence of violence among female gang members. *Journal of Community Psychology*, 32(5), 607-622.

Franklin, C. (2008). Women offenders, disparate treatment, and criminal justice: a theoretical, historical, and contemporary overview. *Criminal Justice Studies: A Critical Journal of Crime, Law and Society*, 21(4), 341-360.

Gelsthorpe, L. (2010). Woman, crime and control. *Criminology and Criminal Justice*, 10(4), 375-386.

Gendarmería de Chile (2015). *Informe de prevalencia de género en la población penal femenina de Chile*, noviembre. Disponible en: <https://html.gendarmeria.gob.cl/doc/vgenero.pdf>

Giacomello, C. (2013). *Mujeres, delitos de drogas y sistemas penitenciarios en América Latina*, IDPC, octubre. Disponible en: [https://dl.dropboxusercontent.com/u/64663568/library/IDPC-Briefing-Paper\\_Women-in-Latin-America\\_SPANISH.pdf](https://dl.dropboxusercontent.com/u/64663568/library/IDPC-Briefing-Paper_Women-in-Latin-America_SPANISH.pdf)

Giordano, P. (2016). Mechanisms underlying the desistance process: Reflections on a theory of cognitive transformation. In J. Shapland, S. Farrall & A. Bottoms (Eds.). *Global Perspectives on Desistance*. London: Routledge.

Giordano, P., Cernkovich, S. & Holand, D. (2003). Changes in friendship relations over the life course: Implications for desistance from crime. *Criminology*, 41(2), 293-327.

Giordano, P., Seffrin, P., Manning, W. & Longmore, M. (2011). Parenthood and crime: The role of wantedness, relationships with partners and SES. *Journal of Criminal Justice*, 39(5), 405-416.

Goodkind, S. (2009). You can be anything you want, but you have to believe it: Commercialized feminism in gender-specific programs for girls. *Signs*, 34(2), 397- 422.

Graham, J. & Bowling, B. (1995). *Young people and crime*. Home Office Research Study 145. Londres: Home Office.

Hannah-Moffat, K. (2010). Sacrosanct or flawed: Risk, accountability and gender-responsive penal politics. *Current Issues in Criminal Justice*, 22(2), 193-216.

Healy, D. (2010). *The dynamics of desistance: Charting pathway sthrough change*. Cullompton: Willan.

Heidensohn, F. (1995). *Women and crime*. Washington: New York University Press.

Heidensohn, F. & Silvestri, M. (2012). Gender and crime. In Maguire, M., Morgan, R., & Reiner, R. (Org.). *The Oxford Handbook of Criminology*. (pp. 336-369). Oxford: Oxford University Press.

Hirschi, T. (1969). *Causes of Delinquency*. California: University of California Press.

Huebner, B. & Gustafson, R. (2007). The effect of maternal incarceration on adult offspring involvement in the criminal justice system. *Journal of Criminal Justice*, 35(3), 283-296.

Hundleby, J., Gfellner, B. & Racine, D. (2007). Desistance and identity change among aboriginal females. *Journal Identity*, 7(3), 225-253.

Hunt, G., Joe-Laidler, K. & MacKenzie, K. (2005). Moving into motherhood: Gang girls and controlled risk. *Youth and Society*, 36(3), 333-373.

International Center for Prison Studies (ICPS) (2017). *World prison brief data*. Disponible en: <http://www.prisonstudies.org/world-prison-brief-data>. Consultado en: 12 mai. 2018.

Jelin, E. (Ed.) (1990). *Women and social change in Latin America*. London: Zed Books.

Kreagar, D., Matsueda, R. & Erosheva, E. (2010). Motherhood and criminal desistance in disadvantaged neighborhoods. *Criminology*, 48(1), 221-258.

Laidler, K. & Hunt, G. (2001). Accomplishing Femininity among the Girls in the Gang. *The British Journal of Criminology*, 41(4), 656-678.

Lagarde, M. (1990). *Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México.

Larroulet, P., Figueroa, A., Del Villar, P., Droppelmann, C., Daza, S. & Valenzuela, E. (2018). *Reinserción, Desistimiento y Reincidencia en Mujeres Privadas de Libertad en Chile: Informe de Doce Meses*. Programa de Estudios Sociales del Delito, Pontificia Universidad Católica de Chile.

Lemgruber, J. (1999). *Cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Editora Forense.

Leverentz, A. (2006). The love of a good man? Romantic relationships as a source of support or hindrance for female ex-Offenders. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 43(4), 459-988.

Maruna, S. (2001). *Making good: How ex-offenders reform and reclaim their lives*. Washington DC: American Psychological Association Books.

McIvor, G., Trotter, C. & Sheehan, R. (2009). Women, resettlement and desistance. *Probation Journal*, 56(4), 347-361.

Melero, P. (2015). *Mythological constructions of Mexican femininity*. New York: Palgrave Macmillan.

Michalsen, V. (2011). Mothering as a life course transition: Do women go straight for their children? *Journal of Offender Rehabilitation*, 50(6), 349-366.

Michalsen, V. (2013). A Cell of One's Own? Incarceration and Other Turning Points in Women's Journeys to Desistance. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 50(6), 349-366.

Miller, J. (2002). Reconciling feminism and rational choice theory: women's agency in Street crime. In Piquero, A. & Tibbetts, S. *Rational choice and criminal behavior recentre search and future challenges*. New York: Routledge.

Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de Chile (MINJUS) (2013). *Políticas penitenciarias con enfoque de género*. Santiago: División de Reinserción Social.

Ministerio de Justicia de Chile y Derechos Humanos de Chile (MINJUS) (2018). *Cuestionario Colección de datos sobre mujeres encarceladas por delitos de drogas* (actualizado 28.02.2018). Documento de trabajo.

Molyneux, M. (2000). *Comparative perspectives on gender and citizenship: Latin America and the former socialista states*. Basingstoke: Palgrave Mac Millan.

Monsbakken, C., Lyngstad, T. & Skardhamar, T. (2013). Crime and the transition to Parenthood: The role of sex and relationship context. *The British Journal of Criminology*, 53(1), 129-148.

Montecino, S. (1997). *Madres y huachos: Alegorías del mestizaje chileno*. Santiago: Editorial Sudamericana.

Moore, J. & Hagedorn, J. (1999). *Female Gangs in America: Essays on girls, gang and gender*. Chicago: Law View Press.

Morales, A. M., Hurtado, M. T., Figueroa, U., Ortíz, P., Polanco, D. & Muñoz, N. (2016). *Estudio sobre niveles de exclusión social en personas privadas de libertad*. Santiago: Fundación Paz Ciudadana y Fundación San Carlos de Maipo.

Morales, A. M., Muñoz, N., Welsch, G. & Fábrega, J. (2012). *La Reincidencia en el Sistema Penitenciario Chileno*. Santiago: Fundación Paz Ciudadana y Universidad Adolfo Ibañez.

Mundt, A. et al. (2016). Prevalence rates of mental disorders in Chilean prisons. *PlosOne*, 8(7), 1-8.

Opsal, T. (2014). It's their world, so you've just gotta get through: Women's experiences of parole governance. *Feminist Criminology*, 10(2), 1-20.

Opsal, T. & Foley, A. (2013). Making it on the outside: Understanding barriers to women's post-Incarceration reintegration. *Sociology Compass*, 7(4), 265-277.

Pollock, J. (1994). *Ethics in crime and justice: Dilemmas and decisions*. Belmont: Wadsworth Publishing Company.

Pollock, J. (2009). "Afterward". In George, E. *A woman doing life: Notes from a women prison*. Boston: Oxford UnivPress.

Pontón, J. & Torres, A. (2007). Cárceles del Ecuador: los efectos de la criminalización por drogas. *Urvio, Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana*, 1, 55-73. Quito, FLACSO-Ecuador.

Richie, B. (2001). Challenges incarcerated women face as they return to their communities: Findings from life history interviews. *Crime & Delinquency*, 47(3), 368-389.

Rodermond, E., Slotboom, A. M. & Zoutewelle-Terovan, M. (2015). Women's reincarceration: The influence of marriage and children. In Kruttschnitt, C. & Bijleveld, C. (Eds.). *Lives of incarcerated women: An international perspective* (pp. 142-158). Londres: Routledge.

Rodríguez, E., Romero, M., Durand-Smith, A., Colmenares, E. & Saldívar, G. (2006). Experiencias de violencia física ejercida por la pareja en las mujeres en reclusión. En *Salud Mental*, 29(2), 59-67.

Rodríguez, M. N. (2005). *Mujeres madres en prisión en América Central*. San José de Costa Rica: Editorial Universidad Estatal a Distancia.

Rumgay, J. (2004). Scripts for safer survival: Pathways out of female crime. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 43(4), 405-419.

Salazar, T. & Cabral, B. (2012). Miradas de género a la criminalidad femenina. *Fermentum Revista Venezolana de Sociología y Antropología*, 22(64), 222-248.

Salisbury, E., Kalantry, S., Boppre, B., Brundige, E. & Martínez, S. (2017). Expanding the feminist pathways perspective beyond the United States: A profile of federal women prisoners in Argentina. *Women & Criminal Justice*, 28(2), 125-151.

Sampson, R. & Laub, J. (1995). *Crime in the making: pathways and turning points through life*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Sharpe, G. & Gelsthorpe, L. (2009). Engendering the agenda: Girls, young women and youth justice. *Youth Justice*, 9(3), 195-208.

Simons, R., Stewart, E., Gordon, L., Conger, R. & Elder, G. (2002). A test of life course explanations for stability and change in antisocial behavior from adolescence to young adulthood. *Criminology*, 40, 401-34.

Solar, X. (2009). *Género y políticas públicas*. Germina: Conocimiento para la acción, documento de trabajo. Santiago.

Torres, A. (2008). *Drogas, cárcel y género en Ecuador: La experiencia de mujeres "mulas"*. Quito: FLACSO-Ecuador.



Uggen, C. y Kruttschnitt, C. (1998). Crime in the breaking: gender differences in desistance, in *Law and Society Review*, 32(2), 339-366.

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) (2008.) *Handbook for prison managers and policy makers on women and imprisonment*. Oficina de Naciones Unidas contra la Droga y el Delito. Disponible en: <https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/women-and-imprisonment.pdf>

Verbruggen, J., Blokland, A. & Geest, V. (2012). Effects of employment and unemployment on serious offending in a high-risk sample of men and women from ages 18 to 32 in the Netherlands . *British Journal of Criminology*, 52(5), 845–869.

Vigna, A., (2011). *Persistencia y abandono del mundo del delito: diferencias de género en los procesos de desistimiento*. Tesis de Maestría en Sociología, Facultad de Sociología, Universidad de la República. Montevideo.



# Crímenes de Jóvenes Adolescentes Femeninas en México

Elena Azaola

## Planteamiento del problema

Este trabajo se basa en dos estudios que llevamos a cabo entre 2014 y 2016 acerca de la problemática que enfrentan y las circunstancias que antecedieron la comisión de delitos violentos por parte de adolescentes que se encuentran privados de su libertad en México (Azaola, 2015, 2017). No obstante que aquellos trabajos se refieren tanto a la población de hombres como de mujeres adolescentes, el propósito de este trabajo consiste en centrar nuestra atención en la población femenina y destacar los rasgos que hacen distintos los delitos y las circunstancias en las que participan las mujeres en comparación con los hombres.

Iniciaremos con una exposición que explica brevemente el planteamiento general de los estudios que realizamos, así como su metodología y algunos de sus resultados, para después ocuparnos de los hallazgos específicos en relación con las mujeres.

La pregunta que nos condujo a entrevistar a las y los adolescentes privados de libertad fue: ¿existe alguna relación entre las condiciones de vulnerabilidad y la falta del ejercicio de derechos con los delitos violentos que han cometido?

Al elegir las condiciones de vulnerabilidad y la falta del ejercicio de derechos como posible antecedente de los delitos violentos, intentamos mostrar lo que estas condiciones son susceptibles de producir cuando no existen o no operan de manera adecuada los mecanismos que deberían haber protegido a estos y estas adolescentes e impedido que llegaran a los extremos que lo han hecho, con daños y consecuencias graves tanto para ellos mismos como para la sociedad. Scheper-Hughes (2004, p. 1) destaca que l" a violencia estructural, es decir la de la pobreza, el hambre, la exclusión social y la humillación, inevitablemente se traduce, entre otras, en violencia doméstica e íntima". Sin embargo, a menudo "los comportamientos violentos en las familias no son sino una respuesta a exclusiones sociopolíticas o económicas

que hicieron parecer al comportamiento violento como el único posible dentro de las circunstancias” Scheper-Hughes (2004, p. 3). La misma autora nos hace ver que, mientras ciertos actos de violencia tienden a deslumbrarnos, a atraer nuestra atención, otros los pasamos por alto puesto que forman parte de *la violencia de todos los días*: la de la mortalidad infantil, la desnutrición, la enfermedad, la injusticia y la humillación que tocan a los socialmente marginados con mucha mayor frecuencia. Estas son formas de violencia no reconocidas, invisibles, puesto que las desigualdades estructurales -entre las que agregamos la violencia hacia las mujeres-, tienden a ser *naturalizadas*.

Nuestro estudio intenta hacer visible y, en la medida de lo posible, inteligible, la realidad que viven las y los adolescentes que se encuentran privados de su libertad por haber cometido delitos graves, particularmente aquellos en que han hecho uso de la violencia. Seleccionamos a este subgrupo porque consideramos que se trata de aquellas y aquellos que están colocados en el extremo menos visible y más estigmatizado de entre los que, ya de por sí, se encuentran excluidos. Elegimos a las y los que han hecho uso de la violencia, porque consideramos que éste es uno de los problemas más graves que hoy enfrenta México. Por tanto, aportar elementos que contribuyan a entender en profundidad el fenómeno de la violencia, constituye un paso imprescindible para poder reducir tanto su incidencia como los severos daños, muchas veces irreparables, que ocasiona, y que provoca consecuencias que pueden afectar a varias generaciones.

Otro de los objetivos del estudio, fue poder escuchar las voces y los testimonios de las y los adolescentes que se encuentran privados de libertad y que, por lo mismo, no tienen la oportunidad de hacerse escuchar. Construimos el estudio a partir de sus historias, de los numerosos testimonios que logramos recabar y que reproducimos de manera textual.

Un importante precedente de un estudio similar es el Reporte que rindió el Procurador General de Estados Unidos, quien ordenó la conformación de un grupo especial de trabajo para que indagara los efectos que tiene la violencia en los niños, niñas y adolescentes que han sido expuestos a ella. El Reporte señala que: “la gran mayoría de las niñas y niños involucrados en el sistema de justicia han sobrevivido expuestos a la violencia y viven con el trauma de dicha experiencia”. Haber estado expuestos y expuestas a diversos tipos de violencia durante el curso de sus vidas y estar en manos de la justicia, no es una coincidencia. La exposición a la violencia, de acuerdo con el Reporte,

conduce a menudo a la desconfianza, la hipervigilancia, el comportamiento impulsivo, el aislamiento, las adicciones, la falta de empatía o la dificultad para poderse preocupar por los otros y la agresión como una manera de auto protegerse. Cuando los niños, niñas y adolescentes experimentan violencia de manera repetida o por periodos prolongados, su cuerpo y su cerebro se adaptan para enfocarse en su sobrevivencia, lo que reduce su habilidad para controlar sus impulsos y demorar la gratificación. “Las y los adolescentes que están tratando de protegerse a sí mismos de la violencia, o que no saben cómo lidiar con las experiencias de violencia que han vivido, pueden engancharse en comportamientos delictivos como una manera de obtener una sensación de control sobre sus caóticas vidas y de lidiar con la confusión emocional y las barreras que genera la violencia para poder alcanzar la seguridad y el éxito” (Department of Justice, 2012, pp. 171-172).

## **1. Metodología**

Empleamos un conjunto de métodos y técnicas de investigación tanto de corte cuantitativo como cualitativo. Entre ellos, levantamos una encuesta y recogimos, a través de preguntas abiertas, los testimonios directos de adolescentes hombres y mujeres que se encuentran privados de su libertad en centros de internamiento de 17 de las 32 entidades del país, representativas de todas las regiones que lo integran.

Los resultados de nuestro estudio se refieren a un total de 730 adolescentes hombres y mujeres que fueron entrevistados durante el periodo de 2014 a 2016. Este número de entrevistados representa a 19% de la población total (3,761) de adolescentes que, en 2016, se hallaban privados de libertad en México. De los 730 adolescentes entrevistados, 631 son hombres (86%) y 99 mujeres (14%). Vale la pena destacar que, aunque las mujeres representan sólo 4% del total de la población adolescente privada de libertad, nosotros decidimos sobre representarlas en la muestra que elaboramos con el fin de poder obtener una idea más detallada acerca de la problemática específica que ellas enfrentan.

La selección de las y los adolescentes a entrevistar privilegió a aquellos que hubieran hecho un mayor uso de la violencia, procurando entrevistar a todas ellas y ellos.

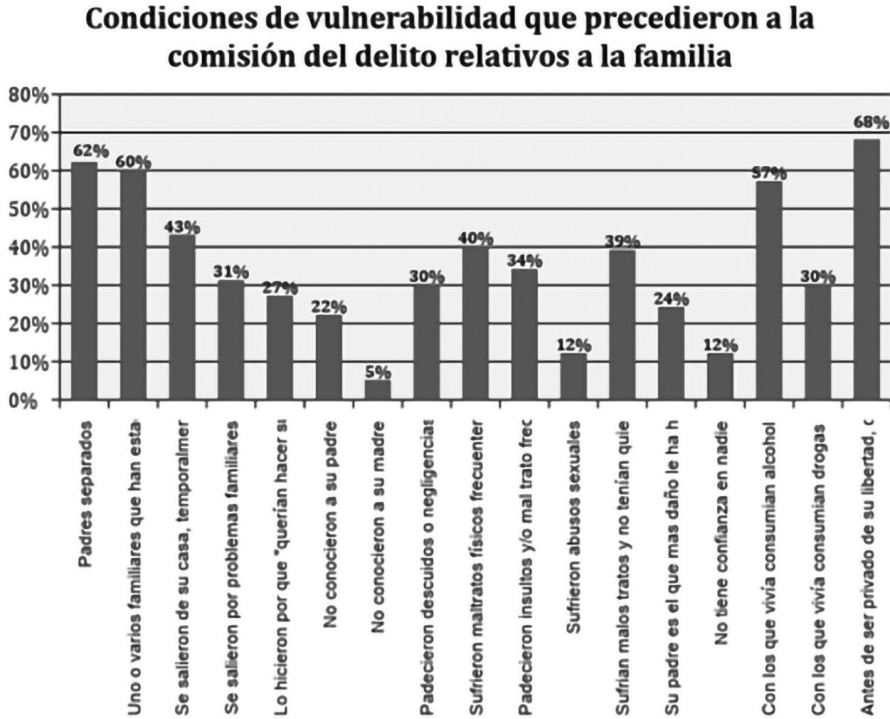
En relación con la cobertura, el estudio que realizamos proporciona información precisa y confiable, acerca de: las características socio demográficas y económicas de las y los adolescentes que han cometido delitos graves haciendo uso de la violencia; los factores de vulnerabilidad que identificamos tanto en su historia como en su entorno; los tipos de delitos en que participaron; los patrones que se observan en el ingreso y permanencia en grupos delictivos; la participación de autoridades en dichos grupos y la violencia ejercida por autoridades al momento de ser detenidos o en los centros de internamiento.

La combinación de las herramientas de tipo cuantitativo y cualitativo nos brindó la posibilidad de obtener dos tipos de conocimiento que son muy valiosos y que resultan complementarios. La encuesta nos permitió formarnos una idea muy clara acerca de las características del conjunto de la población que se halla en los centros de internamiento para adolescentes de las entidades que estudiamos. Las historias que reconstruimos a partir de las preguntas abiertas nos permitieron, en cambio, tener una perspectiva más profunda de los rasgos específicos y de las trayectorias de vida individuales de las y los adolescentes que han cometido delitos violentos. Como resulta evidente, los límites de este trabajo sólo nos han permitido incluir una pequeña muestra de los datos y testimonios que logramos recabar y que pueden consultarse en los estudios más amplios (Azaola, 2015, 2017).

## **2. Resultados**

Uno de los hallazgos más importantes fue que, entre las y los adolescentes privados de libertad encontramos datos de vulnerabilidad que, en todos los indicadores, superan a aquellos que encontramos entre la población adolescente en general en México. Los datos siguientes ilustran este punto.

Gráfico 1 - Datos de vulnerabilidad



Fuente: elaboración propia.

En relación con otras condiciones de vulnerabilidad que precedieron a la comisión del delito, como la escolaridad y la situación socioeconómica, cabe destacar lo siguiente:

- 4% nunca fue a la escuela
- 15% sólo cursó primaria incompleta
- 17% cursó primaria completa
- 28% cursó secundaria incompleta
- 20% cursó secundaria completa, y
- 16% cursó algún grado de la preparatoria
- 53% dijo que no le gustaba la escuela

51% calificó la situación económica de su familia como “regular”

31% calificó la situación económica de su familia como “mala” y dijo que en su casa faltaba comida

89% de las y los adolescentes habían trabajado antes de ser privados de su libertad, siempre en condiciones precarias y con bajos salarios

37% había trabajado desde antes de cumplir 12 años

Tomando en consideración la edad en la que fueron detenidos, las y los adolescentes deberían haber terminado de cursar la secundaria y haber cursado, al menos, algún o algunos grados de la preparatoria. Es decir, mientras que en la población en general cien por ciento de los niños y niñas del país ingresaron a la escuela primaria en el último ciclo escolar, entre las y los adolescentes que cometieron infracciones graves, 4% nunca fueron a la escuela y 15% abandonaron la escuela incluso antes de haber podido concluir la enseñanza primaria. Asimismo, mientras que en la población en general 76% de las y los adolescentes logran completar la secundaria, entre las y los adolescentes que cometieron infracciones graves sólo lo hicieron el 20% y, con respecto a la preparatoria, 36% de la población en general ha cursado algún grado de la preparatoria mientras que sólo 16% de las y los adolescentes detenidos inició este ciclo escolar. Estos datos, por sí mismos, muestran de manera contundente el grado mayor de vulnerabilidad a la que quedaron expuestos las y los adolescentes que participaron en infracciones graves, al haber abandonado la escuela.

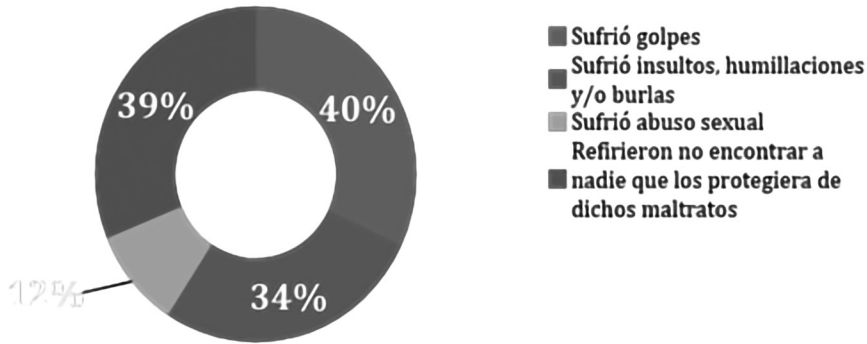
Un dato adicional que confirma con nitidez el panorama antes descrito es el alto porcentaje de las y los adolescentes que comenzaron a trabajar siendo muy pequeños, tanto para poder hacer frente a sus necesidades, como para contribuir a satisfacer las de sus familias. Baste señalar que, mientras entre la población de adolescentes en general, 50% trabaja, entre las y los adolescentes que entrevistamos, 89% se han visto en la necesidad de trabajar.

En efecto, a la pregunta ¿a qué edad comenzaste a trabajar?, 37% de las y los adolescentes dijeron que antes de los 12 años; otro 37% lo hicieron entre los 13 y los 14 años y el 26% restante entre los 15 y los 17 años. Estos datos dejan ver que, desde pequeños, las y los adolescentes tuvieron que asumir responsabilidades que no son propias de la infancia y que claramente contribuyeron a que no pudieran continuar estudiando.



Por otro lado, al preguntar a las y los adolescentes si, cuando eran pequeños, recibieron algún tipo de maltrato, respondieron:

**Gráfico 2 - Tipos de maltratos en la infancia**



Fuente: elaboración propia.

Al panorama anterior se agrega que:

68% de las y los adolescentes dijeron que, antes de ingresar al centro de internamiento, consumían drogas diariamente (en su mayoría, mariguana, aunque habían probado todo tipo de drogas. Sin embargo, otros consumían frecuentemente también cocaína, piedra, solventes y pastillas).

60% dijeron que uno o varios miembros de su familia han estado en prisión, con mayor frecuencia, el padre, los hermanos, los tíos y/o los primos.

57% dijo que alguno de los adultos con los que vivía cuando era pequeño o pequeña, consumía alcohol frecuentemente.

30% dijo que alguno de los adultos con los que vivía cuando era pequeño o pequeña, consumía drogas de manera frecuente.

En el inciso siguiente entraremos al análisis de la problemática específica que observamos entre las mujeres.

## **2.1 Rasgos que caracterizan los delitos violentos cometidos por las mujeres**

Como es bien sabido, la literatura sobre la delincuencia femenina tuvo un surgimiento tardío en el derecho penal y la criminología ya que se desarrolló prácticamente a partir de los años ochenta del siglo pasado. Sin embargo, en poco tiempo tomó carta de naturalización y pasó a ser uno de los temas de mayor interés para la criminología, no sin antes haber cuestionado seriamente la parcialidad con la que esta disciplina se condujo al haber dejado fuera a las mujeres durante casi un siglo. Una abundante literatura sobre el tema comenzó a producirse en los años siguientes (Carlen, Hicks, O'Dywer, Christina & Tchaikovsky, 1985, Smart 1989, Zaffaroni, 1993, Larraurri, 1994, Heidensohn, 1995, Del Olmo, 1998, Springer, 2000, Almeda, 2003, European Union, 2005, Lagarde, 2006, Franklin, 2008, Home Office, 2009).

Hoy en día, los estudios sobre la criminalidad femenina también se han ocupado, cada vez con mayor interés, de la delincuencia que cometen las mujeres adolescentes (Cauffman & Steimberg 2000, Zahn, Hawkins, Chaincone & Whitworth, 2008, Monahan, Steinberg, Cauffman & Mulvey, 2009, Mulvey, 2011, Department of Justice, 2012; Bonnie, Johnson, Chemers & Schuck, 2013, Carrington, 2013; MacArthur, 2015, Steimberg, Cauffman & Monahan, 2015, Azaola, 2017).

Los estudios realizados sobre la criminalidad femenina han destacado un conjunto de rasgos que es frecuente encontrar en las conductas delictivas que cometen las mujeres, más allá de su pertenencia a grupos étnicos, sociales, económicos o religiosos que producen diferencias que siempre deben ser tomadas en cuenta.

Entre estos estudios, destaca el que se realizó en seis países de la Unión Europea (Francia, Alemania, Inglaterra, España, Italia y Hungría). El estudio señala que la población femenina en prisión se ha incrementado en proporciones muy por encima que la de los varones, lo que explica como resultado de una serie de factores que afectan más a las mujeres sujetas a procesos de penalización. Entre ellos: el desempleo creciente, el paro masivo que afecta más a las mujeres y los jóvenes, la precariedad laboral, la carencia de apoyos institucionales, la escasa educación, la carencia de ingresos, la desestructuración familiar, las familias mono parentales, la carencia de redes sociales, los procesos migratorios,

el tráfico de drogas, la prostitución, la pertenencia a minorías étnicas, así como factores personales como son las variables críticas de edad y sexo, enfermedades, drogodependencias, violencia y malos tratos (European Union, 2005). En Alemania, por ejemplo, se pusieron de manifiesto los vínculos entre la carrera en el consumo de drogas desde muy jóvenes, la pobreza, la violencia, la autoagresión y la falta de recursos. Encontraron también que las que están en mayor riesgo de iniciar una carrera en el consumo de drogas siendo jóvenes, son aquéllas que tienen padres adictos, las que han sido abandonadas o quienes han padecido abusos sexuales (European Union, 2005).

Otro factor comúnmente señalado por la literatura sobre la criminalidad femenina es la violencia doméstica sufrida previamente por las mujeres internas. El informe de Inglaterra señala, por ejemplo, que más de la mitad de las internas reportaron haber sufrido violencia doméstica y una de cada tres abusos sexuales. Los reportes de España, Francia y Hungría también destacan que las experiencias de violencia severa habían marcado de manera decisiva la vida de las mujeres. Muchas veces su carrera delictiva se inicia cuando abandonan el hogar tras haber sufrido violencia física o sexual. De igual modo, otro rasgo característico son los lazos de dependencia que estas mujeres que han sido objeto de abusos establecen con su pareja, dependencia que las conduce a una carrera criminal en la cual muchas veces ellas participan para encubrir a su pareja o como cómplices más o menos voluntarias (European Union, 2005).

En el estudio que nosotros realizamos acerca de las mujeres adolescentes privadas de libertad en México, encontramos los siguientes rasgos que caracterizan las conductas delictivas que cometieron y que tienen semejanza con los rasgos identificados por otros estudios, entre ellos:

1. Tanto entre las mujeres adultas como entre las menores que cometen delitos, un antecedente que es factible identificar en una abrumadora mayoría de los casos, es el haber sido víctimas de distintos tipos de malos tratos, abusos y violencia, y específicamente de violencia sexual. Este antecedente también se halla directamente correlacionado con el consumo problemático de drogas que, a menudo, las induce a cometer otros delitos.
2. Las mujeres son más propensas que los varones a cometer delitos en compañía de alguien con quien mantienen un vínculo amoroso, sea que hayan sido inducidas por ellos o viceversa. En este sentido, las mujeres que cometen delitos parecen tener un mayor nivel de dependencia con respecto a esta clase de vínculos que los varones.

3. También es más frecuente que las víctimas de delitos violentos que cometen las mujeres, comparados con la mayoría de los delitos violentos que cometen los hombres, sean personas con las que ellas han tenido un fuerte vínculo emocional.

4. Entre las mujeres adolescentes que entrevistamos, también fue más frecuente encontrar mujeres que fueron enganchadas a través de las redes sociales (Facebook) para cometer delitos, en comparación con los varones. Las mujeres fueron así, primero, seducidas a través de las redes y, más tarde, invitadas u obligadas a cometer delitos.

5. De nueva cuenta, si comparamos con los varones, fue más frecuente encontrar mujeres que se vieron motivadas a cometer delitos impulsadas por conflictos interpersonales y emocionales que habían padecido por largo tiempo y que no habían logrado resolver a lo largo de su historia.

### **3. Historias de las mujeres adolescentes**

A continuación, introduciremos una serie de testimonios breves de las adolescentes que entrevistamos, que dejan ver con claridad alguno o varios de los rasgos antes descritos. Aunque estos rasgos pueden observarse en prácticamente todos los casos, hemos clasificado los testimonios en dos grupos: a) aquellos que se refieren a las adolescentes que cometieron delitos que típica y tradicionalmente han sido cometidos por las mujeres y, b) aquellos en los que las adolescentes cometieron delitos formando parte de algún grupo de delincuencia organizada, actividad en la que ellas han incursionado más recientemente y que solía ser estar casi siempre reservada para los varones.

Al terminar de exponer los testimonios, nos referiremos a las diferencias que encontramos entre ambos grupos, mismas que abordaremos en las conclusiones de este trabajo.

#### **a) Casos de delitos tradicionalmente cometidos por mujeres**

A continuación, veremos tres casos, los de Lisa, Julieta y Yolanda, quienes cometieron delitos que reúnen muchas de las características de las conductas delictivas en las que con mayor frecuencia participan las mujeres.

**Lisa** es una chica de 15 años que nació en el Estado de Oaxaca y es de origen indígena; ella habla Chinanteco. Es una chica que, a pesar de no haber conocido a sus padres y haber vivido en la calle, se expresa de manera muy clara y articulada. Ella dice: “No conozco a mis verdaderos papás. Mi mamá me regaló a los 20 días de nacida con otras personas y anduve de mano en mano hasta que una señora comerciante me recogió y me cuidó”.

También explica: “yo sólo fui hasta el tercer año de la primaria. Me salí de la escuela porque un niño me cortó un dedo con unas tijeras. Luego la señora que me recogió le pidió a su hija que me registrara y, cuando la señora murió, me fui a vivir con su hija, pero como su esposo abusó de mí, esa señora ya no quiso que yo siguiera viviendo en su casa y me echó. Entonces me fui a vivir yo sola a la calle y me comencé a drogar y a robar para poder comprar las drogas. Ahí en la calle conocí a mi pareja y quedé embarazada. Él me golpeaba y me maltrataba mucho y los dos robábamos. Nos detuvieron por robo a transeúnte. Ese día nos habíamos peleado porque a mí no me gustaba que él fumara tanta piedra y entonces me picó<sup>122</sup>. Como ese día era mi cumpleaños, él se robó un perrito y me lo regaló. Luego pasó un señor y lo robamos, le quité su teléfono y mi pareja le quitó 60 pesos que traía y unos lentes de 25 pesos. A los cinco minutos llegó la patrulla y nos detuvo. No me han podido dar mi libertad porque el señor al que robamos no se ha presentado a declarar. A mi pareja lo detuvieron porque ya había estado antes en la cárcel por robo, pero esta vez lo encerraron porque también había picado a alguien más ese día”.

**Julieta** es una joven de 20 años que se encuentra interna, desde hace 4 años, en Tabasco y todavía le queda medio año para completar su sentencia. Ella nunca vivió con sus padres, sino con sus abuelos, y dice que sólo conoció a su madre cuando la ingresaron en el centro de internamiento. Ella se salió de casa de sus abuelos por la violencia y los problemas familiares que tenía con ellos y se fue a vivir con unos amigos. Ella tiene un hijo de 5 años. Julieta inició la secundaria y logró concluir la en el centro de internamiento. Dice que, en su escuela, había golpes entre los compañeros, se robaban sus pertenencias y los más grandes abusaban de los más pequeños. También señala que los maestros no ayudaban a resolver conflictos y que se burlaban o maltrataban a algunos niños. Ella se salió de la escuela porque prefirió irse con sus amigos.

---

122 La expresión *me picó* hace referencia a que su pareja utilizó un arma punzocortante para agredirla.

Dice que sus padres nunca fueron a la escuela y que su madre trabaja como empleada doméstica. También Julieta trabajó como empleada doméstica desde los 15 años y también se dedicaba a robar comercios. Por su trabajo le pagaban 1,800 pesos a la quincena. Julieta es la quinta de seis hermanos y, antes de ingresar, vivía con su pareja y la familia de su pareja. Ella considera que su abuelo ha sido la persona más valiosa y quien más la ha apoyado, mientras que un primo con el que vivía y quien abusó de ella desde los 8 años, ha sido la persona que más daño le ha hecho. También refiere que sufrió maltrato físico y psicológico por parte de su familia. Señala que tanto su padre, como su madre y unos tíos han estado en prisión por delitos contra la salud y que consumían alcohol y drogas. Julieta también consumía alcohol y dice haber consumido marihuana, cocaína, solventes, heroína, hongos y pastillas, algunas de las cuales las consumía con mayor frecuencia que otras. Con respecto a la situación económica de su familia, dice que era mala y que a veces faltaba comida en su casa además de que no tenían todo lo necesario para vivir bien.

Julieta fue acusada por homicidio y robo con violencia y relata lo siguiente: “mi amiga me invitó a robar a un señor que le gustaba abusar de niñas y niños. Yo invité a mi pareja y él apuñaló al dueño de la casa y le robamos todo. La persona que matamos compraba niñas para un General del Ejército que se había retirado; a ambos les gustaba abusar de las niñas”. También señala que su pareja formaba parte de un grupo que se dedicaba a robar, ejecutar y vender drogas, pero que ella no tenía relación con ese grupo.

**Yolanda** es una joven que lleva tres años interna en el centro para adolescentes de la ciudad de Chihuahua y quien tiene una pena de 14 años por haber dado muerte a sus padres adoptivos. Ella nació en la ciudad de Chihuahua y siempre ha permanecido en esa localidad. Estudió hasta el primer grado de la preparatoria antes de ingresar y dice que le gustaba mucho estudiar. Su padre biológico es un hombre que pide limosna en las calles de la ciudad. Su madre biológica murió de SIDA cuando ella nació. Cuando ella tenía un año, fue adoptada por una pareja en la que el padre tenía 65 años y la madre 45. Este era el segundo matrimonio para el señor que tenía seis hijos de una unión previa. Ella explica: “los hijos de mi papá adoptivo no eran como mis hermanos, no procuraban a su papá más que para pedirle dinero y eso me molestaba mucho. Ellos ya eran mayores de edad cuando yo era pequeña”. Ella habla de su padre adoptivo como su *padraastro* y refiere haber sufrido malos tratos, humillaciones y abusos sexuales por parte de él cuando era pequeña.

Señala también que su madre adoptiva le tenía miedo a su padrastro y por eso no la defendía. El padrastro consumía alcohol con frecuencia y era dueño de varios bares y cantinas en la localidad, así como tenía diversas propiedades y cuentas bancarias, por lo que tenía una buena posición económica.

“Yo quería amor -dice Yolanda- y ellos sólo lo compraban todo con dinero, pero nunca mostraban su cariño con humildad. Nadie va a entender lo que yo aguanté muchos años; no lo hice porque sí, tuve mis motivos. Yo, desde los diez años, tenía mucho coraje contra los dos por golpes, regaños, presiones, humillaciones y la edad de ellos no ayudaba, teníamos muy mala relación. Yo sólo tenía confianza con mi pareja y un día le dije que si me ayudaba a matarlos y me dijo que sí y él le dijo a un amigo suyo que dijo que él quería también vivir esa experiencia. Mi novio y su amigo tenían 18 años y ahora se encuentran en la cárcel con una sentencia de 37 años. Yo lo planeé, les dije a qué hora fueran a mi casa, les dije que quería que mis papás tuvieran una muerte rápida y no sangrienta así que el amigo estranguló a mi mamá y mi novio asfixió a mi papá. Al día siguiente fuimos a quemar los cuerpos al norte de la ciudad y también quemamos la camioneta en la que los llevamos. Yo fingí que los habían secuestrado y comenzaron a investigar a todos mis tíos y no pensé que me iban a entrevistar a mí y también entrevistaron a mi novio y como caímos en contradicciones, se dieron cuenta y yo prácticamente me entregué. Yo estaba en shock, no asimilaba nada y no podía creer lo que había sucedido, yo no lloraba, contestaba todo tranquila, sin alterarme”. Yolanda dice que la policía no la maltrató, que con el Ministerio Público se sintió *regular*, pero que durante el juicio se sintió mal pues, si bien la sentencia que le dictaron le pareció justa, “la jueza me dijo cosas muy feas, dijo que yo no era normal ni sociable, que era psicópata porque nunca me vio llorar. Lo que pasa es que yo estaba en shock, no asimilaba nada y no podía creer lo que había sucedido, yo no lloraba, contestaba todo tranquila, sin mostrar sentimientos”. Estando interna ha recuperado la relación con su papá biológico quien la visita cada semana y la apoya. Dice que estar interna le ha servido “para aprender nuevas cosas y para valerme por mí misma y aprender a valorar las cosas. Ahora he podido extrañar a mis papás adoptivos y llorar por ellos, concluye”. Cuando recobre su libertad, a Yolanda lo que más le gustaría es poder llegar a ser una bailarina profesional.

## **b) Casos de mujeres adolescentes que se involucraron con grupos del crimen organizado**

A continuación, veremos los casos que, como antes explicamos, no encajan dentro de los patrones típicos de los delitos que cometen las mujeres, si bien muchos de los antecedentes de las conductas delictivas en este grupo son similares a los del grupo anterior como podremos observar en los testimonios que transcribimos a continuación. Se trata de las historias de seis adolescentes: Maribel, Ely, Katy, Leticia, Guadalupe y Sandra. Haremos un breve análisis sobre estos casos como parte de las conclusiones de este trabajo.

**Maribel** se encuentra interna desde hace dos años en el Estado de Puebla y aún le quedan más de tres años para cumplir con su sentencia. Ella cuenta que vivía en Ciudad Juárez con sus padres pero que se salió de su casa por problemas familiares y se fue a vivir con su novio, con quien cometió el delito de secuestro, al Estado de Puebla. Ella estudió hasta el primer grado de la preparatoria, y también su padre cursó la preparatoria mientras que su madre sólo la primaria. Su padre es carpintero y su mamá trabaja haciendo labores de limpieza. Sus padres se mudaron al estado de Puebla para poder visitarla en el centro de internamiento. Ella relata que, cuando era pequeña, un tío abusó de ella pero que no les dijo a sus padres a pesar de que no podía dejar de pensar en ello y tenía dificultades para concentrarse. Eso hizo que ella buscara relacionarse con algunas personas porque tenía la idea de vengarse de su tío.

Conoció a su novio a través de Facebook y él le ofreció trabajo, por eso se trasladó primero al estado de Guerrero ya que él, junto con otras tres personas, formaba parte de un grupo que se dedicaba a secuestrar. “Secuestramos a una mujer y nos venimos a Puebla para hacer ese delito. Cuando íbamos a cobrar el rescate, nos agarraron a los cuatro. Yo cuidaba a la señora que secuestramos, le daba de comer, la llevaba al baño; yo no lo hice por dinero sino porque quería que este grupo me ayudara a vengarme de mi tío que había abusado de mí. Una de las personas del grupo era ex militar”. Señala que, cuando la detuvieron, la policía ministerial la maltrató: “me dieron toques, me mojaron, me daban cachetadas en mi cabeza. Ellos querían que les dijera con quiénes trabajábamos, pero yo no sabía su nombre, sólo su apodo”. Con respecto al apoyo que recibió por parte de su defensor, señala: “son pésimos abogados, el que me tocó a mí no me defendió”.



En relación con el trato que recibe en el centro de internamiento, refiere: “si fueran buenos aquí, los chavos saldrían bien regenerados, pero no, no es así, si nos pusieran más atención no estaríamos así. No me gusta el trato que nos dan las custodias, porque nos sobajan”. “Los chicos salen peor de la institución, cuando nos enteramos, ya los mataron o están encerrados otra vez”.

Lo que ella recomendaría para poder mejorar la institución, es: “primero preguntaría a los internos cómo se sienten con los custodios, con el personal; pondría talleres que sí los ayuden y le daría más atención psicológica, y también una buena cama, arreglaría la infraestructura del centro. Apoyaría a los que no tuvieran visita, les daría productos para su aseo personal y trataría de conseguirles un trabajo, no de obligarlos a hacer algo que ellos no quieran”.

Ely tiene 18 años y lleva casi dos años internada; todavía le quedan poco más de 4 años para cumplir con su sentencia. Nació en Guadalajara y nunca ha viajado fuera de la ciudad. Desde los 10 años abandonó la escuela porque se aburría, no entendía a los docentes y los libros, terminando por no interesarle la escuela. No conoció a su padre; su madre, con primaria incompleta, actualmente es ama de casa. Cuando se salió de la escuela, no hacía ninguna actividad y comenzó a construir relaciones amistosas en la colonia. Ella es mayor de sus cinco medios hermanos. Dice que, cuando era pequeña, dependían económicamente de las parejas de la mamá, la situación económica era mala, no tenían lo suficiente para vivir. La madre la apoyó en la medida de sus posibilidades, pero tenía poco tiempo para ocuparse de ella. Refiere que las personas que considera más valiosas son su madre y su hija, aunque dice que no tiene confianza en nadie. Su padrastro, es la persona que más daños le provocó porque la insultaba y la humillaba constantemente. Sufrió la violación de su tío, hermano de su madre.

Recuerda que su padrastro consumía alcohol o drogas cuando ella era pequeña y era violento con toda la familia. Por su parte, Ely comenta que, desde los 11 años, comenzó a consumir alcohol y diversas drogas (especialmente marihuana, cristal y pastillas) y lo hacía diariamente antes de ingresar al Centro.

Ely fue acusada de un homicidio y dos tentativas de homicidio. Relata que: “Cuando me salí de la escuela comencé a beber y fumar marihuana con los amigos del barrio. Una de mis amigas 4 o 5 años mayor que yo, me presentó a su papá, un comandante de la policía ministerial y le pedía a mi amiga que me llevara a su casa para verme. A los 15 años comencé la relación con el papá

de mi amiga, después me convenció de vivir juntos y poco a poco me integró a sus actividades. Mi trabajo consistía en vigilar los camiones que llegaban con gasolina y acompañarlo a mover la venta en distintas partes de Guadalajara. Después me enteré de que trabaja para el Cartel del Milenio. Ellos traían la gasolina y debíamos venderla en distintas partes de la ciudad. También lo acompañaba porque cobraba la protección a varios vendedores de drogas y me daba cristal o pastillas cuando le pagan con mercancía. Él me mantenía, me daba cada cierto tiempo dinero y se encargaba de todo”.

Sobre el delito por el que fue detenida, Ely cuenta: “yo tenía problemas con su esposa, cada cierto tiempo, aparecía junto con la que era mi amiga, para amenazarme y me pedía que lo dejara, una vez me golpearon y perdí a mi primer bebé. Él a veces quería estar conmigo y después volvía con su esposa. En una ocasión pasó por mí para vender la mercancía, íbamos en camino cuando le habló la esposa para pedirle que llevará a unas de sus hijas al hospital, acordó verla a medio camino. Cuando se encontraron, al verme en el auto la esposa comenzó a insultarme y también la hija que antes era mi amiga, pensé que me iban a golpear, por eso saqué el arma que me había regalado mi pareja, cuando se me vinieron encima y él trato de quitarme el arma, pero en la pelea disparé matándolo en el acto, ellas después trataron de atacarme y también les disparé, hiriéndolas”.

Al preguntarle si la policía la maltrató, Ely señaló: “la municipal me entregó a los ministeriales. Éstos me taparon la cabeza para comenzar a pegarme, después me pusieron la bolsa en la cabeza para ahogarme, me tiraban el pelo hasta casi sacármelo y me amenazaban que me iban a violar. Ellos querían información de mi pareja, pero me negué, solamente acepté que medio vivía con él y que era el padre de mi hija. Le dije que fue una pelea entre mujeres y fue así como me dejaron tranquila”.

**Katy**, por su parte, a los 18 años fue acusada de secuestrar a una joven de 15 años. Ella lleva menos de un año interna y le quedan poco más de 4 años para cumplir con la sentencia. Nació en el Estado de Zacatecas. Terminó la secundaria y, si bien los maestros maltrataban a las y los alumnos, le gustaba asistir a la escuela. Vivió con su padre, quien tiene secundaria incompleta, y su madre, con secundaria incompleta y actualmente ama de casa. Cuando se salió de la escuela por miedo a los Zetas<sup>123</sup>, decidió seguir a su hermana a

---

123 Los Zetas son un grupo de crimen organizado que se conoce como el más violento que existe en el país.

Chihuahua porque también era perseguida por ese grupo. Ella es la menor de 3 hermanos y tiene también 3 medios hermanos del matrimonio anterior de su padre y los considera sus hermanos. Dice que, cuando era pequeña, la situación económica de su familia era buena, tenían lo suficiente para vivir y sus padres se ocupaban de ella. Considera que la persona más valiosa que tiene es su hija y que confía plenamente en su madre, aunque no tiene confianza en su expareja. Refiere que sufrió la violación por parte de una de sus parejas, que era miembro de los Zetas, cuando ella tenía 16 años. Dice que, hasta donde tiene conocimiento, el único familiar suyo que ha estado en prisión es un tío –hermano de su madre- en Estados Unidos por tráfico de drogas. Recuerda que su padre consume alcohol y un hermano drogas, ambos con mucha frecuencia. Por su parte, Katy comenta que desde los 14 años comenzó a consumir alcohol, pero nunca ha consumido drogas. Katy fue acusada de secuestro. Relata que: “Cuando estaba en secundaria conocí por intermedio de mi hermana a un amigo de la pareja de mi hermana. Salíamos los cuatro en auto, bebíamos y ellos consumían marihuana. Después mi hermana se fue a vivir con su pareja y yo seguí de novia con su amigo, pero después nos enteramos de que ambos eran miembros de los Zetas. La pareja de mi hermana era comandante de la zona y mi novio era comandante de estacas. Presenciamos como eran bien tratados por la policía municipal y hasta por los ministeriales, aunque todos ellos sabían de sus actividades. Ambas tuvimos miedo de terminar la relación con ellos”. Sobre el delito por el que fue detenida, Katy cuenta: “... En ese tiempo, yo tenía 14 años, estaba terminando la secundaria, comencé una relación, mi novio era comandante de estacas de los Zetas y mi hermana, de 16 años, andaba con el comandante de la plaza. Ellos secuestraron a una amiga de nosotras, compañera en la secundaria, de 16 años, se la llevaron a Río Grande, eso lo supe porque nos encontramos con ellos en un hotel de esa ciudad. Al preguntarle qué había pasado con nuestra amiga, me dijo que la tenían en un cuarto de ese mismo hotel pero que venían por ella en un rato, después de eso no supe más. Como andaba con ellos, la mamá de la secuestrada nos acusó -a mi hermana y a mí- pero no supe nada de la acusación durante varios años”. “Me fui de ese lugar porque cambiaron de comandantes los Zetas y los nuevos que llegaron querían meternos a la fuerza a trabajar, por eso me fui a Chihuahua con mi hermano y allá también estaba mi hermana. Cuando vi que todo estaba en calma, pues ya habían pasado tres años, regresé y al día siguiente me detuvieron”. Al preguntarle si en esta

última ocasión, la policía la maltrató, Katy señaló: “Me dieron cachetadas, tirones de pelo, me amarraban para pegarme en las costillas y me ponían una bolsa en la cabeza. Descansaban y volvían con lo mismo. Querían nombres, pero no sabía nada de los Zetas”.

**Leticia** es una joven de 19 años que se encuentra recluida en el centro de internamiento en Oaxaca, y a quien le dieron una sentencia de 10 años. Ella es originaria de Coatzacoalcos, Veracruz, pero se mudó al estado de Oaxaca con sus padres desde pequeña. A los 15 años decidió salirse de su casa e irse a vivir con su pareja porque peleaba y no se llevaba bien su papá. Ella sólo terminó la primaria y dice que no continuó estudiando porque no le gustaba la escuela y, desde los 12 años, prefería trabajar. Trabajó vendiendo discos en la central de abastos y también en una zapatería y en una tienda de productos naturales. Su padre es velador y no logró completar la secundaria; su madre es ama de casa y no logró terminar la primaria. Sus padres se han separado y vuelto a juntar varias veces. Leticia tiene un hermano y dos medios hermanos y ella es la más pequeña de todos. Antes de ingresar al centro había regresado a su casa a vivir con sus padres.

No identifica a nadie como la persona que más la haya ayudado en su vida, mientras que identifica a su padre como la persona que menos la ha apoyado. Señala a sus hermanos como las personas en quienes confía más. Dice que, cuando era pequeña, sufría golpes y malos tratos y que no sentía que hubiera alguien que la apoyara. También refiere que su padre estuvo algún tiempo en prisión y que la situación económica de su familia era mala y que, a veces, faltaba comida en su casa.

Leticia está acusada de secuestro. Ella refiere que, a través de Facebook, fue contactada por una joven que le dijo que ella y su pareja venían de la Ciudad de México y que les gustaría que ella los llevara a los antros en Oaxaca. Leticia aceptó y estuvo saliendo con ellos varias veces hasta que le propusieron que los ayudara a realizar un secuestro. “Como yo no tenía dinero, acepté. Yo no sabía ni a quién secuestramos y me detuvieron los agentes anti secuestro cuando íbamos por el dinero. Yo fui la que dije dónde estaba la víctima, un muchacho de 24 años al que tuvimos durante tres días”. Señala que, cuando la detuvieron, no le informaron de qué delito la acusaban, ni le informaron sus derechos y tampoco le dijeron que podía contar con un abogado. Señala que la policía la trató bien y también el juez, aunque su abogado le aconsejó que no declarara. La sentencia de diez años que le dieron le pareció justa.

Con respecto al centro de internamiento, dice que se siente bien, aunque considera que el trato y la atención que reciben es *regular* ya que mientras algunas custodias “son estrictas y humanitarias, otras son estrictas y no humanitarias”. También señala que, como es la única mujer en el centro, no le dan actividades y sólo le permiten participar en la escuela, pero, aunque ha pedido poder participar en talleres con los varones, no se lo permiten y se siente muy sola y aburrida. Al preguntarle qué cambiaría ella en el centro, señaló: “para empezar, que hubiera igualdad en las actividades y en las oportunidades que dan a los hombres y a las mujeres. También, que más gente se preocupara por nosotros y nos trajera más talleres”.

Cuando salga, dice que le gustaría poder estudiar la carrera de Derecho Penal. Ella piensa que a las mujeres les perjudica estar internas porque no les dan las mismas oportunidades que a los varones, aunque también observa que “son pocos los varones que salen para bien, sólo he visto a tres, pero la mayoría no sale para bien porque al salir no hay nadie que los espere”.

**Guadalupe**, de 19 años, lleva casi dos años interna y debe cumplir otros 4 años para salir en libertad. Nació en el Estado de Durango. No terminó la secundaria, además de que se aburría, los malos tratos de los docentes, reprobar las materias y el embarazo a los 15 años, terminó por alejarla de la escuela. No conoció a su padre y desde pequeña vive con su abuela materna, cuenta que su madre con secundaria incompleta quedó embarazada a su misma edad y no quiso hacerse cargo de ella. Ella es la mayor de 4 medios hermanos, 2 de su padre y 2 por parte de su madre. Dice que, cuando era pequeña, la situación económica era buena, tenían lo suficiente para vivir y su abuela se ocupaba de ella e inclusive la considera la persona más valiosa que ha tenido en su vida. Refiere que la persona que más daño le ha hecho es su padre debido a que “necesité a mi papá, nunca estuvo ahí, quería ser como mis compañeras y me dolía no verlo. Hasta la fecha pienso que no le importo”. Dice que su madre, cuando la visitaba, la golpeaba y la insultaba, pero que nunca abusaron sexualmente de ella.

Señala que los únicos familiares suyos que han estado en prisión son unos primos por robo y homicidio en pandilla. Recuerda que su abuelo consumía alcohol con mucha frecuencia y lo notaba porque se ponía violento con su abuela. Por su parte, Guadalupe comenta que desde los 13 años comenzó a consumir alcohol y drogas. Relata que “comencé a beber desde los 13, eran amigos del barrio, pero mayores, se me hizo fácil y llegué a ser alcohólica.

Cuando estaba embarazada me drogaba y bebía, lo hice hasta los 16 después de perder mi bebé en el segundo embarazo”.

Guadalupe fue acusada de homicidio. Relata: “Cuando estaba en secundaria conocí al papá de mi hija, era vecino del barrio y quedé embarazada de él, en ese tiempo tomaba y comencé a consumir drogas... a los 14 años me inicié en la venta de drogas cerca de mi casa. Por suerte logré escapar en varias ocasiones de ser detenida por los militares”. Sobre el delito por el que fue detenida, comenta que “...en una ocasión, llegó una persona preguntando por la droga, nos dimos cuenta de que no era de ahí y pensamos que era de otro grupo, lo detuvimos para interrogarlo. Llamé por teléfono a mis patrones para saber qué hacer, ellos nos dieron la orden de matarlo, como no teníamos armas, le tiramos una piedra en la cabeza. Minutos después llegó un grupo de militares, ahí nos dimos cuenta de que pertenecía al Ejército”.

Al preguntarle si tenía algún cargo dentro del grupo, contestó: “coordinaba un grupo de 17 chavos que tenían la función de cuidar, levantar y enfrentarse con otros grupos que se querían meter a vender. Vendía drogas, era la jefa del lugar, distribuía marihuana, cocaína y piedra. Le reportaba a una persona de la misma ciudad quien, a su vez, recibía comunicación de otros como yo y tenía la tarea de vigilar que otros no se metieran a vender en la zona que tenía asignada”.

Al preguntarle si en esta última ocasión, la policía la maltrató, Guadalupe señaló: “...la ministerial me detuvo en mi casa, ahí comenzaron a golpearme, después me trasladaron a los separos. En ese lugar, me colgaron de los brazos para darme toques eléctricos en los pies, después me tiraban agua fría y terminaban pegándome con una tabla en todo el cuerpo. Lo repetían cada cierto tiempo por dos días y luego me entregaron con los militares... En el Cuartel Militar, me volvieron golpear, me colgaron nuevamente para darme toques eléctricos entre los dedos de los pies, me tiraban agua fría y terminaban pegándome con una tabla en todo el cuerpo. También me amenazaban que me iban a violar, incluso me decían que me daban el privilegio de elegir al que me iba a penetrar primero... Como producto de las torturas perdí a mi bebé, tenía dos meses y medio de embarazo”.

**Sandra**, una adolescente de Cárdenas, Tabasco de 18 años lleva menos de un año internada y debe estar otros 4 años para cumplir con la sentencia. Abandonó la casa a los 15 años porque quería ir a la aventura, se trasladó

entonces a vivir a Cancún donde se dedicó principalmente a la prostitución. Terminó la secundaria, pero no le gustaba la escuela porque se aburría, no entendía a los docentes y los libros, la reprobó y no le gustaba la escuela. Su padre murió de tuberculosis y no vivió mucho tiempo con ella; su madre, con primaria completa y actualmente es ama de casa, antes trabajó en plataformas de PEMEX<sup>124</sup> que le obligaba a estar meses fuera de la casa. Cuando se salió de la escuela, no hacía ninguna actividad y comenzó a construir relaciones amistosas en la colonia que la llevaron a abandonar su casa a los 13 años. Ella es la menor de 2 hermanos y tiene otro medio hermano. Dice que, cuando era pequeña, la familia dependía económicamente su mamá, la situación económica era buena y tenían para vivir sin problemas.

La madre la apoyó en la medida de sus posibilidades, aunque disponía de poco tiempo debido a su trabajo en PEMEX. Refiere que considera la persona más valiosa es su hija, que tiene más confianza en su abuelo y considera que su padre es el que más daño le causó con su ausencia porque siente que le hizo falta en su vida. En su ambiente familiar, nunca sufrió abusos, golpes y malos tratos, aunque en su familia consumían alcohol y drogas y que ellas también consumían alcohol, cocaína y pastillas diariamente. Dice que, hasta donde tiene conocimiento, sus hermanos, tíos y primos han estado en prisión.

Acusada de homicidio y secuestro. Relata que “me dedicaba a la prostitución en Cancún desde los 15 años, me cansé de tanto abuso, un cliente me violó y quedé embarazada, por eso regresé a Tabasco”.

Comenta que ingresó a un grupo de crimen organizado a través de conocidos “una persona que era de los Zetas, me ofreció trabajar de halcón, después fui jefa de los halcones y, al final, me pasaron a secuestros, levantones y ejecutar a los secuestrados. Mi grupo era de 53 personas. Me agarraron en el último secuestro cuando iba por el rescate”. Se le preguntó si dentro del grupo tenía algún rango y contestó: “como era comandante, tenía a mi cargo muchas personas y dar el ejemplo cuando teníamos que actuar, aunque yo me dedicaba a secuestrar y ejecutar, nada más”.

Al preguntarle si en esta última ocasión, la policía la maltrató, señaló: “Me detuvo la Policía Federal, me torturaron en la casa de arraigo. Ellos me golpearon en todo el cuerpo, después, en varias ocasiones, me pusieron una

---

124 Se refiere a la compañía Petróleos Mexicanos.

bolsa en la cabeza, les decía que estaba embarazada y no creían, casi perdí a mi bebé”, actualmente vive con su hija en el Centro de Internamiento.

Cuenta que le querían dar 10 años de internamiento y después se le bajaron a 5 años porque “le dimos dinero al Ministerio Público para que le bajara”.

## **Conclusiones**

Sin pretender agotar las múltiples líneas de análisis e interpretación que pueden desprenderse de los testimonios anteriores, quisiéramos mencionar sólo algunas que nos parece importante destacar:

Si bien se pueden apreciar algunas diferencias entre el primer grupo, que llamamos el de los delitos que tradicionalmente cometen las mujeres y las del segundo, caracterizadas por la participación de las adolescentes en grupos de la delincuencia organizada, también encontramos importantes coincidencias. Entre ellas, que el contexto de vulnerabilidad en el que crecieron las adolescentes de uno y otro grupo, -que incluye los malos tratos, los abusos sexuales y los embarazos tempranos-, no ofrece grandes diferencias. Tampoco un grupo se distingue del otro en cuanto al hecho de que en ambos casos las adolescentes se involucraron en actividades delictivas en las que participaron al lado de sus parejas sentimentales, como la mayoría de los estudios sobre la criminalidad femenina lo ha puesto de manifiesto. De hecho, cuatro de las seis chicas que se unieron a grupos de la delincuencia organizada (Maribel, Ely, Katy y Guadalupe), lo hicieron siguiendo a sus parejas.

Entre las diferencias que pueden destacarse, se encuentran: a) en algunos casos (Maribel y Leticia), las chicas que ingresaron al crimen organizado fueron contactadas a través de Facebook; b) las adolescentes que ingresaron al crimen organizado mostraron una mayor capacidad de agencia y liderazgo, al grado que dos de ellas (Guadalupe y Sandra) llegaron a ocupar posiciones de mando dentro del grupo, teniendo a su cargo a un grupo de sicarios y, c) aunque los delitos pueden ser igualmente graves en los casos de las adolescentes de uno y otro grupo, (homicidio, secuestro), lo que distingue a las que se unieron a la delincuencia organizada es la sistematicidad de sus actos, el escalamiento hacia delitos cada vez más graves y violentos y el número mayor de víctimas a las que afectaron.

Otra de las diferencias, que no parece ser sustantiva sino circunstancial, es que las adolescentes del segundo grupo fueron más susceptibles de ser captadas por grupos de la delincuencia organizada, tanto porque estos



grupos se hallaban presentes y tenían cierto dominio en el entorno donde se encontraban las adolescentes, así como por el hecho de que no hubo nadie con el interés y la fuerza suficientes para protegerlas o contrarrestar la influencia que estos grupos ejercieron sobre ellas, toda vez que aprovecharon su inmadurez y falta de apoyo para reclutarlas y obtener beneficios.

De los relatos de las adolescentes se desprenden varios temas preocupantes sobre el papel de las distintas autoridades de seguridad y procuración de justicia, entre ellos: a) su participación activa o su complicidad con algunos grupos de la delincuencia organizada; b) el incumplimiento de las normas del debido proceso tanto al momento de arrestar a las adolescentes así como mientras se hallan sujetas a proceso y, c) la práctica sistemática e indiscriminada de la tortura sin importar que se tratara de mujeres menores de edad.

También en los establecimientos donde se encuentran privadas de su libertad, las adolescentes reportaron deficiencias institucionales importantes. Vale la pena destacar que, en comparación con los varones, las mujeres se mostraron mucho más sensibles y perceptivas acerca de lo que ocurre en dichos centros. Por ello, denunciaron la falta de atención y de oportunidades que les brindan a las mujeres ya que, siendo una pequeña minoría, no se les permite participar en los programas educativos, deportivos o de capacitación que están dirigidos a los varones. Sólo en algunos centros, la minoría, cuentan con programas específicos para las mujeres.

En suma, en este trabajo hemos procurado dar cuenta de las situaciones de vulnerabilidad que las adolescentes enfrentaron y que, en buena parte, contribuyeron a su involucramiento en actividades delictivas. Estas son, por así decir, las condiciones de vulnerabilidad primaria que enfrentaron en su entorno.

A estas condiciones de vulnerabilidad primaria, se agregan las que tienen lugar cuando las adolescentes entran en contacto con las instituciones de seguridad y justicia. A éstas las denominamos condiciones de vulnerabilidad secundaria. Con ello nos referimos a las dificultades que muestran estos sistemas para operar, en todas sus fases, dentro del marco de la ley para poder estar en condiciones de proporcionar a los y las adolescentes una experiencia de legalidad y de ejercicio de derechos.

Con frecuencia, el paso de los y las adolescentes por las instituciones de justicia, no sólo no los dota de los elementos que requieren para enfrentar sus condiciones de vulnerabilidad primaria, sino que les genera nuevos daños o condiciones de vulnerabilidad secundaria que reducen sus posibilidades de

incorporarse a la sociedad como personas competentes, responsables, autónomas y capaces de tomar decisiones que promuevan su bienestar y el de su comunidad.

La mayor parte de las adolescentes cuyos testimonios hemos podido escuchar en este trabajo, han atravesado por experiencias difíciles y dolorosas que les han producido daños importantes y que ellas, a su vez, han replicado en otras personas. La mayor parte de las veces, su ingreso a los circuitos de la justicia no les permite hacerse cargo de su responsabilidad, comprender a fondo su situación y estar en condiciones de reparar los daños físicos y emocionales que han sufrido y que han hecho padecer a otros.

Queda claro que hay mucho por hacer para que los sistemas de justicia en México logren proporcionar a los y las adolescentes los elementos y las herramientas que requieren para poder efectuar el tránsito hacia la edad adulta en condiciones que les permitan reducir su situación de desventaja en relación con otros y otras jóvenes del país. De no hacerlo, se les estará condenando a vivir de manera permanente en condiciones de desventaja, sin que logren desarrollar todo su potencial y sus capacidades y sin que tengan la oportunidad de aportarlos en beneficio de ellos y ellas mismas y de la sociedad.

## **Referencias**

Almeda, E. (2003). *Mujeres encarceladas*, Barcelona: Ariel

Azaola, E. (2015). *Diagnóstico sobre los adolescentes que cometen delitos graves en México*. Ciudad de México: UNICEF-Secretaría de Gobernación. Disponible en: [https://www.casede.org/BibliotecaCasede/Diagnostico\\_adolescentes.pdf](https://www.casede.org/BibliotecaCasede/Diagnostico_adolescentes.pdf)

Azaola, E. (2017). *Adolescentes: Vulnerabilidad y Violencia*. Informe Especial. Comisión Nacional de Derechos Humanos, México. Disponible en: [http://www.cndh.org.mx/sites/all/doc/Informes/Especiales/Informe\\_adolescentes\\_20170118.pdf](http://www.cndh.org.mx/sites/all/doc/Informes/Especiales/Informe_adolescentes_20170118.pdf)

Bonnie, R., Johnson, R., Chemers, B. & Schuck, J. (2013). *Reforming Juvenile Justice: A Developmental Approach*. Washington DC: National Academies Press. Disponible en: <http://nap.edu/catalog/14685/reforming-juvenile-justice-a-developmental-approac>

Carlen, P., Hicks J., O'Dywer J., Christina D. & Tchaikovsky C. (1985). *Criminal Woman*. Cambridge: Polity Press.

Carrington, K. (2013). Girls violence: The case for feminist theory of female violence. *International Journal of Crime, Justice and Social Democracy*, 2(2), 63-79.

Cauffman, E. & Steimberg, L. (2000). (In)maturity of judgment in adolescence: Why adolescents may be less culpable than adults. *Behavioral Sciences and the Law*, 18(6), 741-760.

Del Olmo, R. (Ed.) (1998). *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina*. Caracas: PNUD.

Department of Justice (2012). *Report of the Attorney General's National Task Force on Children Exposed to Violence*. Washington DC: Department of Justice.

European Union (2005). *Women, Integration after Prison: Analysis of the Processes of Socio labor Integration of Women Prisoners in Europe*. Disponible en: <https://cps.ceu.edu/sites/cps.ceu.edu/files/cps-joint-publication-women-integration-and-prison-2005.pdf>

Franklin, C. (2008). Women offenders, disparate treatment, and criminal justice: a theoretical, historical, and contemporary overview. *Criminal Justice Studies*, 21(4), 341-360.

Heidensohn, F. (1995). *Women and Crime*. New York, NY: New York University Press.

Home Office (2009). *The Corston Report: A Report by baroness Jean Corston of a review of Women with Particular Vulnerabilities in the Criminal Justice System*. London. Disponible en: <http://criminaljusticealliance.org/wp-content/uploads/2017/07/Corston-report-2007.pdf>

Lagarde, M. (2006). *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas* (4. Ed). México: Universidad Nacional Autónoma de México.

Larrauri, E. (Comp.) (1994). *Mujer, Derecho Penal y Criminología*. Madrid: Siglo Veintiuno España.

MacArthur Foundation (2015). *Juvenile Justice in a Developmental Framework: A Status Report*. Chicago, IL: MacArthur Foundation. Disponible en: [https://www.macfound.org/media/files/MacArthur\\_Foundation\\_2015\\_Status\\_Report.pdf](https://www.macfound.org/media/files/MacArthur_Foundation_2015_Status_Report.pdf)

Monahan, K.C., Steinberg, L., Cauffman, E. & Mulvey, E. P. (2009). Trajectories of antisocial behavior and psychosocial maturity from adolescence to young adulthood. *Developmental Psychology*, 45(6), 1654-1668.

Mulvey, E. (2011). *Highlights from pathways to Desistance: A Longitudinal Study of Serious Adolescent Offenders*. Washington DC: Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, March. Disponible en: [https://www.ncjrs.gov/pdffiles\\_1/ojdp/230971.pdf](https://www.ncjrs.gov/pdffiles_1/ojdp/230971.pdf)

Scheper-Hughes, N. & Bourgois, P. (2004). *Violence in War and Peace: An Anthology*. Oxford: Blackwell Publishing.

Smart, C. (1989). *Feminism and the Power of Law*. Londres: Routledge.

Springer, C. (2000). Stories of Women in Prison. *Berkeley Women's Law Journal*, n. 15, 354-357.

Steinberg, L., Cauffman, E. & Monahan, K.C. (2015). *Psychosocial Maturity and Desistance from Crime in a Sample of Serious Juvenile Offenders: Juvenile Justice Bulletin*. March, OJJDP, U.S: Department of Justice.

Zaffaroni, R. (1993). *La mujer y el poder punitivo: Sobre patriarcas, jerarcas, patronos y otros varones*. Costa Rica: ILANUD.

Zahn, M. A., Hawkins, S., Chaincone, J. & Whitworth, A. (2008). *The Girl's Study Group. Understanding and Responding to Girl's Delinquency*. Office of Justice Programs. US Department of Justice. Disponible en: [http://www.njjn.org/uploads/digital-library/resource\\_692.pdf](http://www.njjn.org/uploads/digital-library/resource_692.pdf)

# **La Ley de Responsabilidad Penal Adolescente en Chile y las Adolescentes Infractoras: Un Análisis en Clave Feminista**

Marcela Aedo Rivera

## **1. La Ley de Responsabilidad Penal Adolescente en Chile (N° 20.084)**

La Ley de Responsabilidad Penal Adolescente en Chile N° 20.084 (en adelante LRPA) -vigente desde el 8 de junio de 2007- introduce en Chile un modelo de responsabilidad penal especial para los y las adolescentes mayores de 14 y menores de 18 años, cuyo objetivo primordial era dar una respuesta a la crisis del Sistema de Justicia de Menores que rigió en gran parte del siglo XX<sup>125</sup> y adecuar la legislación a los requerimientos contenidos en la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño (en adelante CIDN), dejando atrás el sistema de imputabilidad basado en la declaración judicial sobre el discernimiento y su sustitución por un límite legal de edad en que comienza la responsabilidad penal de adultos (Aedo & Collell, 2017).

Para Couso (2009, p. 53), considerando el contexto de crisis del sistema tutelar en que se diseñó el nuevo sistema de responsabilidad juvenil, éste tendría que cumplir con al menos dos objetivos: “la protección de los intereses individuales y sociales a través de la prevención y la limitación de la intervención penal por medio de las garantías derivadas de los derechos humanos reconocidos a los jóvenes”. Por tanto, el modelo debía partir de la base que los y las adolescentes procesados y condenados por un hecho de cierta relevancia penal serían sometidos a la intervención punitiva del Estado y por ello debían gozar de las garantías propias del derecho penal -principio de legalidad, necesidad e intervención mínima y culpabilidad- más aquellas

---

125 Como Cillero (1994), en América Latina se dictaron leyes de menores entre los años 1919 (Argentina) y 1939 (Venezuela). En Chile la doctrina de la “situación irregular” se materializa en la Ley 4.447 de 1928. Para una revisión de la historia del paso del paradigma tutelar al de protección integral en Chile.

garantías propias a su edad “-respuestas diferenciadas a la de los adultos, menos aflictivas, garantías especiales durante la ejecución de las sanciones y el establecimiento de una edad legal de imputabilidad-” Couso (2009, pp. 53-54).

Como señala Berríos (2011, p. 164):

el fundamento de esta protección especial radica en la aplicación de los principios de igualdad y de protección, pues la diferente situación jurídico-social del adolescente y su calidad de persona en pleno proceso de desarrollo, lo hacen merecedor de una mayor protección jurídica de sus derechos.

Durante la tramitación legislativa del proyecto parte de los objetivos recién descritos se diluyeron en favor de intereses preventistas y punitivitas, limitando las reglas de determinación de pena en los casos más graves y con ello la garantía de utilizar la privación de libertad como último recurso y por el periodo más breve que proceda (art. 37 CIDN)<sup>126</sup>. Sin embargo, el texto conservó la estructura de un sistema especial y diferenciado del de los adultos, declarando expresamente la preeminencia de la integración social como el fin de las sanciones<sup>127</sup> y la necesidad de considerar tanto el interés superior del adolescente y como el resto de los derechos y garantías reconocida en el Constitución, leyes y demás instrumentos internacionales ratificados por Chile en los procedimientos que se llevaran su contra. Se establecieron también mecanismos que reforzaron las garantías asociadas al debido proceso y se adaptaron a sus necesidades. En ese sentido cabe destacar la reducción de ciertos plazos judiciales, la limitación legal del uso de la internación provisoria a los casos más graves y la obligación de contar con la asesoría de un abogado defensor respecto de cualquier diligencia que exceda la identificación<sup>128</sup>. Por otra parte,” la ley incorporó normas que promueven alternativas al proceso y a la imposición de la condena con el fin de evitar los efectos desocializadores del sistema penal” (Couso, 2009, p. 55) y, en materia de ejecución, se estableció la sustitución de la sanción original por una menos gravosa y la remisión del saldo condena, dos figuras inéditas en

126 Cillero (2006) hecho una revisión completa de la LRPA.

127 Art. 20 LRPA: Las sanciones y consecuencias que esta ley establece tienen por objeto hacer efectiva la responsabilidad de los adolescentes por los hechos delictivos que comentan, de tal manera que la sanción forme parte de una intervención socioeducativa amplia y orientada a la plena integración social.

128 Duce (2010) dispone de la especialidad del proceso de adolescentes en la LRPA.

el sistema chileno, que permiten mitigar la intervención con los y las jóvenes cuando ya se han cumplido los objetivos de su sanción.

Desde el punto de vista de la implementación de la Ley, en los más de 10 años de vigencia de la LRPA las diversas evaluaciones que se han realizado desde la academia y los actores del sistema coinciden en que existen falencias tanto a nivel normativo como de implementación, siendo estas últimas las que mayores problemas han generado en la construcción de un modelo de intervención con los y las jóvenes infractores. Las principales deficiencias radican en la especialización de los intervinientes y, por lo mismo, en la aplicación armónica de los principios que rigen en materia de infancia.

Un informe más reciente es la evaluación que encargó la Cámara de Diputados publicada en octubre de 2015. Tres fueron los objetivos del estudio: análisis de cumplimiento de los objetivos planteados en la LRPA - particularmente la adecuación de la norma a la Constitución y el Derecho internacional, la idoneidad de las sanciones para la integración de los jóvenes infractores y la especialización del sistema-, la detección de los efectos no previstos por el legislador y conocer la percepción de la ciudadanía. Sus conclusiones relevan diversas problemáticas del actual sistema tanto formales y como de implementación:

a) Marco sancionatorio: se señala que existen graves falencias tanto de diseño de las sanciones como de su aplicación práctica. Ejemplo de ello es la falta de respuesta adecuada a los y las jóvenes condenados que han cumplido la mayoría de edad (y que representan el 48% del total de la ejecución) los cuales poseen una escasa oferta programática. Se cuestiona también la eficacia de la amonestación, la multa y los servicios en beneficio de la comunidad; la mínima utilización de la reparación del daño al carecer de un diseño práctico; la falta de intervención de la libertad asistida, la cual es percibida tan solo como control periódico a través de la firma en el programa; los déficits en recursos y lejanía de los lugares donde se ejecutan las medidas privativas de libertad (régimen cerrado y semicerrado); y falta de normativa respecto de la multiplicidad de sanciones.

b) Medida cautelar de internación provisoria: se observa su excesiva extensión temporal y su utilización vulnerando el principio de proporcionalidad establecido en el Art. 33 de la LRPA.

c) Secciones Juveniles: estos centros están destinados a los y las jóvenes que cumplen su mayoría de edad mientras ejecutan una sanción en régi-

men cerrado, siendo derivados a un módulo especial dentro de la cárcel de adultos. Esta medida, que debiese ser de carácter excepcional, se aplica principalmente respecto de los casos más problemáticos (jóvenes con mal comportamiento) y, por lo mismo, más necesitados de una intervención especializada. Se critica por una parte el traspaso a un recinto dependiente de Gendarmería y por otra a la falta de criterios claros de derivación<sup>129</sup>.

d) Falta de coordinación interinstitucional en salud, educación y capacitación.

e) Institucionalidad del sistema de responsabilidad penal adolescente: necesidad de contar un servicio autónomo, especializado y con mayores recursos financieros.

f) Falta de especialización de los actores del sistema, particularmente de jueces y fiscales: es una realidad transversal que dificulta el acceso a un tratamiento integral para la reinserción de adolescentes infractores de ley.

g) Falta de información disponible: hay dispersión de información estadística según la institución bajo criterios no estandarizados, dificultando la elaboración de políticas públicas.

h) Respecto de la situación de las adolescentes, salvo algunos datos puntuales, no se hace un análisis específico de su situación. En términos generales el informe da cuenta de la necesidad de generar un lineamiento a nivel de política pública que puedan seguir los programas tanto en las intervenciones socioeducativas como en las capacitaciones, en las *nuevas temáticas* tales como género e interculturalidad.

## **2. El Sistema de Responsabilidad Penal Adolescente en Chile y las adolescentes: el problema de ser pocas**

### **2.1 Algunas consideraciones previas**

Desde el punto de vista jurídico la LRPA no regula específicamente la situación de las adolescentes infractoras, sin embargo su Reglamento<sup>130</sup> sí lo

129 Cillero (2014) habla de la procedencia y regulación de la privación de libertad de personas condenadas por la Ley 20.084 en establecimientos penitenciarios administrados por Gendarmería de Chile.

130 Decreto Supremo n. 1378 del 25 de abril de 2007.



hace, aunque sólo respecto de aquellas privadas de libertad. En el título V (Normas comunes a los centros privativos de libertad) párrafo 8° denominado “Normas especiales para mujeres adolescentes”, que comprende aspectos tales como, el derecho a un centro o sección exclusivos para la población adolescente femenina; personal especializado; derecho a la privacidad e integridad; derecho a la salud (particularmente aspectos relativos a las adolescentes embarazadas); derecho a convivir con sus hijos, quienes podrán permanecer en los centros hasta la edad de dos años.

Estas normas son complementadas con las Orientaciones Técnicas del Servicio Nacional de Menores (2011) para adolescentes privados/as de libertad tanto en régimen cerrado como en internación provisoria y que hacen referencia a una intervención cognitiva conductual especial para mujeres (Aedo, 2014).

Desde el punto de vista empírico, los datos desagregados por sexo son excepcionalísimos y muy generales. Por otra parte, consultados expertos/as e instituciones nacionales<sup>131</sup>, hemos confirmado la casi nula existencia de estudios especializados<sup>132</sup>, con excepción de un informe elaborado por la Defensoría Penal Pública el año 2010 sobre las barreras de género en el marco de la LRPA.

## **2.2. Algunas cifras**

Una de las críticas más recurrentes planteadas a la LRPA es la falta de información disponible. Los datos existentes son escasos y casi nulamente desagregados por sexos, impidiendo análisis profundos respecto de la realidad del sistema que permitan elaborar políticas públicas fundadas para su mejoramiento, especialmente desde una perspectiva de género<sup>133</sup>.

De acuerdo a los datos de los Boletines Estadísticos del Servicio Nacional de Menores (en adelante SENAME), y si tomamos en consideración el año

---

131 Defensoría Penal Pública, Ministerio Público y Servicio Nacional de Menores.

132 Lo que confirma la tendencia a nivel latinoamericano, ya que revisadas las fuentes institucionales habituales, tales como UNICEF, América Latina; ONU Mujeres, ILANUD, la CIDH entre otros, no se han obtenido mayores resultados, salvo por un informe elaborado por la CIDH titulado Justicia Juvenil y Derechos Humanos en las Américas (2011), y que dedica algunos párrafos a la situación de las adolescentes infractoras.

133 Esta crítica la hizo patente Gonzalo Berríos en el análisis que realizó el 2011 y se repite en el Comité evaluador de la Ley de la Cámara de Diputados en el año 2015.

de entrada en vigencia de la LRPA y el último registro oficial disponible<sup>134</sup>, se aprecia un aumento de los ingresos de mujeres adolescentes al sistema de justicia juvenil. Desde un 6,4% el año 2007 al 13,5% el año 2017. Lo anterior constituye un auténtico llamado de atención, y exige tomarse “en serio” las políticas públicas con perspectiva de género. Asimismo plantea nuevos cuestionamientos sobre los factores de riesgo<sup>135</sup> y procesos de criminalización en las niñas.

Respecto de las medidas aplicadas a las adolescentes, en su gran mayoría éstas son no privativas de libertad al igual que los varones. De acuerdo con el último Anuario Estadístico de Sename, el 25,4% de los ingresos femeninos corresponden a sanción o medida privativa de libertad, versus el 74,6% de ingresos con sanciones o medidas en medio libre.

Y en relación a la sanción en régimen cerrado se mantiene la tendencia internacional de su baja representación aunque con un significativo aumento en el último tiempo. De un 2,14% el año 2007 el porcentaje se eleva a un 6,08% el 2017.

Por último, otro dato que resulta interesante levantar desde un análisis con perspectiva de género son los porcentajes de reincidencia de hombres y mujeres. Las adolescentes desisten de las carreras delictivas en un porcentaje mayor que los varones, tendencia que se muestra uniforme durante los años analizados y sin excepciones. Este hallazgo levantado por un estudio específico sobre reincidencia se condice con las características comparadas sobre la delincuencia durante la adolescencia (Fuentelba, 2016).

---

134 Los Boletines Estadísticos del SENAME están actualizados al cuarto trimestre del año 2017.

135 Sobre los factores de riesgo sociodelictual y género ver la investigación elaborada en conjunto por un equipo coordinado por ISÓNOMA Consultorías Sociales (2016) y que se integró, por Marcela Aedo Rivera, Patricia Varela Pino, Andrea Peroni, Diego Polanco, Juan Bastías Ovalle, Cecilia Robayo y Teresita Fuentelba Araya. Dicho estudio tuvo como principal objetivo realizar un análisis y evaluación de variables de género, factores de riesgo y comportamiento infractor de los niños, niñas y adolescentes ingresados al PAIF 24 horas, por encargo de la Subsecretaría de la Prevención del Delito, Ministerio del Interior y Seguridad Pública, Gobierno de Chile.

### 3. Sistema Penal y Sexismo<sup>136</sup>

Al igual que en otros campos jurídicos y sociales, el estudio y desarrollo de las políticas de derechos de la infancia se ha realizado durante largo tiempo prescindiendo de la naturaleza desigual de las relaciones de género. Los textos jurídicos que desarrollan el tema de los derechos de la infancia, así como las normas relativas al ámbito de la justicia penal juvenil suelen utilizar el término *niño*. El sexismo del lenguaje utilizado no es únicamente una cuestión terminológica, si así fuera bastaría por incluir en nuestras leyes y regulaciones la expresión más genérica ‘infancia’ o la más concreta, niña y niño. Sin embargo, tal como sabemos por otros estudios realizados en diferentes ámbitos jurídicos, el problema no se resuelve incluyendo la referencia lingüística a las niñas.

Los estudios socio-jurídicos y criminológicos han demostrado claramente que las mujeres criminalizadas sufren una marginación y discriminación específicas (Smart, 1976, Llord, 1995, Antony, 2005). Especialmente significativos resultan los estudios de las mujeres en prisión (Carlen, 1985, Campelli, Faccioli, Giordano, Pitch, 1992, VVAA, 1995) y sobre el tratamiento de éstas ante, los tribunales penales (Eaton, 1986). En ambos casos, hay un elemento común, el hecho de que el sistema de justicia penal tiende a consolidar la estructura de géneros y a reproducir los elementos que provocan la discriminación sexual.

La idea de que el derecho fija y reproduce las identidades de género<sup>137</sup> resulta especialmente interesante aplicada al ámbito de la justicia penal juvenil. La incorporación del concepto de *género* ha sido decisiva. Son muchos los estudios que han contribuido a documentar las características que tiene el tratamiento de las mujeres en la justicia penal, mostrando la complejidad de su funcionamiento e ilustrando la construcción de la feminidad en esta instancia de control (Carlen, 1983, Eaton, 1986, Worrall, 1990). De la misma manera se puede analizar la cuestión de las chicas en el ámbito de la justicia de menores como un problema relativo a la construcción de las relaciones de género.

---

136 Como Encarna y Aedo (2015) apartado corresponde a una selección parcial del trabajo elaborado por Bodelón.

137 Narotzky, (1995, Scott (1996), Osborne (1993), Rivera (1994) y Oliva (2005) aclaran acerca de el concepto de género y su utilización por las ciencias sociales.

Las chicas que son tratadas por la justicia penal juvenil sufren una doble *penalidad*. Son sancionadas por la ofensa realizada y por haber contravenido las normas que presuponen una feminidad *apropiada*.

La centralidad de la sexualidad en la definición que utilizan los servicios sociales de *chicas con problemas* se refleja en dos ideas recurrentes:

Se presume que la sexualidad de las chicas, una vez descubierta, es incontrolable y sin sentido de la responsabilidad.

El comportamiento sexual de la chica es tomado como barómetro para medir su adecuación a los códigos sociales.

La investigación de Chesney-Lind y Shelden (2004) muestra que las chicas jóvenes son tratadas de forma diferente en el sistema de justicia juvenil como consecuencia de la existencia de un doble estándar de comportamiento. Las chicas jóvenes tienen más posibilidades de experimentar la sanción o la censura moral mediante mecanismo de control formal o informal por conductas tales como la conducta sexual, las fugas de casa, etc.

La sexualidad de las jóvenes es otro de los elementos que suele ponerse bajo observación (Meis Knupfer, 2001, Chesney-Lind & Shelden, 2004, Pasko, 2010). Frecuentemente durante el proceso se hace referencia a la actividad sexual de las chicas. Esta información se utiliza de tal forma que se produce lo que se ha denominado un proceso de *sexualización de la delincuencia femenina*. Es decir, frecuentemente los profesionales consideran que las chicas con problemas tienen problemas con su sexualidad. El problema principal es, sin embargo, que muchas de las chicas han sufrido abusos sexuales. Así, por ejemplo, el estudio de Chesney-Lind y Shelden (1992) sobre las chicas norteamericanas detenidas muestra que entre dos tercios y tres cuartos de ellas son chicas que han sido abusadas sexualmente<sup>138</sup>.

Sería ingenuo negar que las chicas no son vulnerables a la explotación masculina, sin embargo la mejor manera de evitar o paliar las relaciones de explotación y desigualdad que sufren las chicas no parece que sea la de estigmatizarlas o negar su sexualidad. Por el contrario, es necesario ver que no se trata de un problema de las chicas, sino que lo que especialmente está

---

138 De acuerdo a una investigación realizada por Sherman y Levick (2003), entre el 56% y el 88% de las niñas que ingresan al sistema de justicia de menores informan experiencias de abuso emocional, físico o sexual, con índices de reporte de abuso sexual tres veces mayores que los niños.

en discusión son las relaciones de poder y determinadas definiciones de la sexualidad masculina. Es decir, en el ámbito de la justicia juvenil como en otros ámbitos las mujeres sufren una doble discriminación.

Las jóvenes infractoras están envueltas por un conjunto de procesos que definen su feminidad. Las definiciones de lo que es o no una feminidad aceptable son complejas y no siempre tienen claros límites. Así, por ejemplo, el énfasis de la feminidad se apoya en la emotividad (que se contrapone a la racionalidad, que a su vez se describe como característica masculina). Sin embargo, determinadas expresiones de la emotividad de las jóvenes pueden entenderse como reacciones excesivas (histéricas o anormales).

Nuestra comprensión de la feminidad choca además con las concepciones más extendidas de la adolescencia, que se refieren por lo general a imágenes masculinas: el joven insatisfecho, el joven emprendedor, el joven rebelde, etc. Consecuentemente, las chicas pueden sentir que no importa lo que hagan su comportamiento será censurado. Por otra parte, la sensación de aquellos que trabajan con ellas puede ser la de que constantemente incumplen las expectativas que se tiene sobre ellas. Incluso cuando su comportamiento se adecua a lo que se espera de ellas, es decir, cuando responde a las ideas tradicionales sobre la feminidad (cuidadoso, emocional, este) su comportamiento puede ser devaluado porque las características de la masculinidad se consideran las más valiosas (la independencia, la actividad, la ambición, la competitividad).

Otro problema es la tendencia a la patologización del comportamiento femenino y la consecuente *necesidad* de tratarlas en instituciones. Las dificultades de los chicos suelen explicarse en términos institucionales, mientras que las de las chicas en términos emocionales o personales.

Es necesario tener en cuenta también que los problemas de la adolescencia se han definido generalmente como masculinos. Esto genera a su vez algunos problemas: 1) los recursos suelen estar definidos en función de las necesidades masculinas; 2) la mayoría de los trabajadores sociales tienen menos experiencia en el trabajo con chicas.

Por lo tanto, la afirmación de que *las chicas son más difíciles* reflejaría diferentes problemas vinculados de la desigualdad de género: la construcción de los géneros masculino y femenino como opuestos; las distintas experiencias de las chicas y chicos, por ejemplo, la mayor presencia de abusos en el caso de las chicas; y, el menor número de servicios y preparación para trabajar con las chicas.

De esta manera se explicaría que la aplicación de criterios de igualdad formal ante el tribunal no afecte en la mayoría de los casos a la sustancial desigualdad entre las mujeres y los hombres, entre niñas y niños. La fijación y reproducción de la división de los géneros se establecería más por la aplicación rutinaria de determinados criterios de normalidad, que por que se produzca una desigual aplicación de un criterio. Según, Carol Smart (1994, p. 176) la idea de que el derecho tiene género nos permite argumentar que las mismas prácticas significan cosas diferentes para hombres y mujeres. A su vez, también se puede decir que el derecho actúa como una “tecnología del género”, es decir, que es un proceso de producción de identidades fijas.

#### **4. Modelo de Responsabilidad y las adolescentes: la falsa neutralidad de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño (CIDN)**

La incorporación de la CIDN a los sistemas jurídicos nacionales latinoamericanos -desde la década de los noventa- ha producido a nivel normativo cambios legislativos significativos, que se expresan tanto en lo relativo a la protección de los derechos de los niños, las niñas y adolescentes<sup>139</sup> como en lo que se refiere a la respuesta que el Estado debe dar a la situación en la que se imputa delito a un menor de edad.

En este último sentido, el modelo de responsabilidad adoptado por la CIDN (artículos 37 y 40) e incorporado en nuestro ordenamiento jurídico desde la entrada en vigencia de la LRPA (2007), ha supuesto -al menos desde el punto de vista formal- el reconocimiento de que los niños, las niñas y adolescentes son sujetos de derechos y obligaciones, y por tanto responsables de las infracciones penales que cometan en conformidad al principio de especialidad.

Sin perjuicio de lo anterior, cabe hacer las siguientes reflexiones:

En primer lugar, podríamos calificarlo como una posible *victoria pírrica*<sup>140</sup>. En efecto, si tomamos en cuenta las tendencias que dan cuenta de un giro del

---

139 En el sentido de deberes de prestación positiva del Estado (Beloff & Mary 2007).

140 Beloff (2008) aclara acerca de la relación entre los niños y los derechos económicos, sociales y culturales, y una posible victoria pírrica de los derechos de la niñez.

modelo de responsabilidad hacia uno más punitivo<sup>141</sup> o de control de riesgos<sup>142</sup>, es posible concluir desde una óptica crítica, que las reformas básicamente han significado criminalizar con garantías<sup>143</sup>. Lo que marca un signo de interrogación sobre el carácter positivo de esta regulación jurídico penal.

En la actualidad el sistema de responsabilidad penal adolescente carece de una profunda deslegitimación, en particular porque no cuenta con un adecuado sistema de garantías integral de la infancia, que constituye el mínimo ético para sostener -al menos discursivamente- que los niños, niñas y adolescentes son ciudadanos en los términos de la CIDN, sujetos de derechos y por tanto de obligaciones<sup>144</sup>. Es decir, previo a la decisión político criminal de castigar a los y las adolescentes, un Estado respetuoso de su infancia, debe cumplir las exigencia de los tratados internacionales y demás normas internacionales sobre el tem -en particular la CIDN- y de este modo - aunque sea de modo indirecto- primero debe evitar la criminalización de los niños y niñas mediante la prevención de los delitos, es decir asegurando la protección de sus derechos básicos, tales como la salud y educación (Beloff, 2011).

En este sentido mismo sentido compartimos la consideración de Encarna Bodelón (2003), quien señala que:

Es imprescindible reconocer que sigue implicando una contradicción la utilización de determinados instrumentos penales y la defensa de los derechos de los menores. Partiendo de esta idea es necesario reducir al máximo la intervención de la justicia penal juvenil y desarrollar los derechos de los menores en todos aquellos ámbitos que le son propios. La protección de la infancia y el desarrollo de las libertades y los dere-

---

141 Con el paso de los años, el modelo de responsabilidad ha entrado en crisis, fundamentalmente por su creciente identificación con un modelo punitivo, lo que para algunos autores, en el contexto europeo y estadounidense, obedece “fundamentalmente a una serie de graves y violentos sucesos” que han generado ‘alarma social’ y, por ende, una “demonización” de la juventud (Vázquez, 2007, p. 175). Y entre los aspectos que se destacan de este giro hacia un modelo más punitivo, se pueden mencionar los siguientes: disminución de la edad mínima para exigir responsabilidad penal, exclusión genérica de la aplicación de la jurisdicción de menores a los/as jóvenes semiadultos entre 18 y 21 años, ampliación de los supuestos en los que se priva de la libertad, aumento de la duración de la máxima pena juvenil y fortalecimiento de la posición procesal de las víctimas en el proceso penal ante menores delincuentes (Vázquez, 2007, p. 178-180).

142 Bernúz (2008) habla sobre la gestión de la delincuencia juvenil como riesgo.

143 Cortés(2009) hecho una crítica al modelo de responsabilidad en Chile.

144 Baratta (1999) discute sobre la ciudadanía de los niños y las niñas.

chos de los menores debe fomentarse fuera del derecho penal juvenil, el derecho penal juvenil debe jugar un papel de no vulneración de dichos derechos. Es decir, no aumentar el daño social que la infracción del o la menor haya producido, y todo esto teniendo en cuenta que el derecho penal juvenil no puede aumentar la desigualdad de género que sufren los/as menores en todas nuestras sociedades.

En segundo lugar, reconociendo esta contradicción y las críticas reseñadas con anterioridad, es menester reconocer el avance que ha implicado en términos jurídicos la superación del paradigma tutelar y el reconocimiento de un sistema de protección integral. En este marco el modelo reconocido exige regular la responsabilidad penal de los y las adolescentes. De este modo el sistema penal les reconoce su calidad de sujetos de derechos, con todas las garantías específicas en atención a su edad.

Sin embargo, esta afirmación –niños reconocidos como sujetos de derechos– aún oculta la situación de las adolescentes infractoras de ley penal. En efecto, ellas –en general– se mantienen ausentes de la regulación jurídica específica (LRPA & Reglamento), de los estudios que analizan la delincuencia juvenil, de los foros de discusión y de las estadísticas oficiales: como si *no existieran*-. De este modo, podemos concluir que el sujeto sobre el que se articula el modelo de responsabilidad, en particular, el tratamiento jurídico penal y las políticas penitenciarias, es el menor varón, lo que nuevamente pone en evidencia el carácter particularmente incompleto de la ciudadanía de las niñas y adolescentes.

En este sentido cabe recordar que la ciudadanía que poseen las mujeres, tal como le ocurre a la infancia,

es una ciudadanía hipotecada, es decir, ambos grupos no pueden llevar a cabo un proceso de asimilación con respecto al modelo humano de referencia, el varón-adulto. Por esta razón, las mujeres y la infancia se encuentran atrapadas en la paradoja de imitar un modelo que no es universalizable y que no los puede identificar (...) porque el modelo de sujeto ha sido construido como un yo autosuficiente vital y económicamente, un yo desprovisto de ligámenes. Los menores no pueden asimilarse a ese modelo porque son sujetos dependientes, y las mujeres tampoco porque ellas han sido socializadas y han construido su identidad, de mujeres, como madresposas, cuidadoras, no como sujetos sin vínculos, independientes. La imagen de las niñas en los parques jugando con muñecos que representan bebés, esto es, como cuidadoras y mamás, desde muy pequeñas, es un claro ejemplo de cómo aún existe una socialización fuertemente marcada por el género, que hace creer que se poseen por



naturaleza ciertas habilidades y aptitudes. A diferencia de los chicos que juegan con el balón o la bicicleta<sup>145</sup> (Rubio, 2008, p. 263).

Y cuando la sociedad se sensibiliza respecto a la necesidad de afrontar de un modo adecuado la protección de los derechos de la infancia, “se presupone que los/as menores niños y niñas están sometidas a la misma violencia, explotación y marginalidad. Este planteamiento, presuntamente neutro e imparcial, oculta los problemas específicos de las niñas” (Rubio, 2008, p. 274).

De un modo similar, cuando la CIDN ha reconocido la calidad de sujetos de derechos y regulado un modelo de responsabilidad penal adolescente, ha presupuesto que las niñas y niños tienen idénticas necesidades. Y esta falsa neutralidad e imparcialidad ha invisibilizado sus problemáticas específicas y ello se ha proyectado en las políticas específicas que han implementado el referido modelo.

En este sentido Encarna Bodelón (2003, p. 463) plantea que:

una de las herencias que el positivismo ha legado a la justicia juvenil contemporánea es que todavía persiste en numerosas prácticas y normas la idea de considerar al menor como objeto y no como sujeto de derechos. Este problema es especialmente significativo en relación a las niñas, que sufren así una doble vulneración de sus derechos en tanto que menores y mujeres. Las niñas siguen siendo consideradas como sujetos de derechos especialmente incompletos.

De esta forma se aprecia con claridad lo que estudios feministas han señalado desde la década de ochenta, esto es, la paridad de los sexos en las disposiciones jurídicas no implica la igualdad material de los sexos ante el derecho (Facio, 1992). Por tanto,

la justicia igual en un nivel formal no equivale a una justicia en el plano material, puesto que las normas iguales son aplicadas a grupos con profundas desigualdades sociales. Las mujeres criminalizadas deben enfrentar prácticas jurisdiccionales e institucionales profundamente marcadas por las relaciones patriarcales. Desde la perspectiva de las mujeres

---

145 Para Bordieu (2015, pp. 58-59) “el fundamento de la violencia simbólica no reside en las conciencias engañadas que bastaría con iluminar, sino en unas inclinaciones modeladas por estructuras de dominación, que hacen posible la complicidad de las víctimas con los dominadores”. Sólo puede esperarse una transformación radical de las condiciones sociales de producción de las inclinaciones, cuando los dominados puedan adoptar sobre los dominadores y sobre ellos mismos un punto de vista diferente al que los dominadores establecen y definen sobre lo real y lo justo. La violencia simbólica se realiza a través del acto de conocimiento y de reconocimiento práctico, que se produce sin el conocimiento consciente y la voluntad del sujeto, lo que le confiere poder hipnótico.

criminalizadas se debe afirmar que no sólo el derecho penal no ayuda a resolver los conflictos planteados, sino que la aplicación del derecho penal origina nuevas discriminaciones (Bodelón, Encarna, 2003, p. 454).

No se debe olvidar que:

pertenecer a un grupo social subordinado sitúa a las personas que forman parte de él en situación de explotación, marginalidad, violencia, exclusión del poder y no participación en la cultura. Por consiguiente, para corregir la discriminación que padecen las niñas como grupo social no basta la exclusiva utilización del Derecho<sup>146</sup>. Ni la CIDN (...) ni todas las declaraciones de derechos son suficientes si junto a este cambio normativo no se produce un cambio en la cultura, un cambio en las normas no escritas que condicionan la interpretación y aplicación de las normas escritas, para eliminar de ellas la discriminación y el privilegio. Si la socialización mantiene modelos y actitudes sexistas contra las mujeres y las niñas el contenido normativo de la Convención no alcanzará el nivel de eficacia necesario para imponer nuevas prácticas, modelos y valores (Rubio, 2008, p. 277).

## **5. Las adolescentes privadas de libertad: cuando la invisibilidad tiene género**

Un caso paradigmático de análisis está constituido por las adolescentes privadas de libertad, cuya realidad se mantiene particularmente invisibilizada. Las mujeres siempre han formado una pequeña minoría de la mayoría de la población privada de libertad y las niñas en prisión constituyen un pequeño porcentaje de los y las jóvenes delincuentes. Las reclusas tienen diferentes necesidades físicas, psicológicas, dietéticas, sociales y de salud que los hombres, y que deben ser tratadas de manera diferente de sus contrapartes masculinos. Las necesidades de salud de las mujeres en prisión son más variadas y complejas que las de los hombres (hay que reiterar que desde el parámetro de sus necesidades es que se han diseñado las políticas penitenciarias) (UNICEF, 2011).

Estudios internacionales demuestran que las mujeres y adolescentes detenidas sufren de depresión, ansiedad, fobias, neurosis, la automutilación

---

146 Iris M. Young (2000, p. 93 en Rubio, 2008, p. 277) señala que: “hacer justicia donde hay explotación requiere reorganizar las instituciones y las prácticas de toma de decisiones, modificar la división del trabajo, y tomar medidas similares para el cambio institucional, estructural y cultural”.

y el suicidio a un ritmo mucho más alto que los hombres detenidos<sup>147</sup>. En este sentido, diversos estudios desarrollados en Estados Unidos así lo confirma. Por ejemplo, “las niñas que ingresan al sistema de justicia juvenil corren un riesgo significativamente mayor (80%) que los varones (67%) de un trastorno de salud mental” (Shufelt & Coccozza, 2006, p. 5). Las niñas tienen tasas más altas que los niños de comportamiento auto-dañino, trastornos de estrés post-traumático e intentos de suicidio. Respecto de las tasas de suicidio se cree que son mayores para las niñas a causa de la depresión, los trastornos de ansiedad, abuso sexual, físico y emocional y estrés postraumático. Los estudios también revelan que las niñas encarceladas son más propensas a ser diagnosticados con más de un trastorno de salud mental, o la comorbilidad, lo que aumenta la dificultad de su tratamiento.

Por otra parte, son mucho más vulnerables al abuso físico y sexual.

En las prisiones donde hay niñas que están supervisadas por personal de ambos sexos, se han denunciado numerosos casos de abusos graves por parte del personal masculino, lo que demuestra el grado de vulnerabilidad de las niñas recluidas (...) quienes pueden sufrir, además, abusos por parte de las mujeres mayores y el personal femenino<sup>148</sup> (RPI & APT, 2013).

Vinculado con lo anterior, cabe tener presente que un informe realizado en Estados Unidos revela que el abuso es un factor de riesgo asociado a niñas que ingresan al sistema de justicia de menores, y uno de los factores más comunes asociado con las niñas en el sistema (Office of the Juvenile Defender, 2012). De acuerdo a una de las investigaciones<sup>149</sup>, entre el 56% y el 88% de las niñas que ingresan al sistema de justicia de menores informan experiencias de abuso emocional, físico o sexual, con índices de reporte de abuso sexual tres veces mayores que los niños.

En cuanto a su salud física, estudios<sup>150</sup> desarrollados en Estados Unidos indican que tanto las niñas como los niños en el sistema de justicia de menores se involucran en conducta sexuales a edades más tempranas, tienen una mayor

---

147 Véase Office of the High Commissioner for Human Rights, Dignity and Justice for Detainees Week: Information Note n. 5, 'Women and Girls', 2008.

148 Véase por ejemplo, Custody and Control-Conditions of Confinement in New York's Juvenile Prison for Girls, Human Right Watch, American Civil Liberties Union, septiembre 2006.

149 Véase Sherman y Levick (2003).

150 Véase Belenko et al. (2009).

incidencia de enfermedades de transmisión sexual e incurrir en comportamientos sexuales más riesgosos que los/as jóvenes que no participan en el sistema. Las/os investigadores/as especulan que las niñas en sistema de justicia experimentan tasas más altas de enfermedades de transmisión sexual que los niños en el sistema y que las niñas en la comunidad debido al abuso sexual, la participación en la prostitución y los delitos relacionados con la prostitución que llevan a la violencia sexual (Office of the Juvenile Defender, 2012).

## **5.1 Las adolescentes privadas de libertad en Chile: “las pocas olvidadas”**

Sin perjuicio de la regulación jurídica que contiene el Reglamento de la LRPA para las adolescentes, mención especial requieren las Orientaciones Técnicas para Centros Cerrados (SENAME, 2011), ya que contempla una intervención cognitiva conductual especial para mujeres, expresión de los lineamientos que deben guiar la intervención psicosocial con adolescentes privados/as de libertad. Y de este modo dar cumplimiento a uno de los objetivos fundamentales de la LRPA, esto es, hacer efectiva la responsabilidad de los y las adolescentes por los hechos delictivos que cometan, de tal manera que la sanción forme parte de una intervención socioeducativa amplia y orientada a la plena integración social el objetivo (Art. 20 de la LRPA).

De acuerdo a ellas, el objetivo de esta intervención es prevenir y reducir la futura conducta delictual en mujeres adolescentes considerando las diferencias de género.

En su primera parte las Orientaciones señalan:

La población femenina en conflicto con la ley suele verse no sólo como alguien que quebrantó la ley, sino además suele cargar con el estigma de haber transgredido las expectativas ligadas a lo femenino. Por otro lado, los factores de riesgo que presenta la población femenina difieren en algunos aspectos de los comúnmente establecidos para los varones, lo cual pone de manifiesto una serie de necesidades especiales de intervención.

Este apartado incorpora una mirada sensitiva al género, sin embargo ello quede debilitado o derechamente anulado con algunos elementos descritos a continuación.

Algunos de los aspectos que se deben considerar en el plan individual de intervención y especialmente, en los programas orientados a la conducta delictual, son los siguientes: estrategias motivacionales, herramientas para el manejo de la impulsividad y la expresión emocional, fomentar la responsabilización y el locus de control interno, incorporar estrategias para la toma de decisiones asertiva, trabajar los roles y estereotipos de lo femenino, incorporar actividades que incorporen la maternidad como un área a trabajar, prevención y disminución de la violencia, considerando las especificidades por género y la intervención con familia.

La segunda parte reproduce estereotipos sexistas y no cuestiona la posición de subordinación en que se encuentran las mujeres en la sociedad. De ello da cuenta lo relativo al manejo de la impulsividad y control emocional, así como el control interno y la necesidad de incorporar la maternidad como área a trabajar. Tales caracterizaciones expresan una mirada estereotipada respecto de las adolescentes, en particular cuando ninguno de esos elementos ha sido considerado a trabajar con los varones.

Desde el punto de vista empírico, de la literatura revisada y consultadas distintas instituciones nacionales, hemos confirmado la casi nula existencia de estudios especializados en adolescentes infractoras, con excepción de un informe elaborado por la Defensoría Penal Pública el año 2010 sobre las barreras de género en el marco de la LRPA.

Este informe refiere una serie de problemáticas que dificultan o imposibilitan una adecuada implementación de aquellos derechos garantizados a las adolescentes, y que revisaremos a continuación:

a) El “problema” de ser un número tan reducido. En este sentido el informe señala:

“El hecho de que las mujeres adolescentes ingresen en menor número al sistema penal, incide lamentablemente en que éste tiende a enfocarse al público masculino, principalmente por los escasos recursos económicos con los que se cuentan, así como también la falta de infraestructura adecuada. Por ejemplo, desde el mes de junio 2010, en el Centro de Internación Provisoria (CIP) de la ciudad de Puerto Montt, lo que corresponde al sector femenino, fue utilizado como centro de cumplimiento de régimen cerrado de varones. Esto trajo como consecuencia, que las mujeres adolescentes a las cuales se les decretó la medida de

Internación Provisoria, fueron trasladadas al CIP de Coronel<sup>151</sup>, con el consiguiente desarraigo familiar y social.

Otro ejemplo es lo que sucedió en Santiago, específicamente en el CIP femenino, que desde el año 2008 comenzó a recibir imputados varones en Internación Provisoria, debido principalmente a la gran diferencia en número de imputados e imputadas privados de libertad. Los centros masculinos de San Bernardo y San Joaquín se encontraban superados por la cantidad de imputados, mientras que en el CIP Santiago había aún plazas disponibles. Si bien es cierto, en este CIP se mantuvo la segregación tal como lo señala el reglamento en su artículo 92, la rutina diaria de las imputadas se vio alterada por la permanencia de varones en el centro, modificándose de este modo, los horarios y lugares de esparcimiento, como la piscina y patios, los lugares de talleres y clases” (DPP, 2010, p. 10).

Otro ejemplo es el Centro de Internación Provisoria y Centro de Régimen Cerrado de Limache (Región de Valparaíso) que originalmente contemplaba veintiocho plazas destinadas exclusivamente para adolescentes mujeres, sin embargo, dada la sobrepoblación de varones, tanto en sistema CIP como CRC, las adolescentes fueron desplazadas y obligadas a utilizar otros espacios no diseñados en un primer momento para ellas, transformando otras dependencias en habitaciones (Oficio SENAME número 8.869/2012).

b) Falta de infraestructura adecuada. Reiteradamente las Comisiones Interinstitucionales de Supervisión de los Centros<sup>152</sup>, han hecho hincapié en la grave falta de infraestructura para las adolescentes, siendo necesaria la creación urgente de ella, como asimismo, la mejora y el reacondicionamiento de la ya existente (DPP, 2010, p. 18).

c) Ausencia de personal capacitado. Por ejemplo, respecto del personal del mismo centro de Limache, presenta déficit de psicólogos(as) y educadores(as) de trato directo. Respecto a su capacitación éstas efectivamente se han realizado, el problema se presenta en que dichas ca-

---

151 Cabe señalar que Coronel se ubica a 611 kms al norte de la ciudad de Puerto Montt. Un viaje en transporte interurbano puede tardar de 7 a 8 horas.

152 La Comisión Interinstitucional de Supervisión de Centros Privativos de Libertad tiene por objeto asesorar en el debido resguardo de los derechos de los y las adolescentes, de sus condiciones de vida, tanto al interior de los Centros Privativos de Libertad administrados por el Servicio Nacional de Menores, como en las Secciones Juveniles de los establecimientos penitenciarios de Gendarmería de Chile. Para mayor información puede verse el link <http://dosvias.minjusticia.gob.cl/cisc-rpa/> (Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2018).

pacitaciones no abordan temáticas de género, existiendo solo algunas que abordan el problema de la violencia intrafamiliar, más no existe una capacitación que aborde el tema de género desde una perspectiva interdisciplinaria (Acta visita CISC segundo semestre 2012, p. 3).

d) Precaria garantía del derecho a la salud. Respecto de la garantía del derecho a la salud, el informe elaborado por la Defensoría Penal Pública (2010) observa que en todas las regiones salvo en Aysén y O'Higgins, las adolescentes tienen acceso a instalaciones primarias de salud. En efecto, los centros privativos de libertad cuentan con una unidad de enfermería atendida habitualmente por un paramédico, sin embargo no están lo suficientemente equipadas para atender situaciones de mayor cuidado, de tal modo que al existir complicaciones mayores en la salud de alguna de las adolescentes, éstas son derivadas al sistema público, pudiendo llegar, incluso al sistema privado dependiendo de la urgencia/necesidad y la demora de la atención pública.

Cabe señalar además que -en general- la garantía de la salud mental está especialmente debilitada respecto de los y las adolescentes privados/as de libertad. En este sentido el mismo informe señala que: “en todos los Centros de administración de Sename se observa una deficiencia respecto al acceso de atención en salud mental” (DPP, 2010, p. 53).

Cabe recordar que entre la población juvenil privada de libertad hay una alta prevalencia de patologías de salud mental, particularmente entre las mujeres adolescentes infractoras.

Sin embargo y a pesar de ello, ninguno de los estudios nacionales entrega indicadores precisos acerca de las diferencias que presenta la población femenina evaluada, lo que parecería motivado para algunos en: “su (escasa) representatividad en la muestra (que motiva dificultades evidentes para la validación)” (Maldonado, 2013). En este sentido apunta el estudio de Rioseco et al. (2009), ya que los investigadores dejan constancia que a la fecha del levantamiento de campo no existían adolescentes de sexo femenino privadas de libertad por razón de delito, mientras que en el estudio de la Fundación Tierra de Esperanza la población de mujeres analizada fue proporcionalmente insignificante en el contexto total de la muestra (ocho en total, siete en Santiago y una en Graneros).

La escasa representatividad constituiría un argumento para no investigar (el problema de ser pocas) a pesar de que los estudios de la Fundación Tierra de Esperanza y el desarrollado por la Universidad Católica dan cuenta de la relevancia de género en esta materia. En este sentido Maldonado (2013) señala:

En concreto, en el estudio de la Universidad Católica se sostiene que las patologías analizadas presentan una mayor prevalencia entre las adolescentes mujeres (aumentando, además, con la edad), mientras que en el estudio de la Fundación Tierra de Esperanza se arriba a idéntica conclusión (a pesar de determinar una prevalencia de patologías anual de 50% -centrada, en exclusiva, en el Centro de Régimen Cerrado de Santiago-), destacándose además que la muestra sólo arroja trastornos ansiosos y afectivos (con preeminencia de los primeros).

En síntesis, el ser *pocas* sigue constituyendo un problema para las adolescentes infractoras, ello es particularmente grave en el caso de las privadas de libertad.

Las niñas y adolescentes constituyen uno de los grupos más vulnerables en la detención, debido a su edad, sexo y su reducido número (las pocas olvidadas en palabras de Ilene Bergsmann<sup>153</sup>).

## **Conclusiones: reflexiones y estrategias para enfrentar la discriminación sexual en el marco de un modelo de responsabilidad**

La Ley n. 20.084 (en adelante LRPA) -vigente desde el 8 de junio de 2007- introduce en Chile un sistema de responsabilidad penal especial para los y las adolescentes mayores de 14 y menores de 18 años, cuyo objetivo primordial era dar una respuesta a la crisis del Sistema de Justicia de Menores que rigió en gran parte del siglo XX y adecuar la legislación a los requerimientos contenidos en la Convención sobre los Derechos del Niño, dejando atrás el paradigma tutelar.

Y si bien ésta (CIDN) ha reconocido a los/as niños/as como sujetos de derechos y regulado un modelo de justicia juvenil, ha presupuesto que las niñas y niños tienen idénticas necesidades. Y esta falsa neutralidad e imparcialidad ha invisibilizado sus problemáticas específicas y ello se ha proyectado en las políticas que han implementado el referido modelo. En efecto, ellas -en general- se mantienen ausentes de la regulación jurídica específica y de los estudios específicos que analizan la delincuencia juvenil. De este modo, podemos

---

153 Véase Bergsmann (1989).



concluir que el sujeto sobre el que se articula el modelo de responsabilidad plasmado en la CIDN, es el menor varón, lo que nuevamente pone en evidencia el carácter particularmente incompleto de la ciudadanía de las menores de edad.

Teniendo presente estas consideraciones, es importante reflexionar sobre algunas estrategias de intervención para enfrentar la discriminación sexual en el marco de un modelo de responsabilidad.

Es decir se requiere un modelo de responsabilidad que cuente con todas las características reconocidas por la CiDN y otros instrumentos internacionales en la materia, pero que además incorpore la perspectiva de género, lo que entre otras cuestiones implica lo siguiente:

a) Reconocer la naturaleza de la discriminación específica que sufren las niñas: la primera cuestión que debe abordar una intervención que pretenda eliminar la desigualdad de género en el ámbito de la justicia juvenil es la de reconocer la naturaleza de la discriminación específica que sufren las niñas y, junto con esto, desarrollar sus derechos desde una perspectiva que tenga en cuenta su identidad de sujetos de derecho. Las niñas se enfrentan a una discriminación estructural la que se manifiesta no sólo en la medida que los tribunales, instituciones y las medidas reproducen dicha estructura sexual, sino que en cuanto sus conductas son juzgadas con parámetros que identifican su identidad sexual femenina con determinados patrones de conducta supuestamente típicos de la feminidad.

b) En el ámbito de la ejecución de medidas, cabe incorporar diversas estrategias:

b.1. Las adolescentes condenadas a penas privativas de libertad, deben contar con una infraestructura específicamente acondicionada para ellas, separada de los varones y mujeres adultas; protocolos de salud (especialmente de salud mental) y en general se requiere revisar las orientaciones técnicas vigente, con el fin de garantizar intervenciones respetuosas de su identidad de sujetos de derechos.

b.2. Deben contar de preferencia con personal femenino, ello no implica la exclusión de personal masculino, especialmente personal técnico como psicólogos, médicos o profesores que desempeñen sus funciones profesionales en instituciones o secciones reservadas para niñas. Asimismo este personal debe estar especialmente capacitado en las necesidades especiales de las niñas y la discriminación estructural a la que están sometidas. Esto es especialmente relevante, ya que a menudo se señala que “es más difícil

trabajar con chicas”, comentario que muestra de qué manera se construyen las relaciones de género en el ámbito de la justicia juvenil.

b.3. Tanto en las intervenciones que se desarrollen en las medidas privativas como no privativas de libertad, es importante reforzar el desarrollo de los derechos de las niñas y una estrategia puede ser la aplicación del concepto de “empoderamiento” de modo que las adolescentes sean reconocidas -no como un grupo “pasivo”- sino como personas que tienen poder para solucionar sus problemas. En la práctica importaría aportar recursos a las jóvenes a partir de los cuales pueden abordar sus necesidades, pero teniendo en cuenta que estas necesidades están definidas por su posición de género. Se trata de construir un proceso dirigido a cambiar la naturaleza de las condiciones de vida de las jóvenes mujeres. Por ejemplo es posible pensar en talleres que entreguen información sobre su sexualidad, que tenga en cuenta el derechos de los y las adolescentes a desarrollar su sexualidad o talleres que las haga conscientes que la baja autoestima de muchas jóvenes refleja la interiorización que muchas mujeres hacen de su situación de desigualdad.

b.4. Se deben tener presente todas las disposiciones de las Reglas de Bangkok<sup>154</sup>, especialmente las que regulan la situación de las menores de edad (Reglas 36 a 39).

Por último, más allá de la estructura de género en el ámbito de la justicia juvenil, creemos que es imprescindible reconocer que sigue implicando una contradicción la utilización de determinados instrumentos penales y la defensa de los derechos de los y las menores de edad. Partiendo de esta idea es necesario reducir al máximo la intervención de la justicia penal juvenil y desarrollar los derechos de los/as menores en todos aquellos ámbitos que les son propios. La protección de la infancia y el desarrollo de las libertades y los derechos de los/as menores debe fomentarse fuera del derecho penal juvenil, el derecho penal juvenil debe jugar un papel de no vulneración de dichos derechos. Es decir, no aumentar el daño social que la infracción del menor haya producido, y todo esto teniendo en cuenta que el derecho penal juvenil no puede aumentar la desigualdad de género que sufren los/as menores en todas nuestras sociedades.

---

154 Reglas de las Naciones Unidas para el tratamiento de las reclusas y medidas no privativas de la libertad para las mujeres delincuentes, también conocidas como las Reglas de Bangkok, aprobadas por Resolución 65/229 de 21 de diciembre de 2010.

## Referencias

AAVV (1995). *Presó i dona*. Barcelona: Editado por el Grup Dona i Presó.

Aedo, M. (2014). *Las adolescentes y el sistema penal: cuando la invisibilización tiene género*. Tesis (doctorado). Universidad Autónoma de Barcelona: Barcelona.

Aedo, M. & Collell, A. (2017). Las adolescentes infractoras y el sistema de responsabilidad penal adolescente en Chile: el problema de las pocas olvidadas. En Andrade, A. P. & Machado, B. A. (Coords.) *Justiça Juvenil: Paradigmas e experiencias comparadas*. São Paulo: Marcial Pons.

Antony, C. (2005). *Estudio sobre violencia de género: Mujeres transgresoras*. Ciudad de Panamá: Instituto de la Mujer de la Universidad de Panamá.

Asociación para la Prevenxión de la Tortura y Reforma Penal Internacional (APT) (2013). *Mujeres privadas de libertad: una guía para el monitoreo con perspectiva de género*. Consultado en: [http://www.apt.ch/content/files\\_res/women-in-detention-es.pdf](http://www.apt.ch/content/files_res/women-in-detention-es.pdf)

Baratta, A. (1999). Infancia y democracia. En García Mendez & Bellof (Comps.). *Infancia, ley y democracia: Análisis crítico del panorama legislativo en el marco de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño*. (pp. 31-68). Bogotá-Buenos Aires: Temis - Depalma.

Belenko, S. et al. (2009) Detecting, prevention, and treating sexually transmitted diseases among adolescent arrestees: An unmet public health need. *American Journal of Public Health*, 99(6), jun. Consultado en: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2679796/pdf/1032.pdf>

Beloff, M. (2007). Los nuevos sistemas de justicia juvenil en América Latina (1989-2006). *Justicia y Derechos del Niño, Revista Unicef*, 9, 177-217.

Beloff, M. (2008). Reforma legal y derechos económicos y sociales de los niños: las paradojas de la ciudadanía. En Sarmento, D., Ikawa, D. & Piovesan, F. (Coord.). *Igualdade, diferença e direitos humanos*. (pp. 887-910). São Paulo: Lumen Juris.

Beloff, M. (2011). La traducción latinoamericana de la Convención sobre Derechos del Niño. En Flah, L. (Coord.). *Los desafíos del derecho de familia en el siglo XXI: Derechos humanos, bioética, relaciones familiares, problemáticas infanto-juveniles: Homenaje a la Dra. Nelly Minyersky*. (pp. 17-38). Buenos Aires: ERREPAR.

Bergsmann, I. R. (1989). The forgotten few: Juvenile female offenders. *Federal Probation*, 53(1), 73-78.

Bernúz, M. J. (2008). La gestión de la delincuencia juvenil como riesgo. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, 10(13), 13:1-13:20.

Berrios, G. (2011). La ley de responsabilidad penal adolescente como sistema de justicia: análisis y propuestas. *Revista Política Criminal*, 6(11): 163-191.

Bodelón, E. (2003). Género y sistema penal: los derechos de las mujeres en el sistema penal. En Bergalli, R. (Coord.). *Sistema penal y problemas sociales*. (pp. 451-486. Valencia: Editorial Tirant lo Blanch Alternativa.

Bodelón, E. & Aedo, M. (2015). Las niñas en el sistema de justicia penal. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, 49, 219-236.

Bourdieu, P. (2015). *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama.

Cámara de Diputados Chile (2015). *Evaluación de la ley n. 20.084: Que establece un sistema de responsabilidad de los adolescentes por infracciones a la ley penal*. Consultado en: [http://www.evaluaciondelaley.cl/foro\\_ciudadano/site/artic/20150406/asocfile/20150406123747/informe\\_ejecutivo\\_20\\_084conportada.pdf](http://www.evaluaciondelaley.cl/foro_ciudadano/site/artic/20150406/asocfile/20150406123747/informe_ejecutivo_20_084conportada.pdf)

Campelli, E., Faccioli, F., Giordano, V. & Pitch, T. (1992). *Donne in carcere*. Milano: Feltrinelli.

Carlen, P. (1983). *Women's imprisonment*. Boston: Routledge and Kegan Paul.

Carlen, P. (Ed.) (1985). *Criminal women: Autobiographical accounts*. Cambridge: Polity Press.

Chesney-Lind, M. & Shelden, R. G. (2004). *Girls, Delinquency, and juvenile justice*. United Kingdom: Wadsworth Publishing.

Cillero, M. (1994). Evolución histórica de la consideración jurídica de la infancia y adolescencia en Chile. En Pilotti, F. (Coord.). *Infancia en riesgo social y políticas sociales en Chile: Desarrollo y perspectivas del servicio nacional de menores y su relación con las políticas sociales, la sociedad civil y el marco jurídico*. (pp. 75-138). Montevideo: Instituto Interamericano del Niño.

Cillero, M. (2006). Comentarios de la Ley de responsabilidad penal de adolescentes. *Justicia y Derechos del Niño, UNICEF*, 8, 105-112.

Cortés, J. (2009). La ley de responsabilidad penal de adolescentes dentro de las transformaciones de largo plazo en el ámbito del control social punitivo. *Revista El Observador*, 5, Edición Especial, diciembre.

Couso, J. (2009). La política criminal para adolescentes y la Ley 20.084. *Justicia y Derechos del Niño, UNICEF*, 11, 213-245.

Defensoría Penal Pública (DPP) (2010). *Barreras de género en materia de mujeres adolescentes, en especial de las privadas de libertad*. Documento de Trabajo n. 21. Santiago de Chile: Unidad de Defensa Penal Juvenil.

Duce, M. (2010). El derecho a un juzgamiento especializado de los jóvenes infractores en el nuevo proceso juvenil chileno. *Revista Política Criminal*, 5(11), 280-340.

Eaton, M. (1986). *Justice for women? Family, court and social control*. Londres: Open University Press.

Facio, A. (1992). *Cuando el género suena cambios trae (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal)*. San José de Costa Rica: Ilanud.

Fuentealba, T. (2013). *Factores que inciden en la reincidencia de los/as adolescentes infratores/as de ley penal*. Memoria de finalización de curso en Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile.

Llord, A. (1995). *Doubly deviant, doubly dammed: Society's treatment of violent women*. Harmondsworth: Penguin Books.

Maldonado, F. (2013). Prevalencia de patologías de salud mental en la población adolescente privada de libertad: experiencias nacionales y comparadas. *Revista Ius et Praxis, Universidad de Talca*, Año 19, 1, 329-362.

Meis Knupfer, A. (2001). *Reform and resistance: Gender, delinquency, and America's first juvenile court*. New York: Routledge.

Ministerio de Justicia y Derechos Humanos (MJDH) (2018). *Comisión Interinstitucional de Supervisión de Centros Privativos de Libertad*. Consultado en: <http://dosvias.minjusticia.gob.cl/cisc-rpa/>

Narotzky, S. (1995). *Mujer, mujeres y género*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Office of the Juvenile Defender (2012). *Representing girls in the juvenile justice system*. Consultado en: <http://www.ncids.org/JuvenileDefender/Guides/RepresentingGirls.pdf>

Oliva, A. (2005). Debates sobre el género. En Amorós, C. & de Miguel, A. (Coords.). *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización: De los debates sobre el género al multiculturalismo*. (vol. 3, pp. 13-60). Madrid: Minerva Ediciones.

Osborne, R. (1993). *La construcción sexual de la realidad*. Madrid: Cátedra.

Pasko, L. (2010). Damaged daughters: The history of girls sexuality and the juvenile justice system. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, 100(3), 1099-1130. Northwestern University, School of Law.

Rioseco, P., Vicente, B., Saldivia, S., Cova, F., Melipillán, R. & Rubi, P. (2009). Prevalencia de trastornos psiquiátricos en adolescentes infractores de ley. Estudio caso-control. *Revista Chilena de Neurología y Psiquiatría*, 47(3), 195-196.

Rivera, M. (1994). *Nombrar el mundo en femenino*. Barcelona: Icaria.

Rubio, A. (2008). La igualdad de género: Los derechos de las niñas. En Mestre, R. (Coord.). *Mujeres, derechos y ciudadanías*. (pp. 245-285). Valencia: Tirant lo Blanch.

Scott, J. (1996). El género: Una categoría útil para el análisis histórico. En Lamas, M. (Comp.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. (pp. 265-302). México: PUEG.

SENAME (2011). *Orientaciones técnicas para la intervención*. Centros de cumplimiento de condena. Régimen cerrado con programa de reinserción social. Consultado en: [http://www.sename.cl/wsename/otros/orientaciones\\_tecnicas\\_para\\_intervencion\\_centros\\_cerrados\\_2011.pdf](http://www.sename.cl/wsename/otros/orientaciones_tecnicas_para_intervencion_centros_cerrados_2011.pdf)

Sherman, F. & Levick, M. (2003). When individual differences demand equal treatment: An equal rights approach to the special needs of girls in the juvenile justice system. *Wisconsin Women's Law Journal*, 18(1), 9-50.

Shufelt, J. & Coccozza, J. (2006). *Youth with mental health disorders in the juvenile justice system: results from a multi*. Estate Prevalence study. Research and Program Brief del National Center for Mental Health and Juvenile Justice. Consultado en: [http://www.unicef.org/tdad/usmentalhealthprevalence06\(3\).pdf](http://www.unicef.org/tdad/usmentalhealthprevalence06(3).pdf)

Smart, C. (1976). *Women, crime and criminology: A feminist critique*. Boston: Routledge & Kegan Paul.

Smart, C. (1994). El derecho como una estrategia creadora de género. En Larrauri, E. (Comp.). *Mujeres, derecho penal y criminología*. Madrid: Editorial Siglo XXI.

Subsecretaría de la Prevención del Delito e Isónoma. Consultorías Sociales (2016). *Estudio de género y factores de riesgo socio delictual en el Programa de Atención Integral Familiar 24 horas*. Subsecretaría de la Prevención del Delito, Ministerio del Interior y Seguridad Pública, Gobierno de Chile. Consultado en: [http://www.seguridadpublica.gov.cl/media/2015/04/Informe-FinalEstudioG%C3%A9nero-PAIF-24-horas\\_VCF\\_12Abril-1.pdf](http://www.seguridadpublica.gov.cl/media/2015/04/Informe-FinalEstudioG%C3%A9nero-PAIF-24-horas_VCF_12Abril-1.pdf)

United Nations Children's Fund (UNICEF) (2011). *Guidance for legislative reform on juvenile justice*. Unicef, New York. Consultado en: [http://www.unicef.org/policyanalysis/files/Juvenile\\_justice\\_16052011\\_final.pdf](http://www.unicef.org/policyanalysis/files/Juvenile_justice_16052011_final.pdf)

United States (2006). *Custody and Control: Conditions of Confinement in New York's Juvenile Prison for Girls*. Consultado en: <https://www.hrw.org/report/2006/09/24/custody-and-control/conditions-confinement-new-yorks-juvenile-prisons-gi>

Worrall, A. (1990). *Offending women: Female lawbreakers and the criminal justice system*. New York: Routledge.



# Tecnologías de Género y Sistemas Penales Juveniles: Aportes a la Reflexión en un Contexto de Medidas no Privativas de Libertad

Laura López-Gallego  
Cecilia Montes-Maldonado

## Introducción

En el siguiente artículo nos proponemos mostrar las formas que van tomando las tecnologías del género (De Lauretis, 1989) en un ámbito muy específico del Sistema Penal Juvenil Uruguayo (SPJU), el de la ejecución estatal de las Medidas Judiciales No Privativas de Libertad (MNPL) dictadas por los Juzgados Letrados de Adolescentes. Los aportes de las criminologías feministas son fundamentales para comprender estas relaciones, dado que entienden el derecho y en especial a los Sistemas Penales como constructores de género. Investigadoras en el campo de las criminologías feministas (Birgin, 2000a, 2000b, Smart, 2000, Bodelón, 2003, Pitch, 2003, Carlen & Worrall, 2004) explican de qué manera el derecho opera como tecnología/estrategia privilegiada en la construcción de los sistemas sexo-género.

Los posicionamientos feministas en relación con la noción de género intentan politizar la cuestión, a modo de combatir los determinismos biológicos que generan sometimiento en las mujeres, es decir como límite al sexo. Butler (1990, 2001) cuestiona la continuidad entre el sexo y el género. El género es teorizado en términos de performance, y la distinción sexo-género se configura en un contexto de relaciones de poder que producen el efecto de un *sexo prediscursivo*. Es decir, este dualismo biología-cultura será una expresión de una lógica binaria que ordena jerárquicamente.

En este sentido, consideramos al género como una forma de hacer, una actividad performativa, “una práctica de improvisación en un escenario constrictivo. Además, el género propio no se *hace* en soledad. Siempre se está *haciendo* con otro o para otro, aunque el otro sea sólo imaginario” (Butler, 2006,

p. 13). Una noción de género que no está estrechamente ligada a la diferencia sexual, para poder pensarla como producto de varias tecnologías sociales, donde los dispositivos propuestos por los Sistemas Penales Juveniles serán uno de los espacios elegidos de análisis. Entendemos al sistema sexo-género como “una construcción sociocultural, como un aparato semiótico, un sistema de representación que asigna significado (identidad, valor, prestigio, ubicación en la jerarquía social, etc.) a los individuos en la sociedad” (De Lauretis, 1989, p. 11).

En este escenario, tramado por los sistemas sexo-género, podemos ver cómo se pone en juego la perspectiva de Vianna (2010), quien muestra que entre adultos y menores -en este caso, adolescentes mujeres- existe una desigualdad jurídica que se convierte en eje vital y a partir de la cual se hace posible en escena el despliegue de otras desigualdades y discriminaciones.

El planteo de la autora muestra cómo los efectos de una relación tutelar específica -la ejecución de una MNPL- se da en el interjuego de dos actores: por un lado, los/as sujetos en situación de minoridad y, además, infractores, en nuestro caso; y por el otro, aquellos encargados de representar al Estado. Nos interesa aquí mostrar la perspectiva de la autora, que explica cómo las legalidades (el discurso de los derechos) son convertidas en moralidad en el momento en que el “lenguaje moral atraviesa los derechos” (Vianna, 2010, p. 12) y los mismos aparecen como espacios de contienda. Explica cómo su condición de menor de 18 años lo coloca en una relación de asimetría, de dominación-dependencia de personas o instituciones y en este sentido se construye el lugar del tutor/a o autoridad para poder *protegerlo/as*.

Este escenario de asimetría se entremezcla con el discurso de los derechos y sus implicaciones. Fonseca y Cardarello (2005, p. 8) afirman la existencia de una retórica sobre los derechos del niño que se erige sobre la existencia de múltiples discursos sociales (agentes estatales, medios de comunicación, ONG) y advierten que

los derechos humanos, de forma abstracta y descontextualizada poco significan. Cómo esta noción es traducida en la práctica -y sus consecuencias particulares- depende de relaciones de poder forjadas en contextos históricos específicos y expresadas en categorías semánticas precisas.

En el marco de esta relación tutelar nos interesa visualizar específicamente cómo por medio de determinados discursos viabilizados a través de intervenciones técnicas se atenta contra los procesos de autonomía

de las adolescentes generando círculos de dependencia institucional. Una circularidad en el sentido de mantener cierta continuidad entre la pobreza, el asistencialismo y el tránsito por las instituciones. Y también cómo los sistemas sexo-género operan construyendo intervenciones técnicas generizadas (Haney, 2002) y cargadas de concepciones moralizantes (Hernández, 2013, Fassin, 2016) dirigidas a las adolescentes mujeres.

El artículo comienza con la introducción y explicitación de su alcance; luego se detalla en el punto 1 los aportes teóricos a partir de Aportes de la criminologías feministas: Acerca de los sistemas penales como tecnologías de género y el punto 2 la Tutela versus autonomía. Acerca de la hibridación de paradigmas. El punto 3 recoge la Estrategia metodológica del estudio realizado. En el punto 4, discutimos un caso particular, Elisa, con el fin de generar una escritura encarnada (Billig, 1994) que pueda articular la teoría con la práctica para analizar las MNPL. Y finalmente culminamos con algunas Consideraciones finales.

## **1. Aportes de las criminologías feministas: acerca de los sistemas penales como tecnologías de género**

El desarrollo de la criminología es amplio y extenso. Nos centramos aquí en los aportes de las criminologías feministas y la integración de los estudios de género (Smart, 2000, Almeda, 2002, Pitch, 2003, Carlen & Worrall, 2004, Bodelón & Aedo, 2015). Los desarrollos feministas en el marco de las criminologías explican de qué manera el derecho opera como tecnología privilegiada en la construcción de los sistemas sexo-género.

El derecho como universo simbólico plagado de sentidos y significados tiene un alcance normativo que se relaciona con la concreción de diversas prácticas sociales. Carol Smart (2000) categoriza al derecho en tres esferas: la primera, afirma que la ley escrita puede ser interpretada de modos diversos; la segunda, se refiere a los diversos modos de utilizar la ley escrita por parte de los agentes legales en sus prácticas cotidianas -práctica del derecho-; y, finalmente, afirma que el *derecho crea subjetividades* a partir de algo más que la suma de estas esferas.

Pensando conjuntamente con autoras como Judith Butler y Carol Smart, visualizamos que el *derecho* opera también como una modalidad de *sexuación*. Aporta a construir el género definiendo conjuntamente el sexo y, además, atribuye a este género-sexo una sexualidad. En este sentido, por medio del *derecho* se construye a las *mujeres*, en términos de falta, sometimiento y dependencia.

(...) como si el género-sexo masculino y la sexualidad que le acompaña fuesen obvios, es decir, normales, en el sentido justamente de ser la norma, el estándar de referencia; y que hoy, esta construcción resulta quebrada, no unívoca, tal vez autocontradictoria, en cualquier caso sometida a negociaciones y a interpretaciones contradictorias (Pitch, 2003, p. 287).

Fries y Matus (2000, p. 6) a partir de su análisis muestran la relación entre el rol simbólico del derecho y su lugar en la construcción del género, afirmando que gracias al mismo se afianzan relaciones de dominación para las mujeres que, además de invisibilizarlas, las postula como objetos del derecho. Históricamente, el lugar reservado en el derecho para las mujeres las mantiene en la esfera privada y su rol en la maternidad biológica. El derecho "... vehiculiza una concepción de la sociedad estructurada sobre la base de las desigualdades de género y a partir de esferas de acción diferenciadas (público-privado), mantiene el ejercicio del poder en el varón".

Para afirmar que el derecho tiene género, Smart (2000) articula tres etapas. Estas no tienen que ver con un recorrido lineal temporal sino que funcionan de modo explicativo.

a) La primera etapa muestra cómo el derecho es sexista y cómo las mujeres reciben un tratamiento diferencial a partir de algunos estándares que se postulan sobre la diferencia sexual. De esta manera son ubicadas en un lugar de desventaja frente a los varones. Para ejemplificar se puede mostrar cómo la promiscuidad sexual se entiende y penaliza de modo diferente para mujeres o varones.

b) En la segunda etapa habla que el derecho es masculino, apoyándose en la idea de la mayor cantidad numérica de operadores jurídicos varones. Las definiciones legales aparecen con valoraciones masculinizadas en términos socio-culturales como pueden ser la universalidad, objetividad y neutralidad. Las dificultades en relación a la afirmación de que el derecho es masculino, están vinculadas a entender al derecho como una unidad homogénea de prácticas y discursos, sin tener en cuenta las controversias que habitan las teorías legales. Asimismo, la categoría de varones también se visualiza unitariamente, asimilada a valores objetivos

y universales, como si los sistemas legales trataran a todos los varones de la misma manera, sin tomar en cuenta otras categorías de análisis como pueden ser el nivel socio-económico, raza, edad, entre otras.

c) La última etapa muestra que el derecho tiene género. En función de esta afirmación pensamos el derecho como tecnología de género, a partir de su potencial creador y recreador de identidades generizadas. Con este argumento se observan los procedimientos que funcionan en los sistemas jurídicos y contribuyen al afianzamiento del género relacionado con sistemas rígidos de significación.

Desde esta perspectiva, reflexionamos en torno a los sistemas penales juveniles como tecnologías de género que producen y fijan significados relacionados con la diferenciación de género. De qué maneras funciona esto en el ámbito especial de la Justicia Penal Juvenil Uruguaya y específicamente en la aplicación de las medidas no privativas de libertad, es parte de la propuesta de este trabajo.

## **2. Tutela *versus* autonomía: acerca de la hibridación de paradigmas**

El siglo XX ha sido considerado por muchos como el siglo de los niños (Fessler, 2008). Nos preguntamos qué implicaciones tuvo para niños, niñas y adolescentes (en adelante, NNA) lograr estar en el centro y en la discusión de algunas cuestiones legales como, por ejemplo, la creación, por primera vez en la historia, de los Tribunales de Menores.

Donzelot (2008) teoriza acerca del complejo tutelar, cuyo objetivo es la patologización de la infancia y que se compone de una serie de saberes psiquiátricos, psicoanalíticos y sociológicos que construyen a esos niños en peligro de convertirse en peligrosos, doble registro que por momentos funciona de forma intercambiable. La infancia en peligro porque no tuvo las condiciones óptimas de crianza y educación; y la infancia peligrosa, vinculada a la delincuencia. En estos marcos de comprensión, la función de los nuevos Tribunales de Menores tiene que ver con examinar las personas, los menores, más que los hechos delictivos.

Estas reformas jurídicas estuvieron influenciadas por el positivismo reinante de esa época, con una fuerte incidencia de la medicalización de los problemas sociales. Niño/a, maleable, en falta, frágil, necesitado de tutela y

el delito como un síntoma de un estado de peligro. En ese entramado social surge la categoría de menor como una posibilidad de preservar las palabras *niño* y *niña*, y como una posibilidad de establecer clasificaciones operativas en la infancia y adolescencia. La categoría *menor* será una subcategoría de la infancia que hace referencia a aquellos productos excedentes de la misma que requieren de la intervención tutelar. En un principio, esta categoría se vinculó al tránsito por la educación formal, la escuela; pero luego amplió sus sentidos e incluyó a otros sujetos vulnerados en función de su situación económica, familiar, racial, de género, entre otras cosas. La niñez marginada del sistema escolar se transforma en sinónimo de peligro, abandono moral y/o infracción a la ley penal (Leopold, 2014).

Estas legalidades, enmarcadas en determinadas economías morales (Fassin, 2016) y, por tanto, concepciones de infancia y adolescencia configuran el modelo *proteccionista-salvacionista* comprendido en la llamada *Doctrina de la Situación Irregular*. Modelo hegemónico en el control socio-penal de la infancia-adolescencia hasta entrada la década del 1960 (García Méndez, 1991). En Uruguay, este modelo se operacionaliza jurídicamente en el Código del Niño del año 1934 (Ley n. 9.342, 1934). La sentencia indeterminada, la indiferenciación entre abandono y delito, el “juez como buen padre de familia”, la discrecionalidad en todas las fases del proceso y los técnicos profesionales como expertos en temas de infancia y adolescencia serán algunas de las características a resaltar.

Estos preceptos que trastocan las lógicas clásicas del derecho penal -carácter retributivo de la pena, posibilidad de discernimiento acerca de las consecuencias de sus actos, la tipicidad de la conducta, el principio de legalidad- conforman, al decir de García Méndez (1994), un nuevo pacto de caballeros entre las corporaciones médicas y juristas, donde la protección se asocia indisolublemente a la incapacidad. De esta manera, los/las menores serían considerados sujetos débiles para quienes la protección no es un derecho sino una imposición (López-Gallego, 2017, p. 112-113).

Ahora bien, el siglo de los niños determina algunas singularidades cuando se trata de niñas y adolescentes mujeres. En un país como Uruguay, que se declara laico desde comienzos del siglo XX, los sistemas penales que tratan con mujeres siguen vinculados a las instituciones religiosas hasta finales de siglo. Creemos que el modelo tutelar impondrá a sus menores mujeres un plus de castigo y control vinculado a la religiosidad y a esta

cuestión intercambiable entre delito y pecado. El establecimiento de *casas correccionales* en Latinoamérica se da de la mano de la Congregación del Buen Pastor, tramando un modelo conventual y de claustro para el abordaje de las *mujeres desviadas*. La preparación de las mujeres para la vida doméstica y/o la servidumbre, a través de la desvinculación de las niñas del contexto familiar y la atribución de potencial delito a la pobreza, la vagancia y/o el abandono serán los puntos claves de las intervenciones judiciales (Aguirre, 2008; Juliano, 2009, Galeotti-Galmés, 2013).

Cuerpo, sexualidad y religión, una tríada que comporta algunos sometimientos para las adolescentes mujeres. El abordaje tutelar tramado con lo religioso se configura a través de la aplicación de castigos físicos y psíquicos relacionados con el cuerpo, en especial a la sexualidad de estas adolescentes, así como también a través de una rígida disciplina que incluye el pecado en su repertorio de sentidos y las amenazas de castigos en el más allá (López-Gallego, Galeotti-Galmés & Montes-Maldonado, 2018).

Pude comprobar que la influencia del Buen Pastor era perjudicial hasta para las menores que no ingresaban en él, ya que la amenaza de ese ingreso era usada corrientemente como medida disciplinaria, creando en las adolescentes un estado de angustia por lo datos que ofrecían las menores que habían estado allí internadas (sorprendí conversaciones sobre la existencia de calabozos, sobre normas de silencio y de oración, sobre castigos corporales, informaciones que eran comentadas y exagerados por la exaltada imaginación de las adolescentes). En una visita que realicé a una menor que había sido trasladada al Buen Pastor pude comprobar el ambiente de rigurosa disciplina existente en ese establecimiento (Reyes, 1989, p. 23).

Sin duda que la intervención de la Orden del Buen Pastor potencia el discurso tutelar del momento, articulando una tecnología focalizada en la reforma moral, la imposición de los modelos femeninos de la mujer-madre, mujer-ama de casa y mujer-servidumbre doméstica y la fuerte disciplina que recae en el cuerpo de las niñas y adolescentes.

Las narrativas acerca de este pasado nos permiten pensar algunas líneas analíticas en relación con las prácticas actuales, el cuerpo y la sexualidad de las adolescentes parecen continuar operando como clave de la intervención penal y ser un pasaje obligado para pensar en términos de autonomía. Penalidades de sexo-cuerpo-género.

Pitch (2003) entabla una relación estrecha entre la autonomía y el cuerpo de las mujeres, en el entendido que las posibilidades y formas que toma la autonomía está vinculada a las modalidades y libertades que pueden pensarse en relación con el cuerpo de las mujeres, cuerpo que ha sido históricamente considerado como objeto para otros y ha ocupado lugares de sometimiento en diversas prácticas médicas, jurídicas, religiosas, entre otras.

Entonces, nos preguntamos por el cómo y el qué de los procesos de autonomía en los sistemas penales juveniles en un contexto de tensión con un paradigma de protección integral, procesos que están tramados por el sistema sexo-género y por una trama tutelar histórica que aún hoy cobra relevancia. Mujeres, menores que son consideradas y tratadas en función de aquello que no tienen, que están en falta y/o pecado, y que requieren de otros que se lo proporcionen con el objetivo prioritario de recuperar la domesticidad perdida (Almeda, 2002).

Por su parte, la Convención Internacional de los Derechos del Niño (CIDN) de 1989, ratificada en Uruguay en el año 1990 a través de la Ley 16.137 (Ley n. 16.137, 1990), configura la primera norma internacional obligatoria que asume la Doctrina de la Protección Integral.

Esta nueva definición marca un nuevo enfoque y una tensión entre el paradigma tutelar que postulaba a los/as NNA como menores u objetos de tutela al paradigma de derechos que los postula como sujetos activos de derechos (Salomone, 2013).

Así, la noción de autonomía progresiva se basa en el artículo 5 de la CIDN que dice:

Los Estados Partes respetarán las responsabilidades, los derechos y los deberes de los padres o, en su caso, de los miembros de la familia ampliada o de la comunidad, según establezca la costumbre local, de los tutores u otras personas encargadas legalmente del niño de impartirle, en consonancia con la evolución de sus facultades, dirección y orientación apropiadas para que el niño ejerza los derechos reconocidos en la presente Convención.

Este artículo jurídico abre paso a la centralidad de la noción de autonomía pero la misma conlleva un amplio debate respecto a sus alcances. Se puede afirmar que, por un lado, los/as NNA son portadores de derechos, pero no gozan de una autonomía absoluta, sino que la misma se ve modelada en función del desarrollo y maduración de sus capacidades. Este punto se torna



clave a la hora de definir niveles de autonomía y la discusión tiene que ver con los criterios para esta evaluación.

Etimológicamente autonomía procede de autos, por sí mismo, nomos, regla/norma, e ía, acción o cualidad; es decir, *la regla por sí mismo o la propia norma*. En sus análisis acerca de la noción de autonomía, Castoriadis (1975/1983) plantea que el problema de la autonomía tiene que ver con el problema del sujeto y su relación con el otro, donde el otro es parte constitutiva. Es así que la autonomía tendrá un carácter intersubjetivo, como materialidad de los social, la propia norma se construye con otros y otras. Las posibilidades de desarrollo de la autonomía se relacionan fuertemente para los/as NNA con sus contextos familiares, comunitarios e institucionales y los grados de autonomía y maneras en las que se pueda acceder a la misma dependen directamente de este contexto (Hernández, 1993).

A lo que agregaremos que la autonomía estará fuertemente tramada por los sistemas sexo-género en los sistemas penales juveniles.

### **3. Estrategias metodológicas**

El estudio que llevamos adelante sigue los postulados de las metodologías cualitativas (Denzin & Lincoln, 2003) para contribuir a comprender los sentidos producidos sobre las adolescentes mujeres que transitan por las medidas no privativas de libertad (MNPL) en Uruguay en el contexto institucional estatal que las lleva adelante, el Programa de Medidas no Privativas de Libertad y Mediación (PROMESEM), localizado en Montevideo. El Sistema Penal Juvenil Uruguayo (SPJU) se compone de dos órbitas para la ejecución de las MNPL con adolescentes mujeres:

a- El ámbito estatal donde a través de PROMESEM se centraliza toda la ejecución de MNPL para la ciudad-capital de Montevideo.

b- El ámbito de la sociedad civil organizada (Organizaciones No Gubernamentales), que brinda servicios en algunos departamentos del Uruguay.

En la estrategia metodológica dividimos las actividades en dos fases. Una primera fase de familiarización y acceso institucional, para la cual realizamos entrevistas con autoridades institucionales del Instituto Nacional de Inclusión Social Adolescente (INISA) y del PROMESEM, y se realizaron coordinaciones

para poder acceder al espacio institucional y se discutieron las condiciones. Para esto mantuvimos entrevistas con la dirección de investigación de INISA, la Comisión directiva de INISA y el equipo de dirección de PROMESEM.

La investigación sigue los procedimientos éticos estipulados para la investigación con seres humanos y cuenta con el aval del Comité de Ética de la Facultad de Psicología (Universidad de la República).

En la segunda fase realizamos el trabajo de campo etnográfico (Guber, 2001) a través de actividades como el acompañamiento en el tránsito por la medida judicial no privativa de libertad de cuatro adolescentes mujeres (acompañamiento etnográfico), análisis de legajos de estas cuatro adolescentes, observación etnográfica y registro de todas estas actividades en dos diarios de campo.

**Tabla 1 - Corpus de análisis**

Actividades de Familiarización institucional				
Acompañamiento Etnográfico	Observación o etnográfica (lugares)	Entrevistas preliminares y reuniones de coordinación	Análisis de documentos	Registro en diario de campo
*los estudiantes trabajaron con 10 adolescentes (2 mujeres y 8 varones)	Sala de espera, oficinas, consultorios, sala de talleres, entrada a la institución	-Dirección y subdirección -Miembros de equipo técnico (Psicología, Trabajo Social, Educadores/as)	-Documentos institucionales -Documentos de uso interno (pautas de trabajo, pautas de redacción de informes)	impresiones, reflexiones, articulación teórica (2 diarios de campo)
Técnicas de producción de información implementadas				
Acompañamiento Etnográfico	Observación etnográfica (lugares)	Talleres de discusión	Análisis de legajos/registro de intervenciones	Registro en diario de campo
4 adolescentes mujeres (durante todo el cumplimiento de la medida socioeducativa)	Sala de espera, oficinas, consultorios, sala de talleres, entrada a la institución	2	4 (legajos correspondientes a las 4 adolescentes)	impresiones, reflexiones, articulación teórica (2 diarios de campo)
Fuente: Elaboración propia.				

A través del enfoque etnográfico (Hammersley & Atkinson, 1994) participamos en la vida cotidiana de la institución con el fin de profundizar en los itinerarios institucionales de las adolescentes mujeres en relación con el

cumplimiento de la medida judicial impuesta, durante aproximadamente un año de funcionamiento del programa.

Desde este punto de vista nos orientan los principios de la etnografía, mediante los cuales enfatizamos en la reflexividad y la plasticidad para realizar modificaciones en el trabajo de campo, en la presencia prolongada en el contexto y en la observación etnográfica (Guber, 2001, Geertz, 1973). Desde este enfoque tenemos la oportunidad de acercarnos al fenómeno a través de la propia perspectiva de las investigadoras en interacción con los/as agentes. Así adquiere un lugar central la observación participante en el proceso, posibilitando la descripción densa (Geertz, 1973).

La descripción densa y su registro en el diario de campo es una práctica analítica para describir la trama y densidad teórica de los sentidos que las diversas personas le asignan a los procesos estudiados; en este caso, el tránsito de las adolescentes mujeres por una MNPL en PROMESEM.

Desde un posicionamiento orientado por la perspectiva del conocimiento situado (Haraway, 1995) y a través del análisis de nuestra reflexividad (Sisto, 2008, López-Gallego, 2014) nos integramos al contexto de investigación donde la producción de conocimiento se produce a través del encuentro de diálogo y transformación.

El registro en el diario de campo se realiza mediante notas de campo descriptivas, notas detalladas de las observaciones, impresiones, relatos y el escenario de la investigación. Dichas notas se caracterizan por ser descriptivas, concretas y detalladas, y recogen percepciones sobre el significado de las situaciones, interpretaciones, conexiones teóricas, vivencias y reflexiones sobre las observaciones e interacciones (Patton, 2002, Guber, 2013).

Nuestro diario de campo conlleva una particularidad, de modo que lo llamamos *diario de campo ampliado*, así que funciona de espacio para la escritura narrativa que articula vivencias, descripciones, observaciones e interpretaciones de modo reflexivo. En la línea del planteo de Guber (2009) por el cual demuestra que nuestra principal herramienta para investigar somos nosotros/as mismos/as. La capacidad reflexiva y el ejercicio de registro hacen del diario de campo ampliado un lugar donde comienzan a tejerse las líneas de análisis y la descripción densa del problema.

El proceso de acompañamiento etnográfico lo realizamos con cuatro adolescentes mujeres de entre 15 y 17 años que se encontraban cumpliendo las MNPL de libertad asistida y orientación y apoyo. En el presente artículo presentamos un relato que corresponde al tránsito por la medida judicial por una de ellas. Construimos el relato a partir de la información recogida de las observaciones, la lectura de su legajo, el diario de campo y el proceso de acompañamiento realizado.

Detallamos, por medio de la Tabla 2, información respecto a las adolescentes acompañadas y algunas de las características que hacen a su paso por el SPJU y los objetivos de nuestro análisis.

**Tabla 2 - Características de las adolescentes**

Adolescente:	1 Jenifer	2 Florencia	3 C	4 E
Edad	15	17	17	
Tipo de medida	Libertad asistida	Orientación y apoyo		
Tiempo de la medida	6 meses	2 meses	3 meses	2 meses
Delito	Infracción grave, delito de atentado	Hurto especialmente agravado		Tentativa de hurto
Observaciones	durante el transcurso de la medida comete otro delito y pasa unos días en CIAF. Luego le amplían los meses de la medida de libertad asistida		Anteriormente cumplió medida privativa de libertad	
Fuente: Elaboración propia.				

#### **4. Elisa**

Elisa tiene 16 años y se encuentra cumpliendo una medida de libertad asistida por el término de 60 días. La procesan por la infracción de tentativa de hurto cuando junto a una amiga intenta robar un objeto menor que se encontraba dentro de un auto y rompen el vidrio del mismo para alcanzarlo. Rápidamente el dueño del auto las ve, alerta a la policía y ellas son capturadas inmediatamente.

Kessler (2004) trabaja la noción de amateurismo para referirse a los delitos de los/as adolescentes. Esta noción sirve para describir aquello que nos relata Elisa, una racionalidad de corto plazo que no anticipa las consecuencias de los actos y que está marcada por una lógica de la provisión inmediata. Por otra parte, la lógica de la provisión, caracterizada por la inmediatez e impulsividad de la acción, pone en cuestión los fundamentos teóricos de gran parte de las políticas criminales, basadas en un sujeto racional y masculino que puede prever los costos de sus acciones delictivas. “Un obstáculo central para la realización de un cálculo racional es la limitación del horizonte temporal imaginario. Para sopesar de antemano las consecuencias de las eventuales acciones, se requiere vislumbrar un tiempo más allá de la acción misma cuyo costo-beneficio se está evaluando” (Kessler, 2008, p. 240). Esto sucede en el barrio en el que viven, muy cerca de una comisaría, no parece haber mucha planificación ni cuidado respecto a las consecuencias de su accionar.

La captación de los/as adolescentes por parte del SPJU permite que el abandono o la desprotección económica se asimilen a delitos y la hibridación de los sistemas entre la protección y la tutela hace que la responsabilidad penal sea confundida con tratamiento. Para las adolescentes mujeres, el SPJU no sólo es selectivo en relación con su situación de pobreza, zona geográfica en la que residen o desprotección social, sino que también sus infracciones son disruptivas con la *naturaleza femenina* ideal y esperada para ellas.

El barrio y la comisaría nombrados antes tienen una historia en la familia de Elisa. Actualmente, vive con su mamá, su hermana pequeña y un hermano más grande. Son cinco hermanos, uno de ellos fallecido. Frente a la pregunta de qué le sucedió, Elisa se angustia mucho, murió en manos de la policía en circunstancias poco claras para ella y su familia, dice esto y cambia de tema. Ante la pregunta por su papá, nos responde que desde los 6 años está separado de su mamá y casi no tiene trato con él. Su mamá trabaja como auxiliar de limpieza. La brutalidad policial ya forma parte de su vida, a través de su hermano muerto. Por su parte, esta es la primera vez que ingresa en el SPJU.

No sólo se amplió de manera significativa el espectro de lo que se considera desviado -hecho que como se vio, se tradujo en una penalización creciente de los comportamientos-, sino que esta extensión se asocia a una caracterización de los desviados en términos sociales, raciales y, en fin, morales (Fassin, 2016, p. 242).

Una economía moral de la desviación atraviesa todas las fases del Sistema Penal Juvenil, desde la captación y los encuentros de la policía en algunos barrios con los y las adolescentes hasta la posterior ejecución de una medida judicial vinculada a un proceso de responsabilidad penal adolescente. Economía moral que marcará el cuerpo de las adolescentes mujeres con tareas propias de su sexo-género y donde la corrección de la *domesticidad pérdida* (Almeda, 2002) será un valor clave a trabajar.

Elisa nos cuenta sus rutinas. Se acuesta a las 5am, dado que de noche, cuando llega su madre de trabajar, sale a casa de sus amigas a bailar, jugar a las cartas, charlar, etc. Se levanta sobre las 13-14 hs, se baña, limpia la casa y prepara la comida para su familia. A veces acompaña a la escuela a su hermana y por la tarde cuida a sus sobrinos en la casa de su hermana, que es vecina. Frente a este relato, le decimos que en realidad tiene algunas responsabilidades que pueden ser pensadas como trabajo, vinculadas al cuidado de otros y a su casa. Se sorprende. Es algo absolutamente naturalizado. La carga de trabajo que conllevan las tareas domésticas y de cuidado de personas dependientes se encuentra invisibilizada (Torns, 2008. Carrasco, Borderías & Torns, 2011) y entra en escena, vinculada al cuidado de otros más pequeños.

Los estudios en Uruguay muestran cómo persiste el patrón familiarista (Leitner, 2003) para organizar las tareas de cuidados (Vera, Montes & De la Barra, 2016) y reflejan en sus resultados que esta carga de trabajo recae principalmente sobre las mujeres (Bathyánnny, Genta & Perrota, 2012, 2014, 2015). La situación de las personas de sectores socioeconómicos empobrecidos muestran cómo el mayor recurso para cuidar se encuentra en la familia, ya que “utilizan en mayor medida el cuidado no remunerado de los hermanos mayores de 10 años (probablemente hermanas), con las consecuencias que esto tiene para el tiempo disponible de estos niños/as para estudiar, recrearse y realizar otras actividades” (Bathyánnny, Genta & Scavino, 2015).

La primera entrevista con Elisa, que lleva adelante una de las operadoras técnicas, consiste en explicar que la duración de la medida judicial es de dos meses y que el lugar institucional es el SPJU. Hay diversas actividades que se pueden realizar: yoga, boxe o, cerámica, además del espacio con maestras/os que pueden facilitar una inserción educativa. Por otra parte, también se menciona lo que implica la privación de libertad y lo diferente que es en relación con este tipo de medida que se realiza en libertad. Elisa escucha, no

parece interesarle ninguna de las propuestas. Lo que más se podría aproximar a sus intereses es el boxeo, pero no le gusta la idea de ir sola, preferiría ir con su amiga. Todo parece muy acorde a algunas de las características de la edad que está transitando en relación con un contexto social específico.

Según el encuadre institucional y la propuesta de intervención Elisa tiene que trabajar con diversos operadores/as técnicos/as: psicólogo/a, maestro/a, educador/a, trabajador/a social. Las posibilidades de coordinar las intervenciones dentro y fuera de la institución son difíciles. Por momentos, el modelo tutelar, aquel que se apoyaba en la doctrina de la situación irregular, parece estar muy vigente, tramado con la influencia religiosa que ha acompañado a las mujeres en el tránsito por los sistemas penales en el Uruguay del siglo XX (Galeotti-Galmés, 2013, López-Gallego, 2017). La educadora que trabaja con Elisa nos comenta que siente mucho la diferencia en relación con el trabajo que realizaba en un centro de vertiente católica con adolescentes y efectúa una valoración negativa de lo que en este espacio laico puede realizarse. Nos sorprende la afirmación Yo les hablo como a mis hijos, los trato de la misma forma”. “Hoy se me fue uno”, comenta en relación a un egreso de un adolescente. Para describir su trabajo relata que lo primero que hace es explicarles que están acá cumpliendo una sanción, que esa sanción la decretó un juez, no ella, y si no les gusta, “Lo lamento”. El Código de la Niñez del año 1934 parece estar vigente. El juez, como un buen padre de familia, impone una sentencia indeterminada dado que es para salvar a estos adolescentes pobres y peligrosos.

Elisa llega 40 minutos tarde a la entrevista que tiene con la educadora referente. La educadora le dice: “Vamos a ponerte las pilitas”, “vos llegás tarde porque querés venir con tu amiga Cecilia, ¿por eso te confundís el horario?” Elisa le contesta (con mal humor): “No, no es eso, me dormí simplemente”. La educadora sigue con el tema de la amiga: “Se acompañan pero también juntas cometieron el delito”; “juntas para el bien y para el mal”. Los diminutivos, el trato infantilizado aparece como una constante en el tratamiento que reciben las mujeres en los sistemas penales (Bodelón, 2003, Carlen, 2010). Si a esto le sumamos la trama histórica tutelar que ha caracterizado a los sistemas penales juveniles, las mujeres menores de edad se vuelven aún más vulnerables por esta doble condición: menores y mujeres. “Las niñas siguen siendo consideradas como sujetos de derechos especialmente incompletos” (Bodelón & Aedo, 2015, p. 233).

En este sentido, las nociones propuestas por el paradigma de la protección integral, como la de autonomía progresiva, se ven jaqueadas por las economías morales e históricas que sustentan las intervenciones técnicas. La educadora corta la conversación, le habla de la Cédula de Identidad, tiene hora para el día x, le dice que tiene que llegar puntual a las citas, ser responsable y respetar la medida. Elisa está callada, no responde, se va y pregunta: “¿dónde puedo firmar?” Firmar el recibo por los boletos que les dan para poder usar el transporte público para ir y volver de las entrevistas es un ritual burocrático. Esta escena ritual de la firma, tanto por la asistencia como por los boletos, se constituye en paradigmática en nuestras observaciones de campo. Es una escena que deja en evidencia el proceso ritual y burocrático del cumplimiento de la medida, que marca las relaciones entre las diferentes posiciones del equipo técnico y las adolescentes, donde la autoridad y capacidad de coacción de unos legitima el castigo sobre la infracción de otros.

*Ser responsable, respetar la medida* son enunciados que emergen en este contexto institucional donde se trama la lógica de la individuación, la activación y la responsabilización individual. Los contextos socio económicos, culturales y las situaciones de vida de estas adolescentes son eludidas y al decir de Merklen (2013), el Estado se ocupa mediante políticas específicas (políticas del individuo) de aquellos grupos de personas que no logran un manejo de la vida y sus riesgos de acuerdo a determinadas exigencias.

## **Consideraciones finales**

El análisis de la gubernamentalidad desde la perspectiva foucaultiana es un gran aporte para comprender las formas de poder que utilizan los gobiernos y los estados para gestionar, administrar y controlar a las poblaciones (Foucault, 2006). Esta perspectiva está definida como “el sentido amplio de técnicas y procedimientos para dirigir el comportamiento humano. Gobierno de los niños, gobierno de las almas y de las conciencias, gobierno del hogar, del estado o de sí mismo” (Foucault, 1997, p. 82 citado en Rose, O’Malley & Valverde, 2012, p. 114). En esta línea, los dispositivos jurídicos, burocráticos y administrativos integran el arte del gobierno, sus tecnologías y estrategias para moldear a las poblaciones. Poblaciones, éstas, que fueron erigidas como objeto de estudio y se necesitaron conocimientos muy específicos para lograr



su comprensión y ampliar los planos de vigilancia e intervención sobre la misma. Interesa así intervenir y conocer los pequeños detalles de la vida cotidiana y los hábitos de las personas.

A su vez seguimos el enfoque de análisis de las burocracias judiciales para el control social de la infancia y adolescencia, el cual contribuye para pensar en las maneras que se administra desde lo estatal la infancia/adolescencia pobre, cómo se producen las relaciones cotidianas entre los/as agentes estatales y las adolescentes que cumplen la medida judicial, cómo son los contextos de intervención, cómo construyen sus objetivos y las relaciones que allí se producen. A su vez, y en concordancia con el planteo de Villalta (2013, p. 247), destacamos que, aunque el objetivo institucional del cumplimiento de la medida judicial sea el trabajo con los/as adolescentes, no lo podemos pensar “disociados de las regulaciones sobre las relaciones familiares, los discursos sobre la moralidad familiar, las prescripciones en torno a las pautas adecuadas de crianza, y, por tanto, los valores asociados a la paternidad y fundamentalmente a la maternidad”.

Afirmamos que los sistemas penales juveniles funcionan como tecnologías de género, fijando sentidos, señalando prácticas, pautando formatos educativos; todos ellos configuran una performatividad de género que marca singularidades para las adolescentes mujeres. De esta forma, los procesos de autonomía se traman con el sexo-género y con la historia tutelar, características de los sistemas penales juveniles, generando una hibridación de paradigmas. La Doctrina de la Situación Irregular más la Doctrina de la Protección Integral tensionan las intervenciones técnicas, en términos de autonomía, responsabilidad y tutela.

En estos marcos, los sentidos prioritarios en relación con las adolescentes mujeres tienen que ver con aquello que les falta en términos de lo femenino y lo doméstico, que se configuran como espacios relacionales infantilizados que promueven las dependencias de diversas instituciones; entre ellas, las penales. La forma de evaluar las necesidades de las adolescentes y el abanico de propuestas que se les brinda en lo que tiene que ver con opciones recreativas, educativas o laborales, entre otras, las mantiene en determinados círculos de precariedad y dependencia institucional. De alguna manera el discurso de los derechos y las necesidades las mantiene vinculadas a políticas sociales focalizadas (programas sociales, rentas condicionadas, entre otras) y redes institucionales y burocráticas.

La experiencia de acompañamiento etnográfico nos interroga acerca de ¿cómo se definen las necesidades de estas adolescentes mujeres?, ¿desde qué lugares y discursos? Observamos que confluyen en la definición de las necesidades las opiniones del equipo técnico, las ideas en el transcurso de las políticas de las cuales estas adolescentes son objeto (asignaciones familiares, Programa Jóvenes en Red y otros); es decir, una interpretación sobre las necesidades que se produce desde algunos discursos expertos que se encuentran institucionalizados y legitimados desde el Estado (Haney, 2002). De acuerdo con Fraser (1991) la definición de las necesidades es algo controvertido que cuestiona cuáles son las necesidades, cómo se interpretan y si es posible definir a algunas como mejores que otras. Muestra y analiza el discurso de las necesidades y cómo se ha institucionalizado como un tema central del discurso político.

Por último, queda claro que el diseño de la intervención en estos espacios se erige sobre marcos planificados para varones y en función de sus características, así como también en características rígidas sobre el comportamiento y las necesidades de las mujeres. Las conductas infraccionales desde los lentes de lo esperable o generalizable hace que aquello que se mueve del lugar de lo esperado/naturalizado se coloque como abyecto con los efectos de discriminación y estigmatización de género que eso puede generar.

Así vemos las dinámicas de individuación (Merklen, 2013) puestas en juego donde los dispositivos que se dirigen a las subjetividades individuales generan una exigencia que tensiona la responsabilidad individual y la posibilidad de activación para actuar de determinada manera en la vida social. Según Merklen (2013, p. 49), “este es el significado del binomio responsabilización-activación: ser responsable de sí mismo y ser activo con el fin de minimizar eventuales costos en la comunidad”. Cuestión, esta, que merece un análisis particularizado para el caso de las mujeres.

## **Referencias**

Aguirre, C. (2008). *Denle duro que no siente: Poder y transgresión en el Perú Republicano*. Perú: Pedagógico San Marcos.

Almeda, E. (2002). *Corregir y castigar: El ayer y hoy de las cárceles de mujeres*. Barcelona: Bellaterra.

Bathyanny, K., Genta, N. & Perrota, V. (2012). *La población Uruguaya y el cuidado: Persistencias de un mandato de género*. CEPAL Serie Mujer y Desarrollo n.17. Santiago de Chile: CEPAL.

Bathyanny, K., Genta, N. & Perrota, V. (2014). Las representaciones sociales del cuidado infantil desde una perspectiva de género. Principales resultados de la Encuesta Nacional sobre Representaciones Sociales del Cuidado. *Papers*, 99(3), 335-354. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/papers.686>

Bathyanny, K., Genta, N. & Perrota, V. (2015). *Usos del tiempo y desigualdades de género en el trabajo no remunerado, en Bathyanny Los tiempos del bienestar social: género, trabajo no remunerado y cuidados en el Uruguay*. (pp. 45-86). Montevideo: INMUJERES-MIDES.

Bathyanny, K., Genta, N. & Scavino, S. (2015). Análisis de género de las estrategias de cuidado infantil en Uruguay. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 292-319. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.1590/198053143710>

Billig, M. (1994). Repopulating the depopulated pages of social psychology. *Theory and Psychology*, 4(3), 307-335.

Birgin, H. (Ed.) (2000a). *Las trampas del poder punitivo: El Género del Derecho Penal*. Buenos Aires: Biblos.

Birgin, H. (Ed.) (2000b). *El Derecho en el Género y el Género en el Derecho*. Buenos Aires: Biblos.

Bodelón, E. (2003). Género y sistema penal: los derechos de las mujeres en el sistema penal. En Bergalli R. (Ed.). *Sistemas penales y problemas sociales*. (pp. 451-486). Valencia: Tirant lo blanch.

Bodelón, E., & Aedo, M. (2015). Las niñas en el sistema de Justicia Penal. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, 49, 219-236.

Butler, J. (2001). *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. México, DF: Paidós.

Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós.

Carlen, P. (2010). *A criminological imagination: Essays on justice, punishment, discourse*. Farnham: Ashgate.

Carlen, P. & Worrall, A. (2004). *Analysing Women's Imprisonment*. London: Willan.

Carrasco, T., Borderías, C. & Torns, T. (2011). Introducción. El trabajo de cuidados: antecedentes históricos y debates actuales. En Carrasco, T., Borderías, C. & Torns, T (Eds.). *El trabajo de cuidados. Historia, teoría y políticas*. Madrid: Los Libros de la Catarata.

Castoriadis, C. (1975/1983). *La institución imaginaria de la sociedad I*. Barcelona: Tusquets.

De Lauretis, T. (1989). *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction*. Londres: Macmillan.

Denzin, N. & Lincoln, I. (2003). *The Landscape of Qualitative Research. Theories and Issues*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Donzelot, J. (2008). *La policía de las familias*. Buenos Aires: Nueva Visión.

Fassin, D. (2016). *La fuerza del orden: Una etnografía del accionar policial en la periferias urbanas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

Fessler, D. (2008). El siglo de los niños. En Fessler, D. & Gómez Heguy, C. (Comps.). *Sistema Penal Juvenil*. Montevideo: CIEJ.

Fonseca, C. & Caldarello, A. (2005). Derechos de los más y menos humanos. En Tiscornia S. & Pita, M. (Eds.). *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil: Estudios de antropología jurídica*. Buenos Aires: Antropofagia.

Foucault, M (2006). Verdade, poder e si mesmo. En MOTTA, Manoel Barros da. *Foucault: ética, sexualidade, política*. (pp. 294-300). Rio de Janeiro: Forense.

Fraser, N. (1991). *La lucha por las necesidades: Esbozo de una teoría crítica socialista-feminista de la cultura política del capitalismo tardío*. Debate Feminista, 3, 3-40.

Fries, L.& Matus, V. (2000). *La ley hace al delito*. Santiago de Chile: LOM/La Morada.

Galeotti-Galmés, R. (2013). *Adolescentes infractoras: discursos y prácticas del sistema penal juvenil uruguayo*. Montevideo: Psicolibros-Waslala.

García Méndez, E. (1991). *Niño abandonado, niño delincuente*. Nueva Sociedad, 112, 124-135.

Geertz, C. (1973). *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa, 2005.

Guber, R. (2001). *La etnografía, método, campo y reflexividad*. Bogotá: Norma.

Guber, R. (2009). *El salvaje metropolitano: Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo*. Buenos Aires: Paidós.

Guber, R. (2013). *La articulación etnográfica*. Buenos Aires: Biblos.

Hammersly, M. & Atkinson, P. (1994). *Etnografía: Métodos de investigación*. Barcelona: Paidós.

Haney, L. (2002). *Inventing the needy: gender and the politics of welfare in Hungary*. Berkeley: University of California Press.

Haraway, D. (1995). *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza*. Madrid: Cátedra.

Hernández, F. (2013). Cárceles de mujeres del novecientos: una práctica de siglos. En Oliver, P. (Coord.). *El siglo de los castigos: prisión y formas carcelarias en la España del siglo XX*. Madrid: Anthropos.

Juliano, D. (2009). Delito y pecado: La transgresión en femenino. *Política y Sociedad*, 46(1-2), 79-95.

Kessler, G. (2004). *Sociología del delito amateur*. Buenos Aires: Paidós.

Kessler, G. (2008). Las transformaciones en el delito juvenil en Argentina y su interpelación a las políticas públicas. En Potthast, B., Ströbele-Gregor, J. & DörteWollrad (Eds.). *Ciudadanía vivida, (in)seguridades e interculturalidad*. (pp. 231-245). Buenos Aires: Nueva Sociedad.

Leitner, S. (2003). Varieties of familialism: The caring function of the family in comparative perspective. *European Societies*, 5(4), 353-375. Disponible en: <http://dx.doi.org/0.1080/1461669032000127642>

Leopold, S. (2014). *Los laberintos de la infancia: Discursos, representaciones y crítica*. Montevideo: Ediciones Universitarias.

Leyn.16.137. Convención sobre los Derechos del Niño. (1990). Disponible en: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=16137&Anchor=>

Leyn.9.342. Código del Niño. (1934). Disponible en: <http://www.montevideocontigo.org/documentos/Codigo-del-Nino.pdf>

López-Gallego, L. (2014). Proceso de reflexividad en un contexto de privación de libertad de adolescentes mujeres. *Psicología & Sociedade*, 26(3), 603-612. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000300009>

López-Gallego, L. (2017). Procesos de constitución del sistema penal juvenil uruguayo. ¿Paradigmas híbridos? *Revista Crítica Penal y Poder*, 12, 109-125.

López-Gallego, L, Galeotti-Galmes, R. & Montes-Maldonado, C. (2018). Gestión de las sexualidades en los sistemas penales: las adolescentes mujeres. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 16(1), 413-426.

Merklen, D. (2013). Las dinámicas contemporáneas de la individuación. En Castel, R., Kessler, G., Merklen, D. & Murard, N. (Eds.). *Individuación, precariedad, inseguridad: ¿desinstitucionalización del presente?* (pp. 45-86). Buenos Aires: Paidós.

Patton, M. (2002). *Qualitative research & evaluation methods*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Pitch, T. (2003). *Un derecho para dos: La construcción jurídica de género, sexo y sexualidad*. Madrid: Trotta.

Reyes, R. (1989). *Psicología y Reeducción de la adolescente*. Montevideo: EPPAL-CFEE.

Rose, N. O'Malley, P. & Valverde (2012). *Gubernamentalidad*. Astrolabio: Nueva Época 8.

Salomone, G. (2013). *La noción jurídica de autonomía progresiva en el campo de la niñez y adolescencia: incidencias subjetivas e institucionales*. Trabajo presentado en el V Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología, XX Jornadas de Investigación, IX Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología-Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. Disponible en: <http://www.academica.org/000-054/56>

Sisto, V. (2008). La investigación como una aventura de producción dialógica: La relación con el otro y los criterios de validación en la metodología cualitativa contemporánea. *Psicoperspectivas*, VII, 114-136.

Smart, C. (2000). La teoría feminista y el discurso jurídico. En Haydée Birgin. (Ed.). *El Derecho en el Género y el Género en el Derecho*. (pp. 31-71). Buenos Aires: Biblos.

Torns, T. (2008). El trabajo y el cuidado: cuestiones teórico-metodológicas desde la perspectiva de género. *EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, 15, 53-73.

Vera, W., Montes, C. & De la Barra, C. (2016). Los cuidados en infancia: regímenes y arreglos familiares en Chile y Uruguay. *Psicoperspectivas*, 15(3), 34-45.

Vianna, A. (2010). Derechos, moralidades y desigualdades: consideraciones apartir de procesos de guarda de niños. En Villalta, C. (2010). *Infancia, Justicia y Derechos Humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

Villalta, C. (2013). Un campo de investigación: las técnicas de gestión y los dispositivos jurídico-burocráticos destinados a la infancia pobre en la Argentina. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, 13(2).



# **La Prevención de la Violencia Sexual en el Conflicto Armado: Del Cambio Estructural a la Mitigación de Daños**

Isabel C. Jaramillo-Sierra

## **Introducción**

En las últimas cuatro décadas se han desplegado muchos esfuerzos feministas por reducir la violencia que padecen las mujeres. Algunos de estos esfuerzos han buscado redefinir la violencia sexual para abrazar mejor la vivencia de las mujeres. Otros esfuerzos se han orientado a mejorar los argumentos y las estrategias para castigar más efectivamente la violencia sexual. En este capítulo quiero mostrar cómo estas estrategias han relegado la prevención o, más bien, le han apostado a una prevención en el largo plazo que se centra en los aparatos culturales, de una parte, y en la prisión, de otra. En particular, y usando el caso del conflicto armado colombiano, quiero proponer revisar propuestas de prevención que se han intentado en otros contextos y todavía no aterrizan del todo al contexto colombiano: la formación de las mujeres en técnicas feministas de autodefensa y la modernización de las fuerzas armadas para lograr una representación paritaria de las mujeres. Para esto, empezaré por caracterizar los esfuerzos que actualmente se están desplegando en materia de violencia sexual y su relación con el problema de la prevención. A continuación, presentaré los datos existentes sobre la violencia sexual en el conflicto armado en Colombia y la manera en la que las estrategias existentes han logrado impactar esta violencia. Partiendo de una mirada pesimista en relación con la estrategia actual, pero reconociendo el valor de priorizar estos casos y reclamar atención suficiente para ellos, justifico las ganancias que podrían obtenerse en materia de reducción de la violencia sexual de intervenciones puntuales en materia de educación en técnicas de autodefensa feministas y en materia de modernización de las fuerzas armadas con perspectiva de género. Para finalizar, en las conclusiones

señalo las maneras en las que el trabajo que viene haciéndose puede operar de manera *paralela* a las estrategias propuestas.

## **1. La apuesta feminista por el cambio estructural**

El trabajo de las feministas en materia de violencia sexual en las últimas décadas, en mi opinión, ha estado intensamente preocupado por el largo plazo y el cambio estructural. Como lo ha señalado Halley (2006), hay un marcado predominio del feminismo radical y del feminismo liberal en la comprensión de la sexualidad y la violencia observable desde la década de los noventa. Estas dos miradas tienen distintos supuestos y proponen intervenciones diferentes, incluyendo diferentes aproximaciones al problema de la prevención. Pueden, sin embargo, operar de manera conjunta o aislada y reforzarse mutuamente de manera positiva o negativa. Lo que tienen en común, y quiero resaltar aquí, es una mirada de la prevención de la violencia sexual que ubica los resultados en el largo plazo y en la estructura, más que en los casos particulares.

En efecto, “para las feministas radicales el problema del *sexo* yace en su capacidad para crear una realidad en la que la mujer es un *objeto* del deseo del hombre que, por oposición, se configura como *sujeto*” (Mackinnon, 2006b, p. 176). Dada esta diferencia, “se afirma la erotización de la dominación como constitutiva de mundo y a las mujeres como irredimiblemente subordinadas en ese mundo” (Mackinnon, 2006b, p. 178). Como mundo que se produce en los significados, exige que trabajemos en los significados y por eso, que nos concentremos en los aparatos culturales o ideológicos, como los llamaba Althusser (1988). La crítica jurídica del aparato conceptual de la violencia sexual es por esto considerada parte importante de la batalla feminista (MacKinnon, 2006a). De la misma manera, intervenciones en los medios de comunicación, en programas de televisión y en escenarios educativos se consideran particularmente aptas para producir las transformaciones que se buscan<sup>155</sup>. Las protestas de las jóvenes norteamericanas en contra los reinados de belleza en los años sesenta, por ejemplo, son todavía hoy recordadas como

---

155 Sobre las batallas feministas por reconceptualizar la libertad de expresión para que la expresión sea también responsable por el mundo que produce, véase Jaramillo-Sierra (2007), “Más allá de la libertad y de la expresión: las luchas por la representación”.

una paradigmática intervención del feminismo radical<sup>156</sup>. Más recientemente, fenómenos de movilización como la campaña de #MeToo y la de #NiUnaMenos, pueden relacionarse con la mirada del feminismo radical y sus llamados a la acción cultural.

Desde este punto de vista, en la medida en la que el mundo, la realidad, es un solo hecho de violencia sexual, hablar de su *prevención* no tiene ningún sentido, como tampoco tiene sentido aislar *casos* o *eventos* de violencia sexual. Solamente un cambio estructural, es decir, un cambio de mundo o de realidad, nos permitiría hacer estas diferencias: la violencia dejaría de ser el medio en el que vivimos para convertirse en un accidente en la vida de las personas. Hay que apostarle por eso a ese cambio en lugar de desgastarnos con las apariencias.

Las feministas liberales, por su parte, parecen ir al otro extremo. Fieles al pensamiento liberal, prefieren ver el mundo como constituido por sus propias elecciones y el sexo como una de ellas<sup>157</sup>. Por esto mismo, la violencia sexual es posible como *evento* o *hecho*, si bien se imagina como *excepcional* o *aislada*, en el que la libertad básica de elegir la persona, el momento, la intensidad, los actos, que producen placer, libertad que es básica en el sentido de que se asume como *natural* o *prepolítica*, es arrebatada o destruida por alguien que impone sus propias opciones. Frente a la violencia sexual las liberales exigen, en primer lugar y sobretodo, que la comunidad admita que lo que ha ocurrido es un daño y, en segundo lugar, que la comunidad se haga cargo de que el daño no volverá a ocurrir a ellas ni a nadie más. En cuanto la comunidad se materializa en las autoridades del estado, la demanda se traduce en poner en acción el aparato de investigación, judicialización y punición del Estado. Dado que la violencia sexual ha estado presente en los Códigos Penales liberales, el trabajo más específicamente se ha orientado a que se castigue la violencia sexual como daño a la mujer -y no al padre o al marido en su propiedad o en su honor- y que se estudie el testimonio de la mujer en estos casos usando los mismos raseros que se usan para los testimonios de los hombres –especialmente eliminando la necesidad de corroborar lo dicho y eliminando el uso del contexto para suponer el consentimiento de la mujer.

---

156 Echols (1989) aclara sobre el feminismo radical en los Estados Unidos entre 1960 y 1990 vale la pena leer.

157 Los pensadores liberales clásicos, claro, se abstuvieron en general de hablar del sexo como parte de la naturaleza humana. El método por el que llegaron a concluir que el Estado tiene el deber de proteger “derechos” a través de sus autoridades, sin embargo, ha sido intensamente usado por las feministas.

Es crucial en la narrativa feminista liberal la convicción de que la violencia sexual se presenta en casos aislados y no es el modo *normal* de conducir las relaciones entre hombres y mujeres. Por un lado, porque si lo *normal* es lo que las feministas quieren llamar violencia, entonces no pueden decir que lo *normal* es que tengan libertad para elegir. Es decir, si se acepta que la violencia es lo *normal*, se pierde la posibilidad de reclamar el derecho por vía de la *naturaleza* humana. Por otro lado, porque si la respuesta es la investigación, judicialización y castigo, la cantidad de eventos excedería la capacidad de las autoridades y volvería la respuesta nugatoria.

La prevención para las feministas liberales debería producirse principalmente por la vía de la educación o ilustración, que es como los liberales confían en cambiar el mundo, pero subsidiariamente por la vía del castigo, que por esto mismo se vuelve una parte central de la estrategia. Siguiendo la teoría liberal de la pena, las liberales esperan que al castigar algunos casos se logre no solamente la modificación de la conducta de quienes directamente padecieron el castigo, sino que se produzcan cambios en la población general que a través de los casos logre identificar conductas desaprobadas socialmente y sienta temor por padecer el mismo castigo en caso de realizarlas. La prevención, entonces, se confía también a la estructura y el largo plazo en dos sentidos. En primer lugar, porque la principal herramienta es la educación y se entiende que educación es principalmente lo que se hace con los niños en los primeros años de su vida. En segundo lugar, porque la manera en la que se espera que la judicialización y castigo produzca resultados de prevención es también por vía de lo general e indeterminado.

Como señalé en la introducción, las estrategias radical y liberal no necesariamente operan de manera conjunta, pero pueden hacerlo y de hecho han venido haciéndolo en ciertos contextos. En efecto, como ocurre en otros campos, las acciones de las radicales y las liberales podrían ocurrir en *paralelo* y sin *interferencia*, manteniéndose unas y otras o bien ignorantes o bien críticas del accionar de su contraparte. Lo que ha sucedido de hecho, sin embargo, es que las liberales han *canibalizado* el argumento radical y extendido el impulso punitivo más allá de lo que las radicales en cualquier circunstancia habrían considerado deseable y también más allá de lo razonable en términos de su propio marco teórico. Han incurrido, diría yo, en una serie de hipérbolos tendientes a asegurar la judicialización y castigo, y defendido lo que sería un verdadero exceso punitivo.

Las tres exageraciones más importantes tras el trabajo de judicialización y castigo, si se revisan las estrategias, tienen que ver precisamente con las dos líneas de énfasis de reforma del derecho penal de las feministas liberales. Las primeras dos exageraciones serían sobre el dicho de la mujer. Si en el marco inicialmente diseñado por los liberales la palabra de la mujer tendría que ponerse en duda especialmente cuando está en juego el sexo, las feministas liberales, adoptando las ideas radicales, han dicho que a la mujer hay que creerle siempre que reclame haber sido víctima de violencia sexual. Las liberales llegan a esta conclusión, casi sin quererlo, cuando respaldan a todas las mujeres que hacen un reclamo y encuentran para cada una un argumento que les dé credibilidad: había buenas razones para hablar, también las había para callar, fue adecuado que diera nombres y detalles, está bien si no da ninguno, su pasado no importa, las particularidades del encuentro sexual tampoco, en fin, hay que creer porque hay que creer. La credibilidad a las mujeres se refuerza con una autorización generalizada para investigar la conducta de los acusados: toda prueba que se consiga y pueda llevarse al proceso en relación con el agresor se considera adecuada y posible.

Usando las ideas radicales, las liberales también exageran cuando dicen que el daño sexual es el más grave que sufren las mujeres y que mientras no sea atendido no podrán recuperar su sentido de identidad y propósito. La centralidad de la sexualidad no es parte del pensamiento liberal clásico, para el que la libertad y la propiedad son las más importantes garantías. Aunque en el caso de la violencia sexual la garantía de la libertad está en juego, algunas dirían que también la propiedad pues la violencia sexual afecta la integridad del cuerpo que es el primer objeto sobre el que tenemos derechos, lo que es ajeno al pensamiento liberal es que la afectación de este derecho pueda estar por encima de los otros. Para los liberales, todos los derechos que tienen que ver con la *naturaleza humana* son igualmente importantes y definitivos para el individuo.

Al insistir en que debe haber castigo cada vez que una mujer lo exija, se termina incurriendo en un exceso de castigo en el sentido de que se termina exigiendo un castigo que no puede ser justificado desde el punto de vista radical, ni desde el punto de vista liberal. Desde el punto de vista radical, acudir a las autoridades estatales tiene un problema de raíz y es que supone que puede transformarse la realidad acudiendo a actores secundarios y sospechosos, pues no solamente tienen pocas capacidades para construir

mundo, sino que participan del mundo que debe transformarse al punto de que nada de lo que hacen puede considerarse como útil. Si a esto se agrega el daño que se les causa a quienes efectivamente terminan castigados, puede decirse que el exceso resulta de hacer mucho algo que no produce muchos resultados positivos, pero si causa daños significativos. Desde el punto de vista liberal, generalizar la violencia como daño y maximizar su importancia implica dejar de ver la violencia como *excepción* a la normalidad. Si la violencia ya no es la *excepción*, el marco liberal ni la explica ni es capaz de darnos respuestas adecuadas para reducirla.

Este exceso de castigo, propongo, puede ser una buena razón para volver a pensar en la prevención desde un punto de vista feminista. En particular, podríamos preguntarnos si hay algo que podamos hacer para reducir la cantidad de daños que sufren las mujeres que existen realmente sin afectar negativamente los esfuerzos de cambio estructural a los que les están apostando la mayoría de las feministas. En la próxima sección uso el caso del conflicto armado colombiano para mostrar cómo podría ser una estrategia feminista orientada a la reducción de daños.

## **2. Mitigando la violencia sexual en el conflicto armado colombiano**

Reducir o mitigar daños implica aceptar nociones liberales sobre el daño y su excepcionalidad, o al menos, sobre la posibilidad de comparar y contrastar daños entendidos como *eventos* o *hechos aislados*. Aunque el impulso radical nos diga que distinguir los daños y mostrarlos como excepcionales es negar hasta qué punto esos daños son posibles por una estructura que los produce y justifica, y también es negar hasta qué punto solamente la suerte es la responsable de que les ocurra a unas y no a otras, existen al menos dos razones para persistir en las distinciones. La primera razón es que las mujeres mismas vivimos en las distinciones. No es cierto que consideremos que da lo mismo ser violada, mutilada y asesinada, que tener sexo rutinario con nuestras parejas, que tener sexo placentero. Aunque todas estas circunstancias sean posibles en una estructura de erotización de la dominación, la muerta, la adormilada y la vendida están diferentemente situadas frente a esta estructura: mientras

la primera cuenta la historia ejemplificante de lo que, en últimas, nos hace a todas la erotización de la dominación, y la segunda no se divierte pero sobrevive, la tercera aún no está siquiera pasándola mal. Más aún, las mujeres vivimos de manera distinta la sexualidad porque no estamos igualmente situadas frente a ella en términos de clase, raza, etnia, religión, etc. En la medida en la que la regulación del sexo y la reproducción a través del derecho de familia ha sido crucial para producir y estabilizar las diferencias de clase y de raza, asumir que los *daños* en esta área son iguales para todas las mujeres es universalizar injustificadamente un punto de vista. La segunda razón, tal vez más importante, es que, a la luz de las restricciones en los recursos políticos y económicos a las que nos vemos avocadas siempre, aceptar las distinciones como punto de inicio puede facilitar movilizar dichos recursos.

Si aceptamos estas razones, metodológicamente podrían verse tres pasos como obligados: 1) delimitar en términos espaciales y temporales la situación a intervenir; 2) verificar el número y tipo de casos ocurridos; 3) identificar las características de víctimas y victimarios en términos, al menos, de clase y raza. Estos tres pasos suponen recoger *datos*. Los datos, claro, están siempre *infectados* por el punto de vista de quien los recoge, pero la postura aquí es que necesitamos partir de alguna representación razonable de la situación para poder volver a pensar de manera concreta con quién y cómo trabajar.

## **2.1 Los hechos de la violencia sexual en el conflicto armado colombiano**

En los últimos 10 años se han hecho varias mediciones de la violencia sexual en el conflicto armado en Colombia. El debate que las mediciones ha suscitado ha permitido avanzar en el detalle de los datos, si bien los datos siguen teniendo el sesgo de quien los recopila, las organizaciones de mujeres, y de la continuidad del conflicto, que hace que las víctimas no puedan denunciar los hechos con la precisión que sería necesaria para poder hacer investigaciones concluyentes. Los dos últimos estudios son de 2016 y 2017 y nos dan cada uno una versión de los hechos. Estos hechos, como mostraré, se vuelven relativamente irrelevantes a la luz de la teoría dominante sobre la violencia sexual y lo que podemos hacer como sociedad para cambiarlo.

El estudio publicado en 2016 corresponde a una Encuesta de Prevalencia de la Violencia Sexual en el Conflicto Armado realizada por un equipo liderado por Olga Amparo Sánchez en el marco de la Campaña Violaciones y otras violencias: Saquen mi cuerpo de la guerra, de un grupo de 13 organizaciones no gubernamentales<sup>158</sup>. Este estudio, cuantitativo pero exploratorio, incluyó a 1954 mujeres de 15 municipios que son representativas de los 142 municipios en los que de acuerdo con datos de la Defensoría del Pueblo existen alertas relacionadas con el conflicto armado. Estos 142 municipios incluyen 107 de menos de 10,000 habitantes, pero también las ciudades de Bogotá, Medellín y Cali, con más de 2 millones cada una. Además del cuidado en construir la muestra y realizar las encuestas, el equipo redefinió la violencia sexual para incluir, junto a la violación, el trabajo doméstico forzado, la regulación de la vida social, el embarazo forzado, la prostitución forzada, el aborto forzado, la esterilización forzada y el acoso sexual, además de la violación. Acogiendo la jurisprudencia de la Corte Constitucional, el estudio no excluye los casos en los que estos hechos son perpetrados por un miembro de la familia.

La encuesta arrojó una prevalencia de 18,3% de violencia sexual relacionada con el conflicto armado, con una tasa de denuncia de 22%. Esto quiere decir que alrededor del 18,3% de la población de mujeres mayores de 15 años que viven en zonas afectadas por el conflicto posiblemente han sido víctimas de violencia sexual. Los eventos de mayor incidencia fueron la regulación de la vida social y el acoso sexual, con 64,2% y 45,4% de incidencia respectivamente. Del total de casos de violencia sexual, un 16,8% correspondió a violación. Las mujeres más victimizadas fueron las auto reconocidas como negras y las menores de 24 años (y mayores de 15 pues no se encuestaron mujeres menores de esta edad). La fuerza pública es responsable de un número pequeño de casos, comparados con los actores ilegales y los que aparecen como *determinados* pero no pertenecientes a ninguna de estas categorías (probablemente familiares de las víctimas).

La encuesta en línea con las intuiciones feministas, amplía el espectro de lo que debería resultarnos preocupante y deberíamos incluir en la agenda al mostrarnos que lo que ocurre con más frecuencia es una regulación de la vida social que solamente se vuelve aceptable como parte de una normalidad que

---

158 La encuesta está disponible en: <http://humanidadvigente.net/wp-content/uploads/2017/08/Encuesta-de-prevalencia-de-violencia-sexual-CSCG.pdf> (visitado el 16 de julio de 2018).



se acepta por fuera del conflicto. Al incluir a los familiares, el ejercicio borra aún más la línea entre lo excepcional del conflicto armado y lo normal de la cotidianidad para exigirnos trabajar de manera más integral en ambos campos.

El estudio de 2017, llamado *La Guerra Inscrita en el Cuerpo*, fue realizado por el Centro de Memoria Histórica con una metodología primordialmente cualitativa, aunque también reporta datos cuantitativos recuperados por el Observatorio de Memoria Histórica<sup>159</sup>. El estudio propone distinguir la violencia que ocurre en el momento de la ocupación o toma de territorios, de la que ocurre durante el control territorial por parte de alguno de los grupos ilegales y finalmente de la violencia que se da al interior de las filas. Al igual que la encuesta, identifica una victimización mayor de niñas y de la población afro e indígena. El estudio hace énfasis en las narrativas de justificación de la violencia sexual que llevaron a que se tolerara y se denunciara poco. En particular se refiere a las ideas sobre disciplinamiento de las mujeres y su debida conducta sexual y moral.

El estudio de los datos cuantitativos recaudados por el Observatorio de Memoria y Conflicto (OMC) muestra que de los casi quince mil casos reportados para los años de 1958 a 2017, un poco más de la mitad ocurrieron entre 1997 y 2005, época de expansión paramilitar. En este período, más de la mitad de los casos se atribuyen a los grupos paramilitares operando en el territorio y un cuarto a las guerrillas. Los actores estatales en este caso aparecen como responsables de una pequeña fracción de los hechos reportados. Esto contrasta fuertemente con el dato de los dictámenes de medicina legal, donde aproximadamente la mitad de los casos se atribuyen a miembros de las fuerzas armadas. Los datos cuantitativos también muestran, en la revisión de 2000 registros que tienen esta especificación, que el delito más frecuente es el de acceso carnal violento, tortura y acoso sexual. En el caso de los hombres, la desnudez forzada se reporta como el delito con mayor incidencia.

Siguiendo la línea propuesta por las feministas para abordar la violencia, el estudio del Centro de Memoria Histórica enfatiza las ideas culturales que subyacen a la violencia y la necesidad de que las entidades estatales atiendan mejor las denuncias y judicialicen adecuadamente. Así mismo se refiere a las obligaciones legales de los centros médicos en relación con la atención de

---

159 El estudio está disponible íntegramente en el sitio web: [www.centrodememoriahistorica.gov.co](http://www.centrodememoriahistorica.gov.co)

víctimas de violencia sexual en el conflicto armado. Las diferencias entre el tipo de actor armado, la edad y la etnia se vuelven poco importantes en la estrategia de abordaje, salvo para enfatizar el *enfoque diferencial* en la atención.

### **3. Lo que “sabemos” sobre prevención de violencia sexual en conflictos armados**

Si bien los estudios que tenemos actualmente sobre la violencia sexual en el conflicto armado han sido inspirados por las intuiciones feministas dominantes y llegan a conclusiones que reflejan los énfasis de esta estrategia, el trabajo *cultural* y la judicialización, las descripciones que tenemos sobre cómo, cuándo y dónde ocurre la violencia son muy importantes a la hora de pensar en nuevas (y complementarias) estrategias. Propongo revisar la evidencia que tenemos en trabajos no feministas alrededor de tres temas: modernización de las fuerzas militares; entrenamiento en defensa personal para mujeres; y fortalecimiento de las justicias propias para enfrentar casos de violencia sexual.

#### **3.1 La modernización de las fuerzas militares como estrategia de prevención**

La literatura sobre violencia sexual en los conflictos armados que ha examinado características relacionadas con los actores armados, ha encontrado que no hay un vínculo importante entre el carácter étnico del conflicto y la intensidad o importancia de la violencia sexual y que, por el contrario, los elementos más influyentes en este resultado son el carácter regular o irregular del conflicto y la intensidad o cantidad de acciones bélicas. También se ha encontrado que la importancia de la violencia sexual en el conflicto tiende a asociarse a características del país como la corrupción, el PBI per cápita y la democracia (Butler, Gluch & Mitchell, 2007). Dado que los gobiernos no tienen a su alcance intervenir en la organización y funcionamiento de las fuerzas irregulares, el énfasis ha girado en torno a las mejores estrategias para modificar las conductas de los militares.

La literatura muestra dos respuestas reiteradas a la cuestión de la modernización de las fuerzas militares para reducir la violencia sexual en el

conflicto. La primera, es la de realizar talleres de sensibilización o entrenamiento en temas de género. La evaluación de esta estrategia, sin embargo, ha sido negativa. Si bien no se desconfía de la importancia de la educación y el abandono de estereotipos, se encuentra que es francamente insuficiente lo que bajo este nombre se adelanta y, por lo tanto, muy poco o nada lo que se logra (Macay, 2003). La segunda, es la de aumentar el número de mujeres dentro de las fuerzas militares. Aquí se han tenido dos experiencias negativas. La primera es que el problema de la violencia sexual se traslada hacia el interior de las mismas fuerzas: las mujeres en las fuerzas militares quedan expuestas a un alto riesgo de violencia sexual cuando se involucran en actividades iguales a las de los hombres. La segunda es que las mujeres terminan aprobando comportamientos negativos de sus compañeros o incluso desplegando unos comportamientos con mayores niveles de crueldad (Cock, 1994).

A la luz de estos hallazgos, “se ha propuesto intervenir en reducir los niveles de corrupción de las fuerzas armadas a través de mejores procesos de reclutamiento y compensación, económica y no económica, para incentivar el seguimiento de reglas y desincentivar el comportamiento irregular” (Butler, Gluch & Mitchell, 2007, pp. 679-680).

Se espera que estos incentivos lleven a mayor cumplimiento de las reglas existentes, incluidas las relativas a la violencia sexual, aunque no estén directamente dirigidos a cambiar estereotipos de género. Incrementar el número de mujeres en las fuerzas hasta llegar a una masa crítica, superior al treinta por ciento, es una alternativa adicional (Segal, 1995).

### **3.2 La auto defensa como estrategia para proteger a niñas y adolescentes en zonas rurales**

Como lo muestran los datos, las mujeres entre 15 y 24 años están especialmente expuestas a la violencia en el conflicto armado. Esto se ve ratificado con los datos de la Encuesta Nacional de Demografía y Salud que muestra que las jóvenes de zonas rurales en general están más expuestas a la violencia sexual<sup>160</sup>. Si bien no solamente las jóvenes de zonas rurales han padecido la violencia sexual del conflicto armado, dados los componentes

---

160 <http://profamilia.org.co/docs/ENDS%20%20TOMO%20I.pdf>

rurales que éste ha tenido, al momento de priorizar sería razonable trabajar específicamente con este grupo.

Trabajar con mujeres jóvenes en zonas rurales es un reto particular, dada su dispersión en el territorio y las dificultades que enfrentan para terminar sus estudios. Estos mismos retos se vinculan a su exposición a la violencia sexual, que en muchos casos ocurre en lugares desolados a donde llegan camino a la escuela o el trabajo. La enseñanza de técnicas básicas de auto defensa puede ser por esta razón una solución aconsejable. De un lado puede enseñarse relativamente rápido, puede servir para algo más que la prevención de la violencia sexual por parte de extraños, sus resultados pueden llegar en poco tiempo.

La idea de la autodefensa feminista fue desarrollada en los Estados Unidos en los años setenta y ochenta del siglo pasado. Se planteó como una alternativa frente a la posición de la policía de enseñar a las mujeres a no resistir dados los peligros que podrían enfrentar en caso de intentarlo. Las mujeres estaban convencidas que debían contar con más herramientas que la resignación. También surgió como alternativa a los cursos de artes marciales ofrecidos por hombres e incluso aquellos ofrecidos por mujeres. Se consideraba que estos cursos estaban enfocados en procesos de largo plazo y que la tasa de retiro de quienes los tomaban eran muy altas y muy prematuras. La autodefensa feminista se proponía concretamente dar a las asistentes un repertorio de estrategias a aplicar en casos concretos. La idea era que estas estrategias pudieran aprenderse rápidamente y tuvieran en cuenta la fuerza y velocidad real de las mujeres promedio (Searles & Berger, 1987). Serles y Berger señalan que la principal razón por la que esta estrategia, que llegó a tener una amplia difusión en los Estados Unidos, dejara de tener relevancia fue la transformación que sufrió la organización líder (*The Feminist Self-Defense Movement: A case study 1987*). El Consejo Nacional para la Autodefensa de las Mujeres dejó de ser una organización de voluntarios para convertirse en una organización con ánimo de lucro. Los debates en torno al dinero destrozaron las alianzas internas y eventualmente llevaron al fin de la organización.

Si bien el elemento filantrópico y político de la experiencia de los Estados Unidos no debe despreciarse, parecería razonable proponer que algo de esta naturaleza fuera adoptado por organizaciones de mujeres y que, con el respaldo del estado, se enseñara como parte del acondicionamiento físico que en todo caso deben recibir las jóvenes en el sistema escolar. Los costos claramente serían inferiores a los que han venido de la mano de la judicialización.

### **3.3 El juzgamiento de la violencia sexual por autoridades propias**

La Constitución colombiana ha reconocido a las autoridades propias de los pueblos indígenas la facultad de crear derecho y adjudicar casos en sus territorios (artículo 246 de la Constitución Política). Las comunidades negras constituidas en pueblos también han reclamado para sí la posibilidad de ejercer jurisdicción por aplicación analógica de este artículo (Antonio Rosero, 2018). Si bien se ha interpretado que la regla de competencia principal debe ser la territorial, dado el número de casos de mujeres indígenas y afro que han sido afectadas, y la magnitud de su afectación, tiene sentido darle un lugar a la regla de competencia personal (Jaramillo-Sierra, *El liberalismo frente a la diversidad cultural* 1997). De acuerdo con esta regla, es el lugar de origen de la víctima el que da lugar a la competencia para el juzgamiento del daño causado. Este cambio en la comprensión de la competencia es crucial aquí al menos por tres razones. En primer lugar, porque permite a la comunidad hacer el proceso interno de descubrimiento, juzgamiento y sanación que debe ir aparejado con la pérdida de alguno de sus miembros. En segundo lugar, porque las autoridades propias, aunque previsiblemente tendrán prejuicios de género, estarán exentas de prejuicios de raza hacia las víctimas. Como lo han mostrado ya algunos estudios, el sesgo colonial es tan fuerte que las mujeres indígenas no tienen ninguna confianza hacia las autoridades del estado (Picq, 2018). Finalmente, las autoridades propias de pueblos indígenas y negros han mostrado que cuentan con herramientas de sanción y transformación diferentes a la cárcel. La organización AFROMUPAZ, por ejemplo, ha liderado una iniciativa que es ilustrativa de los que se podría lograr por esta vía<sup>161</sup>.

## **Conclusiones**

Este capítulo se propuso describir la manera en la que las feministas se aproximan hoy en día al problema de la prevención de la violencia sexual. Argumenté que, a partir de intuiciones radicales sobre el lugar de la violencia sexual en la estructuración del mundo social, y de intuiciones liberales sobre

---

161 Ver: <http://afromupaz.org/>

el papel del estado y del castigo, las feministas han construido una estrategia de cambio estructural que pasa de manera importante por la judicialización de casos. Señalé también que esta estrategia acoge las más agudas ideas feministas e insiste en lo que parecería un *exceso de castigo* para llegar a cambios de largo plazo en las relaciones de hombres y mujeres. El problema con esta aproximación es que aplaza el objetivo concreto de la reducción de la violencia sexual y, de hecho, puede llevar a aumentar el número de casos y a agravar la percepción que las mujeres tienen sobre el daño que han sufrido. En situaciones extremas como las que padecen las niñas y jóvenes en el conflicto armado colombiano, sin embargo, no parece suficiente ni éticamente responsable solamente tener una estrategia de largo plazo. Aquí se proponen tres estrategias que han dado algunos resultados en otros contextos y que podrían ser apropiadas por las mujeres localmente o financiadas y lideradas por el estado. Si bien podría parecer que algunas de estas estrategias controvierten algunas verdades feministas, como la idea de que las mujeres no creen en la violencia, la idea de que los militares son siempre malos, o la idea de que las autoridades indígenas o negras son mucho más machistas que las autoridades blancas racistas, creo que hay suficiente escrito como para respaldar ensayos en las direcciones anunciadas. Las grandes feministas no tendrían que dejar de hacer lo que están haciendo que es muy importante. Pero las demás no tenemos que esperar cruzadas de brazos.

## Referencias

*Afromupaz*. Disponible en: <http://afromupaz.org/>

Althusser, L. (1988). *Ideología y aparatos ideológicos del Estado*. Buenos Aires: Nueva Visión.

Antonio-Rosero, E. A. (2018). *Justicia étnica afrocolombiana: Cuando la justicia propia afrocolombiana es mas que un mito*. Tesis de Doctorado en Derecho, Facultad de Derecho, Universidad de los Andes.

Butler, C., Gluch, T., Mitchell, N. J. (2007). Security forces and sexual violence: A cross-national analysis of a principal-agent argument. *Journal of Peace Research*, 44 (6), nov, 669-687.

Centro de Memória Historica (2017). *La guerra inscrita en el cuerpo*. Disponible en: [www.centrodememoriahistorica.gov.co](http://www.centrodememoriahistorica.gov.co)

Cock, J. (1994). Women and the military: Implications for demilitarization in the 1990s in South Africa. *Gender and Society*, 6(2), jun, 152-169.

Echols, A. (1989). *Daring to be bad: Radical Feminism in America 1967-1975*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Halley, J. (2006). *Split decisions: How and why to take a break from feminism*. Princeton: Princeton University Press.

Humanidad Vigente (2017). *Encuesta de prevalencia de la violencia sexual en el conflicto armado*. Disponible en: <http://humanidadvigente.net/wp-content/uploads/2017/08/Encuesta-de-prevalencia-de-violencia-sexual-CSCG.pdf>

Jaramillo-Sierra, I. C. (1997). El liberalismo frente a la diversidad cultural. *Revista de Derecho Público*, 7, feb, 1-35.

Jaramillo-Sierra, I. C. (2007). Más allá de la libertad y de la expresión: las luchas por la representación. *Revista Argentina de Jurisprudencia*, 16-27.

Macay, A. (2003). Training the uniforms: Gender training and peacekeeping operations. *Development in Practice*, 13, 217-222.

Mackinnon, C. (2006a). Feminismo, marxismo, método y Estado: Hacia una teoría del derecho feminista. En Villegas, M. G., Jaramillo-Sierra, I. C., Saldarriaga, E. R. *Crítica jurídica: teoría y sociología jurídica en los Estados Unidos*. (pp. 193-221). Bogotá: Universidad Nacional y Universidad de los Andes.

Mackinnon, C. (2006b). Feminismo, marxismo, método y Estado: Una agenda para la teoría. En Villegas, M. G.; Jaramillo-Sierra; Isabel C.; Saldarriaga, E. R. *Crítica jurídica: teoría y sociología jurídica en los Estados Unidos*. (pp. 163-192). Bogotá: Universidad Nacional y Universidad de los Andes.

PICQ, M. L. (2018). *Vernacular Sovereignties: Indigenous women challenging world politics*. Tucson: University of Arizona Press.

Pro Família. *Encuesta Nacional de Demografía y Salud*. Disponible en: <http://profamilia.org.co/docs/ENDS%20%20TOMO%20I.pdf>

Sánchez, O. A. (Org.) (2016). *Levantamento de Prevalência da Violência Sexual em Conflito Armado*.

Searles, P. & Berger, R. (1987). The Feminist Self-Defense Movement: A case study. *Gender and Society*, 1(1), mar, 61-84.

Segal, M. W. (1995). Women's Military Roles Cross-nationally: Past, Present and Future. *Gender and Society*, 9(6), dec, 757-775.



## Sobre las Autoras

**Camila Cardoso de Mello Prando** - Maestra e Doctora por el Programa de Posgrado en Derecho por la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC); Profesora Adjunta IV de la Facultad de Derecho y del Programa de Posgrado en Derecho de la Universidad de Brasilia (UnB), Coordinadora del Centro de Estudios en Desigualdad y Discriminación (CEDD); Brasilia/DF, Brasil. (email: camilaprando@gmail.com).

**Carmen Hein de Campos** - Doctora em Ciências Criminais por la Pontificia Universidad Católica del Rio Grande do Sul (PUCRS), Maestra em Derecho por la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC); Maestra en Derecho por la Universidad de Toronto (Canadá). Profesora del Programa de Maestria en Derechos Humanos e del Curso de Derecho del Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter, Porto Alegre/RS, Brasil. Integrante de la Red Alas - Red Latinoamericana de Academicas/os del Derecho. (email: charmcampos@gmail.com).

**Catalina Droppelmann** - Doctora en Criminología y Master en Filosofía y Criminología, Universidad de Cambridge. Licenciada en Psicología, Universidad de Valparaíso de Chile. Catalina lleva más de quince años trabajando en la investigación e implementación de políticas públicas en las áreas de Justicia Penal. Actualmente es Directora Ejecutiva del Centro de Estudios Justicia y Sociedad del Instituto de Sociología de la Pontificia Universidad Católica de Chile y dicta clases en la Facultad de Ciencias Sociales de la misma Universidad. Catalina impartió cursos de Criminología en universidades chilenas y extranjeras, y realizó estudios y consultorías para varias organizaciones nacionales e internacionales. Sus áreas de interés principales son la Justicia Juvenil, la reinserción social y el desistimiento del delito. (email: cadroppelmann@uc.cl).

**Cecilia Montes-Maldonado** - Licenciada en Psicología (2010) por la Facultad de Psicología de la Universidad de la República. Magíster en Psicología Social (2015) por la Facultad de Psicología (UR). Candidata a doctora en Estudios de género: culturas, sociedades y políticas por la Universidad Autónoma de Barcelona.

Docente e investigadora del Instituto de Psicología Social de la Facultad de Psicología, (UR). Investigadora asociada del Sistema Nacional de Investigadores de la Agencia Nacional de Investigación e Innovación (Anii). Líneas de investigación: género, cuidados y sistemas penales juveniles. (email: cmontes@psico.edu.uy).

**Corina Giacomello** - Doctora en Estudios Latinoamericanos, por la Universidad Nacional Autónoma de México. Es profesora-investigadora del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la Universidad Autónoma de Chiapas y coopera con la organización Equis Justicia para las Mujeres, A.C., México.

**Ela Wiecko de Castilho** - Doctora en Derecho por la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC). Profesora en la Facultad de Derecho de la Universidad de Brasilia (UNB). Coordina el Grupo Candango de Criminología y el Proyecto de Investigación Maria da Penha: Atención y Protección a Mujeres en situación de violencia doméstica y familiar en Ceilandia/DF. Integrante del Ministerio Público Federal de Brasil, donde coordina el Comité Gestor de Género y Raza. Integrante del NEPeM - Nucleo de Estudios e Investigación sobre la Mujer y de la Red Alas - Red Latinoamericana de Académica/os del Derecho. (email: elawiecko@gmail.com).

**Elena Azaola** - Antropóloga, psicoanalista y investigadora del Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social. Es Investigadora Emérita del Sistema Nacional de Investigadores y, durante más de 30 años, ha realizado numerosos estudios sobre la violencia y la criminalidad en México. Ha publicado más de 200 trabajos en 17 países. (email: eazaola@ciesas.edu.mx).

**Julieta Di Corleto** - Abogada (UBA). LLM (Harvard Law School). Doctora en Historia (UdeSA). Docente en grado y posgrado de la materia “Derecho Penal y Género” de la Universidad de Buenos Aires y de la Universidad de San Andrés. Directora del equipo de investigación Doctrina Penal Feminista de la Universidad de Buenos Aires. (mail: jdicorleto@gmail.com).

**Isabel Jaramillo-Sierra** - Doctora en Derecho por la Universidad de Harvard. Profesora de la Universidad de Los Andes, en Bogotá. Fue Directora del Programa del Doctorado en derecho de la Universidad de los Andes (2011 a 2017). Es coordinadora de la Red Alas - Red de Académicas/os del Derecho.

**Laura López-Gallego** - Licenciada en Psicología (2000) por la Facultad de Psicología de la Universidad de la República (UR). Magíster en Psicología Social (2006) por el Departamento de Psicología Social de la Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Doctora en Psicología (2016) por la Universidad Autónoma de Barcelona. Docente e investigadora del Instituto de Psicología Social de la Facultad de Psicología de la UR. Investigadora activa del Sistema Nacional de Investigadores de la Agencia Nacional de Investigación e Innovación (Anii). Trabaja líneas de investigación que vinculan género, sistemas penales juveniles y prácticas psi. (email: llopez@psico.edu.uy).

**Marcela Aedo Rivera** - Doctora en Derecho por la Universidad Autónoma de Barcelona. Profesora e investigadora del Centro de Investigaciones de Filosofía del Derecho y Derecho Penal, Escuela de Derecho, Universidad de Valparaíso, Chile. (email: marcela.aedo@uv.cl).

**Olga Espinoza M.** - Abogada (1997), Magíster en Derecho (2002) en la Universidad de Sao Paulo, Brasil, y candidata a Doctora en Ciencias Sociales (2019) en la Universidad de Chile. Fue Directora del Centro de Estudios en Seguridad Ciudadana (CESC) del Instituto de Asuntos Públicos - INAP, entre 2014 y 2017. Ha participado en investigaciones en diversos países de América Latina y el Caribe. Actualmente es profesora del Instituto de Asuntos Públicos de la Universidad de Chile y forma parte del Comité Directivo de la Cátedra de Derechos Humanos de la misma universidad. Sus líneas de investigación son la justicia penal, la seguridad ciudadana, la criminalidad femenina, el sistema penitenciario y la reinserción social. (email: olespino@iap.uchile.cl).

**Paloma del Villar** - Magister en Sociología de la Pontificia Universidad Católica de Chile y Magister en Estudios del Desarrollo de la Universidad de Melbourne, Australia. Investigadora del Centro de Estudios Justicia y Sociedad del Instituto de Sociología de la Pontificia Universidad Católica y profesional en el Área de Inserción Social de la Fundación San Carlos de Maipo. (email:pjdelvil@uc.cl).

**Patsilí Toledo** - Doctora en Derecho Público por la Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Fue consultora del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos en México y Moldavia y del Comité de la ONU para la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer. Es profesora asociada de la Universidad Pompeu Fabra. Autora del libro *Femicidio/ Femicidio*, publicado en Argentina, en 2014. (email: patsili.toledo@gmail.com).